ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 247
Brasília - DF, quarta-feira, 27 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 6
Presidência da República 11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 15
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 17
Ministério da Cultura 20
Ministério da Defesa 40
Ministério da Educação 40
Ministério da Fazenda 42
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 52
Ministério da Integração Nacional 52
Ministério da Justiça e Segurança Pública 55
Ministério da Saúde 60
Ministério das Cidades 121
Ministério de Minas e Energia 121
Ministério do Desenvolvimento Social 141
Ministério do Esporte 141
Ministério do Meio Ambiente 142
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 166
Ministério do Trabalho 167
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 194
Ministério Público da União 200
Poder Legislativo 201
Poder Judiciário 202
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 205

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.575, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica criada a Agência Nacional de Mineração (ANM), integrante da Administração Pública federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 2º A ANM, no exercício de suas competências, observará e implementará as orientações e diretrizes fixadas no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), em legislação correlata e nas políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia, e terá como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País, competindo-lhe:

I - implementar a política nacional para as atividades de mineração;

II - estabelecer normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais, observadas as políticas de planejamento setorial definidas pelo Ministério de Minas e Energia e as melhores práticas da indústria de mineração;

III - prestar apoio técnico ao Ministério de Minas e Energia;

IV - requisitar, guardar e administrar os dados e as informações sobre as atividades de pesquisa e lavra produzidos por titulares de direitos minerários;

V - gerir os direitos e os títulos minerários para fins de aproveitamento de recursos minerais;

VI - estabelecer os requisitos técnicos, jurídicos, financeiros e econômicos a serem atendidos pelos interessados na obtenção de títulos minerários;

VII - estabelecer os requisitos e os critérios de julgamento dos procedimentos de disponibilidade de área, conforme diretrizes fixadas em atos da ANM;

VIII - regulamentar os processos administrativos sob sua competência, notadamente os relacionados com a outorga de títulos minerários, com a fiscalização de atividades de mineração e aplicação de sanções;

IX - consolidar as informações do setor mineral fornecidas pelos titulares de direitos minerários, cabendo-lhe a sua divulgação periódica, em prazo não superior a um ano;

X - emitir o Certificado do Processo de Kimberley, de que trata a Lei nº 10.743, de 9 de outubro de 2003, ressalvada a competência prevista no § 2º do art. 6º da referida Lei;

XI - fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual ocorrência de infração, quando for o caso;

XII - regular, fiscalizar, arrecadar, constituir e cobrar os créditos decorrentes:

a) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

b) da taxa anual, por hectare, a que se refere o inciso II do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração); e

c) das multas aplicadas pela ANM;

XIII - normatizar, orientar e fiscalizar a extração e coleta de espécimes fósseis a que se refere o inciso III do **caput** do art. 10 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), e o Decreto-Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, e adotar medidas para promoção de sua preservação;

XIV - mediar, conciliar e decidir os conflitos entre os agentes da atividade de mineração;

XV - decidir sobre direitos minerários e outros requerimentos em procedimentos administrativos de outorga ou de fiscalização da atividade de mineração, observado o disposto no art. 3ª desta Lei;

XVI - julgar o processo administrativo instaurado em função de suas decisões;

XVII - expedir os títulos minerários e os demais atos referentes à execução da legislação minerária, observado o disposto no art. 3ª desta Lei;

XVIII - decidir requerimentos de lavra e outorgar concessões de lavra das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978;

XIX - declarar a caducidade dos direitos minerários, cuja outorga de concessões de lavra seja de sua competência;

XX - estabelecer as condições para o aproveitamento das substâncias minerais destinadas à realização de obras de responsabilidade do poder público;

XXI - aprovar a delimitação de áreas e declarar a utilidade pública para fins de desapropriação ou constituição de servidão mineral;

XXII - estabelecer normas e exercer fiscalização, em caráter complementar, sobre controle ambiental, higiene e segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

AVISO

CIRCULOU EM 26/12/2017 A EDIÇÃO EXTRA Nº 246-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

XXIII - definir e disciplinar os conceitos técnicos aplicáveis ao setor de mineração;

XXIV - fomentar a concorrência entre os agentes econômicos, monitorar e acompanhar as práticas de mercado do setor de mineração brasileiro e cooperar com os órgãos de defesa da concorrência, observado o disposto na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e na legislação pertinente;

XXV - regular e autorizar a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à atividade de mineração, visando ao levantamento de dados técnicos destinados à comercialização, em bases não exclusivas;

XXVI - estabelecer os requisitos e procedimentos para a aprovação e decidir sobre o relatório final de pesquisa;

XXVII - apreender, destruir, doar a instituição pública substâncias minerais e equipamentos encontrados ou provenientes de atividades ilegais ou promover leilão deles, conforme dispuser resolução da ANM, com acompanhamento de força policial sempre que necessário, ficando autorizado o leilão antecipado de substâncias minerais e equipamentos, no caso de risco de depreciação, mantido o valor apurado em depósito até o término do procedimento administrativo de perdimento pertinente;

XXVIII - normatizar, fiscalizar e arrecadar os encargos financeiros do titular do direito minerário e os demais valores devidos ao poder público nos termos desta Lei, bem como constituir e cobrar os créditos deles decorrentes e efetuar as restituições devidas;

XXIX - normatizar e reprimir as infrações à legislação e aplicar as sanções cabíveis, observado o disposto nesta Lei;

XXX - instituir o contencioso administrativo para julgar os créditos devidos à ANM em 1ª instância administrativa e os recursos voluntários, assim como os pedidos de restituição do indébito, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

XXXI - manter o registro mineral e as averbações referentes aos títulos e aos direitos minerários;

XXXII - expedir certidões e autorizações;

XXXIII - conceder anuência prévia aos atos de cessão ou transferência de concessão de lavra cuja outorga seja de sua competência, conforme estabelecido pelo § 3º do art. 176 da Constituição Federal;

XXXIV - regulamentar o compartilhamento de informações sobre a atividade de mineração entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XXXV - normatizar o sistema brasileiro de certificação de reservas e recursos minerais, no prazo de até um ano, contado da publicação desta Lei;

XXXVI - aprovar seu regimento interno;

XXXVII - regulamentar a aplicação de recursos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, do setor mineral.

§ 1º A ANM deverá, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

§ 2º Se a comunicação prevista no § 1º deste artigo decorrer de cessão de direitos minerários que não atenda aos critérios previstos na legislação de defesa da concorrência brasileira, a anuência da cessão estará vinculada à decisão terminativa proferida pelo Cade publicada em meio oficial.

§ 3º A ANM deverá, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração penal, comunicá-lo imediatamente à autoridade competente.

§ 4º As competências de fiscalização das atividades de mineração e da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) poderão ser exercidas por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que os entes possuam serviços técnicos e administrativos organizados e aparelhados para execução das atividades, conforme condições estabelecidas em ato da ANM.

§ 5º (VETADO).

§ 6º Para o desempenho das competências previstas no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais deverão disponibilizar as informações necessárias ao exercício da competência da ANM.

Art. 3º Compete ao Ministro de Estado de Minas e Energia:

I - decidir requerimento de lavra e outorgar concessões de lavra, ressalvado o disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 2º desta Lei;

II - declarar a caducidade e a nulidade de concessões de lavra e manifestos de mina, ressalvado o disposto no inciso XIX do **caput** do art. 2º desta Lei; e

III - conceder anuência prévia aos atos de cessão ou transferência de concessões de lavra e manifestos de mina, conforme estabelecido no § 3º do art. 176 da Constituição Federal, ressalvado o disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Nos procedimentos definidos no **caput** deste artigo, a fim de agilizar o andamento processual, todas as análises técnicas necessárias deverão ser realizadas pela ANM, conforme dispõe o inciso III do **caput** do art. 2º desta Lei.

Art. 4º No exercício das competências de fiscalização da ANM, poderão ser requisitados e examinados livros, mercadorias, arquivos ou documentos que repercutam no objeto da fiscalização, e poderão ser realizadas vistorias ou inspeções nas instalações dos titulares de direitos minerários.

§ 1º A ANM disciplinará os prazos e as condições para apresentação de documentos requisitados, salvo na hipótese de vistoria e inspeção, quando a apresentação dos documentos deverá ser imediata.

§ 2º Os livros, os arquivos ou os documentos referidos no **caput** deste artigo deverão ser conservados até o termo final do prazo de prescrição dos créditos decorrentes das operações a que se refiram.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º A ANM será dirigida por Diretoria Colegiada, composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º O Diretor-Geral da ANM exercerá a representação da ANM, a presidência da Diretoria Colegiada e o comando hierárquico sobre o pessoal e os serviços, e caber-lhe-á desempenhar as competências administrativas correspondentes e a presidência das sessões da Diretoria Colegiada, sem prejuízo das deliberações colegiadas para matérias definidas no regimento interno.

§ 2º A estrutura organizacional da ANM será definida em decreto e contará com Procuradoria, Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria e unidades administrativas.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º Os membros da Diretoria exercerão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida única recondução.

Art. 8º Os membros da Diretoria Colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela ANM, pelo período de seis meses, contado da data de exoneração ou do término de seus mandatos, assegurada a remuneração compensatória.

Art. 9º É vedada a indicação para a Diretoria Colegiada:

I - de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciados dos cargos;

II - de pessoa que tenha atuado, nos últimos seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

III - de pessoa que tenha participação, direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela ANM;

IV - de pessoa que se enquadre nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

V - de membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela ANM.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso I do **caput** deste artigo estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.

Art. 10. Ao membro da Diretoria Colegiada é vedado:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas;

II - exercer outra atividade profissional, ressalvado o exercício do magistério, se houver compatibilidade de horários;

III - participar de sociedade simples ou empresária ou de empresa de qualquer espécie, na forma de controlador, diretor, administrador, gerente, membro de conselho de administração ou conselho fiscal, preposto ou mandatário;

IV - emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou atuar como consultor de qualquer tipo de empresa;

V - exercer atividade sindical;

VI - exercer atividade político-partidária; e

VII - estar em situação de conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Art. 11. A organização e o funcionamento da Diretoria Colegiada serão estabelecidos na estrutura regimental da ANM.

§ 1º Compete à Diretoria Colegiada:

I - exercer a administração da ANM;

II - editar as normas sobre matérias de competência da ANM; e

III - decidir, em última instância, na esfera da ANM, sobre as matérias de sua competência, exceto nas hipóteses em que o regulamento ou resolução da ANM estabelecer o Diretor-Geral como última instância recursal.

§ 2º A Diretoria Colegiada deliberará por maioria absoluta de seus membros, e caberá ao Diretor-Geral, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

§ 3º O regimento interno da ANM estabelecerá a competência da Diretoria Colegiada, do Diretor-Geral, dos Diretores e de outras autoridades da ANM para a prática dos atos atribuídos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), pelo Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), por regulamentos e legislação minerária correlatos, inclusive quanto ao processamento e à decisão de recursos administrativos.

Art. 12. Os atos normativos da ANM que afetarem, de forma substancial e direta, direitos de agentes econômicos do setor de mineração deverão ser acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem e ser submetidos a consulta ou a audiência pública.

Art. 13. A ANM, por meio de resolução, disporá sobre os processos administrativos em seu âmbito de atuação, notadamente sobre:

I - requisitos e procedimentos de outorga de títulos minerários, de fiscalização da atividade de mineração e sobre outros requerimentos relacionados a direitos minerários;

II - regras e procedimentos de aplicação de medidas acautelatórias e sanções administrativas;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - hipóteses e critérios para a apresentação de garantias financeiras ou a contratação de seguros para cobertura dos riscos de atividades minerárias;

IV - hipóteses e critérios para realização de consulta pública e audiência pública para os atos normativos da agência; e

V - apreensão e leilão de substâncias minerais e de equipamentos encontrados ou provenientes de lavra ilegal.

Parágrafo único. Resolução sobre a apreensão e o leilão a que se refere o inciso V do **caput** deste artigo incluirá, para hipóteses excepcionais devidamente justificadas:

I - as regras para designação de fiel depositário, para dispensa de realização de apreensão ou de leilão, para doação de bem mineral ou equipamento apreendido com o objetivo de atender a interesse público relevante; e

II - a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta com vistas a autorizar que o próprio infrator promova a venda do bem apreendido, situação em que o valor de venda deverá ser integralmente revertido à ANM.

Art. 14. As sessões deliberativas da Diretoria Colegiada afetas às atividades de mineração serão públicas e terão suas datas, pautas e atas divulgadas.

Parágrafo único. Nas sessões da Diretoria Colegiada de que trata o **caput** deste artigo, é assegurada a manifestação da Procuradoria da ANM, das partes envolvidas no processo e de terceiros interessados, na forma estabelecida no regulamento da ANM.

Art. 15. A adoção das propostas de alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos será, nos termos do regulamento, precedida da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

§ 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo e a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, os casos em que será obrigatória sua realização e aqueles em que poderá ser dispensada.

§ 2º A Diretoria Colegiada da ANM manifestar-se-á, em relação ao relatório de análise de impacto regulatório, sobre a adequação da proposta de ato normativo aos objetivos pretendidos, e indicará se os impactos estimados recomendam a sua adoção e, quando for o caso, os complementos necessários.

§ 3º A manifestação de que trata o § 2º deste artigo integrará, juntamente ao relatório de análise de impacto regulatório, a documentação a ser disponibilizada aos interessados para a realização de consulta ou de audiência pública, quando a Diretoria Colegiada decidir pela continuidade do procedimento administrativo.

§ 4º O regimento interno da ANM disporá sobre a operacionalização da análise de impacto regulatório.

§ 5º Nos casos em que não for realizada a análise de impacto regulatório, deverá ser disponibilizada, no mínimo, nota técnica ou documento equivalente que fundamente a proposta de decisão.

Art. 16. (VETADO).

Art. 17. A ANM disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a solução de conflitos entre agentes da atividade de mineração, com ênfase na conciliação e na mediação.

Art. 18. (VETADO).

CAPÍTULO III
DAS RECEITAS

Art. 19. Constituem receitas da ANM:

I - o produto de operações de crédito efetuadas no País e no exterior;

II - a venda de publicações, os recursos oriundos dos serviços de inspeção e fiscalização ou provenientes de palestras e cursos ministrados e as receitas diversas estabelecidas em lei, regulamento ou contrato;

III - o produto do pagamento da taxa anual por hectare a que se refere o inciso II do **caput** do art. 20 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), dos emolumentos devidos como condição necessária para o conhecimento e o processamento de requerimentos e pedidos formulados à ANM, e o das multas de sua competência;

IV - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

V - as doações, os legados, as subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, incluídas as doações de bens e equipamentos destinados à ANM, conforme previsto em acordos firmados pela União para fins de ressarcimento de danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal;

VI - as dotações consignadas no orçamento geral da União, os créditos especiais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos;

VII - os valores apurados na venda ou na locação dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;

VIII - o produto do leilão de bens e equipamentos encontrados ou apreendidos decorrentes de atividade de mineração ilegal;

IX - as receitas provenientes das áreas colocadas em disponibilidade, de qualquer natureza; e

X - o valor recolhido a título de CFEM, a ser repassado à ANM, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, na forma estabelecida no inciso III do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 1º As receitas de que trata o **caput** deste artigo serão consignadas no orçamento geral da União.

§ 2º O regulamento estabelecerá as hipóteses e os valores dos emolumentos a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo.

Art. 20. A ANM atuará como autoridade administrativa independente, a qual ficam asseguradas, nos termos desta Lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Ficam criados, na estrutura organizacional da ANM, os seguintes cargos em comissão:

I - um CD-I;

II - quatro CD-II;

III - quatro CGE-II;

IV - (VETADO);

V - vinte CGE-IV;

VI - (VETADO);

VII - quatro CA-II;

VIII - nove CA-III;

IX - nove CAS-I;

X - cinco CAS-II;

XI - vinte e quatro CCT-I;

XII - cinquenta e seis CCT-II;

XIII - trinta e um CCT-III;

XIV - (VETADO); e

XV - oitenta e sete CCT-V.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os cargos CD-I e CD-II são, respectivamente, de Diretor-Geral e de Diretor.

§ 3º A estrutura de cargos em comissão da ANM será regida pelas disposições da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e pelo disposto nesta Lei.

Art. 22. Ficam extintos na estrutura regimental do DNPM, a partir da produção dos efeitos desta Lei, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e Funções Gratificadas (FG) do DNPM:

I - um DAS 101.6;

II - cinco DAS 101.5;

III - treze DAS 101.4;

IV - dezesseis DAS 101.3;

V - um DAS 102.4;

VI - um DAS 102.3;

VII - oito DAS 102.2;

VIII - dois DAS 102.1;

IX - sete FCPE-4;

X - dezoito FCPE-3;

XI - oitenta e sete FCPE-2;

XII - cento e duas FCPE-l;

XIII - trinta e uma FG-1;

XIV - cinquenta e seis FG-2; e

XV - trinta e duas FG-3.

Parágrafo único. A extinção dos cargos de que trata o **caput** deste artigo e a criação dos cargos de que trata o art. 21 desta Lei somente produzirão efeitos a partir da data da entrada em vigor da Estrutura Regimental da ANM.

Art. 23. Fica criado o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração (ANM), composto das Carreiras e do Plano Especial de Cargos de que tratam os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 24. Ficam redistribuídos de ofício, com fundamento no § 1º do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o quadro de pessoal efetivo da Agência Nacional de Mineração (ANM) os cargos vagos e ocupados das carreiras criadas pelo art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e os cargos ocupados das carreiras criadas pelo art. 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 25. (VETADO).

Art. 26. (VETADO).

Art. 27. (VETADO).

Art. 28. (VETADO).

Art. 29. (VETADO).

Art. 30. (VETADO).

Art. 31. (VETADO).

Art. 32. Ficam transferidos para a ANM o acervo técnico, documental e patrimonial do DNPM.

Parágrafo único. A ANM será sucessora das obrigações, dos direitos, das receitas do DNPM, das lides em curso e daquelas ajuizadas posteriormente à entrada em vigor desta Lei, ficando afastada a legitimidade passiva da União.

Art. 33. Na composição da primeira Diretoria da ANM, visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, observados os seguintes prazos de mandato:

I - o Diretor-Geral e um Diretor nomeados com mandato de quatro anos;

II - dois Diretores nomeados com mandatos de três anos; e

III - um Diretor nomeado com mandato de dois anos.

§ 1º Na hipótese de vacância no curso do mandato, o Diretor-Geral ou o Diretor nomeado em substituição ocupará o cargo pelo prazo remanescente para o fim do mandato.

§ 2º Os integrantes da primeira Diretoria da ANM, previamente aprovados pelo Senado Federal, serão nomeados na mesma data de entrada em vigor do decreto que aprovar o regulamento e a estrutura regimental da ANM.

Art. 34. A ANM poderá disciplinar, por meio de resolução, o uso de meios eletrônicos para os atos dos processos administrativos da sua área de atuação.

Art. 35. No exercício de suas atividades, a ANM poderá:

I - solicitar diretamente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a autorização para a realização de concursos públicos e para o provimento dos cargos efetivos autorizados em lei para seu Quadro de Pessoal e as alterações no referido Quadro, observada a disponibilidade orçamentária;

II - celebrar contratos administrativos ou prorrogar contratos em vigor; e

III - conceder diárias e passagens na hipótese de deslocamentos nacionais e internacionais e autorizar afastamentos do País de seus servidores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 36. Caberá ao Poder Executivo federal instalar a ANM, e seu regulamento deverá ser aprovado em decreto do Presidente da República, no qual será definida sua estrutura regimental.

Art. 37. Fica mantida a estrutura regimental e organizacional estabelecida pelo Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010, enquanto não for editado o decreto a que se refere o art. 36 desta Lei.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor:

I - (VETADO);

II - quanto aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

Art. 39. Ficam revogados:

I - na data de publicação desta Lei:

a) a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994; e

b) (VETADO);

II - (VETADO).

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Fernando Coelho Filho
Esteves Pedro Colnago Junior
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.576, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), parte integrante da política energética nacional de que trata o art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

II - contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis, inclusive com mecanismos de avaliação de ciclo de vida;

III - promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e

IV - contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.

Art. 2º São fundamentos da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio):

I - a contribuição dos biocombustíveis para a segurança do abastecimento nacional de combustíveis, da preservação ambiental e para a promoção do desenvolvimento e da inclusão econômica e social;

II - a promoção da livre concorrência no mercado de biocombustíveis;

III - a importância da agregação de valor à biomassa brasileira; e

IV - o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

Art. 3º A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), composta por ações, atividades, projetos e programas, deverá viabilizar oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura, observados os seguintes princípios:

I - previsibilidade para a participação dos biocombustíveis, com ênfase na sustentabilidade da indústria de biocombustíveis e na segurança do abastecimento;

II - proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;

III - eficácia dos biocombustíveis em contribuir para a mitigação efetiva de emissões de gases causadores do efeito estufa e de poluentes locais;

IV - potencial de contribuição do mercado de biocombustíveis para a geração de emprego e de renda e para o desenvolvimento regional, bem como para a promoção de cadeias de valor relacionadas à bioeconomia sustentável;

V - avanço da eficiência energética, com o uso de biocombustíveis em veículos, em máquinas e em equipamentos; e

VI - impulso ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, visando a consolidar a base tecnológica, a aumentar a competitividade dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a acelerar o desenvolvimento e a inserção comercial de biocombustíveis avançados e de novos biocombustíveis.

Art. 4º São instrumentos da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), entre outros:

I - as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na matriz de combustíveis de que trata o Capítulo III desta Lei;

II - os Créditos de Descarbonização de que trata o Capítulo V desta Lei;

III - a Certificação de Biocombustíveis de que trata o Capítulo VI desta Lei;

IV - as adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis;

V - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; e

VI - as ações no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos neste artigo, em relação às metas de redução das emissões mencionadas no inciso II do **caput** do art. 1º desta Lei, guardarão compatibilidade com as metas previstas para os demais setores.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Certificação de Biocombustíveis: conjunto de procedimentos e critérios em um processo, no qual a firma inspetora avalia a conformidade da mensuração de aspectos relativos à produção ou à importação de biocombustíveis, em função da eficiência energética e das emissões de gases do efeito estufa, com base em avaliação do ciclo de vida;

II - Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis: documento emitido exclusivamente por firma inspetora como resultado do processo de Certificação de Biocombustíveis;

III - ciclo de vida: estágios consecutivos e encadeados de um sistema de produto, desde a matéria-prima ou de sua geração a partir de recursos naturais até a disposição final, conforme definido em regulamento;

IV - credenciamento: procedimento pelo qual se avalia, qualifica, credencia e registra a habilitação de uma firma inspetora para realizar a certificação e emitir o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis;

V - Crédito de Descarbonização (CBIO): instrumento registrado sob a forma escritural, para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis de que trata o art. 7º desta Lei;

VI - distribuidor de combustíveis: agente econômico autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a exercer a atividade de distribuição de combustíveis, nos termos do regulamento próprio da ANP;

VII - emissor primário: produtor ou importador de biocombustível, autorizado pela ANP, habilitado a solicitar a emissão de Crédito de Descarbonização em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido ou importado e comercializado, relativamente à Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, nos termos definidos em regulamento;

VIII - escriturador: banco ou instituição financeira contratada pelo produtor ou pelo importador de biocombustível responsável pela emissão de Créditos de Descarbonização escriturais em nome do emissor primário;

IX - firma inspetora: organismo credenciado para realizar a Certificação de Biocombustíveis e emitir o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis e a Nota de Eficiência Energético-Ambiental;

X - importador de biocombustível: agente econômico autorizado pela ANP a exercer a atividade de importação de biocombustível, nos termos do regulamento;

XI - intensidade de carbono: relação da emissão de gases causadores do efeito estufa, com base em avaliação do ciclo de vida, computada no processo produtivo do combustível, por unidade de energia;

XII - meta de descarbonização: meta fixada para assegurar menor intensidade de carbono na matriz nacional de combustíveis;

XIII - Nota de Eficiência Energético-Ambiental: valor atribuído no Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, individualmente, por emissor primário, que representa a diferença entre a intensidade de carbono de seu combustível fóssil substituto e sua intensidade de carbono estabelecida no processo de certificação;

XIV - produtor de biocombustível: agente econômico, nos termos do art. 68-A da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, autorizado pela ANP a exercer a atividade de produção de biocombustível, conforme o regulamento próprio da ANP; e

XV - sistema de produto: coleção de processos unitários, com fluxos elementares e de produtos, que realizam uma ou mais funções definidas e que modelam o ciclo de vida de um produto.

CAPÍTULO III
DAS METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES NA MATRIZ DE COMBUSTÍVEIS

Art. 6º As metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis serão definidas em regulamento, considerada a melhoria da intensidade de carbono da matriz brasileira de combustíveis ao longo do tempo, para um período mínimo de dez anos, observados:

I - a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de combustíveis;

II - a disponibilidade de oferta de biocombustíveis por produtores e por importadores detentores do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis;

III - (VETADO);

IV - a valorização dos recursos energéticos;

V - a evolução do consumo nacional de combustíveis e das importações;

VI - os compromissos internacionais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa assumidos pelo Brasil e ações setoriais no âmbito desses compromissos; e

VII - o impacto de preços de combustíveis em índices de inflação.

Art. 7º A meta compulsória anual de que trata o art. 6º desta Lei será desdobrada, para cada ano corrente, em metas individuais, aplicadas a todos os distribuidores de combustíveis, proporcionais à respectiva participação de mercado na comercialização de combustíveis fósseis no ano anterior.

§ 1º As metas individuais de cada distribuidor de combustíveis deverão ser tornadas públicas, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento à meta individual por cada distribuidor de combustíveis será realizada a partir da quantidade de Créditos de Descarbonização em sua propriedade, na data definida em regulamento.

§ 3º Cada distribuidor de combustíveis comprovará ter alcançado sua meta individual de acordo com sua estratégia, sem prejuízo às adições volumétricas previstas em lei específica, como de etanol à gasolina e de biodiesel ao óleo diesel.

§ 4º Até 15% (quinze por cento) da meta individual de um ano poderá ser comprovada pelo distribuidor de combustíveis no ano subsequente, desde que tenha comprovado cumprimento integral da meta no ano anterior.

Art. 8º O regulamento poderá autorizar a redução da meta individual do distribuidor de combustíveis nos seguintes casos:

I - aquisição de biocombustíveis mediante:

a) contratos de fornecimento com prazo superior a um ano, firmados com produtor de biocombustível detentor do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis;

b) (VETADO);

II - (VETADO).

Art. 9º O não atendimento à meta individual sujeitará o distribuidor de combustíveis à multa, proporcional à quantidade de Crédito de Descarbonização que deixou de ser comprovada, sem prejuízo das demais sanções administrativas e pecuniárias previstas nesta Lei e na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e de outras de natureza civil e penal cabíveis.

Parágrafo único. A multa a que se refere o **caput** deste artigo poderá variar, nos termos do regulamento, entre R$ 100.000,00 (cem mil reais) e R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. Serão anualmente publicados o percentual de atendimento à meta individual por cada distribuidor de combustíveis e, quando for o caso, as respectivas sanções administrativas e pecuniárias aplicadas.

CAPÍTULO IV
DO MONITORAMENTO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E COMBUSTÍVEIS

Art. 11. O monitoramento do abastecimento nacional de biocombustíveis será realizado nos termos de regulamento, e servirá de base para a definição:

I - das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, nos termos do art. 6º desta Lei, e dos respectivos intervalos de tolerância;

II - dos critérios, diretrizes e parâmetros para o credenciamento de firmas inspetoras e a Certificação de Biocombustíveis; e

III - dos requisitos para regulação técnica e econômica do Crédito de Descarbonização.

Art. 12. Previamente à sua aprovação, as metas compulsórias a que se refere o inciso I do **caput** do art. 11 desta Lei deverão ser submetidas a consulta pública.

CAPÍTULO V
DO CRÉDITO DE DESCARBONIZAÇÃO (CBIO)

Art. 13. A emissão primária de Créditos de Descarbonização será efetuada, sob a forma escritural, nos livros ou registros do escriturador, mediante solicitação do emissor primário, em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido, importado e comercializado.

§ 1º A definição da quantidade de Créditos de Descarbonização a serem emitidos considerará o volume de biocombustível produzido, importado e comercializado pelo emissor primário, observada a respectiva Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis do emissor primário.

§ 2º A solicitação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser efetuada em até sessenta dias pelo emissor primário da nota fiscal de compra e venda do biocombustível, extinguindo-se, para todos os efeitos, o direito de emissão de Crédito de Descarbonização após esse período.

Art. 14. O Crédito de Descarbonização deve conter as seguintes informações:

I - denominação "Crédito de Descarbonização - CBIO";

II - número de controle;

III - data de emissão do Crédito de Descarbonização;

IV - identificação, qualificação e endereços das empresas destacadas na nota fiscal de compra e venda do biocombustível que servirão de lastro ao Crédito de Descarbonização;

V - data de emissão da nota fiscal que servirá de lastro ao Crédito de Descarbonização;

VI - descrição e código do produto constantes da nota fiscal que servirão de lastro ao Crédito de Descarbonização; e

VII - peso bruto e volume comercializado constantes da nota fiscal que servirão de lastro ao Crédito de Descarbonização.

Art. 15. A negociação dos Créditos de Descarbonização será feita em mercados organizados, inclusive em leilões.

Art. 16. O escriturador será o responsável pela manutenção do registro da cadeia de negócios ocorridos no período em que os títulos estiverem registrados.

Art. 17. Regulamento disporá sobre a emissão, o vencimento, a distribuição, a intermediação, a custódia, a negociação e os demais aspectos relacionados aos Créditos de Descarbonização.

CAPÍTULO VI
DA CERTIFICAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Art. 18. A certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis, para os fins desta Lei, terá como prioridade o aumento da eficiência, com base em avaliação do ciclo de vida, em termos de conteúdo energético com menor emissão de gases causadores do efeito estufa em comparação às emissões auferidas pelo combustível fóssil.

Parágrafo único. Regulamento estabelecerá os critérios, os procedimentos e as responsabilidades para concessão, renovação, suspensão e cancelamento do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

Art. 19. O Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis será concedido ao produtor ou ao importador de biocombustível que atender individualmente aos parâmetros definidos em regulamento.

§ 1º O Certificado de que trata o **caput** deste artigo terá validade de até quatro anos, renovável sucessivamente por igual período.

§ 2º (VETADO).

Art. 20. Para a emissão do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, poderão ser exigidos garantias, seguro e capital mínimo integralizado, para o fiel cumprimento de suas obrigações.

Art. 21. O Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis incluirá expressamente a Nota de Eficiência Energético-Ambiental do emissor primário.

Art. 22. No âmbito do credenciamento de firma inspetora referente à certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis, cabe ao órgão competente, nos termos de regulamento:

I - estabelecer os procedimentos e responsabilidades para o credenciamento da firma inspetora;

II - proceder ao credenciamento, por ato administrativo próprio ou mediante instrumento específico, com órgãos da Administração Pública direta e indireta da União;

III - manter atualizada na internet a relação das Firmas Inspetoras credenciadas;

IV - fiscalizar as firmas inspetoras credenciadas e aplicar as sanções administrativas e pecuniárias, quanto ao cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e em atos relacionados;

V - solicitar dados e informações das firmas inspetoras e estabelecer prazos de atendimento, para fins de avaliação, monitoramento e fiscalização; e

VI - auditar o processo de emissão ou de renovação do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

Parágrafo único. Anualmente, deverá ser publicado na internet relatório com o resultado das ações de fiscalização e com as eventuais sanções administrativas e pecuniárias aplicadas às firmas inspetoras.

Art. 23. No âmbito da certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis, será realizada, nos termos de regulamento, fiscalização da movimentação de combustíveis comercializados, de forma a verificar sua adequação com os Créditos de Descarbonização emitidos e o cumprimento das metas individuais compulsórias.

§ 1º Para atendimento ao disposto no **caput** deste artigo, serão requisitados dados e informações dos produtores de biocombustíveis, dos importadores de biocombustíveis e dos distribuidores de combustíveis, sem prejuízo de outras ações de monitoramento e fiscalização definidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

§ 2º Será publicada na internet lista atualizada dos Certificados da Produção ou Importação Eficiente de Biocombustíveis emitidos, renovados, suspensos, cancelados ou expirados, em base mensal, com informações do produtor ou do importador de biocombustível, da Nota de Eficiência Energético-Ambiental, da validade do certificado, do volume produzido e do volume comercializado, sem prejuízo de demais dados previstos no regulamento.

§ 3º (VETADO).

Art. 24. Previamente à emissão ou à renovação do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, a firma inspetora submeterá a consulta pública, por no mínimo trinta dias, proposta de certificação, com indicação expressa da proposição da Nota de Eficiência Energético-Ambiental a ser atribuída, cabendo-lhe dar ampla divulgação ao processo.

§ 1º A proposta de certificação incluirá os valores e os dados utilizados para a proposição da Nota de Eficiência Energético-Ambiental.

§ 2º As sugestões e os comentários apresentados durante a consulta pública serão considerados pela firma inspetora:

I - com incorporação ao processo daqueles que forem pertinentes; e

II - com recusa motivada dos demais.

§ 3º A firma inspetora deverá dar ciência aos órgãos federais competentes acerca do resultado da consulta pública, que incluirá as sugestões e os comentários apresentados e sua avaliação.

§ 4º É assegurado, mediante prévia solicitação, amplo acesso à integralidade do processo de certificação.

Art. 25. Durante o período de suspensão ou de cancelamento do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, a quantidade de biocombustível produzido, importado, comercializado, negociado, despachado ou entregue não surtirá efeito para fins de emissão de Créditos de Descarbonização.

Art. 26. (VETADO).

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Na comercialização de biodiesel por meio de leilões públicos, deverão ser estabelecidos mecanismos e metas para assegurar a participação prioritária de produtores de biodiesel de pequeno porte e de agricultores familiares.

§ 1º Regulamento estabelecerá as condições para a participação dos produtores de biodiesel de pequeno porte de que trata o **caput** deste artigo.

§ 2º Para a definição de produtores de pequeno porte, aplica-se o disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 28. Será aplicado um bônus sobre a Nota de Eficiência Energético-Ambiental do produtor ou do importador de biocombustível cuja Certificação de Biocombustíveis comprove a emissão negativa de gases causadores do efeito estufa no ciclo de vida em relação ao seu substituto de origem fóssil.

Parágrafo único. Será de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Eficiência Energético-Ambiental mencionada no **caput** deste artigo o valor do bônus previsto neste artigo.

Art. 29. Os infratores às disposições desta Lei e às demais normas pertinentes ficarão sujeitos, nos termos de regulamento, às sanções administrativas e pecuniárias previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, sem prejuízo de outras de natureza civil e penal cabíveis.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As metas compulsórias a que se refere o art. 6º desta Lei entrarão em vigor em cento e oitenta dias, contados a partir da data de sanção, e as metas a que se refere o inciso I do **caput** do art. 11 desta Lei entrarão em vigor dezoito meses após a entrada em vigor das metas previstas no art. 6º desta Lei.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Esteves Pedro Colnago Junior

LEI Nº 13.577, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Denomina Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da rodovia BR-116 entre os Municípios de Porto Alegre e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da BR-116 entre os Municípios de Porto Alegre e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Mauricio Quintella

LEI Nº 13.578, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Denomina "Elevado Vitório Cella" o elevado que liga a rodovia BR-282 ao acesso à rodovia BR-480, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomine-se "Elevado Vitório Cella" o elevado que liga a rodovia BR-282 ao acesso à rodovia BR-480, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Mauricio Quintella

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEI Nº 13.579, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Determina a inscrição do nome do maestro Antônio Carlos Gomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Inscreva-se o nome do maestro Antônio Carlos Gomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.580, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Educador Social, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de setembro, data natalícia do educador Paulo Freire.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.581, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara Dom Helder Câmara Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos Dom Helder Câmara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.582, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Denomina Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O viaduto construído na rodovia BR-376, no Km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, passa a ser denominado Viaduto Elizete Aparecida Romagnoli Piveta Assunção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Mauricio Quintella

LEI Nº 13.583, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário das efemérides nacionais, o Dia Nacional dos Rosacruzes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.584, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Confere ao Município de Castro, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Leite.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica conferido ao Município de Castro, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Leite.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.585, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla a ser comemorada de 21 a 28 de agosto de cada ano.

Art. 2º As comemorações da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla visam ao desenvolvimento de conteúdos para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional e para combater o preconceito e a discriminação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

....." (NR)

"Art. 1º-A. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão apurados mensalmente, **pro rata die**, considerados os seguintes componentes:

I - o Fator de Atualização Monetária - FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice que vier a substituí-lo;

II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo - TLP, apurada nos termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

III - o CDR, definido pela razão entre o rendimento domiciliar **per capita** da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar **per capita** do País, limitado ao máximo de um inteiro;

IV - o Fator de Programa - FP, calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto, assim definido:

a) fator um, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual de até R$ 90.000.000,00 (noventa milhões);

b) fator um inteiro e três décimos, para operação de investimento para empreendedores com receita bruta anual acima de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

c) fator um inteiro e cinco décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual de até R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

d) fator um inteiro e oito décimos, para operação de capital de giro para empreendedores com receita bruta anual acima de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

e) fator oito décimos, para financiamento de projeto de investimento em infraestrutura para água e esgoto e em logística;

f) fator cinco décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

g) fator nove décimos, para financiamento de projeto de investimento em inovação acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

V - bônus de adimplência, com fator de:

a) oitenta e cinco centésimos, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento; e

b) um inteiro, nos demais casos.

§ 1º Para fins do cálculo dos encargos financeiros de que trata o **caput**, será aplicada a seguinte fórmula:

Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC = (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.

§ 2º A TFC será proporcional ao número de dias úteis - DU transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do FNO, do FNE e do FCO.

§ 3º O volume máximo de recursos do FNO, do FNE e do FCO alocados para o conjunto das linhas de crédito de inovação, de que trata a alínea "f" do inciso IV do **caput**, será de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, adicionado, a cada ano e para cada fundo, do seu orçamento não contratado dos exercícios anteriores.

§ 4º Os FP, nos termos do inciso IV do **caput**, e o limite a que se refere o § 3º estarão vigentes até 31 de dezembro de 2021, a partir de quando passarão a ser revisados, a cada quatro anos, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposição do Ministério da Integração Nacional, e as alterações estarão limitadas a vinte por cento dos valores vigentes.

§ 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos com recursos dos fundos constitucionais por fatores supervenientes de natureza econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o **caput** serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 7º O disposto neste artigo não se aplica às operações de financiamento estudantil a que se refere o 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, contratadas com recursos oriundos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 8º Ato conjunto do Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional definirá os critérios para a identificação das operações nas classificações estabelecidas no inciso IV do **caput**." (NR)

"Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos de que trata esta Lei, o mutuário perderá os benefícios aos quais fizer jus, especialmente aqueles relativos ao bônus de adimplência, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, incluídas as de natureza executória." (NR)

"Art. 1º-C. O **del credere** do banco administrador, limitado a até três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelo FNO, pelo FNE e pelo FCO e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval." (NR)

"Art. 1º-D. O CDR referente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que se referem os art. 1º e art. 1º-A, será calculado pelo IBGE, com base nos indicadores de renda domiciliar **per capita** e da população residente apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Parágrafo único. Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da atualização do CDR." (NR)

Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º-A. .....

.....

§ 4º .....

I - serão observados os encargos estabelecidos na Lei nº 10.177, de 2001; e

....." (NR)

"Art. 17-A. Os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO farão jus a taxa de administração sobre o patrimônio líquido dos respectivos fundos, apropriada mensalmente, nos seguintes percentuais:

I - três inteiros por cento ao ano, no exercício de 2018;

II - dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III - dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV - dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V - um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022;

VI - um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de administração a que se refere o **caput**, serão deduzidos do patrimônio líquido, apurado para o mês de referência:

I - os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II - os valores repassados ao banco administrador nos termos do § 11 do art. 9º-A;

III - os saldos das operações contratadas na forma do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 2001, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional;

IV - os saldos das operações contratadas na forma do art. 15-D da Lei nº 10.260, de 2001, com recursos do FNO, do FNE ou do FCO.

§ 2º Os bancos administradores farão jus ao percentual de trinta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos dos recursos do FNO, do FNE e do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº 9.126, de 1995.

§ 3º O montante a ser recebido pelos bancos administradores em razão da taxa de administração de que trata este artigo, deduzidos os valores referentes ao § 2º, poderá ser acrescido em até vinte por cento, com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo fundo ou compartilhado entre os bancos administradores e o fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário.

§ 4º A taxa de administração de que trata o **caput** e o percentual de que trata o § 2º ficam limitados, em cada exercício, a vinte por cento do valor das transferências de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição, realizadas pela União a cada um dos bancos administradores.

§ 5º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional regulamentará o fator de adimplência de que trata o § 3º, que será divulgado pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º Ato do Presidente da República regulamentará a sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores do FNO, do FNE e do FCO." (NR)

Art. 3º Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2017 com recursos do FNO, do FNE e do FCO serão os pactuados na forma da legislação em vigor à época da contratação.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º Ficam revogados:

I - o art. 8º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995;

II - o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e

III - os § 5º e § 7º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Helder Barbalho
Isaac Sidney Menezes Ferreira

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 813, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º Fica disponível ao titular da conta individual dos participantes do PIS-PASEP o saque do saldo nos seguintes casos:

I - atingida a idade de sessenta anos;

II - aposentadoria;

III - transferência para a reserva remunerada ou reforma; ou

IV - invalidez.

.....

§ 4º Na hipótese de morte do titular da conta individual do PIS-PASEP, o saldo da conta será disponibilizado a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica relativa aos servidores civis e aos militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 5º Os saldos das contas individuais do PIS-PASEP ficam disponíveis aos participantes de que tratam os incisos I a III do § 1º ou, na hipótese de morte do titular da conta individual, a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social, independentemente de solicitação.

§ 6º Até junho de 2018, a disponibilização dos saldos das contas individuais de que trata o § 5º será efetuada conforme cronograma de atendimento, critério e forma estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, quanto ao PIS, e pelo Banco do Brasil S.A., quanto ao PASEP." (NR)

"Art. 4º-A. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S.A. ficam autorizados a disponibilizar o saldo da conta individual do participante do PIS-PASEP em folha de pagamento ou mediante crédito automático em conta de depósito, conta poupança ou outro arranjo de pagamento de titularidade do participante, quando este estiver enquadrado nas hipóteses normativas para saque e não houver sua prévia manifestação contrária.

§ 1º Comprovada a morte do titular da conta individual do PIS-PASEP, aplica-se o disposto no **caput** a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social, quando não houver prévia manifestação contrária dos dependentes.

§ 2º Na hipótese do crédito automático de que tratam o **caput** e o § 1º, o interessado poderá solicitar a transferência do valor para outra instituição financeira, em até três meses após o depósito, independentemente do pagamento de tarifa, conforme procedimento a ser definido pela Caixa Econômica Federal, quanto ao PIS, e pelo Banco do Brasil S.A., quanto ao PASEP.

§ 3º O valor a ser disponibilizado nos termos deste artigo poderá ser emitido em unidades inteiras de moeda corrente, com a suplementação das partes decimais até a unidade inteira imediatamente superior." (NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor 10 dias após a sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 126º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior
Ronaldo Nogueira de Oliveira

DECRETO Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Distribui o efetivo de pessoal militar do Exército em tempo de paz para o ano de 2018.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, e no art. 1º da Lei nº 8.071, de 17 de julho de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º O efetivo de Oficiais-Generais, Oficiais e Praças - Subtenentes, Sargentos, Taifeiros, Cabos e Soldados - da Ativa do Exército em tempo de paz, para 2018, observará o disposto na Tabela de Distribuição do Efetivo, na forma do Anexo.

§ 1º A Tabela de Distribuição do Efetivo a que se refere o **caput** servirá como base para a aplicação das proporções estabelecidas no art. 61 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e para o consequente cálculo da quota compulsória.

§ 2º O Comandante do Exército editará os atos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 2º Fica delegada competência ao Comandante do Exército para alterar, em até vinte por cento, a distribuição dos efetivos de oficiais e praças de que trata o Anexo, observados os limites estabelecidos em lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 9.001, de 8 de março de 2017.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO

I - OFICIAIS-GENERAIS

POSTO	COMBATENTE	INTENDENTE	MÉDICO	ENGENHEIRO MILITAR	SOMA
GENERAL DE EXÉRCITO	15	-	-	-	15
GENERAL DE DIVISÃO	38	4	1	4	47
GENERAL DE BRIGADA	68	7	4	6	85
SOMA	121	11	5	10	147

II - OFICIAIS DE CARREIRA

ARMAS, QUADROS OU SERVIÇOS	POSTOS						SOMA
	CORONEL	TENENTE CORONEL	MAJOR	CAPITÃO	PRIMEIRO-TENENTE	SEGUNDO-TENENTE	
Armas e Quadro de Material Bélico	1.206	1.410	2.180	2.644	1.418	735	9.593
Serviço de Intendência	118	219	314	377	228	121	1.377
Serviço de Saúde (Quadro de Médicos)	81	104	217	423	419	-	1.244
Serviço de Saúde (Quadro de Dentistas)	18	35	65	137	71	-	326
Serviço de Saúde (Quadro de Farmacêuticos)	24	38	59	71	36	-	228
Quadro de Engenheiros Militares	86	149	213	278	218	-	944
Quadro Complementar de Oficiais	70	257	425	582	343	-	1.677
Quadro de Capelães Militares	1	8	12	20	17	9	67
Quadro Auxiliar de Oficiais	-	-	-	1.097	3.754	1.718	6.569
SOMA	1.604	2.220	3.485	5.629	6.504	2.583	22.025

III - OFICIAIS TEMPORÁRIOS

POSTO	QUANTIDADE
PRIMEIRO-TENENTE	2.900
SEGUNDO-TENENTE	7.100
SOMA	10.000

IV - PRAÇAS - SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA, SARGENTOS DO QUADRO ESPECIAL E SARGENTOS TEMPORÁRIOS

GRADUAÇÃO	DE CARREIRA	QUADRO ESPECIAL	TEMPORÁRIOS	SOMA
SUBTENENTE	6.575	-	-	6.575
PRIMEIRO SARGENTO	6.871	-	-	6.871
SEGUNDO SARGENTO	9.021	5.688	-	14.709
TERCEIRO SARGENTO	9.108	292	12.000	21.400
SOMA	31.575	5.980	12.000	49.555

V - PRAÇAS - TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS

GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
TAIFEIRO	5
CABO	27.000
SOLDADO	114.000
SOMA	141.005

VI - TOTAL GERAL DOS EFETIVOS

ESPECIFICAÇÃO			QUANTIDADE
OFICIAIS-GENERAIS			147
OFICIAIS		DE CARREIRA	22.025
		TEMPORÁRIOS	10.000
		SOMA PARCIAL	32.025
PRAÇAS	SUBTENENTES E SARGENTOS	DE CARREIRA	31.575
		DO QUADRO ESPECIAL	5.980
		TEMPORÁRIOS	12.000
		SOMA PARCIAL	49.555
	TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS	TAIFEIROS	5
		CABOS	27.000
		SOLDADOS	114.000
		SOMA PARCIAL	141.005
TOTAL GERAL			222.732

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 102.5; e

b) duas FCPE 101.1; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) quatro DAS 101.2; e

b) uma FCPE 101.2.

Art. 2º Ficam transformadas, na forma do Anexo II, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes FCPE: duas FCPE 101.1 em uma FCPE 101.2.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 4º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 5º O Anexo I ao Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18.
.....
.....

III - coordenar e executar, diretamente ou por intermédio de suas unidades descentralizadas, as atividades de defesa agropecuária relativas à importação e à exportação de animais terrestres e aquáticos vivos, de seus produtos e subprodutos, de vegetais, de parte de vegetais, de seus produtos e subprodutos e de insumos agrícolas, pecuários e aquícolas, em locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais;
....." (NR)

"Art. 21.
.....
.....

II - programar, coordenar, promover, acompanhar, avaliar e executar, por intermédio de suas unidades descentralizadas, as atividades de inspeção e de fiscalização sanitária e industrial de produtos e derivados de origem animal, inclusive aquícola e pesqueira;
....." (NR)

"Art. 39.
.....
.....

Parágrafo único. Exclui-se do inciso I do **caput** a execução das atividades e das ações de inspeção e de fiscalização sanitária e industrial de produtos e derivados de origem animal." (NR)

Art. 6º O Anexo II ao Decreto nº 8.852, de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo III a este Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 10 de janeiro de 2018.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Blairo Maggi
Esteves Pedro Colnago Junior

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MAPA P/ A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP P/ O MAPA(b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.2	1,27	-	-	4	5,08
DAS 102.5	5,04	1	5,04	-	-
SUBTOTAL 1		1	5,04	4	5,08
FCPE 101.2	0,76	-	-	1	0,76
FCPE 101.1	0,60	2	1,20	-	-
SUBTOTAL 2		2	1,20	1	0,76
TOTAL		3	6,24	5	5,84
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a)				2	- 0,40

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE TRANSFORMADAS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.2	0,76	-	-	1	0,76
FCPE 101.1	0,60	2	1,20	-	-
TOTAL		2	1,20	1	0,76
SALDO (c = b - a)				-1	-0,44

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016)

"a) .....

UNIDADES	Nº DE CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO/ CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
	5	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5

.....

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão de Operações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço Regional	7	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	8	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	7	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Controle e Avaliação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Inspeção	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	10	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	4	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Proteção de Plantas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL	1	Diretor	DAS 101.5
Estação Quarentenária de Cananéia	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação Zoossanitária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Sanidade Animal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	82		FG-1
Unidades Descentralizadas de Vigilância Agropecuária Internacional	96	Chefe	FG-1
	11		FG-2
	16		FG-3
SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO	1	Secretário	DAS 101.6

.....

SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	27	Superintendente Federal	DAS 101.4
Divisão	12	Chefe	DAS 101.2
Divisão	54	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	16	Chefe	DAS 101.1
Serviço	87	Chefe	FCPE 101.1
	189		FG-1
	144		FG-2
	48		FG-3
LABORATÓRIOS NACIONAIS AGROPECUÁRIOS	6	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	12	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	24	Chefe	FCPE 101.1

.....

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	4	25,08	4	25,08
DAS 101.5	5,04	26	131,04	26	131,04
DAS 101.4	3,84	78	299,52	78	299,52
DAS 101.3	2,10	53	111,30	53	111,30
DAS 101.2	1,27	83	105,41	87	110,49
DAS 101.1	1,00	64	64,00	64	64,00
DAS 102.5	5,04	6	30,24	5	25,20
DAS 102.4	3,84	11	42,24	11	42,24
DAS 102.3	2,10	16	33,60	16	33,60
DAS 102.2	1,27	31	39,37	31	39,37
DAS 102.1	1,00	32	32,00	32	32,00
SUBTOTAL 1		405	920,21	408	920,25
FCPE 101.4	2,30	18	41,40	18	41,40
FCPE 101.3	1,26	64	80,64	64	80,64
FCPE 101.2	0,76	166	126,16	167	126,92
FCPE 101.1	0,60	192	115,20	190	114,00
FCPE 102.4	2,30	4	9,20	4	9,20
FCPE 102.2	0,76	1	0,76	1	0,76
FCPE 102.1	0,60	10	6,00	10	6,00
SUBTOTAL 2		455	379,36	454	378,92
FG-1	0,20	552	110,40	552	110,40
FG-2	0,15	193	28,95	193	28,95
FG-3	0,12	111	13,32	111	13,32
SUBTOTAL 3		856	152,67	856	152,67
TOTAL		1.716	1.452,24	1.718	1.452

"(NR)

DECRETO Nº 9.251, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

LIV - BR-386/RS: trecho Entr. BR-153(A)/RS-223 (p/ Tapera) - Entr. Acesso Norte de Soledade; e

LV - BR-386/RS: trecho Entr. BR-287(B) - Entr. BR-470/116(A) (Canoas)." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Mauricio Quintella
W. Moreira Franco

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 575, de 26 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2017 (MP nº 791/17), que "Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)".

Ouvidos, os Ministérios de Minas e Energia, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Parágrafo único do art. 1º

"Parágrafo único. A ANM terá sede e foro no Distrito Federal e terá uma unidade administrativa em cada unidade da Federação."

Razões do veto

"É da competência privativa do Presidente da República, a teor do artigo 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal. Além disso, não se configura adequado o comando do dispositivo sem avaliação técnico-operacional acerca das necessidades de presença regional e das estruturas administrativas da Agência Nacional de Mineração."

Os Ministérios de Minas e Energia e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acrescentaram veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§ 5º do art. 2º

"§ 5º A ANM disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a solução de conflitos entre agentes da atividade de mineração, e poderá, com ênfase no interesse público e na paz social, em processos de mediação e conciliação, alterar em caráter temporário ou revogar títulos minerários."

Razões do veto

"Impõe-se o veto do dispositivo por não haver previsão legal a permitir à Agência Nacional de Mineração a alteração ou a revogação de títulos minerários, o que causaria insegurança jurídica. Não obstante, o artigo 17 do projeto contempla, adequadamente, a forma de sua atuação nas situações que demandem solução de conflitos entre agentes da atividade de mineração."

Art. 16

"Art. 16. A ANM deverá, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)."

Razão do veto

"O dispositivo possui redação idêntica à do parágrafo 1º do artigo 2º do projeto, no âmbito das competências e atribuições da Agência Nacional de Mineração."

Inciso I do art. 38 e alínea *b* do inciso I do art. 39

"I - no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de publicação desta Lei, quanto:

a) ao art. 20; e

b) à alínea b do inciso I do **caput** do art. 39 desta Lei;"

"b) o § 4º do art. 26 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração);"

Razões dos vetos

"Tendo em vista a não aprovação da taxa proposta para custeio do exercício da fiscalização da Agência Nacional de Mineração (TFAM), torna-se necessário o veto à revogação do custeio das vistorias pelos interessados e, por arrastamento, do dispositivo que postergava a vigência dessa revogação. Além disso, não se justifica a postergação da vigência do disposto no artigo 20 do projeto, que trata da atuação da Agência como autoridade administrativa independente."

A Advocacia-Geral da União acrescentou veto ao seguinte dispositivo:

Art. 6º

"Art. 6º O Diretor-Geral e os demais membros da Diretoria Colegiada serão brasileiros, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do **caput** do art. 52 da Constituição Federal, entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade.

§ 1º A indicação pelo Presidente da República dos membros da Diretoria Colegiada a serem submetidos à aprovação do Senado Federal deverá ser específica para Diretor-Geral ou para Diretor.

§ 2º Na hipótese de vacância no cargo de Diretor-Geral ou de Diretor no curso do mandato, este será completado por sucessor investido na forma prevista no **caput** deste artigo e exercido pelo prazo remanescente.

§ 3º O início da fluência do prazo do mandato será na data de posse do membro do Colegiado.

§ 4º Nas ausências eventuais do Diretor-Geral, as funções atinentes à presidência serão exercidas por membro da Diretoria Colegiada indicado pelo Diretor-Geral da ANM.

§ 5º Os membros da Diretoria Colegiada somente poderão perder o mandato em caso de:

I - renúncia;

II - condenação judicial transitada em julgado; ou

III - condenação em processo administrativo disciplinar.

§ 6º Cabe ao Ministro de Estado de Minas e Energia instaurar o processo administrativo disciplinar a que se refere o inciso III do § 5º deste artigo, e compete ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir o julgamento."

Razões do veto

"O dispositivo estabeleceria uma assimetria entre as regras e requisitos de investidura para os cargos de direção da Agência Nacional de Mineração e as que vigoram para as demais agências reguladoras, merecendo prevalecer, **in casu**, as regras gerais dispostas pela Lei nº 9.986, de 2000."

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, acrescentou, ainda, veto seguintes dispositivos:

Art. 18

"Art. 18. Os atos normativos da ANM que afetarem direitos de agentes econômicos, das comunidades impactadas e dos trabalhadores do setor de mineração deverão ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem, bem como submetidos a consulta ou audiência pública, conforme o regulamento."

Razão do veto

"O conteúdo do dispositivo possui redação semelhante, porém melhor regulado e de forma mais precisa, no artigo 12 do projeto."

Incisos IV, VI e XIV e § 1º do art. 21

"IV - vinte e seis CGE-III;"

"VI - dois CA-I;"

"XIV - cento e dois CCT-IV;"

"§ 1º Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de ocupantes do Quadro de Pessoal da ANM e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública."

Razões dos vetos

"O veto dos dispositivos visa, a par de preservar a estrutura organizacional que permita à Agência Nacional o exercício de suas competências, evitar o aumento das despesas com cargos em comissão. Ademais, o estabelecimento, no parágrafo 1º, de critérios para ocupação de cargos incorre em vício de iniciativa em matéria privativa do Presidente da República."

§§ 1º e 2º do art. 24

"§ 1º Os servidores de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e os a que alude o **caput** deste artigo são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

§ 2º Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público."

Razão dos vetos

"O assunto tratado nos dispositivos já encontra-se devida e adequadamente regulado pela Lei nº 12.813, de 2013, que dispõe sobre "o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego"".

Art. 25

"Art. 25. Ficam redistribuídos de ofício com fundamento no § 1º do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração (ANM) os aposentados e os pensionistas do quadro inativo do DNPM."

Razão do veto

"O dispositivo incorre em imprecisão técnica, tendo em vista que o instituto da redistribuição aplica-se somente a cargos ocupados ou vagos, não se cabendo dispor sobre redistribuição de aposentados e pensionistas."

Art. 31

"Art. 31. Ficam redistribuídos de ofício para o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração os servidores civis anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que estiverem em exercício no DNPM na data de publicação desta Lei."

Razão do veto

"O dispositivo incorre em imprecisão técnica, tendo em vista que o instituto da redistribuição aplica-se somente a cargo efetivo regido pela Lei nº 8.112, de 1990, e os anistiados, tratados pelo dispositivo, são empregados públicos celetistas."

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se, ainda, pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 26 e 28, 29 e 30 e inciso II do art. 39

"Art. 26. A redistribuição dos cargos de que tratam os arts. 24 e 25 desta Lei ocorrerá com a manutenção das denominações, atribuições, nível de escolaridade, requisitos de ingresso dos respectivos cargos das carreiras e do Plano Especial de Cargos, e a posição relativa na tabela dos servidores ocupantes dos cargos."

"Art. 28. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

I - Especialista em Recursos Minerais, composta por cargos de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, com atribuições de elevadas complexidade e responsabilidade voltadas a atividades especializadas relativas à gestão dos recursos minerais, envolvendo a regulação, o fomento, a fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, a fiscalização e proteção dos depósitos fossilíferos, o acompanhamento e análise das pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, a outorga dos títulos minerários, ao acompanhamento do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, à implementação, operacionalização e avaliação dos instrumentos da política mineral, ao estímulo do uso racional e eficiente dos recursos minerais, à fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), à promoção e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, direcionadas ao conhecimento, ao uso sustentado, à conservação e à gestão de recursos minerais, entre outras ações e atividades análogas decorrentes do cumprimento das atribuições institucionais da ANM;

.....

III - Técnico em Atividades de Mineração, composta por cargos de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte à regulação e ao apoio técnico especializado às atividades desenvolvidas pelos Especialistas em Recursos Minerais e ao exercício das competências a cargo da ANM; e

.....

.....

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2019, os cargos de que trata o **caput** deste artigo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, observadas as seguintes especificidades:

I - para os cargos de Especialista em Recursos Minerais, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *d* do Anexo XXVIII da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

II - para os cargos de Analista Administrativo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *c* do Anexo XXVIII da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

III - para os cargos de Técnico em Atividades de Mineração, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *c* do Anexo XXIX da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

IV - para os cargos de Técnico Administrativo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *b* do Anexo XXIX da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016." (NR)

"Art. 3º .....
.....

§ 7º A partir de 1º de janeiro de 2019, os cargos do Plano Especial de Cargos de que trata o **caput** deste artigo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, de desempenho adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, observadas as seguintes especificidades:

I - para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos de Geólogo, Geógrafo, Engenheiro, Engenheiro de Minas, Economista e Químico, de que trata o **caput** deste artigo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *d* do Anexo XXVIII da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

II - para os demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos de que trata o **caput** deste artigo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *c* do Anexo XXVIII da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

III - para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos de Desenhista, Técnico em Cartografia, Técnico em Recursos Minerais de que trata o **caput** deste artigo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *c* do Anexo XXIX da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;

IV - para os demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos de que trata o **caput** deste artigo, a remuneração dar-se-á conforme especificado na tabela *b* do Anexo XXIX da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016.

§ 8º A partir de 1º de janeiro de 2019, os cargos de nível auxiliar enquadrados no Plano Especial de Cargos de que trata o **caput** deste artigo passam a ser remunerados por vencimento básico acrescido da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras (GDPCAR), conforme especificado na tabela *d* do Anexo XIV e na tabela *d* do Anexo XIV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, respectivamente." (NR)

"Art. 15-B. Aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNPM redistribuídos para a ANM e compreendidos no § 8º do art. 3º desta Lei passa a ser devida a Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras (GDPCAR), quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANM."

"Art. 15-C. A GDPCAR será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional da ANM.

§ 1º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDPCAR.

§ 2º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDPCAR serão estabelecidos em ato da Diretoria Colegiada da ANM, observada a legislação vigente."

"Art. 15-D. A GDPCAR será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, nos respectivos cargos, níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo XIV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019.

§ 1º A pontuação referente à gratificação referida no **caput** deste artigo será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 2º Os valores a serem pagos a título das gratificações referidas no **caput** deste artigo serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XIV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com o respectivo cargo, nível, classe e padrão."

"Art. 15-E. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos no art. 15-B desta Lei em exercício no DNPM e redistribuídos à ANM, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDPCAR, observados o posicionamento na tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, nas seguintes condições:

I - os ocupantes de cargos comissionados CCT-I, CCT-II, CCT-III, CCT-IV, CCT-V, CAS-I, CAS-II e CA-III, ou cargos equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 1º do art. 15-D desta Lei;

II - os ocupantes de cargos comissionados CGE-I, CGE-II, CGE-III, CGE-IV, CA-I, CA-II, CD-I e CD-II, ou cargos equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da ANM no período."

"Art. 15-F. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos no art. 15-B desta Lei que não se encontrem em exercício na ANM farão jus à GDPCAR, observados o posicionamento na tabela e o cargo efetivo ocupado pelo servidor, quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício na ANM; e

II - cedidos para órgãos ou Poderes da União distintos dos indicados no inciso I do **caput** deste artigo e investidos em cargos de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 6, 5 ou 4, ou equivalentes, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

§ 1º A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelo disposto nos incisos I e II do **caput** deste artigo será:

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo;

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 2º A avaliação individual do servidor alcançado pelo disposto no inciso I do **caput** deste artigo será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 2º do art. 15-C desta Lei não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor."

"Art. 15-G. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 2º do art. 15-C desta Lei que regulamenta os critérios e procedimentos específicos para o pagamento da GDPCAR, considerada a distribuição de pontos de que trata o § 1º do art. 15-D desta Lei, e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional neste sistema, os servidores que fizerem jus à gratificação de que trata o art. 15-B desta Lei deverão percebê-la de maneira integral.

Parágrafo único. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor."

"Art. 15-H. O servidor ativo beneficiário da GDPCAR que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da ANM."

"Art. 15-I. Caso ocorra exoneração do cargo em comissão, os servidores referidos no art. 15-B desta Lei continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração."

"Art. 15-J. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, relativas a servidores referidos no art. 15-B desta Lei, a GDPCAR:

I - quando percebidas por período igual ou superior a sessenta meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos valores recebidos nos últimos sessenta meses;

II - quando percebidas por período inferior a sessenta meses, a GDPCAR será recebida em valores correspondentes a cinquenta pontos."

"Art. 15-K. Aos servidores a que se refere o art. 15-B desta Lei que estiverem aposentados e aos pensionistas por ocasião da publicação desta Lei será aplicado o correspondente a cinquenta pontos, considerando o nível, a classe e o padrão à época da aposentadoria."

"Art. 29. As alterações nos vencimentos de que trata o art. 28 desta Lei obedecerão à classe e ao padrão ocupados pelo servidor em janeiro de 2019.

Art. 30. Os Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, passam a vigorar com a redação constante dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente."

"II - em 1º de janeiro de 2019:

a) o § 3º do art. 1º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004;

b) os §§ 5º e 6º do art. 3º da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004;

c) os arts. 5º, 6º, 15, 16, 16-A, 17, 18, 19, 20, 20-A, 21, 22, 25-A e o Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004."

Razões dos vetos

"Os dispositivos implicariam em aumento de despesa, para exercícios futuros, não previsto no projeto original, e em matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Além disso, vão de encontro ao esforço de não elevação de despesas face ao atual cenário de restrição fiscal. Em decorrência, impõe-se, por arrastamento, o veto ao inciso II do artigo 39, de modo a se manter a legislação relacionada aos cargos das Carreiras e do Plano de Cargos do DNPM."

Art. 27

"Art. 27. É devido o adicional de periculosidade ou insalubridade aos servidores em exercício na Agência Nacional de Mineração (ANM), que desempenham suas atividades de ofício, em condições de trabalho perigoso, penoso ou insalubre, nos termos da lei."

Razão do veto

"O assunto tratado nos dispositivos já encontra-se devida e adequadamente regulado pela Lei nº 8.112, de 1990, não acrescentando nenhuma especificidade para a Agência Nacional de Mineração que justifique seu duplo tratamento normativo."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 576, de 26 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 160, de 2017 (nº 9.086/17 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguintes dispositivos:

Inciso III do art. 6º

"III - a contribuição dos biocombustíveis para a melhoria da qualidade do ar e da saúde e para a segurança do abastecimento nacional de combustíveis, inclusive seus reflexos positivos na infraestrutura logística e de transporte de combustíveis, na balança comercial, na geração de emprego, de renda e de investimentos;"

Razões do veto

"Embora louvável, o estabelecimento de metas deve ser condizente com os objetivos traçados, de forma a minimizar seus efeitos indesejáveis, como impactos inflacionários ou distorções setoriais, além de permitir quantificação objetiva. Assim, a inclusão de parâmetros como balança comercial, infraestrutura logística, dentre outros, pode enviesar a formação das metas, desviando a política de seu objetivo original e conflitando com outros objetivos e setores."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º do art. 23

"§ 3º O acesso à base de dados das notas fiscais eletrônicas e à base de dados eletrônica de comercialização, de importação e de exportação de combustíveis fósseis e biocombustíveis será assegurado nos termos de regulamento."

Razões do veto

"Em decorrência do sigilo fiscal (artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional), por revelar a natureza ou estado dos negócios e atividades do contribuinte, não há possibilidade de se assegurar o acesso às bases de dados previstas no dispositivo, impondo-se o veto ao mesmo."

Art. 26

"Art. 26. O produtor ou o importador de biocombustível terá seis meses para iniciar outro processo de certificação e concluir a obtenção de novo Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, nos seguintes casos:

I - cancelamento ou revogação do registro da firma inspetora; ou

II - extinção empresarial da firma inspetora, independentemente da razão.

Parágrafo único. A inobservância do prazo a que se refere o **caput** deste artigo implicará o cancelamento imediato do certificado vigente."

Razões do veto

"A matéria tratada no dispositivo será melhor regulada pelo regulamento previsto no parágrafo único do artigo 18 do projeto. Ademais, eventuais problemas ocorridos com o certificador/inspetor não devem gerar encargos ao produtor ou importador."

O Ministério da Fazenda, juntamente com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão solicitou, ainda, veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Alínea *b* do inciso I do art. 8º

"b) contratos com produtores de biocombustíveis instalados nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco);"

Razões do veto

"A possibilidade de redução da meta individual prevista no dispositivo é prejudicial à livre concorrência, distorce o mercado, e cria barreiras à entrada de produtores em outras regiões não atingidas pelo benefício. Além disso, poderia ir de encontro ao objetivo precípuo da política, beneficiando produtores mais poluentes das regiões citadas em detrimento de outros, menos poluentes, de outras regiões."

Inciso II do art. 8º

"II - aquisição de combustíveis fósseis de produtores instalados no País, em função de sua redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, por unidade produtora, com base na avaliação de ciclo de vida, em relação aos produtos importados."

Razões do veto

"A possibilidade de redução da meta individual prevista no dispositivo se configura como uma barreira não tarifária à importação, sobretudo em períodos de elevado nível de importação de combustíveis fósseis. Além disso, poderia haver fortalecimento de posições oligopolistas nacionais, com prejuízo para a concorrência interna e possível impacto nos preços ao consumidor final, pelo encarecimento das importações."

§ 2º do art. 19

"§ 2º O Certificado do Importador deve ser emitido para cada operação de importação, com comprovação de que a origem do produto importado, em sua totalidade, atende aos critérios de certificação."

Razões do veto

"A exigência aumenta a burocracia para o importador e os custos de transação, podendo impactar o preço do produto ao consumidor final. Além disso, não se afigura razoável que o importador deva ser certificado a cada operação de importação, enquanto o produtor o faça somente a cada quatro anos, o que também pode ser considerado barreira não tarifária à importação, com eventuais questionamentos em organismos internacionais."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 577, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.577, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 578, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.578, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 579, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.579, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 580, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.580, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 581, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.581, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 582, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.582, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 583, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.583, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 584, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.584, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 585, de 26 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.585, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 586, de 26 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 812, de 26 de dezembro de 2017.

Nº 587, de 26 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 813, de 26 de dezembro de 2017.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 691, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto no 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art.121, inciso VII do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU n.º23 do dia seguinte, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e a Instrução Normativa/INCRA nº 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Curral da Pedra, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR-29/G/N° 019/09, de 04 de maio de 2009;

Considerando os termos da Ata nº 009/11, da Reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco - SR(29), que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-29/PTR/n°54141.000091/2007-82, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Curral da Pedra, a área de 4.515,2647 ha (quatro mil quinhentos e quinze hectares, vinte e seis ares e quarenta e sete centiares), situada no Município de Abaré, no Estado da Bahia.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola são: ao norte com terras de João Isac; leste com terras de João Bahia da Silva; sul com Espólio de José Brito, terras de João Bahia da Silva, José Marcionílio, Espólio de José Crispim e outros, oeste com P.A. Antônio Conselheiro IV, terras de José Teodoro, Maria de Lurdes, Anedina Maria, Rosivelt Pereira da Silva e Delegado de Abaré.

§ 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo n.º 54141.000091/2007-82 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-02/ Nº 75, de 30 de outubro de 1996, publicada no DOU nº 212, de 31 de outubro de 1996, Seção 1, pág. 22.326, que criou o PA CAROBA, Código SIPRA CE0131000, **onde se lê:** "com área de 2.114,3711ha (dois mil cento e catorze hectares, trinta e sete ares e onze centiares)"; **leia-se:** "com área de 2.098,8617ha (dois mil e noventa e oito hectares, oitenta e seis ares e dezessete centiares)."

Na Resolução nº 61, de 18 de maio de 1992, publicada no BS nº 21, de 25 de maio de 1992, que criou o PA TORTA, Código SIPRA CE0068000, **onde se lê:** "com área de 3.446,3280 ha (três mil quatrocentos e quarenta e seis hectares, trinta e dois ares e oitenta centiares)"; **leia-se:** "com área de 3.446,8164 ha (três mil quatrocentos e quarenta e seis hectares, oitenta e um ares e sessenta e quatro centiares)."

Na Resolução nº 4, de 8 de janeiro de 1986, publicada no Boletim de Serviço nº 3, de 20 de janeiro de 1986, que criou o PA IPUEIRA DA VACA, Código SIPRA CE0014000, **onde se lê:** "com área de 7.500,1658ha (novecentos e quarenta e nove hectares, setenta e nove ares e cinco centiares)"; **leia-se:** "com área de 7.523,3240 (novecentos e trinta e um hectares, um are e doze centiares)."

Na Portaria INCRA/SR-02/ Nº 20, de 22 de agosto de 1997, publicada no DOU nº 162, de 25 de agosto de 1997, Seção 1, pág. 18.372, que criou o PA ENTRE RIOS, Código SIPRA CE0175000, **onde se lê:** "com área de 2.448,0622 ha (dois mil quatrocentos e quarenta e oito hectares, seis ares e vinte e dois centiares)"; **leia-se:** "com área de 2.410,6071 ha (dois mil quatrocentos e dez hectares, sessenta ares e setenta e um centiares)."

Na Portaria INCRA/SR(02)/Nº 103, de 9 de dezembro de 1996, publicada no DOU Nº. 239, de 10 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 26.315, que criou o PA IPIRANGA, Código SIPRA CE0147000, **onde se lê:** "com área de 949,7905ha (novecentos e quarenta e nove hectares, setenta e nove ares e cinco centiares)"; **leia-se:** "com área de 931,0112ha (novecentos e trinta e um hectares, um are e doze centiares)."

Na Portaria INCRA/SR-02/ Nº 47, de 26 de junho de 1996, publicada no DOU nº. 123, de 27 de junho de 1996, Seção 1, pág. 11.567, que criou o PA SANTA TEREZA, Código SIPRA CE0125000, **onde se lê:** "com área de 1.086,5536 ha (mil e oitenta e seis hectares, cinqüenta e cinco ares e trinta e seis centiares)"; **leia-se:** "com área de 1.087,6602ha (mil e oitenta e sete hectares, sessenta e seis ares e dois centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 091, de 21 de dezembro de 2005, publicada no DOU nº 245, Seção 1, pág. 95, de 22/12/2005 que criou o Projeto de Assentamento RIO ARAGUAIA no município de SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA/GO, Código SIPRA GO0283000, **onde se lê** "...área de 3.965,1371 (três mil novecentos e sessenta e cinco hectares, treze ares, e setenta e um centiares...", **leia-se:** "...área de 3.968,1092 (três mil novecentos e sessenta e oito hectares, dez ares e noventa e dois centiares...", **onde se lê** ".. prevê a criação de 97 (noventa e sete) unidades agrícolas,..." **leia-se:** "...prevê a criação de 93 (noventa e três) unidades agrícolas...".

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Entidades: AC CNDL RFB
Processo nº: 99990.000019/2016-83
DEFIRO o pedido de alterações propostas pela AC RFB na DPC, PC A1 e PC A3 da AC CNDL RFB - 2º Nível.

Entidade: AR TRÊS COLINAS
Processo nº: 99990.001147/2017-25
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR TRÊS COLINAS vinculada à AC BR RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Entidade: PSBio VALID, AC VALID
Processo nº: 99990.001385/2017-31
DEFIRO o pedido de credenciamento do Prestador de Serviço Biométrico VALID - PSBio VALID, uma vez que o mesmo atendeu aos requisitos estabelecidos nos normativos da ICP-Brasil.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Entidade: PSBio VALID, AC VALID
Processo nº: 99990.001385/2017-31

DEFIRO o pedido de credenciamento do Prestador de Serviço Biométrico VALID - PSBio VALID, uma vez que o mesmo atendeu aos requisitos estabelecidos nos normativos da ICP-Brasil.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DEZEMBRO DE 2017

Divulga o resultado do Processo 99990.001469/2017-74 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, do Modulo de Segurança Criptográfico, Modelo "LUNA SA" Versão/Série "6.3.0", Versão de Firmware "6.10.9", Nível de Segurança "NSH 2 / NSF 2" da empresa Safenet Tecnologia em Informática Ltda.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 96 de 27 de setembro de 2012, e Resolução 127 de 13 de setembro de 2017 ambas do Comitê Gestor de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 99990.001469/2017-74, relativo à homologação do Modulo de Segurança Criptográfico, Modelo "LUNA SA" Versão/Série "6.3.0", Versão de Firmware "6.10.9", Nível de Segurança "NSH 2 / NSF 2", da empresa Safenet Tecnologia em Informática Ltda.

Art. 2° - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LSI-TEC LEA em 07.12.2017, com relação aos requisitos exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 7 - Volumes I e II - versão 2.2, considerando o Nível de Segurança de Homologação 2, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, Conforme Laudo de Conformidade emitido pelo Laboratório em 07.12.2017, processo nº 00007.000088/2015-31.

Art. 3° - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 2, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.3.1 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução n° 127 de 13 de setembro de 2017.

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 08-2010 do ITI, em 01.10.2010;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de módulos de segurança criptográfica (MSC) no âmbito da ICP-Brasil - v 1.0 (DOC-ICP-10-5), aprovado pela Instrução Normativa 5/2007, em 11 de dezembro de 2007.

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 7 (MCT 7) - Volumes I e II - v.2.2 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art 4° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0006-17-0005-07.

JOSÉ RODRIGUES GONÇALVES JÚNIOR

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 54, de 5 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 7 de julho de 2017, Seção 1, página 97,

Em seu anexo;

Onde se lê:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO APROVADA		
NCM	**DESCRIÇÃO**	**TEC %**	**NCM**	**DESCRIÇÃO**	**TEC %**
3603.00.00	Estopins e rastilhos, de segurança; cordéis (cordões*) detonantes; fulminantes e cápsulas fulminantes; escorvas; detonadores elétricos.	12	3603.00 3603.00.10 3603.00.20 3603.00.30 3603.00.40 3603.00.50 3603.00.60	Estopins e rastilhos, de segurança; cordéis (cordões*) detonantes; fulminantes e cápsulas fulminantes; Cordéis detonantes Fulminantes Cápsulas fulminantes Escorvas Detonadores elétricos	12 12 12 12 12 12
.....	.....	.....	.....	.....	....

Leia-se:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO APROVADA		
NCM	**DESCRIÇÃO**	**TEC %**	**NCM**	**DESCRIÇÃO**	**TEC %**
3603.00.00	Estopins e rastilhos, de segurança; cordéis (cordões*) detonantes; fulminantes e cápsulas fulminantes; escorvas; detonadores elétricos.	12	3603.00	Estopins e rastilhos, de segurança; cordéis (cordões*) detonantes; fulminantes e cápsulas fulminantes; escorvas; detonadores elétricos.	
			3603.00.10	Estopins e rastilhos, de segurança	12
			3603.00.20	Cordéis detonantes	12
			3603.00.30	Fulminantes	12
			3603.00.40	Cápsulas fulminantes	12
			3603.00.50	Escorvas	12
			3603.00.60	Detonadores elétricos	12
.....	.....	.....	.....	.....	....

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 90, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 6 a 46,

No Art. 1º;

Onde se lê:

8419.50.21	Ex 085 - Trocadores de calor duplo tubo com misturador estático interno, fabricados em aço inoxidável, projetados para pressão de 12MPa (lado interno) e de 16MPa (lado externo), diâmetro interno de 558mm e comprimento de 3.400mm, com misturador estático para homogeneização da mistura de aditivos e da temperatura do polímetro fundido, com capacidade de projeto de 1.000 até 3.000kg/h, temperatura de projeto de 250°C, sendo o fluido interno EPS fundido e o fluido externo óleo térmico, utilizado em unidade de produção de poliestireno expandido (EPS) para o controle de temperatura antes do corte em pelletizadora submersa.

Leia-se:

8419.50.21	Ex 085 - Trocadores de calor duplo tubo com misturador estático interno, fabricados em aço inoxidável, projetados para pressão de 12MPa (lado interno) e de 1,6MPa (lado externo), diâmetro interno de 558mm e comprimento de 3.400mm, com misturador estático para homogeneização da mistura de aditivos e da temperatura do polímetro fundido, com capacidade de projeto de 1.000 até 3.000kg/h, temperatura de projeto de 250°C, sendo o fluido interno EPS fundido e o fluido externo óleo térmico, utilizado em unidade de produção de poliestireno expandido (EPS) para o controle de temperatura antes do corte em pelletizadora submersa.

Onde se lê:

8905.10.00	Ex 014 - Dragas flutuantes de sucção e recalque, desmontáveis, sem propulsão; com acionamento diesel-hidráulico; com comprimento sobre os pontões de 25,50m, com boca de 7,95m, com diâmetro de sucção de 550mm e diâmetro de descarga de 500mm; com profundidade de dragagem de 14m e calado de 1,05m; com cortador com

Leia-se:

8905.10.00	Ex 014 - Dragas flutuantes de sucção e recalque, desmontáveis, sem propulsão; com acionamento diesel-hidráulico; com comprimento sobre os pontões de 25,50m, com boca de 7,95m, com diâmetro de sucção de 550mm e diâmetro de descarga de 500mm; com profundidade de dragagem de 14m e calado de 1,05m; com cortador com potência de 180kW e, largura de corte mínima de 39,6m, equipadas com dois motores diesel, sendo o principal de 954kW e o auxiliar de 339kW, com bomba de dragagem com selo mecânico, com 2 guinchos de giro e 1 guincho da lança acionados por sistema hidráulico, com tração de 120kN e 0 - 15m/min e 2 estacas de fixação e movimentação com 19m de comprimento e 610mm de diâmetro.

Onde se lê:

8457.10.00	Ex 323 - Centros de usinagem vertical, com coluna móvel e 5 eixos de usinagem, com capacidade de carga de 5.000kg sobre a mesa fixa e de 2.000kg sobre a mesa rotativa, equipados com comando numérico computadorizado (CNC), com cursos em X de 1.600 ou 2.000mm, Y de 820mm e Z de 850mm, sistema de quarto e quinto eixo com movimentos integrados, movimento basculante do cabeçote de pelo menos +91 Graus e movimento rotativo na mesa de 360°, velocidade de deslocamento dos eixos lineares de 30m/min, equipados com "eletrospindle" com velocidade máxima de 16.000 ou 20.000rpm, equipados com réguas lineares ópticas absolutas nos 3 eixos lineares e encoders absolutos nos eixos rotativos com resolução de 0,0001°.

Leia-se:

8457.10.00	Ex 323 - Centros de usinagem vertical, com coluna móvel e 5 eixos de usinagem, com capacidade de carga de 5.000kg sobre a mesa fixa e de 2.000kg sobre a mesa rotativa, equipados com comando numérico computadorizado (CNC), com cursos em X de 1.600 ou 2.000mm, Y de 820mm e Z de 850mm, sistema de quarto e quinto eixo com movimentos integrados, movimento basculante do cabeçote de pelo menos +91 graus até -91 graus e movimento rotativo na mesa de 360°, velocidade de deslocamento dos eixos lineares de 30m/min, equipados com "eletrospindle" com velocidade máxima de 16.000 ou 20.000rpm, equipados com réguas lineares ópticas absolutas nos 3 eixos lineares e encoders absolutos nos eixos rotativos com resolução de 0,0001°.

Onde se lê:

8474.80.90	Ex 128 - Máquinas vibro-prensas para elementos de cimento, chapas de armazenagem dos produtos em aço, alinhamento por puxador individual, gaveta de alimentação com sistema de agitamento hidráulico, mesa vibratória aérea apoiada por coxins pneumáticos, vibrador hidráulico vertical de rotação até 3.000rpm, painel controlado por CLP.

Leia-se:

8474.80.90	Ex 128 - Máquinas vibro-prensas para elementos de cimento, chapas de armazenagem dos produtos em aço, alimentado por puxador individual, gaveta de alimentação com sistema de agitamento hidráulico, mesa vibratória aérea apoiada por coxins pneumáticos, vibrador hidráulico vertical de rotação até 3.000rpm, painel controlado por CLP.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 422, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência ao Secretário-Geral de Administração para os fins que especifica.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e com base na autorização prevista no art. 2º, § 1º, inciso II, e § 3º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria nº 111, de 15 de março de 2012, publicado no DOU de 16 de março de 2012, que a passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Delegar ao Secretário-Geral de Administração a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio, ficando autorizada a subdelegação para os contratos com valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO MEDEIROS CARVALHO

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.781, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das competências que lhe conferem os incisos II e V do art. 30 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e considerando as disposições contidas no art. 43 da Portaria AGU nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Atribuir à Unidade de Atendimento em Minas Gerais a competência para realizar, a partir de 1º de janeiro de 2018, a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos orçamentários, financeiros e materiais destinados ao desenvolvimento das ações institucionais da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Constituir Grupo de Trabalho para que, até 30 de janeiro de 2018, possa adotar providências visando:

I - o levantamento dos bens móveis em uso pelas unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sediadas no estado de Minas Gerais, e a consequente transferência da carga patrimonial para a Unidade de Atendimento em Minas Gerais;

II - a identificação dos bens imóveis próprios nacionais sob utilização das unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sediadas no estado de Minas Gerais e a alteração cadastral perante a Secretaria do Patrimônio da União;

III - o levantamento dos contratos de prestação de serviços, de fornecimento de bens e de materiais vigentes, formalizados com o objetivo de atender às necessidades das unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sediadas no estado de Minas Gerais, passíveis de sub-rogação contratual, e das garantias vinculadas, inclusive a documentação de suporte; e

IV - a identificação das notas de empenhos, emitidas no exercício de 2017, que serão inscritas em Restos a Pagar Não Processados, com vistas à transferência de responsabilidade para a Unidade de Atendimento em Minas Gerais, inclusive a documentação de suporte.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho será composto por 6 (seis) integrantes, sendo 3 (três) da Superintendência de Administração no Rio de Janeiro e 3 (três) da Unidade de Atendimento em Minas Gerais.

Art. 3º Determinar à Coordenação de Análise Contábil, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, desta Secretaria, que auxilie a Superintendência de Administração no Rio de Janeiro e a Unidade de Atendimento em Minas Gerais, no processo de migração dos saldos contábeis decorrentes da transferência do patrimônio e obrigações.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 114, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Select One Pack, registro n° 2102, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a alteração da dose a maior na cultura da soja para controle Digitaria insularis, conforme processo nº 21000.042391/2016-85.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Select One Pack, registro nº 2102, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de abacaxi, algodão, alho, batata, batata-doce, batata yacon, berinjela, café, cará, cebola, cenoura, feijão, fumo, gengibre, inhame, jiló, quiabo, mandioca, mandioquinha-salsa, melancia, milho, pimenta, tomate e trigo e a inclusão dos alvos biológicos Eleusine indica, Setaria geniculata, Pennisetum setosum, Echinochloa crusgali, Rottboellia exaltata, Eragrostis ciliares, Zea mays (milho voluntário), Pennisetum americanum (Milheto voluntário), Triticum aestivum (Trigo voluntário), Oryza sativa (Arroz voluntário), Panicum maximum, Sorghum halepense, Lolium multiflorum, Avena strigosa, Digitaria insularis, conforme processo nº 21000.042391/2016-85.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Select One Pack, registro nº 2102, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a modalidade de aplicação aérea para as culturas de algodão, feijão, soja, milho, trigo e a modalidade de uso pré-plantio para as culturas de milho e trigo, conforme processo nº 21000.042391/2016-85.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Nomolt 150, registro nº 1393, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a modalidade de aplicação aérea na cultura da cana-de-açúcar, conforme processo nº 21000.032021/2017-11.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Imidacloprid Técnico Tide, processo nº 21000.002798/2012-46, da empresa Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Queiroz Filho 1700 - CEP: 05319-000 - São Paulo/SP, para a empresa Tide do Brasil Ltda. - sito à Rua Antônio Carlos Berta - CEP: 91340-020 - Porto Alegre/RS, conforme processo nº 21000.053987/2017-91.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Spot SC registro nº 0516, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Corynespora cassiicola na cultura da soja, conforme processo nº 21000.053954/2017-41.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Artys, registro nº 13408, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Solanum aculeatissimum, Sidastrum paniculatum, Waltheria indica, Vernonia polyanthes e Vernonia westiniana na cultura de pastagem, conforme processo nº 21000.053876/2017-85.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Dermacor, registro nº 9515, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do algodão para controle de Helicoverpa armígera e Elasmopalpus lignosellus e inclusão dos alvos biológicos Agrotis ipsilon e Elasmopalpus lignosellus na cultura do milho, conforme processo nº 21000.032579/2017-04.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Orkestra SC, registro nº 8813, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Corynespora cassiicola na cultura do algodão e Septoria lycopersici na cultura do tomate, conforme processo nº 21000.053960/2017-07.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas da maçã e mamão, no produto Actara 250 WG, registro nº 10098, conforme processo nº 21000.050714/2017-95.

11. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Glifosato GH 480 SL, processo nº 21000.007716/2013-31.

12. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Boasafra Comércio e Representações Ltda. - CNPJ nº 05.662.861/0001-59 - Ji-Paraná/RO, a importar o produto formulado Cyper Copa 250 EC, registro n° 3915, conforme processo nº 21000.051154/2017-96.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Basf S.A. - CNPJ nº 48.539.407/0001-18 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ nº 48.539.407/0002-07 - Guaratinguetá/SP, como importador o produto Timorex Gold, registro nº 22116, conforme processo nº 21000.051162/2017-32.

14. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Fortmex-S, registro nº 0605, conforme processo nº 21000.051574/2017-72.

15. De acordo com o Artigo 22, § 1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a incorporação da empresa Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - sito à Rodovia Margarida da Graça Martins, SP 135, s/nº km 17,5 Bl. B, Bairro Água Seca, CEP: 13420-280 - Piracicaba/SP, pela empresa Koppert do Brasil Holding Ltda. sito à Rodovia Margarida da Graça Martins, s/nº km 17,5 - CEP: 13400-970, caixa postal 35 - Piracicaba/SP, foram incorporados os seguintes produtos registrados: Entomite, registro nº 32417; Celta, registro nº 32517; Albatroz, registro nº 32217; Avenger, registro nº 32317, Bionect registro nº 32017, Boveril WP PL63 registro nº 04902, Challenger registro nº 28617, Interceptor registro nº 28217, Metarril WP E9 registro nº 06605; No Hop, registro nº 31917; Puma, registro nº 30917; Trianum WG, registro nº 32117; Trichodermil SC 1306, registro nº 2007; Veraneio, registro nº 16217; Spical, registro nº 13212; Hopper, registro nº 6015; Hunter, registro nº 10115; Diplomata, registro nº 1513E e Matematrix CBW, registro nº 1713E; conforme processo nº 21000.052159/2017-36.

16. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico AL, registro n° 7314, no produto formulado Viktor, registro n° 13308, conforme processo nº 21000.003019/2016-53.

17. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Macroseeds Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 02.850.049/0001-69 - São Miguel do Iguaçu/PR, a importar o produto formulado Marathon 800 WG, registro nº 27717, conforme processo nº 21000.002482/2013-35.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Macroseeds Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 02.850.049/0001-69 - São Miguel do Iguaçu/PR, a importar o produto formulado Taffeta 200 SP, registro nº 19017, conforme processo nº 21000.008965/2014-24.

19. Considerando o disposto no Parecer N. 00871/2017/CONJUR-MAPA/CGU/AGU, de 19 de outubro de 2017; considerando o posicionamento expresso na Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos - CTA ocorrida em 06 de novembro de 2017 e o disposto no processo n° 21000.043905/2016-10, cancelar o registro do produto Banole HV, registro n° 6209, registrado como adjuvante, tendo em vista não existir obrigatoriedade de registro na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto n° 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Ao produto em tela se aplicam o disposto do Ato N° 104, 20 de novembro de 2017, publicado no DOU, Seção 1, em 21 de novembro de 2017 e do Ato N° 108, 28 de novembro de 2017, publicado no DOU, Seção 1, em 30 de novembro de 2017.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 20 de junho de 2017, em 2111, Seção 1, na tabela do item 8, grupo 4C, onde se lê: ... família química Sulfoxafor, leia-se: ... família química Sulfoxaminas.

No DOU de 23 de novembro de 2016, em Ato nº 65, Seção 1, item 14, onde se lê: ... inclusão do alvo biológico com aumento de dose Podridão-abacaxi (Ceratocystis paradoxa) na cultura da cana-de-açúcar, e inclusão de modalidade de aplicação aérea e terrestre na cultura da cana-de-açúcar; leia-se: ... inclusão do alvo biológico Podridão-abacaxi (Ceratocystis paradoxa) na cultura da cana-de-açúcar e inclusão de modalidade no sulco de plantio na cultura da cana de açúcar, no produto Orkestra SC, registro nº 8813.

No DOU de 23 de novembro de 2016, em Ato nº 65, Seção 1, item 15, onde se lê: ... onde se lê: ... Subgrupo 1B - Cultura Representativa - Manga, cultura de suporte fitossanitário insuficiente: abacate, cacau, cupuaçu, guaraná, maracujá, kiwi, romã, anonáceas, abacaxi, mamão, Subgrupo 1C - cultura representativa - coco, cultura de suporte fitossanitário insuficiente: dendê, pupunha, açaí, castanha do pará, macadâmia, pinhão, leia-se: ... Subgrupo 1B - Cultura Representativa - coco, cultura de suporte fitossanitário insuficiente: dendê, pupunha, açaí, macadâmia, pinhão no produto Orkestra SC, registro nº 8813.

No DOU de 29 de março de 2017, em Ato nº 22, Seção 1, item 2, onde se lê: ... formulador: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Itaquari/RS, Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha; Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agricultura Products de Puerto Rico, Route nº 2, km 47,3 00674-0243, Manati, Porto Rico; Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industriel Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes, França; Basf Agri Production S.A.S. - 32, Rue de Verdun, 76410, St-aubin-les-Elbeuf, Haute-normandie, França, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co., Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu-China, Basf Española S.L - Carretera Nacional 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña Espanha; Basf Española S.L - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755, Barcelona, Cataluña, Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, Índia, Basf Corporation - 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas, EUA; Basf Corporation - Highway 41 North, 14284, 31647 Sparks, Georgia, EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames, Iowa, EUA no produto Basagran 480, registro nº 308394, leia-se: ... formulador: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Itaquari/RS, Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha; Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agricultura Products de Puerto Rico, Route nº 2, km 47,3 00674-0243, Manati, Porto Rico; Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industriel Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes, França; Basf Agri Production S.A.S. - 32, Rue de Verdun, 76410, St-aubin-les-Elbeuf, Haute-normandie, França, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co., Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu-China, Basf Española S.L - Carretera Nacional 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña Espanha; Basf Española S.L - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755, Barcelona, Cataluña, Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, Índia, Basf Corporation - 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas, EUA; Basf Corporation - Highway 41 North, 14284, 31647 Sparks, Georgia, EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames, Iowa, EUA, Basf Corporation - Hannibal Plant, 3150 Highway JJ277 - 63461 - Palmyra - Missouri - EUA; Basf Agri-Production SAS - Site Industriel Leurett, Route de Vieux Chemin de Loon -59820 - Gravelines - Nord-Pas-de-Calais-França.

No DOU de 18 de maio de 2017, em Ato nº 33, Seção 1, item 60, onde se lê: ... Fabricante: Jiangyin Suli Chemical Co., Ltd. Nº 7, Runhua Road, Ligang Town, Jiangyin City,, Jiangsu Province, 214444, China; Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - nº 19 Xingang Road Economic Development Zone Xinyi Jiangsu China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi, Jiangsu China; Pilarquim (Shanghai) Co. Ltd. - 1500 Hang-Tang Road, Dist. Feng Xian-201405 Jin-Hui Town, Shanghai, China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi, Jiangsu - China; leia-se: ... Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - nº 19 Xingang Road Economic Development Zone Xinyi Jiangsu China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi, Jiangsu China; Pilarquim (Shanghai) Co. Ltd. - 1500 Hang-Tang Road, Dist. Feng Xian-201405 Jin-Hui Town, Shanghai, China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi, Jiangsu - China, produto Totalit registro nº 11717.

No DOU de 08 de dezembro de 2017, em Ato nº 111, Seção 1, item 23, onde se lê: ... d. Fabricante: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, Sipcto Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia, Formulador: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, Sipcto Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia, leia-se: ... d. Fabricante: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, SIPCTO Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia, Formulador: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, SIPCTO Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia, Manipuladores: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, De Sangosse Agroquímica Ltda. - Curitiba/PR, FMC Química do Brasil Ltda. - Uberaba/MG, Prentiss Química Ltda. - Campo Largo/PR, Servatis S.A. - Resende/RJ, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Tecnocell Agroflorestal Ltda. - Carapicuíba/SP, produto Permethrin 384 EC, registro nº 29317.

No DOU de 21 de novembro de 2016, em Ato nº 63, Seção 1, item 26, onde se lê: ... Motivo da solicitação: Registro (01/03/2016), indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente, leia-se: ... Motivo da solicitação: Registro (20/04/2016), indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico, no produto Dinotefuran Técnico, processo nº 21000.057892/2016-66.

No DOU de 29 de março de 2017, em Ato nº 22, Seção 1, item 12, onde se lê: aprovada a inclusão dos formuladores Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Itaquari/RS, Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quim. Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora/SP, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda- Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha, Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agricultural Products de Puerto Rico, Route nº 2, km 47,3, 00674-0243, Manati, Porto Rico, Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industrielle Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes-França, Basf Agri Production S.A.S. - Site Industriel Leurette - Route de Vieux Chemin de Loon, 59820, Gravelines, Nord-Pas-de-Calais - França, Basf Agri Production S.A.S. - 32, Rue de Verdun, 76410, St-Aubin-les-Elbeuf, Haute-Normandie - França, Basf de Argentina S.A. - Ruta Provincial nº 21 - km 15 (S2127 AYF), 67056, General Lagos, Santa Fé - Argentina, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co., Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu - China, Basf Espaõla S.L. - Carretera Nacional 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña, Espanha, Basf Española S.L. - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755, Barcelona, Cataluña, Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, Índia, Basf Corporation - Hannibal Plant - 3150 Highway JJ277, 63461 Palmyra, Missouri - EUA, Basf Corporation - 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas - EUA, Basf Corporation - Highway 41 North, 14284, 31647 Sparks, Georgia - EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames, Iowa - EUA no produto Poast registro nº 1128798; leia-se: ... Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Itaquari/RS, Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quim. Agropecuária Ltda. - Salto de Pirapora/SP, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP, Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, Basf SE - Carl Bosch Strasse, 38, 67056, Ludwigshafen, Baden-Wurttemberg, Alemanha, Basf Schwarzheide GmbH - Schipkauer Strasse 1, 01986, Schwarzheide, Brandenburg, Alemanha, Basf Agricultural Products de Puerto Rico, Route nº2, km 47,3, 00674-0243, Manati, Porto Rico, Basf Agri Production S.A.S. - Zone Industrielle Lyon Nord, Rue Jacquard, 69727, Genay, Rhône-Alpes-França, Basf Agri Production S.A.S. - Site Industriel Leurette - Route de Vieux Chemin de Loon, 59820, Gravelines, Nord-Pas-de-Calais - França, Basf Agri Production S.A.S. - 32, Rue de Verdun, 76410, St-Aubin-les-Elbeuf, Haute-Normandie - França, Basf de Argentina S.A. - Ruta Provincial nº 21 - km 15 (S2127 AYF), 67056, General Lagos, Santa Fé - Argentina, Basf Plant Protection (Jiangsu) Co., Ltd., Tonghai 2nd Road, Jiangsu Rudong Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu - China, Basf Espaõla S.L. - Carretera Nacional 340, km 1156, 43006, Tarragona, Cataluña, Espanha, Basf Española S.L. - Poligono Industrial San Vicente, Castellbisbal, 08755, Barcelona, Cataluña, Espanha, Basf India Limited - Plot 4B, G.I.D.C. Dahej, Dist. Bharuch, 392 130, Taluka Vagra, Gujarat, Índia, Basf Corporation - Hannibal Plant - 3150 Highway JJ277, 63461 Palmyra, Missouri - EUA, Basf Corporation - 14385 West Port Arthur Road, 77705 Beaumont, Texas - EUA, Basf Corporation - Highway 41 North, 14284, 31647 Sparks, Georgia - EUA, Basf Corporation - 801 Dayton Avenue, 50010, Ames, Iowa - EUA, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG.

COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM GOIÂNIA

DESPACHO Nº 4, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A Coordenadora do Laboratório Nacional Agropecuário em Goiás - LANAGRO-GO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV, § 2º, art. 163 do Regimento Interno da SDA, aprovado pela Portaria nº 99 de 12 de maio de 2016, pelo Decreto nº 8.852 de 20 de setembro de 2016, pela Portaria nº 948 de 03 de outubro de 2013 e conforme fundamentação apresentada na Nota Técnica nº 14, do Processo SEI 21005.000826/2017-55 decide:

I - pela rescisão contratual, em desfavor da empresa CMC Comercial de Materiais Médicos, com aplicação das penalidades de multa de R$ 958,80 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos) e do impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses, com fulcro nos art. 7º, da Lei 10.520/2002;

II - pelo consequente lançamento das penalidades no SICAF, consoante subitem 20.7 do edital do Pregão nº 61/2016, e subitem 10.6 do Termo de Referência, enquanto Anexo daquele.

ADRIANE REIS CRUVINEL

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.815-SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o artigo 132, II da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.070491/2013-45, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO, por meio da Portaria no nº 768/2001, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Curitiba, estado do Paraná, em razão da ausência de atendimento satisfatório de exigências desse Ministério referentes à renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.400-SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.044986/2012-38 e o Processo de Outorga nº 53630.000360/1998, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E TELEVISÃO NOVO TEMPO, por meio da Portaria no nº 380, publicada no Diário Oficial da União em 10/08/2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Parintins/AM, em razão do não cumprimento de exigências no processo de renovação de outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.661-SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Administrativos nº 53000.057445/2011-99 e o Processo de Outorga nº 53650.002816/1998, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação Comunitária do Cruzeiro, por meio da Portaria nº 276, publicada no Diário Oficial da União em 23/06/2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Umirim/CE, em razão do não cumprimento de exigências no processo de renovação de outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.726-SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o artigo 132, inciso II, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.015179/2014-70, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação Comunitária de Rondonópolis, por meio da Portaria nº 2070/2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, em razão da ausência de atendimento de exigências deste Ministério referentes à renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.949-SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001523/1998 e nº 53000.057443/2011-08, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural São João Bosco da Região das Alterosas, por meio da Portaria nº 146, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Betim / MG, em razão do não cumprimento de exigências relativas ao pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.010-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar GRUPO DE COMUNICAÇÃO MARDEGAN E MENEZES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BRASIL NOVO, estado do Pará, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela Rádio e Televisão Marajoara Ltda, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 10 (dez), no município de Belém, estado do Pará, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.027968/2016-71 e da Nota Técnica nº 26005/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.453-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV VEJA NEWS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PONTES E LACERDA, estado do MATO GROSSO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 30 (trinta), no município de BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059569/2017-59 e da Nota Técnica nº 26053/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.460-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar GRUPO DE COMUNICAÇÃO MARDEGAN & MENEZES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MEDICILÂNDIA, estado do PARÁ, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela RÁDIO E TELEVISÃO MARAJOARA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 10- (dez, decalado para menos), no município de BELÉM, estado do PARÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.027975/2016-73 e da Nota Técnica nº 26767/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.520, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 117 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica JANE MARGARET COSTA DE FRONTIN WERNECK, da Fundação Oswaldo Cruz, representante da contraparte brasileira, autorizada a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Biodiversidade, distribuição e ecologia dos Phamastodea (Insecta) do Brasil", Processo CNPq nº 01300.007698/2017-29, em cooperação com o Zoologische Staatssammlung, de Munique, Alemanha, representado por KLAUS SCHÖNITZE, contraparte estrangeira, pelo período de 5 (cinco) meses.

§ 1º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo de outros pesquisadores, ficando a equipe estrangeira composta pelos seguintes pesquisadores:

NOME	PAÍS DE NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO	VISTO - PAÍS DE RETIRADA
Frank Helge Hennemann	Alemanha	Zoologische Staatssammlung München	Alemanha
Veit Oskar Conle	Alemanha	Zoologische Staatssammlung München	Alemanha

§ 3º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.522, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e, tendo em vista o disposto nos itens 34 a 36 da Portaria n° 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogada, pelo período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, a autorização concedida pela Portaria nº 651, de 1º de julho de 2014, prorrogada com a publicação da Portaria nº 472, de 25 de junho de 2015, e pela Portaria MCTI nº 3.578, de 30 de setembro de 2016, ao representante da contraparte brasileira, Dr. MARCIEL JOSÉ FERREIRA, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), representando também o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Universidade de Campinas (UNICAMP), com vistas a dar continuidade ao projeto de pesquisa científica intitulado "Entendendo a resposta do Metabolismo Fotossintético em Florestas Tropicais à Variação Sazonal do Clima", Processo CNPq nº 001864/2014-31, que vem realizando em cooperação com o Dr. DENNIS GENE DYE, contraparte estrangeira, natural dos EUA, representando o U.S Geological Survey, Western Geographic Science Center, a Universidade do Arizona (USA) e a Universidade de Michigan (USA).

Art. 2º. A autorização prevista no art. 1º desta Portaria compreende a participação nos trabalhos de campo dos seguintes pesquisadores estrangeiros:

Pesquisadores	Nacionalidade	Instituição
Dennis Gene Dye	Norte-americana	U.S Geological Survey, Western Geographic Science Center
Marielle Nathasha Smith	Inglesa	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Valeriy Ivanov	Russa	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering / USA
Bradley O"Donnell Christoffersen	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA [& School of Geosciences, University of Edinburgh
Darin Jay Law	Norte-americana	University of Arizona, School of Natural Resources and the Environment / USA
David Dale Breshears	Norte-americana	University of Arizona, School of Natural Resources and the Environment / USA
Jin Wu	Chinesa	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Joost Lambertus Maria Van Haren	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Loren Parker Albert	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Neill Prohaska	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Scott Reid Saleska	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Scott Christopher Stark	Norte-americana	Michigan State University, Department of Forestry / USA
Elizabeth Ann Agee	Norte-americana	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering / USA
Juan Camilo Villegas Palacio	Colombiana	University of Arizona, Tucson
Simone Fatichi	Italiana	ETH Zurich, Institute of Environmental Engineering / Switzerland

Art. 3º. O prazo previsto no art. 1º desta Portaria poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 4º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.523, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, a Portaria n° 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º. Fica o Dr. Sérgio Maia Queiroz Lima, da UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, representante da contraparte brasileira, autorizado a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Evolução, história natural e conservação de peixes rivulídeos não-anuais do gênero Kryptolebias (Actinopterygii: Cyprinodontiformes: Rivulidae)", Processo CNPq nº 01300.007885/2017-11, em cooperação com a SWANSEA UNIVERSITY (REINO UNIDO), representada pela Dra. Sofia Consuegra Del-Olmo, contraparte estrangeira, natural da Espanha, pelo prazo compreendido entre a data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União até o dia 1º de maio de 2019.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º. A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo da equipe de pesquisadores estrangeiros abaixo relacionada:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Sofia Consuegra Del-Olmo	Espanhola	Swansea University - País de Gales - Reino Unido
Carlos Garcia de Leaniz	Espanhola	Swansea University - País de Gales - Reino Unido
Andrei Tatarenkov	Russa	University of California Irvine - EUA

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, compreendendo localidades situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, Maranhã e Pará, assim identificadas:

UF	Descrição do local	Tipo
RJ	Bacia do rio Mato Grosso	Fora de UC Federal
RJ	Campo dos Escoteiros	Fora de UC Federal
RN	Manguezal de Macau	Fora de UC Federal
RN	Manguezal de Guamaré	Fora de UC Federal
RJ	Manguezal de Guaratiba	Fora de UC Federal
RN	Manguezal do rio Ceará-Mirim	Fora de UC Federal
RN	Manguezal do rio Curimataú	Fora de UC Federal
AL	Manguezal da lagoa Mundaú	Fora de UC Federal
PE	Manguezal do rio Maracaípe	Fora de UC Federal
RJ	Manguezal em Itaguaí	Fora de UC Federal
SP	Manguezal em Ubatuba, Parque Estadual da Serra do Mar	Fora de UC Federal
SP	Manguezal em Santos	Fora de UC Federal
RJ	Manguezal na Baia de Guanabara	Fora de UC Federal
RJ	Manguezal de São Pedro da Aldeia	Fora de UC Federal
ES	Manguezal em Conceição da Barra	Fora de UC Federal
ES	Manguezal em Aracuz	Fora de UC Federal
SP	Manguezal de Ubatuba	Fora de UC Federal
SP	Manguezal de Cananeia	Fora de UC Federal
SC	Manguezal em Sao Francisco do Sul	Fora de UC Federal
SC	Manguezal em Joinville	Fora de UC Federal
BA	Manguezal em Uruçuca	Fora de UC Federal
RJ	Riacho em Grumari	Fora de UC Federal
RJ	Riacho em Guaratiba	Fora de UC Federal
SC	Manguezal em Florianópolis	Fora de UC Federal
MA	Manguezal em São Luís	Fora de UC Federal
PA	Manguezal em Vigia	Fora de UC Federal
RJ	Área de Proteção Ambiental - GUAPI-MIRIM	UC Federal
PA	Manguezal em Bragança	Fora de UC Federal

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 14.959, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 133, inciso VII, c/c art. 137, inciso XIV, ambos do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 19, inciso IX, 48, § 1º, inciso IV, 163 e 167 da Lei Geral de Telecomunicações nº 9.472, de 18 de julho de 1997, no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 68, de 20 de novembro de 1998, alterado pela Resolução nº 289, de 29 de janeiro de 2002, e pela Resolução nº 387, de 3 de novembro de 2004, e no Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, aprovado pela Resolução nº 255, de 29 de março de 2001;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula 1.8 do Termo de Autorização nº 48/2004/PVCP/SPV-Anatel, de 30 de dezembro de 2004, publicado no DOU de 14 de janeiro de 2005, e na cláusula 2.1 dos Termos de Autorização nº 28/2004/PVCP/SPV-Anatel, de 30 de abrilde 2004, publicado no DOU de 4 de maio de 2004, e nº 35/2007/PVCP/SPV-Anatel, de 14 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz para a prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que o pagamento do preço público pelo direito de uso das radiofrequências está estabelecido na cláusula 1.7 do Termo de Autorização 48/2004/PCVP/SPV-ANATEL;

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo Deliberativo nº 223, de 12 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.029331/2013-80, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência da autorização do direito de uso das radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal outorgadas à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a contar da data de vencimento, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à respectiva área de prestação, coincidente com as áreas de abrangência e subfaixas abaixo discriminadas:

Área de Abrangência	Faixa de Radiofrequência	Vencimento
Estados da Paraná e Santa Catarina (exceto os municípios de Londrina/PR e Tamarana/PR)	955,0 a 957,5 MHz / 910,0 a 912,5 MHz	18/12/2017
	1805,0 a 1820,0 MHz / 1710,0 a 1725,0 MHz	12/12/2017
	1872,5 a 1880,0 MHz / 1777,5 a 1785,0 MHz	13/12/2017

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 14.593, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001829/2017-65.

Expede autorização à MICHAEL GIANLUPI, CNPJ nº 82534039091, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 14.954, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001737/2017-85.

Expede autorização à OMYA DO BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA., CNPJ nº 05969945000563, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 14.956, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à ORALDO ZANON JUNIOR, CPF nº 934.273.601-72 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 14.614, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ nº 34.274.233/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 14.670, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à RIO JV PARTNERS PARTICIPACOES LTDA., CNPJ nº 12.020.002/0001-21 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 14.763, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 42.422.212/0001-07 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.881, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.072050/2017-71.

Expede autorização à EDUCARE TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A., CNPJ 07.165.496/0001-00, para executar o Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais, de interesse restrito, sem caráter de exclusividade, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação do extrato deste Ato no Diário Oficial da União, e tendo como área de prestação do serviço os municípios de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG, e outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 6.957, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.075248/2013	Fundação Dom Rey	OM, OT	Guajará-Mirim	RO	Multa	3.961,90	Art. 38, alínea "c" da Lei nº 10.610/2002.	Portaria DECEF n° 6957, de 21/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 - Portaria MC n° 858/2008

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 7.384-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.075233/2017-33, resolve:

Art. 1º Consignar à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Lapa/PR, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.084-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.076307/2017-59, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PONTA GROSSA, estado do PARANÁ, utilizando o canal nº 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 28977/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 2.099-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.076309/2017-48, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da MERCÊS COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PONTA GROSSA, estado do PARANÁ, utilizando o canal nº 18 (dezoito) nos termos da Nota Técnica nº 29186/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 7.317-SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.044044/2012-50, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28836/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Itanhaém, estado de São Paulo, utilizando o canal 59- (cinquenta e nove decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Empresa de Comunicação PRM Ltda., concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Santos, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.335-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073187/2017-38, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28876/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Empresa de Comunicação PRM Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Ubatuba, estado de São Paulo, utilizando o canal 21+ (vinte e um decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.344-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073185/2017-49, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28944/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Empresa de Comunicação PRM Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Peruibe, estado de São Paulo, utilizando o canal 19- (dezenove decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.345-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073184/2017-02, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28946/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Empresa de Comunicação PRM Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Mongaguá, estado de São Paulo, utilizando o canal 53 (cinquenta e três), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.346-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073183/2017-50, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28951/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo, utilizando o canal 38- (trinta e oito decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.350-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073182/2017-13, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28956/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, utilizando o canal 33- (trinta e três decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.352-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073179/2017-91, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28.959/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Guarujá, estado de São Paulo, utilizando o canal 43- (quarenta e três decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.353-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073181/2017-61, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28961/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, utilizando o canal 29- (vinte e nove decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.355-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073180/2017-16, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28967/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Indaiatuba, estado de São Paulo, utilizando o canal 35 (trinta e cinco), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 7.364-SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.073178/2017-47, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 28993/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela A.B.G. Comunicações Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Campinas, estado de São Paulo, utilizando o canal 55 (cinquenta e cinco), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação de Fátima, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Osasco, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.547-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.054811/2017-06, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CAMPO ALEGRE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, utilizando o canal n.º 285 (duzentos e oitenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 20912/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.075-SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.031912/2016-11, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de TERESINA/PI, utilizando o canal n.º 287 (duzentos e oitenta e sete), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 28801/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.091-SEI, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.057049/2017-10, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 29042/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela SOCIEDADE RÁDIO EDUCADORA DE CUIABÁ LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, estado de Mato Grosso, mediante utilização do canal n.º 266 (duzentos e sessenta e seis), classe B1.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.102-SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.041588/2017-29, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de FEIRA DE SANTANA/BA, utilizando o canal n.º 271 (duzentos e setenta e um), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 29252/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, com base nas disposições da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e do art. 6º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, resolve:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS, DA ABRANGÊNCIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§ 1º Reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, estando os proponentes dos projetos sujeitos à Constituição Federal e às demais leis brasileiras.

§ 2º Tem por objetivo ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, apoiar a produção e a expressão cultural, fortalecendo a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento do país.

§ 3º Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural, conforme disposto no art. 22 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 4º Sempre que indicado pela normatização pertinente, os proponentes deverão utilizar os mecanismos da classificação indicativa etária.

§ 5º O incentivo e o fomento abrangerão as seguintes áreas culturais: Artes Cênicas, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Museus e Memória e Humanidades, conforme detalhamento do Anexo IV.

§ 6º Os recursos captados e depositados na Conta Vinculada do projeto tornam-se renúncia fiscal e adquirem natureza pública, não se sujeitando a sigilo fiscal.

§ 7º Os recursos captados não serão computados na base de cálculo do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), desde que tenham sido exclusivamente utilizados na execução de projetos culturais, o que não constituirá despesa ou custo para fins de apuração do IR e da CSLL e não constituirá direito a crédito de PIS e Cofins.

§ 8º Os conceitos e definições utilizados nesta Instrução Normativa são aqueles contidos em seus anexos.

§ 9º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) e à Secretaria do Audiovisual (SAV) planejar, coordenar e supervisionar a operacionalização do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac realizando, dentre outras atividades:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - o recebimento de propostas;

II - a tramitação de propostas e projetos;

III - o encaminhamento para parecer técnico e monitoramento das análises;

IV - o acompanhamento da execução dos projetos culturais; e

V - a análise de prestações de contas e avaliação de resultados dos projetos.

§ 10º Compete aos titulares da Sefic e da SAV distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.

§ 11º Quando da necessidade de análise subsidiária de propostas e projetos por outros órgãos do Sistema MinC, compete aos titulares da Sefic e da SAV a decisão quanto à sua continuidade.

CAPÍTULO II

DAS PROPOSTAS CULTURAIS

Seção I

Da Apresentação

Art. 2º As ações culturais e suas documentações correspondentes serão apresentadas e incentivadas, por pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), acessível no sítio eletrônico do MinC.

§ 1º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar a sua experiência em atividades culturais, salvo na primeira proposta, bem como a natureza cultural, no caso de pessoa jurídica, por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), referente à área cultural, de acordo com a classificação constante do Anexo VIII.

§ 2º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro até 30 de novembro de cada ano.

§ 3º As propostas culturais deverão ser apresentadas, no mínimo, com 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para o início de sua pré-produção.

§ 4º O MinC poderá permitir, excepcionalmente, a apresentação de quaisquer dos documentos exigidos no Anexo III em momento posterior, desde que não sejam essenciais à análise técnica ou à aprovação, condicionando a liberação de recursos captados à sua apresentação.

§ 5º Em caso de propostas de ação continuada ou que a edição anterior ainda se encontre em fase de execução, a movimentação de recursos estará vinculada ao encerramento da execução do projeto anterior.

Seção II

Dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades

Art. 3º As instituições culturais sem fins lucrativos poderão apresentar propostas culturais visando ao custeio de atividades permanentes, na forma de plano anual ou plurianual de atividades.

§ 1º Aos planos anuais e plurianuais de atividades são aplicáveis as previsões do Anexo III, no que se refere às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

§ 2º As propostas deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do início do cronograma do plano anual ou plurianual de atividades, assim como seu Custo Total (Anexo I) adequado para a execução no prazo de 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) ou 48 (quarenta e oito) meses, coincidentes com anos fiscais subsequentes.

§ 3º No caso de aprovação de planos anuais ou plurianuais de atividades, novas propostas para o(s) mesmo(s) ano(s) fiscal(is) serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificadas pelo proponente e desde que o orçamento não se sobreponha a itens orçamentários já incluídos e aprovados.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES E DOS LIMITES

Seção I

Do Princípio da Não Concentração

Art. 4º Para o cumprimento do princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, serão adotados:

I - limites de quantidades e valores de projetos por proponente:

a) para Empreendedor Individual (EI), com enquadramento Microempreendedor Individual (MEI), e para pessoa física, até 4 (quatro) projetos, totalizando R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

b) para os demais enquadramentos de Empreendedor Individual (EI), até 8 (oito) projetos, totalizando R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais); e

c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sociedades Limitadas (Ltda.) e demais pessoas jurídicas, até 16 (dezesseis) projetos, totalizando R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

II - o custo per capita, ou seja o Valor por Pessoa Beneficiada (Anexo I) do produto, dos bens e/ou serviços culturais será de até R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), podendo ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da Internet e TV aberta;

§ 1º Considera-se um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou sócio das demais pessoas jurídicas ou as pessoas jurídicas que possuam sócios em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial.

§ 2º Os limites do inciso I do caput não serão aplicados a projetos de:

I - planos anuais e plurianuais de atividades;

II - conservação e restauração de imóveis, monumentos, logradouros, sítios, espaços e demais objetos, inclusive naturais, tombados por qualquer das esferas de Poder, desde que apresentada documentação comprobatória, conforme regulamento;

III - preservação de acervos e exposições organizadas com acervos museológicos de reconhecido valor cultural pela área técnica do MinC;

IV - construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do MinC.

§ 3º Alcançados os limites previstos no inciso I do caput, novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 2 (dois) projetos na alínea "a", 3 (três) na alínea "b" e 4 (quatro) na alínea "c", mantidos os limites orçamentários previstos no inciso I.

§ 4º O limite definido no inciso II do caput não se aplica às propostas que visem à proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, planos anuais ou plurianuais de atividades, obras e restauração, capacitação, cursos, oficinas, fóruns ou seminários de formação, óperas, prêmios, pesquisas, projetos museológicos, educativos, de manutenção de corpos estáveis, projetos de inclusão da pessoa com deficiência, desfiles festivos, produção de obras audiovisuais, construção de salas de cinema e teatro em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, bem como projetos realizados em espaços com até 150 (cento e cinquenta) lugares.

Art. 5º Será permitido acréscimo dos limites previstos no inciso I do art. 4º, de até 25% (vinte e cinco por cento) para novos projetos a serem integralmente executados na Região Sul e nos estados de Espírito Santo e Minas Gerais e de até 50% (cinquenta por cento) nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Seção II

Do Regramento dos Projetos Culturais

Art. 6º Os percentuais das etapas de Custos Vinculados (Anexo I) serão calculados sobre o Valor do Projeto (Anexo I), e detalhadamente comprovados quando de suas execuções, equivalendo ao somatório das seguintes etapas:

I - pré-produção;

II - produção;

III - pós-produção;

IV - recolhimentos; e

V - assessoria contábil e jurídica.

§ 1º São considerados custos vinculados para fins deste artigo:

a) custos de administração; e

b) custos de divulgação.

§ 2º É obrigatória a contratação de contador com o registro no conselho de classe para a execução de todos os projetos, podendo o proponente utilizar o profissional de sua empresa.

§ 3º É obrigatória a previsão de serviços advocatícios para todos os projetos, ainda que posteriormente o item não venha a ser executado.

Art. 7º O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto, nos termos do Anexo IV.

Art. 8º Os valores admitidos para remuneração para todo aquele que realize a captação de recursos ficam limitados a 10% (dez por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e ao teto de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

§ 1º Para projetos a serem integralmente executados nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o percentual previsto no caput será ampliado a 15% (quinze por cento) do valor do Custo do Projeto (Anexo I) e 12,5% (doze e meio por cento) para a Região Sul e para os estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

§ 2º Os valores destinados à remuneração para captação de recursos somente poderão ser pagos proporcionalmente às parcelas já captadas.

Art. 9º Os custos de divulgação não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do Valor do Projeto de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) para os demais projetos.

Art. 10. Os custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do Valor do Projeto (Anexo I), sendo admitidas como despesas de administração para os fins do Decreto nº 5.761, de 2006:

I - material de consumo para escritório;

II - locação de imóvel durante a execução do projeto a fim de abrigar exclusivamente atividades administrativas;

III - serviços de postagem e correios;

IV - transporte e insumos destinados a pessoal administrativo;

V - contas de telefone, água, luz ou de internet, durante a execução do projeto;

VI - pagamentos de pessoal administrativo e demais atividades-meio do projeto cultural, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exceto se expressamente considerados como indispensáveis à execução das atividades-fim do projeto; e

VII - outras despesas com bens e serviços não diretamente relacionadas à atividade finalística do projeto, desde que pertinentes ao seu objeto.

Parágrafo único. Quando utilizado acima de 50% (cinquenta por cento) do valor dos custos de administração em única rubrica, será necessária justificativa de economicidade.

Art. 11. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto previsto no orçamento analítico e desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto.

§ 1º Os pagamentos efetuados por serviços realizados por cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, parentes com vínculo de afinidade com o proponente e em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum serão computados no limite do proponente previsto no caput.

§ 2º A limitação disposta no caput não se aplica a grupos artísticos familiares que atuem na execução do projeto e corpos estáveis.

§ 3º Um mesmo fornecedor poderá ter pagamento acima de 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto (Anexo I), quando se tratar de projetos de execução de obras e restauros.

Art. 12. O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:

a) R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para artista ou modelo solo;

b) R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras; e

c) R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) por músico e R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para o maestro, no caso de orquestras.

Parágrafo único. As aprovações de valores superiores aos definidos neste artigo poderão ser admitidos por ato motivado do plenário da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), considerando as justificativas apresentadas pelo proponente e pela área técnica.

Art. 13. Os valores relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos deverão ter compatibilidade com os preços praticados no mercado cultural.

Parágrafo único: A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de música ou fonograma recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.

Art. 14. A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade, bem como declarar a destinação cultural para o bem, observando o inciso XI do art. 48.

Art. 15. Os projetos culturais do audiovisual deverão estar de acordo com os valores parametrizados pelo MinC.

Seção III

Das Vedações

Art. 16. É vedada a apresentação de propostas:

I - que envolvam a difusão da imagem de agente político; ou

II - por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:

a) agente político de Poder ou do Ministério Público, bem como dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro; e

b) servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. A vedação mencionada na alínea "a" do inciso II deste artigo não se aplica a entidades sem fins lucrativos desde que observado o disposto no inciso II do art. 17, inclusive no que se refere ao cônjuge ou companheiro.

Art. 17. É vedada a realização de despesas:

I - a título de elaboração de proposta cultural, de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;

II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;

III - com a elaboração de convites personalizados ou destinados à circulação restrita, com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou em ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;

IV - referente à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada ou nas hipóteses autorizadas no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973;

V - com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:

a) com patrocínio exclusivo de edital; ou

b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.

VI - com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; e

VII - com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO, DO ACESSO E

DAS AÇÕES COMPLEMENTARES

Seção I

Da Acessibilidade

Art. 18. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto sempre que tecnicamente possível, conforme a Lei nº 13.146/2015.

§ 1º Havendo custos com as ações de acessibilidade, estes devem estar previstos no orçamento analítico do projeto.

§ 2º O material de divulgação dos produtos culturais gerados pelo projeto deverá conter informações sobre a disponibilização das medidas de acessibilidade adotadas para o produto, sempre que tecnicamente possível.

Art. 19. Será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à prévia aprovação do MinC, para assegurar o atendimento às medidas de acessibilidade previstas na Lei nº 13.146/2015.

Seção II

Da Ampliação do Acesso

Art. 20. A proposta cultural deverá conter um Plano de Distribuição detalhado, visando assegurar a ampliação do acesso aos produtos, bens e serviços culturais produzidos, contendo:

I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais previstos, observados os seguintes limites:

a) mínimo de 10% (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita com caráter social, educativo ou formação artística;

b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita por patrocinadores;

c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;

d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem R$ 75,00 (setenta e cinco reais);

e) a comercialização em valores a critério do proponente será limitada a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de produtos culturais, sendo o preço médio do ingresso ou produto de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), excetuando-se projetos com transmissão ao vivo em TV aberta; e

f) parametrização estabelecida no sistema para atender entendimentos consolidados dos órgãos de controle (Anexo I).

Art. 21. Em complemento, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de ampliação do acesso:

I - doar, além do previsto no inciso I, do art. 44, do Decreto 5.761, de 2006, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos produtos resultantes da execução do projeto a escolas públicas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados;

II - oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;

III - disponibilizar, na Internet, registros audiovisuais dos espetáculos, das exposições, das atividades de ensino e de outros eventos de caráter presencial, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 22;

IV - permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos ou autorizar sua veiculação por redes públicas de televisão e outras mídias;

V - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da previsão do art. 22;

VI - oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública ou privada de ensino em atividades educacionais, profissionais ou de gestão cultural e artes desenvolvidas na proposta cultural;

VII - realizar ação cultural voltada ao público infantil ou infantojuvenil;

VIII - estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público; ou

IX - outras medidas sugeridas pelo proponente, a serem apreciadas pelo MinC.

Seção III

Da Realização das Ações Educativas

Art. 22. As propostas culturais de planos anuais e plurianuais deverão apresentar ações educativas em suas atividades ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentadas no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal.

§ 1º Deverão ser, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) as ações educativas destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino.

§ 2º O número de beneficiados das ações educativas deve corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) das pessoas beneficiadas e previstas no Plano de Distribuição, contemplando o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 500 (quinhentos) beneficiários.

CAPÍTULO V

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS

Art. 23. As propostas culturais apresentadas no Salic passarão por análise de admissibilidade, composta pelas seguintes etapas:

I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo arquivada pelo MinC a proposta que:

a) contrarie qualquer regulamentação relativa ao uso do incentivo fiscal;

b) tenha objeto e cronograma similar a proposta ou projeto ativo do mesmo proponente; e

c) apresente as mesmas características que levaram ao indeferimento de proposta ou projeto similares apresentados nos últimos 12 (doze) meses, ainda que por proponente diverso.

II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:

a) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV; e

b) quanto à previsão das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das ações educativas, considerando as características do projeto cultural.

§ 1º Em caso de indeferimento da proposta, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, decidido pela unidade competente.

§ 2º O prazo máximo de análise das propostas culturais é de 60 (sessenta) dias, podendo ser ampliado para até 120 (cento e vinte dias), quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.

Art. 24. Após o exame de admissibilidade, a proposta será enquadrada nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991, de acordo com o segmento definido no Anexo IV.

§ 1º A proposta será disponibilizada, por meio do Salic, para conhecimento e manifestação da CNIC, se for o caso, em até 5 (cinco) dias.

§ 2º A ausência de manifestação do comissário no prazo estabelecido no § 1º ensejará aprovação tácita do enquadramento realizado pela área técnica.

Art. 25. A captação poderá ser iniciada imediatamente após a fase de admissibilidade, tão logo seja publicada a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados no Diário Oficial da União.

§ 1º As despesas executadas no período entre o dia da publicação da Portaria de Autorização Para Captação de Recursos e a homologação da execução do projeto poderão ser ressarcidas, respeitando-se os ajustes ocorridos nas unidades vinculadas e na CNIC.

§ 2º Os projetos não homologados que executaram despesas neste período não serão ressarcidos.

§ 3º Despesas ocorridas anteriormente à publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados não serão ressarcidas.

Art. 26. Após a captação mínima de 10% (dez por cento) do valor autorizado, o proponente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, adequar o projeto à realidade de execução, conforme o fluxo disponibilizado no Portal da Lei Rouanet.

§ 1º Não são passíveis de alteração o objeto e o enquadramento.

§ 2º O projeto será encaminhado à unidade técnica de análise, após a decisão do proponente quanto à adequação à realidade de execução ou ao decurso de prazo.

§ 3º Considera-se para encaminhamento à análise técnica, sem necessidade de captação prévia, os projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, os museológicos, de planos anuais e plurianuais de atividades, de manutenção de corpos estáveis, de equipamentos culturais, os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou os que possuam contratos de patrocínios ou termo de compromisso de patrocínio, que garantam o alcance do percentual previsto no caput ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 4º O prazo máximo para a conclusão do exame da adequação é de 30 (trinta) dias, podendo ser ampliado para até 60 (sessenta) dias no caso de projetos que envolvam o patrimônio histórico ou construção de imóveis.

Art. 27. Superadas as fases dos arts. 23 a 26, o projeto será encaminhado para unidade de análise técnica, a qual deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento.

§ 1º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.

§ 2º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados ou registrados pelos poderes públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente sua apresentação junto ao MinC.

Art. 28. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para apreciação, com vistas à homologação da execução.

§ 1º Havendo a decisão de não homologação da execução do projeto, será facultada a transferência dos recursos captados para um único projeto aprovado do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es) pessoa(s) jurídica(s), e dada ciência ao(s) incentivador(es) pessoa(s) física(s), o que implicará no arquivamento definitivo do projeto transferidor.

§ 2º Quando se tratar de projetos do Patrimônio Cultural, Museus e Memória, mantida a decisão de não homologação da execução do projeto, os recursos captados desde a aprovação poderão ser transferidos para outro(s) projeto(s) já aprovado(s) do mesmo proponente ou para outro(s) projetos de proponente(s) diversos, desde que seja(m) apresentada(s) anuência(s) formalizada(s) pelo proponente do projeto transferidor e pelo(s) incentivador(es), e que seja(m) analisado(s) e aprovado(s) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

§ 3º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido, em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), dispensada a anuência do proponente.

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Seção I

Da Liberação e Movimentação dos Recursos

Art. 29. Os recursos serão captados em Conta Vinculada e movimentados por meio de cartão magnético ou gerenciador financeiro.

§ 1º Em caso de bloqueio judicial ou penhora na Conta Vinculada, independentemente do motivo, deverá o proponente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, promover o desbloqueio ou a restituição dos valores devidamente atualizados à Conta Vinculada, identificando o tipo de depósito e justificando a operação no Salic.

§ 2º No caso de não atendimento dentro do prazo estipulado, será o proponente considerado inadimplente, com os efeitos do art. 58 desta Instrução Normativa.

§ 3º Antes da emissão do cartão e do início da execução financeira do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados, nos moldes dos dispostos nos §§ 1º e 2º, do art. 28.

Art. 30. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e serão movimentados quando atingidos 20% (vinte por cento) do custo do projeto homologado, podendo-se computar para o alcance desse índice o Valor de Aplicação Financeira.

§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Vinculada por meio de depósito identificado, com as informações obrigatórias quanto ao CPF ou CNPJ dos depositantes e quanto ao tipo de depósito - doação ou patrocínio; ou Transferência Eletrônica Disponível (TED); ou Documento de Operação de Crédito (DOC), identificando os depositantes e os tipos de depósitos.

§ 2º No caso de projeto classificado como plano anual ou plurianual de atividades, os recursos captados poderão ser transferidos para carga no cartão, quando atingido 1/12, 1/24, 1/36 ou 1/48 do orçamento global, respectivamente, desde que o projeto já tenha sido homologado.

§ 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:

I - medidas urgentes relativas à restauração de bem imóvel visando estancar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação ao bem ou para preservar a segurança das pessoas poderão ser adotadas desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência e deverão ser robustamente justificadas, documentadas e enviadas para convalidação da Secretaria competente;

II - projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio, que garantam o percentual mínimo estipulado;

III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic;

IV - valores de outras fontes poderão ser considerados para atingimento do limite de 20% (vinte por cento) para liberação da movimentação financeira, desde que seja reduzido do valor total autorizado para captação.

§ 4º Patrocínios realizados por empresas de produtos fumígenos resultarão em comunicação do fato à Receita Federal do Brasil para cancelamento do benefício fiscal eventualmente usufruído pelo incentivador, ressalvada a possibilidade de doações.

Art. 31. A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Salic, e por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais (CQTF) e do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que as demais movimentações dos recursos captados posteriormente, para projetos na modalidade de Conta Vinculada, dar-se-ão por este Ministério, de forma automática.

§ 1º Quando for inviável o pagamento por meio do cartão ou de transferência bancária, o proponente terá direito a saques diários de até R$ 1.000,00 (mil reais), para pagamento de despesas limitadas a este valor, devendo as demais despesas serem realizadas por meio de transferência bancária identificada, cartão magnético ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor do bem ou serviço.

§ 2º Os recursos oriundos de captações ou movimentações bancárias não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização serão desconsiderados para sua utilização no projeto e, caso não justificado(s) o(s) equívoco(s) para o(s) devido(s) estorno(s), em um prazo máximo de até 30 (trinta) dias, tais recursos serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), dispensada a anuência do proponente, sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.

§ 3º Depósitos equivocados na Conta Vinculada, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente, acompanhado da anuência do incentivador.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995.

Art. 32. A Conta Vinculada do projeto, isenta de tarifas bancárias, conforme o Anexo VI, será vinculada ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A Conta Vinculada somente poderá ser operada após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária onde tenha sido aberta.

§ 2º Os recursos depositados na Conta Vinculada, enquanto não empregados em sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira só poderão ser utilizados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo MinC, estando sujeitos às condições de prestação de contas dos recursos captados, observado o disposto no art. 37. Caso os recursos provenientes de aplicações financeiras não sejam utilizados no projeto cultural, serão recolhidos ao FNC.

§ 4º Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes da Conta Vinculada serão recolhidos ao FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991, dispensada a anuência do proponente.

Seção II

Dos Prazos de Captação e Execução

Art. 33. O prazo para captar recursos se iniciará na data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e é limitado ao término do exercício fiscal em que foi publicada a portaria, obtendo uma prorrogação automática e uma por solicitação do proponente.

§ 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, exceto nos seguintes casos:

I - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

II - projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais; e

III - apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas.

§ 2º Não serão concedidas prorrogações de captação aos projetos realizados referentes a planos anuais e plurianuais de atividades, a projetos com calendários específicos, considerando seus cronogramas previamente informados ou historicamente definidos.

§ 3º Projetos com recursos captados em conta terão prorrogação automática limitada ao prazo do § 1º.

Art. 34. A solicitação de prorrogação do prazo de captação deverá ser sinalizada no cadastramento da proposta e será concedida por este Ministério, de forma automática, considerando o período de execução proposto, sendo que, para projetos que não possuem o registro no Salic de prorrogação automática, as solicitações de prorrogações de prazos de captação e de execução devem ser registradas no Salic com as devidas atualizações no cronograma de execução, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para seu encerramento.

Art. 35. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas sim ao cronograma de execução apresentado pelo proponente, sendo que o prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.

Seção III

Das Alterações

Art. 36. O projeto cultural poderá ser alterado na fase de execução, mediante solicitação do proponente, registrada e justificada por meio do Salic, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada; somente serão objeto de análise após a liberação para movimentação dos recursos, salvo o disposto no art. 41.

§ 1º Para alteração do nome do projeto, deverá ser apresentada anuência do autor da obra correspondente, se for o caso.

§ 2º No caso de alteração do espaço físico ou novo local de realização do projeto, o proponente não poderá infringir o disposto no art. 5º, devendo apresentar, se for o caso:

I - planilha orçamentária adequada à nova realidade;

II - ajuste do Plano de Distribuição, de ampliação de acesso e acessibilidade; e

III - cronograma de execução atualizado.

§ 3º Não havendo manifestação contrária do MinC, no prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á aprovada a alteração.

Art. 37. Serão permitidos ajustes entre os itens de orçamento do projeto cultural, bem como a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, nos termos deste artigo.

§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item inicialmente aprovado.

§ 2º Os ajustes de valores que impliquem alterações acima do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item ou que impliquem em inclusão de novos itens orçamentários, ainda que não alterem o Custo Total do projeto (Anexo I), devem ser submetidos previamente ao MinC para análise, por meio do Salic, acompanhados de justificativa e que não recaiam sobre itens do orçamento que tenham sido retirados na análise inicial.

§ 3º Os ajustes de valores não poderão implicar aumento do valor aprovado para os grupos de despesas que possuem limites percentuais máximos estabelecidos nesta Instrução Normativa, quando a análise da alteração solicitada necessitar de manifestação das unidades técnicas vinculadas ao MinC, acrescentar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias;

§ 4º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.

§ 5º Os pedidos de ajuste orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de 20% (vinte por cento) do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio.

§ 6º Os valores utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo estarão sujeitos à restituição ao FNC.

§ 7º Readequações orçamentárias da mesma natureza poderão ser solicitadas uma vez, sendo possível apresentar nova solicitação somente quando comprovada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior; a restrição não se aplica a projetos de planos anuais ou plurianuais de atividades e projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, observadas suas características e a complexidade da obra.

Art. 38. O proponente poderá solicitar complementação do Custo Total do projeto para captação (Anexo I), desde que comprovada sua necessidade e que tenha captado, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) e que não exceda 50% (cinquenta por cento) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira, apresentando: justificativa da complementação e detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.

§ 1º Os pedidos de complementação do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.

§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.

Art. 39. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, após a captação de 20% (vinte por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas, respaldados por contrato de patrocínio ou termo de compromisso de patrocínio, desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 50% (cinquenta por cento) do Custo Total do projeto (Anexo I), apresentando justificativa da necessidade de redução do valor do projeto, detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos, com seus respectivos valores e redimensionamento do escopo do projeto.

Art. 40. Conforme sua complexidade, os pedidos de ajustes dos valores autorizados para captação poderão, por decisão da área técnica competente, ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, antes da decisão final da autoridade máxima da Secretaria competente.

Parágrafo único. A análise dos pedidos indicados no caput, incluídas aquelas submetidas também à CNIC, não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 41. A alteração de proponente somente será permitida desde que devidamente justificada, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, quando for o caso, observados os Anexos II e III, e desde que:

I - não caracterize a intermediação de que trata o art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991; e

II - seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.

Art. 42. A transferência de recursos remanescentes não utilizados para outro projeto aprovado pelo Ministério da Cultura se aplica para planos anuais e plurianuais de atividades ou projeto de ação continuada do mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado, declarado o valor transferido em campo específico do novo projeto, que será computado como valor captado no projeto receptor.

§ 1º No caso de aprovação do pleito, o saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do projeto vigente.

§ 2º Caso o pleito não seja aprovado ou não ocorra o pedido em um prazo de até 30 (trinta) dias, os recursos serão recolhidos ao FNC, dispensada a anuência do proponente.

CAPÍTULO VII

DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Seção I

Do Acompanhamento da Execução dos Projetos Culturais

Art. 43. Os projetos culturais terão sua execução acompanhada de forma a assegurar a consecução do seu objeto, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.

§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento, mediante comprovação da execução pelo proponente no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de informações de consumo no Portal da Transparência, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no plano de execução.

§ 2º A análise também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.

§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.

§ 4º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução, atuando nos desvios apontados pelo Salic.

§ 5º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic, podendo o proponente ser notificado para que apresente esclarecimentos no prazo não superior a 10 (dez) dias, sob pena de imediata suspensão da execução do projeto.

§ 6º Quando o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º, o MinC o notificará, uma única vez, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.

§ 7º Após a execução do projeto, a área competente atestará no Salic a conformidade ou desconformidade das etapas realizadas com as previstas.

§ 8º Verificados indícios de vantagem financeira indevida ou material ao incentivador durante a execução do projeto, notificar-se-á o proponente para que apresente esclarecimentos em prazo não superior a 10 (dez) dias, sob pena de imediata suspensão do projeto, bem como da aplicação das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 9º Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, de democratização do acesso ou do plano de distribuição, o proponente poderá oferecer medida compensatória, para ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.

Art. 44. Para os efeitos do § 1º do art. 23 da Lei 8.313, de 1991, não configuram vantagem indevida as seguintes práticas:

I - Ações adicionais realizadas pelo patrocinador, pelos proponentes ou pelos captadores destinadas à prospecção comercial, programas de relacionamento, ampliação da divulgação ou promoção do patrocinador e de suas marcas e produtos, desde que com a comprovada anuência do proponente e custeadas com recursos não-incentivados;

II - Fornecimento de produtos ou serviços do incentivador ao projeto cultural, desde que comprovada a maior economicidade ou exclusividade;

III - Concessão de acesso a ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ou não ao projeto cultural; e

IV - A Comercialização de produtos e subprodutos do projeto cultural em condições promocionais no local do evento.

Seção II

Da Fiscalização

Art. 45. O MinC poderá, a qualquer tempo e de ofício, realizar acompanhamento da execução do projeto, por meio de vistoria in loco, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sua evolução física e financeira, por atuação definida a partir de amostragem ou, ainda, para apuração de eventuais denúncias, quando será emitido relatório circunstanciado e conclusivo, via Salic, contendo as informações colhidas pelos técnicos durante a realização dos trabalhos, bem como as orientações repassadas ao proponente.

§ 1º As vistorias serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, representações regionais, pareceristas credenciados, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais.

§ 2º Na hipótese de realização de vistoria in loco, a imposição de obstáculos ao livre acesso da equipe às entidades inspecionadas, o não atendimento da requisição de arquivos ou documentos comprobatórios, bem como quaisquer condutas que visem inviabilizar total ou parcialmente o referido acompanhamento ensejarão o registro de inadimplência do proponente.

Art. 46. O MinC poderá realizar visitas ou encontros técnicos com o objetivo de orientar o proponente quanto à correta utilização dos recursos repassados e regular execução das etapas previstas, além de prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.

Seção III

Da Comprovação e Do Relatório Final do Proponente

Art. 47. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal tornam-se recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de resultados.

§ 1º A comprovação financeira no Salic deverá ser feita pelo proponente, à medida que os correspondentes débitos tiverem sido lançados no extrato bancário, com a respectiva anexação de documentos comprobatórios, podendo constituir-se de:

I - cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à administração pública;

II - cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nesta Instrução Normativa;

III - cópias das notas fiscais, recibos diversos, Recibo de Pagamento ao Contribuinte Individual (RPCI), faturas, contracheques, entre outros;

IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e

V - comprovante do recolhimento ao FNC de eventual saldo não utilizado na execução do projeto, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.

§ 2º A memória de cálculo referida no inciso IV do §1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes, cuja soma exceda o custo total de um item de despesa.

§ 3º Caso o proponente deixe de realizar as comprovações financeiras na forma do § 1º, será diligenciado para regularização no prazo de vinte dias, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 58.

Art. 48. Findo o prazo de execução aprovado para o projeto, o proponente deverá finalizar no Salic, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, relatório final que contemple a síntese das seguintes informações, em plena conformidade com eventuais fiscalizações, orientações e ajustes autorizados pelo MinC:

I - comprovação da realização do objeto proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico constante do plano de trabalho;

III - comprovação dos produtos e serviços por meio de exemplar de produto, apresentação de fotos, listas de presença, arquivos digitais, registro audiovisual, entre outros compatíveis com a natureza dos produtos;

IV - descrição das etapas de execução do objeto com os respectivos comprovantes das despesas realizadas, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução e na Planilha Orçamentária e respectivos ajustes autorizados pelo MinC;

V - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade ao produto cultural, nos termos aprovados pelo MinC;

VI - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a democratização do acesso, nos termos aprovados pelo MinC;

VII - amostras e/ou registros fotográficos/videográficos das peças previstas no plano de divulgação do projeto;

VIII - relação dos bens móveis e obras de arte adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no art. 14 desta Instrução Normativa;

IX - relação dos bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;

X - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e

XI - recibo do destinatário, no caso de direcionamento de bem ou material permanente a outra entidade de natureza cultural, por parte do proponente.

§ 1º Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inabilitação do proponente no Salic, e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação, sob pena de reprovação das contas por omissão.

§ 2º No caso de projeto que resulte em obra cinematográfica ou outro produto que não possa ser anexado ao Salic, a comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser entregue à Secretaria competente, no suporte em que a obra ou produto foi originalmente produzido, para fins de preservação e integração aos acervos do Ministério.

§ 3º A entrega de que trata o § 2º não substitui o depósito da obra no órgão ou na entidade competente, sempre que exigido em legislação específica.

Seção IV

Da Avaliação de Resultados

Art. 49. Encerrado o prazo de execução do projeto, o MinC procederá ao bloqueio da conta e avaliará os seus resultados conforme o art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, com base na documentação e nas informações inseridas pelo proponente no Salic a título de prestação de contas.

Art. 50. A avaliação de resultados será composta pela análise do objeto e pela análise financeira e seguirá o formato abaixo:

I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto;

II - avaliação das não conformidades apontadas pelo Salic quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas;

III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC; e

IV - será obrigatória a apresentação de estudos de impactos econômicos nos projetos com o Custo Total (Anexo I) igual ou superior a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mensurando externalidades positivas como emprego, renda, PIB, dentre outros; e o valor dos referidos estudos poderá ser lançado na planilha orçamentária.

§ 1º No caso de projetos de Patrimônio Cultural, Museus e Memória, as análises de objeto e financeira serão realizadas pelo Iphan ou Ibram, respectivamente.

§ 2º A análise do objeto deverá considerar a captação parcial de recursos, quando for o caso, avaliando os requisitos mínimos de alcance do objeto e de suas finalidades, além da proporcionalidade entre o captado e o executado, bem como as contrapartidas pactuadas.

Seção V

Da Aprovação, Da Aprovação com Ressalva, Da Reprovação e Do Arquivamento

Art. 51. A avaliação de resultados considerará a prestação de contas como:

I - aprovada, quando:

a) verificada a integral execução do objeto ou a execução parcial adequada à captação parcial de recursos;

b) não apontadas inadequações na execução financeira; e

c) sanadas todas as ocorrências apontadas em fase de diligências.

II - aprovada com ressalvas, quando houver:

a) alterações no projeto cultural, no decorrer de sua execução, sem a anuência do MinC, desde que não caracterize descumprimento do objeto;

b) não atendimento ao Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;

c) não apresentação de autorização de uso ou reprodução de obras protegidas por direitos autorais ou conexos;

d) alteração do conteúdo do produto principal, desde que caracterize o alcance da ação cultural projetada, sem desvio de finalidade;

e) alterações no Plano de Distribuição desde que não acarrete descumprimento das medidas de democratização ao acesso público e do objeto; ou

f) ocorrências de ordem financeira que não caracterizem descumprimento do objeto ou dano ao erário.

III - reprovada, nas hipóteses de:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento do objeto pactuado; ou

c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros.

Art. 52. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a sua realização ou iniciado a sua execução, tampouco solicitado a transferência para outro projeto cultural nos termos do § 3º art. 29, sendo os recursos recolhidos ao FNC quando do bloqueio da conta na forma do art. 50, dispensada a anuência do proponente.

Parágrafo único. A decisão de arquivamento não importa em registro de aprovação ou reprovação do projeto, atestando meramente sua inexecução por justa causa.

Art. 53. O proponente será cientificado do Laudo Final de Avaliação de resultados do projeto cultural juntamente com o teor da avaliação de resultados, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União (DOU) e do registro da decisão no Salic, da seguinte forma:

I - nos casos de aprovação e arquivamento, por disponibilização no Salic; e

II - nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic.

Art. 54. Quando a decisão de que trata o art. 51 for pela reprovação da prestação de contas, a cientificação do proponente conterá intimação para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic:

I - recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança; ou

II - apresentar proposta de ações compensatórias para conclusão do objeto de projeto com execução regularmente iniciada.

§ 1º O prazo de que trata o caput é preclusivo para o inciso II, sendo vedada a apresentação de proposta em momento posterior.

§ 2º As propostas de ações compensatórias serão aprovadas após oitiva da CNIC, no prazo de 60 (sessenta) dias, desde que seu prazo de execução não ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º O proponente deverá apresentar comprovação da realização da medida compensatória, nos termos em que foi aprovada, em no máximo 30 (trinta) dias após o fim do seu prazo de execução.

§ 4º A CNIC avaliará a execução da medida compensatória e, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, submeterá Parecer Técnico conclusivo à autoridade máxima da Secretaria competente, que se manifestará quanto à aprovação ou reprovação definitiva das contas do projeto.

§ 5º Quando a decisão prevista no § 4º for pela reprovação da medida compensatória, o proponente será cientificado a, no prazo de 20 (vinte) dias, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança.

§ 6º Ficarão suspensas todas as penalidades do proponente durante o prazo de análise, aprovação e execução das ações compensatórias.

Art. 55. Da decisão de reprovação das contas caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição do recurso.

§ 1º O recurso tempestivo suspende os efeitos da reprovação, inclusive no que tange à análise e ao prazo do § 1º do art. 54, salvo nos casos de comprovada má-fé.

§ 2º A critério do Presidente da CNIC, nos termos do art. 56, inciso VI, do Decreto 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.

§ 3º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro do indeferimento no Salic, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 54, inciso I.

§ 4º A apresentação de proposta compensatória não obsta a interposição ou a tramitação de recurso, sendo facultada ao proponente a apresentação de ambos conjuntamente, desde que observado o prazo do caput.

Art. 56. Esgotado o prazo para o recolhimento dos recursos sem o cumprimento das exigências, será constituído em mora o proponente devedor, e a recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação do valor impugnado, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.

Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:

I - a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin);

II - a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) para reposição do dano ao erário; e

III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de 1995.

Art. 57. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 49, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa, ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal.

§ 1º A prestação de contas no Salic estará à disposição para consulta pública e poderá ser objeto de questionamento até os 5 (cinco) anos seguintes da data de conclusão da avaliação de resultados pelo MinC.

§ 2º O proponente deverá manter e conservar a documentação do projeto pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da avaliação dos resultados, e disponibilizá-la ao MinC e aos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-la, conforme prevê o art. 36 IN/RFB 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

CAPÍTULO VIII

DAS SANÇÕES

Art. 58. Durante qualquer fase do projeto, o MinC poderá:

I - declarar a inadimplência do proponente, caracterizada pela sua omissão no atendimento às diligências, o que ensejará:

a) o bloqueio da conta do projeto;

b) a impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução do projeto; e

c) a impossibilidade de apresentação de novas propostas e suspensão de publicação de autorização para captação de novos projetos.

II - declarar a inabilitação cautelar do proponente, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria competente, caso sejam detectados indícios de irregularidades no projeto, com as seguintes consequências:

a) suspensão dos projetos ativos do proponente com o bloqueio de suas contas, impedindo a captação de novos patrocínios ou doações, bem como movimentação de recursos;

b) impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução dos projetos;

c) impossibilidade de apresentação de novas propostas;

d) cancelamento de propostas e arquivamento de projetos sem captação; e

e) impossibilidade de recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

III - aplicar a multa de que trata o art. 38 da Lei nº 8.313, de 1991, sempre que identificada conduta dolosa do incentivador ou do proponente.

§ 1º Aplicada a inabilitação cautelar, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º Decorrido o prazo do § 1º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos recursos ao erário.

§ 3º As sanções deste artigo perdurarão enquanto não for regularizada a situação que lhes deram origem, e o projeto que permanecer suspenso por inadimplência ou inabilitação cautelar do proponente até o final do prazo de execução será encaminhado para a avaliação de resultados e Laudo Final de Avaliação, estando sujeito a arquivamento, aprovação com ressalvas ou reprovação, conforme a situação.

Art. 59. Após a reprovação da prestação de contas ou em casos de omissão ao dever de prestar contas, o MinC determinará a inabilitação do proponente, o que, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, ensejará a impossibilidade de:

I - apresentação de novas propostas;

II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e

III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:

a) cancelamento de propostas em análise;

b) arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e

c) suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas.

IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

§1º Para os fins deste artigo, considera-se inabilitação a sanção administrativa restritiva de direito, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991, aplicável sobre a pessoa física ou jurídica proponente, bem como seus dirigentes, cuja prestação de contas tenha sido reprovada ou em cuja conduta tenha sido comprovado dolo, fraude ou simulação.

§ 2º A sanção de inabilitação terá duração de 3 (três) anos.

§ 3º A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada 20 (vinte) dias após a publicação do ato referido no art. 51, inciso III, exceto se houver recolhimento dos recursos devidos ao FNC, na forma do art. 54, ou interposição de recurso com efeito suspensivo.

Art. 60. A sanção de inabilitação de que trata o art. 59 será publicada no Diário Oficial da União e conterá, no mínimo:

I - identificação do projeto e número Pronac;

II - identificação do proponente e respectivo registro no CNPJ ou no CPF;

III - descrição do objeto do projeto;

IV - período da inabilitação; e

V - fundamento legal.

Art. 61. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Pronac.

Art. 62. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados na avaliação de resultados, reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 63. Para projetos aprovados na vigência desta Instrução Normativa, a cada 5 (cinco) aprovações com ressalvas, conforme art. 51, inciso II, no período de 3 (três) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por 1 (um) ano.

Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência.

CAPÍTULO IX

DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Art. 64. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente poderá requerer o parcelamento do débito, em até 60 (sessenta) parcelas mensais não inferiores a R$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o disposto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nesta Instrução Normativa para a consolidação do débito.

§ 1º O pagamento da primeira parcela importa em confissão de dívida e reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.

§ 2º O atraso de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, implicará na imediata suspensão do parcelamento, restaurando-se o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das medidas previstas nos arts. 66 e 67, no Capítulo X desta Instrução Normativa.

§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de 5 (cinco) anos previsto no art. 57 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento.

CAPÍTULO X

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 65. Esgotadas as medidas administrativas de ressarcimento espontâneo previstas nesta Instrução Normativa, os débitos apurados e não quitados serão objeto de inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) ou instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), conforme o valor, a certeza e a liquidez do débito.

§ 1º O encaminhamento para inscrição em dívida ativa e a instauração de TCE exigem registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) pela unidade setorial do Sistema de Contabilidade Federal no Ministério, sem prejuízo do registro no Salic pela secretaria gestora do projeto.

§ 2º O parcelamento ou pagamento de débito já encaminhado para inscrição em dívida ativa ou tomada de contas deve ser requerido e demonstrado perante as autoridades competentes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou do Tribunal de Contas da União, conforme o caso.

Art. 66. Caso haja necessidade de apuração de improbidade administrativa ou de dano ao erário não quantificável em sede de prestação de contas, o fato será comunicado à Procuradoria-Geral da União, via Consultoria Jurídica, para adoção das medidas judiciais cabíveis.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. Das decisões administrativas cabe recurso, aplicando-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e à comunicação de atos e decisões.

Art. 68. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo único. Serão considerados válidos e atuais os endereços eletrônicos e físicos informados pelo proponente no registro feito no Salic.

Art. 69. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo para tanto comunicar o proponente, informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.

§ 1º O prazo do caput poderá ser prorrogado pela área técnica uma única vez por igual período ao fim da vigência do prazo, desde que motivado e justificado pelo proponente.

§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente.

§ 3º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará:

I - o cancelamento automático da proposta no Salic;

II - o arquivamento do projeto cultural sem movimentação de conta, com registro da ocorrência no Salic; e

III - a inadimplência do projeto, quando se tratar de diligências durante as fases de execução e avaliação de resultados.

Art. 70. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 71. Por meio de portarias específicas, em razão da demanda do setor e da política cultural, o Ministro de Estado da Cultura definirá novas diretrizes em função:

I - da previsão de auditoria externa; e

II - dos históricos de patrocínios da base do Salic, para a criação de novas regras para os editais de incentivo fiscal, visando fortalecer a produção cultural e a manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), instituídos pela Portaria Interministerial MP/MinC/ME/MDS/MJ/MTE nº 401, de 9 de setembro de 2010, e regulamentados pela Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011, do Ministério da Cultura.

Art. 72. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Fica revogada a Instrução Normativa nº 4, de 30 de novembro de 2017, do Ministério da Cultura.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

ANEXO I

GLOSSÁRIO

I - Auditoria Externa: fornecimento de informações de controle para avaliar com segurança as receitas e despesas da ação cultural realizada.

II - Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para eventual devolução de recursos.

III - Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à sua execução.

IV - Conta Vinculada: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores e para movimentação visando à execução dos projetos, bem como para eventual devolução de recursos.

V - Contrato de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente que formaliza o patrocínio em determinado projeto cultural, não apresentando condicionantes para o desembolso de recursos que gerem expectativa de patrocínio e que possa não se concretizar por parte unilateral do patrocinador, devendo conter para análise das demandas previstas neste instrumento que exijam sua apresentação:

a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (com o número da Proposta ou Projeto);

b) Descrição do valor;

c) Data de validade; e

d) Cronograma de desembolso.

VI - Corpos Estáveis: Companhias artísticas com mais de 05 (cinco) anos de atuação, que mantenham atividades durante todo o ano fiscal e que mantenham sob contrato profissionais da área cultural para a execução de suas atividades.

VII - Custo do Projeto: compreende o somatório do Valor do Projeto e Custos Vinculados.

VIII - Custo Global: compreende o somatório Custo Total e Valor da Aplicação.

IX - Custo Total: compreende o somatório de Custo do Projeto, Valores de Outras Leis e Valores de Outras Fontes.

X - Custos Vinculados: compreende o somatório dos Custos Administrativos e Divulgação.

XI - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.

XII - Desfiles festivos: Desfiles de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de fantasias, adereços ou material cenográficos.

XIII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.

XIV - Equipamentos públicos: Museus, bibliotecas, auditórios, salas de teatro ou outros espaços públicos de quaisquer dos entes federados.

XV - Espaços públicos: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais, assim como ações de salvaguarda dos bens culturais.

XVI - Execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato ou acordo de cooperação técnica, somando suas competências para executar o projeto cultural.

XVII - Finalidade Cultural: é o alcance da fruição do produto principal em proveito para a sociedade, conforme previsto no projeto aprovado.

XVIII - Intermediação: apresentação de proposta por proponente cuja participação em sua execução será irrelevante, acessória ou nula ou em que a atividade técnico-financeira ou de gestão tenha sido delegada a terceiros.

XIX - Medidas de acessibilidade: medidas presentes na proposta cultural que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida espaços, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços, assistência pessoal, mediação ou utilização de tecnologias assistivas, cumprindo as exigências que lhe forem aplicáveis contidas na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.

XX - Monitoramento: análise e avaliação da comprovação físico-financeira registrada pelo proponente no Salic durante a execução do projeto cultural.

XXI - Objeto: produto do projeto cultural conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC (art. 1º, Lei nº. 8.313/91 e art. 2º, Decreto nº. 5.761/06) previamente assumido pelo proponente.

XXII - Orçamento detalhado ou analítico: aquele que apresenta o conjunto de composições de custos unitários para cada um dos itens constantes da planilha orçamentária.

XXIII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo manifestação objetiva, conclusiva e pormenorizada do objeto analisado.

XXIV - Patrimônio cultural imaterial: saberes e modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e línguas que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

XXV - Patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural brasileira em todo o período histórico ou pré-histórico, cuja conservação e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

XXVI - Plano Anual ou Plurianual de Atividades: projeto cultural apresentado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de doze ou vinte e quatro mese(s) coincidente(s) com o(s) ano(s) fiscal(ais), a manutenção da instituição e das suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006.

XXVII - Plano de distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos ou produtos culturais resultantes do projeto, com descrição detalhada dos preços, a distribuição por categorias de acesso ou produção.

XXVIII - Plano de divulgação: conjunto de ações em mídia impressa ou digital, redes sociais ou suportes diversos destinadas à divulgação de projeto cultural e dos produtos dele resultantes.

XXIX - Plano de execução: detalhamento das metas, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio inserido no Salic.

XXX - Plano museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como para fundamentar a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento basilar para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

XXXI - Prazo de captação: período estabelecido na Portaria de Autorização publicada no Diário Oficial da União para captação de recursos de projeto cultural, contemplando o período de execução.

XXXII - Prazo de execução: período para a realização do projeto cultural proposto e vinculado às metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura e aderente às etapas de trabalho. A prorrogação de prazo de execução não renova o prazo de captação.

XXXIII - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo mais elevado.

XXXIV Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto.

XXXV - Projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.

XXXVI - Projeto cultural de produção independente:

a) na área da produção audiovisual, aquele cujo proponente não exerça as funções de distribuição ou exibição de obra audiovisual, ou que não seja concessionário de serviços de radiodifusão de sons ou sons e imagens ou a ele coligado, controlado ou controlador;

b) na área da produção musical, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, as funções de fabricação e distribuição de qualquer suporte fonográfico, ou que não detenha a posse ou propriedade de casas de espetáculos ou espaços de apresentações musicais;

c) na área da produção editorial, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, pelo menos duas das seguintes funções: fabricação de livros ou de qualquer insumo necessário à sua fabricação; distribuição de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais; ou comercialização de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais;

d) nas artes cênicas, aquele cujo proponente não detenha a posse ou propriedade de espaços cênicos ou salas de apresentação, excetuadas as companhias artísticas que desenvolvam atividades continuadas assim definidas em regulamento;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) na área de artes visuais, aquele cujo proponente não acumule a função de expositor e comercializador de obra de arte, bem como não detenha posse ou propriedade de espaços de exposições; e

f) nas demais áreas culturais e artísticas, aquele definido pelo Ministério da Cultura por meio de regulamento.

XXXVII - Projeto cultural: conjunto de atividades interrelacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados e que tenham sido admitidos pelo MinC após etapa de análise de admissibilidade de proposta cultural, recebendo número de registro no Pronac.

XXXVIII - Projeto de ação continuada: projeto cuja ação ocorra de forma contínua ou em edições, tais como festivais e feiras literárias.

XXXIX - Projeto de preservação e conservação do patrimônio cultural material: projeto elaborado por técnicos especializados, com vistas à realização de ações de restauração, preservação e conservação em monumentos e bens de valor histórico e cultural, elementos artísticos e integrados, acervos de bens móveis e imóveis, bem como reconhecimento, valorização, difusão e fomento dos processos e bens culturais mediante ações educativas, necessariamente precedidos de pesquisa histórica, diagnóstico do estado de conservação, mapeamento de danos, perícias e ensaios, projeto de arquitetura e complementares de engenharia.

XL - Projeto de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: projetos relativos a bens culturais imateriais transmitidos há, pelo menos, três gerações, que digam respeito à história, memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira, que contenham a anuência comprovada de representação reconhecida da base social detentora, a participação direta de detentores no planejamento e na realização do projeto e que apresentem proposta de geração de benefícios materiais, sociais ou ambientais, devendo ainda desenvolver ações que visem um ou mais dos seguintes objetivos gerais:

a) a execução de processos participativos de identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial (mapeamentos, inventários, dossiês, diagnósticos, entre outros);

b) a melhoria das condições de produção e reprodução da prática cultural pelos seus detentores (adequação de espaços físicos, oficinas de transmissão de saberes, fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros);

c) a mobilização de segmentos sociais envolvidos com a produção e reprodução para o fortalecimento da gestão da salvaguarda (capacitação de quadros para esta gestão, realização de reuniões, fóruns, seminários, fortalecimento de redes de articulação, entre outros); e

d) a difusão e valorização do bem cultural junto aos próprios detentores e à sociedade de forma geral (por meio da constituição, conservação e disponibilização de acervos, produção e distribuição de materiais de difusão, ações educativas, realização de prêmios e concursos, entre outros).

XLI - Projeto educativo: projeto voltado à formação de público na área cultural com plano pedagógico próprio e público alvo composto prioritariamente por estudantes de qualquer nível escolar ou beneficiários de baixa renda.

XLII - Projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos.

XLIII - Proponente: Pessoa física com atuação na área cultural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área, responsável por apresentar, realizar e responder por projeto cultural no âmbito do Pronac.

XLIV - Proposta cultural: requerimento apresentado por proponente, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura - MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, visando a obtenção dos benefícios do mecanismo incentivo a projetos culturais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991.

XLV - Readequação orçamentária - ajustes de itens da planilha orçamentária que resulte em redução ou complementação de valores, bem como remanejamento entre itens/etapas maior que 50% (cinquenta por cento).

XLVI - Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, recebimento e análise de propostas culturais, assim como à aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais.

XLVII - Termo de Compromisso de Patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente, devendo conter para análise:

a) Referência ao patrocinador, ao proponente e ao projeto (número da Proposta ou Projeto); e

b) Data de validade.

XLVIII - Usuário do Salic: pessoa física detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente, seu representante legal ou procurador legalmente constituído pelo proponente.

XLIX - Valor de Aplicação Financeira: campo de preenchimento automático com o somatório dos valores obtidos na aplicação financeira.

L - Valor de Outras Leis: compreende o somatório dos recursos públicos de fontes diretas ou indiretas das 3 esferas de Poder.

LI - Valor do Projeto: compreende o somatório das etapas de pré-produção, produção, pós-produção.

LII - Valor por Pessoa Beneficiada: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal, não se aplicando para os projetos de ampla difusão em sítio da internet e TV aberta;

LIII - Valores de Outras Fontes: compreende recursos não incentivados próprios ou de terceiros, os quais deverão ser declarados quando da prestação de contas.

LIV - Visita Técnica: ações realizadas junto aos proponentes com o objetivo de orientar quanto à correta utilização dos recursos repassados, a regular execução das etapas previstas e prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.

LV - Vistoria in loco: acompanhamento da execução dos projetos culturais, in loco, a fim de comprovar se o objeto previsto está sendo realizado em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo as medidas de acessibilidade, democratização do acesso, contrapartidas sociais e os planos de divulgação e distribuição.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de:

TER CONHECIMENTO:

- sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos em especial às vedações, a ser acessado no Portal da Rouanet;

- que a gestão de recursos captados é decisão única e exclusiva do proponente, a partir da qual a responsabilização pela utilização desses recursos públicos torna-se indissociável e para a qual deve levar em conta a real possibilidade de captação futura com vistas ao cumprimento total do objeto pactuado;

- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeita o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos; e

- sobre o conteúdo do Portal da Lei Rouanet, disponível no endereço rouanet.cultura.gov.br.

MANTER:

- comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, execução e avaliação de resultados; e

- os dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados do Sistema MinC.

PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária (seguridade social) durante toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;

ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na divulgação oficial do resultado da homologação ou, em caso de discordância, formalizar recurso conforme a Lei do Processo Administrativo nº 9.784, de 1999;

PROMOVER a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos e aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;

PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, à fiscalização por meio de auditorias, vistorias in loco, visitas técnicas e demais diligências, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais, distrital e municipais;

DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no Portal da Rouanet, tendo em vista que a divulgação da Lei Rouanet é fundamental para o controle social, para o conhecimento do público em geral, para a motivação e o engajamento de novos patrocinadores e doadores, bem como para a evolução e a expansão do mecanismo;

PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos resultados do projeto, nas condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado;

DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, quando não transferidos para outro projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no Portal da Rouanet.

Assim, COMPROMETO-ME a:

ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura;

APLICAR E PROMOVER A DIVULGAÇÃO da classificação indicativa para exibição de obras, espetáculos, eventos, shows e conteúdo audiovisual, conforme Portaria nº 368, de 11 de fevereiro de 2014, do Ministério da Justiça;

OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;

OBTER E APRESENTAR AO MINC, antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e

Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, assim como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto, e que responderei por eventuais infrações que vierem a ser cometidas.

_____

Proponente

ANEXO III

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

APENAS PARA PESSOA FÍSICA:

a) currículo ou portfólio atualizado, com destaque para as atividades na área cultural objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc. Nos materiais mencionados, deverá conter o nome do proponente para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;

b) cópia de documento legal de identificação que contenha foto e assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e

c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso.

APENAS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS:

a) relatório atualizado das ações de natureza cultural na área objeto da proposta;

b) no caso de instituição não possuir ações de natureza cultural realizadas a comprovação poderá se dar por meio de:

b.1) versão atualizada do currículo ou portfólio, comprovando as atividades culturais de seus dirigentes na área objeto da proposta, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, entre outros. Nos materiais mencionados deverão conter o nome do proponente, para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;

b.2) currículo da equipe técnica constante na ficha técnica do projeto;

c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;

d) cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;

OBS.: Anexar todas as páginas/cópias do Estatuto/Contrato Social ou o último Estatuto/Contrato consolidado.

e) cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes; e

f) cópia de documento legal de identificação do(s) dirigente(s) responsável(eis) por administrar a instituição que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.

PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS:

1. procuração que traga firma reconhecida;

2. cópia dos documentos de identificação dos procuradores que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS

a) Contrato de Direito Autoral ou Carta de Anuência, contendo a assinatura do autor, autorizando a empresa/instituição a apresentar o texto de sua autoria para realização do espetáculo de artes cênicas.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS EM GERAL

a) os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A QUALQUER PROPOSTA CULTURAL:

a) Carta de Anuência assinada pelo próprio artista ou representante legal quando seu nome é determinante para execução do objeto proposto.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM EXPOSIÇÕES DE ARTE TEMPORÁRIAS E DE ACERVOS:

a) proposta museográfica da exposição, documentação indispensável para conclusão da admissibilidade da proposta;

OBS.: Proposta museográfica é um projeto com layout, detalhamento e especificações das soluções técnicas de montagem (uso das paredes, forro, laje de cobertura internas e externas, haverá apoio para as estruturas, entre outros).

b) ficha técnica, com currículo dos curadores e dos artistas, quando for o caso; e

c) relatório das obras que serão expostas, quando já definidas.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM MOSTRAS, FESTIVAIS COMPETITIVOS OU NÃO, OFICINAS E WORKSHOPS:

a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;

b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;

c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver;

e) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;

f) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração; e

g) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual, sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, porém, é necessário que seja informado o quantitativo e o formato das obras a serem exibidas.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL, CONFORME O CASO:

a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;

b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;

c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan;

d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e

e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate dos processos de patrimonialização do bem.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

a) o projeto deverá considerar Educação Patrimonial como processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação;

b) os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades;

c) os projetos deverão considerar as seguintes diretrizes da Educação Patrimonial, presentes na Portaria Iphan 137 de 28 de abril de 2017:

1. incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

2. integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;

3. valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;

4. favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

5. considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;

6. considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; e

7. incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional.

d) os projetos que preveem a elaboração de projetos pedagógicos deverão utilizar a estrutura mínima de:

1. diagnóstico contextualizado, identificando a situação atual da localidade em relação ao tema da preservação do patrimônio cultural;

2. objetivos gerais e específicos, identificando quais mudanças e impactos serão gerados com o projeto na realidade local;

3. justificativa, explicando porque o projeto é importante e como ele contribui para mudar a realidade local;

4. definição do público-participante, esclarecendo o processo de seleção do referido público;

5. principais ações/atividades. É importante que a descrição dessas ações seja relacionada com o orçamento do projeto e com o diagnóstico contextualizado;

6. estratégias, explicando como essas ações serão realizadas e indicar quais as principais parcerias;

7. monitoramento, definindo como as ações serão acompanhadas;

8. estrutura curricular do conteúdo, a carga horária, as disciplinas e quadro de docentes

9. Base conceitual e metodologias relativas à Educação Patrimonial; e

10. avaliação, descrevendo como será implementado o plano de avaliação (avaliações processuais, auto avaliações, avaliação do processo de desenvolvimento do público participante etc.).

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES) PARA PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:

a) o projeto de restauro (arquitetura e complementares).

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURO (ARQUITETURA E COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA), PARA BENS CULTURAIS MATERIAIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL:

a) identificação e conhecimento do bem:

1. pesquisa histórica;

2. levantamento físico;

2.1. levantamento cadastral;

2.1.1. planta de situação;

2.1.2. planta de locação;

2.1.3. plantas baixas;

2.1.4. fachadas;

2.1.5. cortes;

2.1.6. plantas de cobertura;

2.2. topografia do terreno;

2.3. documentação fotográfica; e

2.4. elementos artísticos integrados.

3. análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo;

4. Prospecções:

4.1. arquitetônica;

4.2. estrutural e do sistema construtivo; e

4.3. arqueológica.

b) diagnóstico:

1. mapeamento de danos;

2. análises do estado de conservação;

3. estudos geotécnicos; e

4. ensaios e testes.

c) proposta de intervenção:

1. estudo preliminar;

2. projeto básico de intervenção; e

3. projeto executivo.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL:

a) o projeto de arquitetura e urbanismo deve ser fruto de processos de concurso, utilizando, para tanto, procedimentos de seleção análogos aos indicados no parágrafo 1º, Art. 13 da Lei 8.666 de 1993, que versa sobre a escolha e contratação de serviços e profissionais para desenvolvimento de projetos técnicos especializados ou aquisição de obras de arte;

b) os custos previstos no projeto cultural devem incluir e descrever todas as etapas de organização e divulgação do concurso e de seus resultados além da fase de desenvolvimento do projeto de arquitetura e urbanismo referenciados na tabela pública de honorários divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAUBR), desde que se restrinjam ao fomento à arquitetura e ao urbanismo, excluindo projetos complementares de engenharia;

c) o profissional responsável pelo projeto deve ser regularmente registrado no CAU de seu estado;

d) o concurso que resultar na seleção do projeto a ser desenvolvido deve prever etapa de exposição pública e edição de publicação dos projetos concorrentes, minimamente dos vencedores e menções;

e) os projetos, objeto do fomento ora proposto, em sua origem, desde o edital de chamada dos concursos, devem propor e garantir a qualificação do espaço público a eles relativos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE TRATAMENTO FÍSICO, ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E GUARDA:

a) diagnóstico situacional com informações sobre:

1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais;

2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais;

3. ambientes de armazenamento;

4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e

5. histórico de intervenções anteriores.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE REPRODUÇÃO (DIGITALIZAÇÃO, MICROFILMAGEM E AFINS) DE ACERVO:

a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e

b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE BASES DE DADOS:

a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:

a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;

b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;

c) justificativa para a aquisição;

d) inventário do acervo a ser adquirido;

e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;

f) parecer de autenticidade do acervo; e

g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA HISTÓRICA SOBRE OS ACERVOS:

a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;

b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;

c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;

d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;

e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e

f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:

a) o projeto deverá ser desenvolvido sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, cultura, ecológica e ambiental e necessariamente incluir na equipe realizadora detentores dos bens culturais imateriais objeto da proposta de preservação e salvaguarda;

b) o projeto deverá demonstrar os investimentos diretos ou quaisquer outros benefícios concretos para os detentores do bem em questão de modo a favorecer condições para que eles mantenham as tradições associadas à sua prática cultural;

c) deverá ser apresentada anuência prévia e informada, obtida junto aos grupos ou comunidades detentores de bens culturais ou junto a segmento representativo desta coletividade e deverá ser considerado principalmente aqueles grupos ou comunidades que serão diretamente envolvidos na realizada da proposta;

d) projetos que preveem pesquisa e documentação deverão: explicitar a metodologia utilizada; informar os locais onde será desenvolvido o trabalho de campo ou documental; conter compromisso de que o resultado será repassado ao Iphan, que poderá utilizar-se dele desde que sem fins comerciais, e a outras instituições relacionadas, de modo a tornar esses resultados de amplo acesso ao público;

e) deverão ser apresentados documentos comprobatórios da qualificação técnica do proponente e dos técnicos envolvidos; e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser apresentado dossiê que demonstre atuação na área objeto da proposta ou junto à comunidade que será beneficiária das ações do projeto;

f) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:

1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais;

2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e

3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem.

g) indicação da rede de parceiros envolvidos, definindo as responsabilidades na consolidação e sustentabilidade das atividades do projeto;

h) eventos, publicações e edições patrocinados com recursos dos projetos não poderão ter fins lucrativos;

i) projetos que visem à realização de eventos deverão demonstrar sua relevância para a comunidade produtora de pelo menos um bem cultural, além de ter um caráter de divulgação e de formação de público;

j) projetos que preveem ações educativas deverão favorecer tanto a livre fruição do conhecimento para a sociedade em geral, quanto as condições para a inclusão social dos detentores dos bens em questão;

k) recursos administrativos do projeto não poderão ser alocados para a manutenção ou benefício da instituição proponente, limitando-se à dimensão administrativa da execução das atividades propostas no projeto;

l) além dos itens acima especificados, o projeto deverá apresentar as informações específicas relativas às áreas de patrimônio cultural material, audiovisual, arquivística, entre outras, quando for o caso;

m) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;

n) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;

o) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Iphan.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM CONSTRUÇÃO OU INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS CULTURAIS:

a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;

b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável técnico, bem como orçamento analítico completo apresentado em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente no que diz respeito ao sequenciamento as etapas;

c) especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;

d) cronograma físico-financeiro das obras;

e) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária, quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;

f) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;

g) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;

h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação específica;

i) proposta de intervenção aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso;

j) levantamento arquitetônico do edifício e planialtimétrico do terreno, devidamente cotados e em escala adequada, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação; e

k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM RESTAURAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS OU PROTEGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MEDIANTE OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO:

a) levantamento cadastral do edifício;

b) pesquisa histórica;

c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;

d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;

e) planta de situação do imóvel;

f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:

1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;

2. endereço da edificação;

3. memorial descritivo;

4. especificações técnicas;

5. levantamento completo dos danos existentes; e

6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e

g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento.

h) além de anexar, nos campos disponibilizados do Sistema Salic, a documentação elencada acima, o proponente deverá encaminhar ao MinC, via meio físico, CD contendo todas as plantas e projetos arquitetônicos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E RESTAURO, BEM COMO PROJETOS COMPLEMENTARES DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS OU ACAUTELADOS:

a) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação de titularidade quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;

b) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação de sua posse, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 anos;

c) ato de tombamento ou outra forma de acautelamento;

d) levantamento cadastral do edifício;

e) pesquisa histórica;

f) levantamento fotográfico do estado atual do bem;

g) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;

h) planta de situação do imóvel;

i) memorial descritivo detalhado das ações e procedimentos previstos devidamente validados por parecer técnico, emitido pela instituição pública responsável pelo tombamento, que indique critérios e orientações à serem observados pelo proponente;

j) o prosseguimento do projeto cultural ficará condicionado à apresentação de sua aprovação pela instituição responsável pelo tombamento;

k) as exigências previstas nas alíneas "a", "b", "c", "g" e "i", poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA MUSEOLÓGICA:

a) em caso de restauração:

1. listagem com os itens a serem restaurados;

2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento;

3. currículo do restaurador; e

4. orçamento específico por obra.

b) em caso de aquisição de acervo:

1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa;

2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição;

3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;

4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;

5. parecer de autenticidade das obras;

6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;

7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e

8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento.

c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:

1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;

2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);

3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens, textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;

4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e

5. proposta para ações educativas, se for o caso.

d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:

1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;

2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;

3. proposta de seguro para os itens; e

4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva.

e) em caso de exposição itinerante:

1. todos os documentos listados nas alíneas "c" e "d" deste inciso;

2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e

3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.

f) em caso de criação de museus:

1. Plano Museológico, conforme estabelecido nos art. 45, 46 e 47 da Lei nº 11.904/2009 e em consonância com o § 1º do art. 8º da referida Lei ou, caso ainda não tenha sido elaborado, apresentar na planilha orçamentária rubrica/profissional para produzir o referido documento;

2. Plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;

3. Todos os documentos listados nas alíneas "b" e "c" desse inciso, quando for o caso;

4. Todos os documentos listados no inciso XVIII dessa Instrução Normativa, quando se tratar de construção de espaço para abrigar o museu;

5. Todos os documentos listados no inciso XIX dessa Instrução Normativa, quando se tratar de restauração de imóvel tombado para abrigar o museu.

g) ações socioeducativas em museus:

1) Projeto pedagógico do museu;

2) Currículo dos profissionais.

h) quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL:

a) breve currículo dos principais membros da equipe técnica especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;

b) Termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira. O máster deverá estar em um dos formatos a seguir: BETACAM DIGITAL, HDCAM SR, HDCAM Standard, HD EXTERNO (HD externo com conexão USB 2.0 ou IEEE1394 (FireWire), não vinculado a software proprietário para ser reconhecido) ou Fita de dados LTO - 5.

c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual, emitido por profissional ou Instituição devidamente especializada na área;

d) argumento cinematográfico contendo a estratégia de abordagem, lista de locações e personagens documentados e a ideia cinematográfica do projeto que deve conter em si uma visão sobre os fenômenos abordados (não se trata de descrição do tema ou de sua importância), no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;

e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para produção de obra de ficção de curta ou média metragem;

f) Proposta de produção, incluindo Plano de produção, Detalhamento técnico, Estratégia de produção, dentre outras informações consideradas relevantes para o filme, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;

g) Plano de direção: apresentação dos procedimentos estilísticos que se pretende utilizar no filme, a ser redigido pelo diretor, descrevendo como será a linguagem da obra cinematográfica e fazendo menção aos diversos setores do filme, no caso de produção de curta ou média metragem;

h) storyboard ou concept art acompanhado dos documentos mencionados na alínea "e", para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e

i) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso IX do Art. 45.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM SÍTIO DE INTERNET, JOGOS ELETRÔNICOS, APLICATIVOS OU TRANSMIDIÁTICOS:

a) no caso do sítio de internet informar a descrição das páginas, com definição de conteúdo, incluindo pesquisas e sua organização e roteiros;

b) no caso de jogos eletrônicos apresentar a descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos;

c) no caso do aplicativo para diferentes sistemas operacionais apresentar a descrição do aplicativo e sua funcionalidade;

d) no caso de proposta transmidiáticas apresentar a definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de explorar diversos aspectos da narrativa proposta; e

e) no caso de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções audiovisuais e ambientes de imersão e performances audiovisuais apresentar a descrição da ação, justificativa e proposta técnica.

ANEXO IV

SEGMENTOS CULTURAIS ENQUADRADOS NO ART. 18, § 3º, DA LEI Nº 8.313, DE 1991.

OS INCENTIVADORES DE PROJETOS QUE SE ENQUADREM NA LISTAGEM DESTE ANEXO FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.313, DE 1991. PARA OS DEMAIS PROJETOS, ENQUADRADOS NO ART. 25. DA LEI, OS INCENTIVADORES FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DO ART. 26.

I - ARTES CÊNICAS

a) circo; (art. 18, § 3º, alínea a)

b) dança; (art. 18, § 3º, alínea a)

c) mímica; (art. 18, § 3º, alínea a)

d) ópera; (art. 18, § 3º, alínea a)

e) teatro; (art. 18, § 3º, alínea a)

f) teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres; (art. 18, § 3º, alínea a)

g) desfile de escola de samba ou festivos de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de fantasias, adereços ou material cenográfico; (art. 18, § 3º, alínea a)

h) construção e manutenção de salas de teatro ou centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes; (art. 18, § 3º, alínea h)

i) ações de capacitação e treinamento de pessoal; e (art. 18, § 3º, alínea a)

j) teatro musical, quando sua encenação se estabelece por meio de dramaturgia, compreendendo danças e canções. (art. 18, § 3º, alínea a)

II - AUDIOVISUAL

a) produção de conteúdo audiovisual de curta e média metragem, incluindo rádios e TVs educativas e culturais; (art. 18, § 3º, alínea f)

b) difusão de acervo e conteúdo audiovisual nos diversos meios e suportes; (art. 18, § 3º, alínea f)

c) restauração e preservação de acervos audiovisuais; (art. 18, § 3º, alínea f)

d) doação de acervos audiovisuais para cinematecas; (art. 18, § 3º, alínea e)

e) ações de capacitação e treinamento de pessoal; (art. 18, § 3º, alínea e)

f) aquisição de equipamentos para manutenção de acervos audiovisuais públicos e cinematecas; e (art. 18, § 3º, alínea e)

g) construção e manutenção de salas de cinema que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (art. 18, § 3º, alínea h)

III - MÚSICA

a) erudita; (art. 18, § 3º, alínea c)

b) instrumental; (art. 18, § 3º, alínea c)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) canto coral; e (art. 18, § 3º, alínea c)

d) ações de capacitação e treinamento de pessoal; (art. 18, § 3º, alínea c)

IV - ARTES VISUAIS

a) exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos; e (art. 18, § 3º, alínea d)

b) ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, assim como ações de capacitação e treinamento de pessoal que visem a formação e o fomento em artes visuais; (art. 18, § 3º, alínea d)

V - PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

a) doações ou aquisições de acervos culturais em geral para arquivos públicos e instituições culturais; (art. 18, § 3º, alínea g)

b) preservação, restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial; (art. 18, § 3º, alínea g)

c) ações de documentação ou digitalização de acervo bibliográfico e arquivístico, pesquisa, sistematização de informação; (art. 18, § 3º, alínea g)

d) preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de patrimônio cultural; (art. 18, § 3º, alínea g)

e) ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos; (art. 18, § 3º, alínea g)

f) ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural; (art. 18, § 3º, alínea g)

g) treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos, arquivos públicos e instituições congêneres; (art. 18, § 3º, alínea g)

h) elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo; e (art. 18, § 3º, alínea g)

i) elaboração de projetos de restauro (arquitetura e complementares) destinados à preservação de bens culturais materiais tombados pelos poderes públicos, federal, estadual, municipal ou distrital. (art. 18, § 3º, alínea g)

VI - MUSEUS E MEMÓRIA

a) doação ou aquisição de acervos para museus e instituições de preservação da memória; (art. 18, § 3º, alínea g)

b) preservação, restauração, conservação, identificação, registro e promoção; (art. 18, § 3º, alínea g)

c) documentação e digitalização de acervos; sistemas de informações; (art. 18, § 3º, alínea g)

d) ações de segurança para preservação de acervos; (art. 18, § 3º, alínea g)

e) planos anuais de atividades e elaboração de planos museológicos; (art. 18, § 3º, alínea g)

f) exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia; (art. 18, § 3º, alíneas d e g)

g) pesquisa; sistematização de informações; (art. 18, § 3º, alínea g)

h) ação educativo-cultural, inclusive seminários, congressos, palestras; (art. 18, § 3º, alínea g)

i) criação e implantação (projetos, construção, restauração e reforma); (art. 18, § 3º, alínea g)

j) ações de capacitação e treinamento de pessoal; e (art. 18, § 3º, alínea g)

k) aquisição de equipamentos para a preservação e manutenção de acervos. (art. 18, § 3º, alínea g)

VII - HUMANIDADES

a) livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico; (art. 18, § 3º, alínea b)

b) manutenção, preservação ou restauração de acervos bibliográficos e arquivísticos compreendidos por livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico; (art. 18, § 3º, alínea b)

c) eventos literários e ações educativo-culturais voltados para a promoção do livro e da criação literária, e para o incentivo à leitura; (art. 18, § 3º, alínea b)

d) doação ou aquisição de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos, cinematecas; (art. 18, § 3º, alínea b)

e) ações de capacitação, treinamento de pessoal, oficinas e aquisição de equipamentos, que tenham como finalidade a manutenção de acervos de bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas; e (art. 18, § 3º, alínea b)

f) construção de bibliotecas desde que esteja prevista a implantação de espaço destinado a apresentações de teatro, exibição de filmes e outras atividades culturais em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. (art. 18, § 3º, alínea h)

ANEXO V

TIPOLOGIAS

PRONAC- Patrimônio Imaterial

Critérios para enquadramento de projetos na alínea "g" parágrafo 3°, Artigo 18 da Lei 8.313/91

1. Itens que devem constar no sub segmento "Patrimônio Imaterial". Com base nas legislações - Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Decreto Legislativo 22, de 08 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Resolução 001/2006, de 03 de agosto de 2006, que trata da instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Resolução 1, de 18 de julho de 2013, que trata da Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, Portaria 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC:

Celebrações-ocasiões diferenciadas de sociabilidade - atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território, nas quais se incluem os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário.

Saberes e modos de fazer - atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Referem-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e /ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais.

Formas de expressão - Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação as quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.

Lugares - lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas diversas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernaculares quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.

Edificações - estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se tem de certos lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas a edificações, as narrativas que se conversam e seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.

Diversidade Linguística - as Línguas faladas por comunidades brasileiras objetivando a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc., o Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

2. Enquadram-se na rubrica "Patrimônio Imaterial" projetos que desenvolvam ações como as listadas abaixo e que sejam relacionadas à identificação, documentação, reconhecimento, difusão e fomento dos processos culturais que sejam referenciais de e para comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes, e demais comunidades constituintes da sociedade brasileira.

2.1 Projetos de mapeamento, documentação e inventário, instrução de processo e construção de dossiê de Registro conforme procedimentos da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2016;

2.2 Projetos que visem à constituição, conservação e divulgação de acervos etnográficos e documentais e/ou bancos (bases) de dados sobre o patrimônio imaterial;

2.3 Projetos que promovam e divulguem, preferencialmente, bens culturais imateriais inventariados e/ou Registrados pelos poderes públicos em nível federal, estadual ou municipal;

2.4 Projetos que tragam a público, através de publicações, exposições, edições fono audiovisuais resultados de pesquisas e inventários sobre patrimônio imaterial;

2.5 Projetos que incentivem ou fomentem os processos de produção, reprodução e transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio imaterial, favorecendo as condições materiais e simbólicas para livre exercício das práticas culturais de diferentes grupos portadores de saberes e fazeres tradicionais a fim de que possam ser conhecidos e valorizados em seus contextos sociais específicos;

2.6 Projetos que contribuam para a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;

2.7 Projetos que visem a proteger a propriedade intelectual e direitos culturais coletivos de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais;

2.8 Projetos que estimulem a formação de pesquisadores e agentes de políticas públicas quanto a ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;

2.9 Projetos que promovam ações educativas que visem à sensibilização da população para a importância da identificação e do reconhecimento do patrimônio imaterial.

2.10. Apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;

2.11. Execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;

2.12. Fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;

2.13 Atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;

2.14. Atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;

2.15. Desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.

3. Objetos e produtos preferenciais nos projetos PRONAC no âmbito do patrimônio imaterial (não são excludentes em um mesmo projeto).

3.1. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes). Produtos: documentação textual e audiovisual, relatórios, textos analíticos, diagnósticos e proposições de políticas;

3.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas para o patrimônio. Produtos: oficinas, aulas, encontros, seminários, similares;

3.3. Mobilização de segmentos sociais envolvidos diretamente na produção e reprodução cultural do bem cultural imaterial, com vistas à discussão, elaboração e gestão de política de salvaguarda. Produtos: oficiais, seminários, encontros, similares;

3.4. Transmissão de saberes relativos ao sistema cultural em foco no âmbito exclusivo do contexto tradicional ou ordinário intrínseco à comunidade produtora dos bens culturais. Produto: oficinas, aulas, encontros, similares;

ANEXO VI

TARIFAS BANCÁRIAS

Todas as contas cadastradas no sistema corporativo do Banco do Brasil, vinculadas a projetos beneficiados pelos incentivos fiscais ao amparo da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), possuem isenção das seguintes tarifas:

PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

MANUTENÇÃO C/C ATIVA - PF E PJ

GERENCIADOR FINANCEIRO - CONEXÃO

CADASTRO PF E PJ - CONFECÇÃO

CADASTRO PF E PJ - RENOVAÇÃO SEMESTRAL

TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES (ORIGEM PF E PJ) - RPG

TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (DOC/TED) - RPG

CARTÃO MANUTENÇÃO PF E PJ

EXTRATOS TAA - TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO

EXTRATOS DE INTERNET

AGENDA FINANCEIRA

ANEXO VII

TRILHAS DE CONTROLE

I. Regularidade do proponente e sócios.

II. Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente e fornecedor.

III. Princípio da não concentração.

IV. Itens concentrados por fornecedores.

V. Notas fiscais eletrônicas.

VI. Beneficiários de ingressos gratuitos.

VII. Incentivadores inativos.

VIII. Regularidade de captadores de recursos.

ANEXO VIII

ARTES CÊNICAS

Segmento Cultural	CNAE
Circo	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Dança	Produção de espetáculos de dança - 9001-9/03
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Mímica	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Ópera	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Teatro	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Produção teatral - 9001-9/01
Desfile coreográfico e apresentações de expressões da cultura popular que contenham relevante presença de elementos cênicos ou dramáticos	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
Construção e manutenção de salas de teatro ou centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Ações de capacitação e treinamento de pessoal	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Ensino de dança - 8592-9/01
	Ensino de artes cênicas, exceto dança - 8592-9/02
Teatro musical, assim entendida a produção teatral cuja representação combina enredo, diálogos, dança e canções	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
ARTES VISUAIS	
Segmento Cultural	CNAE
Exposição de Artes	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
	Laboratórios fotográficos - 7420-0/03
	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas - 7420-0/02
	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina - 7420-0/01
	Design de interiores - 7410-2/02
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Produção fotográfica	Laboratórios fotográficos - 7420-0/03
	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas - 7420-0/02
	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina - 7420-0/01
Design	Design de interiores - 7410-2/02
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Artes Plásticas	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Artes Gráficas	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente - 3240-0/99
Moda	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Gravuras	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Desenho	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Escultura	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Instalação	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Design de interiores - 7410-2/02
Filatelia	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Formação Técnica e Artística de Profissionais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
Projetos educativos orientados à fruição e produtos de artes visuais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Projetos de Fomento à Cadeia Produtiva das artes visuais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
AUDIOVISUAL	
Segmento Cultural	CNAE
Produção de conteúdo audiovisual de curta metragem	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1/99; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0/99; Produção de filmes para televisão e internet - 5911-1/99.
Produção de conteúdo de audiovisual de média metragem	
Produção televisiva (não seriada)	
Produção de Webserie	
Produção radiofônica	Atividades de rádio - 6010-1/00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ações de capacitação e treinamento de pessoal	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99; Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1/99; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0/99.
Construção de salas de cinema ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes	Serviços de arquitetura - 7111-1/00; Serviços de engenharia - 7112-0/00; Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99.
Manutenção de salas de cinema ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes	
Difusão de acervo e conteúdo audiovisual	Atividades de exibição cinematográfica - 5914-6/00; Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente - 9001-9/99
Preservação de acervo audiovisual	Restauração, manutenção de filmes cinematográficos - 5912-0/99; Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1/99; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0/99.
Restauração de acervo audiovisual	
Jogos eletrônicos	Fabricação de jogos eletrônicos - 3240-0/01; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda - 6201-5/01; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não - customizáveis - 6203-1/00.
Projetos audiovisuais transmidiáticos	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda - 6201-5/01; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não -customizáveis - 6203-1/00; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação - 6209-1/00; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação - 6209-1/00.
MÚSICA	
Segmento Cultural	CNAE
Música Erudita	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Música Instrumental	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
	Não se aplica
	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Canto Coral	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Música em geral	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
HUMANIDADES	
Segmento Cultural	CNAE
Aquisição, manutenção, preservação ou restauração de acervos bibliográficos e arquivísticos, compreendidos por livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Eventos Literários	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00
Festival literário	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00
Treinamento de pessoal, oficinas, demais ações de capacitação e aquisição de equipamentos para manutenção de acervos de bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
Livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Edição integrada à impressão de livros - 5821-2/00
	Edição de livros - 5811-5/00
Eventos e ações educativas de incentivo à leitura relacionadas aos livros de valor artístico, literário e humanístico	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Periódicos e Outras Publicações	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Edição integrada à impressão de revistas - 5823-9/00
	Edição integrada à impressão de jornais não diários - 5822-1/02
	Edição integrada à impressão de jornais diários - 5822-1/01
	Edição de revistas - 5813-1/00
	Edição de jornais não diários - 5812-3/02
	Edição de jornais diários - 5812-3/01
Ações de formação e capacitação em geral incluindo gestão e empreendedorismo cultural	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Doação de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos, cinematecas, instituições públicas ou privadas acessíveis ao público em geral	Não se aplica
Construção e manutenção de salas de teatro e cinema, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de cem mil habitantes, conforme censo do IBGE	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	
Segmento Cultural	CNAE
Doações ou aquisições de acervos culturais em geral para museus, arquivos públicos, instituições e entidades culturais congêneres	Não se aplica
Preservação, restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial	
Ações de documentação ou digitalização de acervo, museológica, bibliográfica e arquivística; pesquisa museológica; sistematização de informação	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Construção, preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de acervos de valor cultural	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Restauração de obras de arte - 9002-7/02
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Planos anuais de atividades de instituições dedicadas a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos de museus, arquivos públicos e instituições congêneres	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
Ações relativas a culturas indígenas	Não se aplica
Ações relativas a culturas afrodescendentes	
Ações relativas a culturas tradicionais	
Gastronomia de valor cultural (típica brasileira)	
Artesanato de valor cultural (origem tradicional)	
Arquitetura de (reconhecido) valor cultural	
Outras ações de capacitação	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Manutenção de equipamentos culturais em geral	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
MUSEU E MEMÓRIA	
Segmento Cultural	CNAE
Aquisição de acervo	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Documentação	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Preservação/conservação (inclusive plano anual)	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Segurança	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Restauração	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Restauração de obras de arte - 9002-7/02
Exposições/museografia	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Pesquisa	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Ação educativo-cultural	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Sistemas de informação	Não se aplica
Espaços museais	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 9493-6
Arquitetura (construção, restauração e/ou reforma do imóvel)	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 149, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Alterar o título e autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para os qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0537 - De "MARIGHELLA" para "QUEM SAMBA SAMBA".
Processo: 01580.043767/2013-35
Proponente: O2 CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Valor total aprovado: R$ 10.285.835,35
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.773.918,58
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2816-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 930.833,34
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2818-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2819-3
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 2º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0002 - SENHORAS APARECIDAS
Processo: 01580.040704/2013-27
Proponente: HALO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.824.062/0001-67
Valor total aprovado: R$ 1.500.543,15
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.385.515,99
Banco: 001- agência: 1812-0 conta corrente: 52964-8
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

13-0013 - RELATO DE UM CERTO ORIENTE.
Processo: 01580.037427/2012-94
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98

14-0130 - DUETTO.
Processo: 01580.005280/2014-35
Proponente: NEXUS CINEMA E VIDEO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 53.976.478/0001-18

13-0400 - SABORES DE ABRAÃO.
Processo: 01580.027334/2013-32
Proponente: SPRAY FILMES S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22

Art. 4º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0831 - DEPOIS A LOUCA SOU EU.
Processo: 01416.012797/2016-44
Proponente: ATITUDE PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.551.480/0001-30
Valor total aprovado: R$ 8.100.726,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18576-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18316-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.685.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18314-8
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 315.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18499-3
Valor aprovado no Art. Art. 41 MP nº 2.228-1/01: R$ 900.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18707-0
Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0596 - DE PERNAS PRO AR 3.
Processo: 01416.025955/2017-15
Proponente: MORENA FILMES EIRELI - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.473.256/0001-66
Valor total aprovado: R$ 9.050.585,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18710-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 550.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18665-1
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18666-X
Prazo de captação: até 31/12/2018.

17-0372 - MIÚCHA.
Processo: 01416.022040/2017-40
Proponente: TOCA DE REIS PROJETOS EM COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA EPP.
Cidade/UF: Lauro de Freitas / BA
CNPJ: 05.913.319/0001-21
Valor total aprovado: R$ 1.671.287,88
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 400.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 350.000,00 para R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34246-7
Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0029 - RELAÇÕES PÚBLICAS.
Processo: 01416.001640/2017-74
Proponente: REALIZART PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 01.282.220/0001-18
Valor total aprovado: R$ 4.029.761,64
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 568.476,46 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 568.476,46
Banco: 001- agência: 3185-2 conta corrente: 25299-9
Prazo de captação: até 31/12/2019.

15-0722 - JAMAIS ESTIVE TÃO SEGURA DE MIM MESMA.
Processo: 01580.072191/2015-85
Proponente: DUETO PRODUÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.872.415/0001-01
Valor total aprovado: R$ 5.866.264,36
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 320.471,14 para R$ 358.583,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23392-7
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23394-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.

16-0122 - AUMENTA O RÁDIO QUE É ROCK AND ROLL.
Processo: 01580.012868/2016-15
Proponente: LUZ MÁGICA AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.586.513/0001-08
Valor total aprovado: R$ 6.946.277,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 277.851,08 para R$ 0,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 42231-2
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.913.439,57 para R$ 3.191.290,65
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 40913-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 40914-6
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0325 - TORRE DAS DONZELAS.
Processo: 01580.019574/2013-63
Proponente: MODO OPERANTE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA. ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ.
CNPJ: 06.992.833/0001-62
Valor total aprovado: de R$ 1.783.459,52 para R$ 1.771.065,64
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 371.545,13 para R$ 247.606,25
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40217-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40218-4
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 6º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0194 - UM CONTRA TODOS - 3ª TEMPORADA
Processo: 01416.010812/2017-09
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 8.358.307,14 para R$ 8.981.264,71
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 7.767.760,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 19876-5
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 7º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 150, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0299 - ELOGIO DA LIBERDADE.
Processo: 01416.019044/2017-41
Proponente: LOSBRAGAS PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.967.225/0001-06
Valor total aprovado: de R$ 840.000,00 para R$ 840.000,09
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 798.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22677-7
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0007 - BATE CORAÇÃO.
Processo: 01580.000098/2012-26
Proponente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS.
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 00.975.333/0001-36
Valor total aprovado: R$ 3.486.660,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 2937-8 conta corrente: 24423-6
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 781.974,69 para R$ 1.031.974,69
Banco: 001- agência: 2937-8 conta corrente: 24425-2
Prazo de captação: até 31/12/2017.

16-0260 - TAINÁ - SÉRIE ANIMADA - 2ª TEMPORADA.
Processo: 01416.000774/2016-97
Proponente: SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.488.478/0001-52
Valor total aprovado: R$ 5.697.185,54
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 3.699.342,57
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43374-8
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 3º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo.

14-0399 - De "JOGADA DE ALTO RISCO" para "REENCONTRO".
Processo: 01580.060722/2014-14
Proponente: POPCON FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.281.789/0001-70

16-0677 - De "O MUNDO DE JACQUIN - O FILME" para " JACQUIN COMO VOCÊ NUNCA VIU!".
Processo: 01416.007533/2016-79
Proponente: UM POR TODOS PRODUÇÕES LTDA - EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.305.731/0001-24

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

DESPACHO Nº 151, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0787 ENTRE DOIS TEMPOS - ANNA MARIA KIEFFER
Processo: 01416.028849/2017-85
Proponente: CONTEÚDOS DIVERSOS PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.461.800/0001-84
Valor total aprovado: R$ 274.170,00 Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 41509-X

17-0788 THE SOUNDS OF ANIMALS FIGHTING
Processo: 01416.028572/2017-91
Proponente: FIREWORX MEDIA BRASIL PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 22.664.894/0001-57
Valor total aprovado: R$ 11.493.391,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22747-1
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22746-3
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1551-2 conta corrente: 22748-X

17-0789 COMIDA AFETIVA
Processo: 01416.028690/2017-07
Proponente: PROSA PRESS CONSULTORIA DE IMPRENSA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.606.096/0001-85
Valor total aprovado: R$ 214.249,17
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 201.189,70
Banco: 001- agência: 6914-0 conta corrente: 8203-1

17-0791 NÓS
Processo: 01416.028934/2017-43
Proponente: LUA AZUL PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.228.818/0001-10
Valor total aprovado: R$ 1.199.080,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 1815-5 conta corrente: 35227-6

17-0792 REVELAÇÕES
Processo: 01416.028909/2017-60
Proponente: SANDRA WERNECK T. DE SOUZA PRODUÇOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 40.447.906/0001-73
Valor total aprovado: R$ 800.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 760.00,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24730-8

17-0795 #VOUTECONTAR
Processo: 01416.028917/2017-14
Proponente: GW SÃO PAULO COMUNICAÇÃO S/A Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 03.780.121/0001-91
Valor total aprovado: R$ 968.500,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 920.075,00
Banco: 001- agência: 6971-X conta corrente: 29944-8

17-0797 REENCONTRO
Processo: 01416.028547/2017-15
Proponente: COGROSSI PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo/ SP
CNPJ: 02.253.034/0001-13
Valor total aprovado: R$ 299.936,01
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 284.939,20
Banco: 001- agência: 2804-5 conta corrente: 34474-5

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

17-0793 CAIXA DE AREIA
Processo: 01416.028908/2017-15
Proponente: A FABRICA ENTRETENIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 23.964.115/0001-00
Valor total aprovado: R$ 3.655.079,75
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 49495-X

17-0798 GOERS
Processo: 01416.028929/2017-31
Proponente: HUNGRY MAN BRASIL PRODUÇÕES LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro/ RJ
CNPJ: 07.630.900/0001-61
Valor total aprovado: R$ 1.215.830,00
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23722-1

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 131 de 17/11/2017, publicada no DOU nº. 233 de 22/11/2017, Seção 1, página 26, em relação ao projeto "17-0681 O HOMEM PERFEITO - DISTRIBUIÇÃO", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 40916-2.
Leia-se:
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 40915-4.

No Despacho da Diretora-Presidente nº 31-E de 18/04/2017, publicada no DOU nº. 76 de 20/04/2017, Seção 1, página 16, em relação ao projeto " 13-0019 - AOS OLHOS DE ERNESTO", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Proponente: COBRAM - CIA BRASILEIRA DE MARKETING LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 65.705.055/0001-42
Leia-se:
Proponente: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.625.829/0001-23

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 332, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve instituir o Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música/2018.

O edital encontra-se na seção 3 do Diário Oficial da União e está disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br

STEPAN NERCESSIAN

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 786, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1413916 - A pintura de Bel Borba - suportes convencionais, publicado na portaria nº 840/14 de 23/12/2014, no D.O.U. de 24/12/2014, para 50 Anos de Arte - Bel Borba.

PRONAC: 172315 - Basquiat (título provisório), publicado na portaria nº 575/17 de 20/09/2017, no D.O.U. de 21/09/2017, para Jean-Michel Basquiat - Obras da Coleção Mugrabi.

PRONAC: 176459 - Um olhar sobre o vermelho, publicado na portaria nº 615/17 de 11/10/2017, no D.O.U. de 13/10/2017, para Belo, Transitório, Intangível e Finito.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 163339 - Garota de Ipanema, Um Musical da Bossa Nova, publicado na portaria nº 0079/17 de 06/02/2017, no D.O.U. de 07/02/2017.

Onde se lê: O objetivo do projeto em referência consiste na montagem da temporada paulista do musical Garota de Ipanema. O projeto terá sua estreia em novembro de 2016 e ficará em cartaz por 03 meses, com 03 apresentações semanais, de sexta a domingo, totalizando assim 40 apresentações

Leia-se: O projeto consiste na montagem e apresentações da temporada paulista do musical Garota de Ipanema. O projeto terá sua estreia em 23 de setembro de 2017 e ficará em cartaz por 12 semanas, até o dia 10 de dezembro de 2017, com 03 apresentações semanais, de sexta a domingo, totalizando assim 40 apresentações.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 787, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
164004 - 9o. Festival Internacional de Teatro de Rua de Porto Alegre - Ano 2017
Associação Rede do Circo
CNPJ/CPF: 07.376.638/0001-70
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 23/12/2017 à 31/12/2017

165096 - DANÇANDO PARA NÃO DANÇAR
CLAUDIA DILETA TONIAL NOVAES
CNPJ/CPF: 748.275.299-49
Cidade: Umuarama - PR;
Prazo de Captação: 23/12/2017 à 31/12/2017

170447 - Tormenta
COOPERATIVA PAULISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA
CNPJ/CPF: 07.953.804/0001-54
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 24/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
151685 - Cidade Viva
MARCUS VINICIUS HONORATO ARAUJO - ME
CNPJ/CPF: 17.803.318/0001-03
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 24/12/2017 à 31/12/2017

170795 - Orquestra Sinfônica de Cordeirópolis - Concertos Regionais
PATRULHA MIRIM DE CORDEIROPOLIS
CNPJ/CPF: 51.413.862/0001-87
Cidade: Cordeirópolis - SP;
Prazo de Captação: 26/12/2017 à 31/12/2017

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
170276 - Exposição Poéticas do Erro
ROBERTA GARCIA CAMARGO 04144824764
CNPJ/CPF: 19.690.769/0001-07
Cidade: Teresópolis - RJ;
Prazo de Captação: 23/12/2017 à 31/12/2017

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
170785 - ARTE DE TRANSFORMAR VIDAS
INSTITUTO SOCIETE GENERALE
CNPJ/CPF: 09.328.070/0001-48
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 23/12/2017 à 31/12/2017

PORTARIA Nº 788, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
163339 - Garota de Ipanema, Um Musical da Bossa Nova
Aventura Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 10.543.638/0001-22
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 139.500,00
Valor total atual: R$ 5.664.050,00

177840 - Programação com Acessibilidade Teatro Riachuelo - Rio de Janeiro 2018
AVENTURA TEATROS LTDA
CNPJ/CPF: 13.310.565/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 300.000,00
Valor total atual: R$ 4.845.500,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1510903 - Festival da Gentileza
MEDLEY GESTÃO DE NEGOCIOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 03.286.368/0001-56
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.650,00
Valor total atual: R$ 1.511.165,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177667 - IAC - Plano Anual 2018
Instituto de Arte Contemporânea
CNPJ/CPF: 03.416.389/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 76.228,00
Valor total atual: R$ 2.472.242,50

PORTARIA Nº 789, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
179669 - DANÇA GUAPI
ASSOCIACAO MAX DA ICONHA
CNPJ/CPF: 04.723.143/0001-82
Processo: 01400035763201788
Cidade: Guapimirim - RJ;
Valor Aprovado: R$ 734.300,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de oficinas de dança, sendo Balé, Hip-Hop e Jazz.

179686 - Desfiles Carnavalescos na Sapucai 2018
LIGA INDEPENDENTE DAS ESC DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.715.167/0001-58
Processo: 01400035900201784
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 15.582.199,53
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto em questão viabilizará a realização dos desfiles das Escolas de Samba Mirins, Grupo de Acesso- Série A e Grupo Especial do Carnaval do Rio de Janeiro em 2018.

179667 - Festival Guarani 1ª Edição 2018
RAZAO PROMOCAO E PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 21.194.881/0001-07
Processo: 01400035758201775
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.631.884,19
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar na cidade de Guarani/MG, apresentações teatrais, circenses e musicais, abertas à população.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
179661 - Plano Anual O Menor Instrumento do Mundo e sua Fascinante História
Geison Cezare Cardoso
CNPJ/CPF: 254.192.848-39
Processo: 01400035743201715
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 221.555,34
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em apresentaçãode um grupo composto por 4 harmonicistas "Os Harmônicos" que se apresentam em um formato workshop-showmusical no teatro ou nas escolas intitulado "O Menor Instrumento do Mundo e sua Fascinante História" utilizando diversas gaitas diferentes, das mais antigas até as atuais, contando a história da gaita de uma forma lúdicapara alunos das escolas estaduais,mostrando e tocando desde seu antecessor, o Sheng, com mais de 5.000 anos, junto com um Palhaço/ator que não sabe tocar gaita e almeja fazer parte do grupo.Também será ingressado ao publico alvo, crianças carentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência físicas e cognitivas, disponibilizaremos um tradutor de libras e material grafico em braile promovendo inclusão social. Os ingressos terão preços populares, respeitando as cotas de estudantes e idosos. A quantia de 10% dos ingressos será disponibilizada à população de baixa renda, patrocinadores e equipamentos da cultura.

178365 - "Paratodos", tributo a Chico Buarque
JOAO APARECIDO MARQUETI
CNPJ/CPF: 979.005.678-87
Processo: 01400033309201792
Cidade: Américo Brasiliense - SP;
Valor Aprovado: R$ 697.911,97
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto refere-se à criação de um espetáculo de musica instrumental com o intuito de reverenciar a obra musical e a vida de Chico Buarque de Holanda, um dos maiores nomes da música popular brasileira. O projeto pretende apresentar ao público de maneira cronológica sua carreira. Serão exibidos arranjos de suas composições musicais, as parcerias com outros grandes nomes da música brasileira mostrando o contexto histórico e cultural em que sua obra está inserida, já que grande parte dela é repleta de composições que denunciavam de forma crítica aspectos sociais, e conômicos e culturais em um período em que a censura se fazia presente nas manifestações artísticas. Para criar esse contexto a produção utilizará, além da musica, performances de dança, elementos cênicos e narrativas visuais a fim de dar a percepção de que, além de bela, sua obra tem uma importância histórica inquestionável.

179676 - 24° Festival Unicanto de Corais
ASSOCIACAO CORAL UNICANTO DE LONDRINA
CNPJ/CPF: 02.077.557/0001-56
Processo: 01400035794201739
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 243.789,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A realização da 24ª edição do Festival Unicanto de Corais, na cidade de Londrina-PR, promove o encontro de corais de todo o território nacionale Internacional, em 05 dias de espetáculos com apresentação gratuita.

179588 - 2º Festival MovA - Movimento Aprático
Flávio de Carvalho Nardelli
CNPJ/CPF: 014.567.451-74
Processo: 01400035376201741
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 279.240,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização do festival multicultural MovA- Movimento Aprático. O evento incluirá apresentações musicais, exposição de artes visuais e performances de artes cênicas. O Festival MoVa terá como conceito central as integrações entre arte e tecnologia.

179672 - Festival Feliz Aniversário Brasil
Árvore Produtora Ltda ME.
CNPJ/CPF: 10.798.321/0001-37
Processo: 01400035770201780
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 744.900,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta objetiva a realização de um grande Festival, em comemoração ao aniversário do Descobrimento do Brasil. Serão realizados diversos eventos que movimentarão a cidade: teatro, música, artes visuais, audiovisual, gastronomia.

178144 - Festival Folias de Carnaval
CRISTIANE DA SILVEIRA TAVARES 00708158013
CNPJ/CPF: 14.952.486/0001-72
Processo: 01400033030201717
Cidade: Balneário Camboriú - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.693.044,25
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a 2ª edição do Festival Folias de Carnaval com programação composta por 5 tipos de oficinas, cortejos do bloco das oficinas acompanhado de banda de maracatu e fanfarra, intervenções de artistas circenses e mostra local, regional e nacional de apresentações culturais musicais instrumentais relacionadas às folias de carnaval.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
175933 - Amazônia Azul
CMX ASSOCIADOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.637.185/0001-91
Processo: 01400026000201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.002.449,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto realizará uma exposição de arte fotográfica nominada "Amazônia Azul", resultante de uma seleção de imagens inéditas feitas pelo biólogo marinho e documentarista Ricardo Gomes. O projeto pretende através da arte, estimular à aquisição de conhecimento para melhorar a formação cultural das pessoas e a construção coletiva de uma cultura de preservação e humanização da cidade e dos seus bens naturais.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
178677 - Festa do Divino Espírito Santo 2018 em São Luiz do Paraitinga
3D3 COMUNICACAO E CULTURA LTDA
CNPJ/CPF: 00.539.373/0001-35
Processo: 01400033743201772
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 933.732,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a Festa do Divino Espírito Santo em São Luiz do Paraitinga, cuja tradição remonta ao início da cidade, há mais de 200 anos, sendo considerada a principal manifestação do patrimônio imaterial da cidade. Apresentará uma programação que une ritos religiosos, dança, apresentações de música e gastronomia local. Trata-se da maior festa religiosa e cultural da cidade e da região. Foi declarada Patrimônio Imaterial Histórico e Cultural do município do São Luiz do Paraitinga pela Lei Municipal 1680 de 11 de abril de 2014.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
179673 - 150 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul
Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Raquari
CNPJ/CPF: 06.284.383/0001-53
Processo: 01400035771201724
Cidade: Ilópolis - RS;
Valor Aprovado: R$ 385.437,60
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de pesquisa, produção e edição de livro de interesse humanistíco, abordando e atualizando o legado histórico e contemporâneo nos 150 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, e também um dos principais grupos formadores da identidade cultural brasileira. Elaborado a partir de uma minuciosa coletânea de artigos de escritores, historiadores e estudiosos da imigração e patrimônio imaterial, bem como da memória afetiva de seus descendentes, o conteúdo do livro será distribuído em dois volumes, de 300 páginas cada um, finamente acondicionados em uma caixa comemorativa.

179674 - Feira do Livro Chapecó 2018
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
CNPJ/CPF: 82.804.642/0001-08
Processo: 01400035788201781
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 282.277,45
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Este projeto contempla a realização da Feira do Livro Chapecó 2018 e um Programa de Formação de Mediadores de Leitura. Com uma programação cultural rica e diversificada, essa proposta objetiva viabilizar o evento que pretende promover uma mudança no modo de percepção em relação à leitura, à literatura e ao livro na comunidade, em especial no público escolar.

178747 - FLIPELÔ - Festa Literária Internacional do Pelourinho - 2ª Edição.
Fundação Casa de Jorge Amado
CNPJ/CPF: 15.236.623/0001-35
Processo: 01400033827201714
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 1.759.737,70
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a 2ª edição da Festa Literária Internacional do Pelourinho- FLIPELÔ, em comemoração a escritor que possua relação com Jorge Amado. Serão promovidos encontros, palestras, exposições e diversas atividades que além de possuírem o condão da divulgação e da preservação da obra do escritor homenageado, propiciarão o intercambio entre diferentes culturas resultando no estimulo à leitura e à produção literária, disseminado cada vez a literatura e a cultura de modo em geral, no principal cenário da obra do escritor Jorge Amado - o Pelourinho.

179623 - O mistério da Terra de Clara Nunes
ADRIANA RIBEIRO CAETANO ANDRADE
CNPJ/CPF: 541.594.666-72
Processo: 01400035474201789
Cidade: Caetanópolis - MG;
Valor Aprovado: R$ 30.940,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Livro "O mistério da terra de Clara Nunes" é um romance que ; é fantasia e ao mesmo tempo realidade; com as informações históricas reais da cidade onde Clara Nunes nasceu. Como historiadora, fiz uma pesquisa sobre Caetanópolis, onde pude voltar ao ano de 1702, com registros dos indios que aqui viviam através de documentos, mapas, fotografias. (pesquisa : Arquivo Publico Mineiro). Os autores e parceiros do livro Jones Silva e Edna Pires criaram a fantasia da história , através de um romance de um casal que veio morar aqui, como se viessem mandados pelo destino para descobrir e contar fatos históricos, num intrigante misterio a ser desvendado. A historia mostra como a cidade é rica em talentos (reais) e como um ser sobrenatural age para que a magia da arte aconteçam. É uma história que atiça a vontade de criar coisas belas, e de descobrir como a nossa história nos inspira, nos apresenta a importancia da cultura e da arte para melhorias de um coletivo.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
179680 - Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Implantação e Desenvolvimento
Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
CNPJ/CPF: 29.550.928/0001-21
Processo: 01400035860201771
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 10.938.145,59
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Centro de Memória tem por objetivo realizar a transferência, implantação e adequação de sua sede para o prédio da antiga Biblioteca Parque Estadual (BPE), no Centro da cidade do Rio de Janeiro, que concentrará em um único empreendimento os mais diversos espaços de convívio para todo e qualquer tipo de manifestação cultural. A proposta engloba a recuperação e adequação dos espaços físicos e acervos, implantação da museografia e expografia, manutenção e gestão do espaço, incorporação do acervo bibliográfico do Estado do Rio de Janeiro, além da montagem da exposição permanente do Centro de Memória.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
179068 - 29º Encontro Interestadual de Laço Comprido de Amambai, MS
CLUBE DO LACO UNIAO AMAMBAENSE
CNPJ/CPF: 01.998.061/0001-52
Processo: 01400034311201789
Cidade: Amambai - MS;
Valor Aprovado: R$ 175.100,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de dois Shows musicais durante o 29º Encontro Interestadual de Laço Comprido, oferecendo ao cidadão Amambaiense maior acesso a cultural sul mato-grossense, com artistas de relevância regional, propiciando ainda o encontro de varias manifestações culturais e de lazer durante o evento.

178566 - 2º Festival Cultural Café e Arte
ICAFE INSTITUTO DE CULTURA,ARTE,FAZER RESPONSÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
CNPJ/CPF: 17.865.816/0001-80
Processo: 01400033586201703
Cidade: Carmo da Mata - MG;
Valor Aprovado: R$ 404.768,40
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Festival Cultural "Café e Arte", apresentado pelo Instituto de Cultura, Arte, Fazer Responsável e Educação Ambiental (ICAFE), trata-se de sua segunda edição, que se estrutura como: feira de artesanato e gastronomia com produtos e culinária típicos da cultura do estado de Minas Gerais, apresentações públicas do folclore Brasileiro, apresentações de dança, música e teatro. A ideia é abordar os vários olhares sobre a cultura e suas possibilidades de transformação social. A proposta em questão busca promover acesso imediato a Cultura e a Arte, a partir de oficinas e workshops, e assim estimular a formação de público com sensibilidade e olhar "cultural", ainda, fomentar o turismo, economia e entretenimento da região Centro-Oeste de Minas Gerais, em especial o circuito turístico "Campo das Vertentes".

179469 - 34a. FESTA DOS MOTORISTAS: TRADIÇÃO E CULTURA EM UM SÓ LOCAL
ASSOCIACAO DE APOIO AO MOTORISTA
CNPJ/CPF: 01.821.817/0001-93
Processo: 01400034853201751
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 133.597,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta proposta refere-se a programação cultural da 34ª. Edição da Festa dos Motoristas. O projeto será composto por: 01 apresentação de dança, 01 apresentação de Mágica, 01 apresentação de teatro, 01 apresentação de Orquestra de violas, 01 apresentação musical infantil, 02 apresentações de shows da terra; concurso com frases de para-choques como forma de incentivar esta cultura própria dos caminhoneiros brasileiros. A parceira com á Policia Militar continuará, a qual já aconteceu nas edições anteriores, para a conscientização da importância educacional no trânsito, parcerias com entidades e associações do município como forma de acessibilidade e democratização de acesso. Esclarecemos que todos os eventos serão totalmente gratuitos e acessíveis e que manteremos os transportes gratuitos para as entidades e associações.

178567 - 9° Festival Cultura e Gastronomia de Macaé
ASSOCIACAO DO POLO GASTRONOMICO DA PRAIA DOS CAVALEIROS DE MACAE
CNPJ/CPF: 20.907.899/0001-38
Processo: 01400033588201794
Cidade: Macaé - RJ;
Valor Aprovado: R$ 319.880,34
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Será realizado entre os dias 16 a 19 de Agosto de 2018, na Praia de Cavaleiros na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro o 9° Festival Macaé Cultura e Gastronomia. O evento consiste na realização de apresentações musicais, atividades literárias, além da exposição da gastronomia local com realização das cozinhas shows com a presença de grandes chefs de cozinha em parceria com chefs e empresários locais. O Festival já consolidado como o mais importante da região Norte do Estado, estimula a economia do município atraindo turistas e democratizando o acesso da população local à cultura, em especial À música, através das apresentações culturais gratuitas e da oferta de alta gastronomia a preços populares.

178748 - ARTE CULTURAL
JOAO BATISTA DA SILVA
CNPJ/CPF: 395.655.139-72
Processo: 01400033828201751
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 200.400,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo gravar um DVD e apresentações no Estado de São Paulo vamos levar a cultura e entretenimento a população mais carente.

178525 - Atividades de Difusão Cultural na Schützenfest - 2018
Fundação Cultural de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 83.785.014/0001-95
Processo: 01400033531201795
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 410.000,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar atividades de promoção e preservação da cultura germânica durante a realização da Schützenfest - Festa dos Atiradores - 2018 no período de 08 a 18 de novembro .

178570 - Austro Festival
Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 04.458.217/0001-09
Processo: 01400033595201796
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.129.961,75
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Austro Festival é um festival de música eletrônica itinerante que percorrerá durante um mês quatro cidades em quatro estados diferentes do país, levando a vanguarda da cena eletrônica para um evento democrático e gratuito, realizado em praças públicas, popularizando um segmento musical que cresce a cada dia.

178346 - Banda Styllo
REGIS RICARDO LAVAGNINI
CNPJ/CPF: 213.182.938-80
Processo: 01400033287201761
Cidade: Praia Grande - SP;
Valor Aprovado: R$ 540.380,40
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto " Banda Styllo " foi modelado para realizar apresentações musicais do grupo de mesmo nome, incluindo ações de formação de plateia. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música popular de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

179356 - Café das cinco
Fernando Bassetto Vasques
CNPJ/CPF: 228.623.018-84
Processo: 01400034682201761
Cidade: Botucatu - SP;
Valor Aprovado: R$ 95.892,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O "Café das Cinco - Encontro de Escritores e Compositores de Botucatu e do Mundo" é uma atividade que congrega escritores, poetas, compositores, e comunicadores e acontece mensalmente na cidade de Botucatu/SP. O Café das Cinco é produzido de forma voluntária e colaborativa, através de uma equipe que envolve autores, artistas e comunicadores locais. O projeto completou dois anos em maio de 2017. Embora a poesia e a canção sejam as expressões mais praticadas entre os participantes do Café, os encontros acolhem também dramaturgos, atores, atrizes e performers, respeitando o requisito sobre a autoria da obra apresentada. O projeto valoriza o trabalho da equipe de produção do "Café das Cinco", bem como dos artistas convidados e convidadas para ministrarem oficinas e se apresentarem no encerramento de cada Encontro de Compositores de Botucatu e do Mundo.

179283 - Caminhão de Caramelo
sucre records producoes artisticas eireli -me
CNPJ/CPF: 23.301.527/0001-51
Processo: 01400034592201770
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 477.688,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto destina-se a gravação do cd "Caminhão de Caramelo", da gravação do vídeo clip da música tema e da realização de shows gratuitos populares pela periferia de São Paulo.

178633 - Cine Theatro Apresenta...
LUIZ FERNANDO VIEIRA TROPIA
CNPJ/CPF: 175.794.306-49
Processo: 01400033680201754
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 286.737,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Em Belo Horizonte, capital nacional dos bares, faltam espaços decentes para acolher os seus artistas, que são muitos. Grandes artistas que encontram apenas nos bares a possibilidade de mostrar o seu trabalho ao público. O projeto Cine Theatro Apresenta... foi criado pelo sociólogo Luiz Trópia, em parceria com o produtor cultural Tadeu Martins, para valorizar a música que se faz em Minas Gerais e para oferecer um espaço profissional adequado para a apresentação dos seus muitos artistas. São esses os propósitos do projeto, cuja denominação é alusiva ao local onde se realizam os shows musicais, ou seja, parafrisar que a atração está "em cartaz" no Cine Theatro Brasil, um dos espaços culturais mais importantes de Belo Horizonte. Na temporada 2018/2019 serão realizados dez shows, um por mês, sempre às 20:30 horas, com ingressos a preços populares: R$ 28,00 e R$ 14,00. Ao final do projeto será lançado um CD do projeto, com dez músicas, uma de cada artista.

179229 - CLÁSSICA RODA DE SAMBA
DIEGO CALVET NELSON SMITH
CNPJ/CPF: 093.721.127-39
Processo: 01400034523201766
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 261.300,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Clássica Roda de Samba é um evento que consiste em enaltecer o samba como expressão cultural, esse ritmo tem muita importância na identidade musical brasileira, assim como, na história da indústria fonográfica; já que o primeiro samba gravado foi : "Pelo telefone". O evento será realizado a cada dois meses no Fundição Progresso, coração da Lapa, espaço cultural e tradicional do Samba. O local tem capacidade entre 2000 pessoas, faixa etária de 18 anos e será um evento com cobrança de ingresso. O projeto é dividido em 3 momentos especiais: uma magnífica roda de chorinho; uma clássica roda de samba e os clássicos sambas dos anos 90 e nosintervalos serão contemplados com djs tocando músicas populares. A Roda de Samba terá um anfitrião , sambista da nova geração que receberá um convidado por edição. Os clássicos dos anos 90, serão interpretados também por um anfitrião da nova geração com um convidado , representante do segmento.

178572 - Dennix
DENIS AZEVEDO MATTOS
CNPJ/CPF: 254.177.868-61
Processo: 01400033599201774
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 690.912,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Viabilizar e executar 3000 (três mil cópias) de um DVD de divulgação do artista retrofuturista Dennix.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178438 - Divulgação da dupla João Pedro e Araújo
HELISSON APARECIDO ARAUJO COSTA
CNPJ/CPF: 075.290.359-40
Processo: 01400033419201754
Cidade: Ivaiporã - PR;
Valor Aprovado: R$ 677.850,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação de CD/DVD com 20 músicas, com distribuição gratuita, um projeto inovador e único que caracteriza-se pela fusão da música brasileira dentro do mundo do sertanejo. Realização de cinco shows com entrada gratuita. Para formação de nova plateia será realizada palestra com o tema abordado música sertaneja.

178484 - ENCONTRO CULTURAL DE CANTOS E DANÇAS
FEDERACAO DE ENTIDADES ITALO-BRASILEIRAS DO MEIO OESTE E PLANALTO CATARINENSE
CNPJ/CPF: 01.890.503/0001-42
Processo: 01400033483201735
Cidade: Caçador - SC;
Valor Aprovado: R$ 53.751,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover o acesso a grupo de cantos populares, conjuntos musicais e grupos de dança, valorizando-os como veículo cultural, oportunizando o enriquecimento cultural dos visitantes e comunidade.

178750 - Eu Canto na Serra
JORRAN CHIQUITO SOUZA
CNPJ/CPF: 136.230.157-41
Processo: 01400033830201720
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 98.986,34
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Ao traçar a rota que leva ao interior, vemos a serra e as paisagens à beira da estrada,feita pelos onibus que percorrem o estado de ponta a ponta. Com todo o equipamento de som e video, será projetada em várias cidades do estado do Rio de Janeiro, as imagens filmadas que mostram partes da cidade de Valença, ao som de músicas que foram inspiradas na região. A apresentação músical vai contar com o plano de fundo da natureza e da arquiterura antiga. O público vai se deparar com a sensação de estar dentro daquela cidade, vivendo com os habitantes e ouvindo suas memórias. Após o término da apresentação musical, será feito uma palestra sobre como se inspirar nas paisagens do interior, criar através dessa beleza e como registrar sua obra. É importante lembrar que orientaremos o público a registrar suas obras na Biblioteca Nacional.

178381 - FESTIVAL AGITO
RODRIGO DE PAULA MEDEIROS
CNPJ/CPF: 036.883.456-57
Processo: 01400033333201721
Cidade: Patos de Minas - MG;
Valor Aprovado: R$ 647.512,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de um Festival Itinerante que acontece em 5 cidades do Brasil. Cada cidade receberá uma etapa com 01 apresentação de banda de música de estilo sertanejo com artistas de nível nacional, 02 apresentações de artistas locais, feira gastronômica e artesanal, intervenções circences e apresentações de street dance.O projeto será realizado de março à novembro de 2018, sendo 01 etapa a cada 2 meses. Os ingressos serão distribuidos com percentual de 70% gratuitos e 20% a preços populares. O Festival Agito será realizado em locais de fácil acesso, nas seguintes cidades: Uberlândia/MG; São Paulo/SP, Patrocínio/MG, Patos de Minas/MG e Ribeirão Preto/SP, visando assim, difundir a cultura local de 02 estados do país.

179083 - FESTIVAL CULTURAL MUSICA ALIMENTO DA ALMA - MADA
AG PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 18.356.383/0001-09
Processo: 01400034327201791
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 1.295.952,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Cultural Música Alimento Da alma - MADA é hoje um dos mais tradicionais eventos de música independente do Brasil e o festival de música com maior longevidade na história do Rio Grande do Norte. Transformou em grande referencia nacional o Estado do RN e para músicos e bandas do Brasil uma grande janela de lançamento dos seus trabalhos. Além da música, o Festival MADA agrega em sua programação Ações Formativas junto aos adolescentes estudantes do ensino médio da rede pública e privada de ensino, exposições variadas de artes plásticas, moda contemporânea, arte popular e outras expressões artísticas que tem o espaço garantido no evento na sua área da Feira Mix.

178827 - FESTIVAL DANSQUE
DET DANSKE KULTURINSTITUT
CNPJ/CPF: 09.334.550/0001-11
Processo: 01400033959201738
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.363.388,17
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival comemorativo dos dez anos de atividade do Instituto Cultural da Dinamarca no Brasil, em um evento de três dias, no Rio de Janeiro, com atrações multiculturais de artistas brasileiros e dinamarqueses. Estão previstos cinco produtos culturais integrantes do evento: uma exibição cinematográfica, um espetáculo de dança e três atrações musicais. Os ingressos serão comercializados a preços populares, no valor máximo de R$ 10,00 (dez reais).

178844 - Festival EXPERIA - Edição Inhotim
CASA DE FULO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.168.446/0001-22
Processo: 01400033976201775
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.146.926,07
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival EXPERIA traça um amplo panorama da música independente brasileira, apresentando uma seleção criteriosa do que há de mais interessante e inovador na música brasileira contemporânea e promovendo encontros entre artistas que tem em comum o gosto pela exploração de limites na música, com aspectos modernos, cheios de personalidade e que começam a despontar e vir à tona para o público e crítica. Pretende-se que os shows aconteçam em Inhotim, considerado o maior museu ao ar livre do mundo. Cada edição acontecerá no primeiro sábado do mês e contará com DJs que dialogam com a cena musical brasileira abrindo o evento, seguido de show com artista principal e convidado especial, promovendo o encontro da arte com novas tecnologias e sonoridades.

178849 - Forró e Sofrência
CNPJ/CPF: 046.707.576-01
Processo: 01400033981201788
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.276,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente tem o intuito de produzir e realizar o festival "Forró e Sofrência". O festival promoverá duas apresentações musicais de forró, que é uma das principais manifestações culturais da música brasileira.

179057 - FRANCIELE CARVALHO CD PROMESSAS
FRANCIELE CARVALHO BARROSO DA SILVA
CNPJ/CPF: 114.698.936-90
Processo: 01400034297201713
Cidade: João Monlevade - MG;
Valor Aprovado: R$ 143.160,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: -Gravar um CD com 10 faixas musicais autorais de compositores brasileiros e fazer uma tiragem de 2000 mil unidades de CDs com a finalidade de ter em mãos um material de trabalho para divulgaro trabalho da cantora Franciele Carvalho Barroso. CD intitulado: PROMESSAS.

179409 - Gomalina Clube
PALAVRA Z GESTAO E PLANEJAMENTO DE PRJETOS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.075.103/0001-25
Processo: 01400034748201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 495.767,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Gomalina Clube tem o objetivo de resgatar canções de grandes autores da Música Popular Brasileiradando-lhe uma roupagem mais contemporânea.O primeiro homenageado pelo grupo é o grande Noel Rosa. Gomalina Clube traz sua obra, em especial as canções lado B do artista, para arranjos de variados gêneros e mais próximos do público atual.O projeto pretende resgatar a história de vida dos grandes compositores da Música Popular Brasileira, vivenciando, assemelhando e incentivando as crianças eadolescentes no seu potencial criativo através da música. Serão realizados em 6 estados brasileiros shows, oficinas, debates, exposições e espetáculos realizados a esses grandes compositores.

178694 - Gravação CD e DVD DO NOSSO JEITO da dupla Rony e Ricy
JULIANO DORNELLES
CNPJ/CPF: 007.923.387-23
Processo: 01400033761201754
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 206.550,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Do nosso jeito" trata-se da gravação de 2.000 cópias do Cd e DVD da dupla Rony e Ricy.A dupla é uma fantástica novidade para a música brasileira. Os garotos surgiram com o despontar do novo estilo sertanejo. Trazem de berço a vocação de cantar e levar alegria ao público que os acompanham ao longo dos mais de 8 anos de carreira. A idéia central do projeto é fazer um DVD que enfatize a cultura do sertanejo no Brasil, aliando o sertanejo de raiz ao estilo universitário. O show para gravação acontecerá ao ar livre utilizando a estrutura de uma casa de veraneio em uma praia privativa da cidade de Vila Velha - ES, estima-se um público de 200 expectadores, o projeto seguirá um roteiro que busca valorizar história e a influência da música sertaneja na formação histórico-cultural do Brasil. A entrada para o evento será mediante a distribuição gratuita de convites.

178609 - Gravação de DVD e Turnê do Cantor Lucas Barros
GUSTAVO BARROS HEIDERICH
CNPJ/CPF: 054.633.881-05
Processo: 01400033651201792
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 685.644,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto buscará através da tradição de filmes de estrada (Road movies) para gravação do DVD do Cantor Lucas Barros, dismitificar e superar preconceitos em relação à música sertaneja que ainda existe no imaginário de algumas camadas sociais do nosso País. As modificações dentro do gênero musical têm provocado muitas confusões e discussões no país acerca do que seria música sertaneja e este projeto de apresentações pretende resgatar e desmistificar este genero musical.

178691 - Gravação do CD - Os Meninos da Viola
INSTITUTO MEMORIA CAIPIRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.273.884/0001-83
Processo: 01400033757201796
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 88.902,65
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Instituto Memória Caipira atua na área musical há mais de 20 anos. Este projeto, "Os Meninos da Viola", propõe a Gravação e Lançamento do CD cantado com 12 faixas e com tiragem de 2.000 cópias. Os ritmos mais valorizados neste trabalho serão o Pagode e Modas de Viola. Para participar deste projeto foram convidados os músicos e violeiros "João Vitor Bellavert, Isac Barbosa Cordeiro de Jesus e o professor de viola caipira, o Maestro Jean Michael". Com a gravação deste CD,serão realizadas apresentações musicais, além da divulgação da música raiz, nossa identidade cultural em diversos espaços culturais de Londrina, Maringá e região, para todos os públicos, em especial aos jovens.

179439 - GRAVAÇÃO DO CD SAUL CANTA MUSICAS POPULARES
SAUL VALADARES DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 994.586.591-91
Processo: 01400034801201785
Cidade: Aparecida de Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 659.672,25
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa gravar o CD do espetáculo "SAUL CANTA MUSICAS POPULARES" que combina canções de autorias diversas com a interpretação de grandes sucessos da música popular. Saul traz um repertório diferenciado dos outros artistas. Seu espetáculo traz uma montagem com musical, rítmica e cultural. Uma mescla de música de vários gêneros.

179297 - GRAVAÇÃO DO DVD ALICE NOAL
DUVAL FERNANDES DA SILVEIRA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME
CNPJ/CPF: 21.034.465/0001-33
Processo: 01400034607201708
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 599.053,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em realizar a gravação de um DVD da Cantora Alice Noal, abrangendo a música regionalista brasileira e contribuindo com a geração de oportunidades no mercado cultural, reforçando a sabedoria popular, das expressões artísticas e do poder de criação, produção e prensagem de 2.000 cópias.

178659 - Gravação do DVD Fábio Lins Ao Vivo
FABIO ALVES MOREIRA
CNPJ/CPF: 066.341.796-11
Processo: 01400033715201755
Cidade: João Monlevade - MG;
Valor Aprovado: R$ 569.160,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Gravação do DVD Fábio Lins Ao Vivo" foi modelado para realizar uma apresentação musical do artista Fábio Lins, incluindo a gravação de um CD e um DVD, além de ações de formação de plateia. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música sertaneja de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

179270 - Green Move Brasilia 2018
ESB 116 ADMINISTRAÇAO E PARTICIPAÇOES LTDA
CNPJ/CPF: 05.809.326/0001-88
Processo: 01400034575201732
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 4.443.696,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o Green Move Brasília 2018, mais uma edição do festival de cultura e sustentabilidade consagrado em nossa capital federal, com apresentações de música clássica e erutida, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, caracterizado por ser um evento que colabora para a conscientização e mobilização de toda a sociedade, sobre a necessidade de estarmos mais atento aos possíveisefeitos negativos e nocivos ao meio ambiente e como amenizá-los, sem cobrança de ingressos, para um público de mais de 200.000 pessoas. O projeto também contará de forma complementar com 03 apresentações de música popular de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

artistas e grupos como Nando Reis, Lulu Santos e Paralamas do Sucesso, as quais serão custeadas integralmente com recursos privados de terceiros.

178790 - Gringa Music - Música do Mundo
YANNICK MPANGI MUTSHILO
CNPJ/CPF: 701.511.836-00
Processo: 01400033904201728
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 648.648,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe um palco de músicas do mundo que pretende apresentar as produções musicais dos imigrantes residentes em São Paulo no intuito de promover a diversidade cultural na cidade. Pretende-se reunir imigrantes oriundos dos mais diversos países da África, Europa, Ásia, Oriente Médio, América Central e América Latina. Serão organizados 24 shows no período de um ano, bem como 4 festivais trimestrais ao longo deste período com 4 shows por evento, o que totalizará em 40 shows. O projeto já vem acontecendo no Restaurante e Espaço Cultural Al Janiah no Bairro Bexiga, mas sem patrocínio e orçamento, de forma independente e pretende por este edital sua estabilização e estruturação.

178363 - Madre Music
MULTI PLANEJAMENTO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.502.960/0001-39
Processo: 01400033307201701
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 1.602.727,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Em sua 16ª edição, o Madre Music (antigo Madre Verão) vem se consolidando como um dos maiores Festivais de Música fora da capital em todo o estado da Bahia e, antenado com a diretriz de "cidade criativa", tem se transformado ao longo dos anos em inovação e produto. Concebido para ser o principal catalisador da economia criativa na cidade, o Festival é realizado durante o verão oferecendo um leque de atrações gratuitas para toda a família com um público previsto de 120 mil pessoas.

178367 - Mateus e Cristiano - Na Varanda
M & C MUSIC EVENTOS ARTISTICOS LTDA.
CNPJ/CPF: 11.674.468/0001-88
Processo: 01400033311201761
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.740.803,77

Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto contempla a gravação do DVD "Mateus & Cristiano - Na Varanda" a partir de um show ao vivo da dupla e uma turnê com 06 shows, todos gratuitos a população. a dupla busca um mergulho na música sertaneja de raiz, além do lançamento do mais novo trabalho de inéditas. Outros gêneros musicais que têm inspirado a dupla em sua trajetória na música também serão revisitados. O projeto"Matheus & Cristiano - Na Varanda "tem como objetivo principal resgatar a cultura sertaneja de raiz, esquecida nas grandes capitais do Brasil. O desempenho das apresentações pretende mostrar uma compilação de canções inéditas e canções populares que fazem parte de um repertório tradicional reconhecido, harmonizando em um clima agradável a possibilidade para se ouvir a boa música brasileira. Os espetáculos reapresentam sucessos com arranjos que preservam a essência das canções, compartilhando e estimulando o público a cantar e dançar com o êxito e o prestigio adquirido por quem faz a cultura da música brasileira se renovar e acontecer.

178737 - O Canto do Sabiá - Circulação
DANIEL SOBREIRA
CNPJ/CPF: 068.012.156-04
Processo: 01400033810201759
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 91.785,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A presente proposta pretende viabilizar a manutenção do Projeto "O Canto do Sabiá" realizado pelo Trio Sucupira em espaços diversos da cidade de Uberlândia/MG, contemplando escolas da rede pública (municipal, estadual e federal), instituições de classe, ONGs, espaços públicos diversos e instituições de assistência social. O evento é voltado para a toda a sociedade com oferecimento gratuito de apresentações musicais de ritmos brasileiros (forró, samba, choro etc.). Foi realizado em 5 (cinco) edições nas dependências do Parque do Sabiá com equipe de dançarinos das academias de dança da cidade. A ação tem por objetivo valorizar a música brasileira e os artistas locais, além de levar momentos de cultura e lazer. Estão previstas 10 edições do evento, tendo como base o grupo Trio Sucupira com a participação de um músico convidado a cada edição.

178538 - Por quem os sinos dobram: Raulzito e efervescência
Cleiton Correa Amorim
CNPJ/CPF: 03.805.509/0001-08
Processo: 01400033544201764
Cidade: Cachoeirinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 848.293,58
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto cultural intitulado "Por quem os sinos dobram - Raulzito e efervescência" apresenta Raul Seixas em música, teatro de bonecos e audiovisual, num espetáculo de sentimentos e vibrações da sua sociedade alternativa, caracterizando-se como uma circulação que percorrerá 9 estados brasileiros e o distrito federal, distribuindo o sentimento do rock nacional e da vida de Raul Seixas por 15 cidades, mesclando o baião nordestino e o rock do sudeste, numa levada da década de 70. Serão realizados 15 shows na concepção espetáculo, com a presença musical de "Raulzito Amorim e os Feras", teatro de bonecos e flashes da vida de Raul em transmissão audiovisual. Um verdadeiro espetáculo ao estilo efervescente e misturado de Raul Seixas, trazendo poesia e sentido aos diferentes segmentos artísticos e culturais.

178713 - Produção do CD/DVD Gabriel Fernandez: ao vivo em Goiânia
CLECIOMAR ALVES DE CASTRO
CNPJ/CPF: 035.362.681-37
Processo: 01400033780201781
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 699.984,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e gravação do CD/DVD do cantor Gabriel Fernandez "ao vivo em Goiânia", contendo 12 músicas cada. O trabalho será de grande contribuição para a música brasileira, valorizando as emoções entre a música popular e a música sertaneja. São músicas de refinamento cultural que levam mensagens de alegria, persistência e superação, a comunhão e comemoração entre as pessoas e o amor ao próximo. O projeto tem como objetivo: 1) Garantir ao público em geral acesso a vários estilos de música; 2) Fortalecer a diversidade musical brasileira; 3) Valorizar a música popular brasileira e; 4) Divulgar o trabalho do cantor Gabriel Fernandez "ao vivo em Goiânia" em Goiás e no Brasil.

178889 - Projeto Roger Seabra
ROGER SEABRA CAMPOS COELHO MARTINS
CNPJ/CPF: 010.941.661-97
Processo: 01400034025201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 364.650,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Turnê composta por 5 shows do consagrado jovem Roger Seabra, interpretando sucessos de sua carreira além da apresentação ao público de canções inéditas. É uma oportunidade para os fãs do cantor aproveitarem um evento musical diferenciado, em uma atmosfera temática, romântica e repleta de efeitos especiais e referências artísticas.

178681 - Projeto Wagner Luther
WAGNER RIBEIRO SANTOS 95182900244
CNPJ/CPF: 20.353.092/0001-09
Processo: 01400033747201751
Cidade: Boa Vista - RR;
Valor Aprovado: R$ 1.966.397,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação de um DVD, um projeto inovador e único que caracteriza-se pela fusão da música brasileira dentro do mundo do sertanejo. O objetivo é divulgar a música Brasileira através do cantor Wagner Luther, com a intenção de incentivar novos talentos, elevando nossa cultura musical e oferecendo entretenimento cultural no estado de São Paulo através de apresentações gratuitas à população.

178573 - Rafael Andrade
RAFAEL DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 361.008.058-20
Processo: 01400033600201761
Cidade: São Pedro - SP;
Valor Aprovado: R$ 696.600,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Rafael Andrade" foi modelado para realizar a gravação de CD, DVD e apresentações musicais do artista de mesmo nome. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música popular de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

178565 - RHUDIA NO EQUILÍBRIO DO BALAIO
ACGEPRO ASSOCIACAO DE CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E PROJETOS
CNPJ/CPF: 28.503.228/0001-13
Processo: 01400033583201761
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 394.836,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto é divulgar o quarto CD da Banda Rhudia de título "EQUILÍBRIO", ao longo de sua carreira, rico em fusões de ritmos passando do Pop Regional a batida do Rock, do suingue tipicamente brasileiro ao som caribenho do reggae e da salsa. A Banda Rhudia tambémpreocupa-se com a formação intelectual de adolescentes e jovens e, por isso faz um trabalho de conscientizaçãofilosófica no conteúdo de suas letras e na mistura de ritmos.Realizar seis shows em cidades pernambucanas, oportunizando a participação popular atraves de oficinas;Alcançar um público de aproximadamente 17.000 pessoas no somatório dos palcos. Formar uma plateia mais consciente do seu papel na preservação e multiplicação do bem cultural eEstimular a participação da família;Proporcionar momentos de lazer e diversão para pessoas de todas as faixas etárias e classes sociais eEstimular a valorização cultural e Gerar rendas, de forma direta e indireta, para profissionais da área e de outros segmentos;

178571 - Sinfonia Sertaneja
RIBEIRO & MACHADO PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESPETACULOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.480.400/0001-65
Processo: 01400033596201731
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.280.001,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar 5 apresentações da Sinfonia Sertaneja, espetáculo cênico com orquestra sinfônica que encena a história da música Sertaneja desde seus precursores até os dias atuais.
178813 - Som6 Canta Coisas de Minas
Pyramo Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 15.017.311/0001-30
Processo: 01400033941201736
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 180.174,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na gravação do primeiro álbum do Grupo Som6, "Som6 Canta Coisas de Minas", composto por 8 faixas autorais com influências do samba e do choro, a serem gravadas em Belo Horizonte. Inclui-se à proposta a produção de 1.500 cópias em formato CD e a realização de um show, gratuito, de lançamento do disco, a ser realizado na Sala Juvenal Dias, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, em 2018.

178695 - VIVER DE NOVO
DATA COOP - COOPERATIVA DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS, ARQUIVISTAS E ANALISTAS DA INFORMAÇÃO LT
CNPJ/CPF: 01.596.552/0001-77
Processo: 01400033762201707
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 10.509.457,01
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Espetáculo musical amparado pela temática do "Viver de novo", baseada na história de superação do cantor Marcus Menna (ex Ls Jack), com cenário musical Pop Rock, promovendo a associação da imagem do músico com projetos emergentes, incentivando a pratica musical e democratizando o acesso de artistas menos populares a estruturas profissionais. O espetáculo será realizado em 20 cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sempre com um artista local, Marcus Menna e banda Jerry Matarazzo. "Viver de novo" é um espetáculo que coroa o retorno de Marcos Mena aos palcos e demonstra como sua capacidade de se superar e se reinventar pode tomar a proporção de um movimento cultural. O espetáculo é a junção da experiência de Marcos Mena como o novo, representado pela banda Jerry Matarazzo, e pelas bandas regionais selecionadas. Navegando entre o saudosismo de hits como Carla e Sem Radar, e a força e energia do novo, desejamos dar um exemplo ao Brasil de que sempre é possível vencer.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
178253 - Casa de Botões: de pai para filho
Fabrício Carpi Nejar - ME
CNPJ/CPF: 15.370.559/0001-80
Processo: 01400033177201707
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 591.000,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto visa a circulação do recital inédito "Casa de Botões: de pai para filho", do premiado escritor Fabrício Carpinejar juntamente com seu pai Carlos Nejar, membro da Academia Brasileira de Letras. A turnê percorrerá 12 cidades brasileiras, abrangendo todas as regiões do país, com 1 apresentação em cada: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Fortaleza, Natal, Salvador, Manaus, Goiânia, Brasília, Porto Alegre. No espetáculo, serão interpretados poemas escritos por Fabrício e Carlos, onde reprisarão momentos de suas trajetórias líricas. As apresentações contarão com intpérprete de libras e folder em braile.

178475 - Derrama Cultural
JAIANE CRISTINE DE SOUZA
CNPJ/CPF: 117.993.266-83
Processo: 01400033474201744
Cidade: Sabará - MG;
Valor Aprovado: R$ 37.411,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O anuário Derrama Cultural será um breve compilado da produção cultural local do município de Sabará-MG no ano de 2017 levando informação de maneira fácil e democrática para a população que ali vive sobre fatos de interesse cultural que ocorreram no próprio município.

178668 - Diversidade Cultural, Mobilização e Cidadania: circuito artístico-cultural das periferias da RMBH
Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte - SABIC
CNPJ/CPF: 08.912.454/0001-40
Processo: 01400033730201701
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 892.611,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Propomos um amplo conjunto de ações de mobilização, formação e criações artísticas que se relaciona com a interseção do direito à cidade e à cultura, protagonizado por bibliotecas comunitárias e centros culturais comunitários que realizem ações de democratização da leitura. O objetivo do projeto é fortalecer esses equipamentos, que, tradicionalmente, são espaços abertos à apropriação pelos moradores das periferias. Nesse sentido, propomos a implementação de uma agenda que irá articular movimentos culturais de diversas naturezas e localidades da cidade, com vistas a empoderar as comunidades no tocante ao direito à cultura, a seu potencial de produção cultural e à co-responsabilização em relação ao equipamento comunitário. Em síntese, o projeto prevê a mobilização de cinco equipamentos culturais comunitários para protagonizarem a realização colaborativa de um total de 45 encontros de mobilização, formação e criação artístico-cultural nessas comunidades locais.

178147 - Patrocínio de 200 HQs - Revistinhas em Quadrinhos "COSMOS", N° 001 / Séria A - Parte 01 de 12, em Português
Celso da Silva Figueiredo
CNPJ/CPF: 455.493.627-91
Processo: 01400033033201742
Cidade: Rio Grande - RS;
Valor Aprovado: R$ 16.122,08
Prazo de Captação: 27/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicações dos 200 HQs / Revistinhas em Quadrinhos: "COSMOS" N° 001 / Séria A - Parte 01 de 12, baseadas na Trilogia escrita pelo próprio autor: "AS AVENTURAS DE COSMOS" em Português.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 181, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

177561 - Plano Anual de Programação da Cinemateca Paulo Amorim
Associação de Amigos da Cinemateca Paulo Amorim
CNPJ/CPF: 91.343.103/0001-00
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 31.034,00
Valor total atual: R$ 922.988,61

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 182, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
179653 - Discussões e Reflexões IX
BRASIL MUSICA E ARTES - BM&A
CNPJ/CPF: 04.723.989/0001-12
Processo: 01400035714201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.448.037,21
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Discussões e Reflexões IX" têm por objetivo realizar 10 documentários de média-metragem de, aproximadamente, 26 minutos cada, finalizados em Full HD, captados através do conjunto de debates acerca da sociedade e do homem do século XXI e suas perspectivas para o futuro. O material também será disponibilizado gratuitamente na internet, como forma de ampliar a democratização de acesso do projeto.

179647 - Ditadura da Beleza
EA Filmes e Produções LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.974.428/0001-99
Processo: 01400035536201752
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 805.413,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O objetivo da proposta é produzir um documentário de 60 minutos denominado Ditadura da Beleza. A proposta abordará um problema social, cultural, educacional e de saúde que afeta milhões de mulheres. O documentário será inspirado na obra do Augusto Cury, terá 60 minutos e a finalização será em H264 e MOV.

179648 - FESTIVAL DO CINEMA INDEPENDENTE III
VERITAH CULTURA E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 07.864.437/0001-12
Processo: 01400035589201773
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.022.174,99
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo produzir 06 curtas (de até 05 minutos) e 06 médias metragens (de 26 minutos, aproximadamente) no formato documentário, finalizados em HD, cujo conteúdo será baseado em temas e reflexões sobre a atual sociedade e sua evolução para o futuro. O material será exibido em 24 encontros presenciais e finalizado em um grande festival de cinema, aberto e gratuito ao público.

179655 - Festival Videocamp - Edição 2018
2020. AGENCIA DE COMUNICACAO SOCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 23.558.535/0001-88
Processo: 01400035721201747
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 7.490.216,72
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Festival Videocamp - Edição 2018 tem por objeto promover a difusão de conteúdo audiovisual por meio de um Festival de filmes anual multiplataforma (cinema, VOD e Videocamp - sessões publicas de cinema), integralmente gratuito, para levar ao público brasileiro grandes produções nacionais e internacionais que discutem questões sociais de impacto global. Serão exibidos 06 filmes de longa-metragem, num total de 14 sessões fisicas por dia, durante 4 dias de exibição para cada filmes, sendo 336 sessões gratuitas nos cinemas no total.

179654 - Maverick: Cinema Livre
RUSCHEL & VEREZA PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE FILMES E CONTEUDO DIGITAL
CNPJ/CPF: 07.271.440/0001-22
Processo: 01400035715201790
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 743.334,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende exibir o filme "Maverick: Caçada no Brasil", em cidades que não possuem salas de exibição. De acordo com o IBGE, apenas 10,4% dos 5.570 municípios brasileiros têm ao menos uma sala de cinema. Para tanto, a proposta busca criar um movimento cultural nas cidades, envolvendo a comunidade e artistas locais em um grande sistema de fomento cultural, culminando com a exibição de um filme produzido pelo proponente em espaço público, de preferência, em parceria com a Prefeitura local. As cidades serão escolhidas na etapa de pré-produção, mediante pesquisa e contato com as prefeituras locais. Como forma de beneficiar produtores locais, a proposta prevê a exibição de um curta-metragem para abertura da sessão (escolhido um para cada sessão, dentre os curtas produzidos por produtores da região de exibição) e o longa-metragem informado, totalizando 20 sessões, em 20 municípios.

179658 - MINAS AUDIOVISUAL EXPO - MAX
Serviço Social da Indústria - SESI
CNPJ/CPF: 03.773.834/0001-28
Processo: 01400035732201727
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.324.437,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto tem a previsão de realização no período de junho a setembro de 2018, com a programação cultural gratuita da MAX - Minas Audiovisual Expo, que contemplará Mostra de filmes, exposições e oficinas e será abrigada pelo Museu de Artes e Ofícios e Praça da Estação, em Belo Horizonte. A MAX é um salão de negócios, criado em 2016, para fomentar a indústria audiovisual mineiro e tem como base as diretrizes do programa do governo federal "Brasil de Todas as Telas". A programação da mostra de cinema contemplará a exibição de títulos da filmografia nacional e do exterior, a ser definida pela curadoria, que também será responsável pelo formato das sessões. O proponente se responsabiliza pela apresentação destas informações ao MinC na fase de pré-produção do projeto.

179646 - MOMENTO COM BETE BORGES
Bete Borges Produções LTDA - ME
CNPJ/CPF: 25.276.273/0001-94
Processo: 01400035530201785
Cidade: Sacramento - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.998.235,00
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto MOMENTO COM BETE BORGES terá 52 minutos de duração na REDE MINAS. Serão produzidos 20 programas. Um por semana (semanalmente). Cada programa terá duração de 52 minutos. Resgatando a música sertaneja dos anos 80 e 90, falando de temas culturais importantes, dicas de eventos, shows, peças de teatro, cinema, moda, beleza entre outros. Formato de finalização do vídeo HD. O programa será exibido pela Televisão Educativa REDE MINAS.

179652 - Oficine-se III
Ponto das Artes de Anchieta Ltda.
CNPJ/CPF: 00.793.584/0001-08
Processo: 01400035669201729
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 809.281,25
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O OFICINE-SE é um projeto de capacitação de produtores, exibidores e empreendedores, através de oficinas audiovisuais, à ser aplicadas nas áreas de carências socioculturais e econômicas do Subúrbio e da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os bairros em que serão realizadas ainda será definido juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, patrocinadores e parceiros do projeto. É direcionado ao público jovem, com aulas práticas e teóricas, sobre toda a cadeia cinematográfica, porém focado na formação de exibidores, no estímulo ao empreendedorismo e na revelação de talentos. Envolverá 120 jovens diretamente. Contará com a expertise dos produtores e exibidores do Cinema Ponto Cine, a Primeira Sala Popular de Cinema Digital do Brasil, dos diretores do filme "5 x Favela, Agora por Nós Mesmos" e do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Como resultado será montada uma Rede de Exibição de Paz, na Cidade do Rio de Janeiro, envolvendo essas três unidades.

179649 - PROGRAMAÇÃO AUDIOVISUAL II
INSTITUTO CPFL
CNPJ/CPF: 07.234.440/0001-52
Processo: 01400035632201709
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.484.294,79
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto PROGRAMAÇÃO AUDIOVISUAL II tem como objetivo realizar a produção, manutenção e difusão de novos e já existentes conteúdos audiovisuais da cultura contemporânea. Produzirá 30 novos média-metragens, no formato documental e tecnologia digital Full-HD, além de digitalizar conteúdos já existentes para posterior difusão de todas as obras, na internet, de maneira gratuita.

179651 - Reajuste
KELLEN AUXILIADORA PEREIRA
CNPJ/CPF: 815.586.351-49
Processo: 01400035668201784
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 694.597,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Reajuste, um filme média-metragem ficção, de 30 minutos, acompanha a luta de Martina, mulher transexual que retorna a sua cidade, da qual se deslocou para fazer uma operação de mudança de sexo. Em meio ao caos originado pela reação de seus pais, Martina segue na luta por emprego e terá de lidar com a dor do preconceito e da violência.O formato de finalização do filme é digital.

179657 - XXI
GUILHERME ANTONIO REIS MONTEIRO
CNPJ/CPF: 703.085.771-24
Processo: 01400035728201769
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 210.001,56
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe um curta metragem de ficção em Brasília (15 min, HD) com jovens atores e cineastas da região sobre relacionamentos com o advento de redes sociais e Smartphones. Ele será inscrito em vários festivais e depois disponibilizado online no Youtube e no Vimeo. Ele conta a história de Luiz, um jovem de 20 e poucos anos que após um longo relacionamento, vê se incapaz de superar sua ex. Luiz, aconselhado pelos seus amigos Jorge e Rebeca, tenta apagar e destruir todas as lembranças de sua ex-namorada, Ana Clara, mas não consegue apagar uma foto do primeiro encontro deles.

ANEXO II

179531 - Canal Culturizando
Saulo de Almeida Araujo
CNPJ/CPF: 374.601.368-24
Processo: 01400034985201783
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 545.328,50
Prazo de Captação: 27/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Canal na internet com vídeos direcionados para cultura de países. A ideia veio do interesse por conhecer e entender o comportamento das sociedades ao redor do mundo, devido aos acontecimentos que tiveram na sua história e que as moldaram até a nossa época atual. O surgimento e o desenvolvimento dessas civilizações são fundamentais para explicar a formação cultural contemporânea de cada país ao redor do mundo. Compreender as histórias e mitologias do passado, é compreender as atitudes e comportamentos do presente, seja ela numa esfera religiosa, social ou política. Ficha técnica - Quantos episódios: 11 / Duração: 60 minutos / Periodicidade: 01 vídeo semanal num total de 11 semanas / Formato de finalização: Vídeo Digital Full HD

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 183, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
162435 - Maranhão na Tela 10 anos
Mil Ciclos Produção Audiovisual Ltda
CNPJ/CPF: 08.578.658/0001-97
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 223.000,00
Valor total atual: R$ 112.070,00

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 50/MD, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM)

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 6º do Decreto nº 7.760, de 19 de junho de 2012, e na Portaria Normativa nº 2.499/MD, de 19 de setembro de 2012, e considerando o que consta no Processo nº 61229.004731/2017-09, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa, as metas de desempenho institucional do Tribunal Marítimo, para o período de 19 de novembro de 2017 a 18 de novembro de 2018, cujo resultado da avaliação de cumprimento servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM), a ser concedida ao Juiz-Presidente e aos Juízes do Tribunal Marítimo.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

ANEXO

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº	OBJETIVO	INDICADORES DE DESEMPENHO	FÓRMULA	META
1	Imprimir celeridade no andamento processual, sem prejuízo da defesa dos administrados e da finalidade do Tribunal Marítimo.	Quantidade de processos julgados, com lapso de tempo transcorrido entre a protocolização no Tribunal Marítimo e o julgamento igual ou inferior a quatro anos.	Quantitativo de processos julgados em tempo igual ou inferior a quatro anos, dividido pelo total de processos em curso e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%
2	Agilizar o julgamento dos processos sobre acidentes ou fatos da navegação.	Quantidade de processos com trânsito em julgado, no ciclo avaliativo. A fórmula levará em consideração o número de 700 processos por ano.	Quantitativo de processos julgados, dividido por 700 e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%
3	Agilizar a apreciação dos eventuais recursos.	Quantidade de recursos com tramitação inferior a um ano.	Quantitativo de recursos com tramitação inferior a um ano no ciclo, dividido pelo total de recursos em trâmite e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 90% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 90% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	90%
4	Divulgar as atividades e atribuições do Tribunal Marítimo, do Direito Marítimo e da Segurança do Tráfego Aquaviário, bem como promover a qualificação/atualização dos Juízes do Tribunal nas mencionadas áreas do conhecimento.	Realização de cinco seminários, cursos, palestras e congêneres ou a participação de Juiz do Tribunal Marítimo nos referidos eventos, que devem ser voltados ao Direito Marítimo, à Segurança do Tráfego Aquaviário e à divulgação das atividades do Tribunal Marítimo no ciclo avaliativo.	O valor de cada evento corresponderá a 20 pontos. Resultado: quantitativo de eventos multiplicado por 20 (limitado a 100 pontos).	100 pontos
5	Valorizar a qualidade técnica das decisões do Colegiado do Tribunal Marítimo.	Quantidade de Acórdãos do Tribunal Marítimo não reformados pelo Poder Judiciário no ciclo avaliativo.	Total de Acórdãos prolatados no ciclo, subtraído do total de Acórdãos reformados pelo Poder Judiciário no ciclo, dividido pelo total de Acórdãos prolatados no ciclo e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 99,5% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 99,5% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	99,5%

Ministério da Educação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 1.426, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, página 146, que homologa o resultado final do Concurso Público para preenchimento de vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata o Edital n° 007/2017 de 16 de maio de 2017, publicado no DOU de 15/09/2017, seção 3, página 38 a 42.

CAMPUS MARACANÃ

Área de Conhecimento - Engenharia de Telecomunicações

Onde se lê:

Nome	Nf	Classif.
Gabriel Fontes Carvalho Queiroz	6,52	2º

Leia-se:

Nome	Nf	Classif.
Gabriel Fontes Carvalho de Queiroz	6,52	2º

Área de Conhecimento - Química/Ambiental

Onde se lê:

Nome	Nf	Classif.
Gabriel de Pinna Mendes	7,22	1º

Leia-se:

Nome	Nf	Classif.
Gabriel de Pinna Mendez	7,22	1º

CAMPUS NOVA FRIBURGO

Área de Conhecimento - Engenharia Eletrônica

Onde se lê:

Nome	Nf	Classif.
Luis Fabian Oliveira Medeiros	9,23	1º

Leia-se:

Nome	Nf	Classif.
Luis Fabian Olivera Mederos	9,23	1º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 933, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3285, de 23/11/2017, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital nº 03/2017 - Multicampi, conforme relação anexa.

HUDSON LUIZ COGO

ANEXO

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Atendimento Educacional Especializado - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0194	Rosemeire Geromini Alonso	78,60	1º
0158	Israel Rocha Dias	55,20	2º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Biologia - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0067	Marcos Thiago Gaudio Gomes	86,68	1º
0015	Fernanda Bravim	84,70	2º
0080	Ines Ribeiro Machado	78,82	3º
0113	Stéfano Zorzal de Almeida	78,64	4º
0126	Ana Paula Valentim Pereira	78,20	5º
0119	Juciara Lucia Santos Costa	73,46	6º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Eletrotécnica - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0147	Yves Luduvico Coelho	67,68	1º
0006	Amanda Loureiro Nascimento	59,28	2º
0082	Patrick Trivilin Rodrigues	58,10	3º
0052	Ismael de La Varga Urtubi	52,56	4º
0081	Elisama Rocha de Carvalho Durães	48,00	5º
0039	Thiago Machado de Oliveira	47,00	6º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Língua Portuguesa - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0066	Rosani Muniz Marlow	71,40	1º
0099	Vivian Pinto Riolo	71,00	2º
0139	Aline Prúcoli de Souza	64,20	3º
0037	Larissa Picoli	61,10	4º
0142	Martanézia Rodrigues Paganini	59,40	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Química - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0047	Rodrigo Vieira Rodrigues	75,60	1º
0058	Eder Lana e Silva	74,80	2º
0096	Alana Lemos Cavalcante de Oliveira	73,60	3º
0150	Andressa Reis Vicente	70,00	4º
0121	Luna Schlittler dos Santos	60,40	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Turismo - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0173	Ludmila Dutra do Souto Gatti	66,60	1º
0101	Rúbia Abreu Perini	58,00	2º
0135	Ana Rita Braga da Fonseca	39,60	3º

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e na Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º O requerimento do ressarcimento da taxa de avaliação de que trata o § 9º do art. 5º da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, deverá ser encaminhado por ofício, e conter os seguintes dados:

I - nomes da Mantenedora e da Mantida;

II - número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem realizou o pagamento;

III - ato regulatório;

IV - número(s) do(s) processo(s);

V - nome do curso (se aplicável);

VI - valor pago;

VII - motivo da solicitação;

VIII - dados bancários da instituição que realizou o pagamento, contendo os números do banco, da agência e da conta; e

IX - cópia do(s) comprovante(s) de pagamento da(s) taxa(s) de avaliação.

Parágrafo único. O ofício deve ser assinado por dirigente ou responsável pela instituição e enviado por correio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes, para o endereço SIG, Quadra 4, Lote 327, Brasília/DF, CEP 70610-440.

Art. 2º A inserção de versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Pedagógico do Curso - PPC no Formulário Eletrônico - FE, de que trata o § 6º do art. 6º da Portaria Normativa nº 19, de 2017, não será realizada pelo Inep.

§ 1º Nos casos de instabilidade do Sistema que levarem à impossibilidade de inserção no prazo estabelecido pelo caput, a Instituição de Educação Superior - IES deverá encaminhar à Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes do Inep uma demanda com as evidências comprobatórias do problema.

§ 2º Comprovada a instabilidade do Sistema pelo suporte de Tecnologia da Informação do Inep, o campo para inserção será reaberto por 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 3º No caso das avaliações institucionais, a formação da comissão avaliadora de que trata o caput do art. 8º da Portaria Normativa nº 19, de 2017, obedecerá aos seguintes parâmetros:

I - em instituições privadas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES privada;

II - em instituições públicas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES pública; e

III - pelo menos 1 (um) dos membros terá titulação de doutor.

Art. 4º O perfil dos avaliadores de que trata a alínea "b" do inciso I e a alínea "b" do inciso II do art. 11 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, obedecerá aos seguintes requisitos:

I - formação em Engenharia de Computação, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, ou em áreas correlatas;

II - experiência comprovada relacionada às competências necessárias para avaliar os critérios de análise dos indicadores dos instrumentos de avaliação externa relativos à tecnologia da informação para EaD; e

III - capacitação feita pela Coordenação de Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e IES - CGACGIES, com relação aos critérios de análise e atributos pertinentes aos objetos de avaliação para a modalidade a distância.

Art. 5º A designação de avaliadores com formação correlata de que trata o parágrafo único do art. 13 da Portaria Normativa nº 19, 2017, observará ao menos um dos seguintes critérios:

I - compatibilidade entre as áreas e os códigos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE;

II - relação entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e a matriz dos cursos de formação dos avaliadores selecionados; e

III - correspondência entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e o currículo dos cursos de pós-graduação realizados pelos avaliadores.

§ 1º Os eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia vigente serão utilizados para designação de Cursos Superior Tecnologia - CST.

§ 2º Os avaliadores serão designados conforme a área de sua atuação nos CST.

Art. 6º No caso de pedido de alteração de endereço de que trata o § 1º do art. 16 da Portaria Normativa nº 19, de 2017:

I - caberá à IES efetuar a devida comunicação ao Inep e à comissão de avaliadores designada, mediante a apresentação da solicitação formal à Secretaria competente do Ministério da Educação - MEC;

II - os avaliadores deverão realizar a visita no novo endereço, desde que no mesmo município, e informar este fato no relatório de avaliação; e

III - em caso de alteração de endereço para outro município, a avaliação será cancelada e o processo retornará à Secretaria competente do MEC.

Art. 7º A avaliação da Comissão Avaliadora pela instituição visitada de que trata o § 4º do art. 20 da Portaria Normativa nº 19, de 2017:

I - será realizada pelo Procurador Institucional - PI da IES; e

II - será disponibilizada a partir das 20h (horário de Brasília) do último dia da visita in loco no Sistema Eletrônico, pelo prazo de 72 horas, sem possibilidade de prorrogação ou reabertura do prazo.

Art. 8º O Relatório de Avaliação de que trata o § 4º do art. 36 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, será elaborado e concluído pela comissão de avaliação em até 5 (cinco) dias após o término da visita in loco.

Parágrafo único. O relatório de avaliação somente será finalizado pela CGACGIES e disponibilizado para manifestação da Secretaria Competente do MEC e pela IES a partir do transcurso do prazo previsto no inciso II do art. 7º desta Instrução Normativa.

Art. 9º Os conceitos de avaliação de que de que trata o § 2º do art. 22 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, serão disponibilizados na visão pública do Sistema Eletrônico, com campos específicos para as variações faixa e contínuo, calculados nos seguintes termos:

I - o Conceito Institucional Faixa - CIfaixa e o Conceito de Curso Faixa - CCfaixa serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, seguido de uma conversão (arredondamento) do resultado originalmente contínuo para um valor discreto variando de 1 (um) a 5 (cinco), conforme a escala dos instrumentos de avaliação externa; e

II - o Conceito Institucional Contínuo - CIcontínuo e o Conceito de Curso Contínuo - CCcontínuo serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, e o resultado será expresso em um valor contínuo com precisão de duas casas decimais.

Art. 10 As denúncias contra os avaliadores do Sinaes e do Saeg de que trata o § 1º do art. 24 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA: se.ctaa@inep.gov.br.

Art. 11 A Daes analisará as reclamações de condutas dos avaliadores que atentem contra o Termo de Conduta Ética e contra o Termo de Ciência e Compromisso.

Parágrafo único. Na hipótese de o fato ser enquadrado como denúncia de que trata o art. 27 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, a demanda será encaminhada à CTAA.

Art. 12 Cumprido o prazo de exclusão do Banco de Avaliadores do Sinaes - BASis ou do Banco de Avaliadores do Saeg de que trata o inciso III do § 4º do art. 27 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, o avaliador que pretenda retornar ao banco deverá realizar novo cadastro.

Art. 13 A recapacitação de que trata o § 1º do art. 28 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, será considerada como conclusão satisfatória atendidos os seguintes requisitos:

I - participação efetiva nas atividades propostas; e

II - realização das avaliações de aprendizagem, com aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento).

Parágrafo único. Serão determinados critérios adicionais para cada processo de recapacitação quando da convocação do avaliador.

Art. 14 Os procedimentos previstos no caput do art. 32 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, atenderão aos seguintes critérios:

I - A seleção para ingresso nos bancos de avaliadores ocorrerá por meio de edital, que conterá os procedimentos e critérios pertinentes, conforme as características da demanda por avaliadores do fluxo de avaliação;

II - São considerados como critérios de permanência nos bancos de avaliadores:

a) a comprovação documental de vínculo ativo de docência, sempre que solicitada;

b) o atendimento às convocações para recadastramento;

c) a disponibilização anual de ao menos 10 (dez) períodos na agenda de disponibilidade do e-MEC;

d) a participação em formação continuada sempre que convocada, com aproveitamento satisfatório (cumprimento das atividades e das avaliações de aprendizagem propostas); e

e) o cumprimento dos termos de Conduta Ética e de Ciência e Compromisso, em sua integralidade.

III - O docente aposentado de IES pública ou privada poderá permanecer no BASis, desde que comprovado exercício da docência ou pesquisa na educação superior, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, e do Decreto nº 7.114, de 19 de fevereiro de 2010.

IV -A avaliação dos avaliadores, realizada pela IES após a visita, constituirá insumo para a administração dos bancos de avaliadores.

Art. 15 As solicitações de substituição de avaliador por parte de IES serão objeto de análise pela Daes, e deverão ter como fundamento motivos comprovados de suspeição, impedimento ou conflito de interesses.

Parágrafo único. As solicitações de substituição de avaliador com formação divergente da área específica do curso serão analisadas, sem prejuízo do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 16 A solicitações de substituição da Comissão de Avaliação de que trata o § 2º do art. 33 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, serão deferidas nos seguintes casos:

I - em que houver valores excessivos com relação ao deslocamento;

II - de pendências do avaliador no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

III - de excesso de diárias anuais estipuladas pelos órgãos competentes, nos termos do inciso II do art. 7º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; e

IV - determinados pela CTAA.

§ 1º Os avaliadores que se enquadrarem na hipótese prevista no inciso III do caput serão afastados das atividades de avaliação ao atingirem o limite de diárias anuais, e retornarão no início do ano seguinte.

§ 2º Os avaliadores que se enquadrarem na hipótese prevista no inciso IV do caput serão afastados das atividades de avaliação conforme cada caso.

Art. 17 O desempenho individual no processo de capacitação de que trata o § 3º do art. 34 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, compreende:

I - participação efetiva nas atividades propostas;

II - demonstração do domínio sobre o(s) instrumento(s) de avaliação objeto da capacitação;

III - apropriação da legislação pertinente e aspectos teóricos relacionados; e

IV - realização das avaliações de aprendizagem, com aproveitamento mínimo de 70%.

Art. 18 O período cadastral de que trata o parágrafo único do art. 40 da Portaria Normativa nº 19, de 2017, terá a duração de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Ao final de cada triênio, os cadastrados que não tenham sido selecionados ou capacitados serão excluídos, mantido o direito de nova inscrição durante o período cadastral seguinte.

Art. 19 Os avaliadores e os candidatos a avaliador deverão manter os dados cadastrais atualizados, incluindo número de celular e email.

Parágrafo único. É de responsabilidade dos avaliadores e dos candidatos a avaliador verificarem periodicamente a caixa de mensagens do Sistema e-MEC.

Art. 20 Os arts. 3º, 4º, 7º, 8º e 9º desta Instrução Normativa entrarão em vigor após a implementação das adequações de suporte necessárias no Sistema Eletrônico.

Parágrafo único. Os procedimentos aplicados até a presente data permanecerão vigentes até a conclusão das referidas adequações.

Art. 21 Torna sem efeito a publicação da Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2017, no DOU de 19 de dezembro de 2017, nº 242, Seção 1, páginas 97 e 98.

Art. 22 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 2.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A Reitora em Exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.012127/2016-30, resolve:

Prorrogar pelo período de 29-12-2017 a 28-12-2018, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado através do Edital nº 129/2016, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 147/2016, de 28-12-2016, publicado no DOU de 29-12-2016, Seção 3, fls. 57.

MAGALI BENJAMIN DE ARAÚJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O Vice-Reitor da UFG, no exercício da Reitoria, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

N° 6.569 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Equideocultura, realizado pela Escola de Veterinária e Zootecnia, objeto do Edital nº 29, publicado no D.O.U. de 16/05/2016, homologado através do Edital nº 7, publicado no D.O.U. de 31/01/2017, seção 3, pág. 46. (Processo nº 23070.006443/2016-51)

N° 6.570 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Antropologia, realizado pela Faculdade de Ciências Sociais, objeto do Edital nº 51, publicado no D.O.U. de 31/08/2016, homologado através do Edital nº 18, publicado no D.O.U. de 13/02/2017, seção 3, pág. 18. (Processo nº 23070.011806/2016-68)

MANOEL RODRIGUES CHAVES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000144/2011-70
Interessados: Estado do Rio Grande do Sul e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Assunto: Aditivo nº 2 ao Contrato de Financiamento nº 10.2.2049.1, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fundamento no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e também o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União no Contrato de Financiamento nº 10.2.2049.1; e autorizo, após a celebração do referido Aditivo nº 2 ao Contrato de Financiamento, a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Garantia nº 656/PGFN/CAF, firmado em 21 de junho de 2011.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000626/97-00
Interessado: Estado de Mato Grosso.

Assunto: Sétimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 002/97 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Mato Grosso em 11 de julho de 1997, nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015. Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer 4/2017/CONSUNIAO/CGU/AGU, aprovado pela Senhora Advogada-Geral da União, autorizo, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de 22 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 799, referente ao processo nº 17944.000077/98-46, onde se lê: "Interessado: Estado de Goiás", leia-se: " Interessado: Estado do Paraná..".

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.873, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a definição da expectativa de variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os doze meses subsequentes, componente do cálculo do fator de ajuste "a_k", de que trata a Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 13 de dezembro de 2017, com base no disposto no art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 6º da Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º A expectativa de variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os próximos doze meses, a que se referem o § 3º do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e o inciso III do art. 4º da Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017, a ser considerada para a apuração do fator de ajuste "a_k", corresponderá à mediana das expectativas de inflação dos agentes de mercado para o ano calendário de 2018, divulgada pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil, conforme a última publicação disponível antes do último dia útil deste ano.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Política Econômica
Substituto

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

RETIFICAÇÃO

No §1º do art. 2º da Carta Circular nº 3.855, publicada no DOU, de 22.12.2017, seção 1, p. 67, onde se lê: "...terá como data-limite de envio o dia 31 de março de 2017", leia-se: "...terá como data-limite de envio o dia 31 de março de 2018".

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº SP2017/294
(SEI 19957.005789/2017-71)
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Objeto: Apurar eventual responsabilidade, na medida de sua participação para cada período correspondente: (i) membros da Diretoria: infração aos artigos 153 (exceto Dfs 31.12.2014), 176 e 177, §3º, da Lei 6.404/76, e aos artigos 14 e 26 da ICVM nº 480/09; (ii) membros do Conselho de Administração: infração aos artigos 142, III e V, 153 (exceto Dfs 31.12.2014), e do art. 160 da Lei 6.404/76 para os conselheiros membros do Comitê de Auditoria (exceto Dfs 31.12.2014); e (iii) membros do Conselho Fiscal, por infração aos artigos, 163, VII, e 165 (exceto Dfs 31.12.2014) da Lei 6.404/76, da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, por conta de infrações às normas contábeis aplicáveis, em vista de irregularidades e inconsistências na elaboração dos testes de recuperabilidade ("impairment") efetuados, ou não, para a "UGC Abastecimento" (subárea "UGC Refino"), notadamente para os ativos RNEST e COMPERJ, com vistas às demonstrações financeiras datas-base 31.12.2010, 31.12.2011, 31.12.2012, 31.12.2013 e 31.12.2014.

Assunto: Pedido de devolução de prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogados
Aldemir Bendine	Mauro Eduardo Rapassi Dias OAB/SP 134.706
Almir Guilherme Barbassa	Nelson Laks Eizirik OAB/SP 256.441
César Acosta Rech	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Fábio Colletti Barbosa	Celso Cintra Mori OAB/SP 23.639
Francisco Roberto de Albuquerque	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Guido Mantega	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Guilherme de Oliveira Estrella	Não Constituiu Advogado
Hugo Repsold Junior	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Ivan De Souza Monteiro	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
João Adalberto Elek Júnior	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Jorge Celestino Ramos	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Jorge Gerdau Johannpeter	Não Constituiu Advogado
Jorge Luiz Zelada	Felipe Henrique Braz OAB/PR 69.406
José Alcides Santoro Martins	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
José Antônio de Figueiredo	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
José Carlos Cosenza	Não Constituiu Advogado
José Maria Ferreira Rangel	Jorge Normando de Campos Rodrigues OAB/RJ 71.545
José Miranda Formigli Filho	Não Constituiu Advogado
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Antonio Perilo de Sousa Teixeira Neto OAB/ DF 21.359
Josué Christiano Gomes da Silva	Não Constituiu Advogado
Luciano Galvão Coutinho	Não Constituiu Advogado
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho	Não Constituiu Advogado
Marcio Pereira Zimmermann	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Marcus Pereira Aucélio	Luis Renato Ferreira da Silva OAB/RS 24.321

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Maria das Graças Silva Foster	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Maria Lúcia de Oliveira Falcón	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Marisete Fátima Dadald Pereira	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Miriam Aparecida Belchior	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Nelson Rocha Augusto	Não Constituiu Advogado
Paulo José dos Reis Souza	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Paulo Roberto Costa	João Mestieri OAB/RJ 13.645
Reginaldo Ferreira Alexandre	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754
Renato de Souza Duque	Não Constituiu Advogado
Roberto Moro	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Sergio Franklin Quintella	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Silas Rondeau Cavalcante Silva	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Silvio Sinedino Pinheiro	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754
Solange da Silva Guedes	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Túlio Luiz Zamin	Luis Renato Ferreira da Silva OAB/RS 24.321
Walter Luis Bernardes Albertoni	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa formulado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 10/02/2018 para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 82, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica aprovada a planilha eletrônica - versão 0006 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no "caput" estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributaria - versão 0006 - SP" e terá como chave de codificação digital a sequência ef8dbdb8438655233f841ca168823674, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 179, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1.Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0242017, nome: SELLER PDV , versão: 7.02.5000 código MD5: ab94ac66a1305014c9b3b32691cce131*PDV
Método Sistemas de Informação LTDA ME	07.494.171/0001-63	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0252017, nome: Cash, versão: 3.00 código MD5: e3cea9d98823324ec0b7dfce9de55c90 *Cash
Pratica Sistemas LTDA ME	00.675.556/0001-88	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0262017, nome:PraticaSysECF, versão: 3.10 código MD5: 75f05f59b720eefbd68cb306fc5d3704 *PraticaSysECF
Infoeste Tecnologia em Informatica Eirelli ME	00.115.723/0001-36	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0272017, nome: InfoECF, versão: 3.20 código MD5: 9c5b9c69e0ad79251c626f528a2cbc96*InfoECF
Gugolsoft Assessoria e Soluções Empresariais LTDA	11.196.104/0001-30	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0282017, nome: GugolECF, versão: 3.30 código MD5: 667d0f527eb5138eadda2a1fc309597a *GugolECF
Databoff Sistemas e Processamento de dados Ltda	93.993.624/0001-38	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0292017, nome: Signapos, versão: 1.0 código MD5: b3df7a7856c188cadeec83a99fc608b2 Signa.FrenteCaixa

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 180, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VB SYSTEM AUTOMAÇÃO LTDA	07.193.169/0001-54	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0632017, nome: VB SYSTEM FRENTE DE CAIXA, versão: 5.0,código MD5:44A19F4287031F85643703ED24346054 VBS_PAFECF
Datagold Assessoria e Informática Ltda	00.718.461/0001-02	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0642017, nome: DGCOM, versão: 6.18, código MD5: 5b13c42d95515785946f76bc8e5cbe3e DgcomVB6PAF

2. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Microsys Sistemas Ltda	86.910.502/0001-75	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNO2712017, nome: MSYSPDV versão: 2.4, código MD5: BD70841D695022D94F10ECCF5BB20D13

3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001.98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0242017, nome: Linx.OmniPOS versão: 9.1.0, código MD5: B83728498608A11F2C8464E747344C48 LINNX.OMNIPOS.APP
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001.98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0302017, nome: SSG PREMIUM versão: 5.6.0.0, código MD5: 9943FE090D2A014A743A945E0DF26DFC SSGPDV PREMIUM
RDI SOFTWARE LTDA	09.203.932/0001-06	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0312017, nome:NP61 versão: 6.1.27códigoMD5: e091abe627da48829aead6643fd6f60a NPAPP

4. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VMS SOLUCOES LTDA	13.284.396/0001-98	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IFL0252017, nome: VIASOFT PETROSHOW PDV versão: 5.0.17.120 código MD5: 7B07C4A68329706A88C0099267F51125

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 182, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Denúncia, pelo Estado de Goiás, dos Protocolos ICMS 20/90, 28/92, 12/96, 26/04, 41/08, 97/10, 82/11, 83/11, 84/11 e 85/11.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto na cláusula décima quinta do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, que a aludida unidade federada denunciou, por meio do Decreto nº 9.112, de 20 de dezembro de 2017, a partir de 1º de janeiro de 2017, os dispositivos a seguir indicados:

I - Protocolo ICMS 20/90, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações de saídas de medicamento, esparadrapo, algodão farmacêutico, gaze, absorvente e mamadeira, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Paraná com destino ao Estado de Rondônia;

II - Protocolo ICMS 28/92, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com óleos comestíveis;

III - Protocolo ICMS 12/96, que dispõe sobre o regime de substituição tributária de leite em pó, nas operações realizadas entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Tocantins, Pernambuco e Ceará;

IV - Protocolo ICMS 26/04, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com rações para animais domésticos;

V - Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças;

VI - Protocolo ICMS 97/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças;

VII - Protocolo ICMS 82/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno;

VIII - Protocolo ICMS 83/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos;

IX - Protocolo ICMS 84/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos;

X - Protocolo ICMS 85/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 183, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna sem efeito as publicações dos Despachos do Secretário-Executivo do CONFAZ nº 181/17.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna sem efeito as publicações dos Despachos do Secretário-Executivo do CONFAZ nº 181/17, D.O.U. 26.12.17, Seção 1, páginas 815 a 818.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 184, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica Protocolos firmados no âmbito da COTEPE/ICMS.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu texto:

PROTOCOLO ICMS Nº 47/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a adesão do Estado do Amazonas às disposições do Protocolo ICM 11/80, que dispõe sobre as operações de retorno de mercadorias depositadas em armazéns gerais por contribuintes de outro Estado.

Os Estados do Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte, protocolo:

Cláusula primeira Ficam estendidas ao Estado do Amazonas as disposições do Protocolo ICM 11/15, de 21 de outubro de 1980.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Protocolo ICM 11/80, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Acordam os Estados do Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, através de seus Secretários de Fazenda, que este subscrevem, em firmar o entendimento de que a alíquota do ICM aplicável às operações de retorno de mercadorias depositadas, promovidas por armazéns gerais localizados em Estado distinto daquele em que se situa o estabelecimento depositante, cujo depósito tenha sido feito com cobertura de Notas Fiscais próprias, com indicação da natureza da operação como sendo "remessa para depósito" ou "remessa simbólica de mercadoria depositada", de emissão prevista no SINIEF - Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico Fiscais, instituído pelo Convênio de 15 de dezembro de 1970, deve ser a mesma operação anterior, de remessa para depósito.".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS Nº 48/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com medicamentos de uso humano e outros produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário relacionados no Anexo XIV do Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

Os Estados do Paraná e Rondônia, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, resolvem celebrar o seguinte, protocolo:

Cláusula primeira Os Estados do Paraná e Rondônia, nos termos deste protocolo e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais, com destino ao Estado de Rondônia e origem nas demais unidades federadas signatárias deste protocolo, com bens e mercadorias relacionados no Anexo XIV do referido convênio, com exceção ao Código Especificador da Substituição Tributária - CEST 13.013.00.

Cláusula segunda Além do disposto na cláusula nona do Convênio ICMS 52/17, as disposições deste convênio não se aplicam às operações interestaduais com produtos farmacêuticos medicinais, soros e vacinas destinados a uso veterinário;

Cláusula terceira A legislação da unidade federada de destino poderá definir como base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária o Preço Máximo a Consumidor (PMC), divulgado em revistas especializadas de grande circulação ou fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com ajuste para refletir os preços médios praticados no mercado varejista.

§ 1º Os critérios para cálculo do ajuste descrito no caput desta cláusula serão os mesmos estabelecidos na Seção II do Capítulo IV do Convênio ICMS 52/17 para a realização de pesquisas de preços e fixação de Margem de Valor Agregado (MVA) e Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF).

§ 2º As unidades federadas que utilizarem o PMC divulgado em revistas especializadas de grande circulação, conforme previsto em resoluções da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), poderão definir como PMC o divulgado pela CMED, na hipótese de as empresas responsáveis pelas publicações especializadas não encaminharem as informações do PMC nos termos do caput da cláusula quarta.

§ 3º Em substituição ao previsto no caput, a legislação da unidade federada de destino poderá definir como base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, as hipóteses previstas na cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17.

Cláusula quarta A lista de PMC divulgada pelas revistas especializadas de grande circulação deverá ser enviada à administração tributária da unidade federada de destino, em até 30 (trinta) dias após inclusão ou alteração de preços, no formato do Anexo Único deste convênio.

Cláusula quinta Fica revogado o Protocolo ICMS 20/90, de 13 de setembro de 1990.

Cláusula sexta Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

ANEXO ÚNICO

Leiaute do arquivo XML para "Lista de Preço Máximo a Consumidor (PMC) - Versão 1.0"
Schema XML: envPSCF_v9.99.xsd

	#Campo	Ele.	Pai	Tipo	Ocorr.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
A01	enviPSCF	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz do documento.
A02	versao	A	A01	N	1-1	1-4	2	Versão de leiaute do arquivo.
B01	dadosDeclarante	G	A01		1-1			Dados da revista especializada responsável pela divulgação da lista de Preço Máximo a Consumidor - PMC de medicamentos.
C01	CNPJ	E	B01	N	1-1	14		CNPJ da revista especializada.
C02	xNome	E	B01	C	1-1	3-60		Razão social da revista especializada.
D01	listaProdutos	G	A01		1-1			Lista de medicamentos.
E01	prod	G	D01		1-n			TAG de grupo do detalhamento das informações de medicamentos.
F01	cProd	E	E01	C	1-1	1-60		Código do item de medicamento conforme informado na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e do laboratório fabricante ou importador.
F02	xNomeLab	E	E01	C	1-1	1-60		Razão social do laboratório fabricante ou importador.
F03	CNPJ	E	E01	C	1-1	14		CNPJ do laboratório fabricante ou importador.
F04	xProd	E	E01	C	1-1	1-120		Descrição completa do item de medicamento conforme adotada na NF-e do fabricante ou importador.
F05	CEST	E	E01	N	1-1	7		Código Especificador da Substituição Tributária - CEST do item de medicamento.
F06	NCM	E	E01	N	0-1	8		Código NCM/SH do item de medicamento.
F07	cEAN	E	E01	N	1-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do item de medicamento, antigo código EAN Comercial ou código de barras, conforme informado na NF-e do laboratório fabricante ou importador.
F08	cEANTrib	E	E01	N	1-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do item de medicamento, antigo código EAN Tributário ou código de barras, conforme informado na NF-e do laboratório fabricante ou importador.
F09	uCom	E	E01	C	0-1	2-6		Unidade de comercialização do item de medicamento conforme informada na NF-e do laboratório fabricante ou importador.
F10	uTrib	E	E01	C	0-1	2-6		Unidade Tributária do item de medicamento conforme informada na NF-e do laboratório fabricante ou importador.
F11	regAnvisa	E	E01	N	1-1	13		Número de registro do item de medicamento na ANVISA/CMED.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

F12	apresentacao	E	E01	C	1-1			Forma como o item de medicamento é comercializado: tipo de embalagem, dosagem, etc.
F13	classe	E	E01	C	1-1			Classe terapêutica do item de medicamento: refere-se à finalidade/enfermidade a que se aplica.
F14	tipoProduto	E	E01	C	1-1	1		Classificação conforme Lei Federal 9.787/99. Informar: R - referência; G - genérico; S - similar; ou O - outros.
F15	listaPisCofins	E	E01	C	1-1	1		Classificação conforme Lei Federal 10.147/00 Informar: P - positiva; N - negativa; ou O - neutra.
F16	xPrincipioAtivo	E	E01	C	1-1			Princípio ativo do item de medicamento.
F17	tarja	E	E01	C	1-1	1		Informar: V - Tarja Vermelha; P - Tarja Preta; ou L - Venda Livre.
F18	restrHosp	E	E01	C	1-1	1		Informar se o item de medicamento é de venda restrita a hospitais: S - Sim; ou N - Não
G01	relacaoPrecos	G	E01		1-n			TAG de grupo do detalhamento de Preços Máximos Sugeridos
G02	pICMS	E	G01	N	1-1	2	4	Percentual das alíquotas de ICMS do item de medicamento: 0; 12; 17; 17ALC; 17,5; 17,5ALC; 18; 18ALC ou 20.
G03	vPF	E	G01	N	1-1	10	2	Preço de Fábrica (PF) do item de medicamento de acordo com cada alíquota informada em G02.
G04	vPMC	E	G01	N	1-1	10	2	Preço Máximo a Consumidor (PMC) do item de medicamento de acordo com cada alíquota informada em G02.
G05	vPMCEmbFrac	E	G01	N	0-1	10	2	Preço Máximo a Consumidor (PMC) do item de medicamento em embalagem fracionada de acordo com cada alíquota informada em G02.
G06	vPMCEmbMult	E	G01	N	0-1	10	2	Preço Máximo a Consumidor (PMC) do item de medicamento em embalagem múltipla de acordo com cada alíquota informada em G02.
H01	dInicTab	E	E01	D	1-1			Data de início da vigência do PMC - lista atual. Formato: AAAA-MM-DD.
H02	dInicTabAnt	E	E01	D	1-1			Data de início da vigência do PMC - lista anterior. Formato: AAAA-MM-DD.

FORMATOS DOS CAMPOS:

Ele.	A - indica que o campo é um atributo do Elemento anterior E - indica que o campo é um Elemento G - indica que o campo é um Elemento de Grupo
Tipo	N - indica campo numérico C - indica campo alfanumérico D - indica campo de data
Ocorr.	Campo Ocorrência iniciado com 1 - indica que o campo é de preenchimento obrigatório Campo Ocorrência iniciado com 0 - indica que o campo só será preenchido se houver a informação
Tam.	Tamanho do campo (1-n) - pode ter de 1 a "n" caracteres Tamanho do campo (n) - deve ter "n" caracteres Tamanho do campo (n, n", n", n""...) - pode ter n, n", n""... caracteres
Dec.	Quantidade de casas decimais do campo numérico

PROTOCOLO ICMS Nº 49/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Protocolo ICMS 45/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5172/66, de 25 de outubro de 1966), e no artigo 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto no Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, resolvem celebrar o seguinte, protocolo:

Cláusula primeira Fica revogado o §3° da cláusula segunda do Protocolo ICMS 45/13, de 5 de abril de 2013.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

PROTOCOLO ICMS Nº 50/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cimentos relacionados no Anexo VI do Convênio ICMS 52/17, que, dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

Os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e o Distrito Federal, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolve celebrar o seguinte, protocolo:

Cláusula primeira Os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e o Distrito Federal nos termos deste protocolo e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com bens e mercadorias relacionados no Anexo VI do referido convênio.

Cláusula segunda Ficam revogados os seguintes protocolos:

I - Protocolo ICM 20/87, de 18 de agosto de 1987;

II - Protocolo ICMS 08/94, de 30 de junho de 1994.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

EXTRATO DE PARECER DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho, instituída nos termos do art. 9º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tendo em vista o disposto no item 5.4 do referido Acordo, manifesta-se pelo cumprimento parcial das metas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc no 1º semestre de 2017, em relação às atividades negociadas e pactuadas no Termo Aditivo 2012, observadas as recomendações e sugestões constantes no correspondente Parecer, destacando que as metas são anuais e passíveis de cumprimento em sua totalidade até o final do exercício.

Em cumprimento ao disposto no item 7.1 do referido Acordo, além da publicação do presente extrato na imprensa oficial, o referido Parecer encontra-se disponível, na íntegra, para conhecimento dos interessados, no sítio eletrônico www.previdencia.gov.br.

EDUARDO MONTEIRO PASTORE
Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

LEONARDO ALVES RANGEL
Representante da Casa Civil Presidência da República

OTÁVIO JOSÉ GUERCI SIDONE
Representante do Ministério da Fazenda

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.774, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 1.179 e 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas e equiparadas e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham realizado, durante o ano-calendário, atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil; e

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que não distribuíram, a título de lucro, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela de lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do IRRF diminuída dos impostos e contribuições a que estiver sujeita.

§ 2º As exceções a que se referem os incisos I e V do §1º não se aplicam à microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha recebido aporte de capital na forma prevista nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 3º As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - EFD ICMS/IPI - ficam obrigadas a apresentar o livro Registro de Inventário na ECD, como livro auxiliar.

§ 4º A Sociedade em Conta de Participação (SCP) enquadrada nas hipóteses de obrigatoriedade de apresentação da ECD deve apresentá-la como livros próprios ou livros auxiliares do sócio ostensivo.

§ 5º O empresário e a sociedade empresária que não estejam obrigados, para fins tributários, a apresentar a ECD, podem apresentá-la, de forma facultativa, a fim de atender ao disposto no art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 4º A ECD deve ser gerada por meio do Programa Gerador de Escrituração (PGE), desenvolvido pela RFB e disponibilizado na Internet, no endereço <http://sped.rfb.gov.br>.

Parágrafo único. O PGE dispõe das seguintes funcionalidades, a serem utilizadas no processamento da ECD:

I - criação e edição;

II - importação;

III - validação;

IV - assinatura;

V - visualização;

VI - transmissão para o Sped; e

VII - recuperação do recibo de transmissão.

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 2º A ECD transmitida no prazo previsto no caput será considerada válida depois de confirmado seu recebimento pelo Sped.

§ 3º Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos:

I - se a operação for realizada no período compreendido entre janeiro a abril, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de maio daquele ano; e

II - se a operação for realizada no período compreendido entre maio a dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 4º A obrigação prevista no § 3º não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 6º A autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas mercantis e atividades afins, subordinadas às normas gerais prescritas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, será comprovada pelo recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra autenticação.

Art. 7º A ECD autenticada somente pode ser substituída caso contenha erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo, conforme previsto nos itens 31 a 36 da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 (R1) - Escrituração Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, publicada em 12 de dezembro de 2014.

§ 1º Na hipótese de substituição da ECD, sua autenticação será cancelada e deverá ser apresentada ECD substituta, à qual deve ser anexado o Termo de Verificação para Fins de Substituição que passará a integrá-la, o qual conterá:

I - a identificação da escrituração substituída;

II - a descrição pormenorizada dos erros;

III - a identificação clara e precisa dos registros com erros, exceto quando estes decorrerem de erro já descrito;

IV - autorização expressa para acesso às informações pertinentes às modificações por parte do Conselho Federal de Contabilidade; e

V - a descrição dos procedimentos pré-acordados executados pelos auditores independentes quando estes julgarem necessário.

§ 2º O Termo de Verificação para Fins de Substituição deve ser assinado pelo profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos e, no caso de demonstrações contábeis auditadas por auditor independente, também por este.

§ 3º O profissional da contabilidade que não assina a escrituração poderá manifestar-se no Termo de Verificação para Fins de Substituição de que trata o § 1º, desde que essa manifestação se restrinja às modificações nele relatadas.

§ 4º A substituição da ECD prevista no caput só pode ser feita até o fim do prazo de entrega relativo ao ano-calendário subsequente.

§ 5º São nulas as alterações efetuadas em desacordo com este artigo ou com o Termo de Verificação para Fins de Substituição.

Art. 8º A apresentação dos livros digitais de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa supre:

I - em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF nº86, de 22 de outubro de 2001, e na Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20 de junho de 2006;

II - a obrigação de escriturar o Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, prevista no art. 14 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991; e

III - a obrigação de transcrever, no Livro Diário, o Balancete ou Balanço de Suspensão ou Redução do Imposto, de que trata o art. 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 9º Os usuários do Sped a que se referem os incisos I, II e III do art. 3º do Decreto nº 6.022, de 2007, terão acesso às informações relativas à ECD disponíveis no ambiente nacional do Sped.

§ 1º O acesso a que se refere o caput será realizado com observância das seguintes regras:

I - será restrito às informações pertinentes à competência do usuário;

II - o usuário deve guardar quanto às informações a que tiver acesso os sigilos comercial, fiscal e bancário de acordo com a legislação respectiva; e

III - será realizado na modalidade integral para cópia do arquivo da escrituração, ou na modalidade parcial para cópia e consulta à base de dados agregados, que consiste na consolidação mensal de informações de saldos contábeis e nas demonstrações contábeis.

§ 2º Para realizar o acesso na modalidade integral o usuário do Sped deverá ter iniciado procedimento fiscal dirigido à pessoa jurídica titular da ECD ou que tenha por objeto fato a ela relacionado.

Art. 10.O acesso ao ambiente nacional do Sped fica condicionado a autenticação mediante certificado digital credenciado pela ICP-Brasil, emitido em nome dos usuários a que se referem os incisos I, II e III do art. 3º do Decreto nº 6.022, de 2007.

§ 1º O acesso previsto no caput também será possível à pessoa jurídica em relação às informações por ela transmitida ao Sped.

§ 2º Será mantido no ambiente nacional do Sped, pelo prazo de 6 (seis) anos, registro dos eventos de acesso, que conterá:

a) identificação do usuário;

b) identificação da autoridade certificadora emissora do certificado digital;

c) o número de série do certificado digital;

d) a data e a hora da operação; e

e) a modalidade de acesso realizada, de acordo com o art. 9º.

§ 3º As informações sobre o acesso à ECD ficarão disponíveis para o seu titular, às quais ele poderá ter acesso mediante utilização de certificado digital.

Art. 11. Aplicam-se as multas previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, à pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no art. 5º ou que apresentá-la com incorreções ou omissões, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, inclusive aos responsáveis legais.

Parágrafo único. As multas a que se refere o caput não se aplicam à pessoa jurídica não obrigada a apresentar ECD nos termos do art. 3º, inclusive à que a apresenta de forma facultativa ou esteja obrigada por força de norma expedida por outro órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta que tenha atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização.

Art. 12. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) editará as normas complementares necessárias à aplicação do disposto nesta Instrução Normativa, em especial normas:

I - que estabeleçam regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos;

II - que instituam tabelas de códigos internas ao Sped; e

III - que criam as fichas de lançamento de que trata o inciso III do art. 2º.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos a partir de 1o de janeiro de 2018.

Art. 14. Fica revogada a partir de 1º de janeiro de 2018 a Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 3.338, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria SRF nº 695, de 21 de julho de 1999, que estabelece normas para participação de servidores em cursos e outros eventos similares que se realizem por iniciativa ou sob o patrocínio de pessoas jurídicas de direito privado ou de pessoas físicas.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria SRF nº 695, de 21 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Depende de prévia autorização do Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, a participação ativa de servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, ainda que fora do horário de trabalho, em cursos, aulas, treinamentos, seminários, palestras, conferências, congressos e outros eventos similares relativos a matéria de natureza fiscal de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, destinados a público externo, que não constituam curso regular reconhecido pelo Poder Público ou curso preparatório para concursos, na qualidade de professor, instrutor, palestrante, conferencista, expositor ou moderador.

.....

§3º A solicitação de participação em eventos de que trata o caput somente será encaminhada à autoridade competente para a autorização após a anuência do chefe imediato do servidor." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Ficam revogados:

I - a Portaria RFB nº 1.315, de 25 de outubro de 2004; e

II - o inciso IV do art. 3º da Portaria RFB nº 268, de 06 de março de 2012.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 530, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP INCIDENTE SOBRE RECEITAS GOVERNAMENTAIS. DEVOLUÇÃO DE VALORES. EFEITOS TRIBUTÁRIOS.

Na hipótese de uma pessoa jurídica contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais devolver aos titulares valores recebidos em excesso e que foram incluídos na base de cálculo da mencionada contribuição havida no período de apuração em que houve o recebimento dos referidos valores:

a) se a devolução de valores ocorrer antes de haver o recolhimento da contribuição relativa ao período de apuração em que houve o recebimento desses valores, a pessoa jurídica poderá adotar os procedimentos cabíveis para retificar a apuração da contribuição no mencionado período e evitar o recolhimento indevido (retificação das declarações tributárias, adequações contábeis exigidas, etc);

b) se a devolução de valores ocorrer após haver o recolhimento da contribuição relativa ao período de apuração em que houve o recebimento desses valores, configurar-se-á indébito tributário (cujo procedimento para restituição de valores está disciplinado na Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 2017), sendo vedado à pessoa jurídica excluir os valores devolvidos da base de cálculo da contribuição em voga apurada no mês em que ocorrer a devolução de valores.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.715, de 1998, art. 2º, caput, III, e §§ 3º e 7º, e art. 8º, III; LC nº 8, de 1970, arts. 1º, 2º e 3º; Lei nº 4.320, de 1964, arts. 11, 12 e 13; e Decreto nº 4.524, de 2002, art. 70.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 545, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: IMPORTAÇÃO. PRODUTOS CLASSIFICADOS NA POSIÇÃO NCM 90.21.3. BENEFÍCIO FISCAL. ALÍQUOTA ZERO.

O benefício de alíquota zero concedido para os produtos do inciso XX do § 12 do art. 8º da Lei nº 10.865, 2004, pode ser utilizado desde 1º de janeiro de 2010, com a ressalva de que sua utilização ou a cessação dessa utilização podem vir a ser regulamentadas pelo Poder Executivo por decreto, nos termos dos §§ 13 e 22 do mesmo art. 8º.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art. 8º, § 12, XX, § 13, § 22; Lei nº 12.058, de 2009, arts. 42 e 48.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: IMPORTAÇÃO. PRODUTOS CLASSIFICADOS NA POSIÇÃO NCM 90.21.3. BENEFÍCIO FISCAL. ALÍQUOTA ZERO.

O benefício de alíquota zero concedido para os produtos do inciso XX do § 12 do art. 8º da Lei nº 10.865, 2004, pode ser utilizado desde 1º de janeiro de 2010, com a ressalva de que sua utilização ou a cessação dessa utilização podem vir a ser regulamentadas pelo Poder Executivo por decreto, nos termos dos §§ 13 e 22 do mesmo art. 8º.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art. 8º, § 12, XX, § 13, § 22; Lei nº 12.058, de 2009, arts. 42 e 48.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: ADMINISTRADOR EMPREGADO. FÉRIAS E DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. DESPESAS DEDUTÍVEIS. A pessoa jurídica poderá deduzir, como custo ou despesa operacional, em cada período de apuração, importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente a férias e décimo-terceiro salário, acrescida dos respectivos encargos sociais cujo ônus caiba à pessoa jurídica, de diretores e administradores, desde que estes sejam caracterizados como empregados, ou seja, estejam vinculados à pessoa jurídica por intermédio de um contrato de trabalho regido pela CLT.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 435, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 337 e 338.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: ADMINISTRADOR EMPREGADO. FÉRIAS E DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. DESPESAS DEDUTÍVEIS. A pessoa jurídica poderá deduzir, como custo ou despesa operacional, em cada período de apuração, importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente a férias e décimo-terceiro salário, acrescida dos respectivos encargos sociais cujo ônus caiba à pessoa jurídica, de diretores e administradores, desde que estes sejam caracterizados como empregados, ou seja, estejam vinculados à pessoa jurídica por intermédio de um contrato de trabalho regido pela CLT.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 435, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, I.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: ADMINISTRADOR EMPREGADO. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. DESPESA INDEDUTÍVEL. Devem ser adicionados ao lucro líquido do período de apuração, para fins de determinação do lucro real, as participações nos lucros da pessoa jurídica atribuídas a seus administradores, inclusive àqueles que tenham vínculo de emprego com a pessoa jurídica.

Dispositivos Legais: Decreto Lei nº 1.598, de 1977, art. 58, parágrafo único; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 463.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: ADMINISTRADOR EMPREGADO. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. DESPESA DEDUTÍVEL. As participações nos lucros da pessoa jurídica atribuídas a seus administradores são dedutíveis para fins de apuração da base de cálculo da CSLL.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 1998, art. 57; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, Anexo I, nº 85.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 89, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 547, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: CONTRATO DE RATEIO DE CUSTOS E DESPESAS. ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA. LUCRO REAL. INDEDUTIBILIDADE DE DESPESAS COMPARTILHADAS.

Os contratos de associação entre escritórios de advocacia, celebrados na forma do disposto no art. 8º, inciso IV, e §3º, do Provimento nº 112/2006 OAB, para fins de compartilhamento de custos e despesas, não permitem a dedução proporcional de despesas compartilhadas para apuração do IRPJ e da CSLL, dada a natureza distinta e a forma específica dessa associação comparada às formas utilizadas em âmbito empresarial.

Dispositivos Legais: Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 299 e 300, Lei nº 8.906, de 1994, arts. 15, § 4º, e 16, Resolução CFC nº 1.297, de 2010.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: CONTRATO DE RATEIO DE CUSTOS E DESPESAS. ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA. LUCRO REAL. INDEDUTIBILIDADE DE DESPESAS COMPARTILHADAS.

Os contratos de associação entre escritórios de advocacia, celebrados na forma do disposto no art. 8º, inciso IV, e §3º, do Provimento nº 112/2006 OAB, para fins de compartilhamento de custos e despesas, não permitem a dedução proporcional de despesas compartilhadas para apuração do IRPJ e da CSLL, dada a natureza distinta e a forma específica dessa associação comparada às formas utilizadas em âmbito empresarial.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.689, de 1988, art. 2º, Lei nº 8.981, de 1995, art. 57, Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 3º, Lei nº 8.906, de 1994, arts. 15, § 4º, e 16, Resolução CFC nº 1.297, de 2010.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta formulada sem a identificação do específico dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, arts. 3º e 18.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 587, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - IOF

EMENTA: OPERAÇÃO DE CRÉDITO. ESTÍMULO À EXPORTAÇÃO. ALÍQUOTA ZERO.

Para fins de gozo da alíquota zero do IOF estabelecida pelo inciso III do art. 8º do Decreto nº 6.306, de 2007, a operação de crédito para estímulo à exportação deve ser específica, de modo que o exportador deve observar determinados requisitos para sua contratação.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.306, de 2007, art. 8º, III.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

PORTARIA Nº 205, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Excluir, a pedido, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica PRESMIC TURISMO LTDA-ME, CNPJ: 00.019.687/0001-07, com efeitos a partir de 07 de novembro de 2017, conforme requerimento de desistência constante no processo administrativo n° 12221.002.345/2017-39.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VANESSA DE MORAES SAMPAIO ABRITTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara o restabelecimento da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, acatando a conclusão do Despacho lavrado no processo administrativo nº 10140.722.419/2017-21 e tendo em vista o inciso I do § 1º do art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 1634/2016, declara:

Art. 1º. SEM EFEITO, desde a publicação, o Ato Declaratório Executivo nº 002061093, publicado em 20/11/2017 - Processo nº 10140.722.419/2017-21.

Art. 2º. RESTABELECIDA, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 17.032.812/0001-11 do contribuinte GO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA desde a data da declaração de Inaptidão, a inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

EDSON ISHIKAWA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 230, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento de infra-estrutura na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM no 71, de 09 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014), e, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto no 4.212, de 26 de abril de 2002; do art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; do art. 69 da Lei no 12.175, de 17 de setembro de 2012; com base no LAUDO CONSTITUTIVO No 027/2017, de 17 de setembro de 2012; emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo no18365.721496/2017-31, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa LABEL PACKING INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DA AMAZÔNIA, CNPJ no 17.179.228/0001-93, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento de fabricação de materiais plásticos (produto incentivado: Artigo de matéria plástica (exceto de poliestireno expansível)) na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2017.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a nulidade do Ato Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, das pessoas jurídicas que menciona, por ter sido constatado vício no mesmo.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 302, inciso IX, e art. 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.5.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2017 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24), e com base no inciso II, e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 09/05/2016, seção 1, pág.39), com observância da Ordem de Serviço SRRF03 nº6, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o que consta nos processos administrativos a seguir relacionados, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ, sob o nº 27.539.435/0001-65, em nome de WAGNER ALEXANDRE PEIXOTO DA SILVA - MEI, com endereço na Rua Anita Garibaldi, 322, Garrote, Caucaia-CE, CEP: 61617-138, haja vista ter sido constatado vício no ato cadastral da supracitada pessoa jurídica, conforme consta do processo administrativo nº10380.730.245/2017-48.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essas pessoas jurídicas, a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme disciplina o § 2º do artigo 35 da supracitada instrução normativa.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido constatada a "inexistência de fato" de pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 224; inciso III do art. 302 e art..303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e com base nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.720.538/2017-17, declara:

BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda- CNPJ de nº 12.562.582/0001-89, da pessoa jurídica INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS 2 IRMÃOS LTDA - EPP -, inexistente de fato, haja vista não ter sido localizada no endereço constante do supracitado Cadastro Nacional, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu quadro societário, o seu representante no CNPJ e o seu preposto, conforme o disposto nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da IN RFB nº 1.634/2016.

Ressalve-se que a pessoa jurídica que teve a inscrição baixada de ofício pode solicitar o seu restabelecimento mediante prova em processo administrativo de que, no caso, dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto e de sua localização ou da localização dos integrantes do seu QSA, do seu representante no CNPJ ou do preposto, conforme disciplina do art. 31, §3º, Inciso II, da referida instrução normativa.

Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a interessada.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido constatada a "inexistência de fato" de pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 224; inciso III do art. 302 e art..303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24), e com base nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.720.539/2017-61, declara:

BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda- CNPJ de nº 11.739.740/0001-60, da pessoa jurídica M O SILVA SERVIÇOS LTDA - ME -, inexistente de fato, haja vista não ter sido localizada no endereço constante do supracitado Cadastro Nacional, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu quadro societário, o seu representante no CNPJ e o seu preposto, conforme o disposto nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da IN RFB nº 1.634/2016.

Ressalve-se que a pessoa jurídica que teve a inscrição baixada de ofício pode solicitar o seu restabelecimento mediante prova em processo administrativo de que, no caso, dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto e de sua localização ou da localização dos integrantes do seu QSA, do seu representante no CNPJ ou do preposto, conforme disciplina do art. 31, §3º, Inciso II, da referida instrução normativa.

Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a interessada.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido constatada a "inexistência de fato" de pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 224; inciso III do art. 302 e art..303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, c/c a Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015, seção 2, página 24), e com base nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10380.727.181/2017-06, declara:

BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda- CNPJ de nº 17.114.811/0001-16, da pessoa jurídica R FREIRE DOS SANTOS - ME -, inexistente de fato, haja vista não ter sido localizada no endereço constante do supracitado Cadastro Nacional, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu quadro societário, o seu representante no CNPJ e o seu preposto, conforme o disposto nos artigos 29, II, "b"; 31, §§ 1º e 2º, da IN RFB nº 1.634/2016.

Ressalve-se que a pessoa jurídica que teve a inscrição baixada de ofício pode solicitar o seu restabelecimento mediante prova em processo administrativo de que, no caso, dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto e de sua localização ou da localização dos integrantes do seu QSA, do seu representante no CNPJ ou do preposto, conforme disciplina do art. 31, §3º, Inciso II, da referida instrução normativa.

Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a interessada.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a nulidade do Ato Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, das pessoas jurídicas que menciona, por ter sido constatado vício no mesmo.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 302, inciso IX, e art. 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.5.2012, c/c a Portaria do SRFB nº1.751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/;2015, e com base no inciso II, e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 09/05/2016, seção 1, pág.39), com observância da Ordem de Serviço SRRF03 nº6, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o que consta nos processos administrativos a seguir relacionados, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ, conforme relação abaixo:

Nº PROCESSO	NOME DO MEI	Nº CNPJ
13308.720.112/2017-24	MARIA CLEDINEA SOARES DE ALBUQUERQUE	14.709.378/0001-73
10380.728.908/2017-64	JULIANO SOUZA	20.309.087/0001-90
10384.725.005/2017-91	YNDIARA KASSIA DA CUNHA SOARES	27.837.314/0001-08
10380.729.708/2017-29	GISLAINE TEIXEIRA DE ARAÚJO	26.776.527/0001-04
10380.730.012/2017-45	TARCIANE FERREIRA MONTE	26.001.616/0001-70
10380.730.025/2017-14	HEUDES NÓBREGA DA SILVA	26.885.782/0001-87
10380.730.122/2017-15	FRANCISCA SUELY LIMA DA SILVA OLIVEIRA	21.359.861/0001-30

Haja vista ter sido constatado vício no ato cadastral das supracitadas pessoas jurídicas.

INIDÔNEOS e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos por essas pessoas jurídicas, a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, conforme disciplina o § 2º do artigo 35 da supracitada instrução normativa.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE - CE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei 10.593/2002 (e alterações), regulamentada pelo Decreto nº 6.641/2008, e na Portaria RFB nº 1.098/2013 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto nos art. 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e alterações), e nos art. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 (e alterações), e considerando ainda, o que consta na Informação Fiscal e demais documentos acostados ao Processo digital nº 10.315.721.464/2017-10, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, RAJUDS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE JOIAS FOLHEADAS LTDA -ME, CNPJ 05.230.369/0001-04, pelos seguintes motivos: I) por não registrar nos LIVROS CAIXA dos anos-calendário 2013 e 2014 toda a movimentação financeira inclusive bancária, caracterizando assim, hipótese de exclusão do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 29, VIII, e § 1º do mesmo artigo da Lei Complementar 123/2006, c/c o art. 76, IV, "g" "2", da Resolução CGSN nº 94 de 29/11/2011; II) por falta de comunicação obrigatória conforme demonstrado na Informação Fiscal em anexo e demais documentos inseridos no processo 10.315.721.464/2017-10, o que caracteriza hipótese de exclusão de ofício do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 29, I, c/c art. 30, IV, § 1º IV "b" e art. 31, V, "b" todos da Lei Complementar 123/2006, e ainda, art.76, I, da Resolução CGSN nº 94 de 29/11/2011

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2013, não podendo o contribuinte optar pelo SIMPLES NACIONAL pelos próximos 3 anos-calendário seguintes (2015, 2016 e 2017), em razão dos motivos contidos no inciso I do art. 1º deste Ato Declaratório, nos termos do § 1º do art. 29 da Lei complementar 123/2006, c/c o art. 76, IV, "g" "2", da resolução CGSN nº 94 de 29/11/2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Inexistindo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

FRANCISCO GOMES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e VIII, do art. 4º, da Portaria DRF/Natal nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.726525/2017-81, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica GUARARAPES CONFECÇÕES S/A, CNPJ nº 08.402.943/0001-52, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0128/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 08.402.943/0018-09;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rodovia RN 160, s/n, km 3, Bloco A, Distrito Industrial, Natal/RN;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199- 14, de 24 de agosto de 2001, Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008;

IV - Condição Onerosa Atendida: modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2º Os produtos/serviços objeto do benefício fiscal são os relacionados no ANEXO deste Ato Declaratório.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0128/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

ANEXO

PRODUTOS/SERVIÇOS OBJETO DO BENEFÍCIO FISCAL			
1 - Roupas			
Capacidade instalada atual	40.950.000 peça/ano		
Capacidade incentivada	100% da capacidade instalada		
Descrição da atividade	Produção de vestuário		
Enquadramento do setor prioritário	Indústria de Transformação - Artigos de Vestuário (Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea a)		
Ano em que entrou em operação	2014	Prazo de vigência do benefício	10 anos
Período de fruição (ano calendário)	01/01/2017 a 31/12/2026		

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara alfandegado provisoriamente o Aeroporto Internacional de Salvador, localizado no município de mesmo nome, no Estado da Bahia, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com as alterações da Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013 e da Portaria RFB nº 1.001, de 6 de maio de 2014, combinado com o disposto na Portaria RFB nº 2.257, de 11 de outubro de 2012, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10509.720157/2017-44, declara:

Art. 1º Alfandegado, provisoriamente, pelo prazo de 360 dias, contado a partir do dia 02/01/2018, o Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado na Praça Gago Coutinho S/N, São Cristóvão, Salvador/BA, administrado pela Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. - CASSA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.950.582/0001-23, estabelecida no mesmo endereço.

Art. 2º A fiscalização aduaneira será exercida de forma ininterrupta, sobre as seguintes operações, previstas no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, alterada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013 e pela Portaria RFB nº 1.001, de 6 de maio de 2014:

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinados;

III - despacho de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro;

IV - conclusão de trânsitos de exportação e embarque para o exterior;

V - despacho de importação;

VI - despacho de exportação;

VII - despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada;

VIII - embarque, desembarque ou trânsito de viajantes e dos bens que portem consigo, procedentes do exterior ou a ele destinados.

Art. 3º O referido aeroporto ficará sob a jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Salvador (IRF/SSA), que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 4º Fica mantido o código Siscomex 5.93.11.01-0, para o recinto alfandegado.

Art. 5º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos SRRF05 nº 11, de 18 de maio de 2001, e nº 21, de 28 de junho de 2002.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 01.625.411/0003-05, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa TINAE TURISMO LTDA-ME, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento, com base no estabelecido no artigo 35, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 13555.000022/2006-49.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

VICTOR GUILHERME SILVA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes/RJ, na Avenida Rui Barbosa, 975 - Centro - Campos /RJ.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO AUGUSTO DE SOUZA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

01.930.709/0001-59	28.965.226/0001-46	39.221.510/0001-24
39.238.118/0001-98	39.702.535/0001-40	

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

944.998.707-63

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2010, nos termos do artigo 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º - Incluir no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
JONAS HUDSON SILVA MARQUES	157.653.727-75	10074.720194/2017-18
WADSON GUILHERME DE OLIVEIRA	151.369.607-60	10074.720181/2017-31
FELIPE LOPES FIGUEIREDO	042.473.347-19	10074.720185/2017-19
JONATHAN DOS SANTOS DE FREITAS	159.617.017-43	10074.720124/2017-51
MARCELO FALCÃO PEREIRA	025.745.467-50	10074.720125/2017-04
RODRIGO DA CONCEIÇÃO PRATA	058.625.607-50	10735.720194/2017-89
MAXWELL GONÇALVES BARBOZA	076.214.317-76	10010.027609/0917-84
NIELSEN SILVA PAULO	128.417.547-23	10010.049782/0717-16

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITAGUAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a anulação por vício na inscrição no CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL EM ITAGUAÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 8º, inciso VI da Portaria DRF/NIU Nº 68, de 05 de Setembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica ANULADO POR VÍCIO NA INSCRIÇÃO DO CNPJ, a Pessoa Jurídica abaixo identificada, conforme Art. 35, Inc. II, da IN RFB 1634/2016:

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Nome: ANA CLAUDIA CARVALHO DA SILVA 00011919507

CNPJ: 13.700.145/0001-47

Responsável: 000.119.195-07

AFONSO LUIZ NIETO RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a anulação por vício na inscrição no CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL EM ITAGUAÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 8º, inciso VI da Portaria DRF/NIU Nº 68, de 05 de Setembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica ANULADO POR VÍCIO NA INSCRIÇÃO DO CNPJ, a Pessoa Jurídica abaixo identificada, conforme Art. 35, Inc. II, da IN RFB 1634/2016:

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Nome: FRANCISCO ABILIO MARTINS 35121696353

CNPJ: 13.555.020/0001-70

Responsável: 351.216.963-53

AFONSO LUIZ NIETO RAMOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.723858/2017-21, resolve:

Art. 1º. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para habilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: SAO LUIZ ENERGETICA S/A

CNPJ nº: 10.334.842/0001-33

NOME DO PROJETO: PCH Foz do Estrela

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA Nº 100, DE 18 DE ABRIL DE 2017 - SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração de Energia Elétrica

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/08/2016 a 30/06/2019

Art. 2º. Apurado que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, nos termos art. 9º e do inciso I do art. 12 da IN RFB nº 758/2007.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime de suspensão de exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a venda e a importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo, instituído pela Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008.

O TITULAR DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES - DEMAC/RJO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 302 combinado com inciso VI do artigo 314 ambos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento nos arts. 2º da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, bem como nos art. 7º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 882, de 22 de outubro de 2008, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal no. 16682.722236/2017-65, declara:

Art.1º Fica habilitada ao regime de suspensão de exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a venda e a importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 882, de 22 de outubro de 2008, a pessoa jurídica NORSKAN OFFSHORE LTDA, CNPJ nº 04.023.447/0001-37

Art. 2º O presente ato aplica-se exclusivamente à receita bruta da venda no mercado interno ou da importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI
Delegado

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede à pessoa jurídica co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 2012 e, considerando o que consta no processo n° 10825.723577/2017-08, resolve:

Art. 1° - CO-HABILITAR a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007.

Empresa: ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 59.225.698/0001-96

Nome do consórcio: Consórcio Estrutural Zopone 2017

CNPJ do consórcio: 27.317.331/0001-06

Projeto: Recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, ampliação e melhorias da rodovia Régis Bittencourt, BR 116, trecho São Paulo - Curitiba, com extensão de 401,6 km.

Titular do Projeto: Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ do titular: 09.336.431/0001-06

N° da Portaria: MT n° 24, de 05/02/2014

Setor de infraestrutura: Transporte Rodoviário

Prazo estimado de execução: Três anos (conforme item 4.1 das Condições Específicas Contratuais assinado em

01/04/2017

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei n° 11.488/2007, art. 5°).

Art. 3° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, nos termos do art. 12 da IN

RFB n° 758/2007.

Art. 4° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva co-habilitação, cuja inobservância sujeitará a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês ou fração de atraso, nos termos do inciso I do art. 57 da MP n° 2.158-35/2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 5° - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, inciso VI, 303, 307 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 13830.722825/2017-12, resolve:

Art. 1.º Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria MTPAC nº 978/2017, de 7 de dezembro de 2017, do Ministério de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no D.O.U. de 8 de dezembro de 2017.

EMPRESA: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ nº 26.664.057/0001-89

CEIs formalizadas até o momento = nºs 51.240.03184/72 e 51.240.84216/75 e 51.241.24659/70.

NOME DO PROJETO: Concorrência Internacional nº 3/2016: Rodovia do Centro-Oeste Paulista (Lote Florínea-Igarapava). Contrato ARTESP nº 0352/ARTESP/2017.

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MTPAC nº 978, de 07 de dezembro de 2017.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Rodovia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/07/2017 a 01/07/2025.

Art. 2.º O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488, de 2007, art. 5º - artigo 3º, caput, da IN RFB nº 758, de 2007).

Art. 3.º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4.º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO CANEVARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inscrição nos Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando-se o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta no processo administrativo nº 10840.724052/2016-11, declara:

Nº 33 - Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, a pessoa jurídica NC EDITORA LTDA, estabelecimento com CNPJ 08.561.869/0001-17, com sede na Rua Dr. Hugo Fortes, 1885 - Sala 2, Bairro Parque Industrial Lagoinha, no município de Ribeirão Preto-SP, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de Usuário, sob o nº UP-08109/00091.

Nº 34 - Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, a pessoa jurídica NC EDITORA LTDA, estabelecimento com CNPJ 08.561.869/0001-17, com sede na Rua Dr. Hugo Fortes, 1885 - Sala 2, Bairro Parque Industrial Lagoinha, no município de Ribeirão Preto-SP, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de Importador, sob o nº IP-08109/00092.

Art. 1º: O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

Art. 2º: Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 22 do Decreto 8.533, de 30 de setembro de 2015 e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta no e-dossiê nº 10010.045773/1017-52, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica LEITE VANESSA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.075/0001-60, HABILITAÇÃO DEFINITIVA ao Programa Mais Leite Saudável.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo encontra-se vinculado ao Edital de Aprovação de Projeto emitido pelo Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 193, de 06 de outubro de 2017, seção 3, página 6, com período de execução de 01/10/2017 a 01/09/2020 e controlado através do processo Mapa nº 21052.027184/2017-76.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica QUEEN LAVANDERIAS LTDA - EPP, CNPJ nº 00.175.866/0001-33, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, na Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 - CEP: 18013-565 - Alto da Boa Vista - Sorocaba - SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara o cancelamento e considera inidôneos os documentos emitidos em favor de terceiros da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL FRANCISCO JOSÉ NASRAUI (matrícula SIAPECAD 1227894), lotado na Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (DELEX) em são Paulo, com base no que consta no e-processo n° 10314-723.017/2017-13 resolve:

I)-Declarar CANCELADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com o fundamento artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96 (redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) c/c art. 29, inciso II, alinea "b" da IN RFB n° 1.634/2016 em razão da empresa não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ;

II)-Considerar INIDÔNEOS, os documentos da pessoa jurídica abaixo identificada, ou seja, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, pelos motivos acima expostos, a partir da data de publicação do Ato Declaratório Executivo (ADE), nos termos do artigo 82 da Lei n° 9.430/96 c/c o art. 29, inciso II, alinea "b" da IN RFB n° 1.634/2016, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, em razão da empresa ter tido o seu CNPJ baixado de ofício, e tudo o mais que consta no processo administrativo acima mencionado.

Empresa: LUSA COMÉRCIO DE METAIS LTDA. - ME
CNPJ: 10.749.494/0001-65

FRANCISCO JOSE NASRAUI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matrícula SIAPECAD nº 1654443, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso I, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: BIRKSON INTERNATIONAL LTDA

CNPJ: 00.162.761/0001-40

Processo: 10.314.723.318/2017-39

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

PATRICIA CORREA BARROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.105, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria MF SE no 1.048, de 23 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, na Resolução CMN nº. 2.471, de 26 de fevereiro de 1998 e na Portaria MF nº 538, de 12 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o cancelamento de 2.198 (dois mil, cento e noventa e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, observando-se as seguintes características:

TÍTULO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	PREÇO UNITÁRIO EM 01/12/2017	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R$)
ECTN 0002	01/02/2000	01/02/2020	2.829,14	137	387.592,18
ECTN 0003	01/03/2000	01/03/2020	2.792,70	159	444.039,30
ECTN 0004	01/04/2000	01/04/2020	2.762,20	165	455.763,00
ECTN 0007	01/07/2000	01/07/2020	2.648,07	194	513.725,58
ECTN 0012	01/12/2000	01/12/2020	2.385,03	86	205.112,58
ECTN 9808	01/08/1998	01/08/2018	4.075,90	9	36.683,10
ECTN 9809	01/09/1998	01/09/2018	4.043,88	66	266.896,08
ECTN 9810	01/10/1998	01/10/2018	4.009,22	261	1.046.406,42
ECTN 9811	01/11/1998	01/11/2018	3.968,44	976	3.873.197,44
ECTN 9812	01/12/1998	01/12/2018	3.943,71	70	276.059,70
ECTN 9902	01/02/1999	01/02/2019	3.820,60	15	57.309,00
ECTN 9904	01/04/1999	01/04/2019	3.518,71	33	116.117,43
ECTN 9907	01/07/1999	01/07/2019	3.393,82	27	91.633,14
TOTAL				2.198	7.770.534,95

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

PORTARIA Nº 1.106, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria MF SE no 1.048, de 23 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 3.577.698 (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 12.696.509,61 (doze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e nove reais e sessenta e um centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/12/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
01/01/2014	01/01/2044	3,548793	68.408	242.765,83
01/01/2015	01/01/2045	3,548793	898.790	3.189.619,66
01/01/2016	01/01/2046	3,548793	2.610.500	9.264.124,12
TOTAL			3.577.698	12.696.509,61

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria revoga e substitui a Portaria STN nº 1.092, de 21 de dezembro de 2017.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.107, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria MF SE nº 1.048, de 23 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 12.340 (doze mil, trezentos e quarenta) Certificados Financeiros do Tesouro, série B, subsérie 1 - CFT-B, no valor de R$ 16.383.694,60 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 21/12/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
01/01/2015	01/01/2030	1.327,69	12.340	16.383.694,60
TOTAL			12.340	16.383.694,60

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria revoga e substitui a Portaria STN nº 1.089, de 21 de dezembro de 2017.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.194, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.008698/2017-12 e Documento SEI nº 0088032, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Portoprev, CNPB nº 1993.0025-29. , administrado pela Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.509-SEI, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência ao Secretário-Executivo para praticar atos relativos ao afastamento de servidores para servirem em outro órgão ou entidade e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas alterações, no Decreto nº 9.144, de 20 de agosto de 2017, com suas alterações, na Portaria GM/MP nº 57, de 14 de abril de 2000, e na Portaria GM/MP nº 342, de 31 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para:

a) autorizar a cessão e efetivar a requisição de servidores e empregados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC para servirem em órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) autorizar a cessão e efetivar a requisição de servidores e empregados das entidades vinculadas para servirem em outro Poder ou ente federativo;

c) solicitar cessão de servidores e empregados para o MDIC e suas entidades vinculadas;

d) solicitar e anuir com o exercício de servidores ou empregados na forma do §7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990; e

e) autorizar a redistribuição de cargos ocupados ou vagos deste Ministério.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados até o dia anterior a publicação desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GM/MDIC nº 286, de 2 de setembro de 2015.

MARCOS PEREIRA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 110, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.079781/2017-32, e no processo MDIC nº 52001.101492/2017-08, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa IMPLY TECNOLOGIA ELETRÔNICA S/A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.681.400/0001-23, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
CONTROLADOR DE ACESSO PARA PEDESTRES	DO TIPO PORTA; DO TIPO CATRACA; DO TIPO SEM BLOQUEIO.
CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	COM BLOQUEIO

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 667, de 15 de outubro de 2007.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 698, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória nº 786, de 12 de julho de 2017, na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

ANEXO

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de Estradas Vicinais Vazantes / Vale do Progresso.	ITABERABA-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma e Ampliação do Mercado Municipal e Urbanização da Praça Mário Hermes Rocha no Município.	COTEGIPE-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de Estradas Vicinais.	RIACHÃO DO JACUÍPE-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma e Ampliação do Mercado	RIO REAL-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de Estradas Vicinais	NOVA FÁTIMA-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação CAIPE	SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma e Ampliação do Mercado	SERRINHA-BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação urbana	Maracás - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de ruas na zona urbana e rural do município	Brumado - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de vias do Povoado da Vargem	Retirolândia - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de Estradas vicinais	Tremedal - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em Paralelepipedo de Vias do Distrito de Itamaraty para o escoamento da Produção cacaueira	Ibirapitanga - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em Paralelepipedo de Vias do Distrito de Itamaraty para o escoamento da Produção cacaueira	Ibirapitanga - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Cobertura do Mercado da Feira	Laje - BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Abertura da Estrada Nova Itália	AMATURA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Abertura da Estrada Carolina	AMATURA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em concreto armado e Drenagem de Ruas e vias Bairro Multirão e Bairro Manuel Chicó	ANAMÃ - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas e Vias	BARREIRINHA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Estrada Vicinais	BARREIRINHA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas e Vias	BENJAMIN CONSTANT - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas	BOCA DO ACRE - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas e Vias	CARAUARI - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação Vicinal	CARAUARI - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Ampliação da Estrada do Cambixe	CAREIRO DA VARZEA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção de Ponte na Estrada do Arani	ITACOATIARA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas	LÁBREA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação Vicinal	LÁBREA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação Vicinal	MANAQUIRI - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas e Vias de bairro Osmar Freire	MANAQUIRI - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação Vicinal	NOVA OLINDA DO NORTE - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação Vicinal	PRESIDENTE FIGUEREDO - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação com Drenagem ,calçada e meio fio e sarjeta (Comunidade Maroaga)	PRESIDENTE FIGUEREDO - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção de Centro Esportivo	SILVES - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Sistema de Drenagem no Bairro Plínio Coelho	SILVES - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação e Manutenção do Sistema Viário	TAPAUÁ - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de Ruas	URUCARÁ - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Revitalização de orla com muro de arrimo	ITAPIRANGA - AM
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE.	ALTO ALEGRE - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS NO MUNICÍPIO.	AMAJARI - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM RUAS E AVENIDAS DA SEDE DO MUNICÍPIO.	BONFIM - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	CARACARAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	CARACARAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	MUCAJAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO NA SEDE DO MUNICÍPIO.	PACARAIMA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	SÃO JOÃO DA BALIZA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	SÃO JOÃO DA BALIZA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	RECUPERAÇÃO DE VICINAIS.	SÃO LUIZ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ALAGOINHA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ARARA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ARARUNA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	AREIA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	BELÉM - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	BORBOREMA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	BREJO DO CRUZ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CAAPORÃ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CALDAS BRANDÃO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CAMALAÚ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CAPIM - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CARAÚBAS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CONDE - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CONGO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CUBATI - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CUITÉ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	CUITEGI - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	DAMIÃO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ESPERANÇA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	FAGUNDES - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	GUARABIRA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	IGARACY - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	INGÁ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ITATUBA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	JERICÓ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	JOCA CLAUDINO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	JUAREZ TÁVORA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	JUAZEIRINHO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	JUNCO DO SERIDÓ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	LAGOA DE DENTRO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	LIVRAMENTO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	LUCENA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	MANAÍRA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	MARIZÓPOLIS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	MASSARANDUBA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	MOGEIRO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	MONTE HOREBE - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	NATUBA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	NAZAREZINHO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PARARI - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PEDRA BRANCA - PB

7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PEDRA LAVRADA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PEDRAS DE FOGO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PILAR - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PIRPIRITUBA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	PITIMBU - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	POCINHOS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	POÇO DANTAS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	QUEIMADAS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	REMÍGIO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	RIACHO DOS CAVALOS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SALGADINHO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SALGADO DE SÃO FÉLIX - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SANTA CRUZ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SANTA HELENA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SÃO DOMINGOS DE POMBAL - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SÃO JOÃO DO CARIRI - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SAPÉ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SERRA BRANCA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SERRA DA RAIZ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	SERRA GRANDE - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	TAPEROÁ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	TEIXEIRA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	TRIUNFO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	UIRAÚNA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	UMBUZEIRO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	VÁRZEA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	VIEIRÓPOLIS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	VISTA SERRANA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E VIAS	ZABELÊ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	TANQUE PSCICULTURA	PAULISTA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	TANQUE PSCICULTURA	SÃO JOSE DO B. CRUZ - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE/BA	QUIJINGUE - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPÍPEDOS EM RUAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL-BA	RIBEIRA DO POMBAL - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA	SOBRADINHO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM DRENAGEM NO MUNICÍPIO DE GANDU - BAHIA	GANDU - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA, ESTADO DA BAHIA	PRESIDENTE DUTRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS PARA ESCOAMENTO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS-MA	GONÇALVES DIAS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Obras de drenagem de águas pluviais, pavimentação, recuperação e recapeamento asfáltico com acessibilidade em diversas ruas nos Bairros Vila Nova e Conjunto Habitacional JK - Etapa "B".	TRÊS LAGOAS - MS
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Obras de drenagem de águas pluviais, pavimentação, recuperação e recapeamento asfáltico com acessibilidade em diversas ruas nos Bairros Santa Rita, Jardim Brasília e Vila Zucão.	TRÊS LAGOAS - MS
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Obras de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica em diversas ruas do Distrito de Nova Casa Verde.	NOVA ANDRADINA - MS
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Obras de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica na Sitiocas Campina Verde (parte).	DOURADOS - MS
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Obras de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica no Jardim Félix.	APARECIDA DO TABOADO - MS
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	ARAMARI - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	CONDEUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	GOVERNADOR MANGABEIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	IPECAETA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	IPIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	IRAMAIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	ITUBERA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	MACAJUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	MALHADA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	MIRANGABA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	MUNDO NOVO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	QUIXABEIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	SERRINHA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	TEOLÂNDIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Estradas Vicinais	VERA CRUZ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BAIXA GRANDE - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BARREIRAS - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BARRO PRETO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BOM JESUS DA SERRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	CAETANOS - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	CONDE - BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	CONDEUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ELISIO MEDRADO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ELISIO MEDRADO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	GUAJERU - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIASSUCE - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIPEBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIQUERA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIRATAIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IPECAETÁ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IPIRÁ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ITAGUAÇU DA BAHIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ITANHEM - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ITUBERÁ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	LAGOA REAL - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MARACAJUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MACARANI - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MALHADA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MALHADA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ARAMARI - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	CONDEUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	GOVERNADOR MANGABEIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IPECAETA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IPIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IRAMAIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ITUBERA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MACAJUBA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MALHADA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MIRANGABA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MUNDO NOVO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	QUIXABEIRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	SERRINHA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	TEOLÂNDIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	VERA CRUZ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BAIXA GRANDE - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BARREIRAS - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BARRO PRETO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BOM JESUS DA SERRA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Casa de Polpa	DIANÓPOLIS - TO
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BALSAS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IMPERATRIZ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	PINHEIRO - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	SANTO AMARO - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	RETIROLANDIA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	BRUMADO - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIRAPITANGA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IBIRAPITANGA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	MARACÁS - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	IRECÊ - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	FEIRA DA MATA - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação	ITAQUARA - BA

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.230, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08018.002122/2010-33, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROBEN FILIPE DA SILVA CLEMENTE ou RUBEN FELIPE DA SILVA CLEMENTE, de nacionalidade portuguesa, filho de Manoel Ernesto da Silva Clemente e de Lidia Pereira da Silva Clemente, nascido em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, em 6 de junho de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento das penas a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 34 (trinta e quatro) anos e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.231, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08018.008779/2012-76, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II, e § 2º, da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017, JERZY WOJCIEH WALIGORA, de nacionalidade polonesa, filho de Kazimierz Waliroga e de Maria Waliroga, nascido em Cracóvia, Polônia, em 23 de abril de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08018.009033/2016-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II, e § 2º, da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS ALBERTO HERRERA CABRERA, de nacionalidade paraguaia, filho de Gloria Ester Cabrera, nascido na Ciudad del Este, Paraguai, em 5 de junho de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo n° 08018.006961/2012-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II, e § 2º, da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017, JAVIER DE SALAS BLANCO, de nacionalidade espanhola, filho de Francisco Genaro de Salas Alvarez e de Maria Rosa Blanco Exposito, nascido em Marrocos, em 12 de maio de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.234, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.006079/2011-28, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SONAT ISIL IYIKAHVECI, de nacionalidade turca, filha de Zeynel Abidin Iyikahveci e Fazilet Iyikahveci, nascida em Gaziantep, na República da Turquia, em 22 de julho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.235, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.019068/2017-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS ANTONIO MENDOZA SUAREZ, de nacionalidade boliviana, filho de Onofre Mendoza e Marta Suarez, nascido em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 9 de maio de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.236, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011807/2010-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JONNA RAMOS PINEDA, de nacionalidade filipina, filha de Renato Pineda e de Lolita Ramos, nascida na República das Filipinas, em 9 de dezembro 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.237, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011021/2016-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BENVINDO OKONDJI, de nacionalidade angolana, filho de Miguel Kitangua e Maria Mussungi, nascido em Moxico, na República de Angola, em 29 de maio de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.238, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003290/2016-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MELISA VANESSA LA ROSA EDMONDSON, de nacionalidade venezuelana, filha de Carlos Lester La Rosa e de Patricia Mirna Edmondson, nascida em Ciudad Bolívar, na Venezuela, em 31 de agosto de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.241, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo I da Portaria 1.186, de 20 de dezembro de 2017, que define o Quadro de Aferição dos Valores a serem repassados aos entes da federação e das despesas do DEPEN.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, e no Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I - Quadro de Aferição dos Valores a Serem Repassados aos Entes da Federação e das Despesas do DEPEN, da Portaria nº 1.186 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 20 de dezembro de 2017, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO I

Quadro de Aferição dos Valores a Serem Repassados aos Entes da Federação e das Despesas do DEPEN

Resultado Primário	Ação (desc.)	Localizador (desc.)	Grupo- natureza de despesa	Dotação- Soma de Autorizado	Soma de Empenhado	DESPESAS DO DEPEN	Emendas Parlamentares	BASE DE CÁLCULO PARA REPASSE AOS ENTES FEDERATIVOS
2 - Primária discricionária	10M1 - Construção e Aparelhamento da Quinta Penitenciária Federal	5664 - Em Brasília - DF	4 - Investimentos	R$ 17.000.000,00	R$ 5.430.087,76	R$ 17.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 224.610.000,00	R$ 89.060.157,85	R$ 89.060.157,85		R$ 135.549.842,15
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 482.210.649,00	R$ 138.804.073,18	R$ 153.804.073,18		R$ 328.406.575,82
2 - Primária discricionária	15F7 - Construção da Escola Nacional de Serviços Penais / Sede do DEPEN	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 8.500.000,00	-	R$ 8.500.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	15OF - Construção da Penitenciária Federal em Itajaí/SC	4535 - No Município de Itajaí - SC	4 - Investimentos	R$ 40.000.000,00	-	R$ 40.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	15OG - Construção da Penitenciária Federal em Iranduba- AM	0201 - No Município de Iranduba - AM	4 - Investimentos	R$ 40.000.000,00	-	R$ 40.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	15OH - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS	4806 - No Município de Charqueadas - RS	4 - Investimentos	R$ 40.000.000,00	-	R$ 40.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	15OI - Construção da Penitenciária Federal em Montes Claros/MG	2842 - No Município de Montes Claros - MG	4 - Investimentos	R$ 40.000.000,00	-	R$ 40.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	15OJ - Construção da Penitenciária Federal em Santa Leopoldina/ES	3257 - No Município de Santa Leopoldina - ES	4 - Investimentos	R$ 40.000.000,00	-	R$ 40.000.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	2000 - Administração da Unidade	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 39.100.000,00	R$ 19.353.380,95	R$ 39.100.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	2000 - Administração da Unidade	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 500.000,00	-	R$ 400.000,00		R$ 100.000,00
2 - Primária discricionária	20UG - Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 190.034.721,00	R$ 18.729.853,22	R$ 63.531.395,97		R$ 126.503.325,03
2 - Primária discricionária	20UG - Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 154.440.257,00	R$ -	R$ -		R$ 154.440.257,00
2 - Primária discricionária	20UH - Capacitação e Qualificação em Serviços Penais	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 20.423.000,00	R$ 7.213.263,01	R$ 20.423.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	20UH - Capacitação e Qualificação em Serviços Penais	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 100.000,00	R$ 53.063,00	R$ 100.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 80.100.000,00	R$ 47.598.904,88	R$ 80.100.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 79.500.000,00	R$ 3.332.630,58	R$ 79.500.000,00		R$ -
2 - Primária discricionária	217T - Racionalização e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R$ 110.000.000,00	-			R$ 110.000.000,00
2 - Primária discricionária	217T - Racionalização e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 20.000.000,00	-			R$ 20.000.000,00
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R$ 1.000.000,00	-		R$ 1.000.000,00	R$ -
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0016 - No Estado do Amapá	4 - Investimentos	R$ 300.000,00	-		R$ 300.000,00	R$ -

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0031 - No Estado de Minas Gerais	4 - Investimentos	R$ 750.000,00	-		R$ 750.000,00	R$ -
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	1436 - No Município de João Pessoa - PB	4 - Investimentos	R$ 100.000,00	-		R$ 100.000,00	R$ -
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	3176 - No Município de Varginha - MG	4 - Investimentos	R$ 200.000,00	-		R$ 200.000,00	R$ -
7 - Emendas de Bancada Impositiva	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	7024 - No Município de Itaquitinga - PE (Construção e Ampliação do Sistema Prisional - Itaquitinga PE)	4 - Investimentos	R$ 60.000.000,00	-		R$ 60.000.000,00	R$ -
Total Geral				R$ 1.688.868.627,00	R$ 329.575.414,43	R$ 751.518.627,00	R$ 62.350.000,00	R$ 875.000.000,00

DESPACHO Nº 862, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 08240.014954/2011-40. Interessado: Moises Roberto Boyer Riobueno. Assunto: Recurso em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Despacho nº 84/2017/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ, e no Parecer nº 3/2017/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ. INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MOISES ROBERTO BOYER RIOBUENO, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.880 - Ato de Concentração nº 08700.007923/2017-63. Requerentes: Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 1.882 - Ato de Concentração nº 08700.007934/2017-43. Requerentes: Multilog S.A. e Elog S.A. Advogados: Guilherme Ribas, Enrico Romanielo, Paola Pugliese, Fabianna Morselli, Marco Antonio Fonseca Júnior e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DESPACHO Nº 1.883, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Ato de Concentração nº 08700.006606/2017-20. Requerentes: Safran S.A. e Zodiac Aerospace S.A. Advogados: Amadeu Ribeiro, Barbara Rosenberg e outros.. Acolho o Parecer nº 23/2017/CGAA2/SGA1/SG, de 26 de dezembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive com sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.540, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83755 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0010-66:

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.554, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95553 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2573/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.587, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99961 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDORINHA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº 44.480.747/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.588, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99960 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CITHO GESTÃO DE CONDOMINIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 22.698.684/0001-80 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.613, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88468 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0002-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2580/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.768, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83730 - DPF/URA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUCOCITRICO CUTRALE LTDA, CNPJ nº 61.649.810/0107-16 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2717/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.778, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98677 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFOR CENTRO DE FORM E ESP EM SEG PRIV LTDA, CNPJ nº 01.173.638/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2714/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.808, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103761 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1470 (uma mil e quatrocentas e setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.813, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104849 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MDA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 26.718.562/0001-69, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.820, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94306 - DPF/PGZ/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 03.568.165/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2472/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.840, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97722 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2730/2017 (CNPJ nº 00.332.087/0001-02); nº 2708/2017 (CNPJ nº 00.332.087/0007-90) e nº 2643/2017 (CNPJ nº 00.332.087/0010-95).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.855, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98843 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A, CNPJ nº 09.090.259/0001-45 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2752/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.866, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103998 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INVIOLAVEL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.120.497/0001-03, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

600 (seiscentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.875, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72766 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECOPI - SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUI LTDA, CNPJ nº 12.062.071/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Piauí com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2409/2017 (CNPJ nº 12.062.071/0001-06); nº 2715/2017 (CNPJ nº 12.062.071/0003-60) e nº 2575/2017 (CNPJ nº 12.062.071/0002-89).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.876, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101841 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0007-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

71 (setenta e uma) Espingardas calibre 12

1491 (uma mil e quatrocentas e noventa e uma) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.884, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94949 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AÇOFORTE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 07.447.264/0001-37, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

58 (cinquenta e oito) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.891, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100268 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa KARBECK SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 19.097.389/0001-63, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.892, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101349 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0009-16, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Espingardas calibre 12

17 (dezessete) Revólveres calibre 38

306 (trezentas e seis) Munições calibre 38

315 (trezentas e quinze) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.893, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101739 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO PORTUGAL CENTER, CNPJ nº 06.116.894/0001-66 para atuar no Rio Grande do Norte.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.896, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102692 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0008-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

27 (vinte e sete) Espingardas calibre 12

36 (trinta e seis) Revólveres calibre 38

648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 38

567 (quinhentas e sessenta e sete) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.899, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97797 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.437.326/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2720/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.904, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104895 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

40 (quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.905, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105382 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

24 (vinte e quatro) Pistolas calibre .380

20 (vinte) Revólveres calibre 38

1004 (uma mil e quatro) Munições calibre .380

311 (trezentas e onze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.907, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105628 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 76.764.448/0001-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.912, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/106071 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAGNA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.804.114/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.922, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85377 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTERFORT SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA, CNPJ nº 59.759.241/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2780/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.925, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94784 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES PROTESUL LTDA, CNPJ nº 92.875.558/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2758/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.939, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105020 - DPF/PHB/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0012-11, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Espingardas calibre 12

15 (quinze) Revólveres calibre 38

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

273 (duzentas e setenta e três) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.944, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78175 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RESOLV VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.085.164/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2794/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.949, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103142 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0004-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2793/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.964, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/106503 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0001-33, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

33 (trinta e três) Carabinas calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.966, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103566 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLINGEL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 22.901.747/0001-53, sediada no Amapá, para adquirir:

Da empresa cedente QUEIROZ & MACIEL SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13.820.361/0001-26:

24 (vinte e quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente QUEIROZ & MACIEL SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13.820.361/0001-26:

130 (cento e trinta) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

158 (cento e cinquenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 264 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHDI BAAZAOUI - G074614-Y, natural da Tunísia, nascido em 26 de julho de 1986, filho de Salem Ben Amor Ben Salem Baazaoui e de Zina Bent Abdallah Ben Hadi Ali Benelhaj, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.026696/2015-00);

DAVID URDIALES LUBEIRO - G030931-T, natural da Espanha, nascido em 18 de outubro de 1978, filho de Julian Urdiales Prieto e de Maria Esther Lubeiro Bayon, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08705.006621/2015-66);

DIANA NATUSCH BEJARANO - V750581-Y, natural da Bolívia, nascida em 21 de novembro de 1986, filha de Miguel Angel Natusch Cabreira e de Cristina Italia Bejarano Carrillo, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08337.001008/2017-50);

DIEGO ABDALIS BANASCO SOBERAO - V957261-3, natural de Cuba, nascido em 06 de janeiro de 1980, filho de Diego Banasco Garcia e de Marta Soberao Pozo, residente no Estado Ceará (Processo nº 08270.005234/2017-21);

EMANUELE GARDINALI - V689165-T, natural da Itália, nascido em 19 de julho de 1978, filho de Fabrizio Cardinali e de Miriam Pin, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.010410/2017-28);

GBENGA EZEKIEL AKINDUTIRE - G120954-G, natural da Nigéria, nascido em 07 de fevereiro de 1987, filho de Akinyele Akindutire e de Agnes Idowu Akindutire, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.301150/2016-38);

GUSTAVO ADOLFO BETANCES REYNOSO LAROCA - V739579-P, natural da Republica Dominicana, nascido em 13 de setembro de 1972, filho de Americo Antonio Betances Alvarez e de Monica Altagracia Reynoso, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.008048/2016-66);

HESHAM ALI HASHEM MABROUK KAHATTAB - V500076-H, natural do Egito, nascido em 19 de dezembro de 1972, filho de Ali Hashem Mabrouk khattab e de Gamalat Saod Khattab, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.002470/2017-72);

JERSSIKA GABRIELA MALDONADO VILÓRIA - G167503-R, natural da Venezuela, nascida em 03 de maio de 1985, filha de Samuel Dario Maldonado Rondon e de Isamar Del Pilar Viloria Vergana, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.002254/2017-41);

KIRENIA LOPEZ LOBAINA DE FRAGAS - V991840-U, natural de Cuba, nascida em 01 de setembro de 1978, filha de Sinecio Lopez Sanchez e de Esmeralda Lobaina Rodriguez, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.300197/2016-77);

KRISTINA ZAMARIAN - V761261-4, natural da Rússia, nascida em 09 de junho de 1987, filha de Vladimir Mayorov e de Valentina Zemskova, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000078/2017-78);

LUIS ANTOMIL MUNOZ - V891190-D, natural da Espanha, nascido em 25 de janeiro de 1968, filho de Luis Antomil Iglesias e de Rosa Munhoz Gonzalez, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08400.002291/2017-26);

MURAD IBRAHIM AYASH QAADAN - V508992-H, natural da Jordânia, nascido em 13 de dezembro de 1981, filho de Ibrahim Ayash Qaadan e de Intisar Saleh Qaadan, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.301121/2016-34);

RAYDEL LORENZO REINALDO - V754957-W, natural de Cuba, nascido em 02 de janeiro de 1983, filho de Alberto Adolfo Lerenzo Gonzalez e de Sandra Margarita Reinaldo Cepa, residente no Estado do Tocantins (Processo nº 08297.001834/2016-31) e

WAFA BAJES HUSSEIN ABDEL QADER KUDSI - V698027-3, natural da Jordânia, nascida em 24 de novembro de 1973, filha de Bajes Hussein Abdel Qader Kudsi e de Karimeh Abdel Hamid Abdel Qader Kudsi, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08433.000880/2017-92).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 265 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ERIKA AUXILIADORA ROBLETO MENDOZA - V042589-Q, natural de Nicarágua, nascida em 06 de junho de 1973, filha de Manuel Abraham Robleto Espinoza e de Esther Angela Del Socorro M de Robleto, residente no Estado do Espírito Santo(Processo nº 08286.000838/2017-11) e

JAMILE HUSSEIN FAHS - Y240292-L, natural do Líbano, nascida em 05 de janeiro de 1987, filha de Hussein Fahs e de Faouzie Hussein Fahs, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.316349/2016-67).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DESPACHO Nº 2.444/2017/GAB-SNJ/SNJ

Destino: Departamento de Migrações
Interessado(a): SAID SAED SAID DARNASSER

Em que pese o Despacho nº 3045/2017/DNN_Naturalizacao/DNN/DEMIG/SNJ, determino a manutenção do arquivamento do processo nº 08280017831/2015-18, tendo em vista a intempestividade da peça recorrente.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES
Secretária
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.565, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o papel do Ministério da Saúde de promover e orientar a organização das ações e serviços de saúde pelos entes federados;

Considerando a instituição da nova Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que assegura ao migrante o acesso a serviços públicos de saúde, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; e

Considerando a necessidade de preparar as políticas públicas de saúde para as novas dinâmicas de fluxos migratórios e de visitantes no Brasil, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro, com a finalidade de discutir e propor estratégias e diretrizes para a organização das ações e dos serviços públicos de saúde aos imigrantes, refugiados, residentes fronteiriços e visitantes no Brasil, considerando as normativas e a legislação vigentes.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - realizar estudos e elaborar documentos técnicos sobre o atendimento público de saúde aos imigrantes, refugiados, residentes fronteiriços e visitantes no Brasil;

II - propor iniciativas e soluções para o aperfeiçoamento do atendimento público de saúde aos imigrantes, refugiados, residentes fronteiriços e visitantes no Brasil, incluindo a produção e a divulgação de informações;

III - mapear as diferentes iniciativas em andamento sobre o tema para produzir a integração e o alinhamento institucional necessários para consolidação de melhores práticas;

IV - analisar a legislação aplicável à organização das ações e dos serviços do Sistema Único de Saúde e propor estratégias e diretrizes para elaboração e implementação de políticas e ações voltadas a assegurar aos estrangeiros no Brasil o acesso aos serviços públicos de saúde, nos termos da lei;

V - elaborar diretrizes para subsidiar a formulação de Plano de Contingência para Situações de Emergência, considerando o impacto de fluxos migratórios sobre a saúde pública nacional e o imperativo de assegurar o acesso à saúde como direito humano; e

VI - viabilizar parcerias e cooperações com outros órgãos governamentais e instituições envolvidas nas temáticas a serem discutidas pelo presente Grupo de Trabalho, com vistas ao compartilhamento de informações, ações e estratégias relevantes sobre migração e saúde.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos do Ministério da Saúde e entidades vinculadas:

I - Secretaria-Executiva (SE);

II - Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA/GM);

III - Secretaria de Atenção à Saúde (SAS);

IV - Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);

V - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP);

VI - Secretaria de Gestão do Trabalho da Educação na Saúde (SGTES);

VII - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE); e

VIII - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI);

IX - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Parágrafo único. Os membros, titulares e suplentes, de cada órgão deverão ser indicados à Secretaria-Executiva e à Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde por ofício em até 15 (quinze) dias após a data de publicação desta Portaria.

Art. 4º O Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro será coordenado conjuntamente pela Secretaria-Executiva e pela Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Gabinete do Ministro.

§ 1º Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, serão definidos a agenda prioritária e o cronograma dos trabalhos.

§ 2º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos serão fornecidos pela Secretaria-Executiva e pela Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Gabinete do Ministro.

Art. 5º As reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho do Estrangeiro serão mensais, conforme cronograma a ser acordado por seus integrantes.

§1º Em caso de necessidade, os coordenadores poderão convocar reuniões extraordinárias do Grupo de Trabalho.

§ 2º O quórum de reunião será de pelo menos três dos órgãos incluídos no art. 3º.

§ 3º As decisões do Grupo de Trabalho serão tomadas por consenso dos presentes.

§ 4º A primeira reunião do Grupo de Trabalho deverá realizar-se em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 6º O Grupo de Trabalho Saúde do Estrangeiro poderá convidar representantes das diferentes unidades do Ministério da Saúde, governos estrangeiros, órgãos e entidades públicos e privados, organizações não governamentais e especialistas em assuntos afetos aos temas a serem discutidos para informação, troca de experiências, debate de propostas e eventuais sugestões.

Parágrafo único. É vedada a divulgação de discussões em curso no Grupo de Trabalho sem a prévia anuência do Ministro de Estado da Saúde, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 7º Havendo necessidade, poderão ser constituídos, por decisão colegiada do Grupo de Trabalho, subgrupos de trabalho com prazo determinado, coordenados por um ou mais representantes dos órgãos incluídos no art. 3º, de acordo com a afinidade do tema.

Art. 8º A participação no respectivo Grupo de Trabalho será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 9º O Grupo de Trabalho terá prazo de duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da primeira reunião, podendo ser prorrogado por igual período, ao final do qual o Grupo de Trabalho apresentará relatório de atividades e sugestões associadas ao tema.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Fica revogada a Portaria nº 1.496, de 18 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União, nº 137 de 21 de julho de 2014, Seção 1, página 55.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.758, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000117018	35680005	31.180,00	31.180,00	10302201585350029
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000117704	32620007	209.768,00	209.768,00	10302201585350029
BA	UAUA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UAUA	13492241000117002	27450004	299.980,00	299.980,00	10302201585350029
GO	INACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA	11474036000117004	30810005	79.970,00	79.970,00	10302201585350052
GO	NIQUELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10480867000117004	29350001	105.000,00	105.000,00	10302201585350052
GO	PADRE BERNARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10593919000117006	30380006	140.000,00	140.000,00	10302201585350052
GO	PIRACANJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRA	01753396000117006	37040003	199.990,00	199.990,00	10302201585350052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BOCAIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274221000117010	37430004	30.800,00	30.800,00	10302201585350031
MG	NAZARENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARENO/MG	22860174000117003	24820005	99.770,00	99.770,00	10302201585350031
MT	MARCELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARCELANDIA	13658344000117005	29360005	66.430,00	66.430,00	10302201585350051
PA	TRAIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRAO-PA	14910511000117001	11410001	300.000,00	300.000,00	10302201585350015
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11384874000117722	28810004	700.000,00	700.000,00	10302201585353290
RS	ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERECHIM	11966932000117011	36850012	100.000,00	100.000,00	10302201585350043
TOTAL			13 PROPOSTAS			2.362.888,00	

PORTARIA Nº 3.759, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000117003	36400001	190.000,00	190.000,00	10301201585810012
AM	EIRUNEPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EIRUNEPE	12135459000117709	34960001	190.000,00	190.000,00	10301201585810013
BA	NOVA ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ITARANA	12420226000117005	37520007	190.000,00	190.000,00	10301201585810029
GO	GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GOIAS	11152150000117010	32570007	190.000,00	190.000,00	10301201585810052
MG	CRUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11238884000117705	29940013	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000117004	32140003	242.000,00	242.000,00	10301201585810015
PE	PARANATAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA	11642133000117001	27190007	242.000,00	242.000,00	10301201585810026
PI	BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRAS-PI	12493139000117003	37880009	242.000,00	242.000,00	10301201585810022
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117715	37070019	190.000,00	190.000,00	10301201585813327
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11416036000117014	28680005	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117007	27960001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	PIRANGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRANGI	11955619000117012	15810009 18180006	90.000,00 100.000,00	190.000,00	10301201585810035 10301201585810035
TO	TOCANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11266993000117012	26910003	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TOTAL			13 PROPOSTAS			2.626.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.760, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117011	28090011	23.630,00	23.630,00	10302201585350035
TOTAL			1 PROPOSTAS			23.630,00	

PORTARIA Nº 3.761, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000144014201700	100.000,00	35680008	100.000,00	10122201545252261	0003832	100.000,00
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000159470201700	192.034,00	35640018	192.034,00	10122201545250029	0003859	192.034,00
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000159472201700	63.126,00	27500006	63.126,00	10122201545250029	0003859	63.126,00
BA	SAPEACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPEACU	36000116701201700	200.000,00	24710009	200.000,00	10122201545250029	2523051	200.000,00
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000162043201700	400.000,00	37540007	400.000,00	10122201545250023	2785900	400.000,00
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000162067201700	42.563,00	37540007	42.563,00	10122201545250023	2785900 2794187	42.563,00 0,00
CE	PACAJUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACAJUS	36000162248201700	314.820,00	27010002	314.820,00	10122201545250023	2427176	314.820,00
CE	QUITERIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUITERIANOPOLIS CE	36000162401201700	150.000,00	27010002	150.000,00	10122201545250023	2480050	150.000,00
CE	RERIUTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RERIUTABA/CE	36000161727201700	68.000,00	24370011	68.000,00	10122201545250023	2479419	68.000,00
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	36000156590201700	1.436.865,00	36300011	1.436.865,00	10122201545250053	0010499	1.436.865,00
GO	ANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000117653201700	119538,00	37040010	119.538,00	10122201545250052	2442108	119.538,00
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	36000145748201700	100.000,00	37760014	100.000,00	10122201545250021	7481063	100.000,00
MG	BARBACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000150889201700	50.000,00	27640010	50.000,00	10122201545250031	2098733	50.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDACAO BENJAMIN GUIMARAES	36000161117201700	100.000,00	14050008	100.000,00	10122201545250031	2695324	100.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000130277201700	200.000,00	37680008	200.000,00	10122201545250031	2145588	200.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000156643201700	300.000,00	14080005	300.000,00	10122201545250031	2195453	300.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000139138201700	150.000,00	27620001	150.000,00	10122201545250031	2695324	150.000,00
MG	JOAO PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	36000138706201700	100.000,00	27590001	100.000,00	10122201545250031	2101777	100.000,00
MG	POUSO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000115520201700	200.000,00	28890006	200.000,00	10122201545250031	6655203	200.000,00
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	36000116167201700	50.000,00	24820001	50.000,00	10122201545250031	2192128	50.000,00
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	36000123466201700	250.000,00	38430002	250.000,00	10122201545250054	2710978	250.000,00
PA	PORTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEL	36000159551201700	197.175,00	36970006	197.175,00	10122201545250015	2676923	197.175,00
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	36000145883201700	100.000,00	27110007	100.000,00	10122201545251392	2315793	100.000,00
PE	BOM JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BOM JARDIM	36000117277201700	60.000,00	23550013	60.000,00	10122201545250026	2711931	60.000,00
PR	ARAPONGAS	ASSOCIACAO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER	36000159055201700	395.264,00	19700001	395.264,00	10122201545250041	2576341	395.264,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000120907201700	81.000,00	29110009	81.000,00	10122201545250041	2482789	81.000,00
PR	DIAMANTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO NORTE	36000162293201700	57.000,00	28490005	57.000,00	10122201545250041	2753871	57.000,00
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153007201700	6.782,00	30840011	6.782,00	10122201545250041	2731673	6.782,00
RJ	ARARUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARARUAMA	36000136572201700	200.000,00	37660003	200.000,00	10122201545250033	6542891	200.000,00
RJ	ARARUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARARUAMA	36000136575201700	200.000,00	37660003	200.000,00	10122201545250033	2285150	200.000,00
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137947201700	100.000,00	23970001	100.000,00	10122201545250033	2274299	100.000,00
RJ	SEROPEDICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEROPEDICA	36000159524201700	35.229,00	30580008	35.229,00	10122201545250033	5349893	35.229,00
RJ	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VALENCA	36000139274201700	80.000,00	29230021	80.000,00	10122201545253362	2292939	80.000,00
RN	FERNANDO PEDROZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160581201700	19.000,00	21230011	19.000,00	10122201545250024	2408120	19.000,00
RN	SANTANA DO MATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DO MATOS - RN	36000113301201700	100.000,00	20330008	100.000,00	10122201545250024	2476274	100.000,00
RN	SAO PAULO DO POTENGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161072201700	80.000,00	30490006	80.000,00	10122201545250024	4014413	80.000,00
RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DE RONDONIA	36000124638201700	165.000,00	29470001	165.000,00	10122201545250011	2369923	165.000,00
RS	NOVA PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PETROPOLIS	36000155396201700	50.000,00	25650010	50.000,00	10122201545250040	2238357	50.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000147748201700	250.000,00	25660008	250.000,00	10122201545250043	2224127	250.000,00
RS	QUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000119646201700	100.000,00	20980010	100.000,00	10122201545250043	2247186	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000124189201700	150.000,00	18810003	150.000,00	10122201545250042	2778858	150.000,00
SC	LEOBERTO LEAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOBERTO LEAL	36000122761201700	4.556,00	18810003	4.556,00	10122201545250042	2560380	4.556,00
SC	TAIO	ASSOCIACAO DA REDEH DE BENEFICIENCIA CRISTA	36000162032201700	222.563,00	28560007	222.563,00	10122201545250042	2377616	222.563,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162156201700	272.560,00	28500005	272.560,00	10122201545250042	2566931	272.560,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162158201700	7.197,00	28500005	7.197,00	10122201545250042	2513420	7.197,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162162201700	3.788,00	28500005	3.788,00	10122201545250042	2513498	3.788,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162166201700	2.609,00	28500005	2.609,00	10122201545250042	2513455	2.609,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162168201700	2.843,00	28500005	2.843,00	10122201545250042	2672189	2.843,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162169201700	1.339,00	28500005	1.339,00	10122201545250042	2513471	1.339,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162170201700	2.149,00	28500005	2.149,00	10122201545250042	2513463	2.149,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162172201700	2.042,00	28500005	2.042,00	10122201545250042	2513528	2.042,00
SC	TIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO	36000162175201700	1.468,00	28500005	1.468,00	10122201545250042	2513412	1.468,00
SC	TIMBO	ORDEM AUX DAS SENHORAS EVANGELICAS DE TIMBO	36000162337201700	220.000,00	28560007	220.000,00	10122201545250042	2537192	220.000,00
SC	URUSSANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUSSANGA-FMSU	36000117143201700	37.000,00	29060001	37.000,00	10122201545250042	2419688 6030076	26.000,00 11.000,00
SP	BRAGANCA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAGANCA PAULISTA	36000123265201700	100.000,00	37460004	100.000,00	10122201545250035	2688271	100.000,00
SP	COTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160822201700	166.585,00	33600007	166.585,00	10122201545250035	2746794	166.585,00
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	36000126551201700	50.000,00	30640011	50.000,00	10122201545250035	2747081	50.000,00
SP	PARAGUACU PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUACU PAULISTA	36000153584201700	100.000,00	30640011	100.000,00	10122201545250035	2086557	100.000,00
SP	PIRANGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRANGI	36000161715201700	31.000,00	19970019	31.000,00	10122201545250035	2716143	31.000,00
SP	RIBEIRAO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE RIBEIRAO BRANCO	36000137693201700	100.000,00	37730002	100.000,00	10122201545250035	2705249	100.000,00
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTOS	36000136175201700	100.000,00	25380017	100.000,00	10122201545253908	2786338	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000147258201700	100.000,00	28520010	100.000,00	10122201545250042	2707470	100.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000150145201700	100.000,00	37730003	100.000,00	10122201545250035	2080095	100.000,00
TOTAL			63 PROPOSTAS	8.641.095,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.762, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	MATINA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATINA	36000156325201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2498227	300.000,00
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - C. A. DE GOIAS	36000156588201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2381664	100.000,00
MG	CAMPO BELO	FUNDO MUNICIPALDE SAUDE - CAMPO BELO-MG	36000160393201700	400.000,00	81000174 81000174 81000174 81000174	200.000,00 200.000,00 200.000,00 200.000,00	10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282	6505007 7543913	200.000,00 200.000,00
MG	DIONISIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156552201700	68.000,00	81000174	68.000,00	10122201545257282	2144514	68.000,00
MG	JOAO MONLEVADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156328201700	350.000,00	81000174	350.000,00	10122201545257282	2709848	350.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156287201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2149974	150.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156288201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	3425924	50.000,00
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO MANTIMENTO	36000156300201700	25.052,00	81000174	25.052,00	10122201545257282	2114364	25.052,00
MG	TEIXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEIXEIRAS	36000156505201700	164.162,00	81000174	164.162,00	10122201545257282	2168537	164.162,00
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000162414201700	231.550,00	81000174	231.550,00	10122201545257282	2558351	231.550,00
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000162418201700	45.000,00	81000174	45.000,00	10122201545257282	2558343	45.000,00
PE	ITAPISSUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162058201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2432315	200.000,00
PE	JATOBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162211201700	100,00	81000174	100,00	10122201545257282	2349361	100,00
RJ	RIO DE JANEIRO	ASSOCIACAO FRANCO BRASILEIRA	36000162395201700	2.500.000,00	81000174	2.500.000,00	10122201545257282	2301830	2.500.000,00
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR SAO RAFAEL ARCANJO	36000162446201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2252058	200.000,00
RS	GUAPORE	ASSOCIACAO HOSPITALAR MANOEL FRANCISCO GUERREIRO	36000160338201700	350.000,00	81000174 81000174 81000174 81000174 81000174 81000174	100.000,00 250.000,00 250.000,00 100.000,00 250.000,00 100.000,00	10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282 10122201545257282	2793237	350.000,00
RS	NOVA PALMA	ASSOCIACAO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE	36000162100201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2244128	200.000,00
RS	SAO SEPE	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL SANTO ATONIO	36000162466201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2244322	150.000,00
RS	SERTAO	HOSPITAL SAO JOSE	36000162188201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2246805	150.000,00
RS	TUPARENDI	CENTRO DE ASSISTENCIA MEDICO-SOCIAL	36000162279201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	5729297	400.000,00
SC	ANGELINA	ASSOCIACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE SAO JOSE	36000161688201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2418304	300.000,00
SC	MARAVILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAVILHA	36000162327201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	3995860 7791585	73.000,00 27.000,00
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000161675201700	93.000,00	81000174	93.000,00	10122201545257282	3151190 5343518 6352979 7354703 7806205	50.000,00 4.500,00 1.500,00 2.000,00 35.000,00
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156561201700	900,00	81000174	900,00	10122201545257282	7510411	900,00
TOTAL			24 PROPOSTAS	6.527.764,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.763, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	MAETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAETINGA	09431080000117020	27510009	300,00	300,00	10301201585810029
CE	PIQUET CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIQUET CARNEIRO	13848618000117004	20830001	97.560,00	97.560,00	10301201585810023
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11263318000117002	19600009	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	FAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11256865000117003	29690006	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	09526201000117005	30700003	7.970,00	7.970,00	10301201585810052
PB	SAO MAMEDE	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO MAMEDE-PB	04223191000117003	21270002	150.000,00	150.000,00	10301201585810025
SP	NANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANTES	13887045000117014	28200024	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
TO	TAIPAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIPAS DO TOCANTINS	12051093000117008	36950008	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TOTAL			8 PROPOSTAS			755.830,00	

PORTARIA Nº 3.764, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AM	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA-AM	36000162319201700	172.400,00	71040003	172.400,00	10122201545257258	2708906	172.400,00
AM	MANAUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS	36000162134201700	2.600.000,00	71040003	2.600.000,00	10122201545257258	2012480	2.600.000,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000161768201700	3.680.000,00	71130011	3.680.000,00	10122201545250054	2612089	3.680.000,00
PA	ABEL FIGUEIREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABEL FIGUEIREDO	36000162464201700	150.000,00	71150015	150.000,00	10122201545250015	2329387	150.000,00
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162475201700	110.500,00	71150015	110.500,00	10122201545250015	2676001	110.500,00
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	36000162397201700	150.000,00	71150015	150.000,00	10122201545250015	2312166	150.000,00
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	36000162405201700	300.000,00	71150015	300.000,00	10122201545250015	2678500 7313233	200.000,00 100.000,00
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	36000162428201700	236.600,00	71150015	236.600,00	10122201545250015	2317117	236.600,00
PA	IGARAPE-MIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE MIRI	36000162458201700	250.000,00	71150015	250.000,00	10122201545250015	2317397	250.000,00
PA	ITUPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162409201700	200.000,00	71150015	200.000,00	10122201545250015	2615711	200.000,00
PA	MAE DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE DO RIO	36000162460201700	150.000,00	71150015	150.000,00	10122201545250015	2677407	150.000,00
PA	RIO MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162495201700	370.000,00	71150015	370.000,00	10122201545250015	2317990	370.000,00
PA	SALVATERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162472201700	150.000,00	71150015	150.000,00	10122201545250015	2316064	150.000,00
PA	TUCUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162494201700	420.000,00	71150015	420.000,00	10122201545250015	2318164 2318172 2318180	50.000,00 170.000,00 200.000,00
PA	ULIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ULIANOPOLIS	36000162454201700	350.000,00	71150015	350.000,00	10122201545250015	2317028	350.000,00
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162349201700	2.455.000,00	71170016	2.455.000,00	10122201545254201	7037112	2.455.000,00
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162351201700	1.160.000,00	71170016	1.160.000,00	10122201545254201	2579391	1.160.000,00
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162353201700	2.035.000,00	71170016	2.035.000,00	10122201545254201	7685246	2.035.000,00
RN	APODI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162174201700	200.000,00	71210010	200.000,00	10122201545250024	2410443	200.000,00
TOTAL			19 PROPOSTAS	15.139.500,00					

PORTARIA Nº 3.765, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	ITAPECERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11516928000117017	29380006	29.930,00	29.930,00	10302201585350031
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11171092000117012	30780008	120,00	120,00	10302201585350033
TOTAL			2 PROPOSTAS			30.050,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.766, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000162540201700	71040003	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257258
AM	CAREIRO DA VARZEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DO CAREIRO DA VARZEA	36000161961201700	71040003	1.015.498,00	1.015.498,00	10122201545257258
AM	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA-AM	36000162488201700	71040003	1.138.000,00	1.138.000,00	10122201545257258
AM	MANAQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161970201700	71040003	662.000,00	662.000,00	10122201545257258
AM	MANAUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANAUS	36000162135201700	71040003 71040003 71040003 71040003	870.000,00 4.530.000,00 870.000,00 4.530.000,00	5.400.000,00	10122201545257258 10122201545257258 10122201545257258 10122201545257258
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	36000162459201700	71040003	1.700.000,00	1.700.000,00	10122201545257258
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	36000162463201700	71040003	300.000,00	300.000,00	10122201545257258
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACOIABA	36000161761201700	71070007 71070007 71070007 71070007 71070007 71070007	70.000,00 180.000,00 180.000,00 180.000,00 70.000,00 70.000,00	250.000,00	10122201545250023 10122201545250023 10122201545250023 10122201545250023 10122201545250023 10122201545250023
CE	GRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRACA	36000162324201700	71070007	233.000,00	233.000,00	10122201545250023
PA	ALENQUER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALENQUER	36000162392201700	71150015	220.000,00	220.000,00	10122201545250015
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162476201700	71150015	199.500,00	199.500,00	10122201545250015
PA	BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162448201700	71150015	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	36000162398201700	71150015	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	36000162429201700	71150015	303.400,00	303.400,00	10122201545250015
PA	CURRALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRALINHO	36000162491201700	71150015	460.000,00	460.000,00	10122201545250015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162456201700	71150015	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	PAU D"ARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162410201700	71150015	1.300.000,00	1.300.000,00	10122201545250015
PA	SALVATERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162470201700	71150015	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PI	ACAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162037201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA DO PIAUI	36000162150201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BERTOLINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162234201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162151201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000162041201700	71190006	200.000,00	200.000,00	10122201545250022

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	BRASILEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162288201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BREJO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DO PIAUI	36000162081201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BURITI DOS MONTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162087201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CARAUBAS DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAUBAS DO PIAUI	36000162012201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CASTELO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELO DO PIAUI - FMS	36000162061201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	COIVARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162063201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CURRAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRAIS	36000162033201700	71190006	96.217,00	96.217,00	10122201545250022
PI	ELISEU MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162088201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162284201700	71190006	200.000,00	200.000,00	10122201545250022
PI	FARTURA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARTURA DO PIAUI	36000162302201700	71190006	47.000,00	47.000,00	10122201545250022
PI	INHUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162095201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	JAICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000162098201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162152201700	71190006	200.000,00	200.000,00	10122201545250022
PI	JUREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUREMA	36000162103201700	71190006	192.550,00	192.550,00	10122201545250022
PI	LAGOA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA ALEGRE - PIAUI	36000162301201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	LAGOA DO SITIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DO SITIO	36000162107201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	NAZARE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE DO PIAUI	36000162112201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	NAZARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAZARIA (PI)	36000162034201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	NOVO SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162040201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	PAES LANDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAES LANDIM	36000162115201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	PAJEU DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162229201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	PIO IX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162051201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	PRATA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162153201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	PRATA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162154201700	71190006	40.000,00	40.000,00	10122201545250022
PI	PRATA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162155201700	71190006	400,00	400,00	10122201545250022
PI	RIBEIRA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRA DO PIAUI	36000162118201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	RIBEIRO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRO GONCALVES	36000162325201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162026201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162157201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162122201700	71190006	200.000,00	200.000,00	10122201545250022
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO DO PIAUI	36000162124201700	71190006	137.800,00	137.800,00	10122201545250022
PI	SAO JOAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162127201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	36000162256201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	TAMBORIL DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162128201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	TANQUE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANQUE DO PIAUI - FMSTP	36000162161201700	71190006	49.652,00	49.652,00	10122201545250022
PI	VERA MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162182201700	71190006	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
RN	APODI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162176201700	71210010	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
SE	POCO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCO REDONDO	36000162084201700	71270014	200.000,00	200.000,00	10122201545250028
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161988201700	71270014	220.000,00	220.000,00	10122201545250028
TOTAL			62 PROPOSTAS			19.915.017,00	

PORTARIA Nº 3.767, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	TIJUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS	11607006000117021	29250002	9.900,00	9.900,00	10302201585350042
SP	MOGI GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOGI GUACU	08691564000117013	14100002	89.980,00	89.980,00	10302201585350035
TOTAL			2 PROPOSTAS			99.880,00	

PORTARIA Nº 3.768, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000117003	30360003	99.910,00	99.910,00	10301201585810012
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000117009	37030021	99.860,00	99.860,00	10301201585810169
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	12158466000117003	24240007	243.980,00	243.980,00	10301201585810012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000117001	30360003	83.000,00	83.000,00	10301201585810012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000117003	30360003	17.000,00	17.000,00	10301201585810012
AL	CAJUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJUEIRO	11436366000117005	27290005	172.040,00	172.040,00	10301201585811815
AM	EIRUNEPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EIRUNEPE	12135459000117711	34960001	109.990,00	109.990,00	10301201585810013
AM	SILVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13764128000117005	29090002	19.810,00	19.810,00	10301201585810013
AM	TEFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / TEFE-AM	07807682000117048	30760010	196.000,00	196.000,00	10301201585810013
BA	NOVA ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ITARANA	12420226000117009	37520007	57.020,00	57.020,00	10301201585810029
BA	SALVADOR	PMS/SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08086458000117024	26010012	60.000,00	60.000,00	10301201585810029
BA	SALVADOR	PMS/SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08086458000117028	26010012	33.212,00	33.212,00	10301201585810029
CE	CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEDRO	11432076000117002	20830001	180.000,00	180.000,00	10301201585810023
CE	GUAIUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09662953000117001	24420008	300.000,00	300.000,00	10301201585810023
CE	ITAPIPOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIPOCA	11402517000117002	20830001	99.830,00	99.830,00	10301201585810023
CE	MORADA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORADA NOVA	11415567000117002	33760006	495.000,00	495.000,00	10301201585810023
ES	IBIRACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBIRACU	14635944000117003	14130003	199.970,00	199.970,00	10301201585810032
GO	ABADIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08654446000117006	28350006	189.980,00	189.980,00	10301201585810052
GO	BONFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11213822000117011	38000007	55.000,00	55.000,00	10301201585810052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	BRITANIA	BRITANIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09332615000117006	36720008	35.000,00	35.000,00	10301201585810052
GO	CALDAZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALDAZINHA	12225915000117001	37040002	37.750,00	37.750,00	10301201585810052
GO	CALDAZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALDAZINHA	12225915000117003	37040002	45.000,00	45.000,00	10301201585810052
GO	CEZARINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08678243000117006	29690006	99.975,00	99.975,00	10301201585810052
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000117003	19550011	499.770,00	499.770,00	10301201585810052
GO	GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GOIAS	11152150000117011	32570007	10.000,00	10.000,00	10301201585810052
GO	ITAUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07804588000117001	29350003	105.000,00	105.000,00	10301201585810052
GO	PLANALTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINA-GO	04394880000117009	26620010	590.000,00	590.000,00	10301201585815604
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07429190000117012	19550007	250.000,00	250.000,00	10301201585810052
MA	COELHO NETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10747944000117001	37810007	350.000,00	350.000,00	10301201585810021
MA	LAGO DO JUNCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGO DO JUNCO	12127037000117001	37810007	150.000,00	150.000,00	10301201585810021
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422799000117001	20180006	135.000,00	135.000,00	10301201585810031
MG	CONSELHEIRO PENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13516376000117001	24770003	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	CORDISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11396057000117001	20180006	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CRUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11238884000117706	29940013	10.000,00	10.000,00	10301201585810031
MG	CURRAL DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11399952000117003	37430003	99.940,00	99.940,00	10301201585810031
MG	IBITURUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBITURUNA	04052607000117001	24820004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117714	27540009	142.030,00	142.030,00	10301201585810031
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GERALDO DO BAIXIO	11718829000117009	24770003	199.855,00	199.855,00	10301201585810031
MG	SILVEIRANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVEIRANIA	13536915000117001	24820004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	VARGINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11234223000117001	27550007	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MS	JARAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUARI	12021434000117001	38030003	250.000,00	250.000,00	10301201585810054
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18017671000117003	26780010	130.000,00	130.000,00	10301201585810015
PA	CASTANHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHAL	07918201000117001	33390006	129.960,00	129.960,00	10301201585810015
PA	MEDICILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDICILANDIA	11419894000117020	34910004	150.000,00	150.000,00	10301201585810015
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000117010	23850007	216.790,00	216.790,00	10301201585810015
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000117012	23850007	83.200,00	83.200,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000117012	32140003	45.000,00	45.000,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000117013	32140003	90.000,00	90.000,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000117014	32140003	119.995,00	119.995,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000117018	32140003	45.000,00	45.000,00	10301201585810015
PA	SANTA IZABEL DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ISABEL DO PARA	11745308000117018	33390006	129.970,00	129.970,00	10301201585810015
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000117702	32140003	57.970,00	57.970,00	10301201585810015
PB	FAGUNDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FAGUNDES PB	11307940000117003	38500002	59.800,00	59.800,00	10301201585810025
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	11565067000117002	38500002	60.000,00	60.000,00	10301201585810025
PB	RIACHO DOS CAVALOS	RIACHO DOS CAVALOS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12081925000117704	38500002	55.000,00	55.000,00	10301201585810025
PB	SAO MAMEDE	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO MAMEDE-PB	04223191000117005	21270002	35.180,00	35.180,00	10301201585810025
PE	BARRA DE GUABIRABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DE GUABIRABA	12680370000117007	37000004	170.690,00	170.690,00	10301201585810026
PE	ESCADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ESCADA-PE	10291311000117001	30530002	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	IGARASSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARASSU	12025214000117026	28850006	45.000,00	45.000,00	10301201585810026
PE	ITAPISSUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11407543000117002	37260014	199.930,00	199.930,00	10301201585810026
PE	PARANATAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA	11642133000117002	27190007	57.980,00	57.980,00	10301201585810026
PI	BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRAS-PI	12493139000117005	37880009	142.470,00	142.470,00	10301201585810022
PI	HUGO NAPOLEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11775393000117001	30650001	98.600,00	98.600,00	10301201585810022
PI	PICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICOS-PI	11505645000117004	30650001	204.990,00	204.990,00	10301201585810022
PI	PICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICOS-PI	11505645000117021	30650001	44.950,00	44.950,00	10301201585810022
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	09421110000117001	28450003	125.000,00	125.000,00	10301201585810041
PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08788720000117002	28420006	250.000,00	250.000,00	10301201585810041
PR	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL CARNEIRO	11367765000117001	28450003	125.000,00	125.000,00	10301201585810041
PR	MALLET	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09399412000117010	28450003	124.990,00	124.990,00	10301201585810041
PR	SAO JORGE D''OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	09275990000117002	37020010	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
PR	UBIRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRATA	09254084000117004	30920005	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
RJ	DUAS BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS BARRAS	13034389000117705	30420008	382.650,00	382.650,00	10301201585813297
RJ	DUAS BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS BARRAS	13034389000117711	30420008	117.300,00	117.300,00	10301201585813297
RJ	MIGUEL PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA	12240308000117018	30780004	277.000,00	277.000,00	10301201585810033
RJ	MIGUEL PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA	12240308000117021	30780004	42.000,00	42.000,00	10301201585810033
RJ	PARACAMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARACAMBI (FMS)	09206510000117707	30390008	116.000,00	116.000,00	10301201585810033
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117001	37070019	99.910,00	99.910,00	10301201585813327
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117718	37070019	68.540,00	68.540,00	10301201585813327
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117740	37070019	97.590,00	97.590,00	10301201585813327

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	CAICARA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAICARA DO NORTE	12456468000117005	38060008	149.700,00	149.700,00	10301201585810024
RN	JANDAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIRA-RN	11908279000117001	37840002	99.980,00	99.980,00	10301201585810024
RN	PILOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PILOES	12780534000117001	37840002	80.000,00	80.000,00	10301201585810024
RN	TANGARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295071000117001	37840002	149.960,00	149.960,00	10301201585810024
RO	COLORADO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19275776000117008	37060006	300.000,00	300.000,00	10301201585810011
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117012	26700003	185.810,00	185.810,00	10301201585810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117013	26700003	482.320,00	482.320,00	10301201585810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117014	26700003	160.300,00	160.300,00	10301201585810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117015	26700003	82.930,00	82.930,00	10301201585810014
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	11468991000117003	36610006	60.000,00	60.000,00	10301201585810043
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	11468991000117007	19860001	149.600,00	149.600,00	10301201585810043
RS	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO - RS	11980753000117001	28640005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	CANDIOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12760175000117001	36610006	99.940,00	99.940,00	10301201585810043
RS	CARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAA	12140784000117006	38400001	119.998,00	119.998,00	10301201585810043
RS	COQUEIROS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COQUEIROS DO SUL	12006111000117008	28640005	99.960,00	99.960,00	10301201585810043
RS	FORMIGUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12033362000117011	38410006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	MINAS DO LEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12069823000117003	28680005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	NONOAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NONOAI - RS	11734111000117001	28640005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PASSO DO SOBRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSO DO SOBRADO	12075576000117003	25660009	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SAO LUIZ GONZAGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SLG	12118280000117005	19860001	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PAULO DAS MISSOES	12202854000117003	38410006	99.880,00	99.880,00	10301201585810043
RS	TRINDADE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE DO SUL	12184126000117018	28640005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	TUNAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAS	13008513000117006	28580010	30.070,00	30.070,00	10301201585810043
RS	VICENTE DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11696080000117008	38400004	104.767,00	104.767,00	10301201585810043
SC	FRAIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	10496741000117003	28530004	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	NOVA ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11299994000117001	37860006	116.000,00	116.000,00	10301201585810042
SC	PINHALZINHO	FUNDO DE SAUDE DE PINHALZINHO	09129733000117002	28530004	150.000,00	150.000,00	10301201585810042
SC	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11333647000117003	28530004	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS	11553540000117001	19730004	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11509334000117002	27320005	9.940,00	9.940,00	10301201585810028
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11497605000117001	29790012	100.000,00	100.000,00	10301201585810028
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11349738000117001	29080002	200.000,00	200.000,00	10301201585810028
SP	CABRALIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABRALIA PAULISTA	13746122000117016	25320006 30640010 15810009 30440004	3.240,00 15.000,00 26.010,00 46.600,00	90.850,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179202000117001	32830008	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	CASSIA DOS COQUEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSIA DOS COQUEIROS	11930910000117001	21830011	99.985,00	99.985,00	10301201585810035
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11143383000117715	37290005	50.010,00	50.010,00	10301201585810035
SP	ITAPECERICA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12440891000117009	27990005	250.000,00	250.000,00	10301201585810035
SP	JACAREI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11449169000117714	28050004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117008	27960001	60.000,00	60.000,00	10301201585810035
SP	NAZARE PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE PAULISTA	12774639000117006	23660010	99.940,00	99.940,00	10301201585810035
SP	PIRANGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRANGI	11955619000117013	15810009	9.570,00	9.570,00	10301201585810035
SP	POTIRENDABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13819884000117001	28860003	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	RINCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINCAO	11923686000117007	28010002 23660010	44.670,00 100.000,00	144.670,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DE POSSE	11347477000117016	23660010	68.000,00	68.000,00	10301201585810035
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13961905000117708	28050004	40.450,00	40.450,00	10301201585810035
SP	TUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11845813000117720	17990003	149.930,00	149.930,00	10301201585810035
SP	TUPI PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13880559000117003	37730001	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	TUPI PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13880559000117006	37730001	90.000,00	90.000,00	10301201585810035
TO	DIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11301094000117005	37750005	57.970,00	57.970,00	10301201585810017
TO	GURUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11336672000117003	36950008	149.940,00	149.940,00	10301201585810017
TO	LAVANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAVANDEIRA	13883168000117702	36950008	90.970,00	90.970,00	10301201585810017
TO	RIO SONO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11563127000117003	29310001	64.500,00	64.500,00	10301201585810017
TO	RIO SONO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11563127000117008	37750005	101.300,00	101.300,00	10301201585810017
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	11910226000117001	30680010	119.800,00	119.800,00	10301201585810017
TO	TALISMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TALISMA	13111001000117001	30680010	130.000,00	130.000,00	10301201585810017
TOTAL			134 PROPOSTAS			17.478.417,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.769, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	36000138820201700	37030001	100.000,00	100.000,00	10122201545250012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159154201700	29130013	181.814,00	181.814,00	10122201545250012
AL	QUEBRANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEBRANGULO	36000146770201700	29730005	200.000,00	200.000,00	10122201545250027
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	36000111420201700	16220002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	36000159048201700	16190002	112.276,00	112.276,00	10122201545250013
BA	CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162322201700	30620009	18.000,00	18.000,00	10122201545250029
BA	CENTRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162326201700	12700005	414.820,00	414.820,00	10122201545250029
BA	ITABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABELA	36000161106201700	37720001	368.688,00	368.688,00	10122201545250029
BA	JITAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161133201700	38450021	400.000,00	400.000,00	10122201545252141
CE	TURURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURURU	36000137136201700	31220004	409.769,00	409.769,00	10122201545250023
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137665201700	30380009	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
MA	APICUM-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APICUM - ACU	36000145746201700	37760014	333.333,00	333.333,00	10122201545250021
MA	BOM LUGAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM LUGAR	36000161439201700	22540001	235.229,00	235.229,00	10122201545250021
MA	MIRINZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRINZAL	36000118745201700	16460003	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	TIMBIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBIRAS	36000147676201700	36980008	154.000,00	154.000,00	10122201545250021
MA	VITORINO FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO FREIRE	36000160746201700	29420015	96.776,00	96.776,00	10122201545250764
MG	ARAPONGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137287201700	24870004	190.000,00	190.000,00	10122201545250031
MG	CAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147120201700	37010005	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	DIVISA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA NOVA	36000126158201700	24820001	50.000,00	50.000,00	10122201545250031
MG	MACHACALIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000129483201700	20750001	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159575201700	37510003	72.045,00	72.045,00	10122201545250031
MG	NOVORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000132206201700	27690006	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	OURO FINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147660201700	37010005	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SANTA CRUZ DO ESCALVADO	36000153552201700	20750001	81.634,00	81.634,00	10122201545250031
MG	TRES MARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159210201700	28890006	4.767,00	4.767,00	10122201545250031
MG	TURVOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000122120201700	24820001	50.000,00	50.000,00	10122201545250031
PA	IPIXUNA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIXUNA DO PARA	36000136899201700	30550007	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PB	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	36000158577201700	27120004	150.000,00	150.000,00	10122201545250025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	36000149324201700	20280019	275.000,00	275.000,00	10122201545250025
PE	BELEM DE MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112724201700	28840012	100.000,00	100.000,00	10122201545250026
PE	TACAIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACAIMBO	36000116304201700	23550013	60.000,00	60.000,00	10122201545250026
PI	BURITI DOS LOPES	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156770201700	37440006	65.100,00	65.100,00	10122201545250022
PI	MONSENHOR HIPOLITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161087201700	27070003	60.514,00	60.514,00	10122201545250022
PI	PARNAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAGUA-PI	36000113488201700	35230005	150.000,00	150.000,00	10122201545250022
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	36000135032201700	27070003	255.325,00	255.325,00	10122201545250022
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158132201700	37440006	285.419,00	285.419,00	10122201545250022
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	36000161204201700	23990005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOM SUCESSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO DO SUL	36000159106201700	37020012	136.814,00	136.814,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	CEU AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CEU AZUL	36000161116201700	31760006	33.497,00	33.497,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000159182201700	19630011	17.496,00	17.496,00	10122201545250041
PR	CRUZ MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000139192201700	19630011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	DIAMANTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO NORTE	36000162330201700	28490005	35.563,00	35.563,00	10122201545250041
PR	FLORIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIDA	36000145082201700	28410010	100.001,00	100.001,00	10122201545250041
PR	GOIOERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOIOERE	36000158054201700	36500006	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000113750201700	37710006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	INACIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000120915201700	29110009	29.000,00	29.000,00	10122201545250041
PR	IVATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111851201700	20520009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JANIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANIOPOLIS	36000148054201700	31760007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JAPURA	36000112387201700	18760010	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	LUIZIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZIANA	36000162481201700	29110009	110.000,00	110.000,00	10122201545250041
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000154328201700	30840011	93.218,00	93.218,00	10122201545250041
PR	MARIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112095201700	19630011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PEROBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162471201700	36500006	14.795,00	14.795,00	10122201545250041
PR	PRUDENTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRUDENTOPOLIS / PR	36000142073201700	37050002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000159186201700	37710006	22.046,00	22.046,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CAIUA	36000112781201700	20520009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	36000123090201700	28490005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112040201700	19630011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
RJ	APERIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APERIBE	36000162190201700	30580008	100.000,00	100.000,00	10122201545250033
RJ	NITEROI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	36000112329201700	27760021	150.000,00	150.000,00	10122201545250033
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	36000160187201700	29230019	814,00	814,00	10122201545253338
RJ	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VALENCA	36000139276201700	29230021	120.000,00	120.000,00	10122201545253362
RN	ALEXANDRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136850201700	37790009	300.000,00	300.000,00	10122201545250024
RN	AUGUSTO SEVERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO GRANDE-RN	36000160105201700	20330008	35.229,00	35.229,00	10122201545250024
RN	BAIA FORMOSA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE BAIA FORMOSA	36000114973201700	30490006	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	CORONEL JOAO PESSOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161826201700	30490006	51.708,00	51.708,00	10122201545250024
RN	FELIPE GUERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA-RN	36000146247201700	24470009	80.538,00	80.538,00	10122201545250024
RN	FERNANDO PEDROZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160582201700	21230011	131.000,00	131.000,00	10122201545250024
RN	GROSSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000122918201700	30490006	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	JARDIM DE ANGICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JARDIM DE ANGICOS	36000159701201700	37790009	22.045,00	22.045,00	10122201545250024
RN	LAGOA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DE PEDRAS	36000144210201700	24470009	220.000,00	220.000,00	10122201545250024
RN	SERRA DO MEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRA DO MEL	36000158209201700	20330008	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA	36000160224201700	24480008	200.000,00	200.000,00	10122201545250024
RS	AUGUSTO PESTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUGUSTO PESTANA	36000138720201700	36620009	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	BARRA FUNDA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000137855201700	20980010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	COXILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXILHA	36000122710201700	36620009 30770008	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250043 10122201545250043
RS	ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000120333201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	36000162025201700	20770010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136474201700	25650010	85.000,00	85.000,00	10122201545250040
RS	SAO JOSE DO HERVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO HERVAL	36000116579201700	20770010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PAULO DAS MISSOES	36000113110201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
SC	CANOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	36000129053201700	29060001	200.000,00	200.000,00	10122201545250042
SC	URUSSANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUSSANGA-FMSU	36000117159201700	29060001	63.000,00	63.000,00	10122201545250042
SC	XANXERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XANXERE	36000112022201700	38240001	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SE	CEDRO DE SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111426201700	22460008	150.000,00	150.000,00	10122201545250028
SE	MARUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161990201700	22460008	14.771,00	14.771,00	10122201545250028
SE	MARUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161991201700	22460008	235.229,00	235.229,00	10122201545250028
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159355201700	31000003	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	SAO CRISTOVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145334201700	26080013	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	TOMAR DO GERU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU	36000111938201700	26000002	250.000,00	250.000,00	10122201545250028
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	36000135994201700	17990001	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	CASTILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161221201700	19970019	56.814,00	56.814,00	10122201545250035
SP	ESTRELA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA D"OESTE	36000131505201700	25310014	150.000,00	150.000,00	10122201545250035
SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA PAULISTA	36000138757201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	36000160617201700	28150003	90.000,00	90.000,00	10122201545250035
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA	36000115191201700	28150003	90.000,00	90.000,00	10122201545250035
SP	SAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000113172201700	28130002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162068201700	30640011	422.276,00	422.276,00	10122201545250035
SP	SANTA RITA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000135727201700	30370002	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
SP	SAO PEDRO DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137438201700	28130002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
TOTAL			100 PROPOSTAS			13.385.363,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.770, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000117015	35680005	168.500,00	168.500,00	10302201585350029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117004	31660008	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALEGRE	13571334000117012	14130004	170.000,00	170.000,00	10302201585350032
GO	INACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INACIOLANDIA	11474036000117003	30810005	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
MG	CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13893601000117006	37510004	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
PE	BARREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11514360000117003	27180007	170.000,00	170.000,00	10302201585350026
RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18325678000117704	37420005	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RS	NOVA BASSANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BASSANO	12153799000117002	21720005	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	TABAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAI	11984627000117008	21720005	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
SP	LENCOIS PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11205603000117007	25200002	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
TOTAL			10 PROPOSTAS			1.518.500,00	

PORTARIA Nº 3.771, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	POCONE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162240201700	71120001	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
PI	JAICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000162097201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	36000162257201700	71190015	132.309,00	132.309,00	10122201545250022
TOTAL			3 PROPOSTAS			532.309,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.772, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221104000117006	20180007	100.000,00	100.000,00	10302201585350031
MG	ITAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA	11433888000117002	29940014	26.050,00	26.050,00	10302201585350031
MG	VARZEA DA PALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11491247000117004	27590007	99.990,00	99.990,00	10302201585350031
TOTAL			3 PROPOSTAS			226.040,00	

PORTARIA Nº 3.773, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CAMPANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CAMPANHA	11398095000117001	20180006	99.940,00	99.940,00	10301201585810031
SP	FLORIDA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11565305000117001	33600005	79.850,00	79.850,00	10301201585810035
SP	GUARIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	07542743000117001	21830011	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PRADOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13870703000117001	21830011	99.730,00	99.730,00	10301201585810035
TOTAL			4 PROPOSTAS			379.520,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.774, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	CLAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLAUDIA-MT	13665242000117003	25470001	399.636,00	399.636,00	10301201585810051
PA	BAGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAGRE	13888332000117010	34910004	148.998,00	148.998,00	10301201585810015
PR	ANDIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ANDIRA	09257839000117702	28470011	299.979,00	299.979,00	10301201585810041
RN	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11313552000117002	20330007	99.991,00	99.991,00	10301201585810024
RS	ALEGRETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALEGRETE	11431321000117003	36610006	199.912,00	199.912,00	10301201585810043
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.148.516,00	

PORTARIA Nº 3.775, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	SABARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11462882000117016	30830011	259.839,00	259.839,00	10302201585350031
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11084263000117001	28380012	216.000,00	216.000,00	10302201585350054
PA	TAILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10257028000117004	33390008	168.920,00	168.920,00	10302201585350015
PE	BUIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11421766000117006	10740008	150.000,00	150.000,00	10302201585350026

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18325678000117706	37420005	10.000,00	10.000,00	10302201585350024
RO	MACHADINHO D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACHADINHO D"OESTE	19047937000117005	37250010	149.900,00	149.900,00	10302201585350011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	09536254000117002	29170007	320.000,00	320.000,00	10302201585350011
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06231312000117006	32350008	99.990,00	99.990,00	10302201585350042
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DOS PERDOES	11319587000117012	37370014	259.950,00	259.950,00	10302201585350035
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.634.599,00	

PORTARIA Nº 3.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000117023	23970007	30.000,00	30.000,00	10302201585350033
TOTAL			1 PROPOSTAS			30.000,00	

PORTARIA Nº 3.779, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	ATALAIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA DO NORTE	36000162368201700	81000173	75.000,00	75.000,00	10122201545257280
BA	ACAJUTIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACAJUTIBA	36000161972201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	ANTONIO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ANTONIO GONCALVES	36000162270201700	81000173	230.000,00	230.000,00	10122201545257280
BA	ARAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000162181201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	BAIXA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXA GRANDE	36000162219201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	BOTUPORA	FUNSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOTUPORA	36000162083201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	CONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONDE	36000161963201700	81000173	210.000,00	210.000,00	10122201545257280
BA	IBIPEBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162333201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	ITAGUACU DA BAHIA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000162348201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	ITAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162274201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	ITUBERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUBERA	36000162142201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	MACARANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162209201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	MAIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAIRI	36000161957201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	MUCURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162139201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	PIRITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE- PIRITIBA-BA	36000162310201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	POTIRAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE POTIRAGUA	36000161969201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000161960201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MG	JOANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162189201700	81000173	778.261,00	778.261,00	10122201545257280
MG	PAPAGAIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAPAGAIOS	36000162215201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	PAPAGAIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAPAGAIOS	36000162225201700	81000173	40.000,00	40.000,00	10122201545257280
MG	SANTANA DO JACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162226201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MS	AQUIDAUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AQUIDAUANA	36000162474201700	81000173	186.000,00	186.000,00	10122201545257280
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000162426201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	BRASILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162382201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	CASSILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSILANDIA-MS	36000162371201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	36000162354201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MS	COSTA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	36000162417201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	36000162411201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MS	DEODAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEODAPOLIS-MS	36000162390201700	81000173 81000173 81000173 81000173	250.000,00 300.000,00 250.000,00 300.000,00	550.000,00	10122201545257280 10122201545257280 10122201545257280 10122201545257280
MS	GLORIA DE DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162465201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MS	GLORIA DE DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162469201700	81000173	143.000,00	143.000,00	10122201545257280
MS	JUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000162447201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	MARACAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162467201700	81000173	450.000,00	450.000,00	10122201545257280
MS	MIRANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162399201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	36000162427201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	NOVA ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA	36000161964201700	81000173	223.000,00	223.000,00	10122201545257280
MS	NOVA ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA	36000162433201700	81000173	450.000,00	450.000,00	10122201545257280
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162423201700	81000173	450.000,00	450.000,00	10122201545257280
MS	SONORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162450201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MS	TACURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACURU-MS	36000162499201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
PA	ALMEIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162314201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162419201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	36000161959201700	81000173	500.062,00	500.062,00	10122201545257280
PA	TOME-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161974201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PB	ALAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA	36000162255201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	ALAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA	36000162412201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ALGODAO DE JANDAIRA	36000162146201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	AROEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162102201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	BARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BARAUNA	36000162149201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	BOA VENTURA	FUNCO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VENTURA	36000162297201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	EMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162303201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	GURINHEM	FMS DE GURINHEM	36000162091201700	81000173	110.000,00	110.000,00	10122201545257280
PB	LAGOA DE DENTRO	LAGOA DE DENTRO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162138201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	MATUREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162304201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	MONTADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTADAS	36000162131201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	OURO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VELHO	36000162192201700	81000173	91.500,00	91.500,00	10122201545257280
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162123201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	36000162132201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	POCO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162069201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCO DE JOSE DE MOURA	36000162305201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SANTO ANDRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANDRE	36000162108201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162261201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SAO MAMEDE	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO MAMEDE-PB	36000162306201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SERRA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162436201700	81000173	589.000,00	589.000,00	10122201545257280
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	36000162145201700	81000173	120.000,00	120.000,00	10122201545257280
PB	VIEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIEIROPOLIS	36000162147201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	VISTA SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162074201700	81000173	110.000,00	110.000,00	10122201545257280
PR	CAMPO MAGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAGRO	36000162094201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	PIEN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162016201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	36000162251201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
RJ	CANTAGALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTAGALO	36000162019201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000162024201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	36000162008201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
RN	RAFAEL GODEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO	36000162381201700	81000173	9.255,00	9.255,00	10122201545257280
RS	SAO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARCOS - RS	36000162011201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	VACARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VACARIA	36000162260201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	SAO JOSE DO CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO	36000162082201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000162028201700	81000173	157.000,00	157.000,00	10122201545257280
SE	CARIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161978201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SE	CARMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161992201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161981201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SE	ILHA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161983201700	81000173	40.000,00	40.000,00	10122201545257280
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162049201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
SE	JAPARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPARATUBA	36000161985201700	81000173	115.175,00	115.175,00	10122201545257280
SE	LARANJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161984201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SE	MALHADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161987201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SE	NEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162220201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
SE	PACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162385201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
SE	POCO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161989201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SE	RIACHAO DO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000161993201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162212201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SE	TOMAR DO GERU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU	36000162383201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SE	UMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162073201700	81000173	310.000,00	310.000,00	10122201545257280
SP	COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162243201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	COLOMBIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLOMBIA	36000162237201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162269201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
SP	MAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162236201700	81000173	905.000,00	905.000,00	10122201545257280
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162045201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SP	SANTA BARBARA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA D OESTE	36000162010201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SP	SANTO ANTONIO DO JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000162294201700	81000173	89.000,00	89.000,00	10122201545257280
SP	SAO JOAO DO PAU D"ALHO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PAU D"ALHO	36000162144201700	81000173	53.462,00	53.462,00	10122201545257280
TOTAL			101 PROPOSTAS			29.534.715,00	

PORTARIA Nº 3.780, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO MA	11331341000117007	37760009	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0021
PE	BARRA DE GUABIRABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DE GUABIRABA	12680370000117005	37000001	125.000,00	125.000,00	10301201520YL0026
PE	BEZERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEZERROS	13486604000117701	37000001	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0026
RS	TRES ARROIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12912617000117001	28630009	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0043
SP	CUBATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUBATAO	17262670000117009	31350001	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0035
TOTAL			5 PROPOSTAS			449.000,00	

PORTARIA Nº 3.781, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA	14792165000117001	24910009	500.000,00	500.000,00	10302201585350032
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000117020	37020011	190.000,00	190.000,00	10302201585350041
SP	MONGAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONGAGUA	12096081000117023	36900010	150.050,00	150.050,00	10302201585353714
TOTAL			3 PROPOSTAS			840.050,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.782, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41230038000117007	10710013	504.120,00	504.120,00	10302201585350026
TOTAL			1 PROPOSTAS			504.120,00	

PORTARIA Nº 3.783, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	BOCAIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274221000117006	37430004	68.750,00	68.750,00	10302201585350031
SP	OSASCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OSASCO	13897329000117006	28090011	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
TOTAL			2 PROPOSTAS			268.750,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.784, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	VARZEA DA PALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11491247000117003	27690008	100.000,00	100.000,00	10302201585350031
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETETUBA	12282048000117025	31880003	60.000,00	60.000,00	10302201585350015
PE	BARREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11514360000117004	27180007	29.990,00	29.990,00	10302201585350026
SC	CURITIBANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS-SC	11375686000117001	29250002	100.000,00	100.000,00	10302201585350042
TOTAL			4 PROPOSTAS			289.990,00	

PORTARIA Nº 3.785, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CRUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11238884000117707	71140013	242.000,00	242.000,00	10301201585817326
TOTAL			1 PROPOSTAS			242.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.786, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	MONCOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONCOES	11966012000117005	80.000,00	ECOM	10301201585810001
TOTAL			1 PROPOSTAS	80.000,00		

PORTARIA Nº 3.787, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14700048000117708	27740007	117.992,00	117.992,00	10301201585810032
ES	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA ESPERANCA	11431661000117707	27740007	300.000,00	300.000,00	10301201585810032
MG	FRANCISCOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402809000117001	30560004	75.165,00	75.165,00	10301201585810031
MG	FRANCISCOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402809000117004	30560004	124.817,00	124.817,00	10301201585810031
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	11394413000117016	38430001	72.865,00	72.865,00	10301201585810054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	11394413000117017	38430001	72.865,00	72.865,00	10301201585810054
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000117004	37670013	197.616,00	197.616,00	10301201585811695
SP	CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12078245000117004	38520001	149.132,00	149.132,00	10301201585810035
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11231208000117701	37750016	50.000,00	50.000,00	10301201585810017
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.160.452,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.805, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios do Estado de São Paulo a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Serviço Residencial Terapêutico e Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelos municípios solicitando parcela única de incentivo de implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Serviço Residencial Terapêutico- SRT e Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/DAPES - Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/CGMAD - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no Anexo I, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e Serviços Residenciais Terapêuticos - SRT.

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º Ficam habilitados o Municípios descritos no Anexo II, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de CAPS ad III e Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais.

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência do incentivo financeiro de implantação, diretamente para os Fundos Estadual e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 4º Os recursos financeiros de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.302.2015.20B0 - Plano Orçamentário - 0000 e PO 0002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Municípios do Estado de São Paulo habilitados para recebimento do recurso de implantação de serviços

UF	TIPO	MUNICÍPIO	IBGE	GESTÃO	PO	Quantidade	Nº Proposta SAIPS	VALOR
SP	SRT II	Américo Brasiliense	350170	Municipal	0000	1	15719	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Catanduva	351110	Municipal	0000	1	8219	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Franca	351620	Municipal	0000	5	10396	R$ 100.000,00
SP	SRT II	Franco da Rocha	351640	Municipal	0000	1	11127	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Garça	351670	Municipal	0000	4	8118	R$ 80.000,00
SP	SRT II	Guapiara	351760	Municipal	0000	1	12020	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Guareí	351850	Municipal	0000	1	12291	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Itu	352390	Municipal	0000	4	15239	R$ 80.000,00
SP	SRT II	Jacareí	352440	Municipal	0000	1	7470	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Mogi das Cruzes	353060	Municipal	0000	1	11869	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Orindiúva	353420	Municipal	0000	1	18028	R$ 20.000,00
SP	SRT II	Pacaembu	353490	Municipal	0000	1	7159	R$ 20.000,00
SP	SRT II	São Bernardo do Campo	354870	Municipal	0000	2	15213 e 15215	R$ 40.000,00
SP	SRT II	São Paulo	355030	Municipal	0000	22	17258 e 18459	R$ 440.000,00
SP	SRT II	Tietê	355450	Municipal	0000	1	12370	R$ 20.000,00
SP	CAPS I	Alumínio	350115	Municipal	0000	1	11306	R$ 20.000,00
SP	CAPS I	Cesário Lange	351160	Municipal	0000	1	10849	R$ 20.000,00
SP	CAPS I	Guareí	351850	Municipal	0000	1	13335	R$ 20.000,00
SP	CAPS I	Pacaembu	353490	Municipal	0000	1	9629	R$ 20.000,00
SP	CAPS II Qualificação	Mairiporã	352850	Municipal	0000	1	12116	R$ 10.000,00
SP	CAPS infantil	Campinas	350950	Municipal	0000	1	4678	R$ 30.000,00
SP	CAPS infantil	São Paulo	355030	Municipal	0000	1	11322	R$ 30.000,00

ANEXO II

Municípios do Estado de São Paulo habilitados para recebimento do recurso de implantação de serviços

UF	Tipo	Município	IBGE	Razão Social	CNES	Gestão	PO	Quantidade	Nº de proposta SAIPS	Valor
SP	CAPS ad III Qualificação	Jacareí	352440	Não se aplica	2026120	Municipal	2	1	8701	R$ 75.000,00
SP	Leitos	Porto Feliz	354060	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz	2751569	Municipal	2	4	10754	R$ 16.000,00
SP	Leitos	São Miguel Arcanjo	355020	Hospital São Miguel Arcanjo	7320175	Municipal	2	4	8652	R$ 16.000,00

PORTARIA Nº 3.809, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Serviço Residencial Terapêutico - SRT para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS e estabelece recurso do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e Município de Recife.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo atenção em saúde mental;

Considerando o Anexo V, Título I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando o Anexo V, Título V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando o Anexo 5 do Anexo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando que os Serviços Residenciais Terapêuticos se configuram como ponto de atenção do componente desinstitucionalização, sendo estratégicos no processo de desospitalização e reinserção social de pessoas longamente internados nos hospitais psiquiátricos ou em hospitais de custódia; e

Considerando a necessidade de acelerar a estruturação e a consolidação da rede extra-hospitalar de atenção psicossocial em todas as unidades da Federação, com a implementação de diretrizes de melhoria de qualidade da atenção à saúde mental, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Serviço Residencial Terapêutico no Município a seguir relacionado, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Portaria nº 857/SAS/MS, de 22 de agosto de 2012:

UF	Município	Especificação do Plano	Código do IBGE	CNES do Serviço de Saúde de Referência	CNPJ do Fundo	Gestão do serviço	Tipo	Código	Nº da Proposta no SAIPS	Número de Moradores	Recurso de Custeio Mensal	Recurso de Custeio Anual
PE	Recife	RSM-RSME	261160	3505812	41.090.291/0001-33	Municipal	SRT Tipo II	82.27	14870	10	20.000,00	R$ 240.000,00

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco e Município de Recife.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Recife/PE, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 000F.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.810, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	POUSO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11290305000117012	3.100.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTA(S)	3.100.000,00		

PORTARIA Nº 3.811, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	MAIQUINIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAIQUINIQUE	11426972000117001	499.850,00	0000	10302201585350001
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	09239491000117010	229.000,00	0000	10302201585350001
MA	CODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11781256000117012	593.000,00	0000	10302201585350001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BELO ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELO ORIENTE	12066257000117008	139.980,00	0000	10302201585350001
MG	MUZAMBINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11997245000117007	99.950,00	0000	10302201585350001
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11464118000117002	199.985,00	0000	10302201585350001
PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326603000117706	1.000.000,00	0000	10302201585350001
PE	PARNAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAMIRIM	12238888000117007	779.958,00	0000	10302201585350001
PR	PAULO FRONTIN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN	12082670000117010	210.000,00	0000	10302201585350001
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000117010	399.990,00	0000	10302201585350001
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11171092000117021	129.950,00	0000	10302201585350001
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12361936000117724	339.930,00	0000	10302201585350001
RO	CANDEIAS DO JAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS DO JAMARI	84744853000117014	599.976,00	0000	10302201585350001
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO UNIAO	00185045000117002	160.000,00	0000	10302201585350001
SC	TIJUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS	11607006000117025	109.981,00	0000	10302201585350001
SP	BRAGANCA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAGANCA PAULISTA	11226130000117721	999.860,00	0000	10302201585350001
SP	CARAPICUIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	11154498000117724	1.000.000,00	0000	10302201585350001
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11408997000117013	470.000,00	0000	10302201585350001
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHA SOLTEIRA	11775763000117017	100.000,00	0000	10302201585350001
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHA SOLTEIRA	11775763000117018	299.970,00	0000	10302201585350001
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	11861752000117007	100.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO SEBASTIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO	11817180000117015	99.920,00	0000	10302201585350001
TOTAL			22 PROPOSTAS	8.561.300,00		

PORTARIA Nº 3.812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	BERURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12795862000117020	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	CARAUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14090756000117010	170.000,00	0000	10302201585350001
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZINHO- FMST	13991993000117710	80.000,00	0000	10302201585350001
CE	FORQUILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHA	11398545000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
CE	HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HORIZONTE-CEARA	07557784000117715	170.000,00	0000	10302201585350001
CE	PARAMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAMBU	12773829000117724	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPURANGA	11321092000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	MINACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10589186000117008	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	NEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NEROPOLIS - FMS	12008540000117026	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -FMS	11168270000117025	170.000,00	0000	10302201585350001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	PIRES DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PIRES DO RIO	07752031000117029	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07892711000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
MA	ARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARI	97552407000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	09239491000117008	190.000,00	0000	10302201585350001
MS	MIRANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13140956000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MS	NOVA ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ANDRADINA	10711980000117012	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12868705000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	11594451000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	CABACEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CABACEIRAS PB	11309134000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	CONCEICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO	05497410000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	CUITE DE MAMANGUAPE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13099820000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	OURO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VELHO	11348410000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14418667000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11418606000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11602227000117004	250.000,00	0000	10302201585350001
RJ	CORDEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIRO	03716759000117707	170.000,00	0000	10302201585350001
RS	BARAO DO TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13895181000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
RS	CACHOEIRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965721000117009	190.000,00	0000	10302201585350001
RS	GLORINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GLORINHA	11687792000117006	190.000,00	0000	10302201585350001
RS	GRAMADO XAVIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAMADO XAVIER	12147323000117002	170.000,00	0000 0000	10302201585350001 10302201585350001
RS	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11922360000117017	190.000,00	0000	10302201585350001
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000117014	170.000,00	0000	10302201585350001
RS	TUNAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAS	13008513000117004	190.000,00	0000	10302201585350001
RS	TUPANCIRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPANCIRETA	10441810000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
SC	MARACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA	10425206000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO UNIAO	00185045000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	10469199000117003	380.000,00	0000	10302201585350001
SP	AGUAS DE LINDOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE LINDOIA	11858657000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ARTUR NOGUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARTUR NOGUEIRA	12012065000117012	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BALSAMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALSAMO	14013891000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BIRIGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12623139000117713	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	CAJATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13833213000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ESTRELA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA D"OESTE	12779945000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	IPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12186703000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	NUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DA ESTANCIA CLIMATICA DE NUPORANGA	11910988000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PERUIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERUIBE	97519444000117722	338.500,00	0000	10302201585350001
SP	RAFARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAFARD	13815597000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	RESTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11826913000117014	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTA GERTRUDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879576000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTO ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANASTACIO	11950866000117022	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM DA BARRA	11370092000117004	168.500,00	0000	10302201585350001
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM DA BARRA	11370092000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
TO	ARAGOMINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOMINAS	12616343000117003	168.500,00	0000	10302201585350001
TO	NOVO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ALEGRE	11740265000117702	170.000,00	0000	10302201585350001
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	11910226000117027	170.000,00	0000	10302201585350001
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	11398887000117004	168.500,00	0000	10302201585350001
TOTAL			56 PROPOSTAS	9.124.000,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.813, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e Município de Coronel Fabriciano.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bibartite do Estado de Minas Gerais - CIB/SUS nº 2500, de 20 de junho de 2017, que aprova a liberação de recursos ao Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Município de Coronel Fabriciano/MG;

Considerando o Ofício GAB SMS nº 081, de 03 de outubro de 2017, da Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Fabriciano, que solicita liberação de recursos para recomposição do limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar no montante anual de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)., a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e Município de Coronel Fabriciano/MG.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência mensal, regular e automática, do valor descrito no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Coronel Fabriciano/MG, mediante autorização da Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.814, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de veículos ambulância tipo A, nos termos da Portaria nº 3.388, de 12 de dezembro de 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição Federal de 1988, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas; e

Considerando a Portaria nº 3.388/GM/MS, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a aplicação de recursos de programação aprovados pela Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017 para transferência fundo a fundo destinada à aquisição de veículos ambulância tipo A pelos entes Municipais, Estaduais e Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de veículos ambulância tipo A.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

IBGE	ENTIDADE	PROGRAMA	COMPONENTE	CNPJ	NUMERO DO TERMO DE ADESAO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR
120010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09622055000108	120010171226124728 9	1030220158535	R$ 80.000,00
120020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11370229000134	120020171226124219 8	1030220158535	R$ 160.000,00
120025	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19023249000140	120025171225175340 5	1030220158535	R$ 80.000,00
120030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12477601000179	120030171226114825 1	1030220158535	R$ 80.000,00
120032	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11373970000159	120032171226111069 9	1030220158535	R$ 80.000,00
120045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	02296124000191	120045171226145410 3	1030220158535	R$ 80.000,00
120060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11507430000110	120060171225182097	1030220158535	R$ 160.000,00
120070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12465477000121	120070171223134597 3	1030220158535	R$ 80.000,00
270010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11502413000190	270010171225192049 0	1030220158535	R$ 80.000,00
270020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12306877000194	270020171223205447 9	1030220158535	R$ 80.000,00
270030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	21013754000156	270030171226150375 8	1030220158535	R$ 240.000,00
270040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11301685000122	270040171224113770 2	1030220158535	R$ 80.000,00
270050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11347540000162	270050171226094212 6	1030220158535	R$ 80.000,00
270060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12550426000106	270060171223233085 9	1030220158535	R$ 80.000,00
270080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11185950000154	270080171223201063 2	1030220158535	R$ 80.000,00
270135	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11272240000161	270135171225113589 3	1030220158535	R$ 80.000,00
270140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19296278000186	270140171223204855 6	1030220158535	R$ 160.000,00
270160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12091467000173	270160171226111370 8	1030220158535	R$ 80.000,00
270170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11203936000136	270170171226095025 8	1030220158535	R$ 80.000,00
270180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12657662000118	270180171224114877 3	1030220158535	R$ 80.000,00
270190	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11401087000125	270190171225182277 1	1030220158535	R$ 80.000,00
270200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11407477000102	270200171224174517 5	1030220158535	R$ 80.000,00
270235	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11343711000185	270235171224204891 6	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

270240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11261089000166	2702401712241752930	1030220158535	R$ 80.000,00
270250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11415703000105	2702501712232301104	1030220158535	R$ 80.000,00
270255	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11193150000185	2702551712261017428	1030220158535	R$ 160.000,00
270280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11895474000165	2702801712232220484	1030220158535	R$ 80.000,00
270290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11277599000121	2702901712241756606	1030220158535	R$ 160.000,00
270310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11297443000102	2703101712231507351	1030220158535	R$ 160.000,00
270320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11197813000130	2703201712232258742	1030220158535	R$ 160.000,00
270330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11183264000144	2703301712261118155	1030220158535	R$ 80.000,00
270340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12342368000117	2703401712232248972	1030220158535	R$ 80.000,00
270375	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11926143000145	2703751712241918508	1030220158535	R$ 80.000,00
270380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11991357000103	2703801712251143466	1030220158535	R$ 80.000,00
270390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11351867000108	2703901712251329578	1030220158535	R$ 80.000,00
270400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11768552000160	2704001712232045865	1030220158535	R$ 320.000,00
270410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09056075000169	2704101712241801219	1030220158535	R$ 80.000,00
270420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11269277000130	2704201712241806370	1030220158535	R$ 160.000,00
270430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07792137000175	2704301712231805 86	1030220158535	R$ 320.000,00
270440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12907233000151	2704401712232305255	1030220158535	R$ 80.000,00
270490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11594727000160	2704901712261239848	1030220158535	R$ 80.000,00
270460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11402479000109	2704601712232315800	1030220158535	R$ 80.000,00
270480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11264135000180	2704801712241532678	1030220158535	R$ 80.000,00
270500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19707059000142	2705001712261123776	1030220158535	R$ 80.000,00
270540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13079412000100	2705401712231553780	1030220158535	R$ 80.000,00
270570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11438291000110	2705701712232253680	1030220158535	R$ 160.000,00
270580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13890745000115	2705801712241815742	1030220158535	R$ 80.000,00
270590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11207613000110	2705901712261043538	1030220158535	R$ 80.000,00
270610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14188779000125	2706101712261033 44	1030220158535	R$ 80.000,00
270620	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13870154000186	2706201712241534918	1030220158535	R$ 80.000,00
270630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11185701000169	2706301712241137 82	1030220158535	R$ 160.000,00
270630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11185701000169	2706301712241141936	1030220158535	R$ 80.000,00
270640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09687192000120	2706401712232315795	1030220158535	R$ 160.000,00
270642	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12092124000123	2706421712241243584	1030220158535	R$ 80.000,00
270644	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11432702000160	2706441712261009293	1030220158535	R$ 80.000,00
270650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11408429000139	2706501712261114507	1030220158535	R$ 80.000,00
270660	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11224453000118	2706601712261133336	1030220158535	R$ 80.000,00
270670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11286018000118	2706701712241353518	1030220158535	R$ 160.000,00
270690	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11405124000173	2706901712232203 51	1030220158535	R$ 160.000,00
270710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11197317000186	2707101712241327741	1030220158535	R$ 160.000,00
270720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11252928000180	2707201712232257235	1030220158535	R$ 80.000,00
270730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11312579000144	2707301712251121206	1030220158535	R$ 160.000,00
270760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07543773000163	2707601712261008 38	1030220158535	R$ 80.000,00
270770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11615319000148	2707701712260817209	1030220158535	R$ 80.000,00
270770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11615319000148	2707701712260829159	1030220158535	R$ 80.000,00
270780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11408057000140	2707801712251935753	1030220158535	R$ 80.000,00
270800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19433048000111	2708001712261223827	1030220158535	R$ 160.000,00
270830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11538959000100	2708301712251317 32	1030220158535	R$ 160.000,00
270840	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11314682000123	2708401712260957467	1030220158535	R$ 160.000,00
270880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10013384000130	2708801712231250960	1030220158535	R$ 160.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

270895	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11348088000153	2708951712232309398	1030220158535	R$ 80.000,00
270900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11498699000188	2709001712241824310	1030220158535	R$ 80.000,00
270915	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11780685000152	2709151712231609533	1030220158535	R$ 160.000,00
270920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	22148724000110	2709201712241832777	1030220158535	R$ 160.000,00
130020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	97531081000198	1300201712221904825	1030220158535	R$ 80.000,00
130068	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11874038000100	1300681712252034208	1030220158535	R$ 80.000,00
160050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12250723000128	1600501712252251140	1030220158535	R$ 80.000,00
160055	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11894261000119	1600551712261040518	1030220158535	R$ 80.000,00
160060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11193442000118	1600601712221954901	1030220158535	R$ 80.000,00
290035	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11650248000114	2900351712241038332	1030220158535	R$ 80.000,00
290210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09291555000104	2902101712250102634	1030220158535	R$ 80.000,00
290220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13768532000115	2902201712261135410	1030220158535	R$ 80.000,00
290260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11573200000150	2902601712231403909	1030220158535	R$ 80.000,00
290310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10790994000140	2903101712242008519	1030220158535	R$ 80.000,00
290327	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13859767000112	2903271712231331683	1030220158535	R$ 80.000,00
290400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13066068000115	2904001712241510287	1030220158535	R$ 80.000,00
290485	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11463377000101	2904851712241142513	1030220158535	R$ 80.000,00
290510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10280549000130	2905101712231402153	1030220158535	R$ 80.000,00
290515	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12646157000178	2905151712232014779	1030220158535	R$ 80.000,00
290550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13832465000150	2905501712241229818	1030220158535	R$ 80.000,00
290650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10869131000163	2906501712260950556	1030220158535	R$ 80.000,00
290670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12244652000150	2906701712261336 68	1030220158535	R$ 80.000,00
290685	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11286393000168	2906851712240935 68	1030220158535	R$ 80.000,00
290760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17332026000130	2907601712232007646	1030220158535	R$ 80.000,00
290780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11642796000100	2907801712231506 50	1030220158535	R$ 80.000,00
290860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11498835000130	2908601712261115770	1030220158535	R$ 80.000,00
290900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11342536000101	2909001712260947 95	1030220158535	R$ 80.000,00
290920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11230759000187	2909201712231751515	1030220158535	R$ 80.000,00
290940	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10413214000143	2909401712232028781	1030220158535	R$ 80.000,00
290970	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09551251000139	2909701712232023743	1030220158535	R$ 80.000,00
290980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11429927000168	2909801712261211460	1030220158535	R$ 80.000,00
291075	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11484552000139	2910751712261027103	1030220158535	R$ 80.000,00
291140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11555139000118	2911401712261218333	1030220158535	R$ 80.000,00
291160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11285204000132	2911601712231543643	1030220158535	R$ 80.000,00
291200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11421459000185	2912001712231445723	1030220158535	R$ 80.000,00
291390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11208165000170	2913901712260910626	1030220158535	R$ 80.000,00
291430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11280990000185	2914301712231623637	1030220158535	R$ 80.000,00
291440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11343822000191	2914401712232041 49	1030220158535	R$ 80.000,00
291450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11300002000112	2914501712232050844	1030220158535	R$ 80.000,00
291500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11245691000100	2915001712261030 39	1030220158535	R$ 80.000,00
291510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11743353000106	2915101712250114898	1030220158535	R$ 80.000,00
291520	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11343380000183	2915201712261107864	1030220158535	R$ 80.000,00
291560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10694906000107	2915601712261047690	1030220158535	R$ 80.000,00
291640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11068339000146	2916401712261120929	1030220158535	R$ 160.000,00
291733	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10540906000152	2917331712260958632	1030220158535	R$ 80.000,00
291750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09567134000163	2917501712260920524	1030220158535	R$ 80.000,00
291850	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13771930000190	2918501712231923446	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

291860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11245338000120	291860171224032543	1030220158535	R$ 80.000,00
291920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13881550000109	291920171222125523 9	1030220158535	R$ 80.000,00
291992	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13884527000178	291992171226103183 5	1030220158535	R$ 80.000,00
292060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11388207000100	292060171226120265 8	1030220158535	R$ 160.000,00
292110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10831179000182	292110171225103431 3	1030220158535	R$ 80.000,00
292280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12420226000120	292280171226143210 0	1030220158535	R$ 80.000,00
292303	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11429746000131	292303171223144762 2	1030220158535	R$ 80.000,00
292305	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11278662000144	292305171223193481 4	1030220158535	R$ 80.000,00
292360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11358503000150	292360171226100513 1	1030220158535	R$ 80.000,00
292390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11276452000117	292390171223001786 9	1030220158535	R$ 80.000,00
292400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08704475000170	292400171226081470 0	1030220158535	R$ 160.000,00
292405	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10651489000115	292405171225132762 9	1030220158535	R$ 80.000,00
292450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11384729000125	292450171226102199 4	1030220158535	R$ 80.000,00
292465	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13527054000151	292465171224122130 9	1030220158535	R$ 80.000,00
292480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11412164000142	292480171224112503	1030220158535	R$ 80.000,00
292525	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11462047000193	292525171226000954 0	1030220158535	R$ 80.000,00
292530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08257417000146	292530171226103914	1030220158535	R$ 80.000,00
292550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	01408177000194	292550171224103950 3	1030220158535	R$ 80.000,00
292560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13786304000178	292560171223141200	1030220158535	R$ 80.000,00
292593	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12761477000179	292593171223211638 9	1030220158535	R$ 80.000,00
292710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13879773000131	292710171226095818 4	1030220158535	R$ 80.000,00
292740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08086458000117	292740171222155810	1030220158535	R$ 80.000,00
292860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12278378000130	292860171226092054 6	1030220158535	R$ 80.000,00
292900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08924528000169	292900171223143744 5	1030220158535	R$ 80.000,00
292930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11241655000178	292930171226104457 1	1030220158535	R$ 80.000,00
292935	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12446034000193	292935171223214932	1030220158535	R$ 80.000,00
292950	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13167503000106	292950171226112850 1	1030220158535	R$ 80.000,00
293015	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11231067000153	293015171225131330 9	1030220158535	R$ 80.000,00
293077	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11340977000174	293077171226133852 0	1030220158535	R$ 80.000,00
293100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13860869000158	293100171224142732 3	1030220158535	R$ 80.000,00
293110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13032954000128	293110171223145632 5	1030220158535	R$ 80.000,00
293120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11959776000150	293120171223145379 5	1030220158535	R$ 80.000,00
293150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12404015000102	293150171223174185 5	1030220158535	R$ 80.000,00
293170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11449996000133	293170171222164370	1030220158535	R$ 80.000,00
293250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12006019000124	293250171226101717 1	1030220158535	R$ 80.000,00
293290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11159883000101	293290171223145632 0	1030220158535	R$ 80.000,00
293315	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11337134000119	293315171224184426 2	1030220158535	R$ 80.000,00
293340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10454009000126	293340171223145746 2	1030220158535	R$ 80.000,00
230015	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11979758000130	230015171226090249 2	1030220158535	R$ 80.000,00
230070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12041368000187	230070171226111235 7	1030220158535	R$ 80.000,00
230075	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11872404000191	230075171224181095 2	1030220158535	R$ 80.000,00
230250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11352025000170	230250171226133584 3	1030220158535	R$ 80.000,00
230290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10365809000170	230290171223164781 0	1030220158535	R$ 80.000,00
230370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11777761000170	230370171226145299 3	1030220158535	R$ 80.000,00
230420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11737471000101	230420171224185885 8	1030220158535	R$ 320.000,00
230428	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11339077000107	230428171226143866 3	1030220158535	R$ 80.000,00
230500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13858795000115	230500171226094355 2	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

230580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11385157000107	2305801712260955727	1030220158535	R$ 80.000,00
230625	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09122687000102	2306251712261149530	1030220158535	R$ 80.000,00
230640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11402517000123	2306401712261134762	1030220158535	R$ 160.000,00
230730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11422073000198	230730171226100450	1030220158535	R$ 80.000,00
230945	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10321417000100	2309451712260954759	1030220158535	R$ 80.000,00
230950	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11782445000197	2309501712261010701	1030220158535	R$ 80.000,00
230990	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11410012000100	2309901712261001756	1030220158535	R$ 80.000,00
231085	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11419498000148	2310851712260954511	1030220158535	R$ 80.000,00
231095	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11495872000194	2310951712261039538	1030220158535	R$ 80.000,00
231170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11417035000147	2311701712261004199	1030220158535	R$ 80.000,00
231190	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11403448000172	231190171226101191	1030220158535	R$ 80.000,00
231240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12045640000105	2312401712261233306	1030220158535	R$ 80.000,00
231335	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11780781000109	2313351712221634827	1030220158535	R$ 80.000,00
320060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10429253000139	320060171222175738	1030220158535	R$ 160.000,00
320140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14830853000165	3201401712260934983	1030220158535	R$ 80.000,00
320225	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13927758000111	3202251712261024218	1030220158535	R$ 80.000,00
320370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14674999000169	3203701712261346230	1030220158535	R$ 80.000,00
320450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13959501000141	3204501712221959937	1030220158535	R$ 80.000,00
320517	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14019295000152	3205171712261349447	1030220158535	R$ 80.000,00
520005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08654446000141	5200051712241633764	1030220158535	R$ 80.000,00
520015	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11270640000138	5200151712241039582	1030220158535	R$ 80.000,00
520020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11879542000100	5200201712261139717	1030220158535	R$ 80.000,00
520085	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08624711000149	5200851712261340240	1030220158535	R$ 80.000,00
520090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11306532000178	5200901712261343866	1030220158535	R$ 80.000,00
520110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	06169881000155	5201101712260858901	1030220158535	R$ 80.000,00
520170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10465644000109	5201701712260833444	1030220158535	R$ 80.000,00
520180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11327382000189	5201801712260836308	1030220158535	R$ 80.000,00
520260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11291065000150	5202601712241042195	1030220158535	R$ 80.000,00
520320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11633598000172	5203201712221624961	1030220158535	R$ 80.000,00
520330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08083086000175	5203301712260840250	1030220158535	R$ 80.000,00
520357	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11280020000180	520357171226084295	1030220158535	R$ 80.000,00
520360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13902557000160	5203601712261501543	1030220158535	R$ 80.000,00
520380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09332615000190	5203801712261027260	1030220158535	R$ 80.000,00
520393	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08418330000103	5203931712261350613	1030220158535	R$ 80.000,00
520410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08288700000135	5204101712251331366	1030220158535	R$ 80.000,00
520430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	03381462000194	5204301712261306717	1030220158535	R$ 80.000,00
520450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	05593119000139	5204501712241111534	1030220158535	R$ 80.000,00
520480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	05106805000138	5204801712241114846	1030220158535	R$ 80.000,00
520490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10462799000191	520490171226084749	1030220158535	R$ 80.000,00
520510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	03532661000156	5205101712261430519	1030220158535	R$ 80.000,00
520545	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08678243000195	5205451712231612760	1030220158535	R$ 80.000,00
520570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11319184000173	5205701712260852517	1030220158535	R$ 80.000,00
520580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11378898000152	5205801712232218136	1030220158535	R$ 80.000,00
520650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11435485000162	5206501712260854887	1030220158535	R$ 80.000,00
520660	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11608994000140	5206601712251515667	1030220158535	R$ 80.000,00
520680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08325807000106	5206801712261001900	1030220158535	R$ 80.000,00
520830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11726671000150	5208301712261136526	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

520750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11331930000144	520750171224112158	1030220158535	R$ 80.000,00
520753	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11256865000130	520753171224102307	1030220158535	R$ 80.000,00
520780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11324516000108	520780171226134837 8	1030220158535	R$ 80.000,00
520790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11479852000120	520790171226124085 7	1030220158535	R$ 80.000,00
520890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11152150000137	520890171224102881 1	1030220158535	R$ 80.000,00
520910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	01814099000128	520910171226132631 0	1030220158535	R$ 80.000,00
520929	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11284175000194	520929171225224325 0	1030220158535	R$ 80.000,00
520980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13844517000109	520980171224095918 8	1030220158535	R$ 80.000,00
521000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07222467000125	521000171226105447 1	1030220158535	R$ 80.000,00
521020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07861703000153	521020171226090087 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10564533000150	521030171224073815 1	1030220158535	R$ 80.000,00
521090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11179871000130	521090171223155942 7	1030220158535	R$ 80.000,00
521100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11239210000153	521100171226132519 3	1030220158535	R$ 80.000,00
521130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11196842000187	521130171226090170 7	1030220158535	R$ 80.000,00
521180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10550278000196	521180171226135444	1030220158535	R$ 80.000,00
521205	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10411406000110	521205171226133319 1	1030220158535	R$ 80.000,00
521220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10514375000123	521220171225225066 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11268671000154	521230171226090215 2	1030220158535	R$ 80.000,00
521250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07556717000163	521250171223162374 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521270	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07784414000106	521270171226142724 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11905198000179	521280171223144554 8	1030220158535	R$ 80.000,00
521310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11924138000101	521310171226092259 5	1030220158535	R$ 80.000,00
521370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07816633000111	521370171224085872 1	1030220158535	R$ 80.000,00
521377	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08013657000103	521377171224162348 2	1030220158535	R$ 80.000,00
521400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11271688000160	521400171223192582 7	1030220158535	R$ 80.000,00
521410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11470270000182	521410171224113355 2	1030220158535	R$ 80.000,00
521450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12008540000109	521450171226091378	1030220158535	R$ 80.000,00
521486	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11237287000194	521486171225211699 1	1030220158535	R$ 80.000,00
521487	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12097489000140	521487171224095021 0	1030220158535	R$ 80.000,00
521523	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10936853000193	521523171223190871 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	04013318000168	521530171226081820 4	1030220158535	R$ 80.000,00
521560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10593919000190	521560171226115180 3	1030220158535	R$ 80.000,00
521640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11171868000170	521640171223153919 8	1030220158535	R$ 80.000,00
521645	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11317932000189	521645171225134164 9	1030220158535	R$ 80.000,00
521680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10839115000128	521680171223221080 9	1030220158535	R$ 80.000,00
521710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	01753396000100	521710171226091431 0	1030220158535	R$ 80.000,00
521720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	02441185000103	521720171226132380 4	1030220158535	R$ 80.000,00
521800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11113201000111	521800171226091676 3	1030220158535	R$ 80.000,00
521850	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	04752947000100	521850171226105087 6	1030220158535	R$ 80.000,00
521860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10459591000113	521860171226100582 3	1030220158535	R$ 80.000,00
521890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11279755000193	521890171224182426 0	1030220158535	R$ 80.000,00
521925	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	05322181000196	521925171224114130 9	1030220158535	R$ 80.000,00
521935	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11375512000159	521935171224100418 2	1030220158535	R$ 80.000,00
522005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10579668000199	522005171224105318 4	1030220158535	R$ 80.000,00
522000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	04244525000123	522000171226123477 7	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

522010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10581764000171	5220101712241146443	1030220158535	R$ 80.000,00
522020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11433328000118	5220201712240955933	1030220158535	R$ 80.000,00
522040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11078437000164	522040171223143730	1030220158535	R$ 80.000,00
522160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	04755973000191	5221601712261053392	1030220158535	R$ 80.000,00
522200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11918033000131	5222001712251732952	1030220158535	R$ 80.000,00
210005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11816419000132	2100051712240806634	1030220158535	R$ 160.000,00
210015	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13053338000153	2100151712240928332	1030220158535	R$ 80.000,00
210040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	97521808000156	2100401712231818855	1030220158535	R$ 80.000,00
210047	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13892620000124	2100471712251806899	1030220158535	R$ 160.000,00
210090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11756002000121	2100901712252215788	1030220158535	R$ 80.000,00
210110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13654382000119	210110171223171858	1030220158535	R$ 80.000,00
210120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07186334000140	2101201712251320204	1030220158535	R$ 80.000,00
210125	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11304010000137	2101251712231955705	1030220158535	R$ 80.000,00
210130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	97546561000122	2101301712232154699	1030220158535	R$ 80.000,00
210135	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14115387000136	2101351712241007853	1030220158535	R$ 80.000,00
210140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11236050000199	210140171226115670	1030220158535	R$ 80.000,00
210140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11236050000199	2101401712261157530	1030220158535	R$ 80.000,00
210170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11513081000140	210170171226134662	1030220158535	R$ 80.000,00
210173	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13985434000130	210173171223150369	1030220158535	R$ 80.000,00
210200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11447484000138	2102001712260823190	1030220158535	R$ 80.000,00
210220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11463289000100	2102201712241034588	1030220158535	R$ 80.000,00
210237	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13886121000124	2102371712261153124	1030220158535	R$ 160.000,00
210312	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11914760000120	210312171223220009	1030220158535	R$ 80.000,00
210330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11781256000108	2103301712260824787	1030220158535	R$ 80.000,00
210405	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11245566000108	2104051712251223921	1030220158535	R$ 80.000,00
210409	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12125211000130	2104091712261331704	1030220158535	R$ 80.000,00
210410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12658017000110	210410171226122217	1030220158535	R$ 80.000,00
210440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11825568000168	2104401712260821618	1030220158535	R$ 80.000,00
210455	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13877696000180	2104551712251032347	1030220158535	R$ 80.000,00
210462	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11386348000185	2104621712221823837	1030220158535	R$ 80.000,00
210530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	00939023000166	210530171226114950	1030220158535	R$ 80.000,00
210542	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13863418000174	2105421712240821560	1030220158535	R$ 80.000,00
210570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	97550981000182	2105701712261059807	1030220158535	R$ 80.000,00
210590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10790117000170	2105901712230839820	1030220158535	R$ 80.000,00
210670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12250370000166	2106701712231310634	1030220158535	R$ 80.000,00
210675	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11321235000100	2106751712260954550	1030220158535	R$ 80.000,00
210680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11516236000100	2106801712252223608	1030220158535	R$ 80.000,00
210735	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13845115000129	2107351712252057738	1030220158535	R$ 80.000,00
210745	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11261506000170	210745171223193707	1030220158535	R$ 80.000,00
210805	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12504949000108	2108051712261350926	1030220158535	R$ 80.000,00
210810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11244671000114	2108101712261117932	1030220158535	R$ 80.000,00
210830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12148948000178	2108301712261300569	1030220158535	R$ 80.000,00
210910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11379508000169	2109101712240804392	1030220158535	R$ 80.000,00
210990	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12684909000195	2109901712232151279	1030220158535	R$ 80.000,00
211000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11487015000142	2110001712261336506	1030220158535	R$ 160.000,00
211003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08999023000163	2110031712241442891	1030220158535	R$ 80.000,00
211010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13851179000132	2110101712261028491	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

211065	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13951441000110	2110651712251740303	1030220158535	R$ 80.000,00
211100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13299539000135	2111001712261212988	1030220158535	R$ 80.000,00
211157	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12124231000196	2111571712221726409	1030220158535	R$ 80.000,00
211174	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14058692000133	2111741712261129456	1030220158535	R$ 80.000,00
211230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10476850000114	2112301712240936826	1030220158535	R$ 80.000,00
211260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11855915000103	2112601712231454371	1030220158535	R$ 80.000,00
211280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12913408000133	2112801712251203144	1030220158535	R$ 160.000,00
211280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12913408000133	2112801712251146396	1030220158535	R$ 80.000,00
211290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14070963000176	2112901712242200982	1030220158535	R$ 80.000,00
310010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12498121000194	3100101712260912459	1030220158535	R$ 80.000,00
310120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13081164000132	3101201712240759751	1030220158535	R$ 80.000,00
310360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13915452000145	3103601712261040814	1030220158535	R$ 80.000,00
310380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11503809000152	3103801712261256935	1030220158535	R$ 80.000,00
310490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11391585000134	3104901712261236251	1030220158535	R$ 80.000,00
310570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19355269000119	3105701712231529 61	1030220158535	R$ 80.000,00
310600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11900204000103	3106001712260924116	1030220158535	R$ 80.000,00
310680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11422285000175	3106801712261015203	1030220158535	R$ 80.000,00
310720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13821953000162	3107201712261022669	1030220158535	R$ 80.000,00
310850	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12556107000108	3108501712260842603	1030220158535	R$ 80.000,00
310910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11408949000141	3109101712261046342	1030220158535	R$ 80.000,00
311120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10582086000161	3111201712261003199	1030220158535	R$ 80.000,00
311200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11898726000100	3112001712261412413	1030220158535	R$ 80.000,00
311240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12010253000125	3112401712222318453	1030220158535	R$ 80.000,00
311310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13500458000151	3113101712260819671	1030220158535	R$ 80.000,00
311390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10431175000107	3113901712261040451	1030220158535	R$ 80.000,00
311430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11926064000134	3114301712260922105	1030220158535	R$ 80.000,00
311480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13519240000149	3114801712261102 88	1030220158535	R$ 80.000,00
311540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13376313000190	3115401712251104203	1030220158535	R$ 80.000,00
311570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11826574000130	3115701712251412828	1030220158535	R$ 80.000,00
311615	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11472181000175	3116151712231243366	1030220158535	R$ 80.000,00
311720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11459892000100	3117201712260841563	1030220158535	R$ 80.000,00
311870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11248794000123	3118701712251026519	1030220158535	R$ 80.000,00
311910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11505370000105	3119101712261111195	1030220158535	R$ 80.000,00
312070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13608436000100	3120701712261131811	1030220158535	R$ 80.000,00
312120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11901729000155	3121201712261319561	1030220158535	R$ 80.000,00
312170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12625748000169	3121701712231655 39	1030220158535	R$ 80.000,00
312720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11305622000144	3127201712260728277	1030220158535	R$ 80.000,00
312825	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11708051000199	3128251712231640 27	1030220158535	R$ 80.000,00
312890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11224321000196	3128901712251142238	1030220158535	R$ 80.000,00
313010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11206845000154	3130101712260846435	1030220158535	R$ 80.000,00
313030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11821317000105	3130301712260723520	1030220158535	R$ 80.000,00
313050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13892440000142	3130501712251237868	1030220158535	R$ 80.000,00
313065	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	20659985000179	3130651712260854452	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

313300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19364150000102	3133001712261152679	1030220158535	R$ 80.000,00
313460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19119185000186	3134601712260907420	1030220158535	R$ 80.000,00
313510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	15462027000173	3135101712221706124	1030220158535	R$ 80.000,00
313630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12136070000150	313630171226090785	1030220158535	R$ 80.000,00
313750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11333479000102	3137501712260955795	1030220158535	R$ 80.000,00
313780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11467084000194	3137801712261441348	1030220158535	R$ 80.000,00
313990	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11923567000156	3139901712261043693	1030220158535	R$ 80.000,00
314310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17490085000136	3143101712260826395	1030220158535	R$ 80.000,00
314345	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11267314000171	3143451712260915771	1030220158535	R$ 80.000,00
314465	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	15080364000104	3144651712261009130	1030220158535	R$ 80.000,00
314545	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11682032000130	3145451712261130436	1030220158535	R$ 80.000,00
314550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13544047000168	3145501712260830914	1030220158535	R$ 80.000,00
314740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12809552000124	314740171225134754	1030220158535	R$ 80.000,00
314800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13918415000190	3148001712261402910	1030220158535	R$ 80.000,00
315020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13240860000144	3150201712252037786	1030220158535	R$ 80.000,00
315090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11431622000190	3150901712261431526	1030220158535	R$ 80.000,00
315120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	01122139000170	3151201712260848463	1030220158535	R$ 80.000,00
315400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12073624000118	315400171226091100	1030220158535	R$ 80.000,00
315480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11348417000166	315480171226122782	1030220158535	R$ 80.000,00
315550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11482116000120	3155501712260950183	1030220158535	R$ 80.000,00
315790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12267573000165	3157901712231448316	1030220158535	R$ 80.000,00
315980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12125124000182	3159801712261220761	1030220158535	R$ 80.000,00
315880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	21570667000108	3158801712241203845	1030220158535	R$ 80.000,00
315890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13613210000105	3158901712260801119	1030220158535	R$ 80.000,00
316540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12977648000100	3165401712260844719	1030220158535	R$ 80.000,00
316550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13677165000144	3165501712241107349	1030220158535	R$ 80.000,00
316610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14061236000142	3166101712260904193	1030220158535	R$ 80.000,00
316555	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11513409000128	316555171225093079	1030220158535	R$ 80.000,00
316930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13759512000188	3169301712251702743	1030220158535	R$ 80.000,00
316960	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14819606000168	3169601712261341101	1030220158535	R$ 80.000,00
316970	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11288532000192	3169701712261012270	1030220158535	R$ 80.000,00
317005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17654276000196	3170051712261035621	1030220158535	R$ 80.000,00
317052	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11472045000185	317052171225105235	1030220158535	R$ 80.000,00
317170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	15238149000180	3171701712260756640	1030220158535	R$ 80.000,00
500090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11208632000161	5000901712261019375	1030220158535	R$ 80.000,00
500290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14540893000172	5002901712241906216	1030220158535	R$ 80.000,00
500310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14016980000125	5003101712261001396	1030220158535	R$ 80.000,00
500315	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13022375000102	5003151712261104811	1030220158535	R$ 80.000,00
500400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11334680000104	5004001712260920302	1030220158535	R$ 80.000,00
500410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11417787000108	5004101712261027367	1030220158535	R$ 80.000,00
500500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11891451000182	5005001712260907 12	1030220158535	R$ 80.000,00
500570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11221619000142	5005701712252304544	1030220158535	R$ 80.000,00
500580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11352312000180	5005801712241738151	1030220158535	R$ 80.000,00
500600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10474017000134	5006001712231948719	1030220158535	R$ 80.000,00
500790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09290533000120	5007901712231430817	1030220158535	R$ 80.000,00
500795	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11195874000168	5007951712261034691	1030220158535	R$ 80.000,00
510010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14553312000137	5100101712261212332	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

510030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12545842000108	5100301712261106701	1030220158535	R$ 80.000,00
510060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12096224000128	5100601712231955979	1030220158535	R$ 80.000,00
510080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11273341000157	5100801712252113655	1030220158535	R$ 80.000,00
510268	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11381070000153	5102681712260958 29	1030220158535	R$ 80.000,00
510279	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12095491000180	5102791712231343449	1030220158535	R$ 80.000,00
510330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13925505000109	5103301712231528883	1030220158535	R$ 80.000,00
510385	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14063286000169	5103851712221651553	1030220158535	R$ 80.000,00
510395	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14320209000147	5103951712232117458	1030220158535	R$ 80.000,00
510490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14323714000145	5104901712261224603	1030220158535	R$ 80.000,00
510610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12708239000108	5106101712260923529	1030220158535	R$ 80.000,00
510618	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13840464000158	5106181712260900287	1030220158535	R$ 80.000,00
510619	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	97523172000181	5106191712241510 80	1030220158535	R$ 80.000,00
510631	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13847151000121	5106311712261007886	1030220158535	R$ 80.000,00
510757	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13150233000112	5107571712261226388	1030220158535	R$ 80.000,00
510770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11412592000175	5107701712251022459	1030220158535	R$ 80.000,00
510777	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11860994000132	5107771712261439373	1030220158535	R$ 80.000,00
510780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11756180000152	5107801712241835627	1030220158535	R$ 80.000,00
510735	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14221522000128	5107351712221632743	1030220158535	R$ 80.000,00
510710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14602737000199	5107101712241805659	1030220158535	R$ 80.000,00
150090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12381567000134	1500901712261015452	1030220158535	R$ 80.000,00
150100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17838403000107	1501001712240217401	1030220158535	R$ 80.000,00
150380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11528843000181	1503801712261015847	1030220158535	R$ 80.000,00
150565	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12566342000152	1505651712240225869	1030220158535	R$ 80.000,00
150613	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11190128000181	1506131712261428360	1030220158535	R$ 80.000,00
150670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12835008000157	150670171226110807	1030220158535	R$ 80.000,00
150730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14051642000124	150730171226113732	1030220158535	R$ 80.000,00
150760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11454760000195	1507601712240229923	1030220158535	R$ 80.000,00
150790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11416878000129	1507901712221747608	1030220158535	R$ 80.000,00
150820	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11672396000130	1508201712261211276	1030220158535	R$ 160.000,00
250010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10502869000198	2500101712261109876	1030220158535	R$ 80.000,00
250057	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11903620000157	2500571712261202347	1030220158535	R$ 80.000,00
250130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10819820000163	2501301712261056309	1030220158535	R$ 80.000,00
250150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	18730452000194	2501501712261101416	1030220158535	R$ 170.000,00
250170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11228592000110	2501701712261046483	1030220158535	R$ 80.000,00
250240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11494230000170	2502401712261213629	1030220158535	R$ 80.000,00
250250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11153600000106	250250171226110250	1030220158535	R$ 80.000,00
250330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11332636000157	2503301712261106670	1030220158535	R$ 80.000,00
250355	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10541009000163	2503551712261027856	1030220158535	R$ 80.000,00
250375	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10461231000156	250375171226110716	1030220158535	R$ 80.000,00
250490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	23014200000107	2504901712221552722	1030220158535	R$ 80.000,00
250540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10493355000113	2505401712261114311	1030220158535	R$ 80.000,00
250590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11655026000194	2505901712251413337	1030220158535	R$ 80.000,00
250690	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07615929000174	2506901712261105958	1030220158535	R$ 80.000,00
250690	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	07615929000174	2506901712221602279	1030220158535	R$ 80.000,00
250800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10538747000151	2508001712240002377	1030220158535	R$ 80.000,00
250850	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11188530000121	2508501712232141901	1030220158535	R$ 80.000,00
250910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11400094000102	2509101712261132404	1030220158535	R$ 80.000,00
250960	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12445872000142	2509601712261232157	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

251010	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	18517489000139	2510101712221611373	1030220158535	R$ 80.000,00
251065	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13845567000100	2510651712261320281	1030220158535	R$ 80.000,00
251090	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11247833000178	2510901712261338402	1030220158535	R$ 80.000,00
251140	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08619650000121	251140171226121339	1030220158535	R$ 80.000,00
251180	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12044829000175	2511801712261247862	1030220158535	R$ 80.000,00
251203	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08743272000193	2512031712251947268	1030220158535	R$ 80.000,00
251220	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11356674000140	2512201712252322793	1030220158535	R$ 80.000,00
251230	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10473821000107	2512301712261223715	1030220158535	R$ 80.000,00
251274	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12011137000120	2512741712261137734	1030220158535	R$ 80.000,00
251278	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11170236000192	2512781712261138948	1030220158535	R$ 80.000,00
251385	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11411482000199	2513851712232159222	1030220158535	R$ 80.000,00
251396	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17792379000112	2513961712261345520	1030220158535	R$ 80.000,00
251430	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10785644000196	2514301712261355966	1030220158535	R$ 80.000,00
251440	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11418606000168	2514401712261231484	1030220158535	R$ 80.000,00
251610	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	02182502000106	2516101712261219749	1030220158535	R$ 80.000,00
251650	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11850452000189	2516501712261237577	1030220158535	R$ 80.000,00
251700	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09494245000197	2517001712252156627	1030220158535	R$ 80.000,00
250550	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11428853000145	2505501712261108757	1030220158535	R$ 80.000,00
260005	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10392418000145	2600051712260907539	1030220158535	R$ 80.000,00
260030	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10225695000163	2600301712261221977	1030220158535	R$ 80.000,00
260040	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10316445000139	2600401712261455906	1030220158535	R$ 80.000,00
260110	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11390957000108	2601101712231952581	1030220158535	R$ 240.000,00
260200	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11216167000100	2602001712261000534	1030220158535	R$ 80.000,00
260210	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10800021000145	2602101712251009162	1030220158535	R$ 80.000,00
260220	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10589928000107	2602201712261100359	1030220158535	R$ 80.000,00
260260	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09159378000107	2602601712260933731	1030220158535	R$ 80.000,00
260310	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10234992000175	2603101712261150412	1030220158535	R$ 80.000,00
260345	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	41230038000138	2603451712261246378	1030220158535	R$ 80.000,00
260350	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11870137000113	2603501712261353855	1030220158535	R$ 80.000,00
260370	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09154486000197	260370171224173601	1030220158535	R$ 80.000,00
260670	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11415374000194	260670171226102120	1030220158535	R$ 80.000,00
260690	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11402235000126	260690171223192897	1030220158535	R$ 80.000,00
260720	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11248285000109	2607201712261115660	1030220158535	R$ 240.000,00
260800	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10480777000154	260800171223140283	1030220158535	R$ 80.000,00
260860	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10477153000188	2608601712231632636	1030220158535	R$ 80.000,00
260875	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08887732000157	2608751712261325527	1030220158535	R$ 80.000,00
260930	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09096662000181	2609301712261217658	1030220158535	R$ 80.000,00
260970	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11098717000134	2609701712261412635	1030220158535	R$ 80.000,00
261000	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	00562279000105	2610001712261215251	1030220158535	R$ 80.000,00
261030	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11642133000188	2610301712261138776	1030220158535	R$ 80.000,00
261080	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08201607000141	2610801712261206676	1030220158535	R$ 80.000,00
261180	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10395676000185	2611801712261105460	1030220158535	R$ 80.000,00
261190	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11286235000108	2611901712252032346	1030220158535	R$ 80.000,00
261210	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13167387000117	2612101712231318350	1030220158535	R$ 160.000,00
261220	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10233967000177	2612201712261053401	1030220158535	R$ 240.000,00
261240	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10725387000105	2612401712251150758	1030220158535	R$ 160.000,00
261250	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11196515000125	2612501712261051781	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

261260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09216627000159	2612601712261337777	1030220158535	R$ 80.000,00
261300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08960773000121	261300171226004343	1030220158535	R$ 80.000,00
261310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12775279000164	2613101712231542991	1030220158535	R$ 80.000,00
261320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	03061099000120	2613201712232131799	1030220158535	R$ 80.000,00
261330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10476556000102	261330171223212977	1030220158535	R$ 80.000,00
261340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13661399000101	2613401712261028559	1030220158535	R$ 80.000,00
261400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11206759000141	2614001712260949467	1030220158535	R$ 80.000,00
261500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08677960000100	261500171222173614	1030220158535	R$ 160.000,00
261520	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11196725000113	2615201712261021195	1030220158535	R$ 80.000,00
261540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11073548000188	2615401712261201770	1030220158535	R$ 80.000,00
261590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11293112000102	2615901712231921736	1030220158535	R$ 80.000,00
261630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10566414000136	2616301712252057396	1030220158535	R$ 80.000,00
220208	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10423482000146	2202081712222238693	1030220158535	R$ 80.000,00
220672	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10841917000172	2206721712260955579	1030220158535	R$ 80.000,00
410070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09296512000111	4100701712261405908	1030220158535	R$ 80.000,00
410110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09257839000184	410110171226140324	1030220158535	R$ 80.000,00
410115	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09393250000103	4101151712260955437	1030220158535	R$ 80.000,00
410160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09277712000127	4101601712261402705	1030220158535	R$ 80.000,00
410250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09303602000192	410250171223133484	1030220158535	R$ 80.000,00
410320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08730909000107	4103201712231559120	1030220158535	R$ 80.000,00
410330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08541968000137	4103301712260912757	1030220158535	R$ 80.000,00
410337	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09569362000172	4103371712261331662	1030220158535	R$ 80.000,00
410360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09335385000112	4103601712261116253	1030220158535	R$ 160.000,00
410380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09529049000100	4103801712260843577	1030220158535	R$ 80.000,00
410445	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09556006000114	4104451712261120185	1030220158535	R$ 80.000,00
410500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09335765000157	4105001712241703551	1030220158535	R$ 80.000,00
410730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08602448000197	4107301712251740255	1030220158535	R$ 80.000,00
410755	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10537130000111	4107551712242047487	1030220158535	R$ 80.000,00
410780	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08546488000169	4107801712260858251	1030220158535	R$ 80.000,00
410930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08906376000171	4109301712261324969	1030220158535	R$ 80.000,00
410970	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09421426000193	4109701712261406272	1030220158535	R$ 80.000,00
410975	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09260523000141	4109751712260930155	1030220158535	R$ 80.000,00
411210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09022372000193	4112101712261048803	1030220158535	R$ 80.000,00
411400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	84782697000190	4114001712231355947	1030220158535	R$ 80.000,00
411400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	84782697000190	411400171225190346	1030220158535	R$ 80.000,00
411575	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09280202000109	4115751712260818138	1030220158535	R$ 80.000,00
411650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09444531000148	4116501712260939721	1030220158535	R$ 80.000,00
411680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10502182000152	4116801712241955491	1030220158535	R$ 80.000,00
411727	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09588897000190	4117271712231404546	1030220158535	R$ 80.000,00
411727	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09588897000190	4117271712231401409	1030220158535	R$ 80.000,00
411750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09113516000117	4117501712232109882	1030220158535	R$ 80.000,00
411880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10572895000192	4118801712242035692	1030220158535	R$ 80.000,00
412070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09229133000109	4120701712231316949	1030220158535	R$ 80.000,00
412125	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09220604000118	4121251712221854686	1030220158535	R$ 80.000,00
412250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10517867000172	4122501712231451362	1030220158535	R$ 80.000,00
412360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09301952000110	4123601712251122957	1030220158535	R$ 80.000,00
412530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08654419000179	4125301712231104912	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

412555	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09198067000157	4125551712231534705	1030220158535	R$ 80.000,00
412640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09377047000143	4126401712242117770	1030220158535	R$ 80.000,00
412720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09343691000109	4127201712261453989	1030220158535	R$ 80.000,00
412830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08600424000107	4128301712232138547	1030220158535	R$ 80.000,00
412880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	09318853000140	4128801712261346925	1030220158535	R$ 80.000,00
330022	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	06810909000191	3300221712261253520	1030220158535	R$ 80.000,00
330090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13891753000186	3300901712211840486	1030220158535	R$ 80.000,00
330100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11384874000106	3301001712261356783	1030220158535	R$ 160.000,00
330220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	39215827000158	3302201712260929614	1030220158535	R$ 160.000,00
330370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	22959877000147	3303701712251945807	1030220158535	R$ 80.000,00
330420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11800731000138	3304201712232031129	1030220158535	R$ 80.000,00
330490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11884903000107	3304901712221608783	1030220158535	R$ 250.000,00
330610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11934211000118	3306101712260858986	1030220158535	R$ 80.000,00
240010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11826099000100	2400101712261104562	1030220158535	R$ 80.000,00
240030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17754921000142	2400301712241202526	1030220158535	R$ 80.000,00
240040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	70031570000124	2400401712231301264	1030220158535	R$ 80.000,00
240080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11820900000100	2400801712261028553	1030220158535	R$ 80.000,00
240130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11344210000113	2401301712221902672	1030220158535	R$ 80.000,00
240150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12290707000169	2401501712261446235	1030220158535	R$ 80.000,00
240200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12433830000191	2402001712232029448	1030220158535	R$ 80.000,00
240250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11509226000139	2402501712261039551	1030220158535	R$ 80.000,00
240350	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11599234000113	2403501712261003954	1030220158535	R$ 80.000,00
240460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11463911000171	2404601712261059135	1030220158535	R$ 80.000,00
240550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12707802000115	2405501712260944340	1030220158535	R$ 80.000,00
240560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11851459000115	2405601712261115927	1030220158535	R$ 80.000,00
240730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13441844000110	240730171225221968	1030220158535	R$ 80.000,00
240750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11731856000153	2407501712261057849	1030220158535	R$ 80.000,00
240810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19376335000137	2408101712261127269	1030220158535	R$ 80.000,00
240820	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11736676000164	2408201712261340408	1030220158535	R$ 80.000,00
240920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12182206000169	2409201712241614245	1030220158535	R$ 80.000,00
241050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11814540000125	2410501712231253855	1030220158535	R$ 80.000,00
241080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11374021000193	2410801712261157715	1030220158535	R$ 80.000,00
241100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	70031323000128	241100171223125475	1030220158535	R$ 80.000,00
240933	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11500433000122	2409331712260855113	1030220158535	R$ 80.000,00
241160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12003717000176	241160171226135227	1030220158535	R$ 80.000,00
241210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12035174000179	2412101712261056858	1030220158535	R$ 80.000,00
241220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11496829000143	2412201712232247513	1030220158535	R$ 80.000,00
241240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11942301000150	2412401712261110608	1030220158535	R$ 80.000,00
241290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12008003000150	2412901712261425473	1030220158535	R$ 80.000,00
241320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12268522000158	241320171226131851	1030220158535	R$ 80.000,00
241340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11851501000106	2413401712260826863	1030220158535	R$ 80.000,00
241390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	17712304000184	2413901712261031352	1030220158535	R$ 80.000,00
241415	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12233412000150	2414151712261239848	1030220158535	R$ 80.000,00
241430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12434976000151	2414301712261053688	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

241475	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11306711000105	2414751712261311907	1030220158535	R$ 80.000,00
241480	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12047228000116	2414801712250048526	1030220158535	R$ 80.000,00
110034	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13008260000155	1100341712251125880	1030220158535	R$ 80.000,00
110003	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19217292000147	1100031712260957813	1030220158535	R$ 80.000,00
110006	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19275776000142	1100061712232305328	1030220158535	R$ 80.000,00
110012	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19122075000173	1100121712261343516	1030220158535	R$ 80.000,00
110013	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	19047937000140	1100131712231857814	1030220158535	R$ 80.000,00
110014	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	23085655000105	1100141712232258701	1030220158535	R$ 80.000,00
110015	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13705838000122	1100151712251645334	1030220158535	R$ 80.000,00
110147	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	04128655000109	1101471712232017846	1030220158535	R$ 80.000,00
110149	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11328684000171	1101491712261356617	1030220158535	R$ 80.000,00
110170	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	21817418000166	1101701712231932232	1030220158535	R$ 80.000,00
140010	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13464636000136	1400101712261144126	1030220158535	R$ 80.000,00
430010	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12476351000152	4300101712261442497	1030220158535	R$ 80.000,00
430040	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11431321000167	4300401712261010600	1030220158535	R$ 80.000,00
430090	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12200790000138	4300901712260752688	1030220158535	R$ 80.000,00
430105	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11766512000180	4301051712261105524	1030220158535	R$ 80.000,00
430163	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11468991000158	4301631712230829125	1030220158535	R$ 80.000,00
430170	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11709721000191	4301701712260804647	1030220158535	R$ 80.000,00
430200	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12063448000133	4302001712261028370	1030220158535	R$ 80.000,00
430210	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11436612000148	4302101712240911103	1030220158535	R$ 80.000,00
430235	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11389385000147	4302351712261350131	1030220158535	R$ 160.000,00
430300	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11965721000152	4303001712261315495	1030220158535	R$ 80.000,00
430310	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11686923000165	4303101712261458376	1030220158535	R$ 80.000,00
430355	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12326723000164	4303551712240916286	1030220158535	R$ 80.000,00
430380	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11537821000188	4303801712261013247	1030220158535	R$ 80.000,00
430440	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12013178000156	4304401712260832532	1030220158535	R$ 80.000,00
430440	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12013178000156	4304401712260818626	1030220158535	R$ 80.000,00
430471	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12140784000132	4304711712260818248	1030220158535	R$ 80.000,00
430520	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11948865000109	4305201712260708474	1030220158535	R$ 80.000,00
430535	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12717209000150	4305351712261317588	1030220158535	R$ 80.000,00
430550	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12215432000107	4305501712260846459	1030220158535	R$ 80.000,00
430558	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12018688000116	4305581712232050812	1030220158535	R$ 80.000,00
430593	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10578989000179	4305931712260936780	1030220158535	R$ 80.000,00
430607	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12595766000145	4306071712231455164	1030220158535	R$ 160.000,00
430613	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11991560000171	4306131712240925673	1030220158535	R$ 80.000,00
430720	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11772998000169	4307201712240932703	1030220158535	R$ 80.000,00
430740	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12292052000168	4307401712250844318	1030220158535	R$ 80.000,00
430790	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14296302000163	4307901712260919603	1030220158535	R$ 80.000,00
430830	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12100530000190	4308301712260837252	1030220158535	R$ 80.000,00
430860	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11427873000100	4308601712260850792	1030220158535	R$ 80.000,00
430885	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12294570000110	4308851712260807541	1030220158535	R$ 80.000,00
430940	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11614175000105	4309401712260917679	1030220158535	R$ 80.000,00
430955	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10624835000176	4309551712260817343	1030220158535	R$ 80.000,00
430980	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12053497000195	4309801712240935855	1030220158535	R$ 80.000,00
430990	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11707405000180	4309901712240937343	1030220158535	R$ 80.000,00
431020	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12450156000153	4310201712261435541	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

431030	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11886600000115	4310301712260918767	1030220158535	R$ 80.000,00
431033	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12908765000103	431033171226081658	1030220158535	R$ 80.000,00
431036	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11749956000107	4310361712232122856	1030220158535	R$ 80.000,00
431046	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12398363000106	4310461712240939217	1030220158535	R$ 80.000,00
431085	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11978948000132	4310851712260738648	1030220158535	R$ 80.000,00
431100	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11822821000120	4311001712260756570	1030220158535	R$ 80.000,00
431130	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12066913000190	4311301712260832500	1030220158535	R$ 80.000,00
431173	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12083468000176	431173171226100053	1030220158535	R$ 80.000,00
431177	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11997674000129	4311771712232110974	1030220158535	R$ 80.000,00
431200	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12278135000100	4312001712240941118	1030220158535	R$ 80.000,00
431235	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12398817000149	4312351712231708313	1030220158535	R$ 80.000,00
431237	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12057456000177	4312371712231956169	1030220158535	R$ 80.000,00
431244	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11563113000111	4312441712261238126	1030220158535	R$ 80.000,00
431250	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11958524000106	4312501712260905744	1030220158535	R$ 80.000,00
431267	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11920079000195	4312671712260932186	1030220158535	R$ 80.000,00
431295	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11826945000183	431295171225211326	1030220158535	R$ 80.000,00
431330	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11840490000150	4313301712231835393	1030220158535	R$ 80.000,00
431390	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12056244000175	4313901712261002881	1030220158535	R$ 80.000,00
431400	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12066172000147	4314001712231434322	1030220158535	R$ 80.000,00
431440	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11217562000108	4314401712260751434	1030220158535	R$ 80.000,00
431446	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11258349000144	4314461712261107206	1030220158535	R$ 80.000,00
431449	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11643369000139	4314491712231918493	1030220158535	R$ 80.000,00
431475	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11838317000118	4314751712261035768	1030220158535	R$ 80.000,00
431477	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12580434000197	4314771712260902424	1030220158535	R$ 80.000,00
431517	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14097516000100	431517171226094470	1030220158535	R$ 80.000,00
431520	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12075973000179	4315201712260941954	1030220158535	R$ 80.000,00
431550	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12250708000180	4315501712261235296	1030220158535	R$ 80.000,00
431570	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12389111000110	4315701712261351603	1030220158535	R$ 80.000,00
431580	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12497816000151	4315801712261502218	1030220158535	R$ 80.000,00
431600	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11425702000133	4316001712241025134	1030220158535	R$ 80.000,00
431675	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12033079000136	4316751712261445874	1030220158535	R$ 80.000,00
431695	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11253138000119	4316951712242247895	1030220158535	R$ 80.000,00
431725	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12112955000110	4317251712260932460	1030220158535	R$ 80.000,00
431740	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12140172000140	431740171226140919	1030220158535	R$ 80.000,00
431800	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10610784000123	4318001712260901432	1030220158535	R$ 80.000,00
431843	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13845853000176	4318431712261100218	1030220158535	R$ 80.000,00
431900	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12117217000165	4319001712260909622	1030220158535	R$ 80.000,00
431960	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12231796000172	4319601712260833439	1030220158535	R$ 80.000,00
431971	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12153509000153	4319711712260749650	1030220158535	R$ 80.000,00
431975	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13850694000106	4319751712240952184	1030220158535	R$ 80.000,00
432010	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12123475000154	4320101712260718539	1030220158535	R$ 80.000,00
432067	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10555899000162	4320671712232103334	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

432070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11753095000130	4320701712260921135	1030220158535	R$ 80.000,00
432090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12877385000159	4320901712261125501	1030220158535	R$ 80.000,00
432143	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12195568000194	4321431712231128278	1030220158535	R$ 80.000,00
432160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10574385000154	4321601712231130926	1030220158535	R$ 80.000,00
432163	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12912617000162	432163171226110146	1030220158535	R$ 80.000,00
432183	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11943264000103	4321831712260855556	1030220158535	R$ 80.000,00
432225	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12200907000183	4322251712260952770	1030220158535	R$ 80.000,00
432240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11343066000109	432240171226081524	1030220158535	R$ 80.000,00
432300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12026322000199	4323001712241150186	1030220158535	R$ 240.000,00
420030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11387359000180	4200301712231118903	1030220158535	R$ 80.000,00
420120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08585935000199	4201201712241342617	1030220158535	R$ 80.000,00
420150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11632895000101	4201501712241720506	1030220158535	R$ 80.000,00
422000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	18184942000132	4220001712261109517	1030220158535	R$ 80.000,00
420419	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11395609000123	4204191712241741827	1030220158535	R$ 80.000,00
420520	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10490261000190	4205201712261002395	1030220158535	R$ 80.000,00
420600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08857731000160	4206001712241357135	1030220158535	R$ 80.000,00
420630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11344960000195	4206301712261035607	1030220158535	R$ 80.000,00
420775	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11420453000193	4207751712261031779	1030220158535	R$ 80.000,00
420860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10478051000187	4208601712241108659	1030220158535	R$ 80.000,00
420880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	01746653000187	4208801712221856308	1030220158535	R$ 80.000,00
420945	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10460008000194	4209451712260940491	1030220158535	R$ 80.000,00
420980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08651832000180	4209801712241939661	1030220158535	R$ 80.000,00
420985	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10429180000185	4209851712231400632	1030220158535	R$ 80.000,00
421085	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10511686000139	4210851712252015169	1030220158535	R$ 80.000,00
421120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10598648000165	4211201712261001798	1030220158535	R$ 80.000,00
421140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11299994000105	4211401712260949820	1030220158535	R$ 80.000,00
421145	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11272232000115	4211451712260802809	1030220158535	R$ 80.000,00
421187	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11399310000147	421187171224135994	1030220158535	R$ 80.000,00
421205	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11299998000193	4212051712241135977	1030220158535	R$ 80.000,00
421210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11420595000150	4212101712260722438	1030220158535	R$ 80.000,00
421225	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11634881000119	4212251712261348285	1030220158535	R$ 80.000,00
421230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	08289417000128	421230171224145389	1030220158535	R$ 80.000,00
421260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11391279000106	4212601712231402948	1030220158535	R$ 80.000,00
421300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10642703000177	4213001712260850632	1030220158535	R$ 80.000,00
421335	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11962584000100	4213351712251805678	1030220158535	R$ 80.000,00
421530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10523679000157	4215301712261214496	1030220158535	R$ 80.000,00
421710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12334083000134	4217101712221850315	1030220158535	R$ 80.000,00
421720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11136549000124	4217201712261025356	1030220158535	R$ 80.000,00
421750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11672134000175	4217501712261338694	1030220158535	R$ 80.000,00
421755	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11583359000155	4217551712261437549	1030220158535	R$ 80.000,00
421880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	80991094000147	4218801712241155353	1030220158535	R$ 80.000,00
421917	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10536938000184	421917171226095285	1030220158535	R$ 80.000,00
421985	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12139961000160	4219851712261233606	1030220158535	R$ 80.000,00
350055	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11303059000175	3500551712261000629	1030220158535	R$ 80.000,00
350330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	15422708000108	3503301712260901 49	1030220158535	R$ 80.000,00
350340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12021964000103	3503401712231509176	1030220158535	R$ 80.000,00
350880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13939230000162	3508801712221916761	1030220158535	R$ 80.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

351300	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11997758000162	3513001712261427213	1030220158535	R$ 80.000,00
351385	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12067610000191	3513851712261448480	1030220158535	R$ 80.000,00
351430	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	16814331000103	3514301712240956120	1030220158535	R$ 80.000,00
355730	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12150250000197	3557301712261018875	1030220158535	R$ 80.000,00
351660	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12218868000141	3516601712222041256	1030220158535	R$ 80.000,00
351690	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11875037000180	3516901712261144667	1030220158535	R$ 80.000,00
352440	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11449169000140	3524401712191100942	1030220158535	R$ 80.000,00
352690	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11396895000141	3526901712251121613	1030220158535	R$ 160.000,00
352770	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11997351000135	3527701712222049530	1030220158535	R$ 80.000,00
353260	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12309331000197	3532601712221553334	1030220158535	R$ 80.000,00
353570	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11718886000120	3535701712261425576	1030220158535	R$ 80.000,00
353680	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11139310000108	3536801712261351168	1030220158535	R$ 80.000,00
353870	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11197489000150	3538701712261328706	1030220158535	R$ 80.000,00
354470	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11100227000125	3544701712231831398	1030220158535	R$ 80.000,00
354730	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	15383468000180	3547301712261058764	1030220158535	R$ 240.000,00
354820	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12851643000128	3548201712261145580	1030220158535	R$ 80.000,00
354990	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12998458000160	3549901712261504856	1030220158535	R$ 240.000,00
355280	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11140544000175	3552801712260637109	1030220158535	R$ 80.000,00
355290	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	14239467000101	3552901712261032180	1030220158535	R$ 80.000,00
355480	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	11193969000142	3554801712261037730	1030220158535	R$ 80.000,00
355635	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13832296000159	3556351712261303138	1030220158535	R$ 80.000,00
355670	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13761604000100	3556701712260832242	1030220158535	R$ 80.000,00
170040	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12271064000106	170040171226144057	1030220158535	R$ 80.000,00
170307	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	12159734000105	1703071712250119397	1030220158535	R$ 80.000,00
171575	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13936229000184	1715751712261449706	1030220158535	R$ 80.000,00
172130	FUNDO SAUDE	MUNICIPAL DE	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	13672489000190	1721301712240901199	1030220158535	R$ 80.000,00

PORTARIA Nº 3.815, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para qualificação do atendimento em saúde bucal, nos termos da Portaria nº 3.389, de 12 de dezembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição Federal de 1988, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas; e

Considerando a Portaria nº 3.389/GM/MS, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a aplicação de recursos de programação aprovados pela Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017 para transferência fundo a fundo destinada à aquisição de aquisição de equipamentos e materiais permanentes para qualificação do atendimento em saúde bucal pelos entes Municipais e Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para qualificação do atendimento em saúde bucal.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

IBGE	ENTIDADE	PROGRAMA	COMPONENTE	CNPJ	NUMERO DO TERMO DE ADESAO	FUNCIONAL PROGRAMATICA	VALOR
120025	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19023249000140	1200251712251808384	1030120158730	R$ 25.000,00
120030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12477601000179	1200301712261151428	1030120158730	R$ 25.000,00
270010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11502413000190	2700101712251926953	1030120158730	R$ 25.000,00
270020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12306877000194	2700201712261033403	1030120158730	R$ 25.000,00
270030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	21013754000156	2700301712261506891	1030120158730	R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

270080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11185950000154	270080171225111782	1030120158730R$ 25.000,00
270110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11159820000147	2701101712251918331	1030120158730R$ 25.000,00
270120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11330865000132	2701201712242027396	1030120158730R$ 25.000,00
270140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19296278000186	2701401712261057175	1030120158730R$ 50.000,00
270160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12091467000173	2701601712261114449	1030120158730R$ 25.000,00
270170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11203936000136	2701701712260957675	1030120158730R$ 25.000,00
270200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11407477000102	2702001712251906372	1030120158730R$ 25.000,00
270240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11261089000166	2702401712251913825	1030120158730R$ 25.000,00
270250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11415703000105	2702501712252021276	1030120158730R$ 25.000,00
270255	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11193150000185	2702551712261015707	1030120158730R$ 25.000,00
270290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11277599000121	2702901712252002624	1030120158730R$ 25.000,00
270320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11197813000130	270320171226115574	1030120158730R$ 25.000,00
270330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11183264000144	2703301712261121571	1030120158730R$ 25.000,00
270340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12342368000117	2703401712251955278	1030120158730R$ 25.000,00
270380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11991357000103	2703801712261011141	1030120158730R$ 25.000,00
270400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11768552000160	2704001712260958932	1030120158730R$ 25.000,00
270410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09056075000169	2704101712251941916	1030120158730R$ 25.000,00
270420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11269277000130	2704201712261117733	1030120158730R$ 25.000,00
270430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	07792137000175	2704301712260953243	1030120158730R$ 75.000,00
270440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12907233000151	2704401712261219687	1030120158730R$ 25.000,00
270450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11781909000140	270450171226100654	1030120158730R$ 25.000,00
270480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11264135000180	2704801712251205359	1030120158730R$ 25.000,00
270500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19707059000142	2705001712261125937	1030120158730R$ 25.000,00
270540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13079412000100	2705401712252251554	1030120158730R$ 25.000,00
270580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13890745000115	2705801712251953190	1030120158730R$ 25.000,00
270630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11185701000169	2706301712261139317	1030120158730R$ 50.000,00
270640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09687192000120	2706401712261139113	1030120158730R$ 25.000,00
270644	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11432702000160	2706441712261013757	1030120158730R$ 25.000,00
270650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11408429000139	2706501712261122945	1030120158730R$ 25.000,00
270670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11286018000118	270670171224204934	1030120158730R$ 25.000,00
270680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11277335000178	270680171222160632	1030120158730R$ 25.000,00
270710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11197317000186	2707101712242009628	1030120158730R$ 25.000,00
270720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11252928000180	2707201712242123880	1030120158730R$ 25.000,00
270760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	07543773000163	270760171226101330	1030120158730R$ 25.000,00
270770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11615319000148	270770171226082378	1030120158730R$ 25.000,00
270800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19433048000111	2708001712261237983	1030120158730R$ 25.000,00
270810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10254294000131	2708101712261216107	1030120158730R$ 25.000,00
270830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11538959000100	2708301712251311376	1030120158730R$ 25.000,00
270915	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11780685000152	2709151712261130527	1030120158730R$ 50.000,00
270920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	22148724000110	2709201712261108188	1030120158730R$ 25.000,00
270930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11120612000134	270930171226105353	1030120158730R$ 25.000,00
130020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	97531081000198	1300201712221906835	1030120158730R$ 25.000,00
130030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11622855000170	130030171226115129	1030120158730R$ 25.000,00
130110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12698436000185	1301101712251842432	1030120158730R$ 25.000,00
130140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12135459000181	130140171226132273	1030120158730R$ 25.000,00
130195	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13968738000199	1301951712242006383	1030120158730R$ 25.000,00
130220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12150282000192	130220171226103920	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

130353	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12804343000198	1303531712261134294	1030120158730R$ 25.000,00
130430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14991355000102	1304301712261106132	1030120158730R$ 25.000,00
160050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12250723000128	1600501712252258236	1030120158730R$ 25.000,00
160055	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11894261000119	1600551712261118198	1030120158730R$ 50.000,00
160060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11193442000118	1600601712221950878	1030120158730R$ 25.000,00
290060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13009299000197	2900601712261316520	1030120158730R$ 25.000,00
290180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10645987000155	2901801712242023707	1030120158730R$ 25.000,00
290260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11573200000150	290260171226083118	1030120158730R$ 25.000,00
290390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11096167000114	2903901712251242105	1030120158730R$ 50.000,00
290410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11527599000132	2904101712261148290	1030120158730R$ 25.000,00
290670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12244652000150	2906701712261307155	1030120158730R$ 50.000,00
290880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11430861000126	2908801712261341932	1030120158730R$ 25.000,00
290900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11342536000101	290900171226095398	1030120158730R$ 25.000,00
290920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11230759000187	2909201712251537783	1030120158730R$ 25.000,00
290940	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10413214000143	2909401712251948200	1030120158730R$ 25.000,00
290050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11243801000102	290050171225112846	1030120158730R$ 25.000,00
291130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11902441000103	2911301712261100894	1030120158730R$ 25.000,00
291200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11421459000185	2912001712260956872	1030120158730R$ 50.000,00
291430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11280990000185	2914301712261023280	1030120158730R$ 25.000,00
291440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11343822000191	2914401712251306698	1030120158730R$ 25.000,00
291510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11743353000106	2915101712250133596	1030120158730R$ 25.000,00
291600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11874277000160	2916001712261200733	1030120158730R$ 25.000,00
291640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11068339000146	2916401712261415673	1030120158730R$ 25.000,00
291720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10444410000185	291720171222165207	1030120158730R$ 75.000,00
291750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09567134000163	2917501712261511968	1030120158730R$ 25.000,00
291860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11245338000120	291860171226151110	1030120158730R$ 50.000,00
291992	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13884527000178	2919921712261032619	1030120158730R$ 25.000,00
292205	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12465010000181	2922051712260931711	1030120158730R$ 50.000,00
292240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11802538000136	2922401712261407934	1030120158730R$ 25.000,00
292300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11756421000163	2923001712261019480	1030120158730R$ 25.000,00
292335	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10469110000150	2923351712261051265	1030120158730R$ 25.000,00
292390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11276452000117	2923901712230026690	1030120158730R$ 25.000,00
292400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08704475000170	2924001712260832716	1030120158730R$ 100.000,00
292460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10695688000125	2924601712261412267	1030120158730R$ 25.000,00
292525	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11462047000193	2925251712260040729	1030120158730R$ 25.000,00
292525	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11462047000193	2925251712260037365	1030120158730R$ 25.000,00
292550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	01408177000194	2925501712261056863	1030120158730R$ 25.000,00
292593	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12761477000179	2925931712250305859	1030120158730R$ 50.000,00
292710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13879773000131	2927101712261001433	1030120158730R$ 25.000,00
292860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12278378000130	2928601712260943977	1030120158730R$ 25.000,00
292910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11734348000129	2929101712261411181	1030120158730R$ 25.000,00
292900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08924528000169	292900171224232187	1030120158730R$ 25.000,00
292930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11241655000178	292930171226104990	1030120158730R$ 25.000,00
293120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11959776000150	293120171226120032	1030120158730R$ 25.000,00
293150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12404015000102	2931501712261057576	1030120158730R$ 25.000,00
293170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11449996000133	2931701712221717175	1030120158730R$ 25.000,00
293315	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11337134000119	2933151712261028267	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

293340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10454009000126	2933401712260810424	1030120158730	R$ 25.000,00
293345	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11331128000154	2933451712191815965	1030120158730	R$ 25.000,00
230050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12138360000133	230050171226110118	1030120158730	R$ 25.000,00
230070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12041368000187	230070171226125573	1030120158730	R$ 25.000,00
230070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12041368000187	230070171226125613	1030120158730	R$ 25.000,00
230070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12041368000187	230070171226125653	1030120158730	R$ 25.000,00
230210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10241072000184	2302101712231728577	1030120158730	R$ 25.000,00
230250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11352025000170	230250171226094660	1030120158730	R$ 50.000,00
230260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11395055000164	2302601712261249386	1030120158730	R$ 25.000,00
230290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10365809000170	2302901712231638300	1030120158730	R$ 50.000,00
230320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10559556000176	2303201712261226993	1030120158730	R$ 50.000,00
230350	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11412197000192	2303501712261014881	1030120158730	R$ 50.000,00
230370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11777761000170	2303701712261444283	1030120158730	R$ 50.000,00
230420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11737471000101	2304201712260953438	1030120158730	R$ 125.000,00
230428	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11339077000107	230428171226150919	1030120158730	R$ 100.000,00
230500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13858795000115	2305001712261453879	1030120158730	R$ 25.000,00
230530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10175160000125	2305301712261137966	1030120158730	R$ 25.000,00
230530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10175160000125	2305301712261132665	1030120158730	R$ 25.000,00
230580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11385157000107	2305801712261119924	1030120158730	R$ 25.000,00
230580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11385157000107	2305801712261125138	1030120158730	R$ 25.000,00
230625	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09122687000102	2306251712261136939	1030120158730	R$ 25.000,00
230640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11402517000123	2306401712261141963	1030120158730	R$ 50.000,00
230660	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11335738000126	2306601712252257265	1030120158730	R$ 25.000,00
230770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11807618000184	2307701712261049261	1030120158730	R$ 50.000,00
230810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11421453000108	2308101712260942917	1030120158730	R$ 100.000,00
230945	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10321417000100	2309451712261010958	1030120158730	R$ 25.000,00
230950	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11782445000197	2309501712261159276	1030120158730	R$ 50.000,00
231085	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11419498000148	2310851712261134155	1030120158730	R$ 25.000,00
231095	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11495872000194	2310951712261132879	1030120158730	R$ 25.000,00
231095	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11495872000194	2310951712261126597	1030120158730	R$ 25.000,00
231120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10250171000122	2311201712201508115	1030120158730	R$ 25.000,00
231240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12045640000105	231240171226122390	1030120158730	R$ 75.000,00
231355	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11848798000142	231355171226133086	1030120158730	R$ 50.000,00
231390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11423060000133	2313901712261350580	1030120158730	R$ 25.000,00
231400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10237604000100	2314001712261514521	1030120158730	R$ 50.000,00
320010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13966711000167	3200101712261057245	1030120158730	R$ 25.000,00
320016	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14813806000103	320016171226140454	1030120158730	R$ 25.000,00
320035	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14395805000196	3200351712261300311	1030120158730	R$ 25.000,00
320090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14700048000117	3200901712261124103	1030120158730	R$ 25.000,00
320100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11431661000198	3201001712260857683	1030120158730	R$ 25.000,00
320110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14073463000198	3201101712261145356	1030120158730	R$ 25.000,00
320130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13917136000102	3201301712261511535	1030120158730	R$ 25.000,00
320150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14578805000121	320150171226093940	1030120158730	R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

320180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10593310000110	3201801712260910188	1030120158730R$ 25.000,00
320225	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13927758000111	3202251712260916590	1030120158730R$ 25.000,00
320300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10700103000118	3203001712261501519	1030120158730R$ 25.000,00
320313	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10585650000108	3203131712261239724	1030120158730R$ 25.000,00
320316	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14790251000121	3203161712260916919	1030120158730R$ 25.000,00
320340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10551277000166	3203401712261102972	1030120158730R$ 25.000,00
320400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11125915000140	3204001712260848682	1030120158730R$ 25.000,00
320405	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10554621000170	3204051712250859135	1030120158730R$ 25.000,00
320450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13959501000141	3204501712261006837	1030120158730R$ 25.000,00
320455	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13917262000167	3204551712260736186	1030120158730R$ 25.000,00
320460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14491945000168	3204601712260838918	1030120158730R$ 25.000,00
320465	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13953742000183	3204651712261213998	1030120158730R$ 25.000,00
320510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14587933000131	3205101712261100358	1030120158730R$ 25.000,00
520005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08654446000141	5200051712241637636	1030120158730R$ 25.000,00
520120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11795359000119	5201201712260907998	1030120158730R$ 25.000,00
520180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11327382000189	5201801712260837971	1030120158730R$ 25.000,00
520360	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13902557000160	5203601712261502874	1030120158730R$ 50.000,00
520390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11267244000151	5203901712260801662	1030120158730R$ 25.000,00
520393	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08418330000103	5203931712261351420	1030120158730R$ 25.000,00
520490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10462799000191	5204901712260848872	1030120158730R$ 25.000,00
520505	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11343271000166	5205051712221623892	1030120158730R$ 25.000,00
520580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11378898000152	5205801712241547859	1030120158730R$ 25.000,00
520580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11378898000152	5205801712261433303	1030120158730R$ 25.000,00
520590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11170888000127	5205901712221552712	1030120158730R$ 25.000,00
520650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11435485000162	5206501712260855176	1030120158730R$ 25.000,00
520735	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11520287000105	5207351712260852915	1030120158730R$ 25.000,00
521000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	07222467000125	5210001712261406627	1030120158730R$ 25.000,00
521120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11321092000128	5211201712260831983	1030120158730R$ 25.000,00
521190	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12053489000149	521190171226144619	1030120158730R$ 25.000,00
521308	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10589186000110	5213081712260912295	1030120158730R$ 25.000,00
521400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11271688000160	5214001712261447428	1030120158730R$ 25.000,00
521450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12008540000109	5214501712260911201	1030120158730R$ 25.000,00
521483	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11307617000170	5214831712260905733	1030120158730R$ 25.000,00
521550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	05169884000126	5215501712261420613	1030120158730R$ 50.000,00
521680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10839115000128	5216801712261441199	1030120158730R$ 25.000,00
521770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11166368000140	5217701712260908183	1030120158730R$ 50.000,00
522160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	04755973000191	5221601712261036785	1030120158730R$ 25.000,00
210010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12040373000175	2100101712261411150	1030120158730R$ 25.000,00
210043	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10687470000129	2100431712261137387	1030120158730R$ 25.000,00
210060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11394580000165	2100601712260846243	1030120158730R$ 25.000,00
210090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11756002000121	2100901712252220142	1030120158730R$ 25.000,00
210095	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10509059000163	2100951712261219388	1030120158730R$ 25.000,00
210100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	97552407000163	2101001712261146189	1030120158730R$ 25.000,00
210110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13654382000119	2101101712261035133	1030120158730R$ 25.000,00
210120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	07186334000140	2101201712261442752	1030120158730R$ 125.000,00
210120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	07186334000140	2101201712261500884	1030120158730R$ 125.000,00
210140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11236050000199	2101401712261116825	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

210160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10452044000106	2101601712261140251	1030120158730	R$ 25.000,00
210170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11513081000140	2101701712261353601	1030120158730	R$ 25.000,00
210173	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13985434000130	2101731712181836409	1030120158730	R$ 50.000,00
210197	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13932149000150	2101971712261436333	1030120158730	R$ 25.000,00
210230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12086778000144	2102301712260953889	1030120158730	R$ 25.000,00
210237	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13886121000124	2102371712261158450	1030120158730	R$ 50.000,00
210280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12157543000104	2102801712251243911	1030120158730	R$ 25.000,00
210330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11781256000108	2103301712260954821	1030120158730	R$ 50.000,00
210350	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11296379000145	2103501712261356543	1030120158730	R$ 25.000,00
210355	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13792203000100	2103551712261339244	1030120158730	R$ 50.000,00
210380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11415535000140	2103801712261025258	1030120158730	R$ 25.000,00
210400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11338224000124	2104001712261042243	1030120158730	R$ 25.000,00
210405	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11245566000108	2104051712251227853	1030120158730	R$ 25.000,00
210440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11825568000168	2104401712260824824	1030120158730	R$ 25.000,00
210450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11415540000152	2104501712260924361	1030120158730	R$ 25.000,00
210530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	00939023000166	2105301712261212627	1030120158730	R$ 125.000,00
210535	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11243194000172	2105351712261006742	1030120158730	R$ 25.000,00
210547	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13848108000180	2105471712261309238	1030120158730	R$ 25.000,00
210570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	97550981000182	210570171226110118	1030120158730	R$ 25.000,00
210632	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11452644000137	2106321712261449473	1030120158730	R$ 25.000,00
210675	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11321235000100	2106751712260957493	1030120158730	R$ 25.000,00
210700	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11753150000192	2107001712251040568	1030120158730	R$ 25.000,00
210720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11304502000122	2107201712261308752	1030120158730	R$ 25.000,00
210735	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13845115000129	2107351712252129450	1030120158730	R$ 25.000,00
210745	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11261506000170	2107451712192041295	1030120158730	R$ 25.000,00
210790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12009188000118	2107901712260940575	1030120158730	R$ 25.000,00
210810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11244671000114	210810171226111967	1030120158730	R$ 25.000,00
210820	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10432389000106	210820171225095928	1030120158730	R$ 25.000,00
210830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12148948000178	2108301712261303685	1030120158730	R$ 25.000,00
210910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11379508000169	2109101712251233451	1030120158730	R$ 25.000,00
210923	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11706509000170	2109231712261053640	1030120158730	R$ 25.000,00
210990	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12684909000195	2109901712191654337	1030120158730	R$ 100.000,00
211000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11487015000142	2110001712261347890	1030120158730	R$ 25.000,00
211003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08999023000163	2110031712261425967	1030120158730	R$ 25.000,00
211050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11418184000120	2110501712261138157	1030120158730	R$ 25.000,00
211100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13299539000135	2111001712261214920	1030120158730	R$ 25.000,00
211110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10547447000139	2111101712261230581	1030120158730	R$ 25.000,00
211150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13829344000150	2111501712260914548	1030120158730	R$ 25.000,00
211153	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11517066000170	2111531712231735187	1030120158730	R$ 25.000,00
211163	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11372872000105	2111631712251411120	1030120158730	R$ 50.000,00
211210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11654042000162	211210171226100163	1030120158730	R$ 25.000,00
211250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11241578000156	211250171226113690	1030120158730	R$ 25.000,00
211280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12913408000133	2112801712251149154	1030120158730	R$ 50.000,00
310130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13038190000188	3101301712261246126	1030120158730	R$ 25.000,00
310480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12041959000154	3104801712261105787	1030120158730	R$ 25.000,00
310730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11274221000174	3107301712260833168	1030120158730	R$ 50.000,00
310920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11568217000119	3109201712261427603	1030120158730	R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

311030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13893601000112	3110301712250933708	1030120158730R$ 50.000,00
311050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10677325000167	3110501712260920678	1030120158730R$ 25.000,00
311290	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13933936000117	3112901712260954216	1030120158730R$ 25.000,00
311410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13081107000153	311410171226124800	1030120158730R$ 25.000,00
311440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13751757000169	311440171226143167	1030120158730R$ 25.000,00
311550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13081140000183	3115501712260942862	1030120158730R$ 25.000,00
311580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12225481000112	3115801712261456784	1030120158730R$ 25.000,00
311730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11221104000142	311730171226133362	1030120158730R$ 25.000,00
311740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13268575000131	3117401712260821609	1030120158730R$ 25.000,00
311870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11248794000123	311870171225103278	1030120158730R$ 25.000,00
312070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13608436000100	3120701712261050391	1030120158730R$ 25.000,00
312280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11926583000100	3122801712261243369	1030120158730R$ 25.000,00
312870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19111832000103	3128701712260917588	1030120158730R$ 50.000,00
312890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11224321000196	3128901712251145702	1030120158730R$ 25.000,00
313070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13228565000172	3130701712250935300	1030120158730R$ 25.000,00
313250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11322163000107	3132501712261400381	1030120158730R$ 25.000,00
313510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	15462027000173	3135101712221709839	1030120158730R$ 50.000,00
313630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12136070000150	313630171226095953	1030120158730R$ 25.000,00
313750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11333479000102	3137501712260958473	1030120158730R$ 25.000,00
313950	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	21489972000161	3139501712261045274	1030120158730R$ 25.000,00
314053	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12584844000106	3140531712260922270	1030120158730R$ 25.000,00
314280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13940171000142	3142801712260735535	1030120158730R$ 25.000,00
314300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14034085000133	3143001712261243277	1030120158730R$ 50.000,00
313660	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13434627000100	3136601712261411697	1030120158730R$ 25.000,00
314545	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11682032000130	3145451712261137361	1030120158730R$ 25.000,00
314587	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	21792433000105	3145871712260825798	1030120158730R$ 25.000,00
315415	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13860665000117	3154151712260853749	1030120158730R$ 25.000,00
315540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	02216796000140	3155401712261247340	1030120158730R$ 25.000,00
315550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11482116000120	3155501712261015389	1030120158730R$ 25.000,00
315790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12267573000165	3157901712252243945	1030120158730R$ 25.000,00
315970	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11303821000113	3159701712261025198	1030120158730R$ 25.000,00
315980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12125124000182	3159801712261216854	1030120158730R$ 25.000,00
315870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13487498000100	3158701712261034440	1030120158730R$ 25.000,00
316180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11845432000110	3161801712260914397	1030120158730R$ 25.000,00
316470	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	15595397000189	3164701712261418319	1030120158730R$ 50.000,00
316530	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12495460000117	3165301712221547674	1030120158730R$ 50.000,00
316695	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13697986000142	3166951712221853419	1030120158730R$ 25.000,00
316760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11776849000178	3167601712252001950	1030120158730R$ 25.000,00
317040	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	20597480000127	3170401712221554708	1030120158730R$ 25.000,00
317100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13199188000190	3171001712261307917	1030120158730R$ 25.000,00
500060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13823697000142	5000601712260922927	1030120158730R$ 25.000,00
500070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11332999000192	500070171225120121	1030120158730R$ 25.000,00
500110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	04589955000187	5001101712261123438	1030120158730R$ 25.000,00
500210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12457020000175	5002101712261050635	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

500410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11417787000108 DE BUCAL	5004101712261018976	1030120158730R$ 25.000,00
500560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13140956000130 DE BUCAL	5005601712251555613	1030120158730R$ 25.000,00
500570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11221619000142 DE BUCAL	5005701712252305201	1030120158730R$ 25.000,00
500580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11352312000180 DE BUCAL	5005801712251550260	1030120158730R$ 25.000,00
500620	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10711980000194 DE BUCAL	500620171226104303	1030120158730R$ 25.000,00
500740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 16656280000120 DE BUCAL	500740171226090449	1030120158730R$ 25.000,00
500790	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 09290533000120 DE BUCAL	5007901712261123961	1030120158730R$ 25.000,00
500793	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10381732000122 DE BUCAL	5007931712261359264	1030120158730R$ 25.000,00
510020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11802719000162 DE BUCAL	5100201712251150188	1030120158730R$ 25.000,00
510100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14378410000185 DE BUCAL	5101001712261106155	1030120158730R$ 25.000,00
510270	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13978186000108 DE BUCAL	5102701712261422390	1030120158730R$ 50.000,00
510330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13925505000109 DE BUCAL	5103301712252023926	1030120158730R$ 25.000,00
510390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13968133000106 DE BUCAL	5103901712261245662	1030120158730R$ 25.000,00
510525	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11386056000142 DE BUCAL	5105251712260919451	1030120158730R$ 50.000,00
510621	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13889874000193 DE BUCAL	5106211712261031514	1030120158730R$ 50.000,00
510650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11975531000116 DE BUCAL	5106501712261251575	1030120158730R$ 25.000,00
510670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11386077000168 DE BUCAL	5106701712260947430	1030120158730R$ 25.000,00
510682	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11406770000155 DE BUCAL	5106821712261152462	1030120158730R$ 25.000,00
510700	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11343473000108 DE BUCAL	5107001712260936850	1030120158730R$ 25.000,00
510718	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11404669000165 DE BUCAL	5107181712251200607	1030120158730R$ 25.000,00
510720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13864358000104 DE BUCAL	5107201712261139592	1030120158730R$ 25.000,00
510757	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13150233000112 DE BUCAL	510757171226123274	1030120158730R$ 25.000,00
510760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 05543314000154 DE BUCAL	5107601712261505674	1030120158730R$ 25.000,00
510760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 05543314000154 DE BUCAL	510760171226151330	1030120158730R$ 25.000,00
510770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11412592000175 DE BUCAL	5107701712251036610	1030120158730R$ 25.000,00
510724	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13022743000104 DE BUCAL	5107241712251604213	1030120158730R$ 25.000,00
510777	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11860994000132 DE BUCAL	5107771712261442744	1030120158730R$ 25.000,00
510729	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11345366000119 DE BUCAL	5107291712261110971	1030120158730R$ 25.000,00
510735	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14221522000128 DE BUCAL	5107351712221637757	1030120158730R$ 25.000,00
510792	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10601346000107 DE BUCAL	510792171226091758	1030120158730R$ 100.000,00
510800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14152307000112 DE BUCAL	5108001712251122510	1030120158730R$ 25.000,00
510810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11465035000112 DE BUCAL	5108101712261118837	1030120158730R$ 25.000,00
510820	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14023004000108 DE BUCAL	5108201712260857751	1030120158730R$ 25.000,00
510830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13579576000105 DE BUCAL	5108301712261202392	1030120158730R$ 25.000,00
150070	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13715424000184 DE BUCAL	1500701712261301237	1030120158730R$ 25.000,00
150095	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11850438000185 DE BUCAL	1500951712261012493	1030120158730R$ 25.000,00
150220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 07313973000120 DE BUCAL	150220171226131505	1030120158730R$ 50.000,00
150230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11488124000184 DE BUCAL	1502301712261054742	1030120158730R$ 25.000,00
150293	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11415068000158 DE BUCAL	1502931712261259907	1030120158730R$ 25.000,00
150330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11373369000166 DE BUCAL	1503301712261059652	1030120158730R$ 25.000,00
150340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12054197000120 DE BUCAL	1503401712260953487	1030120158730R$ 25.000,00
150400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 18709224000132 DE BUCAL	1504001712261503777	1030120158730R$ 25.000,00
150400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 18709224000132 DE BUCAL	1504001712261506660	1030120158730R$ 50.000,00
150410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13711955000107 DE BUCAL	150410171226102512	1030120158730R$ 25.000,00
150655	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11935648000176 DE BUCAL	150655171226111809	1030120158730R$ 50.000,00
150720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13885840000120 DE BUCAL	1507201712261421263	1030120158730R$ 50.000,00
150740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12062549000190 DE BUCAL	1507401712261302613	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

150750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12133001000193 DE BUCAL	1507501712261118640	1030120158730R$ 25.000,00
150803	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11739590000195 DE BUCAL	1508031712261027949	1030120158730R$ 25.000,00
150805	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14910511000155 DE BUCAL	1508051712261323119	1030120158730R$ 25.000,00
250060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11490408000105 DE BUCAL	2500601712261057218	1030120158730R$ 25.000,00
250090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11898585000125 DE BUCAL	2500901712261256449	1030120158730R$ 25.000,00
250110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11268285000162 DE BUCAL	2501101712261059781	1030120158730R$ 25.000,00
250153	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 01691513000159 DE BUCAL	2501531712261207907	1030120158730R$ 25.000,00
250170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11228592000110 DE BUCAL	2501701712261048194	1030120158730R$ 25.000,00
250180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11685421000110 DE BUCAL	2501801712261104213	1030120158730R$ 25.000,00
250190	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11429813000118 DE BUCAL	2501901712261051160	1030120158730R$ 25.000,00
250205	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10484826000127 DE BUCAL	2502051712251104479	1030120158730R$ 25.000,00
250320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 04849697000120 DE BUCAL	2503201712261109498	1030120158730R$ 25.000,00
250375	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10461231000156 DE BUCAL	2503751712261112589	1030120158730R$ 25.000,00
250403	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 08730943000181 DE BUCAL	2504031712261111428	1030120158730R$ 25.000,00
250407	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11431018000164 DE BUCAL	2504071712261046550	1030120158730R$ 25.000,00
250415	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12431437000169 DE BUCAL	2504151712261151907	1030120158730R$ 25.000,00
250450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 04275034000140 DE BUCAL	2504501712261135135	1030120158730R$ 25.000,00
250490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 23014200000107 DE BUCAL	2504901712261110373	1030120158730R$ 25.000,00
250490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 23014200000107 DE BUCAL	2504901712221554469	1030120158730R$ 25.000,00
250630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13844779000173 DE BUCAL	2506301712261115752	1030120158730R$ 25.000,00
250730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10486210000195 DE BUCAL	2507301712261118627	1030120158730R$ 25.000,00
250855	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11268139000137 DE BUCAL	2508551712261126656	1030120158730R$ 25.000,00
250870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 03627760000111 DE BUCAL	2508701712191611148	1030120158730R$ 25.000,00
251010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 18517489000139 DE BUCAL	2510101712221612522	1030120158730R$ 25.000,00
251050	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 17739771000106 DE BUCAL	2510501712261120795	1030120158730R$ 25.000,00
251130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 04827493000199 DE BUCAL	2511301712261134818	1030120158730R$ 25.000,00
251210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10602526000103 DE BUCAL	2512101712261135432	1030120158730R$ 25.000,00
251278	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11170236000192 DE BUCAL	2512781712261139562	1030120158730R$ 25.000,00
251380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12447227000169 DE BUCAL	2513801712261141135	1030120158730R$ 25.000,00
251390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 02015756000130 DE BUCAL	251390171226114392	1030120158730R$ 25.000,00
251396	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 17792379000112 DE BUCAL	2513961712261348692	1030120158730R$ 25.000,00
251470	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11850135000162 DE BUCAL	2514701712261501853	1030120158730R$ 50.000,00
251640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11907806000184 DE BUCAL	2516401712261147385	1030120158730R$ 25.000,00
251660	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10598364000179 DE BUCAL	2516601712261102861	1030120158730R$ 25.000,00
251710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11228615000196 DE BUCAL	2517101712261243757	1030120158730R$ 25.000,00
250550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11428853000145 DE BUCAL	2505501712261057496	1030120158730R$ 25.000,00
260110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11390957000108 DE BUCAL	2601101712251056590	1030120158730R$ 75.000,00
260180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 19259219000138 DE BUCAL	2601801712261353160	1030120158730R$ 25.000,00
260200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11216167000100 DE BUCAL	2602001712261043481	1030120158730R$ 25.000,00
260310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10234992000175 DE BUCAL	2603101712261152557	1030120158730R$ 25.000,00
260410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11371082000105 DE BUCAL	2604101712261053958	1030120158730R$ 500.000,00
260420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 08247860000136 DE BUCAL	2604201712261051874	1030120158730R$ 50.000,00
260500	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11472475000105 DE BUCAL	260500171226125758	1030120158730R$ 50.000,00
260640	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10710822000110 DE BUCAL	2606401712260950791	1030120158730R$ 25.000,00
260710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11208059000196 DE BUCAL	2607101712221729625	1030120158730R$ 50.000,00
260875	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 08887732000157 DE BUCAL	2608751712261401862	1030120158730R$ 25.000,00
260880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 08831289000100 DE BUCAL	2608801712261128620	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

261030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11642133000188	2610301712261150943	1030120158730R$ 25.000,00
261080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	08201607000141	2610801712261213104	1030120158730R$ 25.000,00
261160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	41090291000133	2611601712261157792	1030120158730R$ 100.000,00
261210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	13167387000117	2612101712251651881	1030120158730R$ 25.000,00
261220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	10233967000177	2612201712261056917	1030120158730R$ 25.000,00
261240	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	10725387000105	2612401712251200505	1030120158730R$ 25.000,00
261260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	09216627000159	2612601712261401133	1030120158730R$ 50.000,00
261310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	12775279000164	2613101712261004293	1030120158730R$ 25.000,00
261340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	13661399000101	2613401712261510689	1030120158730R$ 25.000,00
261400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11206759000141	261400171226094779	1030120158730R$ 50.000,00
261450	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	08937139000178	2614501712251833715	1030120158730R$ 100.000,00
261540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11073548000188	2615401712261204871	1030120158730R$ 25.000,00
220155	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	13795111000183	220155171226145111	1030120158730R$ 25.000,00
220340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11801371000199	2203401712261010596	1030120158730R$ 25.000,00
220415	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11332537000175	2204151712261114875	1030120158730R$ 25.000,00
220570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11343911000138	2205701712252207252	1030120158730R$ 25.000,00
220670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	13180767000191	2206701712261347359	1030120158730R$ 25.000,00
220710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	12432278000117	2207101712261110920	1030120158730R$ 25.000,00
220710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	12432278000117	2207101712191502883	1030120158730R$ 25.000,00
220779	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11407572000106	2207791712261113220	1030120158730R$ 50.000,00
220820	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11368266000108	2208201712261021478	1030120158730R$ 25.000,00
220855	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	11284938000105	2208551712261002335	1030120158730R$ 25.000,00
221160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	19206569000136	2211601712261439423	1030120158730R$ 25.000,00
410030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- DE BUCAL	09550455000155	4100301712252319267	1030120158730R$ 25.000,00
410120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10778273000115	4101201712260959436	1030120158730R$ 25.000,00
410302	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09175541000125	4103021712261006312	1030120158730R$ 25.000,00
410305	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09348540000135	4103051712260954858	1030120158730R$ 25.000,00
410460	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09401856000143	4104601712261026855	1030120158730R$ 25.000,00
410490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09267430000149	4104901712260852226	1030120158730R$ 25.000,00
410580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09398874000113	4105801712230702530	1030120158730R$ 25.000,00
410645	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08899631000104	4106451712250050228	1030120158730R$ 25.000,00
410760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09311733000111	4107601712261441591	1030120158730R$ 25.000,00
410785	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08866853000112	4107851712260951544	1030120158730R$ 25.000,00
410895	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09430481000140	4108951712261453951	1030120158730R$ 25.000,00
410900	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09585163000158	4109001712261043162	1030120158730R$ 25.000,00
410930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08906376000171	4109301712261326635	1030120158730R$ 50.000,00
410940	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09121814000159	4109401712191450899	1030120158730R$ 25.000,00
410970	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09421426000193	410970171226140047	1030120158730R$ 25.000,00
411005	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08962000000184	4110051712261101750	1030120158730R$ 25.000,00
411007	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13886546000133	4110071712261010531	1030120158730R$ 25.000,00
411080	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	84782952000102	4110801712222047745	1030120158730R$ 25.000,00
411120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09323218000151	4111201712261419204	1030120158730R$ 25.000,00
411230	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09342537000104	4112301712191503943	1030120158730R$ 25.000,00
411410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08703785000170	4114101712260829831	1030120158730R$ 25.000,00

411830	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12102959000117	411830171222163694	1030120158730R$ 25.000,00
411995	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09515395000130	411995171224122277 7	1030120158730R$ 25.000,00
412015	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14119340000140	412015171226111071 8	1030120158730R$ 25.000,00
412065	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09338106000174	412065171226144569 9	1030120158730R$ 25.000,00
412090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09131091000179	412090171226112572 2	1030120158730R$ 25.000,00
412200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09423744000193	412200171226141335 6	1030120158730R$ 25.000,00
412215	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09271457000105	412215171226151222 8	1030120158730R$ 25.000,00
412260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08927244000126	412260171226144278 3	1030120158730R$ 25.000,00
412280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08992808000104	412280171226133174 4	1030120158730R$ 25.000,00
412402	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12288286000131	412402171226115984 6	1030120158730R$ 25.000,00
412520	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09275990000145	412520171226074222 1	1030120158730R$ 25.000,00
412870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09118695000185	412870171226085346	1030120158730R$ 25.000,00
412880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	09318853000140	412880171226135727 0	1030120158730R$ 25.000,00
330045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11868019000170	330045171225221345 8	1030120158730R$ 25.000,00
330130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08772020000192	330130171226101549 8	1030120158730R$ 25.000,00
330180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12023070000144	330180171226102560 7	1030120158730R$ 25.000,00
330187	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	03581920000139	330187171226114072 3	1030120158730R$ 25.000,00
330200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11855524000180	330200171226121966 2	1030120158730R$ 25.000,00
330220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	39215827000158	330220171226092754 9	1030120158730R$ 25.000,00
330280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12014954000132	330280171226093769 2	1030120158730R$ 25.000,00
330370	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	22959877000147	330370171226144663 5	1030120158730R$ 25.000,00
330420	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11800731000138	330420171225194612 7	1030120158730R$ 50.000,00
330430	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12116187000172	330430171222163620 2	1030120158730R$ 25.000,00
330440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11171092000199	330440171226112868 6	1030120158730R$ 25.000,00
330452	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	02341441000182	330452171226081950 3	1030120158730R$ 25.000,00
330470	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	04249257000132	330470171226130842 0	1030120158730R$ 25.000,00
330550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12361936000127	330550171226122790	1030120158730R$ 100.000,00
330570	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13828365000150	330570171225230668 0	1030120158730R$ 25.000,00
330610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11934211000118	330610171226085915 4	1030120158730R$ 25.000,00
240060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12528215000169	240060171226131617 1	1030120158730R$ 25.000,00
240130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11344210000113	240130171222190881 0	1030120158730R$ 25.000,00
240180	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12202003000197	240180171225124728 0	1030120158730R$ 25.000,00
240220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13094678000122	240220171226151460 6	1030120158730R$ 25.000,00
240280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13203985000102	240280171225101614 0	1030120158730R$ 25.000,00
240300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11268314000196	240300171226122352 8	1030120158730R$ 25.000,00
240560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11851459000115	240560171226111963 9	1030120158730R$ 25.000,00
240725	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13249021000197	240725171226103120 2	1030120158730R$ 25.000,00
240810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19376335000137	240810171226120157 7	1030120158730R$ 150.000,00
240860	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12806280000109	240860171226095914 0	1030120158730R$ 25.000,00
240890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11447568000171	240890171225120023 5	1030120158730R$ 25.000,00
240920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12182206000169	240920171224161593	1030120158730R$ 25.000,00
241020	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11283265000160	241020171225211086 0	1030120158730R$ 25.000,00
240933	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11500433000122	240933171226093320 7	1030120158730R$ 25.000,00
241280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13750841000168	241280171226103881 7	1030120158730R$ 25.000,00
241340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11851501000106	241340171226083215 7	1030120158730R$ 25.000,00
241380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10277035000126	241380171225110053 4	1030120158730R$ 25.000,00
241445	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11334360000146	241445171222181276 0	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

241475	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11306711000105	2414751712261316108	1030120158730R$ 50.000,00
110001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11402806000122	1100011712261113785	1030120158730R$ 25.000,00
110003	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19217292000147	1100031712261006845	1030120158730R$ 25.000,00
110006	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19275776000142	110006171226145856	1030120158730R$ 25.000,00
110094	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11485023000150	1100941712261036223	1030120158730R$ 25.000,00
110012	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	19122075000173	1100121712261356148	1030120158730R$ 25.000,00
110014	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	23085655000105	1100141712251826905	1030120158730R$ 25.000,00
110018	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08968508000190	1100181712251951816	1030120158730R$ 25.000,00
110147	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	04128655000109	1101471712261138740	1030120158730R$ 25.000,00
110149	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11328684000171	1101491712261408104	1030120158730R$ 25.000,00
110170	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	21817418000166	1101701712242009177	1030120158730R$ 25.000,00
110030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	21467008000132	1100301712251738406	1030120158730R$ 25.000,00
140010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13464636000136	1400101712261159244	1030120158730R$ 25.000,00
430060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14069503000128	4300601712261203252	1030120158730R$ 50.000,00
430063	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11948838000128	4300631712261044427	1030120158730R$ 25.000,00
430110	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12220162000114	4301101712261231216	1030120158730R$ 25.000,00
430163	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11468991000158	4301631712230830381	1030120158730R$ 25.000,00
430210	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11436612000148	4302101712260749172	1030120158730R$ 50.000,00
430235	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11389385000147	4302351712261351891	1030120158730R$ 25.000,00
430300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11965721000152	4303001712261317386	1030120158730R$ 25.000,00
430310	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11686923000165	4303101712261411924	1030120158730R$ 50.000,00
430340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11486830000197	4303401712261403753	1030120158730R$ 25.000,00
430380	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11537821000188	4303801712261101403	1030120158730R$ 25.000,00
430400	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11686423000123	4304001712261118676	1030120158730R$ 25.000,00
430440	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12013178000156	4304401712260833713	1030120158730R$ 25.000,00
430469	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12652391000108	4304691712261140469	1030120158730R$ 25.000,00
430585	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12006111000194	4305851712252106734	1030120158730R$ 25.000,00
430590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12192438000106	4305901712260836786	1030120158730R$ 25.000,00
430645	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11999714000171	4306451712260947543	1030120158730R$ 25.000,00
430770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12140369000189	4307701712260947749	1030120158730R$ 50.000,00
430810	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11484627000181	4308101712191422456	1030120158730R$ 25.000,00
430910	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11796566000198	430910171226092135	1030120158730R$ 25.000,00
430930	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12391928000123	4309301712260832427	1030120158730R$ 25.000,00
430940	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11614175000105	4309401712260915332	1030120158730R$ 50.000,00
430710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13884898000150	4307101712261512633	1030120158730R$ 25.000,00
431127	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13540084000106	4311271712260835669	1030120158730R$ 25.000,00
431130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12066913000190	4311301712260850462	1030120158730R$ 50.000,00
431140	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10502833000104	4311401712260801860	1030120158730R$ 25.000,00
431150	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12398516000115	4311501712260802597	1030120158730R$ 50.000,00
431220	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11312399000162	431220171226080440	1030120158730R$ 25.000,00
431238	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12223598000167	4312381712261028278	1030120158730R$ 25.000,00
431250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11958524000106	4312501712260915505	1030120158730R$ 25.000,00
431280	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14428126000176	4312801712260927742	1030120158730R$ 25.000,00
431335	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13895113000144	431335171226104485	1030120158730R$ 25.000,00
431337	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11922360000167	4313371712260948805	1030120158730R$ 50.000,00
431340	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11416036000177	4313401712261320862	1030120158730R$ 25.000,00
431405	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11706451000165	4314051712261347482	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

431445	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13779929000102	4314451712260857243	1030120158730R$ 25.000,00
431478	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12035548000156	4314781712261008392	1030120158730R$ 25.000,00
431480	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10511356000143	4314801712261016669	1030120158730R$ 25.000,00
431490	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11358235000176	4314901712261209966	1030120158730R$ 125.000,00
431510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14097425000175	4315101712260826834	1030120158730R$ 25.000,00
431517	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14097516000100	4315171712260943390	1030120158730R$ 25.000,00
431550	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12250708000180	4315501712261238740	1030120158730R$ 25.000,00
431560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12094476000118	4315601712261448835	1030120158730R$ 125.000,00
431580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12497816000151	4315801712261508714	1030120158730R$ 25.000,00
431600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11425702000133	4316001712260856552	1030120158730R$ 25.000,00
431630	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10544786000161	4316301712261059695	1030120158730R$ 25.000,00
431650	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11856303000127	4316501712260927800	1030120158730R$ 25.000,00
431680	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11776182000103	4316801712261104298	1030120158730R$ 75.000,00
431690	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12964512000157	4316901712260933575	1030120158730R$ 75.000,00
431710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12094007000107	4317101712261320283	1030120158730R$ 50.000,00
431740	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12140172000140	4317401712261415298	1030120158730R$ 100.000,00
431846	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13868425000169	4318461712260912557	1030120158730R$ 25.000,00
431870	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12625868000166	4318701712260840542	1030120158730R$ 25.000,00
431960	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12231796000172	4319601712260830309	1030120158730R$ 25.000,00
431980	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13874923000114	4319801712261451923	1030120158730R$ 25.000,00
432035	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	13293156000150	4320351712252015586	1030120158730R$ 25.000,00
432100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11715379000132	4321001712261110351	1030120158730R$ 25.000,00
432130	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10567506000130	4321301712260858948	1030120158730R$ 25.000,00
432160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10574385000154	4321601712261349634	1030120158730R$ 50.000,00
432163	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12912617000162	4321631712260807590	1030120158730R$ 25.000,00
432250	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11867771000105	4322501712261026573	1030120158730R$ 25.000,00
432252	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	12361661000121	4322521712251958686	1030120158730R$ 25.000,00
432260	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11094183000178	4322601712261103825	1030120158730R$ 25.000,00
432350	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11239280000101	4323501712260844535	1030120158730R$ 25.000,00
420030	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11387359000180	4200301712231120299	1030120158730R$ 25.000,00
420100	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	14016436000183	4201001712231547329	1030120158730R$ 25.000,00
420200	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10459525000143	4202001712261003262	1030120158730R$ 25.000,00
420285	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11481782000144	4202851712221805679	1030120158730R$ 25.000,00
420600	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	08857731000160	4206001712241356452	1030120158730R$ 25.000,00
420610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	02073207000111	4206101712261351130	1030120158730R$ 25.000,00
420675	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11250761000118	4206751712261106756	1030120158730R$ 25.000,00
420757	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10423190000103	420757171226071430	1030120158730R$ 25.000,00
420760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10456203000140	4207601712231343748	1030120158730R$ 25.000,00
420880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	01746653000187	4208801712241728143	1030120158730R$ 50.000,00
420895	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11436039000172	4208951712260727279	1030120158730R$ 25.000,00
420917	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11381861000183	4209171712261021458	1030120158730R$ 25.000,00
420990	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	17756464000125	4209901712221801568	1030120158730R$ 25.000,00
421055	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	11900561000163	4210551712261003990	1030120158730R$ 25.000,00
421085	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAUDE BUCAL	10511686000139	4210851712231124457	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

421090	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11511812000118 DE BUCAL	4210901712260838734	1030120158730R$ 25.000,00
421315	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11730430000185 DE BUCAL	4213151712260815745	1030120158730R$ 25.000,00
421390	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11333647000151 DE BUCAL	4213901712242006252	1030120158730R$ 25.000,00
421590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 08579949000108 DE BUCAL	4215901712260824431	1030120158730R$ 25.000,00
421700	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10565436000181 DE BUCAL	4217001712221847408	1030120158730R$ 25.000,00
421710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12334083000134 DE BUCAL	4217101712221849332	1030120158730R$ 25.000,00
421720	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11136549000124 DE BUCAL	4217201712260738230	1030120158730R$ 25.000,00
421750	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11672134000175 DE BUCAL	4217501712261339353	1030120158730R$ 25.000,00
421835	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10461159000167 DE BUCAL	4218351712260801809	1030120158730R$ 25.000,00
421850	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 03347885000198 DE BUCAL	4218501712261332796	1030120158730R$ 25.000,00
421917	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10536938000184 DE BUCAL	4219171712260958388	1030120158730R$ 25.000,00
280760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11623979000170 DE BUCAL	2807601712261002475	1030120158730R$ 25.000,00
350010	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13868910000132 DE BUCAL	3500101712250800470	1030120158730R$ 25.000,00
350055	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11303059000175 DE BUCAL	3500551712261008471	1030120158730R$ 25.000,00
350190	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 07443791000173 DE BUCAL	3501901712260908643	1030120158730R$ 25.000,00
350330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 15422708000108 DE BUCAL	3503301712260928287	1030120158730R$ 25.000,00
350410	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13901091000188 DE BUCAL	3504101712201344631	1030120158730R$ 25.000,00
350540	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11826961000176 DE BUCAL	3505401712231229405	1030120158730R$ 25.000,00
350590	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10427654000150 DE BUCAL	3505901712260857219	1030120158730R$ 25.000,00
350700	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11864045000120 DE BUCAL	3507001712221711602	1030120158730R$ 50.000,00
350710	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11319587000112 DE BUCAL	3507101712261334365	1030120158730R$ 50.000,00
350760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11226130000163 DE BUCAL	3507601712251749671	1030120158730R$ 25.000,00
350925	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13833213000146 DE BUCAL	3509251712261405190	1030120158730R$ 25.000,00
350945	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13985276000118 DE BUCAL	3509451712251328107	1030120158730R$ 25.000,00
351060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11154498000163 DE BUCAL	3510601712260832684	1030120158730R$ 25.000,00
351300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11997758000162 DE BUCAL	3513001712261442502	1030120158730R$ 50.000,00
351320	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12013650000150 DE BUCAL	3513201712261158157	1030120158730R$ 25.000,00
351330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12142677000143 DE BUCAL	351330171225224092	1030120158730R$ 25.000,00
351515	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11258819000170 DE BUCAL	3515151712261449944	1030120158730R$ 25.000,00
355730	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12150250000197 DE BUCAL	3557301712261046705	1030120158730R$ 25.000,00
351580	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13846352000104 DE BUCAL	3515801712260909366	1030120158730R$ 25.000,00
351670	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 97519019000180 DE BUCAL	3516701712261117918	1030120158730R$ 25.000,00
351760	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12478805000124 DE BUCAL	3517601712261501313	1030120158730R$ 25.000,00
352042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13879688000173 DE BUCAL	3520421712261408715	1030120158730R$ 25.000,00
352060	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12793520000188 DE BUCAL	352060171226112362	1030120158730R$ 25.000,00
352120	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12186703000135 DE BUCAL	3521201712261506176	1030120158730R$ 25.000,00
352160	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14779626000152 DE BUCAL	3521601712261109194	1030120158730R$ 25.000,00
352270	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12005366000132 DE BUCAL	3522701712261312708	1030120158730R$ 25.000,00
352330	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13844159000134 DE BUCAL	3523301712261123716	1030120158730R$ 25.000,00
352510	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13841094000173 DE BUCAL	3525101712261341328	1030120158730R$ 25.000,00
352560	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13815963000195 DE BUCAL	3525601712251230103	1030120158730R$ 25.000,00
352610	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13840888000112 DE BUCAL	3526101712261318853	1030120158730R$ 25.000,00
352770	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11997351000135 DE BUCAL	3527701712261450125	1030120158730R$ 25.000,00
352800	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11240557000116 DE BUCAL	3528001712261350536	1030120158730R$ 25.000,00
352880	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13995524000101 DE BUCAL	352880171226150230	1030120158730R$ 25.000,00
352890	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11933040000102 DE BUCAL	3528901712261104917	1030120158730R$ 25.000,00
352920	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10401857000177 DE BUCAL	3529201712250853854	1030120158730R$ 25.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

352970 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11370993000100 DE BUCAL	3529701712240017584	1030120158730R$ 25.000,00
353080 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11128302000166 DE BUCAL	3530801712251900871	1030120158730R$ 25.000,00
353130 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11688315000190 DE BUCAL	3531301712260836909	1030120158730R$ 25.000,00
353240 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12774639000103 DE BUCAL	3532401712261334518	1030120158730R$ 25.000,00
353290 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12033258000173 DE BUCAL	3532901712220847133	1030120158730R$ 25.000,00
353580 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 14161907000147 DE BUCAL	3535801712261402804	1030120158730R$ 25.000,00
353670 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12218875000143 DE BUCAL	3536701712260752280	1030120158730R$ 25.000,00
353820 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11108885000163 DE BUCAL	3538201712260956236	1030120158730R$ 25.000,00
353970 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11221925000189 DE BUCAL	3539701712251402794	1030120158730R$ 25.000,00
354075 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13770915000128 DE BUCAL	3540751712261110649	1030120158730R$ 25.000,00
354085 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13886941000116 DE BUCAL	3540851712261051238	1030120158730R$ 25.000,00
354180 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12232988000101 DE BUCAL	3541801712260922835	1030120158730R$ 25.000,00
354290 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12829459000181 DE BUCAL	3542901712261139778	1030120158730R$ 25.000,00
354390 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11211126000121 DE BUCAL	3543901712261416460	1030120158730R$ 25.000,00
354430 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11173215000120 DE BUCAL	354430171226105797	1030120158730R$ 25.000,00
354470 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11100227000125 DE BUCAL	3544701712261110934	1030120158730R$ 25.000,00
354510 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12401658000194 DE BUCAL	354510171225235911	1030120158730R$ 25.000,00
354620 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 97552000000136 DE BUCAL	354620171225173600	1030120158730R$ 25.000,00
354820 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12851643000128 DE BUCAL	3548201712261148792	1030120158730R$ 25.000,00
354820 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12851643000128 DE BUCAL	3548201712261147320	1030120158730R$ 25.000,00
354850 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11939723000177 DE BUCAL	3548501712261214369	1030120158730R$ 50.000,00
354930 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13692570000131 DE BUCAL	3549301712260946570	1030120158730R$ 25.000,00
354950 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11886643000109 DE BUCAL	3549501712261415600	1030120158730R$ 25.000,00
355060 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11348758000131 DE BUCAL	3550601712261009191	1030120158730R$ 25.000,00
355210 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11728059000117 DE BUCAL	3552101712261353536	1030120158730R$ 25.000,00
355280 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11140544000175 DE BUCAL	355280171226064017	1030120158730R$ 25.000,00
355330 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 15920214000153 DE BUCAL	355330171225225669	1030120158730R$ 25.000,00
355365 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13932396000157 DE BUCAL	355365171226131188	1030120158730R$ 25.000,00
355380 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11920803000180 DE BUCAL	3553801712252049741	1030120158730R$ 25.000,00
355395 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 11685364000179 DE BUCAL	3553951712261249385	1030120158730R$ 25.000,00
355410 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 10480722000144 DE BUCAL	3554101712221622776	1030120158730R$ 25.000,00
355635 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 13832296000159 DE BUCAL	3556351712261304329	1030120158730R$ 25.000,00
355645 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENÇAO BASICA - SAUDE MAIS PERTO DE VOCE	EQUIPAMENTO EQUIPE SAU- 12052434000114 DE BUCAL	355645171226120490	1030120158730R$ 50.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.309, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere projeto apresentado no âmbito do âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e

Considerando o Parecer nº 16-SEI/2017-CGGM/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, que julgou procedente e deu provimento ao recurso administrativo interposto, aprovando o projeto para captação de recursos de dedução fiscal em 2017, no âmbito do PRONON, resolve:

Art. 1º Defere o projeto abaixo relacionado, apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

I - Instituição: Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central - ACCBC

CNPJ: 25.438.409/0001-15

Projeto: Capacitação e Qualificação de Profissionais do Hospital Dr. Hélio Angotti e da Rede de Atenção à Saúde da Macrorregião do Triângulo do Sul

NUP: 25000.001335/2017-22

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: 1.479.353,70 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta centavos)

Resumo do projeto: Capacitar e qualificar profissionais do Hospital Hélio Angotti e da Rede de Atenção à Saúde da Macrorregião do Triângulo do Sul, com vistas a ampliar o acesso e qualidade do atendimento ao paciente portador de doença oncológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 477ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2017, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, no seguinte processo administrativo de ressarcimento ao SUS:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.017026/2017-30	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	400190	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12579529	1.008.913,28 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 16.815,22).
33910.019280/2017-72	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	324477	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 13298823	991.639,37 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 16.527,32).
33910.019273/2017-71	Ecole Serviços Médicos Ltda	414298	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 12641047	568.904,45 (pagáveis em 36 parcelas de R$ 15.802,90).
33910.020213/2017-09	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 13405026	3.272.781,40 (pagáveis em 40 parcelas de R$ 81.819,54).
33910.018976/2017-81	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	319996	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 13077360	662.828,85(pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.047,15).

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor - Presidente Substituto

(*)N.da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 26-12-2017, Seção 1, página 894, com incorreção.

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 20 de dezembro de 2017, processo n.º 33902.547823/2016-65, publicada no DOU nº 244, em 21 de dezembro de 2017, Seção 1, página 214: onde se lê: "Processo 33902.547823/2015-65..." leia-se: "Processo 33902.547823/2016-65".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RDC Nº 202, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera os Anexo II e III da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61, de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 53, inciso V e § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, e conforme decisão da Diretoria Colegiada em Circuito Deliberativo - CD nº 555, realizado em 7 de dezembro de 2017, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Os Anexo II e III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, passam a vigorar com as alterações dispostas no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

(Anexo II da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)
"Anexo II

Grupo	Função	Nível	Valor R$	Situação Lei 9986/2000		Situação Anterior		Situação Nova	
				Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$
Grupo I	Direção	CD I	15.925,04	1	15.925,04	1	15.925,04	1	15.925,04
		CD II	15.128,79	4	60.515,16	4	60.515,16	4	60.515,16
	Executiva	CGE I	14.332,53	5	71.662,65	7	100.327,71	7	100.327,71
		CGE II	12.740,03	21	267.540,63	19	242.060,57	19	242.060,57
		CGE III	11.943,77	48	573.300,96	-	0,00	0	0,00
		CGE IV	7.962,51	0	0,00	43	342.387,93	43	342.387,93
	Assessoria	CA I	12.740,03	0	0,00	6	76.440,18	6	76.440,18
		CA II	11.943,77	5	59.718,85	10	119.437,70	10	119.437,70
		CA III	3.325,16	0	0,00	2	6.650,32	2	6.650,32
	Assistência	CAS I	2.515,37	0	0,00	-	0,00	0	0,00
		CAS II	2.179,99	4	8.719,96	4	8.719,96	5	10.899,95
	Subtotal G-I			88	1.057.383,25	96	972.464,57	97	974.644,56
Grupo II	Técnica	CCT V	3.027,76	42	127.165,92	69	208.915,44	69	208.915,44
		CCT IV	2.212,56	58	128.328,48	70	154.879,20	70	154.879,20
		CCT III	1.122,69	67	75.220,23	66	74.097,54	68	76.342,92
		CCT II	989,72	80	79.177,60	66	65.321,52	66	65.321,52
		CCT I	876,35	152	133.205,20	137	120.059,95	137	120.059,95
	Subtotal G-II			399	543.097,43	408	623.273,65	410	625.519,03
Total				487	1.600.480,68	504	1.595.738,22	507	1.600.163,59

....."(NR)
(Anexo III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)
"Anexo III
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Nº	ÓRGÃO/UNIDADE	SIGLAS	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CARGO
.....					
2.	Gabinete do Diretor-Presidente	GADIP	1	Chefe de Gabinete	CGE I
.....					
			1	Gerente de Projeto	CGE IV
			1	Assistente	CAS II

.....

5.	Corregedoria	CORGE	1	Corregedor	CGE II
			5	Assistente	CCT III
6.	Auditoria Interna	AUDIT	1	Auditor	CGE II
			5	Assistente	CCT III

.....
....."(NR)

RESOLUÇÃO - RDC Nº 203, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 12 de dezembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução estabelece os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa, nos termos do § 5º, do art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, e do § 5º do art. 7º do Decreto nº 8.077, de 2013, destinados exclusivamente para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas.

Art. 2º Enquadram-se nos dispositivos desta Resolução os produtos sujeitos à vigilância sanitária a serem adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais.

Art.3º Poderão ser autorizados para importação, em caráter de excepcionalidade, os produtos sujeitos à vigilância sanitária cujo fármaco e/ou tecnologia se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - indisponibilidade no mercado nacional, bem como de suas alternativas terapêuticas ou produtos usados para a mesma finalidade devidamente registrados, quando existirem;

II - emergência de saúde pública de importância nacional, nos termos do Decreto nº 7.616, de 2011, ou de importância internacional (ESPII), conforme o Regulamento Sanitário Internacional;

III - vacinas integrantes do Programa Nacional de Imunização, adquiridas por meio do Fundo Rotatório para Aquisições de Imunobiológicos da Organização Pan-americana da Saúde (Opas) /Organização Mundial de Saúde (OMS); ou

IV - doações oriundas de organismos internacionais multilaterais ou agências oficiais de cooperação estrangeira.

§ 1º Para fins desta Resolução, a indisponibilidade no mercado nacional é caracterizada pela incapacidade, temporária ou definitiva, de atendimento à demanda do Sistema Único de Saúde por detentores de registro devidamente regularizados no país.

§ 2º As aquisições de produtos sujeitos à vigilância sanitária para atendimento às situações do inciso II deste artigo poderão ser autorizadas mesmo quando não realizadas por intermédio de organismos multilaterais internacionais.

Art. 4º Os produtos a serem importados em caráter de excepcionalidade devem ser pré-qualificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

§ 1º Quando o tipo de produto não for objeto de programas de pré-qualificação da OMS, poderá ser autorizada a importação mediante a comprovação de registro válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos de Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use - ICH) e de certificação de boas práticas de fabricação, ou documento equivalente, do país.

§ 2º Nas situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, desde que justificada a impossibilidade de atendimento aos requisitos estabelecidos nos caput e § 1º deste artigo, poderá ser autorizada a importação mediante, pelo menos, a comprovação de registro válido no país de origem ou onde é comercializado.

Art. 5º Caberá ao Ministério da Saúde e entidades vinculadas:

I - solicitar, previamente à aquisição dos produtos de que trata esta Resolução, por meio de requerimento eletrônico e de apresentação da documentação pertinente, a expressa autorização da importação, em caráter de excepcionalidade, informando cronograma pretendido para a importação;

II - atestar, quando for o caso, a indisponibilidade dos produtos a serem importados, bem como de alternativas terapêuticas ou produtos usados para a mesma finalidade, devidamente regularizadas no mercado nacional;

III - verificar prazos de validade e estabelecer mecanismos para garantir condições gerais e manutenção da qualidade dos produtos importados, do transporte ao recebimento e armazenamento;

IV - prestar orientações aos serviços de saúde e pacientes sobre uso e cuidados de conservação dos produtos importados, bem como sobre como notificar queixas técnicas e eventos adversos a eles relacionados;

V - criar mecanismos para a realização do monitoramento pós-distribuição e pós-uso dos produtos importados pelos serviços de saúde e para que os casos de queixas técnicas e eventos adversos identificados sejam informados à Anvisa, por meio dos sistemas de informação adotados; e

VI - responsabilizar-se pelo recolhimento dos produtos importados, em caráter de excepcionalidade, quando determinado pela Anvisa.

Parágrafo único. Para os produtos importados nos termos do § 2º do art. 4º desta Resolução, deverá ser elaborado plano de gerenciamento de riscos, para identificação de problemas decorrentes do uso desses produtos e descrição de medidas a serem adotadas.

Art. 6º Caberá à Anvisa:

I - manifestar-se em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da solicitação sobre a importação, em caráter de excepcionalidade;

II - monitorar o perfil de queixas técnicas e eventos adversos associados ao uso dos produtos importados nos termos desta Resolução; e

III - dar a publicidade às solicitações de autorização para importação em caráter de excepcionalidade.

Parágrafo único. Nos casos de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, a manifestação de que trata o inciso I será emitida em até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da solicitação.

Art. 7º A qualquer tempo, a autorização de importação, em caráter de excepcionalidade, poderá ser modificada, suspensa ou revogada, por razões técnicas e científicas ou com base nas informações provenientes do controle e do monitoramento dos produtos enquadrados nesta Resolução.

Art. 8º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 9º Os dispositivos desta Resolução não se aplicam aos processos de aquisição iniciados ou pedidos de importação em caráter de excepcionalidade que deram entrada na Anvisa até o início da vigência desta norma.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DESPACHO N° 117, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve arquivar processo de regulamentação, conforme disposto em anexo e deliberação realizada na reunião de 12 de dezembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 4.1
Processo: 25351.271575/2009-38
Assunto: Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores de embalagens destinadas ao contato direto com alimentos e lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores de embalagens destinadas ao contato direto com alimentos

Justificativa do Arquivamento: (i) divergência internacional da estratégia regulatória proposta, notadamente em relação àquelas adotadas por Estados Unidos e Europa, onde a regulamentação é pouco prescritiva face a iniciativas de autorregulação do setor de embalagens; e (ii) falta de informações confiáveis sobre o impacto regulatório da proposta, notadamente sobre pequenos e médios empreendedores.

Área responsável: Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos (Giali)/GGFIS

Diretor Relator: William Dib

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.780, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita leito da Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital São Lucas com sede em Curitiba - PR.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave; e

Considerando a Deliberação CIB/PR nº 249, de 02 de outubro de 2017, aprovando a desabilitação de leitos do Hospital São Lucas - Curitiba - PR, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
0015962	Hospital São Lucas - Curitiba/PR	
26.96 Adulto		01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.931, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Fundação Educacional Severino Sombra, com sede em Vassouras (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a Nota Técnica nº 83/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000. 127001/2014-35/MS, que concluiu, na fase recursal, que foram atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Fundação Educacional Severino Sombra, CNPJ nº 32.410.037/0001-84, com sede em Vassouras (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 228/SAS/MS, de 10 de março de 2016, publicada no DOU nº 48, de 11 de março de 2016, seção1, página 103.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º do Anexo IV da Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 950, onde se lê: "Art. 1º As operações de crédito destinadas à produção de imóveis, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil, de que trata o art. 2º-A, inciso I, desta Instrução Normativa, observarão os seguintes dispositivos, e a regulamentação do Agente Operador:", leia-se: "Art. 1º As operações de crédito destinadas à produção de imóveis, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil, de que trata o art. 3º, inciso I, desta Instrução Normativa, observarão os seguintes dispositivos, e a regulamentação do Agente Operador:". E no artigo 1º do Anexo V da mesma portaria, onde se lê: "Art. 1º As operações de crédito destinadas à aquisição de imóveis novos, em que figurem como mutuários pessoas físicas, de que trata o art. 2º-A, inciso II, desta Instrução Normativa, observarão os seguintes dispositivos, e a regulamentação do Agente Operador:", leia-se: "Art. 1º As operações de crédito destinadas à aquisição de imóveis novos, em que figurem como mutuários pessoas físicas, de que trata o art. 3º, inciso II, desta Instrução Normativa, observarão os seguintes dispositivos, e a regulamentação do Agente Operador:".

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.794, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006225/2017-11. Interessado: Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., a área de terra necessária para ampliar a Subestação Igaporã III 500 kV, localizada no município de Caetité, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.795, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006226/2017-66. Interessada: ERB1 - Elétricas Reunidas do Brasil S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, as áreas de terra necessárias à implantação da Subestação Sarandi 525/230 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.796, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006198/2017-87. Interessada: Linhas de Energia do Sertão Transmissora - LEST. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga C2, localizada nos estados de Alagoas e Pernambuco. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.797, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006334/2017-39. Interessada: Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV Rede Coletora EOL São Bento do Norte I. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.798, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006209/2017-29. Interessado: Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A., a área de terra necessária para passar a Linha de Transmissão 34,5 kV Rede Coletora EOL São Bento do Norte II, localizada no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 799, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece critérios e procedimentos no caso de identificação de erros no processo de formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; incisos III e VII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; art. 13 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; e o que consta do Processo nº 48500.002345/2013-16, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos no caso de identificação de erros no processo de formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

Art.2º Na hipótese de identificação de erro no processo de formação do PLD, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverão corrigi-lo, produzindo-se efeito na semana operativa subsequente à identificação.

§ 1º Os erros de que se trata o caput referem-se:

I - à inserção de dados;

II - ao código fonte em qualquer programa da cadeia de modelos; ou

III - à representação de qualquer componente do sistema.

§ 2º A correção de que trata o caput deverá ser realizada inclusive na função de custo futuro.

§ 3º O ONS e a CCEE deverão informar à ANEEL a identificação de qualquer erro de que trata este artigo, devendo ser justificada eventual impossibilidade de correção no prazo estabelecido no caput.

§ 4º O ONS e a CCEE deverão dar publicidade à correção dos erros de que trata este artigo.

§ 5º O ONS e a CCEE deverão disponibilizar na internet, relatório contendo o apontamento das falhas relacionadas ao erro e as propostas de ação de melhorias, além de relatório de acompanhamento de sua implantação, quando for o caso.

§ 6º O prazo para disponibilização do relatório contendo o apontamento das falhas e as propostas de ação de melhorias é de 30 (trinta) dias a contar da identificação do erro.

Art. 3º O ONS, com apoio da CCEE, deverá implantar, em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação dessa resolução, plataforma virtual relacionada ao Programa Mensal da Operação - PMO e suas revisões, de forma a:

I - disponibilizar o arquivo de dados preliminares do PMO - deck preliminar, dos modelos computacionais, bem como os documentos que o subsidiam, até o 1º dia útil da semana da reunião do Programa Mensal da Operação - PMO;

II - permitir a participação dos membros associados do ONS, da CCEE, além da ANEEL, Ministério de Minas e Energia - MME e Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

III - permitir que sejam dirimidas dúvidas quanto aos dados de entrada e informações referentes aos modelos de curto e médio prazo;

Art. 4º A CCEE deverá realizar reuniões mensais com os agentes para tratar da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados da cadeia de programas.

Parágrafo único. A reunião de que trata o caput deverá ser realizada após a reunião da Programação Mensal da Operação - PMO, e tratará, no mínimo, dos seguintes temas:

I - apresentação das principais modificações nos arquivos de entrada dos modelos de formação de preço;

II - análise dos principais fatores que influenciam na formação do PLD; e

III - validação, pelos agentes, da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados.

Art. 5º Fica revogada a Resolução Normativa nº 568, de 23 de julho de 2013.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 801, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento das parcelas Carvão Mineral e Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, associadas à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, no inciso V do art. 13, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 2º da Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, nos arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, e o que consta dos Processos nº 48500.002255/2017-59 e nº 48500.002263/2011-18, resolve:

Art. 1º Estabelecer as regras para o planejamento, formação, processamento e gerenciamento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Art. 2º Estabelecer os procedimentos para o reembolso do custo do consumo de combustíveis primário e secundário para a geração termelétrica a carvão mineral nacional, por intermédio da CDE.

Parágrafo único. O reembolso se aplica ao agente responsável por empreendimento de geração termelétrica enquadrado no inciso V do art. 13, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, conforme regulamentado pelos arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.022, de 2017.

CAPÍTULO I

Das Terminologias e dos Conceitos

Art. 3º Para os fins e os efeitos desta Resolução, são adotados conceitos e terminologias a seguir definidos:

I - CCC: Conta de Consumo de Combustíveis;

II - CDE: Conta de Desenvolvimento Energético;

III - beneficiário: é o titular de concessão, autorização ou permissão de serviço público de distribuição de energia elétrica que, atuando nos Sistemas Isolados, utiliza-se da sistemática de reembolso dos custos de geração pela CCC, ou o agente de geração responsável por empreendimento localizado no Sistema Interligado Nacional - SIN que utilize carvão mineral nacional, com reembolso dos custos de combustíveis pela CDE;

IV - Procedimentos de Contas Setoriais: documento elaborado pela CCEE que detalha os procedimentos operacionais, prazos e condições do Sistema de Coleta de Dados - SCD, do reembolso da CCC e da sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, bem como o reembolso dos custos de combustíveis da Subconta Carvão Mineral, pela CDE;

V - Estoque estratégico: quantidade de carvão, em toneladas, equivalente a 2 (dois) meses da compra mínima anual, custeado pela CDE e reposto pelo agente beneficiário quando utilizado;

VI - Estoque histórico: quantidade de carvão, em toneladas, paga pela CDE e não consumida até 31 de dezembro de 2016, a qual deverá ser devolvida pelos respectivos beneficiários num horizonte de 5 (cinco) anos;

VII - Agente Vendedor de Energia no Sistema Isolado: titular de concessão ou autorização para a geração de energia elétrica, vencedor de licitação para geração de energia nos Sistemas Isolados, sendo a comercialização celebrada por meio de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência no âmbito dos Sistemas Isolados;

VIII - Plano Anual de Operação dos Sistemas Isolados: documento elaborado pelo ONS que considera a previsão de carga dos sistemas isolados e a necessidade de geração conforme adisponibilidade de todas as fontes para cada sistema isolado;

XIX - Plano Anual de Custos da CCC (PAC): documento elaborado pela CCEE que indica as quantidades previstas de combustíveis e de geração de todas as fontes disponíveis, inclusive da importação de energia, e o aporte financeiro necessário à cobertura do custo total de geração dos sistemas isolados pela CCC para o ano civil; e

X - Plano Anual de Custos da Subconta Carvão Mineral ($PAC_{carvão}$): documento elaborado pela CCEE que indicará as quantidades previstas de combustíveis, da geração de energia elétrica, e o aporte financeiro necessário à cobertura dos custos dos combustíveis para o ano civil.

CAPÍTULO II

Da Gestão

Art. 4º Compete à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:

I - realizar a movimentação da CDE, da CCC e da Subconta Carvão Mineral de modo a não obter vantagem ou prejuízo econômico ou financeiro e sem assumir compromissos ou riscos incompatíveis com a sua condição de designada para movimentar os créditos e os débitos da CDE;

II - realizar transferências de recursos entre a CDE, a Subconta Carvão Mineral e a CCC, no limite da disponibilidade de recursos;

III - editar, publicar e revisar os Procedimentos de Contas Setoriais para o detalhamento operacional e financeiro da CCC e da Subconta Carvão Mineral; e

IV - contratar empresa de auditoria independente para assegurar as movimentações financeiras e contábeis da conta CCC e da subconta Carvão Mineral a partir das operações de maio de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º O atraso nos desembolsos para dispêndios da CCC e da Subconta Carvão Mineral, por motivo de insuficiência de recursos, ensejará a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, custeada pela conta setorial, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004.

Art. 6º Na hipótese de insuficiência de recursos no fundo da CDE para cobertura dos dispêndios da CCC e da Subconta Carvão Mineral, a CCEE deverá:

I - efetuar os desembolsos de forma proporcional aos direitos dos beneficiários; e

II - comunicar à ANEEL a necessidade de revisão do orçamento anual da CDE.

Art. 7º Até 1º de fevereiro de 2018 a CCEE deverá disponibilizar em seu site, para acesso do público em geral:

I - a razão social ou nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de todos os beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral, bem como o valor repassado a cada um deles; e

II - os demonstrativos dos pagamentos e dos recebimentos efetuados aos beneficiários, acompanhados de memória de cálculo.

Parágrafo Único. As informações serão atualizadas mensalmente pela CCEE, até o 10º dia útil do mês subsequente, no site da CCEE, incluindo os demonstrativos e a memória de cálculo.

Art. 8º Até 1º de julho de 2018 os beneficiários deverão disponibilizar, em seus respectivos sites, e manter atualizadas, as informações relativas à quitação das despesas associadas ao recebimento de reembolso da CCC e da Subconta Carvão Mineral.

Art. 9º As informações do sistema de coleta de dados de medição serão compartilhadas entre a CCEE e o ONS, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 10. A CCEE deverá registrar os contratos de comercialização de energia e potência e eventuais aditivos relacionados à sistemática de reembolso da CCC, observando as disposições legais, regulatórias e editalícias associadas.

Art. 11. Para fins de reembolsos da CCC e do Carvão Mineral, os beneficiários devem estar adimplentes com as obrigações setoriais, bem como com suas obrigações fiscais, devendo apresentar mensalmente à CCEE, até cinco dias úteis antes da data estabelecida para cada reembolso, as certidões relacionadas abaixo, observando suas respectivas datas de vencimento, as quais devem constar até a data de pagamento:

I - Certidão de Adimplência da ANEEL;

II - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Distrital, inclusive quanto à Dívida Ativa;

IV - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal; e

V - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do cadastro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da Caixa Econômica Federal (FGTS).

CAPÍTULO III

Do Orçamento

Art. 12. O ONS deverá elaborar e encaminhar à CCEE, até o dia 15 de setembro de cada ano:

I - o Plano Anual de Operação dos Sistemas Isolados, incluindo a previsão de importação de energia; e

II - a previsão de geração das usinas interligadas ao SIN que continuem a compor o custo total de geração das beneficiárias da CCC.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no inciso I, os agentes envolvidos deverão atender aos prazos para o envio de dados, estabelecidos pelo ONS nos Procedimentos operacionais para previsão de carga e planejamento da operação dos Sistemas Isolados.

Art. 13. A CCEE deverá elaborar e encaminhar à ANEEL, até 15 de outubro de cada ano, o Plano Anual de Custos da CCC (PAC_{CCC}), considerando:

I - os limites de preços e de consumo específico de combustíveis estabelecidos nesta Resolução;

II - os valores de reembolso pela CCC previstos, observadas as premissas de reembolso definidas nos arts. 31 a 35;

III - os custos da geração própria, definidos pela ANEEL;

IV - os valores destinados aos agentes beneficiários da sub-rogação;

V - o custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada do SIN ($ACR_{méd}$);

VI - os fatores de corte de perdas regulatórias;

VII - os incentivos compensatórios que visam a capturar as variações mensais dos fatores de perdas excedentes;

VIII - os montantes previstos de sub-rogação para o ano subsequente, considerando os projetos já aprovados pela ANEEL e a estimativa para novos projetos, com base em valores históricos; e

IX - os montantes previstos referentes à antecipação de sub-rogação, cujas obras relacionadas tenham sido determinadas por ato do Ministério de Minas e Energia.

Art. 14. A CCEE deverá elaborar e encaminhar à ANEEL, até 15 de outubro de cada ano, o Plano Anual de Custos da Subconta Carvão Mineral ($PAC_{carvão}$), considerando:

I - a compra mínima estipulada nos contratos vigentes em 29 de abril de 2002, descontados o estoque histórico e o estoque custeado pela CDE e não consumido no ano anterior, preservado o estoque estratégico;

II - A reposição, pelo agente beneficiário, da quantidade de carvão mineral consumida do estoque estratégico;

III - o limite pelo custo médio do combustível reconhecido pela CDE para fins de reembolso nos anos de 2013, 2014 e 2015, corrigido pelo IPCA de setembro de cada ano; e

IV - o desconto pelo critério de eficiência energética, conforme o art. 20.

§ 1º A apuração da quantidade de carvão mineral efetiva ($Q_{efetiva}$) será efetuada com base na compra mínima contratual vigente e nos cortes aplicados pela compra mínima contratual vigente em 29 de abril de 2002, descontadas as parcelas do estoque histórico, do estoque custeado pela CDE e não consumido no ano anterior, e preservado o estoque estratégico, conforme a seguinte fórmula:

$$Q_{efetiva} = mín\left|Q_{compra}; Q_{2002}\right| - \frac{E_{hist}}{5} - E_{A-1} + E_{estr}$$

Onde:

$Q_{efetiva}$: quantidade efetiva de carvão mineral, em toneladas;

Q_{compra}: quantidade de compra mínima de carvão mineral estipulada no contrato vigente, em toneladas;

Q_{2002}: quantidade de compra mínima de carvão mineral estipulada no contrato vigente em 29/4/2002, em toneladas;

E_{hist}: (estoque histórico) quantidade de carvão, em toneladas, paga pela CDE e não consumida, até 31 de dezembro de 2016;

E_{A-1}: estoque de carvão mineral custeado pela CDE e não consumido no ano anterior, em t; e

E_{estr}: (estoque estratégico) quantidade de carvão, em toneladas, equivalente a dois meses da compra mínima anual, custeada pela CDE e reposta pelo agente beneficiário quando utilizada.

§ 2º A CCEE deverá obter dos beneficiários da conta os montantes de carvão mineral acumulados, considerando a previsão dos estoques dos meses de outubro, novembro e dezembro, e consistir o estoque custeado pela CDE e não consumido no ano anterior (E_{A-1}).

§ 3º A apuração do custo total com combustíveis (CT_{comb}) será efetuada com base nos custos da quantidade efetiva de carvão mineral e do consumo de combustíveis secundários medido no SCD, aplicado o limite do custo médio do combustível reconhecido pela CDE para fins de reembolso nos anos de 2013, 2014 e 2015, conforme a seguinte fórmula:

$$CT_{comb} = mín\left|CT_{2013-2015}; \left(Q_{efetiva} \cdot P_{compra} + Q_{sec} \cdot P_{sec}\right)\right|$$

Onde:

CT_{comb}: custo total com combustíveis, em R$;

P_{compra}: menor valor entre o preço do carvão mineral estipulado no contrato vigente e o preço homologado pela ANEEL, em R$/t;

Q_{sec}: quantidade dos combustíveis secundários medida pelo SCD, em L ou kg;

P_{sec}: preço médio mensal dos combustíveis secundários, aplicados os limites de preços, em R$/L ou R$/kg;

$CT_{2013-2015}$: custo médio do combustível reconhecido pela CDE para fins de reembolso nos anos de 2013, 2014 e 2015, corrigido pelo IPCA de setembro de cada ano, em R$.

Art. 15. De forma complementar, a CCEE deverá informar, no PAC_{CCC} e no $PAC_{carvão}$, o seguinte:

I - o histórico mensal do saldo financeiro da CCC e da Subconta Carvão Mineral no período de setembro (ano anterior) a agosto (ano corrente), demonstrando as receitas auferidas e as despesas incorridas no período, de forma agregada;

II - o detalhamento da inadimplência corrente, com histórico mensal e acumulado da dívida, por quotista inadimplente;

III - o detalhamento de outros direitos da CCC e da Subconta Carvão Mineral ainda não auferidos até agosto (ano corrente); e

IV - o detalhamento mensal e acumulado de obrigações da CCC e da Subconta Carvão Mineral não pagas até agosto (ano corrente), informando sua natureza (reembolso combustível, sub-rogação, tributos, etc.) e justificativas do não reembolso para cada agente credor.

Art. 16. Deverão ser enviados à ANEEL, até o dia 15 de outubro de cada ano:

I - o Plano Anual de Operação dos Sistemas Isolados, pelo ONS; e

II - o Plano Anual de Custos da CCC (PAC_{CCC}) e o Plano Anual de Custos da Subconta Carvão Mineral ($PAC_{carvão}$), pela CCEE.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, deverão ser encaminhados para a CCEE, até o dia 15 de setembro de cada ano:

I - pela ANEEL, o valor do ACR_{med}, o fator de corte e a previsão de novas sub-rogações;

II - pelos Beneficiários da CCC, a previsão de todas as parcelas dos custos reembolsáveis para o ano seguinte, incluindo as informações contratuais de aquisição de energia e potência e os tributos não recuperados; e

III - pelos Beneficiários da Subconta Carvão Mineral, os montantes de compra mínima do carvão mineral e dos combustíveis secundários e os respectivos preços previstos.

CAPÍTULO IV

Dos limites de Preços de Combustíveis

Art. 17. Para fins de reembolso do custo total de geração da CCC e do custo de combustíveis secundários da Subconta Carvão Mineral, a CCEE deverá reconhecer, como limite, o valor gasto em combustível fóssil considerando o "preço de referência".

§ 1º O preço de referência, que consiste no valor médio praticado no mercado local (município onde se encontra a central geradora ou a média do Estado, caso a referência do município não esteja disponível), conforme pesquisa de mercado, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e publicada em seu sítio na Internet, será utilizado da seguinte forma:

I - óleo diesel: a referência será o preço médio de distribuição do óleo diesel divulgado pela ANP na Série Histórica Mensal e de Margens de Comercialização de Combustíveis, nos termos do § 1º, líquido de tributos;

II - óleo combustível (OC1A): a referência será o preço médio de produtores por região ou por localidade, ao qual deve ser acrescida a margem de distribuição comprovada pelo beneficiário ou, na falta desta, o valor correspondente praticado para o óleo diesel, no site da ANP; e

III - combustíveis de uso exclusivo (óleo combustível para turbinas geradoras de energia elétrica - OCTE e o óleo combustível para geração elétrica - PGE): será considerada, para fins de reembolso do custo de geração, a mesma base de preços, respectivamente, do óleo diesel e do óleo combustível (OC1A).

§ 2º Os preços dos combustíveis especiais não devem conter valores extras devido à exclusividade do produto (ausência de referencial no mercado) e do produtor (ausência de concorrência).

§ 3º Caso o preço de aquisição do combustível, incluindo eventual despesa acessória a que se refere o § 4º, seja superior ao respectivo preço de referência, o beneficiário deverá solicitar à ANEEL a validação de sua utilização na composição do custo total de geração, apresentando justificativa do valor superior ao de mercado, obrigatoriamente discriminando as parcelas relativas ao preço do produto, margem de distribuição e transporte.

§ 4º Considera-se como despesas acessórias aquelas relacionadas ao transporte de combustíveis, à reserva de capacidade de transporte dutoviário e de reserva de consumo mínimo, limitadas à capacidade de consumo mensal do respectivo empreendimento termelétrico.

§ 5º Para fins de valoração do montante de combustível a ser reembolsado, o preço será obtido pela média aritmética ponderada dos preços faturados no mês, excluídos os tributos, identificados por meio das Notas Fiscais de combustíveis e observados os limites de preço por tipo de combustível aplicável a cada empreendimento de geração.

§ 6º Para a Subconta Carvão Mineral, na hipótese de não haver compra de combustível secundário, em um determinado mês, deve-se considerar o preço médio ponderado calculado no último reembolso efetuado, conforme previsto no § 5º.

§ 7º Para a compra de combustível reembolsada pela CCC, na hipótese de não haver compra de combustível em um determinado mês, deve-se considerar o preço médio ponderado calculado no último reembolso efetuado, conforme previsto no § 5º.

§ 8º O reembolso de despesas com frete de combustível deve observar o consumo eficiente registrado no mês de competência para cada usina, sendo este consumo valorado pelo custo unitário de transporte apresentado em nota fiscal, subtraído dos tributos incidentes.

§ 9º O montante relativo à incidência de tributos será reembolsado à beneficiária conforme percentual de recuperação de impostos informado pela própria na solicitação mensal do reembolso ou com base na média apurada dos últimos seis meses.

§ 10. Caso não seja apresentada nota fiscal de frete de combustível da usina e haja registro de consumo eficiente, a CCEE utilizará o valor unitário da última nota fiscal apresentada, ou seja, o transporte do combustível será reembolsado somente quando houver geração de energia.

CAPÍTULO V

Dos critérios de eficiência energética

Art. 18. A CCEE deverá reconhecer, como limite para fins de reembolso do custo total de geração, o consumo específico de combustíveis para cada central geradora termelétrica, observando o menor valor entre:

I - aquele obtido do Anexo I;

II - aquele estabelecido em contrato com Produtor Independente de Energia Elétrica; ou

III - aquele obtido a partir da média verificada no ano civil anterior acrescida de 5% (cinco por cento).

§ 1º No caso da utilização de gás natural ou seu uso conjunto com combustível líquido, o limite observará o respectivo heat-rate, que é o consumo específico em termos energéticos, em que a quantidade do insumo será a soma energética dos combustíveis, conforme a seguinte fórmula:

$$Limite = (Q_{gas} * PCI_{gas} + Q_{oc} * PCI_{oc}) / E$$

Onde:

Limite: consumo específico limite a ser aplicado nos casos de utilização de gás natural ou seu uso conjunto com combustível líquido;

Q_{gas}: Consumo do gás natural, em Nm^3;

PCI_{gas}: Poder calorífico inferior do gás natural em kJ/Nm^3;

Q_{oc}: Consumo de óleo combustível, em kg;

PCI_{oc}: Poder calorífico inferior do óleo combustível, em kJ/kg;

E: Energia líquida entregue no ponto de conexão, em kWh.

§ 2º Os limites de que trata o caput se referem à totalidade da central geradora e já incorporam o consumo interno em serviços auxiliares, devendo ser considerada, para apuração de seu consumo específico, a medição líquida de energia elétrica à saída da central geradora.

§ 3º Não serão aceitos pela ANEEL os desmembramentos de centrais geradoras para fins de acomodação aos limites de consumo específico ora estabelecidos.

§ 4º A ANEEL poderá estabelecer limites diferentes dos valores do Anexo I para centrais geradoras termelétricas que operam em condição especial de despacho, desde que justificado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS sob a finalidade da estabilidade do sistema elétrico e do menor custo total de geração.

Art. 19. Os limites de preço, de que trata o art. 17, e de consumo específico de combustível, para os beneficiários da CCC, não se aplicam nos casos enquadrados nos incisos I e III do art. 8º do Decreto nº 7.246/2010, a saber, oriundos de licitação nos sistemas isolados e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cujo objeto seja a aquisição de energia e potência elétrica de agente vendedor ou a contratação de prestação de serviços de suprimento de energia elétrica em Regiões Remotas por meio de sistemas de geração descentralizada com redes associadas.

Art. 20. Para fins de reembolso aos beneficiários da Subconta Carvão Mineral, aplica-se o percentual de reembolso do custo efetivo dos combustíveis primário e secundários, conforme critério de eficiência energética da central geradora, da seguinte forma:

$$R_{carvão} = mín\left[CT_{comb}; CT_{comb} \times \left(\frac{\eta_{usina}}{\eta_{ref}} \right) \right]$$

Onde:

$R_{carvão}$: reembolso devido ao agente beneficiário, em R$;

CT_{comb}: custo total efetivo dos combustíveis, em R$;

η_{ref}: eficiência energética líquida de referência, 25% (vinte e cinco por cento) para central geradora de potência instalada até 50MW, 30% (trinta por cento) para acima de 50MW e até 150MW e 35% (trinta e cinco por cento) para as demais;

η_{cusina}: eficiência energética líquida da central geradora, em %.

§ 1º O custo efetivo dos combustíveis é o valor líquido após a aplicação dos limites previstos no art. 14, dos limites de preço dos combustíveis e do devido desconto dos impostos e tributos recuperáveis ou isentos.

§ 2º A eficiência energética líquida da central geradora a ser aplicada no cálculo do reembolso do ano civil atual será o valor médio apurado no ano civil anterior, calculado com base na energia elétrica líquida produzida e na quantidade energética dos combustíveis consumidos (incluindo o primário e os secundários), conforme a seguinte função:

$$\eta_{usina} = \frac{E_{elétrica}}{\sum_{i=1}^{n} (Q_{comb} \times PCI)_i}$$

Onde:

$E_{elétrica}$: energia elétrica líquida produzida pela central geradora, medida no ponto de conexão à rede, em MW.h;

Q_{comb}: quantidade do combustível consumido, em m³ ou t, conforme a unidade do PCI;

PCI: poder calorífico inferior médio mensal do combustível, em MW.h/m³ ou MW.h/t, a ser declarado pelo agente de geração na base do combustível "como recebido" (1 MW.h equivale a 859.845 kcal);

i: combustível consumido (carvão mineral, óleo combustível, óleo diesel).

§ 3º No caso de complexos termelétricos onde coexistam mais de uma central geradora beneficiária da CDE pertencentes a um mesmo beneficiário, a aplicação das eficiências energéticas líquidas poderá ser feita de forma conjunta, a critério do interessado, sendo a eficiência da central geradora conforme o resultado operativo de todo o complexo termelétrico e a de referência conforme a ponderação dos valores de 25% (vinte e cinco por cento), 30% (trinta por cento) e 35% (trinta e cinco por cento) pela potência instalada das centrais geradoras.

§ 4º Excluem-se do cálculo da eficiência energética líquida da central geradora os dados considerados inválidos pela CCEE e os relacionados à exportação de energia elétrica e às situações de despacho pelo ONS, em função de restrição elétrica ou segurança energética, em carga parcial ou direcionado à central geradora menos eficiente de complexo termelétrico havendo capacidade ociosa comprovada na central mais eficiente.

§ 5º O ONS enviará anualmente à CCEE os eventuais montantes de energia despachados nas condições a que se referem o § 4º.

CAPÍTULO VI

Do Sistema de Coleta de Dados Operacionais (SCD)

Art. 21. O agente de geração ou de distribuição, beneficiário direto ou que comercialize energia e potência com beneficiário da CCC e da Subconta Carvão Mineral e, fica obrigado a implantar/adequar e manter o Sistema de Coleta de Dados Operacionais (SCD), destinado a medir, registrar, armazenar e colocar à disposição os dados referentes às grandezas elétricas e ao consumo de combustíveis para fins de reembolso.

§ 1º Para os empreendimentos de distribuição ou transmissão para importação de energia, a obrigação de implantar ou adequar o SCD caberá ao respectivo agente beneficiário.

§ 2º O SCD deverá medir, registrar e armazenar as seguintes informações:

I - corrente (A);

II - tensão (kV);

III - potência ativa (kW);

IV - energia ativa (kW.h);

V - potência reativa (kVAr);

VI - energia reativa (kVAr.h);

VII - freqüência (Hz); e

VIII - consumo de combustível (L/h, kg/h, m³/h ou t/h), somente para centrais geradoras termelétricas com potência instalada acima de 1.000 kW.

§ 3º Os dados de consumo de combustíveis relativos às centrais geradoras termelétricas até 1.000 kW deverão ser apurados pela beneficiária e encaminhados à CCEE, conforme prazos e procedimentos definidos pela CCEE, nos Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 4º No caso das centrais geradoras, o SCD deverá monitorar as grandezas elétricas no seu ponto de conexão à rede, em termos líquidos, e, no caso dos empreendimentos de distribuição e de transmissão para importação de energia, o SCD deverá monitorar essas grandezas no seu ponto de faturamento.

§ 5º Excetuam-se da obrigação de medição, registro, armazenamento e monitoramento do consumo de combustíveis da central geradora os casos enquadrados nos incisos I e III do art. 8º do Decreto nº 7.246/2010.

§ 6º A critério do agente responsável pela central geradora, poderá ser instalado sistema de medição individualizado por unidade geradora, desde que as totalizações sejam equivalentes ao disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 7º A CCEE poderá analisar e aprovar eventuais exceções de configuração de instalação de medição de energia elétrica e de combustível.

Art. 22. Para os casos de Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente - SIGFI, a que se refere a REN nº 493, de 5 de junho de 2012, o montante de energia a ser considerado no cálculo do CTG prescindirá de medição e será o equivalente à disponibilidade do sistema.

§ 1º O modo de envio dos dados de medição desses empreendimentos à CCEE deverá constar nos Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 2º A contabilização da quantidade e disponibilidade dos SIGFIs deverá ser oriunda do sistema de faturamento do agente de distribuição beneficiário da CCC.

Art. 23. O dispositivo de medição e registro e o envio dos dados do SCD deverão atender aos requisitos técnicos especificados pela CCEE, nos Procedimentos de Contas Setoriais, os quais estabelecerão, preferencialmente, a implantação do Sistema de Medição e Faturamento - SMF, contendo medidores de memória de massa, permitindo, inclusive, a automação da coleta dos dados de geração.

Art. 24. O agente de geração deverá entregar à CCEE, para efeito de controle e gerenciamento da CCC, as medições mensais coletadas no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, conforme prazos e procedimentos definidos nos Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 1º O agente responsável pela medição deve assegurar o atendimento do disposto no caput, bem como garantir a perfeita integridade dos dados coletados.

§ 2º No caso de Microssistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica - MIGDI, a que se refere a REN nº 493, de 5 de junho de 2012, o encaminhamento dos dados pode ser feito com periodicidade de até 3 (três) meses, podendo o reembolso mensal entre as medições ser efetuado com base na última medição verificada.

§ 3º O modo de envio dos dados de medição dos MIGDI à CCEE deverá constar nos Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 4º O reembolso mensal provisório a que se refere o § 2º deverá ser ajustado após o envio e processamento da medição deste período.

Art. 25. A CCEE definirá, no Procedimentos de Contas Setoriais, os critérios técnicos do SCD ou outro sistema definido pela CCEE, os prazos e regras para o envio dos dados medidos pelos agentes beneficiários e os critérios para a classificação e o tratamento dos dados faltantes ou inválidos, que constarão do Procedimentos de Contas Setoriais.

CAPÍTULO VII

Do Reembolso dos Custos de Geração

Art. 26. A CCEE efetuará o reembolso mensal aos agentes beneficiários da Subconta Carvão Mineral conforme as limitações de quantidade de carvão e de custo do reembolso definidos nos arts. 14 e 20 e as seguintes premissas:

I - o duodécimo da $Q_{efetiva}$, observado o E_{A-1} verificado; e

II - a medição, pelo SCD, da Q_{sec}.

Parágrafo único. Não fazem parte do mecanismo de reembolso da CDE os custos da retirada, estocagem, transporte, destinação final ou qualquer outro custo ou receita associada às cinzas oriundas da queima do carvão mineral.

Art. 27. O reembolso mensal ao beneficiário da Subconta Carvão Mineral ocorrerá até o dia 15 do mês subsequente ao mês de referência.

Art. 28. A CCEE efetuará o reembolso mensal aos agentes beneficiários da CCC no montante igual à diferença entre o custo total de geração de energia elétrica para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados e o produto da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio do ACR no SIN, observado o nível eficiente de perdas elétricas, conforme segue:

$R_{CCC} = [CT_{ISOL} - (GT_{ISOL} \times ACR_{méd})] \times fc$

Onde:

R_{CCC}: Reembolso Mensal da CCC (R$)

CT_{ISOL}: Custo Total de Geração (R$)

GT_{ISOL}: Geração Total (MWh)

$ACR_{méd}$: Custo Médio do ACR do SIN (R$/MWh)

fc: Fator de Corte de Perdas Regulatórias

§ 1º O direito ao reembolso previsto no caput permanecerá durante toda a vigência dos contratos de compra de energia elétrica e de potência, incluindo suas prorrogações, e terá duração igual à vigência dos contratos, neste caso condicionado ao atendimento do disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.111, de 2009.

§ 2º O direito ao reembolso relativo à geração própria das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos e instalações de distribuição de energia elétrica vigorará, após a interligação ao SIN, até a extinção da autorização ou concessão da respectiva instalação de geração, desde que atendido o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 12.111, de 2009.

§ 3º O direito a que se refere o § 2º não alcançará as eventuais prorrogações das autorizações ou concessões das respectivas instalações de geração própria.

§ 4º O custo médio da energia e potência comercializadas pelos agentes de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada ($ACR_{méd}$) é apurado pela ANEEL, com base nos valores considerados no cálculo das tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes das concessionárias de distribuição interligadas ao SIN, conforme o disposto no Submódulo 5.1 do PRORET.

Art. 29. A CCEE efetuará os reembolsos aos agentes beneficiários da CCC, em periodicidade mínima mensal, e condicionados ao registro de dados no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, bem como o registro dos contratos, nos termos desta Resolução.

§ 1º A CCEE efetuará, caso seja solicitado pelo beneficiário, o reembolso dos custos de aquisição de combustíveis, locação de grupos geradores e de contratação diretamente ao fornecedor destes, devendo o beneficiário prestar todas as informações necessárias para tanto.

§ 2º O conjunto de informações necessárias, de que trata o § 1º, deverão constar do Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 3º Para fins de reembolso mensal de combustíveis secundários, serão utilizados os dados de medição registrados no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, enquanto para o reembolso do carvão mineral serão considerados os dados de contratos, mediante apresentação das notas fiscais de compra e comprovantes de pagamento, limitado ao valor da compra mínima.

§ 4º No caso do reembolso do carvão mineral, a CCEE deverá promover encontro de contas anual, de modo que eventuais quantidades de carvão mineral não consumidas, bem como o estoque estratégico utilizado, sejam devolvidos à CDE, no ano subsequente, pelos beneficiários da Subconta Carvão Mineral,

Art. 30. O agente beneficiário da CCC deverá enviar à CCEE, até o dia 15 do mês subsequente ao mês de referência, as informações necessárias ao processamento dos reembolsos.

CAPÍTULO VIII

Da apuração dos custos totais de geração

Art. 31. A apuração, pela CCEE, do custo total de geração do agente beneficiário da CCC nos Sistemas Isolados terá periodicidade mensal e corresponderá ao somatório dos seguintes custos:

$CT_{ISOL} = CT_{COMB} + CT_{GP} + CT_{CE}$

Onde:

CT_{ISOL}: Custo Total de Geração

CT_{COMB}: Custo Total com Combustíveis

CT_{GP}: Custo Total com Geração Própria

CT_{CE}: Custo Total com Contratação de Potência e Energia Elétrica

Art. 32. O custo total com combustíveis (CT_{COMB}) para cada agente credor de reembolso será apurado, em função do montante de energia gerado, da quantidade de combustível consumida registrada no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, quando aplicável, do preço do combustível, dos limites de consumo específico, dos limites de preço de combustíveis e de despesas acessórias de que trata o § 4º do art. 17.

Parágrafo Único. Não deverá ser considerado na apuração de que trata este artigo o custo com combustível reembolsado diretamente ao agente de geração a que se refere o §1º do art. 29, ou ainda o custo com combustíveis quando este estiver incluído em preço, indissociável, de contrato de compra e venda de potência e energia elétrica, devendo neste caso observar-se a apuração conforme o art. 34.

Art. 33. O custo total com geração própria (CT_{GP}) será apurado com a exclusão de qualquer custo associado à compra e venda de combustíveis, observados os custos homologados anualmente pela ANEEL e a medição de energia gerada registrada no SCD ou outro sistema definido pela CCEE.

§ 1º Os custos associados à geração própria, relativa a empreendimento em operação comercial até a publicação da Medida Provisória n. 466, de 2009, serão definidos com base nas informações constantes dos processos de revisão tarifária de cada agente de distribuição dos sistemas isolados e nos valores de referência definidos no Anexo III, com vistas a reconhecer os custos prudentes e eficientes, observado que:

I - a geração própria associada a ativos próprios será valorada pela soma de parcela referente à depreciação e remuneração dos ativos, obtida dos dados do último processo tarifário, e parcela de Operação e Manutenção definida no Anexo III, observados o porte e a tecnologia de geração;

II - para o caso de aluguel de máquinas, o custo de geração será limitado ao valor total de referência definido no Anexo III, observado o porte e a tecnologia de geração; e

III - caso existam equipamentos próprios e locados dentro de um mesmo empreendimento, cabe ao beneficiário informar à CCEE qual o percentual de rateio a ser considerado, conforme definido nos Procedimentos de Contas Setoriais, sempre que ocorram modificações.

§ 2º Os custos incorridos pelo agente de geração com a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH e Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE deverão integrar a apuração do custo total de geração própria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Os investimentos em empreendimentos de geração própria a que se refere o inciso I do §1º, ocorridos no período entre as revisões tarifárias, mediante pleito da concessionária, poderão implicar a alteração do custo de geração total com geração própria.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior será objeto de análise técnica da ANEEL, a qual deverá avaliar a pertinência dos custos pleiteados, especialmente quanto à prudência e eficiência da contratação, observada a aplicação das metodologias utilizadas nas revisões tarifárias das concessionárias do serviço público de distribuição para apuração da remuneração e reintegração dos investimentos.

Art. 34. O custo total com contratação de potência e energia elétrica (CT_{CE}) será apurado conforme a medição da geração de energia registrada no SCD ou outro sistema definido pela CCEE e as condições dos contratos homologados ou aprovados pela ANEEL e protocolados na CCEE, observadas as parcelas de receita fixa e de receita variável, quando aplicáveis, bem como os limites do Anexo III.

Parágrafo Único. Excetuam-se da obrigação de atendimento aos limites do Anexo III os casos enquadrados nos incisos I, II e III do art. 8º do Decreto nº 7.246/2010.

Art. 35. O CT_{CE} será informado mensalmente pelo agente de distribuição nos Sistemas Isolados à CCEE, inclusos os contratos de importação de energia e de reserva de capacidade firmados.

§ 1º A informação mensal de que trata o caput deverá incluir, no mínimo:

I - declaração do beneficiário quanto ao valor a ser considerado para cálculo do reembolso;

II - resumo das informações contratuais de preço e respectivo critério de reajuste, vigência, montante de energia e/ou potência comercializada, discriminadas por contrato;

III - valores faturados em cada contrato, com e sem impostos; e

IV - cópias das faturas e notas de débito de cada contrato.

§ 2º Para fins do cálculo do reembolso, a CCEE deverá avaliar, para cada fatura apresentada:

I - a existência de aprovação ou homologação, pela ANEEL, do contrato de compra e venda de energia e potência e eventual aditivo;

II - a consonância entre o preço faturado e o valor aprovado do contrato, observados os critérios de reajuste; e

III - a consonância entre o montante de energia faturada e o valor efetivamente registrado no SCD ou outro sistema definido pela CCEE.

§ 3º Inclui-se no custo total a que se refere o caput deste artigo a contratação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, inclusive instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas.

CAPÍTULO IX

Do Reembolso de Tributos

Art. 36. Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.

§ 1º Considera-se a data da nota fiscal emitida da despesa como a data da constituição do crédito de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, sendo obrigatória a apresentação desta nota à CCEE.

§ 2º O reembolso efetivo consistirá na apuração mensal dos montantes de créditos de ICMS, de PIS/PASEP e de COFINS e não recuperados da competência a ser reembolsada.

§ 3º Caso não seja possível a apuração dos valores de créditos não recuperados de tributos a serem reembolsados em um determinado mês, o reembolso poderá ser realizado com base na média apurada dos últimos seis meses observando-se as seguintes premissas:

I - Independentemente de a apuração do percentual de recuperação dos tributos ser realizada com base no mês de referência ou na média histórica, é de obrigação dos Beneficiários o envio mensal dos percentuais não recuperados à CCEE; e

II - Na ausência do envio mensal da informação o reembolso de tributos não será realizado.

§ 4º A transferência ao agente do montante correspondente aos créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS decorrentes da compra de combustível será realizada mensalmente, mediante cálculo dos tributos contidos nas notas fiscais cadastradas pelo próprio agente em sistema de informações da CCEE, com base na apuração da medição de energia.

§ 5º A transferência ao agente do montante correspondente aos créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS decorrentes da compra de energia será realizada mediante solicitação mensal à CCEE, em conformidade com os contratos firmados e respectivas faturas de compra e venda de energia, com base na apuração da medição de energia.

§ 6º Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos dos tributos recolhidos sobre a energia eficiente, em virtude dos dispêndios mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.

§ 7º A transferência ao agente dos montantes correspondentes aos créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS decorrentes das contratações de terceiros, do aluguel de geradoras, da compra de material de consumo e de bens e custos acessórios será realizada mediante solicitação mensal à CCEE, em conformidade com os contratos firmados e respectivas faturas, com base na apuração da medição da energia.

§ 8º Não são passíveis de transferência ao agente os montantes correspondentes aos créditos de ICMS e de PIS/PASEP e de COFINS, nos seguintes casos:

I - constituídos até julho de 2009 (inclusive); e

II - do agente que declarar que consegue recuperar por sua conta todo o crédito dos tributos.

§ 9º Os beneficiários deverão encaminhar à CCEE, até o dia 15 de abril, as memórias de cálculo, inclusive com as comprovações contábeis e fiscais, da constituição e do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior, e ainda, se for o caso, a declaração que consegue recuperar, por sua conta, todo o crédito dos tributos.

§ 10. As diferenças mensais de reembolso de créditos de tributos não recuperados de um exercício serão apuradas até o dia 15 de maio do ano seguinte ao de competência, considerando que cada parcela mensal deverá ser atualizada pelo índice do IPCA correspondente.

§ 11. A CCEE deverá estabelecer, no Procedimentos de Contas Setoriais, os procedimentos próprios para a devolução, à CCC ou ao beneficiário, das diferenças apuradas do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior.

§ 12. Ficam isentos de devolução de créditos tributários:

I - o agente beneficiário que se encontre sob o regime cumulativo de PIS/PASEP e COFINS;

II - os montantes recuperados em decorrência de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS constituídos e acumulados até julho de 2009 (inclusive); e

III - O agente beneficiário que reverteu integralmente os créditos de PIS/PASEP e COFINS para os consumidores na apuração da alíquota efetiva.

§ 13. O beneficiário deve buscar, sempre que divergir tecnicamente do entendimento do órgão arrecadador, todos os meios administrativos e judiciais disponíveis para legitimar a recuperação de créditos acumulados, sob pena de ser considerado omisso no seu dever de prezar pela modicidade tarifária.

§ 14. A omissão em não compensar créditos comprovadamente recuperáveis, imunes ou isentos, será tratada como infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV, conforme inciso XXIII do art. 7º da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004.

§ 15. A ausência do protocolo tempestivo das informações previstas no § 8º implicará a imediata suspensão do pagamento de benefícios da CCC, devendo ser retomada imediatamente após o envio das informações.

§ 16. A CCEE deverá manter e disponibilizar, para procedimentos de fiscalização da ANEEL e para transparência da gestão da CCC, as memórias de cálculo e documentos de comprovação fiscal de cada beneficiário no pagamento de créditos tributários não compensados, na forma desta Resolução.

Capítulo X

Da sub-rogação à CCC

Art. 37. O direito à sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, observará à sistemática de reembolso estabelecida no Procedimentos de Contas Setoriais.

§ 1º O montante sub-rogado considera os custos de implantação aprovados, acrescido dos juros durante a construção.

§ 2º Após a interligação de Sistemas Isolados ao SIN, o direito de sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC permanecerá pelo prazo necessário para o efetivo reembolso dos montantes correspondentes à redução do dispêndio da CCC, considerando para o período subsequente à interligação a redução proporcionada nos 12 meses anteriores a essa, exceto nos casos de eficientização.

Art. 38. O saldo do montante apurado para os benefícios descritos no art. 37 será corrigido anualmente, a partir da entrada em operação comercial do empreendimento, utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 39. Além dos requisitos técnicos necessários à outorga de concessão ou emissão de autorização, nos termos da regulamentação vigente, para habilitar-se ao recebimento do benefício, o titular do empreendimento elegível à sub-rogação da CCC deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - em até 6 meses antes da entrada em operação do empreendimento, encaminhar à ANEEL cronograma detalhado das obras, com a data atualizada da entrada em operação comercial do empreendimento, e orçamento detalhado referente à implantação do empreendimento;

II - em até 180 dias após a entrada em operação comercial do empreendimento, encaminhar à ANEEL toda a documentação necessária à comprovação dos custos realizados, acompanhada de relatório de conformidade de auditoria independente, sob pena de interrupção do pagamento do benefício.

§ 1º Após a entrada em operação comercial e de posse da documentação a que se refere o inciso II, a ANEEL, por meio de fiscalização específica, realizará auditoria confrontando o orçamento apresentado com o realizado, bem como o projeto aprovado com o implantado.

§ 2º Em razão do resultado dessa fiscalização, o benefício poderá ser reduzido, caso sejam constatados valores inferiores àqueles do orçamento aprovado pela ANEEL.

Art. 40. Para o cálculo dos valores mensais da sub-rogação, utilizar-se-ão as seguintes fórmulas e respectivas definições:

I - Nos casos dos empreendimentos de geração de energia elétrica:

$B_i = G_{realizada} . (CT_{substituída} - CG_{empreendimento} - CT_{amort\ substituída})$

Onde:

B_i: valor do benefício a ser pago no mês "i", em R$;

$G_{realizada}$: energia gerada pelo empreendimento sub-rogado (MW.h);

$CT_{substituída}$: custo total da energia substituída ou evitada, inclui receita fixa, O&M e combustíveis (R$/MW.h);

$CG_{empreendimento}$: custo total* de geração do empreendimento que reduziu o dispêndio da CCC (R$/MW.h);

$CT_{amort\ substituída}$: custos não amortizados de contratação de potência e energia elétrica celebrada entre beneficiário e gerador, se aplicável.

II - Nos casos dos empreendimentos de transmissão ou distribuição de energia elétrica:

$B_i = E_{medida} . k . (CT_{substituída} - CG_{empreendimento} - CT_{amort\ substituída})$

Onde:

E_{medida}: energia medida no ponto de entrega do empreendimento sub-rogado (MW.h);

k: fator de redução dos dispêndios da CCC, igual a 0,5 (cinco décimos), a partir de 1º de janeiro de 2015;

§ 1º Do montante total do valor estabelecido para o reembolso será deduzido mensalmente o valor de Vi, devendo ser realizado o pagamento de tantas parcelas quantas forem necessárias para que seja atendido o montante total estabelecido, em Reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente.

§ 2º No caso de troca de combustível fóssil por gás natural, o benefício da sub-rogação da CCC será rateado entre o transportador de gás natural, o distribuidor de gás natural e o agente de geração, proporcionalmente aos investimentos devidamente homologados pela ANEEL.

Art. 41. Em caso de ocorrência de indisponibilidade operativa por período igual ou superior a quinze dias, independentemente do motivo que a tenha provocado, a CCEE deverá suspender o pagamento das parcelas seguintes da sub-rogação, até o retorno em operação da respectiva instalação.

Art. 42. Os empreendimentos enquadrados na sub-rogação da CCC deverão instalar o SCD e promover o encaminhamento das informações constantes do art. 31 à CCEE, conforme estabelecido nos Procedimentos das Contas Setoriais.

Art. 43. O valor da sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC deverá ser reconhecido contabilmente como obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Art. 44. O direito previsto nesta Resolução está condicionado ao pleno atendimento das determinações contidas nos atos autorizativos da ANEEL referentes ao empreendimento.

Art. 45. Os recursos sub-rogados poderão ser antecipados aos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que:

I - se enquadrem no art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013; ou

II - tenham a execução de obras determinada por ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da distribuição ou reconhecidas no âmbito da transmissão como elegíveis para antecipação.

Parágrafo Único. Os casos previstos nos incisos I e II deverão seguir a sistemática de antecipação de recursos conforme disposto no art. 10 da Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016.

Art. 46. Os empreendimentos com benefício concedido antes de 30 de julho de 2009 manterão a mesma sistemática de cálculo original das parcelas mensais da sub-rogação da CCC até o pagamento total do valor sub-rogado, considerando-se o fator de redução (k), conforme definido no inciso II do art. 39, e o valor da Tarifa de Energia Equivalente - TEH estabelecida na Resolução Homologatória nº 746, de 25 de novembro de 2008.

CAPÍTULO XI

Da Apuração do Nível Eficiente de Perdas

Art. 47. O Fator de Corte de Perdas Regulatórias (fc) foi estabelecido para limitar o reembolso da CCC às concessionárias de distribuição, observado o nível eficiente de perdas da área de concessão, conforme o disposto no Submódulo 5.1 do PRORET

CAPÍTULO XII

Da comercialização direta entre produtor independente e consumidor

Art. 48. O produtor independente que comercializar energia elétrica nos Sistemas Isolados, nos termos do art. 24, inciso V, do Decreto n. 2.003, de 10 de setembro de 1996, mediante prévia autorização da ANEEL, poderá utilizar o mecanismo de reembolso da CCC, desde que atendido o que determinam os arts. 17, 18 e 21 a 25.

Art. 49. O requerimento de autorização para o uso do mecanismo de reembolso da CCC deverá ser encaminhado pelo produtor independente para exame da ANEEL, juntamente com:

I - o histórico documentado da gestão realizada pelo consumidor atendido, com vistas a demonstrar ao poder concedente não ter o concessionário local lhe assegurado o fornecimento no prazo de até 180 dias, contado da respectiva solicitação;

II - os estudos de viabilidade indicando a alternativa de suprimento escolhida como a de menor custo total; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - o contrato de compra e venda de energia celebrado com o consumidor, para fins de registro na Agência.

Art. 50. O reembolso previsto no caput do art. 28 deverá ocorrer de acordo com os seguintes critérios, observados os procedimentos de apuração definidos nos arts. 31 a 35:

I - se o atendimento ao consumidor for realizado por meio de geração termelétrica que utilize combustível fóssil, o produtor independente terá a cobertura dos custos com aquisição de combustível, incluídos os impostos não recuperados; e

II - se o atendimento ao consumidor for realizado por empreendimentos de geração de fontes hidráulica, eólica, solar, fotovoltaica, biomassa, ou outras fontes renováveis, o produtor independente será ressarcido da diferença entre o preço da energia elétrica contratada e o $ACR_{méd}$, sem prejuízo do seu direito de usufruir da sub-rogação à CCC.

Parágrafo único. Para fins do reembolso de que trata o inciso II, o preço da energia elétrica contratada estará limitado ao valor aprovado pela ANEEL.

Art. 51. Uma vez autorizado pela ANEEL a utilizar o mecanismo de reembolso da CCC, o produtor independente deverá ter o seu empreendimento incluído no planejamento do Sistema Isolado de responsabilidade do ONS, a partir do mês subsequente ao da autorização.

Art. 52. De acordo com o § 3º do art. 14 do Decreto n. 7.246, de 2010, o produtor independente de energia elétrica que operar centrais geradoras térmicas em Sistemas Isolados e que comercializar energia elétrica nos termos do art. 23, inciso V, do Decreto n. 2.003, de 1996, com contrato existente em 30 de julho de 2009, poderá utilizar o mecanismo de ressarcimento da CCC até o término do referido contrato.

CAPÍTULO XIII

Da prestação de contas

Art. 53. A CCEE deverá divulgar mensalmente, em seu sítio na Internet, todas as informações a respeito da CCC, com a possibilidade da aplicação de filtros por período, agente beneficiário e empreendimento, com apresentação das parcelas de custo reembolsáveis pela CCC (combustíveis, impostos, geração própria, contratação de potência e energia e ainda sub-rogação) e do valor efetivamente reembolsado, bem como as informações do SCD ou outro sistema definido pela CCEE e o atendimento aos requisitos de limites de consumo específico e preço de combustíveis estabelecidos nesta Resolução, de forma que a ANEEL, os agentes beneficiários e a sociedade possam auditar os valores declarados.

§ 1º Incluem-se no rol das informações a serem disponibilizadas ao público o saldo e a movimentação financeira da CCC, com discriminação da origem dos valores recebidos e da destinação dos valores gastos.

§ 2º Os dados de geração e consumo de combustíveis contendo a aplicação dos limites de eficiência constantes desta Resolução deverão ser divulgados até o último dia do mês subsequente ao de referência.

Art. 54. A CCEE deverá elaborar e divulgar, até o dia 31 de maio de cada ano, a prestação de contas da CCC referente ao ano civil anterior, com a consolidação das informações requeridas no art. 52.

CAPÍTULO XIV

Das disposições transitórias

Art. 55. A ANEEL avaliará os pedidos pendentes de reembolso dos custos relativos à implantação de Sistemas de Coleta de Dados Operacionais - SCD, instalados após 30 de julho de 2009, e que não estejam relacionados a empreendimento de geração vencedor de processo licitatório realizado após essa data.

Art. 56. Compete à ANEEL fiscalizar os cálculos de transferência pela CCEE e devolução realizadas pelo agente beneficiário, bem como apurar e fixar as eventuais diferenças, a maior ou a menor, a serem recebidas pelo agente ou devolvidas ao fundo CCC, desde o vencimento até a efetiva quitação.

Art. 57. Os empreendimentos enquadrados na sub-rogação da CCC em data anterior à 30 de julho de 2009 manterão a mesma sistemática de cálculo original das parcelas mensais da sub-rogação da CCC até o pagamento total do valor sub-rogado, considerando-se o valor do fator de redução (k), conforme inciso II do art. 39, e o valor da TEH, conforme Resolução Homologatória nº 746, de 25 de novembro de 2008.

Art. 58. A CCEE deverá realizar, até o 10º dia do segundo mês subsequente ao mês de referência, o ajuste dos valores recebidos mediante o reembolso preliminar ao fornecedor, a maior ou a menor, após o processamento dos dados de geração e do consumo de combustíveis, bem como o processamento dos valores a serem reembolsados no caso de o beneficiário não ter optado pelo reembolso preliminar.

Art. 59. A CCEE efetuará, até o 15º dia do segundo mês subsequente ao mês de referência, o depósito dos valores ajustados, bem como dos reembolsos devidos àqueles beneficiários que não optaram pelo reembolso preliminar.

Art. 60. Em caso de identificação da necessidade de ajustes nos dados e valores fornecidos e já processados, o beneficiário terá o prazo de 6 (seis) meses para solicitar o reprocessamento dos dados à CCEE, contados do mês em que os dados para reembolso deveriam ter sido encaminhados à CCEE para processamento regular, não sendo aceitos pedidos após esse prazo.

§ 1º Somente será admitido, uma única vez, o reprocessamento de determinado mês, por solicitação do beneficiário.

§ 2º o cronograma e detalhamento do reprocessamento constará do Procedimentos de Contas Setoriais.

Art. 61. A CCEE fica autorizada, até 1º/12/2018, a proceder ao reembolso preliminar do custo de contratação de potência e energia elétrica, de locação de grupos geradores e de aquisição de combustíveis, incluindo os tributos eficientes incidentes, no âmbito da CCC.

§ 1º O reembolso preliminar deverá ser depositado diretamente em conta bancária pertencente ao fornecedor de combustíveis indicada pelo beneficiário dos recursos da CCC, na forma do art. 17.

§ 2º O reembolso preliminar somente poderá ser realizado após a comprovação do fornecimento do combustível da produção da energia elétrica devidamente registrados no SCD ou outro sistema definido pela CCEE.

§ 3º Serão objeto de reembolso preliminar os valores referentes a despesas com contratação de potência e energia elétrica, locação de grupos geradores, aquisição de combustíveis, incluindo os tributos incidentes no cálculo da eficiência, abrangendo, na hipótese do gás natural, as despesas acessórias referentes aos encargos de reserva de capacidade e reserva de consumo mínimo.

§ 4º O reembolso preliminar deverá ser limitado a 75% da média dos valores reembolsados nos últimos três meses, incluindo os tributos incidentes.

§ 5º Em caso de ocorrência de eventos que alterem significativamente os valores mensais de reembolso, tais como a interligação de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, a CCEE poderá estabelecer limite diverso do que trata o § 3º, para aplicação no primeiro mês subsequente ao evento, e utilizar a média dos reembolsos ocorridos a partir do evento, limitado a 3 (três) meses seguidos.

§ 6º A CCEE calculará e divulgará, até o último dia útil do mês de referência, o limite do reembolso preliminar de que trata o § 3º.

§ 7º Os agentes beneficiários dos recursos da CCC poderão solicitar o reembolso preliminar até o dia 10 do mês subsequente ao mês de referência, com o encaminhamento das faturas correspondentes.

§ 8º A CCEE depositará o reembolso preliminar no vigésimo dia do mês subsequente, ou no próximo dia útil posterior a este prazo.

CAPÍTULO XV

Das disposições finais

Art. 62. A CCEE deverá elaborar o Procedimentos de Contas Setoriais, em até 120 dias após a publicação desta Resolução.

Art. 63. A Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013, deverá ser acrescida do seguinte artigo:

"Art. 22-A No caso de ampliação de central geradora existente ou de inclusão de nova central geradora beneficiária da sistemática de reembolso dos custos de geração, pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, o agente de geração deverá adotar o SCD previamente à operação em teste da central, conforme o seguinte procedimento:

I - o agente deverá cadastrar a central geradora no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, conforme o disposto nos Procedimentos de Contas Setoriais;

II - A CCEE deverá informar à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG a validação da central geradora no SCD ou outro sistema definido pela CCEE; e

III - A SFG emitirá o ato autorizativo para a operação comercial da central geradora.

Parágrafo único. Com a operação comercial da central geradora e a validação do cadastro no SCD ou outro sistema definido pela CCEE, haverá a operacionalização dos reembolsos da CCC, conforme a regulação da ANEEL.

Art. 64. Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011; e

II - Resolução Normativa nº 500, de 17 de julho de 2012.

Art. 65. Ficam aprovadas as alterações nos Submódulos Submódulos 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 15.10 e 15.11 dos Procedimentos de Rede.

Art. 66. Os Anexos desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 67. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

LIMITES DE CONSUMO ESPECÍFICO DE COMBUSTÍVEIS POR FAIXA DE POTÊNCIA E TECNOLOGIA

Potência (kW)		Combustível líquido	*Heat-rate* **
de	*a*	(kg ou L/kWh) *	(kJ/kWh)
Motor a pistão			
1	*100*	0,404	14.404
101	*250*	0,349	12.443
251	*500*	0,329	11.730
501	*750*	0,300	10.696
751	*1.000*	0,300	10.696
1.001	*2.500*	0,300	10.696
2.501	*5.000*	0,290	10.339
5.001	*7.500*	0,290	10.339
7.501	*10.000*	0,290	10.339
10.001	*12.500*	0,290	10.339
12.501	*15.000*	0,290	10.339
15.001	*20.000*	0,290	10.339
20.001	*acima*	0,290	10.339
Turbina a gás			
Todas	--	0,380	13.548
Turbina a vapor			
Todas	--	0,380	15.393

** Conforme o combustível: kg/kWh para óleo combustível/ PGE, e L/kWh para óleo diesel/ OCTE.*

*** Na utilização de gás natural ou simultânea deste e combustível líquido, considerar o valor do heat-rate como limite.*

ANEXO II

LIMITES DE CONSUMO ESPECÍFICO DE COMBUSTÍVEIS POR FAIXA DE POTÊNCIA E TECNOLOGIA

Potência (kW)		Combustível líquido	*Heat-rate*
de	*a*	(kg ou L/kWh) *	(kJ/kWh)
Motor a pistão			
1	*100*	0,404	14.404
101	*250*	0,349	12.443
251	*500*	0,329	11.730
501	*750*	0,296	10.553
751	*1.000*	0,289	10.304
1.001	*2.500*	0,289	10.304
2.501	*5.000*	0,283	10.090
5.001	*7.500*	0,283	10.090
7.501	*10.000*	0,283	10.090
10.001	*12.500*	0,253	9.020
12.501	*15.000*	0,253	9.020
15.001	*20.000*	0,253	9.020
20.001	*acima*	0,210	8.506 **
Turbina a gás			
Todas	--	0,330	11.765
Turbina a vapor			
Todas	--	0,290	11.765

** Conforme o combustível: kg/kWh para óleo combustível/ PGE, e L/kWh para óleo diesel/ OCTE.*

*** Na utilização de gás natural ou simultânea deste e combustível líquido, considerar o valor do heat-rate de 9.158 kJ/kWh.*

ANEXO III

REFERÊNCIA PARA O CUSTO TOTAL DE GERAÇÃO DE PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA (PCH)

Fonte	Total (R$/MW.h)
PCH	135,90*

* Base: Leilões A-5 de 2005, A-3 de 2006 e Fontes Alternativas de 2007, atualizados p/ 10/2008.

REFERÊNCIA PARA O CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAL HIDRELÉTRICA (UHE / PCH)

Fonte	Custo de O&M (R$/MW.h)
UHE/PCH	4,37*

* Base: Valor de operação e manutenção (O&M) considerado no cálculo da Tarifa de Energia de Otimização - TEO, ref. 2011.

REFERÊNCIA PARA O CUSTO DE GERAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA A BIOMASSA

Fonte	Total (R$/MW.h)
Bagaço de cana	155,45*
Casca de arroz	140,29**
Madeira	137,77**
Biogás de aterro sanitário	229,84**
Biogás de esterco	148,89***

* Base: Leilões A-5 e de Reserva de 2008, Fontes Alternativas de 2007, atualizados p/ 10/2008.
** Base: PROINFA (Portaria MME nº 45, de 30/03/2004, atualizados p/ 10/2008).
*** Base: Leilão Fontes Alternativas de 2007, atualizados p/ 10/2008.

REFERÊNCIA PARA O CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA

Fonte	Total (R$/MW.h)
Fotovoltaica	6.646,67*

* Base: 01/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REFERÊNCIA PARA O CUSTO DE GERAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA

Potência Instalada(kW)		Custo de O&M(R$/MW.h)	Receita Fixa (R$/MW.h)	Total(R$/MW.h)
de	*a*			
Motor de Combustão Interna (óleo diesel)				
Até	*24*	106,60	165,59	272,19
25	*49*	106,60	165,59	272,19
50	*74*	106,60	165,59	272,19
75	*99*	106,60	165,59	272,19
100	*249*	107,99	147,80	255,79
250	*499*	107,99	135,21	243,19
500	*749*	107,99	122,05	230,03
750	*999*	90,88	102,71	193,58
1.000	*2.499*	90,88	104,27	195,14
2.500	*4.999*	85,74	103,99	189,73
5.000	*7.499*	76,27	92,50	168,77
7.500	*9.999*	71,12	86,26	157,38
10.000	*14.999*	66,73	80,95	147,68
15.000	*19.999*	58,37	70,80	129,16
20.000	*Acima*	53,39	64,76	118,14
Motor de Combustão Interna (óleo combustível/PGE)				
Até	*7.499*	60,50	115,88	176,38
7.500	*9.999*	56,42	114,26	170,68
10.000	*14.999*	52,94	107,22	160,16
15.000	*19.999*	46,30	93,77	140,08
20.000	*Acima*	42,35	85,77	128,13
Motor de Combustão Interna (bi-combustível)				
	Todas	37,37	102,85	140,22
Motor de Combustão Interna (gás natural)				
Até	*7.499*	50,34	122,91	173,24
7.500	*9.999*	46,94	121,26	168,20
10.000	*14.999*	44,04	113,78	157,83
15.000	*19.999*	38,52	99,52	138,04
20.000	*Acima*	35,23	91,03	126,26
Turbina Gás (óleo diesel/PTE/OCTE)				
	Todas	24,60	69,38	93,98
Turbina Gás (gás natural)				
	Todas	22,99	52,49	75,49
Ciclo Combinado (óleo diesel/PTE/OCTE)				
	Todas	14,98	105,64	120,61
Ciclo Combinado (gás natural)				
	Todas	13,66	89,82	103,48

* Base: 10/2008

PORTARIA Nº 4.866, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o constante nos autos do processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo, a contar de 2 de janeiro de 2018:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I	01
	CD II	04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I	21
	CGE II	01
	CGE III	19
	CGE IV	07
ASSESSORIA	CA I	15
	CA II	03
	CA III	18
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V	09
	CCT IV	80
	CCT III	01
	CCT II	48
	CCT I	47

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.258.049,52 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, quarenta e nove reais, cinquenta e dois centavos), inferior ao valor de R$ 1.258.479,39 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

PORTARIA Nº 4.870, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Plano de Dados Abertos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para o biênio 2018-2019.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e com o que consta no Processo nº 48500.002107/2012-20, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Dados Abertos como o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativas ao biênio 2018-2019, em observância às determinações contidas no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

Art. 2º A Secretaria-Geral - SGE fica responsável por orientar as unidades e monitorar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada, além de monitorar a elaboração e a implementação dos Planos de Dados Abertos;

Art. 3º A Superintendência de Gestão Técnica da Informação - SGI fica responsável pela elaboração do cronograma de implementação do Plano de Ação, a constar no Plano de Dados Abertos, assim como viabilizar tecnicamente, em parceria com as demais Unidades Organizacionais, a disponibilização dos dados e, ademais, disponibilizar a elas os recursos tecnológicos e procedimentos para que possam manter íntegras e versionadas as séries históricas de dados sob responsabilidade delas

Art. 4º A Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCR fica responsável por divulgar interna e externamente o Plano de Dados Abertos, buscar parcerias que visem o compartilhamento de dados na Administração Pública, assim como fomentar a utilização dos dados pela sociedade e por outras instituições públicas;

Art. 5º As demais Unidades Organizacionais ficam responsáveis pelo desenvolvimento de rotinas para gerir e fornecer tempestivamente os dados que alimentarão os bancos de dados abertos publicados no sítio eletrônico da ANEEL, devendo zelar pela manutenção íntegra e versionada das séries históricas de dados sob sua responsabilidade, utilizando-se para tanto dos recursos tecnológicos e procedimentos disponibilizados pela SGI

Art. 6º O Plano de Dados Abertos será publicado em página do sítio eletrônico da ANEEL, em espaço próprio criado para essa finalidade, contendo:

I - Caracterização e contexto do Plano de Dados Abertos;

II - Objetivos;

III - Plano de Ação de Dados Abertos.

Art. 6º Os dados abertos da ANEEL devem também ser catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Art. 7º A ANEEL realizará consulta pública previamente à elaboração dos futuros Planos de Dados Abertos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.371, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005584/2017-51, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abraceel em face do Despacho nº 4.008, de 28 de novembro de 2017, o qual determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que: (i) a partir de 28 de dezembro de 2017 e até que as discussões da Audiência Pública nº 070/2017 sejam finalizadas, não efetive novos registros de acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa 711/2016; e (ii) não permita a redução total ou parcial, temporária ou permanente, nos termos da Resolução Normativa 693/2015, de contratos regulados repactuados por meio da Resolução Normativa 684/2015.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.312, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002029/2006-53 decide (I) conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, com vistas a revisar os montantes de energia contratados com a supridora Copel Distribuição S.A. para o ano de 2016, para, no mérito, negar-lhe provimento e (ii) determinar o parcelamento do faturamento do montante de energia fora da faixa de tolerância apurado no ano de 2016 em 48 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas nos termos da legislação aplicável até a data do efetivo pagamento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.350, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo 48500.002497/2014-08, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Geração e Transmissão S/A - Cemig - GT em face do Auto de Infração 20/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; (ii) reduzir a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração, de R$ 2.519.687,86 (dois milhões, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos), para R$ 927.245,13 (novecentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e treze centavos) valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente; e (iii) manter a penalidade de advertência aplicada para a Não Conformidade NC5.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.351, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000292/2017-22, decide deferir parcialmente o Requerimento Administrativo interposto pela São Pedro Transmissora de Energia - SPT para: (i) afastar a exigência do Parecer Técnico da Conformidade do Projeto Básico e o de Conformidade com o Ato Autorizativo, previstos no Anexo 3 do Submódulo 24.3 dos Procedimento de Rede (Requisitos Impeditivos para a Emissão de Termos de Liberação para Ampliações e Reforços em Instalações de Transmissão), correspondentes ao Compensador Estático - CER da SE Eliseu Martins, para a emissão do Termo de Liberação para Teste - TLT das instalações do Lote C2 do Contrato de Concessão nº 15/2013; (ii) autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a emitir o TLT das instalações do Lote C2 do Contrato de Concessão nº 15/2013; e (iii) estabelecer que, esgotada a fase de testes, a deliberação pela Diretoria Colegiada da ANEEL quanto ao Termo de Liberação Parcial - TLP estará condicionada à realização prévia de relatório técnico pelo ONS que ateste: (iii.a) que a operação integrada do compensador estático da SE Eliseu Martins não oferece riscos ou prejuízos à operação do Sistema interligado Nacional - SIN; e (iii.b) que os benefícios sistêmicos esperados com a integração dessas instalações justificam flexibilizar o atendimento dos requisitos do Anexo 3 do Submódulo 24.3 dos Procedimentos de Rede.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.370, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005584/2017-51, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR em face do Despacho nº 4.008, de 28 de novembro de 2017, o qual determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que: (i) a partir de 28 de dezembro de 2017 e até que as discussões da Audiência Pública nº 070/2017 sejam finalizadas, não efetive novos registros de acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa 711/2016; e (ii) não permita a redução total ou parcial, temporária ou permanente, nos termos da Resolução Normativa 693/2015, de contratos regulados repactuados por meio da Resolução Normativa 684/2015.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.347, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.001492/2017-01. Interessada: Solar Irecê Ltda.. Decisão: (i) alterar, a pedido, o nome da usina constante do Despacho nº 1.092, de 19 de abril de 2017, de UFV Uberlândia ULA-00 para UFV Solar Irecê. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.372, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.001490/2017-11. Interessada: Solar Irecê Ltda.. Decisão: (i) alterar, a pedido, o nome da usina constante do Despacho nº 1.233, de 4 de maio de 2017, de UFV Uberlândia ULA-02 para UFV Solar Irecê 2; e (ii) transferir da Solar Irecê 2 SIR2 Ltda., para a Solar Irecê Ltda., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV Solar Irecê 2, localizada no município de João Dourado, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.373, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.001491/2017-58. Interessada: Solar Irecê Ltda.. Decisão: (i) alterar, a pedido, o nome da usina constante do Despacho nº 1.232, de 4 de maio de 2017, de UFV Uberlândia ULA-01 para UFV Solar Irecê 1; e (ii) transferir da Solar Irecê 1 SIR1 Ltda., para a Solar Irecê Ltda., o registro do recebimento do requerimento de outorga para a implantação e a exploração da UFV Solar Irecê 1, localizada no município de João Dourado, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.231, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.005970/2016-62. Interessadas: Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. (ETNSA), Neoenergia S.A e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Decisão: estabelecer os valores devidos a Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. (ETNSA), Neoenergia S.A e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-099/2016-rev.0 - "Estudo de Atendimento à Região Metropolitana de João Pessoa", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.235, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.005573/2016-91. Interessadas: Equatorial Energia e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Decisão: estabelecer os valores devidos a Equatorial Energia e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, referente a novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-DEA-RE-001/2013-rev.1 - "Suprimento às Regiões Metropolitana de Belém e Nordeste do Pará", de 21 de novembro de 2014, utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.238, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.001836/2017-73. Interessadas: Energisa Tocantins e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Decisão: estabelecer os valores devidos a Energisa Tocantins e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-019/2013-rev.2 - "Estudo de Atendimento Elétrico às Regiões Nordeste do Tocantins e Sul do Maranhão", de 19 de janeiro de 2017, utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.258, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.001834/2017-84. Interessadas: Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Decisão: estabelecer os valores devidos a Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-003/2017-rev.0 - "Estudo de Atendimento às Cargas da SE Tomba", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.377, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 27 de dezembro de 2017.

Processo nº 48500.000524/2017-42. Interessados: Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A. Usina: UFV Ituverava 2. Unidades Geradoras: UG5, UG10, UG12 e UG13, de 2.000 kW cada uma, totalizando 8.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Tabocas do Brejo Velho, Estado do Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 4.349, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006448/2017-89. Interessada: Linhas de Transmissão do Itatim S.A.. Decisão: Anuir ao pleito da Interessada para a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Preparação e Configuração do Sistema SCADA com a empresa Nari Brasil Holding Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.368, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006210/2017-53. Interessada: SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir ao Contrato de Mútuo da Interessada com sua parte relacionada, TERNA - Rete Elettrica Nazionale Società per Azioni. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.369, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.005572/2017-27. Interessada: SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir ao Contrato de Mútuo da Interessada (mutuária) com sua parte relacionada, TERNA - Rete Elettrica Nazionale Società per Azioni (mutuante). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente d

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 921, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto GASCAV, de 302,9 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Macaé/RJ e Serra/ES, o Ramal UTG Sul Capixaba (UTGSUL) - GASCAV, de 9,9 km de extensão e 10 polegadas de diâmetro, no município de Anchieta/ES, o Ponto de Entrega (PE) Campos, no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o PE Cachoeiro do Itapemirim, no município de Cachoeiro do Itapemirim/ES, o PE Viana, no município de Viana/ES, o PE Anchieta, no município de Anchieta/ES, a Estação de Compressão de Piúma (ECOMP Piúma) no município de Piúma/ES, a interligação com o Ponto de Recebimento (PR) UTGSUL, no município de Anchieta/ES, e o Ponto de Interconexão TECAB-GASCAV, no município de Macaé/RJ.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 922, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Cacimbas-Vitória, Trecho 1 de 117,9 km de extensão e 26 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Linhares/ES e Serra/ES, e Trecho 2 de 12,4 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Serra/ES e Vitória/ES, o Ponto de Entrega (PE) UTE Linhares, no município de Linhares/ES, o PE Linhares, o PE Vitória, no município de Vitória/ES, o PE Vale, no município de Vitória/ES, a Estação de Regulagem de Pressão (ERP) Terminal Industrial Multimodal de Serra (TIMS), no município de Serra/ES, a Estação de Compressão (ECOMP) de Aracruz, no município de Aracruz/ES, a interligação com o Ponto de Recebimento (PR) Cacimbas (UTGC), no município de Linhares/ES e a interligação com a SDV-02 (GASENE - Lagoa Parda-Vitória), no município de Linhares/ES.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 923, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto GASENE - Lagoa Parda, de 1,9 km de extensão e 8 polegadas de diâmetro, a Estação de Regulagem de Pressão Lagoa Parda (ERP Lagoa Parda) e a interligação com a SDV-02 (GASENE - Lagoa Parda-Vitória), no município de Linhares/ES.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 925, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Santiago-Camaçari 14", de 32 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Pojuca/BA e Camaçari/BA, o Gasoduto Santiago-Camaçari 18", de 32 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Pojuca/BA e Camaçari/BA, o Gasoduto Candeias-Camaçari 12", de 37 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de São Francisco do Conde /BA e Camaçari/BA, o Gasoduto Candeias-Camaçari 14", de 42 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, entre os mu-

nicípios de São Francisco do Conde/BA e Camaçari/BA, o Gasoduto Candeias-Aratu 12", de 22 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de São Francisco do Conde/BA e Simões Filho/BA, o Ramal EVF-EDG, de 0,96 km de extensão e 6 polegadas de diâmetro, no município de São Francisco do Conde/BA, o Ponto de Entrega (PE) Cexis, no município de Candeias/BA, e o PE Caboto (Dow Química), no município de Candeias/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 926, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a Estação de Distribuição de Gás de Aratu (EDG Aratu), composta pelo Ponto de Entrega (PE) Aratu-Manati e PE Aratu-Residual (Cia. Salvador), bem como suas interligações com os gasodutos Candeias-Aratu 12" e Candeias-Camaçari 14", no município de Simões Filho/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 927, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Atalaia-Catu (GASEB), de 225 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Aracaju/SE e Pojuca/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 928, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a Estação de Distribuição de Gás de Catu (EDG Catu), constituída pelos Ponto de Entrega (PE) Catu, Estação de Controle de Vazão GASENE (ECV GASENE), Estação de Controle de Vazão de Catu (ECV Catu), Estação de Regulagem de Pressão de Catu (ERP Catu), Serviço de Compressão de Catu (SCOMP Catu), Estação de Compressão de Catu (ECOMP Catu) e as interligações com o Ponto de Recebimento (PR) Pojuca II e com os gasodutos Catu-Pilar, Cacimbas-Catu (GASCAC), Atalaia-Catu (GASEB), Santiago-Camaçari 14" e Santiago-Camaçari 18", no município de Pojuca/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 929, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a Estação de Distribuição de Gás de Camaçari (EDG Camaçari), constituída pelos Ponto de Entrega (PE) Camaçari-Manati, PE Camaçari-Residual, PE UTE Chesf, PE FAFEN-BA/UTE FAFEN-BA, Estação de Regulagem de Pressão Santiago-Camaçari 14" (ERP SAN-CAM 14"), Estação de Regulagem de Pressão Santiago-Camaçari 18" (ERP SAN-CAM 18"), Estação de Regulagem de Pressão Candeias-Camaçari 12" (ERP CAN-CAM 12"), Estação de Regulagem de Pressão Candeias-Camaçari 14" (ERP CAN-CAM 14") e interligações com os gasodutos Santiago-Camaçari 14", Santiago-Camaçari 18", Candeias-Camaçari 12" e Candeias-Camaçari 14", no município de Pojuca/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 930, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a Estação de Distribuição de Gás de São Francisco do Conde (EDG São Francisco do Conde), constituída pelos Ponto de Entrega (PE) Candeias-Manati, PE Candeias-Residual, PE RLAM 6", PE RLAM 14", PE Termobahia (UTE Celso Furtado), PE UPGN Candeias, Estação de Regulagem de Pressão de São Francisco - Módulo I (ERP São Francisco - Módulo I), Estação de Regulagem de Pressão de São Francisco - Módulo II (ERP São Francisco - Módulo II), Serviço de Compressão de Candeias (SCOMP Candeias) e interligações com o Pontos de Recebimento (PR) UPGN Candeias, PR Estação Vandemir Ferreira (EVF)-Manati e PR Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito da Bahia (GNL TRBA), no município de São Francisco do Conde/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 931, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Catu-Itaporanga, de 196 km de extensão e 26 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Pojuca/BA e Itaporanga d"Ajuda/SE, o Gasoduto Itaporanga-Carmópolis, de 68,5 km de extensão e 26 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Itaporanga d"Ajuda/SE e Japaratuba/SE, o Gasoduto Carmópolis-Pilar, de 176,8 km de extensão e 26 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Japaratuba/SE e Pilar/AL, o Gasoduto Atalaia-Itaporanga, de 29,5 km e 14 polegadas, entre os municípios de Itaporanga d"Ajuda/SE e Aracaju/SE, o Ramal FAFEN-SERGAS I, de 8,0 km de extensão e 8 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Divina Pastora/SE e Laranjeiras/SE, o Ramal FAFEN-SERGAS II, de 13,8 km de extensão e 8 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Laranjeiras/SE e Nossa Senhora do Socorro/SE, o Ponto de Entrega (PE) Araçás, no município de Araçás/BA, o PE Fazenda Bálsamo, no município de Esplanada/BA, o PE Fazenda Alvorada, no município de Esplanada/BA, o PE Estância, no município de Estância/SE, o PE Águas Claras, no município de Estância/SE, o PE Itaporanga, no município de Itaporanga d"Ajuda/SE, o PE Carmópolis II - SERGAS, no município de Rosário do Catete/SE, O PE Carmópolis II - UO SEAL, no município de Rosário do Catete/SE, o PE Penedo, no município de Penedo/AL, o PE São Miguel dos Campos, no município de São Miguel dos Campos/AL, o PE Aracaju, no município de Aracaju/SE, o PE FAFEN-SERGAS-FAFEN-SE, no município de Laranjeiras/SE, o PE FAFEN-SERGAS-SERGAS, no município de Laranjeiras/SE, o PE Socorro, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, o PE Manguinhos, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, a interligação com o Ponto de Recebimento (PR) de Atalaia, no município de Aracaju/SE, A EDG Atalaia, localizada no município de Aracaju/SE, constituída pelo PE Aracaju e pelas interligações com o PR Atalaia I, com o PR Atalaia II, com o Gasoduto Atalaia-Catu (GASEB), com o Gasoduto Atalaia-Itaporanga (GAI) e com o Gasoduto Atalaia-Laranjeiras (GAL).

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 932, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar Gasoduto Atalaia - Laranjeiras (GAL), de 27,9 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Aracaju/SE e Laranjeiras/SE, o Ponto de Entrega (PE) FAFEN-SE, no município de Laranjeiras/SE, e a interligação com o Ponto de Recebimento Atalaia II, no município de Aracaju/SE.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 933, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a Estação de Distribuição de Gás de Pilar (EDG Pilar), no município de Pilar/AL, constituída pelo Serviço de Compressão de Pilar (SCOMP Pilar) e pelas interligações com os gasodutos Pilar-Ipojuca (GASPIL), Pilar-Cabo ou Alagoas-Pernambuco (GASALP) e Carmópolis-Pilar.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 934, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Pilar-Ipojuca (GASPIL), de 189 km de extensão e 24 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Pilar/AL e Ipojuca/PE, o Ponto de Entrega (PE) Rio Largo, no município de Rio Largo/AL, e o PE Suape, no município de Ipojuca/PE.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTORIZAÇÃO Nº 935, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Alagoas-Pernambuco (GASALP), de 203,4 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Pilar/AL e Cabo de São Agostinho/PE, e o Ponto de Entrega (PE) Marechal Deodoro, no município de Pilar/AL, bem como o Ramal Termopernambuco, de 10,6 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, no município de Ipojuca/PE, o Ponto de Entrega (PE) RNEST, no município de Ipojuca/PE, o Ponto de Entrega (PE) Termopernambuco, no município de Ipojuca/PE, além das interligações com o Ponto de Recebimento (PR) Marechal Deodoro, no município de Pilar/AL.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 936, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Guamaré-Cabo (NORDESTÃO), de 426,8 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Guamaré/RN e Cabo de Santo Agostinho/PE, a Variante do Nordestão, de 32,2 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Recife/PE e Jaboatão dos Guararapes/PE, o Ramal Santa Rita, de 24,7 km de extensão e 8 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Santa Rita/PB e São Miguel do Taipu/PB, o Ponto de Entrega (PE) de Ielmo Marinho, no município de Ielmo Marinho/RN, o PE Macaíba, no município de Macaíba/RN, o PE Goianinha, no município de Goianinha/RN, o PE Mamanguape, no município de Mamanguape/PB, o PE Santa Rita-Campina Grande, no município de Santa Rita/PB, o PE Santa Rita-João Pessoa, no município de Santa Rita/PB, o PE Pedras de Fogo, no município de Pedras de Fogo/PB, o PE Goiana II, no município de Goiana/PE, o PE Igarassu I, no município de Igarassu/PE, o PE Igarassu II, no município de Igarassu/PE, o PE Paulista, no município de Abreu e Lima/PE, o PE Recife, no município de São Lourenço da Mata/PE, o PE Jaboatão, no município de Jaboatão dos Guararapes/PE, o PE Cabo, no município de Cabo de Santo Agostinho/PE, a Estação de Regulagem de Pressão de Recife (ERP Recife), no município de Recife/PE, a Estação de Regulagem de Pressão de Jaboatão (ERP Jaboatão), no município de Jaboatão dos Guararapes/PE, o Serviço de Compressão de Macaíba (SCOMP Macaíba), no município de Macaíba/RN, o Serviço de Compressão de Santa Rita (SCOMP Santa Rita), no município de Santa Rita/PB, bem como a interligação com o Ponto de Recebimento (PR) Guamaré II, no município de Guamaré/RN.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 937, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Guamaré-Pecém (GASFOR), de 383 km de extensão e 10 e 12 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Guamaré/RN e São Gonçalo do Amarante/CE, o Gasoduto Açu-Serra do Mel (GASMEL), de 31,5 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Serra do Mel/RN e Alto do Rodrigues/RN, o Ramal Aracati, de 6,2 km de extensão e 4 polegadas de diâmetro, no município de Aracati/CE, o Ramal Termofortaleza, de 1,5 km de extensão e 10 polegadas de diâmetro, no município de Caucaia/CE, o Ponto de Entrega (PE) de Termoaçu (UTE Jesus Soares Pereira), no município de Alto do Rodrigues/RN, o PE Mossoró, no município de Mossoró/RN, o PE Fazenda Belém, no município de Aracati/CE, o PE Aracati, no município de Aracati/CE, o PE Pacajus, no município de Horizonte/CE, o PE Aquiraz, no município de Aquiraz/CE, o PE Fortaleza, no município de Maracanaú/CE, o PE Caucaia, no município de Caucaia/CE, o PE Termoceará, no município de Caucaia/CE, o PE UTE José de Alencar, no município de Caucaia/CE, o PE Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante/CE, a Estação de Regulagem de Pressão de Aracati (ERP Aracati), no município de Aracati/CE, o Serviço de Compressão de Aracati (SCOMP Aracati), no município de Aracati/CE, bem como as interligações com o Ponto de Recebimento (PR) Guamaré I, no município de Guamaré/RN, e o PR Caucaia (GNL Pecém), no município de Caucaia/CE.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 924, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, com base na Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 768, de 20 de dezembro de 2017, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011327/2002-25 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar o Gasoduto Cacimbas - Catu (GASCAC), de 958,2 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, entre os municípios de Linhares/ES e Pojuca/BA, o Ponto de Entrega (PE) São Mateus, no município de São Mateus/ES, o PE Mucuri, no município de Mucuri/BA, o PE Eunápolis, no município de Eunápolis/BA, o PE Veracel, no município de Eunápolis/BA, o PE Itabuna, no município de Itabuna/BA, o Módulo de Controle de Vazão de Cacimbas (MCV Cacimbas), no município de Linhares/ES, a Estação de Controle de Vazão de São Sebastião do Passé (ECV São Sebastião do Passé), no município de São Sebastião do Passé/BA, a Estação de Compressão de Prado (ECOMP Prado), no município de Alcobaça/BA, a interligação com o Ponto de Recebimento (PR) Cacimbas (UTGC), no município de Linhares/ES e a interligação com o PR São Sebastião do Passé (GNL TRBA), no município de São Sebastião do Passé/BA.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 920, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, de acordo com o art. 53 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e com a Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.012211/2013-66, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a construção referente à ampliação de capacidade do Polo de Processamento de Gás Natural do COMPERJ da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0125-41, situado na Rodovia Estadual RJ-116, km 5,2, Acesso A-1, Sambaetiba, Itaboraí - RJ, com capacidade de processamento de gás natural de 21.000.000 m³/d (20°C e 1 atm), que inclui as seguintes unidades com as respectivas capacidades nominais:

Identificação	Unidade de Processo	Capacidade (m³/d)
U-1231	Unidade de Processamento de Gás Natural I (UPGN I)	10.500.000
U-21231	Unidade de Processamento de Gás Natural II (UPGN II)	10.500.000
U-1237	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural (UPCGN)	8.235
U-2321	Unidade de Tratamento Cáustico de GLP (UTC)	9.118

Art. 2º Fica autorizada também a construção de demais unidades de tratamento, sistemas auxiliares e interligações com os sistemas existentes.

Art. 3º Esta Autorização não desobriga a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação da instalação industrial, de acordo o art. 9º da Resolução ANP nº 17/2010.

Art. 4º Fica revogada a Autorização ANP nº 276, de 24/07/2014, publicada no DOU de 25/07/2014.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO Nº 1.600, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116 de 26 de maio de 2010, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO JMX LTDA - ME, CNPJ nº 13.146.095/0001-06, ficando registrado na ANP sob o nº RJ/0120442, tendo em vista o deferimento da tutela antecipada nos autos do agravo de instrumento nº 0100716-47.2017.4.02.0000 exarado pelo Tribunal Regional Federal da 2º Região.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DESPACHO Nº 1.601 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e nº 116 de 26 de maio de 2010, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO PARADA DA PRAÇA LTDA, CNPJ nº 04.919.058/0001-94, ficando registrado na ANP sob o nº RJ/0026954, tendo em vista o deferimento da tutela antecipada nos autos do agravo de instrumento nº 0100728-61.2017.4.02.0000 exarado pelo Tribunal Regional Federal da 2º Região.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 917, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante no Processo ANP n.º 48610.005963/2017-02, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, CNPJ: 02.709.449/0001-59, autorizada a construir o projeto referente à implantação do Plano Diretor de Dutos do Estado de São Paulo, Fase 2A, nos municípios de Mogi das Cruzes, São Paulo e Mauá, no Estado de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 918, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.005618/2016-80, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa BRASKEM S.A., CNPJ: 42.150.391/0001-70, autorizada a operar o duto Mpc-1 (Duto III), formado pelos trechos Mpc-1/3/1 (14"P-2950419), de 14" e 20,600 km, Mpc-1/2 (20"P-2950402), de 20" e 4,732km, e Mpc-1/1 (30"P-2950002), de 30" e 3,888 km, para a transferência de gasolina entre a Unidade Petroquímica da Braskem (UNIB), no município de Camaçari, e o Porto de Aratu (TEQUIMAR), no município de Candeias, Estado da Bahia.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 919, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 1º de março de 2012, com base na Portaria ANP nº 170, de 25 de setembro de 2002, e tendo em vista o constante no Processo nº 48610.003192/2017-19, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Ribeiro Moreira & Cia Ltda. - ME, CNPJ nº 08.701.893/0001-04, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel derivados de petróleo e biocombustíveis por meio aquaviário, na navegação interior restrita aos limites do estado do Pará.

A íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA R. DE MOURA ESTEVÃO

DESPACHO Nº 1.595, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base no Inciso II do Art. 8º da Resolução ANP n° 52, de 29 de setembro de 2011 e, tendo em vista o constante do Processo ANP n° 48610.000628/2013-86 e a incorporação da sociedade BPMB Parnaíba S.A. pela sociedade Parnaíba Gás Natural S.A., e a sua posterior dissolução, resolve:

Revogar a autorização ANP nº 705, de 13 de julho de 2015, em nome da empresa BPMB Parnaíba S.A. para a atividade de comercialização de gás natural e cancelar o respectivo registro de agente vendedor nº 03.26.06.14165334.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

DESPACHO Nº 1.599, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.001321/2005-92, resolve:

Fica disponível por até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste ato, o encaminhamento de comentários e sugestões referentes ao empreendimento descrito no Sumário do Projeto pretendido, Anexo ao presente Despacho, elaborado com base nas informações e no projeto apresentados pela empresa Decal Brasil Ltda., CNPJ: 03.973.894/0001-94, para construção de 18 (dezoito) novos tanques em 03 (três) novas Bacias, para armazenar e movimentar produtos de classe I a III, a serem implantados no terminal da empresa, localizado na Av. Portuária, s/nº, Suape, CEP: 55.590-000, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

A íntegra deste Despacho e o respectivo Anexo consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 1.602, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.011981/2017-15, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0774/2017 da Unidade de Pesquisa CEERMA - Centro de Estudos e Ensaios em Risco e Modelagem Ambiental, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.603, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.012401/2017-15, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0771/2017 da Unidade de Pesquisa Núcleo de Processamento Digital de Imagens - NPDI vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, CNPJ nº 17.217.985/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.604, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.014101/2017-62, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0773/2017 da Unidade de Pesquisa LABSIN-LABMASSA-Laboratórios de Simulação de Sistemas Químicos e de Transferência de Massa, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, CNPJ nº 83.899.526/0001-82.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.605, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.002926/2014-91, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 113/2014 da Unidade de Pesquisa Centro de Estudos de Petróleo - CEPETRO, vinculado à Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, CNPJ nº 46.068.425/0001-33.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.606, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.006412/2017-58, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0775/2017 da Unidade de Pesquisa Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL, vinculada à FUNDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES, CNPJ nº 24.492.886/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.607, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003269/2014-08, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 103/2014 da Unidade de Pesquisa LEMT - Laboratório de Eletrônica de Potência e Média Tensão, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.608, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003662/2013-11, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 008/2013 da Unidade de Pesquisa Núcleo de Estudos Ambientais , vinculado à Universidade Federal da Bahia - UFBA, CNPJ nº 15.180.714/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.609, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.012846/2017-97, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0772/2017 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Ultrassom e Aplicações, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL, CNPJ nº 24.464.109/0001-48.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.610, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.005376/2014-62, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 307/2014 da Unidade de Pesquisa LPS - Laboratório de Processamento de Sinais, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.663.683/0001-16.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 1.611, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.011911/2017-67, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0776/2017 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Análises Ambientais, vinculada à UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, CNPJ nº 33.540.014/0001-57.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 231/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
872.952/2011-MARROM ITARANTIM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°4545/2017
871.380/2013-DJALMA CAFE DOS SANTOS-OF. N°4546/2017
871.649/2013-LINDINARK MATERIAIS PARA CONSTRUCAO DE IPUPIARA LTDA ME-OF. N°4417/2017
870.049/2014-PATRÍCIO PATRIMONIAL AGRICULTURA E PECUARIA LTDA ME-OF. N°4508/2017
871.686/2014-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°4467/2017
871.687/2014-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°4467/2017
871.855/2014-JOSÉ FONSECA FILHO-OF. N°4415/2017
870.794/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°4468/2017
871.611/2015-MARCELO ANTONIO GONÇALVES CONCEIÇÃO-OF. N°257/2017
871.019/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°4418/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
871.220/2014-PEDREIRA PATAGÔNIA LTDA-OF. N°4410/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
871.047/1984-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°221.44.029/2017
870.307/2010-INDUSTRIA DE BEBIDAS SÃO MIGUEL LTDA-OF. N°4372/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
871.047/1984-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°221.44.063/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 243/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
000.737/1940-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.- AI N° 000.530,000.531,000.532,000.661,000.662/2017
870.430/1985-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- AI N° 000.582,000.583,000.639/2017
970.042/1991-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- AI N° 000.645,000.646,000.769/2017
000.367/1997-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.- AI N° 000.717,000.718,000.719,000.720,000.789,000.790/2017
872.715/2008-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA- AI N° 000.518,000.519,000.520,000.638/2017
870.307/2010-INDUSTRIA DE BEBIDAS SÃO MIGUEL LTDA- AI N° 1976/2017
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
824.378/1971-MÁRMORES DA BAHIA S/A- AI Nº 0883/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 156/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Francisco Matias Bezerra - 800290/15

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 257/2017

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
860.608/1991-CELESTINO GOMES MACHADO - PLG N°008/2017 de 29/11/2017 - Prazo 05 (CINCO) anos

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 258/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.665/2005-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°1404/2017/DTM-GO
861.641/2007-SR COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°1413/2017/DTM-GO
860.367/2009-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-OF. N°1408/2017/DTM-GO
862.423/2011-UNION MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°1409/2017/DTM-GO
862.706/2011-C V M ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-OF. N°1407/2017/DTM-GO
860.454/2014-MINERAÇÃO ITACI LTDA-OF. N°1405/2017/DTM-GO
860.027/2017-FORNECEDORA DE AREIA BELA VISTA LTDA.-OF. N°1411/2017/DTM-GO
860.028/2017-JET EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1410/2017/DTM-GO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
860.299/2007-PONTE NOVA MINERADORA EIRELI ME-OF. N°1416/2017/DTM-GO-60 dias
860.704/2010-EGO AMBIENTAL MEIO AMBIENTE MINERAÇÃO, AGRIMENSURA E SEGURANÇA DO TRABALHO EIREL-OF. N°1417/2017/DTM-GO - 1418/2017/DTM-GO-60 e 180 dias
861.550/2011-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA-OF. N°1415/2017/DTM-GO-180 dias
861.555/2011-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA-OF. N°1415/2017/DTM-GO-180 dias
860.896/2013-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA-OF. N°1415/2017/DTM-GO-180 dias
860.902/2013-SEBA COMERCIO E INDUSTRIA E LTDA-OF. N°1415/2017/DTM-GO-180 dias
861.384/2013-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°1419/2017DTM-GO-60 dias
861.525/2014-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°1419/2017/DTM-GO-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
861.552/2013-CERAMICA ESTRELA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°1414/2017/DTM-GO
861.558/2013-CERAMICA ESTRELA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°1414/2017/DTM-GO
861.560/2013-CERAMICA ESTRELA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°1414/2017/DTM-GO
861.561/2013-CERAMICA ESTRELA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°1414/2017/DTM-GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
805.013/1974-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-OF. N°1403/2017/DTM-GO
860.454/2014-MINERAÇÃO ITACI LTDA-OF. N°1406/2017/DTM-GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 132/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
806.403/2010-M P DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
806.039/2017-WINN AGUAS ENVASADAS LTDA EPP-OF. N°1.909/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
806.228/2014-MOACIR JOÃO BERGOLI- Alvará n°13.591/2016 - Cessionario:806.053/2017-L M DE F SANTOS-CPF ou CNPJ 23.268.563/0001-60
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
806.318/2012-PEDREIRA PORTO FRANCO LTDA-OF. N°1.900/2017
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Licenciamento/Prazo para defesa 30 dias.(658)
806.366/2011-BRITAMIX EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BRITA LTDA- NOT Nº1.886/2017
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
806.366/2011-BRITAMIX EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BRITA LTDA- AI N°528 e 529/2017
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.184/2007-ROSARIO MINERAÇÃO LTDA
806.280/2011-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 133/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
806.050/2016-G. BARBOSA UCHOA ME-Licenciamento N°39/2017 - Prazo: 20 ano(s)
806.016/2017-LUSYHELMA GIZA DOS SANTOS FREITAS-Licenciamento N°41/2017 - Prazo: 5 ano(s)
806.025/2017-JAZIDA MONTEIRO LIMA EIRELI.-Licenciamento N°40/2017 - Prazo: 5 ano(s)
806.041/2017-VITORIA EXTRAÇÃO & TRANSPORTE LTDA-Licenciamento N°42/2017 - Prazo: 2 ano(s)
806.054/2017-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-Licenciamento N°43/2017 - Prazo: 10 ano(s)
806.066/2017-C M DE JESUS NEUMANN-Licenciamento N°44/2017 - Prazo: 2 ano(s)

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2017

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
868.112/2017-ELITE MAX AMBIENTAL CENTRAL NORTE PARANAENSE DE TRA. E DISP. FINAL DE RESÍDUOS - Publicado DOU de 15/12/2017, Relação n° 113/2017, Seção 1, pág. 198- Onde se lê: Licenciamento Nº 13/2017, leia-se Licenciamento nº 14/2017.

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2017

Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.357/2013-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- Cessionário:Mineração Dois Irmãos Ltda.- CNPJ 23.299.333/0001-69-Licenciamento n°19/2015 - DNPM/MS- Vencimento do Licenciamento: 07/09/2018
868.358/2013-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- Cessionário:Mineração Dois Irmãos Ltda.- CNPJ 23.299.333/0001-69-Licenciamento n°20/2015 - DNPM/MS- Vencimento do Licenciamento: 07/09/2018

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
846.304/2003-ISRAEL FERREIRA- AI N°548/2008
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
846.304/2003-ISRAEL FERREIRA- NOT. N°564/2008

JOSE VENES BATISTA TEIXEIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 122/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.268/2016-RODRIGO OLIVEIRA SABINO- Alvará n°13790/2017 - Cessionario:846.142/2017-Severino dos Ramos Carlos Batista ME- CPF ou CNPJ 18.135.177/0001-60
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.154/2016-SERG SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME- Cessionário:CH Mineração e Comércio de Minérios Ltda- CPF ou CNPJ 27.880.089/0001-84- Alvará n°13755/2016
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
846.105/2008-JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO IRMÃO - Alvará N°8676/2008
846.153/2011-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°10895/2011
846.154/2011-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°10896/2011
846.155/2011-VOTORANTIM METAIS S.A -Alvará N°10897/2011
846.039/2015-CARLOS ALEXANDRE SERPA -Alvará N°3912/2015
846.040/2015-CARLOS ALEXANDRE SERPA -Alvará N°3913/2015
846.041/2015-CARLOS ALEXANDRE SERPA -Alvará N°3914/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

846.042/2015-CARLOS ALEXANDRE SERPA -Alvará N°3915/2015
846.043/2015-CARLOS ALEXANDRE SERPA -Alvará N°3916/2015
846.245/2016-CRISTINA CHAVES PESSOA -Alvará N°13762/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
846.169/2013-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- Alvará n°13498/2013 - Cessionário: Mont Granitos S.A.- CNPJ 01.595.789/0001-33
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
846.208/2013-ANTONIO DAMIÃO BEZERRA - PLG N°010/2017 de 22/12/2017 - Prazo 5 anos
846.029/2017-MARIA DO SOCORRO DE SALES DUTRA - PLG N°011/2017 de 22/12/2017 - Prazo 5 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
846.086/2015-MICHELINE DA SILVA PEREIRA CESAR-OF. N°819/2017

JOSE VENES BATISTA TEIXEIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
846.304/2003-ISRAEL FERREIRA-AI N°564/2008

JOSE VENES BATISTA TEIXEIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Alon Engenharia Ltda - 846299/14 - A.I. 366/17, 846300/14 - A.I. 367/17, 846305/14 - A.I. 368/17, 846327/14 - A.I. 369/17, 846003/15 - A.I. 370/17, 846044/15 - A.I. 372/17
Francisco Suelissandro Sarmento - 846021/15 - A.I. 371/17
Serra Norte Granitos Eireli - 846271/13 - A.I. 137/17

JOSÉ VENES BATISTA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mário Cabral Junior - 846098/15

JOSÉ VENES BATISTA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846320/11 - Not.64/2017 - R$ 753,96
Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda - 846251/08 - Not.65/2017 - R$ 2.094,64
Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846216/13 - Not.61/2017 - R$ 2.301,75
José de Oliveira Lima me - 846217/13 - Not.60/2017 - R$ 1.053,59
Lucia de Fatima Fernandes Vidal de Negreiros - 846318/13 - Not.59/2017 - R$ 2.733,78
Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846242/12 - Not.62/2017 - R$ 4.346,34, 846212/12 - Not.63/2017 - R$ 3.664,76
Rodrigo Oliveira Sabino - 846256/16 - Not.58/2017 - R$ 3.538,89

JOSÉ VENES BATISTA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
810.955/2008-SERGIO LUIS DA FONSECA PARADA
810.065/2014-FABIO LODI
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.998/2009-FALCON PETROLEO S A
811.001/2009-FALCON PETROLEO S A
811.003/2009-FALCON PETROLEO S A
811.014/2009-FALCON PETROLEO S A
811.019/2009-FALCON PETROLEO S A
811.021/2009-FALCON PETROLEO S A
811.025/2009-FALCON PETROLEO S A
811.028/2009-FALCON PETROLEO S A
811.030/2009-FALCON PETROLEO S A
811.034/2009-FALCON PETROLEO S A
810.605/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.609/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.612/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.615/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.616/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.619/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.620/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.634/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.640/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.642/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.643/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.644/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.658/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.660/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.665/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.717/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.724/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.728/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.729/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.730/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.731/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.732/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.733/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.734/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.743/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.744/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.746/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.747/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.414/2013-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
811.363/2013-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA
811.460/2014-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA
810.019/2015-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA.
810.020/2015-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA.
810.174/2015-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
810.176/2015-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
810.201/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.202/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.332/2015-MILTON ADIR IMMICH
810.333/2015-MILTON ADIR IMMICH
810.371/2015-CHARLES GIOVANELLA
810.445/2015-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
810.581/2015-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
811.452/2015-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
810.245/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
810.458/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.460/2016-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.200/2015-DEONESIO MARCON-ALVARÁ N°10693/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.853/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°9545/2014

SIDNEI ECKERT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.035/2012-MINERALI CONSULTORIA LTDA-OF. N°971/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.081/2007-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°961/2017
810.145/2009-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°960/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.947/2008-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-Basalto
811.287/2013-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO CAPIVARA LTDA-Areia
810.436/2015-RICARDO LUIZ SCHUSTER-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.453/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
811.421/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
811.348/2012-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA-ALVARÁ N°7700/2012

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.508/2011-GLESSIA VIANA LUCAS- Cessionário:MIRANDA & COSTA LTDA Me- CPF ou CNPJ 16.903.118/0001-60- Alvará n°2.704/2012
886.152/2012-JOSE SINVAL XAVIER DE OLIVEIRA- Cessionário:BRASE BRASIL EXTRAÇÃO COMERCIO E IND DE ESTANHO LTDA- CPF ou CNPJ 23.919.617/0001-00- Alvará n°8629/26/08/2016
886.242/2016-PRIMECO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- Cessionário:IMPAX IMP E EXP DE MINERIOS LTDA- CPF ou CNPJ 26.454.459/0001-59- Alvará n°3.589/2016
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.965/1965-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- AI N° 000.800,000.803/2017 Barragem/DIFIZ/DNPM
980.343/1989-ESTANHO DE RONDONIA S A- AI N° 000.545,000.549,000.547,000.551/2017 Barragem/DIFIZ/DNPM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
886.953/1998-FONTE ÁGUA MINERAL PARAÍSO LTDA EPP-OF. N°939 e 940/2017
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
886.239/2005-CERAMICA UNIAO EIRELI EPP- Licenciamento N°:12/2005 - Prorrogado por 10 ano(s)
886.392/2013-F.J.PEREIRA SILVA- Licenciamento N°:41/2013 - Prorrogado por 4 ANOS ano(s)
886.106/2014-BRAVASCO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIAS E CASCALHOS LTDA ME- Licenciamento N°:10/2014 - Prorrogado por 3 ano(s)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
886.127/2015-COOPERATIVA DE EXPL. MIN. P CER. E SETORES DA CONST. CIVIL DO DO ESTADO DE RO- Cessionário:ADEILSON BATISTA DE ANDRADE Me- CNPJ 17.050.549/0001-93- Licenciamento n°080/2015- Vencimento do Licenciamento: 18/05/2025
886.128/2015-COOPERATIVA DE EXPL. MIN. P CER. E SETORES DA CONST. CIVIL DO DO ESTADO DE RO- Cessionário:ADEILSO BATISTA DE ANDRADE Me- CNPJ 17.050.549/0001-93- Licenciamento n°081/2015- Vencimento do Licenciamento: 18/05/2025
886.327/2015-DEPÓSITO DE ATERRO BENITES LTDA ME- Cessionário:ANTONIO LUIZ DE ALMEIDA- CNPJ 956.195.268-87- Licenciamento n°007/2016- Vencimento do Licenciamento: 25/11/2025
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
886.125/2002-CIMENTO RONDÔNIA LTDA- 6097 n° 2002 - Cessionário: SKINAO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- CNPJ 34.744.433/0001-73
886.135/2008-CONCREPOSTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- 5275 n° 2008 - Cessionário: ALEX DOS SANTOS FONSECA MIRACATU Me- CNPJ 04.845.743/0001-13
886.078/2011-MÁRIO JORGE ALMEIDA PEREIRA- 6190 n° 2011 - Cessionário: OSVALDO RAUBER Me- CNPJ 01.794.415/0001-47
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
886.272/2017-CERÂMICA SANTO ANTÔNIO EIRELI ME
886.273/2017-CERAMICA RIO MACHADO LTDA ME
886.277/2017-DANILO RODRIGUES COSTA

ANDREIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Areia Branca Material Básico LTDA. Cpf/cnpj :02.129.121/0001-63 - Processo minerário: 886190/06 - Processo de cobrança: 986531/17 Valor: R$.8.217,22

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
José Antônio Pereira do Nascimento - 886064/09 - A.I. 451/17

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 106/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Esdras Gabriel Perea - 886299/16
Florida Industria e Comercio de Importação e Exportação de Minérios Ltda me - 886023/16, 886023/16

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mineração Lirio Branco - 886028/16, 886011/16, 886010/16, 886027/16

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
A.S. Ferreira e Cia Ltda - 886164/09 - Not.479/2017 - R$ 375,00
Adailton Bindela Rodrigues - 886362/10 - Not.485/2017 - R$ 375,00
Aldori May - 886319/13 - Not.448/2017 - R$ 397,97, 886319/13 - Not.449/2017 - R$ 196,79
André Vinicius Follador - 886345/13 - Not.442/2017 - R$ 397,97, 886345/13 - Not.443/2017 - R$ 196,58
Areia Branca Material Básico LTDA. - 886376/07 - Not.477/2017 - R$ 378,95
Barboza e Pedraza Extração e Comércio de Areia LTDA. me - 886130/13 - Not.487/2017 - R$ 397,97, 886130/13 - Not.488/2017 - R$ 190,19
Cascalheira Primavera Ltda me - 886380/10 - Not.481/2017 - R$ 375,00
Ceramica Romana Ltda - 886211/10 - Not.455/2017 - R$ 375,00, 886383/10 - Not.462/2017 - R$ 378,95
Elias Ambrosio Ferreira - 886387/13 - Not.446/2017 - R$ 397,97, 886387/13 - Not.447/2017 - R$ 195,35
Expedito Moura de Carvalho Dantas - 886406/10 - Not.452/2017 - R$ 378,95
g. Bertão & Cia LTDA. - 886009/12 - Not.484/2017 - R$ 2,50
Genisis Terraplenagans Mineração e Comercio Ltada me - 886394/11 - Not.464/2017 - R$ 375,00
Geovani de Oliveira - 886324/11 - Not.480/2017 - R$ 375,00
Joabe Bianchi - 886158/13 - Not.472/2017 - R$ 397,97, 886158/13 - Not.473/2017 - R$ 185,46
Jorge Henrique Bittencourt Barroso - 886394/10 - Not.450/2017 - R$ 378,95, 886119/11 - Not.490/2017 - R$ 375,00
José Ferreira da Silva - 886025/11 - Not.466/2017 - R$ 375,00
Josemi Carlos de Lima - 886433/10 - Not.451/2017 - R$ 378,95
Josimar Vieira Pires - 886002/10 - Not.453/2017 - R$ 378,95, 886392/10 - Not.467/2017 - R$ 375,00, 886391/10 - Not.465/2017 - R$ 375,00
l a de Oliveira me - 886103/14 - Not.454/2017 - R$ 378,95
m. n. Incorporações e Construções LTDA. - 886415/10 - Not.440/2017 - R$ 375,00, 886415/10 - Not.441/2017 - R$ 149,68
Management Administração, Serviços e Comércio IMP. e EXP. LTDA. - 886469/11 - Not.486/2017 - R$ 378,95, 886474/11 - Not.482/2017 - R$ 378,95, 886471/11 - Not.483/2017 - R$ 378,95
Marcia Fagundes - 886080/11 - Not.459/2017 - R$ 378,95
Mineração Kandandu Ltda - 886222/12 - Not.438/2017 - R$ 7.946,03
Msm Mineração IND. COM. Imp e EXP. Ltda Epp - 886364/10 - Not.471/2017 - R$ 375,00
Multicommerce COM. IMP. EXP. Ltda - 886431/10 - Not.439/2017 - R$ 378,95
Mundial Engenharia de Lavra e Participações Ltda - 886311/06 - Not.460/2017 - R$ 375,00, 886312/06 - Not.461/2017 - R$ 375,00, 886383/06 - Not.463/2017 - R$ 375,00, 886309/06 - Not.476/2017 - R$ 378,95, 886310/06 - Not.478/2017 - R$ 375,00
Oiri Namir Artmann - 886106/11 - Not.474/2017 - R$ 375,00
Sandra Rodrigues Dos Santos - 886135/11 - Not.475/2017 - R$ 375,00, 886136/11 - Not.457/2017 - R$ 378,95, 886052/11 - Not.489/2017 - R$ 378,95
Silvio Giusti - 886073/11 - Not.458/2017 - R$ 378,95
Valdenir Terlecki Fonseca - 886193/13 - Not.444/2017 - R$ 397,97, 886193/13 - Not.445/2017 - R$ 195,71
Vanderley Colombo - 886131/11 - Not.468/2017 - R$ 378,95
Vilario Vicente Rodrigues me - 886198/10 - Not.469/2017 - R$ 375,00
Votorantim Cimentos n ne s a - 886209/11 - Not.470/2017 - R$ 375,00

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 130/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.355/2012-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
864.160/2017-MAURICIO MOREIRA SANTOS E SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.154/2015-SÔNIA MENELIK DA COSTA-OF. N°140/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
864.353/2014-CELMO GERALDO AMORIM
864.319/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE
864.320/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE
864.321/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(347)
864.319/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE-OF. N°099/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.320/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE-OF. N°103/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.321/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE-OF. N°100/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.066/2016-JOSÉ GOMES FEITOSA NETO-OF. N°171/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 132/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
864.147/2008-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP-OF. N°1.150/2017 - DNPM/TO-DOU de 24/08/2017

FABIANO PINEIRO MIRANDA

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A
ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

DESPACHO

O Gerente-Executivo da Área de Suprimento de Bens e Serviços, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no item 10.1 do Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, dá conhecimento da revisão do Manual da Petrobras para Contratação, com a revisão da regra de governança para aditamento de contratos, com a alteração dos itens 5.2.7, 5.2.10 e 5.2.15, conforme anexo.

Esta alteração foi aprovada pela ata DE n º 5418, de 23/11/2017, pauta Nº 991 e passou a viger em 15/12/2017, após divulgação interna.

EBERALDO DE ALMEIDA NETO

ANEXO

5.2.15 do Manual Petrobras para Contratação, revisando a regra de governança para aditamento de contratos.

Dessa forma, a partir de 15/12/2017, os referidos itens passaram a viger com a seguinte redação:

5.2.7 - Quando se tratar de alteração contratualmente prevista, a celebração do Aditivo cabe à autoridade que celebrou o Contrato original.

5.2.7.1 - Inexistindo previsão contratual para a alteração, e caso o Aditivo não implique acréscimo de valor ao contrato, sua celebração cabe à autoridade que celebrou o Contrato original.

5.2.10 - Inexistindo a cláusula permissiva de prorrogação, a celebração do Aditivo fica adstrita à autorização prévia da autoridade que celebrou o Contrato original, desde que o somatório dos valores básicos de todos os Aditivos, excetuados os Aditivos previstos contratualmente, esteja no limite de competência de quem celebrou o Contrato.

5.2.10.1 - Caso o somatório dos valores básicos de todos os Aditivos exceda o limite de competência de quem celebrou o Contrato, a prorrogação será adstrita à autorização prévia da autoridade que detiver o limite de competência correspondente ao somatório dos valores básicos de todos os Aditivos, excetuados os Aditivos previstos contratualmente.

5.2.15 - A competência para celebração de Aditivos previstos nos itens 5.2.11.3, 5.2.12 e 5.2.13 deste Manual deve seguir os seguintes critérios:

a) permanece com quem celebrou o Contrato, nos casos em que o somatório dos valores básicos de todos os Aditivos enquadrados nos itens citados acima, inclusive o pretendido sob análise, seja menor ou igual do que 25% do valor total do Contrato, desde que o valor do somatório dos Aditivos estiver dentro do limite de competência de quem celebrou o Contrato,

b) nos casos em que o valor do somatório dos valores básicos de todos os Aditivos ainda for menor ou igual do que 25% do valor total original do Contrato, mas ultrapassar o limite de competência de quem celebrou o Contrato, o Aditivo só poderá ser autorizado pela autoridade que detiver o limite de competência correspondente ao somatório dos valores básicos de todos os Aditivos,

c) é da autoridade que detiver o limite de competência correspondente ao novo valor total do Contrato, nos casos em que o somatório dos valores básicos de todos os Aditivos enquadrados nos itens citados acima, inclusive o pretendido sob análise, seja maior do que 25% do valor total original do Contrato. Nesses casos o aditivo deverá ser previamente submetido à análise do Jurídico, acompanhado das justificativas para sua celebração.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 281, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48407.872610/2013, resolve:

Art. 1° Outorgar à Selecta Mineração Ltda. Epp concessão para lavrar Argila, no Município de Tanhaçu, Estado da Bahia, numa área de 11,42 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°04"01,970""S/41°11"42,931""W; 14°04"08,239""S/41°11"42,931""W; 14°04"08,239""S/41°11"46,323""W; 14°04"09,087""S/41°11"46,323""W; 14°04"09,087""S/41°11"49,664""W; 14°04"09,935""S/41°11"49,664""W; 14°04"09,935""S/41°11"53,004""W; 14°04"10,782""S/41°11"53,004""W; 14°04"10,782""S/41°11"56,345""W; 14°04"11,607""S/41°11"56,345""W; 14°04"11,607""S/41°11"59,702""W; 14°04"08,176""S/41°11"59,702""W; 14°04"08,176""S/41°11"58,170""W; 14°04"02,134""S/41°11"58,170""W; 14°04"02,134""S/41°11"57,502""W; 14°04"01,970""S/41°11"57,502""W; 14°04"01,970""S/41°11"42,931""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°04"01,970""S e Long. 41°11"42,931""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 192,7m-S; 101,8m-W; 26,1m-S; 100,2m-W; 26,1m-S; 100,2m-W; 26,0m-S; 100,2m-W; 25,4m-S; 100,7m-W; 105,4m-N; 46,0m-E; 185,7m-N; 20,0m-E; 5,0m-N; 437,1m-E, a qual foi desmembrada de Parte do Requerimento de Concessão de Lavra, publicada do D.O.U. de 29/07/2014 (DNPM nº 870.603/2004).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 1.850)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 282, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48411.815776/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pedreira Rio Branco Ltda., concessão para lavrar Gnaisse e Saibro, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, numa área de 13,15 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

26°30"01,079""S/49°00"51,644""W;	26°30"01,079""S/49°00"51,864""W;
26°30"01,899""S/49°00"51,864""W;	26°30"01,899""S/49°00"51,994""W;
26°30"02,050""S/49°00"51,994""W;	26°30"02,050""S/49°00"52,144""W;
26°30"02,407""S/49°00"52,144""W;	26°30"02,407""S/49°00"52,244""W;
26°30"02,688""S/49°00"52,244""W;	26°30"02,688""S/49°00"52,294""W;
26°30"02,988""S/49°00"52,294""W;	26°30"02,988""S/49°00"52,344""W;
26°30"03,228""S/49°00"52,344""W;	26°30"03,228""S/49°00"52,394""W;
26°30"03,487""S/49°00"52,394""W;	26°30"03,487""S/49°00"52,444""W;
26°30"03,819""S/49°00"52,444""W;	26°30"03,819""S/49°00"52,544""W;
26°30"04,034""S/49°00"52,544""W;	26°30"04,034""S/49°00"52,594""W;
26°30"04,256""S/49°00"52,594""W;	26°30"04,256""S/49°00"52,744""W;
26°30"04,493""S/49°00"52,744""W;	26°30"04,493""S/49°00"52,794""W;
26°30"04,704""S/49°00"52,794""W;	26°30"04,704""S/49°00"52,894""W;
26°30"04,907""S/49°00"52,894""W;	26°30"04,907""S/49°00"52,944""W;
26°30"05,109""S/49°00"52,944""W;	26°30"05,109""S/49°00"52,934""W;
26°30"05,337""S/49°00"52,934""W;	26°30"05,337""S/49°00"53,014""W;
26°30"05,590""S/49°00"53,014""W;	26°30"05,590""S/49°00"53,144""W;
26°30"05,804""S/49°00"53,144""W;	26°30"05,804""S/49°00"53,194""W;

26°30"06,008""S/49°00"53,194""W; 26°30"06,008""S/49°00"53,244""W;
26°30"07,286""S/49°00"53,244""W; 26°30"07,286""S/49°00"53,464""W;
26°30"08,281""S/49°00"53,464""W; 26°30"08,281""S/49°00"53,744""W;
26°30"09,024""S/49°00"53,744""W; 26°30"09,024""S/49°00"54,044""W;
26°30"09,802""S/49°00"54,044""W; 26°30"09,802""S/49°00"54,194""W;
26°30"10,558""S/49°00"54,194""W; 26°30"10,558""S/49°00"54,344""W;
26°30"11,500""S/49°00"54,344""W; 26°30"11,500""S/49°00"54,644""W;
26°30"12,306""S/49°00"54,644""W; 26°30"12,306""S/49°00"54,944""W;
26°30"13,015""S/49°00"54,944""W; 26°30"13,015""S/49°00"55,144""W;
26°30"13,757""S/49°00"55,144""W; 26°30"13,757""S/49°00"55,344""W;
26°30"14,479""S/49°00"55,344""W; 26°30"14,479""S/49°00"49,614""W;
26°30"14,233""S/49°00"49,614""W; 26°30"14,233""S/49°00"49,414""W;
26°30"13,779""S/49°00"49,414""W; 26°30"13,779""S/49°00"44,994""W;
26°30"13,433""S/49°00"44,994""W; 26°30"13,433""S/49°00"44,794""W;
26°30"13,016""S/49°00"44,794""W; 26°30"13,016""S/49°00"44,524""W;
26°30"12,518""S/49°00"44,524""W; 26°30"12,518""S/49°00"44,294""W;
26°30"12,352""S/49°00"44,294""W; 26°30"12,352""S/49°00"44,164""W;
26°30"11,815""S/49°00"44,164""W; 26°30"11,815""S/49°00"43,944""W; 26°30"11,444""S/49°00"43,944""W;
26°30"11,444""S/49°00"43,734""W; 26°30"11,066""S/49°00"43,734""W; 26°30"11,066""S/49°00"43,564""W;
26°30"10,556""S/49°00"43,564""W; 26°30"10,556""S/49°00"43,314""W;
26°30"10,182""S/49°00"43,314""W; 26°30"10,182""S/49°00"43,194""W;
26°30"09,765""S/49°00"43,194""W; 26°30"09,765""S/49°00"42,974""W;
26°30"09,418""S/49°00"42,974""W; 26°30"09,418""S/49°00"42,794""W;
26°30"09,053""S/49°00"42,794""W; 26°30"09,053""S/49°00"42,594""W;
26°30"08,631""S/49°00"42,594""W; 26°30"08,631""S/49°00"42,344""W;
26°30"08,288""S/49°00"42,344""W; 26°30"08,288""S/49°00"42,144""W;
26°30"07,900""S/49°00"42,144""W; 26°30"07,900""S/49°00"41,964""W;
26°30"07,521""S/49°00"41,964""W; 26°30"07,521""S/49°00"41,774""W;
26°30"07,170""S/49°00"41,774""W; 26°30"07,170""S/49°00"41,574""W;
26°30"06,815""S/49°00"41,574""W; 26°30"06,815""S/49°00"41,374""W;
26°30"06,475""S/49°00"41,374""W; 26°30"06,475""S/49°00"41,164""W;
26°30"05,923""S/49°00"41,164""W; 26°30"05,923""S/49°00"40,864""W;
26°30"05,428""S/49°00"40,864""W; 26°30"05,428""S/49°00"40,644""W;
26°30"05,083""S/49°00"40,644""W; 26°30"05,083""S/49°00"40,374""W;
26°30"04,637""S/49°00"40,374""W; 26°30"04,637""S/49°00"40,144""W;
26°30"04,322""S/49°00"40,144""W; 26°30"04,322""S/49°00"39,994""W;
26°30"03,944""S/49°00"39,994""W; 26°30"03,944""S/49°00"39,774""W;
26°30"03,576""S/49°00"39,774""W; 26°30"03,576""S/49°00"39,544""W;
26°30"03,205""S/49°00"39,544""W; 26°30"03,205""S/49°00"39,374""W;
26°30"02,893""S/49°00"39,374""W; 26°30"02,893""S/49°00"39,224""W;
26°30"02,677""S/49°00"39,224""W; 26°30"02,677""S/49°00"39,074""W;
26°30"02,345""S/49°00"39,074""W; 26°30"02,345""S/49°00"38,994""W;
26°30"02,122""S/49°00"38,994""W; 26°30"02,122""S/49°00"38,794""W;
26°30"01,923""S/49°00"38,794""W; 26°30"01,923""S/49°00"38,694""W;
26°30"01,708""S/49°00"38,694""W; 26°30"01,708""S/49°00"38,594""W;
26°30"01,520""S/49°00"38,594""W; 26°30"01,520""S/49°00"38,544""W;
26°30"01,328""S/49°00"38,544""W; 26°30"01,328""S/49°00"38,444""W;
26°30"00,979""S/49°00"38,444""W; 26°30"00,979""S/49°00"51,644""W;
26°30"01,079""S/49°00"51,644""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°30"01,079""S e Long. 49°00"51,644""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 6,1m-W; 25,2m-S; 3,6m-W; 4,7m-S; 4,2m-W; 11,0m-S; 2,8m-W; 8,7m-S; 1,4m-W; 9,2m-S; 1,4m-W; 7,4m-S; 1,4m-W; 8,0m-S; 1,4m-W; 10,2m-S; 2,8m-W; 6,6m-S; 1,4m-W; 6,8m-S; 4,2m-W; 7,3m-S; 1,4m-W; 6,5m-S; 2,8m-W; 6,3m-S; 1,4m-W; 6,2m-S; 0,3m-E; 7,0m-S; 2,2m-W; 7,8m-S; 3,6m-W; 6,6m-S; 1,4m-W; 6,3m-S; 1,4m-W; 39,3m-S; 6,1m-W; 30,6m-S; 7,8m-W; 22,9m-S; 8,3m-W; 23,9m-S; 4,2m-W; 23,3m-S; 4,2m-W; 29,0m-S; 8,3m-W; 24,8m-S; 8,3m-W; 21,8m-S; 5,5m-W; 22,8m-S; 5,5m-W; 22,2m-S; 158,7m-E; 7,6m-N; 5,5m-E; 14,0m-N; 122,4m-E; 10,7m-N; 5,5m-E; 12,8m-N; 7,5m-E; 15,3m-N; 6,4m-E; 5,1m-N; 3,6m-E; 16,5m-N; 6,1m-E; 11,4m-N; 5,8m-E; 11,6m-N; 4,7m-E; 15,7m-N; 6,9m-E; 11,5m-N; 3,3m-E; 12,8m-N; 6,1m-E; 10,7m-N; 5,0m-E; 11,2m-N; 5,5m-E; 13,0m-N; 6,9m-E; 10,6m-N; 5,5m-E; 11,9m-N; 5,0m-E; 11,7m-N; 5,3m-E; 10,8m-N; 5,5m-E; 10,9m-N; 5,5m-E; 10,5m-N; 5,8m-E; 17,0m-N; 8,3m-E; 15,2m-N; 6,1m-E; 10,6m-N; 7,5m-E; 13,7m-N; 6,4m-E; 9,7m-N; 4,2m-E; 11,6m-N; 6,1m-E; 11,3m-N; 6,4m-E; 11,4m-N; 4,7m-E; 9,6m-N; 4,2m-E; 6,7m-N; 4,2m-E; 10,2m-N; 2,2m-E; 6,9m-N; 5,5m-E; 6,1m-N; 2,8m-E; 6,6m-N; 2,8m-E; 5,8m-N; 1,4m-E; 5,9m-N; 2,8m-E; 10,8m-N; 365,5m-W; 3,1m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 283, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820.129/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à Egeminas Mineração Ltda., concessão para lavrar Areia e Argila, no Município de Tambaú, Estado de São Paulo, numa área de 86,17 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
21°29"40,835""S/47°09"57,755""W; 21°29"26,978""S/47°09"57,755""W;
21°29"26,978""S/47°10"04,703""W; 21°29"07,477""S/47°10"04,703""W;
21°29"07,477""S/47°09"52,548""W; 21°29"17,221""S/47°09"52,548""W;
21°29"17,221""S/47°09"40,389""W; 21°29"23,720""S/47°09"40,389""W;
21°29"23,720""S/47°09"37,661""W; 21°29"26,958""S/47°09"37,661""W;
21°29"26,958""S/47°09"34,187""W; 21°29"30,209""S/47°09"34,187""W;
21°29"30,210""S/47°09"28,976""W; 21°29"31,836""S/47°09"28,976""W;
21°29"31,836""S/47°09"23,765""W; 21°29"35,087""S/47°09"23,765""W;
21°29"35,087""S/47°09"23,160""W; 21°29"46,996""S/47°09"23,160""W;
21°29"46,996""S/47°09"51,780""W; 21°29"40,836""S/47°09"51,780""W;
21°29"40,835""S/47°09"57,755""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°29"40,835""S e Long. 47°09"57,755""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 426,2m-N; 200,0m-W; 599,8m-N; 349,9m-E; 299,7m-S; 350,0m-E; 199,9m-S; 78,5m-E; 99,6m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 150,0m-E; 50,0m-S; 150,0m-E; 100,0m-S; 17,4m-E; 366,3m-S; 823,8m-W; 189,5m-N; 172,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 284, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27214.848001/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Berena Mineração Ltda. Me, concessão para lavrar Mármore, nos Municípios de São Rafael e Itajá, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de 28,24 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
05°45"07,907""S/36°48"07,781""W; 05°45"07,907""S/36°47"53,161""W;
05°45"13,383""S/36°47"53,161""W; 05°45"13,383""S/36°47"46,641""W;
05°45"17,263""S/36°47"46,641""W; 05°45"17,263""S/36°47"41,753""W;
05°45"27,983""S/36°47"41,753""W; 05°45"27,983""S/36°47"48,209""W;
05°45"24,754""S/36°47"48,209""W; 05°45"24,754""S/36°47"51,471""W;
05°45"23,140""S/36°47"51,471""W; 05°45"23,140""S/36°47"54,726""W;
05°45"19,898""S/36°47"54,726""W; 05°45"19,898""S/36°48"01,237""W;
05°45"18,296""S/36°48"01,237""W; 05°45"18,296""S/36°48"07,781""W;
05°45"07,907""S/36°48"07,781""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 05°45"07,907""S e Long. 36°48"07,781""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 449,8m-E; 168,2m-S; 200,6m-E; 119,2m-S; 150,4m-E; 329,3m-S; 198,6m-W; 99,2m-N; 100,4m-W; 49,6m-N; 100,2m-W; 99,6m-N; 200,3m-W; 49,2m-N; 201,3m-W; 319,1m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 287, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48401.810578/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Agua Mineral Cello Ltda,, concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 49,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 29°54"47,895""S / 51°05"52,601""W; 29°54"25,162""S / 51°05"52,601""W; 29°54"25,161""S / 51°05"26,507""W; 29°54"47,895""S / 51°05"26,506""W; 29°54"47,895""S / 51°05"52,601""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2600,0m, no rumo verdadeiro de 09°00"00""929 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 29°56"11,293""S e Long. 51°06"07,764""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-N;700,0m-E;700,0m-S;700,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 110,39 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 29°55"04,127""S / 51°05"24,112""W; 29°54"45,864""S/51°05"24,112""W;
29°54"45,864""S/51°05"16,952""W; 29°54"38,588""S/51°05"16,952""W;
29°54"38,588""S/51°05"11,475""W; 29°54"25,170""S/51°05"11,475""W;
29°54"25,170""S/51°05"52,727""W; 29°55"04,127""S/51°05"52,727""W;
29°55"04,127""S/51°05"24,112""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 29°55"04,127""S e Long. 51°05"24,112""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 562,4m-N;192,1m-E;224,0m-N;146,9m-E;413,2m-N;1106,6m-W;1199,6m-S;767,6m-E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 288, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820394/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Santa Izabel Ltda., concessão para lavrar Areia, no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
22°39"45,912""S/48°21"30,763""W; 22°39"41,035""S/48°21"30,763""W;
22°39"41,035""S/48°21"36,017""W; 22°39"36,159""S/48°21"36,017""W;
22°39"36,159""S/48°21"41,271""W; 22°39"31,283""S/48°21"41,271""W;
22°39"31,283""S/48°21"46,525""W; 22°39"26,406""S/48°21"46,525""W;
22°39"26,406""S/48°21"51,779""W; 22°39"16,816""S/48°21"51,778""W;
22°39"16,816""S/48°21"44,773""W; 22°39"11,777""S/48°21"44,773""W;
22°39"11,777""S/48°21"34,265""W; 22°39"16,654""S/48°21"34,265""W;
22°39"16,654""S/48°21"29,011""W; 22°39"25,106""S/48°21"29,011""W;
22°39"25,106""S/48°21"23,758""W; 22°39"31,283""S/48°21"23,757""W;
22°39"31,283""S/48°21"20,255""W; 22°39"36,159""S/48°21"20,255""W;
22°39"36,159""S/48°21"25,509""W; 22°39"45,912""S/48°21"25,509""W;
22°39"45,912""S/48°21"30,763""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2860,0m, no rumo verdadeiro de 85°48"00""637 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°39"52,729""S e Long. 48°23"10,674""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 150,0m-N; 150,0m-W; 150,0m-N; 150,0m-W; 150,0m-N; 150,0m-W; 150,0m-N; 150,0m-W; 295,0m-N; 200,0m-E; 155,0m-N; 300,0m-E; 150,0m-S; 150,0m-E; 260,0m-S; 150,0m-E; 190,0m-S; 100,0m-E; 150,0m-S; 150,0m-W; 300,0m-S; 150,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 289, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820395/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Santa Izabel Ltda., concessão para lavrar Areia, no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, numa área de 49,98 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):
22°38"41,736""S/48°21"47,649""W; 22°38"41,736""S/48°21"29,437""W;
22°38"57,015""S/48°21"29,437""W; 22°38"57,015""S/48°21"34,340""W;
22°39"11,644""S/48°21"34,340""W; 22°39"11,644""S/48°21"44,847""W;
22°39"16,683""S/48°21"44,847""W; 22°39"16,683""S/48°21"51,852""W;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22°38"57,178""S/48°21"51,852""W; 22°38"57,178""S/48°21"47,649""W; 22°38"41,736""S/48°21"47,649""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3223,0m, no rumo verdadeiro de 47°21"00""640 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°39"52,729""S e Long. 48°23"10,674""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 520,0m-E;470,0m-S;140,0m-W;450,0m-S;300,0m-W;155,0m-S;200,0m-W;600,0m-N;120,0m-E;475,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 290, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820493/1997, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração de Areia Porto das Telhas Ltda,, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Potim e Roseira, Estado de São Paulo, numa área de 42,53 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°51"07,791""S/45°18"51,970""W; 22°51"26,646""S / 45°18"51,971""W; 22°51"26,645""S / 45°19"17,691""W; 22°51"07,790""S / 45°19"17,690""W; 22°51"07,791""S / 45°18"51,970""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°51"07,791""S e Long. 45°18"51,970""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 580,0m-S;733,2m-W;580,0m-N;733,2m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 291, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820494/1997, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração de Areia Porto das Telhas Ltda., concessão para lavrar Areia, no Município de Roseira, Estado de São Paulo, numa área de 22,38 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°51"31,741""S/45°18"51,031""W; 22°51"33,155""S/45°18"51,031""W; 22°51"33,154""S/45°19"31,020""W; 22°51"26,652""S/45°19"31,020""W; 22°51"26,653""S/45°18"51,971""W; 22°51"31,741""S/45°18"51,971""W; 22°51"31,741""S/45°18"51,031""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°51"31,741""S e Long. 45°18"51,031""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 43,5m-S;1140,0m-W;200,0m-N;1113,2m-E;156,5m-S;26,8m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 292, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820570/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Ganzella Ltda., concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Icém e Nova Granada, Estado de São Paulo, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

20°22"18,157""S/49°17"39,463""W;	20°22"18,157""S/49°17"38,601""W;
20°22"14,905""S/49°17"38,601""W;	20°22"14,905""S/49°17"37,911""W;
20°22"10,840""S/49°17"37,911""W;	20°22"10,840""S/49°17"32,739""W;
20°22"09,214""S/49°17"32,739""W;	20°22"09,214""S/49°17"29,635""W;
20°22"07,913""S/49°17"29,635""W;	20°22"07,913""S/49°17"27,222""W;
20°22"05,475""S/49°17"27,222""W;	20°22"05,475""S/49°17"24,980""W;
20°22"02,223""S/49°17"24,980""W;	20°22"02,223""S/49°17"22,567""W;
20°21"59,784""S/49°17"22,567""W;	20°21"59,784""S/49°17"20,325""W;
20°21"56,857""S/49°17"20,326""W;	20°21"56,857""S/49°17"17,395""W;
20°21"53,768""S/49°17"17,395""W;	20°21"53,768""S/49°17"14,981""W;
20°21"50,516""S/49°17"14,981""W;	20°21"50,516""S/49°17"13,602""W;
20°21"47,264""S/49°17"13,602""W;	20°21"47,264""S/49°17"11,016""W;
20°21"44,012""S/49°17"11,016""W;	20°21"44,012""S/49°17"07,913""W;
20°21"41,411""S/49°17"07,913""W;	20°21"41,411""S/49°17"05,327""W;
20°21"39,460""S/49°17"05,327""W;	20°21"39,459""S/49°17"02,569""W;
20°21"37,508""S/49°17"02,569""W;	20°21"37,508""S/49°16"59,810""W;
20°21"35,069""S/49°16"59,810""W;	20°21"35,069""S/49°16"57,224""W;
20°21"32,143""S/49°16"57,225""W;	20°21"32,142""S/49°16"53,949""W;
20°21"28,078""S/49°16"53,949""W;	20°21"28,077""S/49°16"48,088""W;
20°21"18,647""S/49°16"48,089""W;	20°21"18,646""S/49°16"38,434""W;
20°21"12,143""S/49°16"38,435""W;	20°21"12,142""S/49°16"31,539""W;
20°21"14,743""S/49°16"31,539""W;	20°21"14,743""S/49°16"25,505""W;
20°21"08,239""S/49°16"25,506""W;	20°21"08,239""S/49°16"23,092""W;
20°21"01,735""S/49°16"23,093""W;	20°21"01,735""S/49°16"20,852""W;
20°20"59,134""S/49°16"20,852""W;	20°20"59,133""S/49°16"17,922""W;
20°21"03,035""S/49°16"17,921""W;	20°21"03,036""S/49°16"20,162""W;
20°21"10,840""S/49°16"20,161""W;	20°21"10,840""S/49°16"22,920""W;
20°21"18,157""S/49°16"22,919""W;	20°21"18,158""S/49°16"33,262""W;
20°21"15,557""S/49°16"33,263""W;	20°21"15,557""S/49°16"36,193""W;
20°21"20,760""S/49°16"36,193""W;	20°21"20,760""S/49°16"44,813""W;
20°21"30,191""S/49°16"44,812""W;	20°21"30,191""S/49°16"50,329""W;
20°21"33,443""S/49°16"50,328""W;	20°21"33,443""S/49°16"53,432""W;
20°21"37,345""S/49°16"53,431""W;	20°21"37,345""S/49°16"57,224""W;
20°21"40,272""S/49°16"57,224""W;	20°21"40,272""S/49°17"01,879""W;
20°21"43,524""S/49°17"01,879""W;	20°21"43,524""S/49°17"05,154""W;
20°21"45,801""S/49°17"05,154""W;	20°21"45,801""S/49°17"07,740""W;
20°21"49,052""S/49°17"07,740""W;	20°21"49,053""S/49°17"11,016""W;
20°21"52,304""S/49°17"11,016""W;	20°21"52,304""S/49°17"12,567""W;
20°21"55,556""S/49°17"12,567""W;	20°21"55,556""S/49°17"14,636""W;
20°21"58,808""S/49°17"14,636""W;	20°21"58,808""S/49°17"17,395""W;
20°22"02,060""S/49°17"17,394""W;	20°22"02,060""S/49°17"20,325""W;
20°22"05,312""S/49°17"20,325""W;	20°22"05,312""S/49°17"23,084""W;
20°22"08,564""S/49°17"23,084""W;	20°22"08,564""S/49°17"26,187""W;
20°22"11,815""S/49°17"26,187""W;	20°22"11,816""S/49°17"32,222""W;
20°22"14,092""S/49°17"32,222""W;	20°22"14,092""S/49°17"35,497""W;
20°22"17,018""S/49°17"35,497""W;	20°22"17,018""S/49°17"36,877""W;
20°22"23,522""S/49°17"36,877""W;	20°22"23,522""S/49°17"38,256""W;
20°22"27,749""S/49°17"38,256""W;	20°22"27,749""S/49°17"39,463""W;
20°22"32,952""S/49°17"39,463""W;	20°22"32,952""S/49°17"41,187""W;
20°22"42,707""S/49°17"41,187""W;	20°22"42,707""S/49°17"42,911""W;
20°22"47,585""S/49°17"42,912""W;	20°22"47,585""S/49°17"45,325""W;
20°22"54,576""S/49°17"45,326""W;	20°22"54,576""S/49°17"42,394""W;
20°22"58,153""S/49°17"42,394""W;	20°22"58,153""S/49°17"41,187""W;
20°23"00,755""S/49°17"41,187""W;	20°23"00,755""S/49°17"44,636""W;
20°22"57,178""S/49°17"44,636""W;	20°22"57,178""S/49°17"48,774""W;
20°22"50,674""S/49°17"48,774""W;	20°22"50,674""S/49°17"47,912""W;
20°22"47,748""S/49°17"47,912""W;	20°22"47,748""S/49°17"46,532""W;
20°22"45,146""S/49°17"46,532""W;	20°22"45,146""S/49°17"45,325""W;
20°22"41,244""S/49°17"45,325""W;	20°22"41,244""S/49°17"44,118""W;
20°22"31,489""S/49°17"44,118""W;	20°22"31,489""S/49°17"43,429""W;
20°22"28,237""S/49°17"43,429""W;	20°22"28,237""S/49°17"42,222""W;
20°22"24,985""S/49°17"42,222""W;	20°22"24,985""S/49°17"41,015""W;
20°22"21,733""S/49°17"41,015""W;	20°22"21,734""S/49°17"39,463""W;

20°22"18,157""S/49°17"39,463""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 40,0m, no rumo verdadeiro de 29°59"59""056 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°22"19,283""S e Long. 49°17"38,773""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 25,0m-E; 100,0m-N; 20,0m-E; 125,0m-N; 150,0m-E; 50,0m-N; 90,0m-E; 40,0m-N; 70,0m-E; 75,0m-N; 65,0m-E; 100,0m-N; 70,0m-E; 75,0m-N; 65,0m-E; 90,0m-N; 85,0m-E; 95,0m-N; 70,0m-E; 100,0m-N; 40,0m-E; 100,0m-N; 75,0m-E; 100,0m-N; 90,0m-E; 80,0m-N; 75,0m-E; 60,0m-N; 80,0m-E; 60,0m-N; 80,0m-E; 75,0m-N; 75,0m-E; 90,0m-N; 95,0m-E; 125,0m-N; 170,0m-E; 290,0m-N; 280,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 80,0m-S; 175,0m-E; 200,0m-N; 70,0m-E; 200,0m-N; 65,0m-E; 80,0m-N; 85,0m-E; 120,0m-S; 65,0m-W; 240,0m-S; 80,0m-W; 225,0m-S; 300,0m-W; 80,0m-N; 85,0m-W; 160,0m-S; 250,0m-W; 290,0m-S; 160,0m-W; 100,0m-S; 90,0m-W; 120,0m-S; 110,0m-W; 90,0m-S; 135,0m-W; 100,0m-S; 95,0m-W; 70,0m-S; 75,0m-W; 100,0m-S; 95,0m-W; 100,0m-S; 45,0m-W; 100,0m-S; 60,0m-W; 100,0m-S; 80,0m-W; 100,0m-S; 85,0m-W; 100,0m-S; 80,0m-W; 100,0m-S; 90,0m-W; 100,0m-S; 175,0m-W; 70,0m-S; 95,0m-W; 90,0m-S; 40,0m-W; 200,0m-S; 40,0m-W; 130,0m-S; 35,0m-W; 160,0m-S; 50,0m-W; 300,0m-S; 50,0m-W; 150,0m-S; 70,0m-W; 215,0m-S; 85,0m-E; 110,0m-S; 35,0m-E; 80,0m-S; 100,0m-W; 110,0m-N; 120,0m-W; 200,0m-N; 25,0m-E; 90,0m-N; 40,0m-E; 80,0m-N; 35,0m-E; 120,0m-N; 35,0m-E; 300,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 35,0m-E; 100,0m-N; 35,0m-E; 100,0m-N; 45,0m-E; 110,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 293, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821171/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à Unicer União Cerâmicas Ltda., concessão para lavrar Argila, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, numa área de 48,75 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°15"21,162""S / 47°33"26,218""W; 22°15"21,162""S / 47°33"00,024""W; 22°15"00,030""S / 47°33"00,025""W; 22°15"00,030""S / 47°33"26,218""W; 22°15"21,162""S / 47°33"26,218""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°15"21,162""S e Long. 47°33"26,218""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 750,0m-E;650,0m-N;750,0m-W;650,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 294, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821354/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Ganzella Ltda., concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Altair e Nova Granada, Estado de São Paulo, numa área de 47,50 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

20°30"05,153""S/49°12"40,830""W;	20°30"05,153""S/49°12"38,760""W;
20°29"58,324""S/49°12"38,760""W;	20°29"58,324""S/49°12"40,830""W;
20°29"42,716""S/49°12"40,830""W;	20°29"42,716""S/49°12"39,450""W;
20°29"38,489""S/49°12"39,450""W;	20°29"38,489""S/49°12"41,520""W;
20°29"36,213""S/49°12"41,520""W;	20°29"36,213""S/49°12"43,591""W;
20°29"33,936""S/49°12"43,591""W;	20°29"33,936""S/49°12"46,352""W;
20°29"32,311""S/49°12"46,352""W;	20°29"32,310""S/49°12"53,599""W;
20°29"25,157""S/49°12"53,599""W;	20°29"25,157""S/49°12"45,661""W;
20°29"22,555""S/49°12"45,661""W;	20°29"22,555""S/49°12"43,936""W;
20°29"15,402""S/49°12"43,936""W;	20°29"15,402""S/49°12"45,661""W;
20°29"11,499""S/49°12"45,661""W;	20°29"11,499""S/49°12"47,387""W;
20°29"04,671""S/49°12"47,387""W;	20°29"04,671""S/49°12"51,873""W;
20°28"58,492""S/49°12"51,873""W;	20°28"58,493""S/49°12"48,767""W;
20°28"55,241""S/49°12"48,767""W;	20°28"55,241""S/49°12"43,936""W;
20°28"42,884""S/49°12"43,936""W;	20°28"42,884""S/49°12"46,006""W;
20°28"41,258""S/49°12"46,006""W;	20°28"41,258""S/49°12"48,767""W;
20°28"38,657""S/49°12"48,766""W;	20°28"38,657""S/49°12"51,872""W;
20°28"37,356""S/49°12"51,872""W;	20°28"37,356""S/49°12"56,703""W;
20°28"34,430""S/49°12"56,703""W;	20°28"34,429""S/49°12"59,463""W;
20°28"28,901""S/49°12"59,463""W;	20°28"28,901""S/49°13"02,569""W;
20°28"25,324""S/49°13"02,569""W;	20°28"25,324""S/49°13"04,984""W;
20°28"26,300""S/49°13"04,984""W;	20°28"26,300""S/49°13"08,435""W;
20°28"23,048""S/49°13"08,434""W;	20°28"23,048""S/49°12"58,773""W;
20°28"26,625""S/49°12"58,773""W;	20°28"26,625""S/49°12"56,013""W;
20°28"32,479""S/49°12"56,013""W;	20°28"32,479""S/49°12"53,252""W;
20°28"35,405""S/49°12"53,252""W;	20°28"35,405""S/49°12"48,421""W;
20°28"37,356""S/49°12"48,421""W;	20°28"37,356""S/49°12"45,316""W;
20°28"39,633""S/49°12"45,316""W;	20°28"39,633""S/49°12"41,865""W;
20°28"41,909""S/49°12"41,865""W;	20°28"41,909""S/49°12"39,450""W;
20°28"45,486""S/49°12"39,450""W;	20°28"45,486""S/49°12"40,485""W;
20°28"55,241""S/49°12"40,485""W;	20°28"55,241""S/49°12"42,555""W;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20°28"56,867""S/49°12"42,555""W; 20°28"56,867""S/49°12"44,626""W; 20°28"59,793""S/49°12"44,626""W; 20°28"59,793""S/49°12"49,112""W; 20°29"02,720""S/49°12"49,112""W; 20°29"02,720""S/49°12"45,316""W; 20°29"09,548""S/49°12"45,316""W; 20°29"09,548""S/49°12"43,591""W; 20°29"13,451""S/49°12"43,591""W; 20°29"13,451""S/49°12"41,520""W; 20°29"22,881""S/49°12"41,520""W; 20°29"22,881""S/49°12"39,450""W; 20°29"27,433""S/49°12"39,450""W; 20°29"27,433""S/49°12"51,873""W; 20°29"30,685""S/49°12"51,873""W; 20°29"30,685""S/49°12"42,901""W; 20°29"32,636""S/49°12"42,901""W; 20°29"32,636""S/49°12"40,140""W; 20°29"36,213""S/49°12"40,140""W; 20°29"36,213""S/49°12"37,724""W; 20°29"57,024""S/49°12"37,724""W; 20°29"57,024""S/49°12"36,689""W; 20°30"12,957""S/49°12"36,689""W; 20°30"12,957""S/49°12"34,618""W; 20°30"15,233""S/49°12"34,618""W; 20°30"15,233""S/49°12"31,857""W; 20°30"18,160""S/49°12"31,857""W; 20°30"18,160""S/49°12"27,715""W; 20°30"20,111""S/49°12"27,715""W; 20°30"20,111""S/49°12"22,884""W; 20°30"24,663""S/49°12"22,884""W; 20°30"24,663""S/49°12"22,883""W; 20°30"23,037""S/49°12"25,644""W; 20°30"23,037""S/49°12"25,645""W; 20°30"21,086""S/49°12"30,131""W; 20°30"21,086""S/49°12"33,583""W; 20°30"18,810""S/49°12"33,583""W; 20°30"18,810""S/49°12"35,998""W; 20°30"16,859""S/49°12"35,998""W; 20°30"16,859""S/49°12"39,105""W; 20°30"14,583""S/49°12"39,105""W; 20°30"14,583""S/49°12"40,830""W; 20°30"05,153""S/49°12"40,830""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 58,0m, no rumo verdadeiro de 38°56"00""677 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°30"03,686""S e Long. 49°12"39,572""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 60,0m-E; 210,0m-N; 60,0m-W; 480,0m-N; 40,0m-E; 130,0m-N; 60,0m-W; 70,0m-N; 60,0m-W; 70,0m-N; 80,0m-W; 50,0m-N; 210,0m-W; 220,0m-N; 230,0m-E; 80,0m-N; 50,0m-E; 220,0m-N; 50,0m-W; 120,0m-N; 50,0m-W; 210,0m-N; 130,0m-W; 190,0m-N; 90,0m-E; 100,0m-N; 140,0m-E; 380,0m-N; 60,0m-W; 50,0m-N; 80,0m-W; 80,0m-N; 90,0m-W; 40,0m-N; 140,0m-W; 90,0m-N; 80,0m-W; 170,0m-N; 90,0m-W; 110,0m-N; 70,0m-W; 30,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-N; 280,0m-E; 110,0m-S; 80,0m-E; 180,0m-S; 80,0m-E; 90,0m-S; 140,0m-E; 60,0m-S; 90,0m-E; 70,0m-S; 100,0m-E; 70,0m-S; 70,0m-E; 110,0m-S; 30,0m-W; 300,0m-S; 60,0m-W; 50,0m-S; 60,0m-W; 90,0m-S; 130,0m-W; 90,0m-S; 110,0m-E; 210,0m-S; 50,0m-E; 120,0m-S; 60,0m-E; 290,0m-S; 60,0m-E; 140,0m-S; 360,0m-W; 100,0m-S; 260,0m-E; 60,0m-S; 80,0m-E; 110,0m-S; 70,0m-E; 640,0m-S; 30,0m-E; 490,0m-S; 60,0m-E; 70,0m-S; 80,0m-E; 90,0m-S; 120,0m-E; 60,0m-S; 140,0m-E; 140,0m-S; 80,0m-W; 50,0m-N; 130,0m-W; 60,0m-N; 100,0m-W; 70,0m-N; 70,0m-W; 60,0m-N; 90,0m-W; 70,0m-N; 50,0m-W; 290,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 295, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821356/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à Porto de Areia Ganzella Ltda., concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Altair, Icém e Nova Granada/SP, numa área de 43,50 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°26"51,513""S/49°14"28,438""W; 20°26"51,513""S/49°14"24,988""W; 20°26"53,139""S/49°14"24,988""W; 20°26"53,139""S/49°14"21,538""W; 20°26"54,765""S/49°14"21,538""W; 20°26"54,765""S/49°14"19,123""W; 20°26"56,716""S/49°14"19,123""W; 20°26"56,716""S/49°14"17,398""W; 20°26"59,317""S/49°14"17,398""W; 20°26"59,317""S/49°14"15,328""W; 20°27"02,244""S/49°14"15,328""W; 20°27"02,244""S/49°14"12,568""W; 20°27"04,845""S/49°14"12,567""W; 20°27"04,845""S/49°14"06,357""W; 20°27"06,796""S/49°14"06,357""W; 20°27"06,796""S/49°14"00,492""W; 20°27"11,348""S/49°14"00,492""W; 20°27"11,348""S/49°13"56,697""W; 20°27"09,722""S/49°13"56,697""W; 20°27"09,722""S/49°13"52,902""W; 20°27"17,201""S/49°13"52,901""W; 20°27"17,201""S/49°13"50,141""W; 20°27"15,250""S/49°13"50,141""W; 20°27"15,250""S/49°13"43,931""W; 20°27"17,201""S/49°13"43,931""W; 20°27"17,200""S/49°13"39,101""W; 20°27"19,476""S/49°13"39,100""W; 20°27"19,476""S/49°13"28,750""W; 20°27"23,052""S/49°13"28,750""W; 20°27"23,052""S/49°13"23,229""W; 20°27"28,906""S/49°13"23,229""W; 20°27"28,905""S/49°13"28,404""W; 20°27"32,483""S/49°13"28,404""W; 20°27"32,483""S/49°13"32,199""W; 20°27"35,409""S/49°13"32,199""W; 20°27"35,409""S/49°13"26,678""W; 20°27"43,213""S/49°13"26,677""W; 20°27"43,213""S/49°13"23,917""W; 20°27"48,741""S/49°13"23,916""W; 20°27"48,740""S/49°13"21,156""W; 20°27"51,342""S/49°13"21,156""W; 20°27"51,341""S/49°13"15,980""W; 20°27"53,943""S/49°13"15,980""W; 20°27"53,942""S/49°13"07,699""W; 20°28"00,445""S/49°13"07,698""W; 20°28"00,446""S/49°13"12,184""W; 20°28"06,299""S/49°13"12,183""W; 20°28"06,299""S/49°13"10,113""W; 20°28"20,931""S/49°13"10,111""W; 20°28"20,932""S/49°13"12,871""W; 20°28"08,250""S/49°13"12,873""W; 20°28"08,250""S/49°13"14,943""W; 20°27"58,820""S/49°13"14,944""W; 20°27"58,820""S/49°13"10,804""W; 20°27"56,543""S/49°13"10,804""W; 20°27"56,544""S/49°13"19,430""W; 20°27"53,943""S/49°13"19,430""W; 20°27"53,944""S/49°13"23,916""W; 20°27"51,342""S/49°13"23,916""W; 20°27"51,342""S/49°13"26,331""W; 20°27"45,164""S/49°13"26,332""W; 20°27"45,164""S/49°13"29,782""W; 20°27"39,311""S/49°13"29,783""W; 20°27"39,312""S/49°13"34,958""W; 20°27"31,182""S/49°13"34,959""W; 20°27"31,182""S/49°13"31,509""W; 20°27"21,752""S/49°13"31,510""W; 20°27"21,753""S/49°13"40,480""W; 20°27"19,802""S/49°13"40,481""W; 20°27"19,803""S/49°13"54,626""W; 20°27"13,299""S/49°13"54,627""W; 20°27"13,300""S/49°14"02,907""W; 20°27"08,422""S/49°14"02,907""W; 20°27"08,422""S/49°14"08,772""W; 20°27"06,471""S/49°14"08,772""W; 20°27"06,471""S/49°14"15,673""W; 20°27"04,195""S/49°14"15,673""W; 20°27"04,195""S/49°14"17,743""W; 20°27"01,268""S/49°14"17,743""W; 20°27"01,268""S/49°14"19,468""W; 20°26"58,342""S/49°14"19,468""W; 20°26"58,342""S/49°14"21,193""W; 20°26"56,391""S/49°14"21,193""W; 20°26"56,391""S/49°14"23,953""W; 20°26"54,765""S/49°14"23,953""W; 20°26"54,765""S/49°14"28,438""W; 20°26"51,513""S/49°14"28,438""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 90,0m, no rumo verdadeiro de 26°05"00""573 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°26"48,885""S e Long. 49°14"27,073""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 70,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 80,0m-S; 60,0m-E; 90,0m-S; 80,0m-E; 80,0m-S; 180,0m-E; 60,0m-S; 170,0m-E; 140,0m-S; 110,0m-E; 50,0m-N; 110,0m-E; 230,0m-S; 80,0m-E; 60,0m-N; 180,0m-E; 60,0m-S; 140,0m-E; 70,0m-S; 300,0m-E; 110,0m-S; 160,0m-E; 180,0m-S; 150,0m-W; 110,0m-S; 110,0m-W; 90,0m-S; 160,0m-E; 240,0m-S; 80,0m-E; 170,0m-S; 80,0m-E; 80,0m-S; 150,0m-E; 80,0m-S; 240,0m-E; 200,0m-S; 130,0m-W; 180,0m-S; 60,0m-E; 450,0m-S; 80,0m-W; 390,0m-N; 60,0m-W; 290,0m-N; 120,0m-E; 70,0m-N; 250,0m-W; 80,0m-N; 130,0m-W; 80,0m-N; 70,0m-W; 190,0m-N; 100,0m-W; 180,0m-N; 150,0m-W; 250,0m-N; 100,0m-E; 290,0m-N; 260,0m-W; 60,0m-N; 410,0m-W; 200,0m-N; 240,0m-W; 150,0m-N; 170,0m-W; 60,0m-N; 200,0m-W; 70,0m-N; 60,0m-W; 90,0m-N; 50,0m-W; 90,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 80,0m-W; 50,0m-N; 130,0m-W; 100,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 296, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826111/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pedreira Pérola Ltda. Me, concessão para lavrar Basalto, no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, numa área de 49,62 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°27"01,840""S/51°29"15,170""W; 25°27"13,215""S/51°29"15,170""W; 25°27"13,215""S/51°29"20,038""W; 25°27"31,935""S/51°29"20,038""W; 25°27"31,935""S/51°29"29,490""W; 25°27"25,570""S/51°29"29,490""W; 25°27"08,340""S/51°29"29,490""W; 25°27"08,340""S/51°29"34,860""W; 25°26"48,839""S/51°29"34,860""W; 25°26"48,839""S/51°29"40,230""W; 25°26"44,939""S/51°29"40,230""W; 25°26"44,939""S/51°29"24,120""W; 25°27"01,840""S/51°29"24,120""W; 25°27"01,840""S/51°29"15,170""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°27"01,840""S e Long. 51°29"15,170""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 350,0m-S; 136,0m-W; 576,1m-S; 264,1m-W; 195,9m-N; 530,2m-N; 150,0m-W; 600,1m-N; 150,0m-W; 120,0m-N; 450, 1m-E;520, 1m-S; 250,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 297, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826211/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Extração e Comércio de Areia Cristal Ltda. - Epp, concessão para lavrar Areia, no Município de União da Vitória, Estado do Paraná, numa área de 30,44 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°13"01,749""S/51°05"53,500""W; 26°13"06,828""S/51°05"53,500""W; 26°13"06,818""S/51°05"53,543""W; 26°13"03,371""S/51°05"55,618""W; 26°13"10,811""S/51°06"05,459""W; 26°13"14,581""S/51°06"09,371""W; 26°13"14,581""S/51°06"03,025""W; 26°13"16,228""S/51°06"03,025""W; 26°13"16,228""S/51°06"04,827""W; 26°13"19,010""S/51°06"04,827""W; 26°13"18,990""S/51°06"04,768""W; 26°13"18,922""S/51°06"04,704""W; 26°13"15,741""S/51°06"01,348""W; 26°13"15,741""S/51°05"53,500""W; 26°13"34,252""S/51°05"53,500""W; 26°13"34,252""S/51°05"59,958""W; 26°13"26,870""S/51°06"01,461""W; 26°13"26,831""S/51°06"01,545""W; 26°13"24,420""S/51°06"01,545""W; 26°13"24,420""S/51°05"59,744""W; 26°13"21,170""S/51°05"59,744""W; 26°13"21,170""S/51°05"57,942""W; 26°13"19,546""S/51°05"57,942""W; 26°13"19,545""S/51°06"05,148""W; 26°13"21,167""S/51°06"05,148""W; 26°13"21,167""S/51°06"06,949""W; 26°13"24,416""S/51°06"06,949""W; 26°13"24,416""S/51°06"08,750""W; 26°13"34,252""S/51°06"08,751""W; 26°13"34,252""S/51°06"11,514""W; 26°13"01,749""S/51°06"11,513""W; 26°13"01,749""S/51°05"53,500""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°13"01,749""S e Long. 51°05"53,500""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 156,3m-SW 00°00"00""000; 1,2m-NW 75°44"07""756; 120,7m-NW 28°29"48""589; 356,5m-SW 50°01"32""404; 158,9m-SW 43°06"56""031; 176,2m-NE 90°00"00""000; 50,7m-SW 00°00"40""683; 50,0m-SW 90°00"00""000; 85,6m-SW 00°00"00""000; 1,7m-NE 69°47"29""154; 2,8m-NE 40°07"33""973; 135,1m-NE 43°34"43""834; 217,8m-NE 90°00"00""000; 569,7m-SW 00°00"00""000; 179,3m-SW 90°00"00""000; 231,0m-NW 10°23"59""264; 2,6m-NW 62°56"57""851; 74,2m-NE 00°00"00""000; 50,0m-NE 90°00"00""000; 100,0m-NE 00°00"00""000; 50,0m-NE 90°00"00""000; 50,0m-NE 00°00"00""000; 200,0m-SW 90°00"00""000; 49,9m-SW 00°00"00""000; 50,0m-SW 90°00"00""000; 100,0m-SW 00°00"00""000; 50,0m-SW 90°00"00""000; 302,7m-SW 00°00"06""814; 76,7m-SW 90°00"00""000; 1000,3m-NE 00°00"02""062; 500,0m-SE 89°59"55""875.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 298, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826336/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Excoletto Comércio de Areia Ltda. Me, concessão para lavrar Areia e Argila, nos Municípios de Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, Estado do Paraná, numa área de 49,95 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°38"23,992""S / 49°15"49,926""W; 25°38"23,992""S / 49°15"32,019""W; 25°38"56,488""S / 49°15"32,018""W; 25°38"56,488""S / 49°15"49,926""W; 25°38"23,992""S / 49°15"49,926""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3019,0m, no rumo verdadeiro de 03°26"59""242 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°36"46,064""S e Long. 49°15"56,438""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 499,5m-E;1000,0m-S;499,5m-W;1000,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 299, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826583/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à A.L.S. Comércio Atacadista de Produtos de Extração Mineral Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, numa área de 48,50 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°09"27,871""S/49°47"42,847""W; 25°09"45,745""S/49°47"42,847""W; 25°09"45,744""S/49°48"07,843""W; 25°09"53,868""S/49°48"07,843""W; 25°09"53,867""S/49°48"27,483""W; 25°09"42,493""S/49°48"27,482""W; 25°09"42,494""S/49°48"09,628""W; 25°09"37,619""S/49°48"09,627""W; 25°09"37,620""S/49°48"00,701""W; 25°09"34,370""S/49°48"00,700""W; 25°09"34,370""S/49°47"53,559""W; 25°09"27,870""S/49°47"53,559""W; 25°09"27,871""S/49°47"42,847""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 6836,0m, no rumo verdadeiro de 71°30"59""256 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°10"38,352""S e Long. 49°43"51,346""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 550,0m-S; 700,0m-W; 250,0m-S; 550,0m-W; 350,0m-N; 500,0m-E; 150,0m-N; 250,0m-E; 100,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 300,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 300, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48413.826916/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pedreira Lerroville Ltda. Me., concessão para lavrar Basalto, no Município de Londrina, Estado do Paraná, numa área de 13,14 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°39"14,595""S/51°05"19,597""W; 23°39"18,996""S/51°05"19,597""W; 23°39"18,996""S/51°05"15,010""W; 23°39"22,223""S/51°05"15,010""W; 23°39"22,223""S/51°05"11,852""W; 23°39"24,908""S/51°05"11,852""W; 23°39"24,908""S/51°05"09,256""W; 23°39"25,965""S/51°05"09,256""W; 23°39"25,965""S/51°05"02,252""W; 23°39"14,595""S/51°05"02,252""W; 23°39"14,595""S/51°05"19,597""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°39"14,595""S e Long. 51°05"19,597""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 135,4m-S; 130,0m-E; 99,3m-S; 89,5m-E; 82,6m-S; 73,6m-E; 32,5m-S; 198,5m-E; 349,8m-N; 491,6m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 301, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.832781/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à Britasul Indústria e Mineração Ltda., concessão para lavrar Gnaisse, no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°11"59,248""S/45°54"38,920""W; 22°11"59,248""S/45°54"45,903""W; 22°11"57,623""S/45°54"45,903""W; 22°11"57,623""S/45°54"47,648""W; 22°11"55,997""S/45°54"47,648""W; 22°11"55,997""S/45°54"51,139""W; 22°11"54,371""S/45°54"51,139""W; 22°11"54,371""S/45°54"52,885""W; 22°11"52,746""S/45°54"52,885""W; 22°11"52,746""S/45°54"54,630""W; 22°11"51,120""S/45°54"54,630""W; 22°11"51,120""S/45°54"56,376""W; 22°11"47,869""S/45°54"56,376""W; 22°11"47,869""S/45°54"58,121""W; 22°11"44,618""S/45°54"58,121""W; 22°11"44,618""S/45°54"59,867""W; 22°11"41,367""S/45°54"59,866""W; 22°11"41,367""S/45°55"01,612""W; 22°11"36,490""S/45°55"01,612""W; 22°11"36,490""S/45°55"05,103""W; 22°11"33,239""S/45°55"05,103""W; 22°11"33,239""S/45°55"06,848""W; 22°11"26,737""S/45°55"06,848""W; 22°11"26,737""S/45°55"13,830""W; 22°11"23,486""S/45°55"13,829""W; 22°11"23,487""S/45°54"49,393""W; 22°11"42,993""S/45°54"49,393""W; 22°11"42,993""S/45°54"38,920""W; 22°11"59,248""S/45°54"38,920""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°11"59,248""S e Long. 45°54"38,920""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 100,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 150,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 200,0m-N; 200,0m-W; 100,0m-N; 700,0m-E; 600,0m-S; 300,0m-E; 500,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 302, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48404.840502/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à MGL - Mineração Guararapes Ltda., concessão para lavrar Areia, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, numa área de 49,80 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°07"46,740""S/34°58"25,157""W; 08°07"46,740""S/34°58"27,957""W; 08°07"46,740""S/34°58"32,167""W; 08°07"48,060""S/34°58"32,167""W; 08°07"48,060""S/34°58"36,377""W; 08°07"49,520""S/34°58"36,377""W; 08°07"49,520""S/34°58"38,327""W; 08°07"50,830""S/34°58"38,327""W; 08°07"50,830""S/34°58"39,967""W; 08°07"51,840""S/34°58"39,967""W; 08°07"51,840""S/34°58"42,617""W; 08°07"53,000""S/34°58"42,617""W; 08°07"53,000""S/34°58"44,647""W; 08°07"53,770""S/34°58"44,647""W; 08°07"53,770""S/34°58"48,697""W; 08°07"55,470""S/34°58"48,697""W; 08°07"55,470""S/34°58"50,157""W; 08°08"01,491""S/34°58"50,157""W; 08°08"25,991""S/34°58"50,157""W; 08°08"25,991""S/34°58"47,157""W; 08°08"36,491""S/34°58"47,157""W; 08°08"36,491""S/34°58"43,657""W; 08°08"28,861""S/34°58"43,657""W; 08°08"28,861""S/34°58"35,490""W; 08°08"28,861""S/34°58"35,487""W; 08°08"35,371""S/34°58"35,487""W; 08°08"35,371""S/34°58"33,857""W; 08°08"41,881""S/34°58"33,857""W; 08°08"41,881""S/34°58"32,227""W; 08°08"41,881""S/34°58"32,224""W; 08°08"48,391""S/34°58"32,224""W; 08°08"48,391""S/34°58"30,407""W; 08°08"52,491""S/34°58"30,407""W; 08°08"52,491""S/34°58"28,907""W; 08°08"56,991""S/34°58"28,907""W; 08°08"56,991""S/34°58"25,907""W; 08°08"59,241""S/34°58"25,907""W; 08°08"59,241""S/34°58"23,157""W; 08°09"04,241""S/34°58"23,157""W; 08°09"04,241""S/34°58"24,657""W; 08°09"10,241""S/34°58"24,657""W; 08°09"10,241""S/34°58"22,407""W; 08°09"15,491""S/34°58"22,407""W; 08°09"15,491""S/34°58"20,157""W; 08°09"17,991""S/34°58"20,157""W; 08°09"17,991""S/34°58"23,657""W; 08°09"19,991""S/34°58"23,657""W; 08°09"19,991""S/34°58"26,907""W; 08°09"22,991""S/34°58"26,907""W; 08°09"22,991""S/34°58"31,157""W; 08°09"25,741""S/34°58"31,157""W; 08°09"25,741""S/34°58"35,157""W; 08°09"31,991""S/34°58"35,157""W; 08°09"31,991""S/34°58"32,657""W; 08°09"29,491""S/34°58"32,657""W; 08°09"29,491""S/34°58"27,907""W; 08°09"24,491""S/34°58"27,907""W; 08°09"24,491""S/34°58"22,407""W; 08°09"20,991""S/34°58"22,407""W; 08°09"20,991""S/34°58"18,907""W; 08°09"12,991""S/34°58"18,907""W; 08°09"12,991""S/34°58"20,407""W; 08°09"04,991""S/34°58"20,407""W; 08°09"04,991""S/34°58"19,407""W; 08°08"56,991""S/34°58"19,407""W; 08°08"56,991""S/34°58"23,157""W; 08°08"53,241""S/34°58"23,157""W; 08°08"53,241""S/34°58"25,157""W; 08°08"43,491""S/34°58"25,157""W; 08°08"43,491""S/34°58"31,407""W; 08°08"39,491""S/34°58"31,407""W; 08°08"39,491""S/34°58"33,157""W; 08°08"33,991""S/34°58"33,157""W; 08°08"33,991""S/34°58"34,657""W; 08°08"28,491""S/34°58"34,657""W; 08°08"28,491""S/34°58"40,407""W; 08°08"25,991""S/34°58"40,407""W; 08°08"25,991""S/34°58"42,657""W; 08°08"23,991""S/34°58"42,657""W; 08°08"23,991""S/34°58"44,157""W; 08°08"21,991""S/34°58"44,157""W; 08°08"21,991""S/34°58"46,657""W; 08°08"18,991""S/34°58"46,657""W; 08°08"18,991""S/34°58"47,657""W; 08°07"59,491""S/34°58"47,657""W; 08°07"59,491""S/34°58"42,907""W; 08°07"56,991""S/34°58"42,907""W; 08°07"56,991""S/34°58"34,657""W; 08°07"53,240""S/34°58"34,657""W; 08°07"53,240""S/34°58"29,907""W; 08°07"50,990""S/34°58"29,907""W; 08°07"50,990""S/34°58"25,157""W; 08°07"46,740""S/34°58"25,157""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°07"46,740""S e Long. 34°58"25,157""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 85,7m-W; 128,9m-W; 40,6m-S; 128,9m-W; 44,9m-S; 59,7m-W; 40,3m-S; 50,2m-W; 31,0m-S; 81,1m-W; 35,6m-S; 62,2m-W; 23,7m-S; 124,0m-W; 52,2m-S; 44,7m-W; 184,9m-S; 752,7m-S; 91,8m-E; 322,6m-S; 107,2m-E ;234,4m-N; 250,0m-E; 0,1m-E; 200,0m-S; 49,9m-E; 200,0m-S; 49,9m-E; 0,1m-E; 200,0m-S; 55,6m-E; 126,0m-S; 45,9m-E; 138,3m-S; 91,8m-E; 69,1m-S; 84,2m-E; 153,6m-S; 45,9m-W; 184,3m-S; 68,9m-E; 161,3m-S; 68,9m-E; 76,8m-S; 107,1m-W; 61,5m-S; 99,5m-W; 92,2m-S; 130,1m-W; 84,5m-S; 122,5m-W; 192,0m-S; 76,5m-E; 76,8m-N; 145,4m-E; 153,6m-N; 168,4m-E; 107,5m-N; 107,1m-E; 245,8m-N; 45,9m-W; 245,8m-N; 30,6m-E; 245,8m-N; 114,8m-W; 115,2m-N; 61,2m-W; 299,5m-N; 191,3m-W; 122,9m-N; 53,6m-W; 169,0m-N; 45,9m-W; 169,0m-N; 176,0m-W; 76,8m-N; 68,9m-W; 61,5m-N; 45,9m-W; 61,4m-N; 76,5m-W; 92,2m-N; 30,6m-W; 599,1m-N; 145,4m-E; 76,8m-N; 252,6m-E; 115,2m-N; 145,4m-E; 69,1m-N; 145,4m-E; 130,6m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 303, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48415.846079/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à Clariant S. A., concessão para lavrar Argila Bentonítica, no Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, numa área de 252,25 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°51"39,463""S/36°12"14,984""W; 06°51"48,462""S/36°12"14,984""W; 06°51"48,462""S/36°12"24,068""W; 06°52"23,622""S/36°12"24,068""W; 06°52"23,622""S/36°12"56,182""W; 06°52"48,247""S/36°12"56,182""W; 06°52"48,247""S/36°13"13,791""W; 06°51"39,463""S/36°13"13,791""W; 06°51"39,463""S/36°12"55,315""W; 06°51"49,271""S/36°12"55,315""W; 06°51"49,271""S/36°12"51,589""W; 06°51"49,261""S/36°12"51,588""W; 06°51"39,463""S/36°12"51,588""W; 06°51"39,463""S/36°12"14,984""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°51"39,463""S e Long. 36°12"14,984""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 276,5m-SW 00°00"00""000; 278,9m-SW 90°00"00""000; 1080,1m-SE 00°00"01""910; 986,0m-SW 89°59"57""908; 756,5m-SE 00°00"05""453; 540,6m-SW 89°59"56""185; 2113,0m-NW 00°00"07""809; 567,3m-NE 89°59"52""728; 301,3m-SE 00°00"06""846; 114,4m-NE 90°00"00""000; 0,3m-NE 01°47"23""678; 301,0m-NE 00°00"06""853; 1123,8m-NE 89°59"56""329.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 304, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48406.860435/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à Areal Moreira Ltda. Me, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Fazenda Nova e Moiporá, Estado de Goiás, numa área de 17,89 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°25"32,606""S/50°40"38,023""W; 16°25"27,341""S/50°40"38,023""W; 16°25"27,341""S/50°40"37,177""W; 16°25"25,079""S/50°40"37,177""W; 16°25"25,079""S/50°40"36,713""W; 16°25"15,222""S/50°40"36,713""W; 16°25"15,222""S/50°40"37,447""W; 16°25"13,551""S/50°40"37,447""W; 16°25"13,551""S/50°40"37,816""W; 16°24"58,787""S/50°40"37,816""W;

16°24"58,787""S/50°40"37,355""W; 16°24"58,042""S/50°40"37,009""W; 16°24"57,297""S/50°40"36,450""W; 16°24"56,459""S/50°40"35,815""W; 16°24"55,398""S/50°40"35,161""W; 16°24"54,485""S/50°40"34,719""W; 16°24"53,629""S/50°40"34,257""W; 16°24"52,742""S/50°40"33,685""W; 16°24"51,636""S/50°40"33,249""W; 16°24"47,900""S/50°40"32,841""W; 16°24"45,643""S/50°40"32,499""W; 16°24"44,134""S/50°40"31,982""W; 16°24"42,314""S/50°40"31,408""W; 16°24"41,738""S/50°40"30,427""W; 16°24"41,199""S/50°40"29,524""W; 16°24"40,455""S/50°40"28,563""W; 16°24"39,790""S/50°40"27,760""W; 16°24"39,064""S/50°40"27,232""W; 16°24"38,454""S/50°40"26,533""W; 16°24"37,563""S/50°40"26,107""W; 16°24"36,640""S/50°40"25,836""W; 16°24"33,133""S/50°40"26,299""W; 16°24"31,886""S/50°40"26,668""W; 16°24"30,680""S/50°40"27,274""W; 16°24"29,475""S/50°40"28,009""W; 16°24"28,436""S/50°40"29,175""W; 16°24"27,855""S/50°40"30,125""W; 16°24"27,233""S/50°40"33,533""W; 16°24"26,830""S/50°40"35,503""W; 16°24"26,335""S/50°40"37,494""W; 16°24"25,950""S/50°40"39,447""W; 16°24"25,584""S/50°40"45,209""W; 16°24"25,204""S/50°40"47,442""W; 16°24"24,850""S/50°40"53,225""W; 16°24"25,537""S/50°40"53,664""W; 16°24"27,874""S/50°40"54,014""W; 16°24"32,269""S/50°40"53,648""W; 16°24"33,149""S/50°40"53,219""W; 16°24"34,637""S/50°40"52,697""W; 16°24"36,771""S/50°40"52,169""W; 16°24"43,869""S/50°40"53,884""W; 16°24"40,609""S/50°40"54,378""W; 16°24"36,222""S/50°40"54,866""W; 16°24"22,049""S/50°40"47,230""W; 16°24"20,797""S/50°40"45,196""W; 16°24"23,314""S/50°40"43,141""W; 16°24"23,852""S/50°40"39,863""W; 16°24"24,288""S/50°40"38,290""W; 16°24"24,614""S/50°40"36,478""W; 16°24"24,960""S/50°40"33,736""W; 16°24"25,265""S/50°40"31,780""W; 16°24"25,679""S/50°40"29,858""W; 16°24"26,146""S/50°40"28,177""W; 16°24"26,754""S/50°40"26,863""W; 16°24"27,346""S/50°40"25,962""W; 16°24"28,161""S/50°40"25,439""W; 16°24"29,321""S/50°40"25,047""W; 16°24"30,397""S/50°40"24,484""W; 16°24"33,305""S/50°40"23,442""W; 16°24"39,343""S/50°40"25,256""W; 16°24"40,760""S/50°40"26,667""W; 16°24"41,570""S/50°40"27,948""W; 16°24"42,531""S/50°40"29,177""W; 16°24"43,568""S/50°40"30,106""W; 16°24"44,089""S/50°40"31,340""W; 16°24"46,151""S/50°40"31,845""W; 16°24"48,681""S/50°40"32,221""W; 16°24"50,893""S/50°40"32,634""W; 16°24"52,489""S/50°40"33,079""W; 16°24"53,933""S/50°40"33,559""W; 16°24"55,139""S/50°40"34,070""W; 16°24"55,911""S/50°40"34,582""W; 16°24"56,913""S/50°40"35,197""W; 16°24"58,147""S/50°40"35,855""W; 16°24"58,966""S/50°40"36,589""W; 16°25"00,094""S/50°40"37,408""W; 16°25"12,587""S/50°40"36,705""W; 16°25"13,499""S/50°40"36,256""W; 16°25"14,646""S/50°40"35,810""W; 16°25"16,542""S/50°40"35,105""W; 16°25"18,641""S/50°40"34,608""W; 16°25"26,814""S/50°40"35,349""W; 16°25"27,686""S/50°40"35,814""W; 16°25"28,371""S/50°40"36,131""W; 16°25"29,185""S/50°40"36,472""W; 16°25"30,175""S/50°40"36,662""W; 16°25"31,465""S/50°40"36,982""W; 16°25"32,606""S/50°40"38,023""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°25"32,606""S e Long. 50°40"38,023""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 161,9m-N; 25,1m-E; 69,5m-N; 13,8m-E; 303,0m-N; 21,8m-W; 51,4m-N; 11,0m-W; 453,8m-N; 13,7m-E; 22,9m-N; 10,3m-E; 22,9m-N; 16,6m-E; 25,8m-N; 18,8m-E; 32,6m-N; 19,4m-E; 28,1m-N; 13,1m-E; 26,3m-N; 13,7m-E; 27,3m-N; 17,0m-E; 34,0m-N; 12,9m-E; 114,9m-N; 12,1m-E; 69,4m-N; 10,2m-E; 46,4m-N; 15,3m-E; 56,0m-N; 17,0m-E; 17,7m-N; 29,1m-E; 16,6m-N; 26,8m-E; 22,9m-N; 28,5m-E; 20,5m-N; 23,8m-E; 22,3m-N; 15,7m-E; 18,8m-N; 20,7m-E; 27,4m-N; 12,6m-E; 28,4m-N; 8,0m-E; 107,8m-N; 13,7m-W; 38,3m-N; 10,9m-W; 37,1m-N; 18,0m-W; 37,0m-N; 21,8m-W; 31,9m-N; 34,6m-W; 17,9m-N; 28,2m-W; 19,1m-N; 101,1m-W; 12,4m-N; 58,5m-W; 15,2m-N; 59,1m-W; 11,8m-N; 58,0m-W; 11,3m-N; 171,0m-W; 11,7m-N; 66,3m-W; 10,9m-N; 171,6m-W; 21,1m-S; 13,0m-W; 71,8m-S; 10,4m-W; 135,1m-S; 10,9m-E; 27,1m-S; 12,7m-E; 45,7m-S; 15,5m-E; 65,6m-S; 15,7m-E; 218,2m-S; 50,9m-W; 100,2m-N; 14,7m-W; 134,9m-N; 14,5m-W; 435,7m-N; 226,6m-E; 38,5m-N; 60,4m-E; 77,4m-S; 61,0m-E; 16,5m-S; 97,3m-E; 13,4m-S; 46,7m-E; 10,0m-S; 53,8m-E; 10,6m-S; 81,4m-E; 9,4m-S; 58,0m-E; 12,7m-S; 57,0m-E; 14,4m-S; 49,9m-E; 18,7m-S; 39,0m-E; 18,2m-S; 26,7m-E; 25,1m-S; 15,5m-E; 35,7m-S; 11,6m-E; 33,1m-S; 16,7m-E; 89,4m-S; 30,9m-E; 185,6m-S; 53,8m-W; 43,6m-S; 41,9m-W; 24,9m-S; 38,0m-W; 29,5m-S; 36,5m-W; 31,9m-S; 27,6m-W; 16,0m-S; 36,6m-W; 63,4m-S; 15,0m-W; 77,8m-S; 11,2m-W; 68,0m-S; 12,3m-W; 49,1m-S; 13,2m-W; 44,4m-S; 14,2m-W; 37,1m-S; 15,2m-W; 23,7m-S; 15,2m-W; 30,8m-S; 18,3m-W; 37,9m-S; 19,5m-W; 25,2m-S; 21,8m-W; 34,7m-S; 24,3m-W; 384,0m-S; 20,9m-E; 28,0m-S; 13,3m-E; 35,3m-S; 13,2m-E; 58,3m-S; 20,9m-E; 64,5m-S; 14,8m-E; 251,2m-S; 22,0m-W; 26,8m-S; 13,8m-W; 21,1m-S; 9,4m-W; 25,0m-S; 10,1m-W; 30,4m-S; 5,6m-W; 39,7m-S; 9,5m-W; 35,1m-S; 30,9m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 305, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48406.861676/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Draga São Geraldo Ltda. Me, concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás, numa área de 49,57 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°42"30,828""S/49°44"50,608""W; 16°42"28,802""S/49°44"52,847""W; 16°42"28,465""S/49°44"55,703""W; 16°42"29,873""S/49°44"58,743""W; 16°42"31,649""S/49°45"00,868""W; 16°42"37,350""S/49°45"00,140""W; 16°42"39,012""S/49°44"59,425""W; 16°42"40,589""S/49°45"03,710""W; 16°42"46,857""S/49°45"05,490""W; 16°42"56,011""S/49°45"09,179""W; 16°42"56,667""S/49°45"09,933""W; 16°42"58,079""S/49°45"16,881""W; 16°43"03,231""S/49°45"14,659""W; 16°43"08,340""S/49°45"19,023""W; 16°43"09,849""S/49°45"20,217""W; 16°43"12,253""S/49°45"21,375""W; 16°43"15,466""S/49°45"22,140""W; 16°43"16,798""S/49°45"23,283""W; 16°43"18,322""S/49°45"24,104""W; 16°43"19,414""S/49°45"24,983""W; 16°43"21,479""S/49°45"26,674""W; 16°43"22,017""S/49°45"27,098""W; 16°43"22,875""S/49°45"27,659""W; 16°43"23,754""S/49°45"28,732""W; 16°43"24,949""S/49°45"29,890""W; 16°43"26,089""S/49°45"31,257""W; 16°43"26,876""S/49°45"31,809""W; 16°43"27,818""S/49°45"37,634""W; 16°43"35,194""S/49°45"36,805""W; 16°43"35,935""S/49°45"35,667""W; 16°43"37,499""S/49°45"37,089""W; 16°43"41,080""S/49°45"43,615""W; 16°43"46,793""S/49°45"54,947""W; 16°43"57,967""S/49°45"51,595""W; 16°43"51,021""S/49°45"45,866""W; 16°43"53,512""S/49°45"44,445""W; 16°43"52,047""S/49°45"38,992""W; 16°43"45,880""S/49°45"37,416""W; 16°43"42,937""S/49°45"34,118""W; 16°43"38,556""S/49°45"31,080""W; 16°43"34,115""S/49°45"34,623""W; 16°43"30,730""S/49°45"31,046""W; 16°43"30,126""S/49°45"28,759""W; 16°43"28,718""S/49°45"27,292""W; 16°43"26,872""S/49°45"26,066""W; 16°43"25,771""S/49°45"18,800""W; 16°43"21,206""S/49°45"20,838""W; 16°43"19,114""S/49°45"19,364""W; 16°43"16,807""S/49°45"18,381""W; 16°43"14,232""S/49°45"17,273""W; 16°43"12,390""S/49°45"14,572""W; 16°43"11,651""S/49°45"12,241""W; 16°43"10,098""S/49°45"10,683""W; 16°43"02,667""S/49°45"12,184""W; 16°43"00,298""S/49°45"07,638""W; 16°42"59,955""S/49°45"06,224""W; 16°42"58,279""S/49°45"04,612""W; 16°42"55,981""S/49°45"03,629""W; 16°42"55,324""S/49°45"02,616""W; 16°42"54,238""S/49°45"01,512""W; 16°42"52,024""S/49°44"57,805""W; 16°42"44,003""S/49°44"56,267""W; 16°42"40,962""S/49°44"57,077""W; 16°42"33,966""S/49°44"56,284""W; 16°42"32,660""S/49°44"53,401""W; 16°42"31,569""S/49°44"51,877""W; 16°42"30,828""S/49°44"50,608""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°42"30,828""S e Long. 49°44"50,608""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 62,3m-N; 66,3m-W; 10,4m-N; 84,6m-W; 43,3m-S; 90,0m-W; 54,6m-S; 63,0m-W; 175,3m-S; 21,6m-E; 51,1m-S; 21,2m-E; 48,5m-S; 126,9m-W; 192,7m-S; 52,7m-W; 281,4m-S; 109,3m-W; 20,2m-S; 22,3m-W; 43,4m-S; 205,8m-W; 158,4m-S; 65,8m-E; 157,1m-S; 129,3m-W; 46,4m-S; 35,4m-W; 73,9m-S; 34,3m-W; 98,8m-S; 22,7m-W; 41,0m-S; 33,9m-W; 46,9m-S; 24,3m-W; 33,6m-S; 26,0m-W; 63,5m-S; 50,1m-W; 16,5m-S; 12,6m-W; 26,4m-S; 16,6m-W; 27,0m-S; 31,8m-W; 36,7m-S; 34,3m-W; 35,1m-S; 40,5m-W; 24,2m-S; 16,4m-W; 29,0m-S; 172,6m-W; 226,8m-S; 24,6m-E; 22,8m-S; 33,7m-

E; 48,1m-S; 42,1m-W; 110,1m-S; 193,3m-W; 175,6m-S; 335,7m-W; 343,5m-S; 99,3m-E; 213,5m-N; 169,7m-E; 76,6m-S; 42,1m-E; 45,0m-N; 161,5m-E; 189,6m-N; 46,7m-E; 90,5m-N; 97,7m-E; 134,7m-N; 90,0m-E; 136,5m-N; 105,0m-W; 104,1m-N; 106,0m-E; 18,6m-N; 67,8m-E; 43,3m-N; 43,5m-E; 56,7m-N; 36,3m-E; 33,8m-N; 215,2m-E; 140,3m-N; 60,4m-W; 64,3m-N; 43,7m-E; 70,9m-N; 29,1m-E; 79,2m-N; 32,8m-E; 56,6m-N; 80,0m-E; 22,7m-N; 69,1m-E; 47,7m-N; 46,2m-E; 228,4m-N; 44,5m-W; 72,8m-N; 134,7m-E; 10,5m-N; 41,9m-E; 51,5m-N; 47,8m-E; 70,6m-N; 29,1m-E; 20,2m-N; 30,0m-E; 33,4m-N; 32,7m-E; 68,1m-N; 109,8m-E; 246,6m-N; 45,6m-E; 93,5m-N; 24,0m-W; 215,1m-N; 23,5m-E; 40,2m-N; 85,4m-E; 33,5m-N; 45,2m-E; 22,8m-N; 37,6m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 306, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48412.866809/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à Votorantim Cimentos S. A. concessão para lavrar Argila, no Município de Diamantino, Estado do Mato Grosso, numa área de 888,58 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°27"01,793""S/56°17"32,976""W; 14°26"01,324""S/56°17"32,976""W; 14°26"01,324""S/56°16"28,358""W; 14°25"50,324""S/56°16"28,358""W; 14°25"50,324""S/56°15"58,798""W; 14°25"39,924""S/56°15"58,798""W; 14°25"39,924""S/56°15"19,438""W; 14°27"19,225""S/56°15"19,438""W; 14°27"19,225""S/56°15"39,998""W; 14°27"34,325""S/56°15"39,998""W; 14°27"34,325""S/56°16"08,898""W; 14°26"46,325""S/56°16"08,898""W; 14°26"46,325""S/56°17"06,299""W; 14°27"01,793""S/56°17"06,299""W; 14°27"01,793""S/56°17"32,976""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°27'01,793""S e Long. 56°17'32,976""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1858,5m-N; 1935, 4m-E; 338,1m-N; 885, 4m-E; 319,6m-N; 1178,9m-E; 3051,9m-S; 615,8m-W; 464,1m-S; 865,6m-W; 1475, 3m-N; 1719, 3m-W; 475, 4m-S; 799,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 307, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48423.868096/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Santa Maria Ltda., concessão para lavrar Basalto, no Município de Itaporã, Estado do Mato Grosso do Sul, numa área de 49,46 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°06"18,720""S/54°45"50,573""W; 22°06"33,250""S/54°45"50,573""W; 22°06"33,250""S/54°45"54,641""W; 22°06"41,857""S/54°45"54,641""W; 22°06"41,857""S/54°46"00,141""W; 22°06"49,052""S/54°46"00,141""W; 22°06"49,052""S/54°46"16,641""W; 22°06"40,924""S/54°46"16,641""W; 22°06"40,924""S/54°46"13,152""W; 22°06"37,673""S/54°46"13,152""W; 22°06"37,673""S/54°46"09,663""W; 22°06"31,171""S/54°46"09,663""W; 22°06"31,171""S/54°46"07,919""W; 22°06"27,920""S/54°46"07,919""W; 22°06"27,920""S/54°46"04,430""W; 22°06"24,669""S/54°46"04,430""W; 22°06"24,669""S/54°46"16,462""W; 22°06"18,720""S/54°46"16,462""W; 22°06"18,720""S/54°45"50,573""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°06'18,720""S e Long. 54°45'50,573""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 446,9m-S; 116,6m-W; 264,7m-S; 157,6m-W; 221,3m-S; 472,9m-W; 250,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 200,0m-N; 50,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 344,9m-W; 183,0m-N; 742,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 308, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48420.896580/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à Dj Granitos Eireli Me, concessão para lavrar Gnaisse, no Município de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo, numa área de 81,21 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 18°38"52,053""S / 40°43"32,015""W; 18°38"52,053""S / 40°43"00,284""W; 18°38"55,304""S / 40°43"00,284""W; 18°38"55,304""S / 40°42"58,578""W; 18°38"56,930""S/40°42"58,578""W; 18°38"56,930""S/40°42"56,872""W; 18°38"58,556""S/40°42"56,872""W; 18°38"58,556""S/40°42"55,166""W; 18°39"00,182""S/40°42"55,166""W; 18°39"00,182""S/40°42"53,460""W; 18°39"01,808""S/40°42"53,460""W; 18°39"01,808""S/40°42"51,754""W; 18°39"05,060""S/40°42"51,754""W; 18°39"05,060""S/40°42"50,048""W; 18°39"10,426""S/40°42"50,048""W; 18°39"10,426""S/40°42"50,730""W; 18°39"10,751""S/40°42"50,730""W; 18°39"10,751""S/40°42"51,071""W; 18°39"11,076""S/40°42"51,071""W; 18°39"11,076""S/40°42"52,436""W; 18°39"11,401""S/40°42"52,436""W; 18°39"11,401""S/40°42"52,777""W; 18°39"11,726""S/40°42"52,777""W; 18°39"11,726""S/40°42"53,801""W; 18°39"12,376""S/40°42"53,801""W; 18°39"12,376""S/40°42"55,166""W; 18°39"13,026""S/40°42"55,166""W; 18°39"13,026""S/40°42"57,213""W; 18°39"13,351""S/40°42"57,213""W; 18°39"13,351""S/40°43"04,037""W; 18°39"13,676""S/40°43"04,037""W; 18°39"13,676""S/40°43"06,084""W; 18°39"14,001""S/40°43"06,084""W; 18°39"14,001""S/40°43"07,108""W; 18°39"14,326""S/40°43"07,108""W; 18°39"14,326""S/40°43"08,473""W; 18°39"14,651""S/40°43"08,473""W; 18°39"14,651""S/40°43"09,838""W; 18°39"14,976""S/40°43"09,838""W; 18°39"14,976""S/40°43"10,862""W; 18°39"15,626""S/40°43"10,862""W; 18°39"15,626""S/40°43"13,250""W; 18°39"15,951""S/40°43"13,250""W; 18°39"15,951""S/40°43"14,615""W; 18°39"16,276""S/40°43"14,615""W; 18°39"16,276""S/40°43"15,639""W; 18°39"16,926""S/40°43"15,639""W; 18°39"16,926""S/40°43"18,369""W; 18°39"17,576""S/40°43"18,369""W; 18°39"17,576""S/40°43"21,099""W; 18°39"18,226""S/40°43"21,099""W; 18°39"18,226""S/40°43"23,487""W; 18°39"18,551""S/40°43"23,487""W; 18°39"18,551""S/40°43"32,015""W; 18°38"52,053""S/40°43"32,015""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 18°38"52,053""S e Long. 40°43"32,015""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 930,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 165,0m-S; 20,0m-W; 10,0m-S; 10,0m-W; 10,0m-S; 40,0m-W; 10,0m-S; 10,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 20,0m-S; 40,0m-W; 20,0m-S; 60,0m-W; 10,0m-S; 200,0m-W; 10,0m-S; 60,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 10,0m-S; 40,0m-W; 10,0m-S; 40,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 20,0m-S; 70,0m-W; 10,0m-S; 40,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 20,0m-S; 80,0m-W; 20,0m-S; 80,0m-W; 20,0m-S; 70,0m-W; 10,0m-S; 249,9m-W; 814,7m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 311, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48410.800404/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à Milgran Indústria e Comércio de Granitos Ltda., concessão para lavrar Arenito, no Município de Cariré, Estado do Ceará, numa área de 286,36 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 03°51"57,257""S / 40°37"49,526""W; 03°51"57,257""S / 40°36"06,475""W; 03°52"11,162""S / 40°36"06,475""W; 03°52"11,162""S / 40°36"37,780""W; 03°52"33,307""S / 40°36"37,780""W; 03°52"33,307""S / 40°37"49,526""W; 03°51"57,257""S/40°37"49,526""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 03°51"57,257""S e Long. 40°37"49,526""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3179,3m-E;427,1m-S;965,8m-W;680,2m-S;2213,5m-W;1107,3m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 312, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.800569/1975, resolve:

Art. 1° Outorgar à Holcim (Brasil) S. A., concessão para lavrar Argila e Calcário, no Município de Prados, Estado de Minas Gerais, numa área de 4,84 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°11"04,312""S/44°04"05,324""W; 21°11"04,312""S/44°04"08,097""W; 21°10"54,915""S/44°04"08,097""W; 21°10"54,915""S/44°04"08,721""W; 21°10"53,614""S/44°04"08,721""W; 21°10"53,614""S/44°04"09,483""W; 21°10"52,639""S/44°04"09,483""W; 21°10"52,639""S/44°04"10,246""W; 21°10"51,013""S/44°04"10,246""W; 21°10"51,013""S/44°04"08,721""W; 21°10"50,363""S/44°04"08,721""W; 21°10"50,363""S/44°04"06,987""W; 21°10"49,713""S/44°04"06,987""W; 21°10"49,713""S/44°04"05,323""W; 21°10"49,062""S/44°04"05,323""W; 21°10"49,062""S/44°04"04,179""W; 21°11"04,312""S/44°04"05,324""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°11'04,312""S e Long. 44°04'05,324""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 80,0m-SW 90°00"00""000; 289,0m-NE 00°00"00""000; 18,0m-SW 90°00"00""000; 40,0m-NE 00°00"00""000; 22,0m-SW 90°00"00""000; 30,0m-NE 00°00"00""000; 22,0m-SW 90°00"00""000; 50,0m-NE 00°00"00""000; 44,0m-NE 90°00"00""000; 20,0m-NE 00°00"00""000; 50,0m-NE 90°00"00""000; 20,0m-NE 00°00"00""000; 48,0m-NE 90°00"00""000; 20,0m-NE 00°00"00""000; 33,0m-NE 90°00"00""000; 470,2m-SW 04°01"41""934.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 313, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27201.810414/1983, resolve:

Art. 1° Outorgar à Cia Aguas Termais Marcelino Ramos (Termasa), concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 41,76 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°30"15,844""S/51°53"59,644""W; 27°30"15,844""S/51°54"24,541""W; 27°29"52,876""S/51°54"24,541""W; 27°29"52,875""S/51°54"07,349""W; 27°29"53,779""S/51°54"07,186""W; 27°29"55,028""S/51°54"05,980""W; 27°29"59,233""S/51°54"04,952""W; 27°30"00,493""S/51°54"04,455""W; 27°30"01,751""S/51°54"03,957""W; 27°30"03,848""S/51°54"02,970""W; 27°30"05,328""S/51°54"03,179""W; 27°30"07,211""S/51°54"01,959""W; 27°30"11,198""S/51°54"00,463""W; 27°30"13,716""S/51°53"59,468""W; 27°30"15,844""S/51°53"59,644""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°30"15,844""S e Long. 51°53"59,644""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 683,4m-SW 89°59"50""945; 707,0m-NW 00°00"11""670; 471,9m-NE 89°59"46""887; 28,2m-SE 09°07"40""891; 50,7m-SE 40°43"56""440; 132,5m-SE 12°17"44""324; 41,1m-SE 19°21"37""496; 41,1m-SE 19°28"01""611; 70,0m-SE 22°45"16""666; 45,9m-SW 07°10"11""669; 66,9m-SE 30°01"53""557; 129,4m-SE 18°29"52""619; 82,2m-SE 19°24"57""810; 65,7m-SW 04°13"33""902.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 4382,73 h hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°28"22,294""S / 51°56"07,106""W; 27°28"22,294""S / 51°52"05,907""W; 27°31"57,369""S / 51°52"05,907""W; 27°31"57,369""S / 51°56"07,106""W; 27°28"22,294""S / 51°56"07,106""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um

polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°28"22,294""S e Long. 51°56"07,106""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 6620,2m-E; 6620,2m-S; 6620,2m-W; 6620,2m-N.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 314, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48404.840491/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Água Mineral Nossa Senhora Auxiliadora Ltda Epp, concessão para lavrar Água Mineral, nos Municípios de Paulista e Recife, Estado de Pernambuco, numa área de 49,21 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°58"12,371""S / 34°54"59,863""W; 07°57"49,589""S / 34°54"59,863""W; 07°57"49,589""S / 34°54"36,904""W; 07°58"12,371""S / 34°54"36,904""W; 07°58"12,371""S / 34°54"59,863""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°58"12,371""S e Long. 34°54"59,863""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 699,9m-N; 703,1m-E; 699,9m-S; 703,1m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 99,96 hectare, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°57"44,965""S / 34°54"31,206""W; 07°58"17,510""S / 34°54"31,206""W; 07°58"17,510""S / 34°55"03,853""W; 07°57"44,965""S / 34°55"03,853""W; 07°57"44,965""S / 34°54"31,206""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°57"44,965""S e Long. 34°54"31,206""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 999,8m-S; 999,8m-W; 999,8m-N; 999,8m-E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 315, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48406.860326/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Construtora Jad Ltda., concessão para lavrar Areia, nos Municípios de Cezarina, Edealina e Pontalina, Estado de Goiás, numa área de 17,39 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°18"06,557""S/49°38"53,578""W; 17°18"11,437""S/49°38"56,964""W; 17°18"11,925""S/49°38"58,319""W; 17°18"13,551""S/49°39"01,028""W; 17°18"15,178""S/49°39"02,382""W; 17°18"18,105""S/49°39"04,414""W; 17°18"19,081""S/49°39"06,446""W; 17°18"28,677""S/49°39"08,816""W; 17°18"30,303""S/49°39"09,493""W; 17°18"37,785""S/49°39"07,462""W; 17°18"38,435""S/49°39"04,076""W; 17°18"46,567""S/49°39"02,382""W; 17°18"48,194""S/49°38"59,673""W; 17°18"55,675""S/49°39"00,689""W; 17°18"54,049""S/49°39"01,028""W; 17°18"52,422""S/49°39"01,705""W; 17°18"51,121""S/49°39"02,044""W; 17°18"50,471""S/49°39"02,383""W; 17°18"49,820""S/49°39"03,398""W; 17°18"49,170""S/49°39"04,076""W; 17°18"48,519""S/49°39"04,753""W; 17°18"47,868""S/49°39"05,430""W; 17°18"47,218""S/49°39"06,107""W; 17°18"44,616""S/49°39"05,769""W; 17°18"41,363""S/49°39"06,107""W; 17°18"39,736""S/49°39"07,123""W; 17°18"39,086""S/49°39"07,801""W; 17°18"38,760""S/49°39"08,816""W; 17°18"38,273""S/49°39"10,171""W; 17°18"37,947""S/49°39"11,525""W; 17°18"37,622""S/49°39"12,541""W; 17°18"37,134""S/49°39"13,557""W; 17°18"36,809""S/49°39"14,234""W; 17°18"36,158""S/49°39"15,250""W; 17°18"35,507""S/49°39"15,928""W; 17°18"34,532""S/49°39"15,589""W; 17°18"32,255""S/49°39"14,912""W; 17°18"31,929""S/49°39"13,896""W; 17°18"31,279""S/49°39"12,203""W; 17°18"30,791""S/49°39"10,509""W; 17°18"29,165""S/49°39"11,017""W; 17°18"28,514""S/49°39"11,695""W; 17°18"28,189""S/49°39"12,033""W; 17°18"27,538""S/49°39"12,372""W; 17°18"26,888""S/49°39"13,049""W; 17°18"25,912""S/49°39"12,541""W; 17°18"25,261""S/49°39"12,202""W; 17°18"24,936""S/49°39"11,525""W; 17°18"24,448""S/49°39"10,171""W; 17°18"23,960""S/49°39"08,816""W; 17°18"23,472""S/49°39"07,123""W; 17°18"19,569""S/49°39"07,800""W; 17°18"19,244""S/49°39"08,477""W; 17°18"18,593""S/49°39"09,155""W; 17°18"17,942""S/49°39"09,832""W; 17°18"16,640""S/49°39"10,509""W; 17°18"15,664""S/49°39"10,848""W; 17°18"14,689""S/49°39"10,509""W; 17°18"14,038""S/49°39"08,139""W; 17°18"14,689""S/49°39"07,461""W; 17°18"15,014""S/49°39"06,784""W; 17°18"15,340""S/49°39"06,107""W; 17°18"15,666""S/49°39"04,414""W; 17°18"15,340""S/49°39"03,737""W; 17°18"13,388""S/49°39"03,059""W; 17°18"12,737""S/49°39"02,382""W; 17°18"09,484""S/49°39"01,705""W; 17°18"08,834""S/49°39"00,689""W; 17°18"08,183""S/49°39"00,350""W; 17°18"07,532""S/49°38"59,673""W; 17°18"07,207""S/49°38"57,980""W; 17°18"06,882""S/49°38"56,964""W; 17°18"06,557""S/49°38"53,578""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°18"06,557""S e Long. 49°38"53,578""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 150,0m-S; 100,0m-W; 15,0m-S; 40,0m-W; 50,0m-S; 80,0m-W; 50,0m-S; 40,0m-W; 90,0m-S; 60,0m-W; 30,0m-S; 60,0m-W; 295,0m-S; 70,0m-W; 50,0m-S; 20,0m-W; 230,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 100,0m-E; 250,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 80,0m-E; 230,0m-S; 30,0m-W; 50,0m-N; 10,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 40,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 80,0m-N; 10,0m-E; 100,0m-N; 10,0m-W; 50,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 10,0m-N; 30,0m-W; 15,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 30,0m-W; 15,0m-N; 30,0m-W; 10,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 30,0m-N; 10,0m-E; 70,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 30,0m-E; 20,0m-N; 50,0m-E; 15,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 15,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 30,0m-N; 15,0m-E; 20,0m-N; 10,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 15,0m-N; 40,0m-E; 15,0m-N; 40,0m-E; 15,0m-N; 50,0m-E; 120,0m-N; 20,0m-W; 10,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 40,0m-N; 20,0m-W; 30,0m-N; 10,0m-W; 30,0m-N; 10,0m-E; 20,0m-N; 70,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 50,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 60,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 100,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 30,0m-E; 20,0m-N; 10,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 50,0m-E; 10,0m-N; 30,0m-E; 10,0m-N; 100,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 316, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48420.896111/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Can Can Ltda., concessão para lavrar Granito, no Município de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°56"37,678""S / 41°00"47,350""W; 20°56"37,677""S / 41°01"15,039""W; 20°56"17,355""S / 41°01"15,038""W; 20°56"17,356""S / 41°00"47,350""W; 20°56"37,678""S / 41°00"47,350""W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1627,0m, no rumo verdadeiro de 07°58"59""501 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°57"30,068""S e Long. 41°00"39,528""W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-W; 625,0m-N; 800,0m-E; 625,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

(*)N.da Coejo: Republicadas por terem saído no DOU de 26-12-2017, Seção 1, páginas 963 a 971, com incorreção.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 395, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.005171-2017-77. Interessada: Guaíra Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.056.960/0001-92. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 2 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 23/2017-ANEEL, de 11 de agosto de 2017), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2017.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 527, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, I e II, da Constituição Federal, o art. 33, inciso II, Lei nº 13.502 de 1º de novembro de 2017, e ainda o art. 1º, II, do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 71000.046104/2017-65, resolve:

Art. 1º Definir fluxo de atendimento da Ação 2792 - distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional e instituir o Grupo Técnico, que tem como objetivo assessorar, monitorar e avaliar critérios e procedimentos referentes à distribuição de alimentos aos grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

§1º A ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (ADA) coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS objetiva a distribuição gratuita de alimentos de forma complementar a outras estratégias de fomento e acesso à alimentação, promovidas pelos órgãos responsáveis pelos públicos específicos atendidos pela ADA

§ 2º A gestão da ADA é realizada pelo MDS e conta com as informações e priorizações apresentadas pelos órgãos gestores dos grupos específicos, por meio de atividades de planejamento, acompanhamento da execução e monitoramento, realizadas de maneira conjunta.

§3º A operacionalização da ADA será realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB/MAPA com recursos do MDS, pela formalização de Termo de Execução Descentralizada, de acordo com os recursos disponíveis a partir dos limites orçamentários do MDS para a execução da Ação.

Art. 2°.A concessão das cestas de alimentos do MDS atenderá aos seguintes critérios:

I - demanda dos órgãos gestores parceiros responsáveis pelos grupos específicos, a partir de critérios próprios de priorização;

II - beneficiários inclusos no Cadastro Único para Programas Sociais, com exceção das populações indígenas;

III - priorização realizada a partir da avaliação de mapas de insegurança alimentar da SESAN e órgãos parceiros;

IV - recurso disponível na LOA.

Art 3º. Os órgãos gestores parceiros poderão apresentar a demanda de alimentos para grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional no período estabelecido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para avaliação e planejamento do atendimento.

§ 1º O órgão gestor parceiro demandante ficará responsável pela retirada e distribuição dos alimentos junto aos beneficiários da ADA em conformidade com cronograma de distribuição previamente definido, assim como pela prestação de contas ao Ministério do Desenvolvimento Social.

§ 2º Os órgãos parceiros deverão apresentar, ao final de cada ano, a Relação de Beneficiários atendidos por município, estado, comunidade ou aldeia, Superintendência, Número de Identificação Social (NIS) ou número de Cadastro de Pessoa Física (CPF), conforme formulário padrão disponibilizado pelo MDS.

§ 3º A apresentação das informações de que trata o § 2º é condição para apresentação de nova demanda.

Art. 4º A concessão do benefício dos alimentos tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 6º O Grupo Técnico criado por meio do Acordo de Cooperação nº 01/2010 será composto por representantes da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que o coordenará, além de representantes convidados dos órgãos parceiros que demandem a distribuição de cestas de alimentos a seus grupos específicos, quais sejam:

I - Companhia Nacional de Abastecimento;

II - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

III - Fundação Nacional do Índio;

IV - Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; e

V - Fundação Cultural Palmares.

§1º O Grupo Técnico objetiva assessorar, monitorar e avaliar critérios e procedimentos referentes à distribuição de alimentos aos grupos populacionais tradicionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

§ 2º Os representantes do Grupo Técnico serão indicados mediante ofício dos órgãos parceiros, após convite enviado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

§3º A participação no Grupo Técnico não ensejará remuneração e será considerado serviço público relevante.

§4º O Grupo Técnico terá reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme convocação de seu coordenador ou demanda dos parceiros.

Art. 7º A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional poderá expedir os atos complementares necessários a execução das ações desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9° Fica revogada a Portaria MDS n° 1, de 02 de janeiro de 2013.

OSMAR GASPARINI TERRA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.151, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/10/2017, 08/11/2017 e 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/10/2017, 08/11/2017 e 06/12/2017, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003030/2015-45
Proponente: Associação Brasileira Kosmo´s de Artes Marciais
Título: Medalha de Ouro
Registro: 02MG017762007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.933.821/0001-20
Cidade: Araxá UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.033.441.83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4070 DV: 3
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14599-8
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.010195/2016-51
Proponente: Associação Brasileira Kosmo´s de Artes Marciais
Título: Taekwondo Arte de Vencer
Registro: 02MG017762007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.933.821/0001-20
Cidade: Araxá UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.772.895,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59148-3
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58701.003940/2015-28
Proponente: IBS - Instituto Buzzo Sports
Título: Strong Hand
Registro: 02SP140482014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 17.804.217/0001-57
Cidade: São José dos Campos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 264.680,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0175 DV: 9
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 92990-5
Período de Captação até: 18/12/2018

4 - Processo: 58000.011065/2016-36
Proponente: Instituto Reagir de Paradesporto
Título: Equipe Reagir de Voleibol Sentado
Registro: 02PR146082015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.472.800/0001-08
Cidade: Pinhais UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 405.540,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2456 DV: 2
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65792-1
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003650/2015-84
Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: Equipe Ricardo Acioly de Tênis - Ano III
Valor autorizado para captação: R$ 1.679.007,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40533-7
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.011019/2016-37
Proponente: Belém Novo Golf Clube
Título: Alta Performance
Valor autorizado para captação: R$ 654.828,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4359 DV: 1
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18079-3
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58701.002243/2015-50
Proponente: Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé
Título: Complexo Esportivo Santa Fé - Fase II
Valor autorizado para captação: R$ 1.105.615,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4643 DV: 4
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9582-6
Período de Captação até: 31/12/2018

4 - Processo: 58701.009849/2013-54
Proponente: Instituto Valore de Esportes Saúde Educação e Cultura
Título: Circuito de Corrida e Caminhada 2014 - 2ª Etapa
Valor autorizado para captação: R$ 165.610,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8192-2
Período de Captação até: 31/12/2018

5 - Processo: 58701.011489/2013-51
Proponente: Liga Caxiense de Boxe e Kickboxing
Título: Despertando Futuros Campeões
Valor autorizado para captação: R$ 381.497,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 116550-X
Período de Captação até: 31/12/2018

6 - Processo: 58000.010667/2016-76
Proponente: Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867
Título: Tênis SOGIPA II
Valor autorizado para captação: R$ 189.010,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3876 DV: 8
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25977-2
Período de Captação até: 31/12/2018

7 - Processo: 58701.002855/2014-61
Proponente: S. C. - Nova Esperança Esporte Clube
Título: Jonas Eduardo Américo - Edu Driblador
Valor autorizado para captação: R$ 4.714.070,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0509 DV: 6
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33532-0
Período de Captação até: 31/12/2018

8 - Processo: 58701.003482/2015-27
Proponente: Urece Esporte e Cultura
Título: Goalball Rio de Janeiro
Valor autorizado para captação: R$ 441.928,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2975 DV: 0
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32723-9
Período de Captação até: 31/12/2018

9 - Processo: 58701.002765/2015-51
Proponente: Veleiros do Sul Associação Náutica Desportiva
Título: Competições Vela Olímpica Veleiros do Sul
Valor autorizado para captação: R$ 476.040,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2822 DV: 3
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33007-8
Período de Captação até: 31/12/2018

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.103022/2017-67

No Diário Oficial da União nº 196, de 11 de outubro de 2017, na Seção 1, página 105 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.116/2017, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 8.316.246,26, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 06 de dezembro de 2017, no valor de R$ 8.460.824,18.

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 14, de 19 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas de 110 a 114, do Edital nº 01/2017 - Seleções do Futuro, onde se lê:

Número da proposta	Proponente	Estado
092078/2017	PM TRIUNFO	RS
091828/2017	PM MARAVILHA	SC
088409/2017	PM IRATI	SC

Leia-se:

Número da proposta	Proponente	Estado
092078/2017	PM TRIUNFO	PB
091828/2017	PM MARAVILHA	AL
089801/2017	PM IRATI	SC

Acrescenta-se:

Número da proposta	Proponente	Estado
092218/2017	PM JAGUAQUARA	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 483, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2016, e o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 02000.000884/2017-84, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, na forma dos Anexos I a XI a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:

I a Portaria nº 252, de 9 de julho de 1999;
II a Portaria nº 255, de 9 de julho de 1999;
III a Portaria nº 256, de 9 de julho de 1999;
IV- a Portaria nº 257, de 9 de julho de 1999;
V a Portaria nº 331, de 24 de novembro de 2006;
VI a Portaria nº 340, de 6 de dezembro de 2006;
VII a Portaria nº 347, de 6 de dezembro de 2006;
VIII a Portaria nº 358, de 18 de dezembro de 2006;
IX a Portaria nº 362, de 26 de dezembro de 2006; e
X a Portaria nº 32, de 24 de fevereiro de 2017.

SARNEY FILHO

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo, despacho e controle de seu expediente;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de competência do Ministério; e

IV - assistir o Ministro de Estado no desempenho de suas funções como membro de órgãos colegiados de deliberação superior.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

I - Coordenação-Geral de Apoio Administrativo CGAA:
a) Divisão de Apoio Administrativo DIAA;
II -Ouvidoria OUVID;
III - Assessoria Parlamentar ASPAR; e
IV - Assessoria de Comunicação Social ASCOM.

Art. 3º O GM será dirigido por Chefe de Gabinete; a Ouvidoria por Ouvidor; as Assessorias, por Chefe de Assessoria; a Coordenação-Geral, por Coordenador-Geral; e a Divisão por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Apoio Administrativo compete:

I assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo de sua pauta de despachos;

II coordenar, orientar e supervisionar o registro, a tramitação e a guarda de documentos oficiais submetidos ao Ministro de Estado;

III coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais a serem subscritos pelo Chefe de Gabinete e pelo Ministro de Estado;

IV orientar e acompanhar a publicação no Diário Oficial da União de atos subscritos pelo Ministro de Estado e pelas demais autoridades do Ministério;

V coordenar e supervisionar a execução das atividades de apoio administrativo e gestão de pessoal do GM;

VI coordenar e supervisionar a execução das atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GM;

VII coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do GM;

VIII planejar, promover e intensificar programas de desenvolvimento de pessoal, no âmbito do Gabinete, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e

IX adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos ao GM.

Art. 6º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I acompanhar a execução das atividades de:

a) cadastro, tramitação, expedição e arquivamento de documentos oficiais remetidos ao GM; e

b) redação, formatação e revisão de documentos oficiais a serem subscritos pelas autoridades do GM;

II executar atividades de controle e gestão de pessoal;

III executar a publicação no Diário Oficial da União de atos subscritos pelo Ministro de Estado e pelas demais autoridades do Ministério;

IV prestar apoio logístico ao funcionamento do GM;

V requisitar, controlar e distribuir material de consumo no âmbito do GM; e

VI controlar a numeração e manter arquivo atualizado dos atos assinados pelas autoridades do GM.

Art. 7º À Ouvidoria compete:

I - receber, examinar e encaminhar às unidades competentes integrantes da estrutura do Ministério as reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitações de informações dos servidores do Ministério e dos cidadãos, a respeito da atuação do órgão;

II realizar a mediação administrativa com as unidades integrantes da estrutura do Ministério, para correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos, e sua conclusão dentro do prazo estabelecido, para resposta ao demandante;

III cobrar respostas das unidades integrantes da estrutura do Ministério a respeito das demandas a elas encaminhadas e levar ao conhecimento da alta direção os eventuais descumprimentos;

IV oferecer informações gerenciais e propostas de melhoria e inovação em processos e procedimentos institucionais, produzindo, quando julgar oportuno, relatórios com dados gerenciais, indicadores, estatísticas e análises técnicas sobre o desempenho do Ministério apresentando-os ao Chefe de Gabinete do Ministro;

V diagnosticar tensões e conflitos sociais e apoiar o Ministério na articulação com os órgãos e agentes externos com vistas à sua resolução, na defesa do interesse público;

VI assessorar a alta direção nos assuntos relacionados com as atividades da Ouvidoria; e

VII exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 8º À Assessoria Parlamentar compete:

I assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério em representações políticas e legislativas no Congresso Nacional;

II recepcionar e prestar esclarecimentos aos parlamentares e demais esferas de governo e entidades de classe sobre matérias de competência do Ministério;

III planejar e coordenar, de acordo com os interesses do Ministério e das entidades a ele vinculadas, ações relacionadas ao acompanhamento das atividades parlamentares, ao processo legislativo e à conjuntura política no Congresso Nacional;

IV atuar com as lideranças do governo no Congresso Nacional e com a Secretaria de Governo da Presidência da República, nas matérias de interesse do governo federal na área ambiental;

V atender às necessidades de informação do Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional;

VI acompanhar e assistir as autoridades do Ministério quando de audiências públicas, reuniões e demais ações e em suas visitas ao Congresso Nacional;

VII definir e implementar sistema de acompanhamento das fases das matérias em tramitação no Congresso Nacional, de interesse do Ministério e das entidades a ele vinculadas, com vistas a subsidiar as providências requeridas pelo assunto;

VIII zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional, no sentido de, a partir das informações prestadas pelas unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza;

IX acompanhar reuniões realizadas nas comissões permanentes, mistas e especiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com destaque para as comissões relacionadas a temas ligados ao meio ambiente, e das sessões de Plenário e do Congresso Nacional;

X encaminhar à unidade competente do Ministério solicitações, interpelações, Indicações e Requerimentos de Informação do Legislativo, no prazo máximo de quarenta e oito horas, para atendimento ao Gabinete do Ministro;

XI acompanhar o cumprimento dos prazos de resposta pelas unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas;

XII encaminhar ao Gabinete do Ministro manifestação das unidades integrantes da estrutura do Ministério em resposta a Requerimentos de Informação, acompanhada de Nota Técnica, com a antecedência mínima de cinco dias do prazo final para atendimento; e

XIII interagir com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, com foco nos objetivos gerais e na uniformidade das ações de governo sobre matérias legislativas.

Art. 9º À Assessoria de Comunicação Social compete:

I planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério no âmbito das ações de comunicação social;

III - assegurar o atendimento aos preceitos de transparência administrativa e de prestação de contas à sociedade nas ações de comunicação social do Ministério;

IV acompanhar e orientar a contratação de serviços de comunicação realizados no âmbito do Ministério;

V promover a comunicação integrada de acordo com suas áreas de atuação: jornalismo, digital, comunicação interna, criação e de relações públicas;

VI - disponibilizar o clipping diário das notícias de interesse do Ministério e das entidades a ele vinculadas divulgadas nos veículos de comunicação do país;

VII - atender demandas de imprensa e dar encaminhamento para que suas solicitações sejam respondidas pelo Ministério;

VIII - produzir e veicular nos canais de comunicação do Ministério conteúdos informativos de interesse público sobre as atividades realizadas;

IX - divulgar ações, projetos, programas, dados e políticas públicas do Ministério para os veículos de comunicação do Brasil e do exterior;

X - acompanhar ações de Comunicação e avaliar resultados;

XI - gerenciar os sítios eletrônicos do Ministério, no que tange à definição da arquitetura da informação e à adequação do conteúdo, do padrão visual e da navegação definidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

XII - gerenciar as redes sociais do Ministério, englobando o planejamento, a produção de conteúdo, o relacionamento com os seguidores, e o monitoramento das páginas, além da cobertura de eventos em tempo real;

XIII - formular, coordenar, planejar e executar todas atividades de comunicação voltadas para o público interno do Ministério;

XIV - coordenar os canais de comunicação interna, promovendo a interação entre o Ministério e seus servidores e colaboradores;

XV - realizar a gestão e a atualização das notícias da intranet;

XVI - propor e executar campanhas institucionais voltadas para o público interno;

XVII - atuar como suporte de comunicação a todas as áreas do Ministério no que tange às ações voltadas para o público interno;

XVIII - planejar, criar, produzir e avaliar materiais gráficos impressos e digitais relacionados à publicidade e à comunicação institucional;

XIX - planejar, coordenar e executar as atividades de publicidade institucional e de utilidade pública do Ministério;

XX - propor ações publicitárias de interesse do Ministério;

XXI - propor estratégias e supervisionar a divulgação das ações e programas do Ministério;

XXII monitorar a correta aplicação da identidade visual MMA/Governo Federal em todos os materiais impressos e virtuais produzidos pelo Ministério e/ou por parceiros;

XXIII - orientar, planejar e coordenar eventos e campanhas realizados no âmbito do Ministério ou em parceria com as entidades vinculadas ou outros órgãos do governo federal;

XXIV orientar e apoiar as atividades de cerimonial e protocolo em eventos realizados pelo Gabinete do Ministro, bem como os demais eventos do Ministério, zelando pela observância das normas do Cerimonial Público;

XXV - elaborar e manter atualizada a lista de autoridades do Ministério; e

XXVI - orientar e elaborar textos de convites para eventos realizados pelo Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 10. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe:

I assistir o Ministro de Estado nos assuntos de sua competência;

II coordenar as atividades de representação do Ministro de Estado nos órgãos colegiados de deliberação superior;

III representar o Ministro de Estado, quando designado;

IV deliberar sobre o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos à consideração do Ministro de Estado;

V coordenar a pauta de trabalho do Ministro de Estado e prestar assistência em seus despachos;

VI processar solicitações de audiência, convites e o registro de compromissos na agenda do Ministro de Estado;

VII gerenciar a inserção e o recebimento de propostas de atos que tramitem pelo Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal SIDOF e pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI-Atos;

VIII gerenciar o acompanhamento, junto à Casa Civil da Presidência da República e demais órgãos da Administração Pública Federal, a tramitação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Decretos de iniciativa ou interesse do Ministério;

IX planejar, coordenar e orientar a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura do Gabinete do Ministro; e

X exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Ministro de Estado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 11. Ao Ouvidor incumbe:

I promover, de forma permanente, a articulação e a integração com as unidades integrantes da estrutura do Ministério, levando ao seu conhecimento as demandas recebidas acerca dos serviços e atividades por elas desempenhados;

II representar a Ouvidoria diante das demais unidades integrantes da estrutura do Ministério, das entidades a ele vinculadas, dos demais órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dos demais Poderes e perante a sociedade nos assuntos relativos à área de atuação de Ouvidorias;

III propor a adoção de providências de correção de rumos ou o aperfeiçoamento em processos do Ministério, a partir de insumos contidos nas demandas recebidas pela Ouvidoria;

IV atuar com imparcialidade e transparência; e

V sugerir a adoção de medidas visando ao aperfeiçoamento e ao bom funcionamento do Ministério.

Art. 12. Aos Chefes da Assessoria Parlamentar e da Assessoria de Comunicação Social incumbe:

I planejar e coordenar a execução das atividades a cargo das respectivas Assessorias;

II assessorar o Ministro de Estado nos assuntos afetos às suas respectivas áreas de competência;

III encaminhar ao Chefe de Gabinete os assuntos de suas respectivas unidades, dependentes de decisão superior;

IV apresentar ao superior imediato, periodicamente, relatório das atividades desenvolvidas pelas respectivas Assessorias;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável; e

VI praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou que lhes tiverem sido delegados pelo Ministro de Estado.

Art. 13. Ao Coordenador-Geral de Apoio Administrativo incumbe:

I gerir, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades a cargo da respectiva unidade;

II assistir o superior imediato nos assuntos de sua competência;

III apresentar ao superior imediato planos, projetos e relatórios pertinentes à sua área de atuação;

IV pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos, pertinentes à sua área de atuação; e

V praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou que lhe tiverem sido delegados.

Art. 14. Ao Chefe da Divisão de Apoio Administrativo incumbe:

I coordenar, acompanhar e controlar o desenvolvimento das atividades de sua unidade;

II atender ao superior imediato nos assuntos pertinentes à sua esfera de decisão;

III propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhos; e

IV exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas.

Art. 15. Aos Assessores Especiais do Ministro incumbe:

I assistir o Ministro de Estado no desempenho de suas funções institucionais;

II acompanhar a prática de atos no âmbito do Ministério que impliquem ações ou decisões do Ministro de Estado, respeitadas as competências das autoridades constituídas;

III assessorar o Ministro de Estado na realização de trabalhos específicos de interesse do Ministério;

IV representar o Ministro de Estado em reuniões interministeriais e em grupos de trabalho que tratem de políticas e projetos públicos estratégicos, quando assim designados pelo Ministro de Estado;

V compor os discursos e pronunciamentos oficiais do Ministro de Estado; e

VI exercer outras atribuições que lhes forem designadas ou delegadas pelo Ministro de Estado, podendo, para tanto, requisitar informações, documentos e providências às demais unidades integrantes da estrutura do Ministério.

Art. 16. Aos Assessores, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assistir os superiores imediatos nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem designadas ou delegadas por seu superior imediato.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O Chefe de Gabinete poderá expedir instruções complementares a este Regimento Interno, fixando orientações operacionais para a execução dos serviços afetos ao Gabinete do Ministro.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:

I - assistir o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

II - assistir o Ministro de Estado na supervisão, na coordenação, no monitoramento e na avaliação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e na supervisão das entidades a ele vinculadas;

III - supervisionar, coordenar e consolidar a elaboração de diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos aos planos anuais e plurianuais do Ministério;

IV - supervisionar, acompanhar e avaliar os planos, os programas e as ações do Ministério;

V - coordenar o processo de elaboração, implementação, monitoramento e revisão do planejamento estratégico do Ministério;

VI - coordenar o processo de captação de recursos de fontes internacionais;

VII - supervisionar e coordenar os programas com financiamentos de organismos internacionais, a implementação dos acordos internacionais e a execução dos convênios e dos projetos de cooperação técnica nacional e internacional;

VIII - supervisionar a elaboração e acompanhar o cumprimento das metas previstas nos contratos de gestão firmados com o Ministério;

IX - supervisionar, coordenar e apoiar as atividades do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA;

X - gerir o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - Sinima;

XI - coordenar o desenvolvimento e o acompanhamento de indicadores ambientais no âmbito do Ministério;

XII - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do CONAMA e do CONAMAZ, de maneira a prestar-lhes apoio técnico-operacional;

XIII - apoiar os demais setores do Ministério do Meio Ambiente na articulação e na integração intra e intergovernamental de ações direcionadas à implementação das políticas públicas de meio ambiente e dos recursos hídricos; e

XIV - coordenar e acompanhar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 na área de competência do Ministério do Meio Ambiente.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Gestão de Documentos de Arquivo, por meio do Departamento de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva - SECEX tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete GAB/SECEX:

a) Coordenação Administrativa COAD.

II. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA:

a) Coordenação de Apoio Administrativo COAP;

b) Coordenação-Geral de Gestão Administrativa CGGA:

1. Divisão de Apoio Administrativo DIVAD; e

2. Coordenação de Administração Predial CODAP:

2.1. Divisão de Serviços Gerais DISEG; e

2.2. Serviço de Patrimônio e Almoxarifado SERPA.

3. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira CEOFI:

3.1. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira DIEFI.

c) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas CGGP:

1. Seção de Competências e Comportamento Organizacional SECOMP;

2. Coordenação de Administração de Pessoal COAPE:

2.1. Divisão de Pagamento e Benefícios DIPAB; e

2.2. Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal DICAL.

3. Coordenação de Desenvolvimento e Legislação de Pessoal CODEL:

3.1. Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento DICAD; e

3.2. Divisão de Legislação de Pessoal DILEP.

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação CGTI:

1. Coordenação de Serviços e Infraestrutura de TI CSITI:

1.1. Divisão de Infraestrutura DINFR.

2. Coordenação de Sistemas e Portais CSISP:

2.1. Divisão de Sistemas e Portais DISISP.

e) Coordenação-Geral de Compras e Contratos CGCC:

1. Coordenação de Licitações COLIC:

1.1. Coordenação de Administração de Contratos COAC.

f) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças CGOF:

1. Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira CPROF:

1.1. Divisão de Programação Orçamentária DIPROR; e

1.2. Divisão de Programação Financeira DIPROF.

2. Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas Especial CCONT:

2.1. Divisão de Acompanhamento de Transferências Voluntárias e Tomadas de Contas Especiais DIATT.

II - Departamento de Gestão Estratégica DGE:

a) Coordenação de Modernização Institucional CMI;

b) Coordenação-Geral de Planejamento Institucional CGPI; e

c) Coordenação-Geral de Gestão de Informações sobre Meio Ambiente CGGI;

III - Departamento de Recursos Externos DRE:

a) Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral CGPM; e

b) Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Bilateral CGPB;

IV - Departamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente DFNMA:

a) Coordenação-Geral de Fomento CGFO;

V - Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente DCONAMA.

Art. 3º A SECEX será dirigida por Secretário-Executivo; a SPOA por Subsecretário; os Departamentos por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; o Gabinete, as Divisões, o Serviço e a Seção por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria-Executiva compete:

I assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

II assessorar o Secretário-Executivo em sua pauta de trabalho e coordenar a agenda de compromissos diários;

III - promover articulações entre os órgãos supervisionados pela SECEX e demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades vinculadas, sempre que necessário;

IV orientar e monitorar a execução das atividades de apoio técnico e prestar apoio administrativo ao Secretário-Executivo; e

V - promover o preparo de expedientes para despacho, examinar e revisar os documentos e atos administrativos a serem submetidos ao Secretário-Executivo.

Art. 6º À Coordenação Administrativa compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete da SECEX;

II - proceder ao registro, à tramitação e guarda de documentos oficiais;

III receber, registrar e controlar a entrada e saída de correspondências, documentos e processos na SECEX;

IV proceder à instrução de processos administrativos e executar as atividades de redação, revisão e expedição de correspondências, atos e demais documentos oficiais a serem subscritos no âmbito do Gabinete da SECEX;

V - controlar a numeração e manter arquivo atualizado de atos oficiais assinados pelas autoridades do Gabinete da Secretaria-Executiva;

VI - manter o controle dos bens patrimoniais, bem como adotar as providências necessárias a sua manutenção;

VII - requisitar, controlar e distribuir o material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento das atividades do Gabinete da SECEX;

VIII - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, apoio logístico e de manutenção de instalações e de equipamentos, voltadas ao atendimento das necessidades do gabinete da SECEX;

IX - elaborar relatórios de frequência e de programação de férias e executar as demais atividades relacionadas à administração dos recursos humanos lotados ou em exercício do Gabinete da SECEX, segundo orientações da CGGP;

X operacionalizar os sistemas administrativos relacionados às atividades do Gabinete;

XI providenciar e monitorar as atividades de publicação oficial, divulgação e acompanhamento dos atos emitidos pela SECEX;

XII - analisar os processos de concessão de diárias e passagens que serão submetidos para aprovação do Secretário-Executivo;

XIII cadastrar, inserir as informações e encaminhar para a reserva de passagem a proposta de concessão de viagem nacional e internacional, bem como inserir e finalizar a prestação de contas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, no âmbito do Gabinete da SECEX; e

XIV monitorar o cumprimento dos prazos das demandas recepcionadas pela SECEX.

Art. 7º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal e de Gestão de Documentos de Arquivo, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação dos Sistemas referidos no inciso I com os respectivos órgãos centrais e informar e orientar os órgãos do Ministério sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - coordenar e acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas das atividades de sua área de competência, seus orçamentos e suas alterações, e submetê-los à decisão superior;

IV - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

V - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos do Ministério;

VII - desenvolver e implementar sistemas de informações necessários às ações do Ministério;

VIII - planejar e definir padrões, diretrizes e procedimentos relacionados com a administração dos recursos de informação e com a contratação de bens e serviços de informática, no âmbito dos órgãos e das entidades do Ministério; e

IX - implementar tecnologias de informações gerenciais.

Art. 8º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I executar atividades de protocolo, tramitação e arquivamento de processos e documentos submetidos ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração;

II orientar, providenciar e acompanhar a publicação de atos do Secretário-Executivo e demais autoridades do Ministério e das entidades a ele vinculadas no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço;

III executar atividades de redação, revisão e expedição de correspondências, atos e demais documentos no âmbito do Gabinete da SPOA;

IV inserir as propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais submetidas pelo Chefe de Gabinete do Ministro no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e dar baixa na correspondente prestação de contas;

V fazer cotação de preços, indicar reserva, solicitar e autorizar a emissão de bilhete de passagem, por meio da agência de viagem ou diretamente das companhias aéreas credenciadas, no âmbito do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva;

VI fazer gestão e acompanhar os procedimentos necessários à implantação e operação do SCDP, bem como pela interação com a Gestão Central do SCDP;

VII orientar os demais servidores do órgão e os usuários do SCDP no processo de concessão de diárias e passagens, na aplicação da legislação pertinente e na boa articulação entre os usuários envolvidos;

VIII adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos;

IX prestar apoio logístico ao funcionamento da SPOA;

X requisitar, controlar e distribuir material de consumo solicitado pelas unidades integrantes da estrutura do Gabinete da SPOA;

XI - manter controle dos bens patrimoniais no âmbito da SPOA, bem como adotar as providências necessárias a sua manutenção; e

XII controlar, manter arquivo atualizado e digitalizar os atos assinados pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 9>d -H/10<o À Coordenação-Geral de Gestão Administrativa compete:

I planejar, coordenar e acompanhar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas federais de serviços gerais e de gestão de documentos de arquivo, e as atividades de administração predial e de gestão da execução orçamentária e financeira;

II apoiar e orientar as unidades demandantes no que se refere aos procedimentos e formalidades pertinentes aos processos de contratação;

III aprovar projeto básico e termo de referência, no âmbito de sua área de atuação; e

IV elaborar rotinas e procedimentos relativos às áreas de atuação da CGGA.

Art. 10. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I prestar assessoramento direto ao Coordenador-Geral de Gestão Administrativa;

II acompanhar a tramitação das demandas encaminhadas à CGGA e a evolução de assuntos determinados pelo Coordenador-Geral;

III elaborar documentos de encaminhamento dos assuntos de responsabilidade da CGGA;

IV promover o levantamento e a organização das informações relativas aos temas de interesse da CGGA, e atender a eventuais solicitações de informação;

V organizar a agenda de compromissos da CGGA;

VI administrar as atividades da área de protocolo e, mais especificamente:

a) receber, ordenar, arquivar, expedir, controlar e acompanhar a tramitação de documentos e de processos, autuando-os, e manter atualizadas as informações acerca da tramitação;

b) expedir correspondências, encomendas e publicações;

c) organizar e proceder à recepção e à expedição de malotes; e

d) gerenciar o Sistema de Gerenciamento de Documentos.

VII administrar as atividades da área de arquivo e, mais especificamente:

a) coordenar e gerenciar a gestão documental do Ministério;

b) receber, registrar, ordenar, armazenar, controlar e conservar os documentos provenientes das unidades integrantes da estrutura do Ministério;

c) atender às solicitações de empréstimo e de consulta aos documentos sob sua guarda, e estabelecer rotinas específicas para essa atividade;

d) transferir documentos ao Arquivo Nacional;

e) manter o Arquivo Central dentro de padrões técnicos de segurança; e

f) alimentar e manter atualizadas as bases de dados do Sistema de Documentos do Arquivo - SDARQ.

Art. 11. À Coordenação de Administração Predial compete:

I coordenar, implementar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à administração e manutenção predial, patrimônio, almoxarifado, segurança institucional, obras e serviços de engenharia, reprografia, telecomunicações, transporte, copeiragem, conservação e limpeza de bens móveis e das instalações, zeladoria e documentação bibliográfica;

II acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos contratos de prestação de serviços sob sua gestão, subsidiando o Coordenador-Geral quanto à gestão das avenças;

III promover a adoção de práticas de consumo sustentável, em articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério;

IV administrar as atividades da área de gestão de eventos e, mais especificamente:

a) gerenciar e orientar as atividades relacionadas à realização de eventos;

b) prestar apoio administrativo aos eventos do Ministério;

c) organizar e controlar o cronograma anual de realização de eventos;

d) acompanhar e fiscalizar os contratos relacionados a eventos; e

e) apresentar ao Coordenador-Geral de Gestão Administrativa, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

V administrar as atividades da Biblioteca do Ministério e, mais especificamente:

a) gerenciar a aquisição de acervo bibliográfico de interesse do Ministério;

b) definir mecanismos adequados para armazenamento, recuperação e disseminação da informação;

c) realizar a identificação, a avaliação, o inventário e a manutenção do acervo bibliográfico;

d) efetuar processamento técnico do acervo bibliográfico;

e) manter atualizados e organizados os instrumentos de pesquisa da área de documentação e de informação ambiental;

f) controlar as reservas do acervo bibliográfico produzido pelo Ministério; e

g) manter intercâmbio com instituições da área ambiental, nacionais e internacionais, assegurando pesquisa integrada das bases de dados;

VI administrar as atividades e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e, mais especificamente:

a) exercer as competências relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão, consoante o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, por meio de atendimento presencial e/ou via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC);

b) requisitar às unidades do Ministério as informações necessárias ao atendimento das solicitações encaminhadas, visando o cumprimento da Lei de Acesso à Informação; e

c) controlar os prazos estabelecidos para resposta;

VII propor a elaboração de projeto básico e termo de referência pertinentes à sua área de atuação.

Art. 12. À Divisão de Serviços Gerais compete:

I supervisionar as atividades relacionadas a manutenção predial e serviços auxiliares;

II acompanhar a aplicação e propor a revisão de normas e procedimentos afetos aos serviços de sua área de atuação;

III receber as demandas das unidades do Ministério e consolidá-las em projetos de planejamento de compras;

IV acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, no âmbito da administração predial, e os contratos de concessão de uso de instalações do Ministério;

V realizar estudos para racionalizar e otimizar a prestação dos serviços contratados afetos à sua área de atuação;

VI controlar a entrada e a saída de bens permanentes e apresentar relatório à CODAP;

VII controlar e fiscalizar o consumo de telefonia e de energia elétrica, e encaminhar às unidades do Ministério as respectivas faturas;

VIII organizar plano de ação e manter brigada interna para prevenção e combate a incêndio, simulando treinamentos, periodicamente, em articulação com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

IX controlar e fiscalizar o serviço de recepção e prestação de informações ao público externo, fluxo de entrada, circulação e saída de pessoas;

X controlar e fiscalizar a utilização das áreas ocupadas pelo Ministério e autorizar o acesso às suas instalações;

XI administrar os serviços de transporte de pessoas e de materiais e, mais especificamente:

a) receber solicitações e programar e controlar o atendimento, a utilização e a circulação da frota de veículos do Ministério e de veículos terceirizados;

b) promover revisão periódica, manutenção preventiva e corretiva, conservação, registro e licenciamento da frota do Ministério;

c) controlar o fluxo de entrada e saída de veículos nas dependências do Ministério e a distribuição e o controle de vagas nas garagens;

d) manter cadastro da frota e dos motoristas, registro e guarda das informações sobre infrações, acidentes, termos de vistoria, mapas demonstrativos de desempenho da frota, entre outras ocorrências;

e) solicitar exames de laudo pericial no caso de acidentes de trânsito com veículos do Ministério;

f) acompanhar, requisitar e controlar o fornecimento de combustíveis e lubrificantes;

g) analisar e controlar os custos operacionais e de manutenção de veículos e o consumo de combustível, e propor, quando necessário, a alienação de veículos antieconômicos; e

h) propor a aquisição, a alienação, o desfazimento e a baixa de veículos oficiais, quando necessário;

XII administrar as atividades da área de telecomunicações e, mais especificamente:

a) planejar, orientar, controlar e executar as atividades relativas aos serviços contínuos de telefonia, de manutenção técnica e de modernização do sistema instalado no Ministério, e propor, inclusive, substituições, consertos, remanejamentos, fornecimento, adequações ou aquisições de linhas ou equipamentos telefônicos;

b) fornecer, controlar, habilitar, fiscalizar e orientar quanto ao uso de telefones fixo e móvel e de modem de tecnologia para acesso à internet, e manter relação atualizada dos usuários;

c) prestar informações sobre Lista de Dirigentes aos usuários internos e externos do Ministério;

d) atualizar periodicamente o catálogo telefônico, e encaminhar as faturas às unidades, para atesto; e

e) analisar as demandas por telefones fixo e móvel e as justificativas de ocorrência, como extravio de aparelhos e excesso de uso, para subsidiar decisão superior;

XIII administrar as atividades da área de apoio técnico e, mais especificamente:

a) planejar, orientar, controlar e executar as atividades relativas aos serviços contínuos de limpeza, copeiragem, vigilância, brigada de incêndio e manutenção predial, no âmbito de sua área de atuação;

b) gerenciar e acompanhar as atividades que envolvam serviços auxiliares do Ministério; e

c) acompanhar os contratos de prestação de serviços referentes ao anexo do Ministério;

XIV administrar as atividades da área de engenharia e, mais especificamente:

a) gerenciar e executar as ações que envolvam atividades de manutenção das instalações físicas do Ministério;

b) elaborar planos, projetos e especificações de obras e serviços de manutenção e reforma do edifício e instalações do Ministério;

c) elaborar projetos básicos e termos de referência e/ou propor a contratação de projetos executivos de engenharia e arquitetura;

d) acompanhar e fiscalizar os contratos pertinentes à área;

e) propor a contratação de serviços que envolvam a manutenção e a modernização das instalações físicas;

f) projetar, acompanhar, fiscalizar e propor soluções técnicas para obras e serviços de engenharia;

g) propor normas procedimentais para otimização de serviços correlatos; e

h) apresentar mensalmente à CODAP relatório das atividades desenvolvidas e das instalações físicas;

XV administrar as atividades da área de segurança institucional e, mais especificamente:

a) desenvolver atividades relacionadas aos serviços de vigilância do Ministério;

b) controlar e registrar a entrada e a saída de bens patrimoniais, de acordo com as normas em vigor, não permitindo a retirada sem expressa autorização do Serviço de Patrimônio e Almoxarifado;

c) supervisionar e controlar a execução das atividades de segurança das áreas internas e externas do Ministério;

d) planejar rondas nas áreas contíguas ao Ministério que representem risco potencial;

e) comunicar à instância superior as ocorrências externas à rotina;

f) executar o serviço de monitoramento das instalações físicas do Ministério; e

g) manter e controlar os sistemas de segurança de instalações físicas, abrangendo alarmes, câmeras de circuito interno de TV e outros; e

XVI controlar o uso das áreas comuns, em especial auditório, salas de reunião e garagem.

Art. 13. Ao Serviço de Patrimônio e Almoxarifado compete:

I administrar as atividades da área de patrimônio e, especificamente:

a) gerenciar o recebimento, o registro, o cadastramento, o tombamento, a guarda, a distribuição e a alienação de bens patrimoniais, obedecendo ao Plano de Contas da União e aos procedimentos do Sistema de Controle de Patrimônio - SISPAT;

b) avaliar os bens patrimoniais para fins de incorporação, indenização, permuta, cessão, doação ou alienação;

c) distribuir, movimentar e controlar os bens móveis, emitindo termos de responsabilidade e de transferência;

d) organizar e manter atualizados a documentação e o cadastro de bens patrimoniais e o controle de emissão de termos de responsabilidade, bem como realizar o inventário anual de bens móveis;

e) registrar ocorrências de danos e de extravios e instruir os processos relativos ao desfazimento e ao desaparecimento de bens móveis;

f) promover a manutenção, a conservação e a recuperação de máquinas, móveis e aparelhos;

g) promover mudanças e remanejamento de mobiliário;

h) orientar e acompanhar a regularização de bens, observando as normas e procedimentos do SISPAT;

i) encaminhar à unidade responsável pelo pagamento as notas fiscais/faturas referentes à entrada de bens;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

j) efetuar registro do código de barras dos bens patrimoniais no SISPAT e elaborar mensalmente o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB, contemplando as ocorrências de incorporação e baixas patrimoniais;

k) comunicar à unidade requisitante/fiscal a chegada de material para conferência técnica;

l) auxiliar na elaboração de projetos de contratação de bens permanentes de uso comum; e

m) instaurar abertura de Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, nos termos da legislação vigente;

II administrar as atividades da área de almoxarifado e, especificamente:

a) manter e atualizar o controle físico e financeiro do material em estoque, e apresentar mensalmente demonstrativo contábil de materiais adquiridos e fornecidos;

b) receber, conferir, classificar, catalogar, codificar e armazenar os materiais de consumo;

c) acompanhar o atendimento às requisições de material e controlar as entregas;

d) apropriar, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, as despesas relativas à aquisição de material de consumo;

e) elaborar a programação de aquisição de materiais de consumo, bem como fixar e manter os estoques mínimos de materiais de consumo;

f) instruir processos e executar as operações de alienação, doação ou cessão de bens móveis considerados ociosos, antieconômicos e inservíveis;

g) elaborar inventários anuais e periódicos dos materiais de consumo; e

h) promover a racionalização da aquisição e distribuição de materiais.

Art. 14. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I coordenar e gerenciar a execução orçamentária e financeira dos recursos consignados às unidades gestoras do Gabinete do Ministro, da SECEX e da SPOA do Ministério, e aqueles recebidos de outras fontes ou unidades, consoante a realização e o acompanhamento das fases da despesa, compreendidas entre o empenho, a liquidação e o pagamento;

II controlar saldos orçamentários e efetivar ajustes decorrentes de anulações, cancelamentos e suplementações de créditos orçamentários;

III - processar, registrar e controlar a emissão de provisões, empenhos, anulações e notas de movimentação de créditos orçamentários;

IV acompanhar a legislação relativa à programação e execução orçamentária e financeira;

V orientar as unidades do Ministério e entidades a ele vinculadas acerca de matérias inerentes à sua área de atuação, tais como: execução orçamentária e financeira, inclusive diárias e passagens no SCDP, suprimento de fundos, arrecadação e restituição de receitas, entre outros;

VI acompanhar e orientar a certificação e procuração eletrônica para o encaminhamento da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, atendendo à legislação vigente referente ao Imposto de Renda;

VII realizar o acompanhamento das concessões de suprimento de fundo, de acordo com a legislação;

VIII apoiar e orientar os portadores quanto a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF;

IX elaborar e cadastrar no SIAFI os termos de execução descentralizada celebrados com órgãos públicos, e emitir relatório de prestação de contas para comprovação no SIAFI;

X proceder ao registro no SIAFI dos "Restos a Pagar" inscritos no exercício;

XI acompanhar diariamente as contas contábeis no SIAFI, e baixar os saldos que geram restrições contábeis;

XII elaborar consultas gerenciais utilizando os aplicativos CONSIAFI e Tesouro Gerencial; e

XIII promover os recolhimentos fiscais.

Art. 15. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I proceder à execução orçamentária e financeira dos recursos consignados às unidades gestoras do Gabinete do Ministro, da SECEX e da SPOA;

II acompanhar o fluxo financeiro e orçamentário referente aos contratos de serviços, contínuos ou não, prestados no âmbito da SPOA;

III emitir e controlar empenhos e saldos de empenhos a pagar;

IV realizar apropriação e pagamento da folha de pessoal;

V executar as concessões de diárias e passagens no SCDP;

VI executar no SIAFI as despesas de contratos administrativos, ressarcimento de aluguel e pessoal requisitado;

VII realizar a gestão tributária, retenções de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços, de acordo com a legislação vigente;

VIII manter atualizado, no SIAFI, o rol de responsáveis por atos de gestão das unidades gestoras do Gabinete do Ministro, da SECEX e da SPOA;

IX realizar a apropriação e o pagamento de despesas com compra direta com cartão corporativo;

X providenciar a liberação financeira de suprimento de fundos;

XI realizar ajustes e controlar os saldos no SIAFI, oriundos de recolhimentos via Guia de Recolhimento da União - GRU, como as devoluções de suprimento de fundos, diárias, despesas de telefonia e outros pertinentes;

XII analisar os processos de ressarcimento de despesas, de pagamento de aquisições e serviços prestados;

XIII verificar a regularidade das empresas perante o Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF antes da efetivação dos empenhos e pagamentos;

XIV registrar os limites orçamentários de diárias e passagens no SCDP para cada Secretaria do Ministério, conforme autorização da autoridade superior;

XV transferir dotação orçamentária e recursos financeiros dos termos de execução descentralizada celebrados com órgãos públicos;

XVI efetuar registros e ajustes nos processos de "Restos a Pagar" e de "Exercícios Anteriores"; e

XVII controlar o arquivo dos processos financeiros e, mais especificamente:

a) proceder à gestão documental;

b) registrar a conformidade de operadores e de gestão de documentos no SIAFI; e

c) realizar o arquivamento e a conservação de processos no arquivo financeiro, de acordo com a legislação vigente.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas compete:

I planejar, coordenar, acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério, as políticas e práticas de gestão de pessoas, segundo diretrizes do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC;

II planejar a elaboração e o desenvolvimento de políticas e práticas de gestão estratégica de pessoas e projetos inovadores na sua área de atuação;

III propor, acompanhar e implementar propostas de planos de carreira no âmbito do Ministério;

IV desenvolver e acompanhar ações de fortalecimento institucional, objetivando a valorização dos servidores do Ministério;

V promover e gerenciar as atividades relacionadas ao modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências;

VI acompanhar a implementação dos programas de desenvolvimento e capacitação profissional dos servidores do Ministério, alinhados ao modelo de gestão por competências;

VII elaborar ações de gerenciamento do clima e da cultura organizacional;

VIII coordenar, controlar e acompanhar a avaliação de desempenho funcional;

IX desenvolver ações que visem promover o bem-estar físico, psíquico e social do servidor;

X promover a concessão e a atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério;

XI orientar, na condição de órgão setorial do SIPEC, as ações dos órgãos seccionais relacionadas à gestão, quando for o caso;

XII orientar e supervisionar o atendimento às diligências e determinações dos órgãos fiscalizadores e normativos;

XIII propor a elaboração de normas complementares e procedimentos relativos à gestão de pessoas, com vistas à aplicação e ao cumprimento uniformes da legislação; e

XIV supervisionar as iniciativas estratégicas de responsabilidade da CGGP.

Art. 17. À Seção de Competências e Comportamento Organizacional compete:

I executar as atividades relacionadas ao modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências;

II implementar e acompanhar as ações de gerenciamento do clima e da cultura organizacional;

III implementar projetos inovadores na sua área de atuação; e

IV acompanhar o planejamento estratégico do Ministério e as iniciativas estratégicas de responsabilidade da CGGP.

Art. 18. À Coordenação de Administração de Pessoal compete:

I coordenar a execução das atividades relacionadas com o cadastro funcional, benefícios e pagamento de pessoal;

II elaborar a política de qualidade de vida do servidor;

III acompanhar a implementação da política de assistência à saúde e segurança no trabalho do servidor;

IV formular e coordenar a política de lotação e remoção de pessoal no âmbito do Ministério;

V supervisionar as informações e os registros pertinentes à vida funcional do servidor, incluindo o Assentamento Funcional Físico e Digital;

VI coordenar e controlar as atividades operacionais e gerenciais relativas à folha de pagamento de pessoal; e

VII coordenar as atividades relativas à promoção da qualidade de vida e propor diretrizes e parâmetros relacionados a benefícios e vantagens concedidos aos servidores.

Art. 19. À Divisão de Pagamento e Benefícios compete:

I executar as atividades inerentes à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários do Ministério e manter atualizados os registros correspondentes;

II instruir e cadastrar no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE os processos administrativos (exercícios anteriores) e judiciais relativos a remunerações e benefícios devidos pelo governo federal a servidor do Ministério;

III controlar e acompanhar os débitos com o Erário dos servidores e providenciar as cobranças e/ou os procedimentos necessários para inscrição em Dívida Ativa da União;

IV realizar campanhas e ações no âmbito da política de qualidade de vida do servidor;

V implementar e acompanhar a política de assistência à saúde e segurança no trabalho do servidor;

VI firmar convênios com operadoras de planos de assistência à saúde para atender aos servidores do Ministério;

VII controlar e acompanhar as licenças para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, à gestante, à adotante, paternidade e prorrogação à licença gestante; e

VIII instruir processos de auxílio-moradia e imóvel funcional.

Art. 20. À Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal compete:

I inserir e atualizar os dados cadastrais e funcionais dos servidores do Ministério no SIAPE;

II organizar e manter atualizado o Assentamento Funcional Físico e Digital dos servidores do Ministério;

III instruir e acompanhar os atos administrativos relativos à vida funcional do servidor;

IV preparar e manter atualizadas as informações sobre a força de trabalho do Ministério;

V emitir certidões e declarações de servidores e ex-servidores do Ministério;

VI controlar a concessão de férias dos servidores;

VII proceder à apuração da frequência dos servidores; e

VIII confeccionar a identificação funcional dos servidores e controlar a entrega de bottons.

Art. 21. À Coordenação de Desenvolvimento e Legislação de Pessoal compete:

I planejar, coordenar e avaliar as políticas de capacitação, treinamento e desenvolvimento dos servidores do Ministério;

II subsidiar a CGGP na correta aplicação da legislação, jurisprudência e normas regulamentares pertinentes à Gestão de Pessoas;

III emitir pronunciamento, na condição de órgão setorial do SIPEC, quanto aos questionamentos sobre a aplicação da legislação de pessoal;

IV orientar a elaboração de atos normativos relativos a pessoal, e de minutas de contratos e instrumentos congêneres;

V coordenar as ações de fortalecimento institucional e de planos de carreira no âmbito do Ministério;

VI prestar informações à Consultoria Jurídica do Ministério em matérias relacionadas à gestão de pessoas, para a elaboração da defesa da União;

VII planejar, implementar e acompanhar o Programa de Estagiários do Ministério;

VIII monitorar a disponibilidade de cargos comissionados, funções comissionadas, funções gratificadas, Gratificação Temporária dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE e Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP e acompanhar seus respectivos atos;

IX coordenar as atividades relacionadas com o preparo de atos de cessão e requisição; e

X acompanhar a concessão de aposentadoria, pensão, abono de permanência, averbação de tempo de serviço, conversão de tempo especial em tempo comum e recadastramento de aposentados e pensionistas.

Art. 22. À Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento compete:

I elaborar o Plano Anual de Capacitação, com base nos dados levantados na avaliação por competências;

II formular e implementar programas de desenvolvimento e capacitação profissional com base no resultado da avaliação de competências, nos aspectos inerentes às atribuições dos servidores e avaliar os resultados;

III implementar e acompanhar as atividades inerentes à Instrutoria Interna;

IV analisar, instruir e acompanhar processos para participação de servidor em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento, na forma da legislação vigente;

V manter intercâmbio com instituições de ensino e áreas especializadas em projetos de capacitação, treinamento e desenvolvimento;

VI promover a divulgação, no âmbito do Ministério, de cursos e outros eventos de capacitação internos e externos;

VII monitorar, avaliar e executar as atividades relacionadas com o processo de progressão/promoção funcional;

VIII acompanhar os processos de avaliação de desempenho individual dos servidores efetivos e dos contratados temporários, consolidar e disponibilizar os dados obtidos;

IX acompanhar a avaliação de servidor em estágio probatório e confirmar sua estabilidade, conforme o caso;

X monitorar as solicitações de avaliação de desempenho dos servidores de outros órgãos em exercício neste Ministério;

XI acompanhar o processo de contratação e desligamento do estagiário, com o apoio da Agência de Integração contratada pelo Ministério;

XII instruir processos para concessão da Gratificação de Qualificação; e

XIII organizar e manter em funcionamento os colegiados vinculados às atividades da Divisão.

Art. 23. À Divisão de Legislação de Pessoal compete:

I - instruir, analisar e propor a concessão de aposentadoria, pensão, abono de permanência, averbação de tempo de serviço, conversão de tempo especial em tempo comum e simulação de contagem de tempo de serviço;

II - acompanhar e controlar o recadastramento de aposentados e pensionistas do Ministério do Meio Ambiente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - instruir, analisar e acompanhar as solicitações de concursos públicos, processo seletivo simplificado, bem como a rescisão e extinção de contrato temporário;

IV manter atualizado a relação de cargos comissionados, funções comissionadas do Poder Executivo, funções gratificadas, GSISTE e da GSISP;

V preparar os atos de nomeação, designação, exoneração e dispensa de cargo em comissão/função comissionada, bem como nomeação e exoneração de cargo efetivo;

VI - instruir e analisar os pedidos de Cessão e Requisição, bem como suas prorrogações;

VII - elaborar Notas Técnicas e Informativas referentes aos questionamentos oriundas das unidades do Ministério e de suas Vinculadas, na aplicação da legislação de pessoal;

VIII elaborar minutas de Portarias Normativas, Projetos de Lei e Decretos quanto a temas concernentes a Gestão de Pessoas deste Ministério;

IX - prestar informações à Consultoria Jurídica do Ministério, em matéria fática, para a elaboração da defesa da União; e

X - orientar a CGGP e os servidores do Ministério quanto à aplicação das legislações pertinentes.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete:

I planejar, coordenar e supervisionar as ações, programas, projetos e processos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC;

II conduzir os processos de formulação das estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia e de segurança da informação e comunicação para o Ministério;

III - cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos setoriais, as políticas, diretrizes e normas gerais emanadas do órgão central do SISP;

IV monitorar, controlar e avaliar a execução de estratégias, planos e processos de gestão de TIC;

V garantir a conformidade legal dos processos e aquisições de TIC;

VI manter articulação com os órgãos central, setoriais e seccionais do SISP;

VII apoiar e prestar orientação técnica e normativa às unidades do Ministério na formulação e realização de projetos e atividades relativas à TIC;

VIII coordenar e promover a gestão e a fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação a cargo da CGTI;

IX elaborar a proposta orçamentária de TIC, visando garantir os recursos computacionais adequados;

X - coordenar a elaboração e revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI; e

XI apoiar a gestão de pessoal de TIC, segundo as diretrizes estabelecidas pela CGGP.

Art. 25. À Coordenação de Serviços e Infraestrutura de TI compete:

I acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos contratos de prestação de serviços na sua área de atuação;

II elaborar o plano de ação e a proposta orçamentária anual dos recursos de tecnologia da informação na sua área de atuação;

III gerenciar programas, projetos e ações de aquisição relativos ao aprimoramento e à manutenção dos serviços e da segurança de TIC;

IV gerenciar os acordos de nível de serviço e o catálogo de serviços de TIC;

V gerir os riscos de TIC e formular os planos de contingência e de continuidade das operações e serviços;

VI gerenciar o atendimento ao usuário dos incidentes e requisições de serviços;

VII coordenar, supervisionar e controlar o processo de distribuição de recursos de TIC aos usuários;

VIII propor a edição de normativos internos que orientem a contratação e a gestão dos serviços e recursos de TIC; e

IX propor a elaboração e promover a implementação de normas, diretrizes e padrões técnicos para uso dos recursos de informática, para estruturação de comunicação de dados e para manuais técnicos de instalação e de serviços disponíveis.

Art. 26. À Divisão de Infraestrutura compete:

I gerenciar a rede corporativa do Ministério e os recursos computacionais de TIC;

II manter informações técnicas atualizadas sobre a topologia da rede corporativa;

III gerenciar o correio eletrônico do Ministério;

IV gerenciar os serviços e os ativos de segurança da rede de dados do Ministério;

V gerenciar a disponibilidade e a capacidade da infraestrutura de TIC;

VI prestar apoio às atividades relacionadas ao serviço de telefonia que façam uso da infraestrutura de TIC;

VII prestar apoio às atividades relacionadas ao serviço de portais e sistemas que façam uso da infraestrutura de TIC;

VIII garantir a integridade e a salvaguarda das informações e base de dados corporativa do Ministério;

IX implementar a política de segurança das informações;

X - analisar e buscar soluções para mitigar vulnerabilidades detectadas; e

XI manter equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança da informação.

Art. 27. À Coordenação de Sistemas e Portais compete:

I acompanhar e supervisionar a execução de contratos de prestação de serviço na sua área de atuação;

II elaborar o plano de ação e a proposta orçamentária anual dos recursos de tecnologia da informação na sua área de atuação;

III gerenciar programas, projetos, processos e ações de aquisição, desenvolvimento, implantação, evolução, integração e manutenção de portais e sistemas de TIC, em harmonia com as estratégias e os planos de TIC e os processos de trabalho das unidades do Ministério;

IV definir a política de acesso aos portais e sistemas de informação, de modo a garantir a disponibilidade e a segurança das informações;

V planejar, coordenar, monitorar, controlar, articular e assessorar o Ministério na implantação de ações unificadas e integradas de governo eletrônico, principalmente no que se refere à prestação de serviços ao cidadão;

VI realizar, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do Ministério, a definição de diretrizes para o desenvolvimento de portais;

VII especificar os recursos de implementação, disseminação e incentivo ao uso de portais e sistemas de TIC;

VIII proporcionar às áreas de negócios do Ministério meios e recursos para a utilização de portais e sistemas de TIC que facilitem a otimização de processos de trabalho e o acesso às bases de dados disponíveis;

IX assessorar as áreas de negócios do Ministério na implantação de soluções de TIC que envolvam geoprocessamento; e

X propor a elaboração e promover a implementação de normas, diretrizes e padrões técnicos para uso dos portais e sistemas de TIC.

Art. 28. À Divisão de Sistemas e Portais compete:

I gerenciar e manter metodologias/padrões necessários para a especificação, a documentação, a manutenção, o desenvolvimento, o gerenciamento e a implantação de portais e sistemas de TIC;

II realizar e promover a modelagem, o desenvolvimento, a evolução, a implantação e a manutenção de portais e sistemas de TIC;

III atuar na implementação da política de segurança das informações em projetos de desenvolvimento de portais, sistemas e integração de dados;

IV auditar os portais e sistemas de TIC em operação, e participar do desenvolvimento deles, com vistas ao cumprimento dos padrões de segurança e funcionalidade;

V realizar pesquisas e estudos para aprimoramento e inovação das soluções tecnológicas dos sistemas informatizados;

VI apoiar as áreas de negócios do Ministério na implementação e implantação de soluções de TIC que envolvam geoprocessamento; e

VII gerenciar a manutenção do acervo de software e banco de dados do Ministério.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Compras e Contratos compete:

I coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, e à contratação de obras e serviços de interesse do Ministério, zelando pelo cumprimento do rito formal, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo Sistema de Serviços Gerais - SISG;

II propor a instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade de licitante ou empresa contratada por ocorrência de falhas ou desvios na licitação ou na vigência do contrato, e subsidiar as autoridades competentes na aplicação de sanções, quando for o caso;

III supervisionar a análise de recursos administrativos e representações relativas a licitações e contratos;

IV reconhecer, quando cabíveis, as contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, e propor a ratificação pela autoridade competente, bem como processar sua publicação na forma da legislação vigente;

V emitir atestado de capacidade técnica a fornecedor ou prestador de serviço, quando requerido;

VI gerenciar as Atas de Registro de Preços - ARP decorrentes de processos licitatórios instaurados pelo Ministério, observados o prazo de validade e os limites estabelecidos para adesão; e

VII - subsidiar e prestar informações ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração nos assuntos relacionados a licitações e contratos.

Art. 30. À Coordenação de Licitações compete:

I analisar e instruir, de acordo com a legislação vigente, os processos para aquisição de materiais, equipamentos, contratação de serviços e obras de engenharia, por meio de dispensa e inexigibilidade de licitação, tomada de preços, concorrência, pregão e adesão a atas de registro de preços;

II elaborar minutas de editais e contratos para a adequada instrução dos processos de licitação;

III propor a modalidade de licitação ou a adoção de processo de compras pelo Sistema de Registro de Preços, na forma regulamentar, em razão das peculiaridades das demandas;

IV providenciar a publicação de avisos de licitação no Módulo de Compras do Governo Federal, no Diário Oficial da União e em jornal diário de ampla circulação, observados os limites legais;

V cadastrar e manter atualizados os registros de fornecedores no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

VI disponibilizar no Comprasnet e no site do Ministério, informações referentes às licitações promovidas pelo Ministério de Meio Ambiente;

VII registrar no SICAF as penalidades aplicadas a licitante em decorrência do inadimplemento das obrigações constantes dos instrumentos convocatórios ou da legislação vigente, no âmbito do Ministério;

VIII elaborar planilhas demonstrativas do custo global das licitações realizadas para contratações de bens e serviços pelo Ministério, e apresentar relatório anual dos trabalhos realizados;

IX propor a abertura, a revogação e a anulação de procedimentos licitatórios;

X prestar apoio técnico e administrativo à Comissão de Licitação e aos pregoeiros;

XI cadastrar e habilitar servidores para utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

XII providenciar a publicação de editais de convocação, notificação e manifestação de interesse em veículos de comunicação (mídia impressa);

XIII fornecer informações relativas às licitações do Ministério ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, quando requeridas;

XIV interagir com o Sistema de Registro de Preços - SIREP, o Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras - SIDEC, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e demais ferramentas disponíveis para verificar os preços praticados nas licitações realizadas no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

XV propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos;

XVI propor indicadores de desempenho e cuidar para que sejam atingidas as metas estabelecidas;

XVII auxiliar os superiores quando da elaboração de relatórios ou respostas a auditorias realizadas pelos órgãos de controle;

XVIII comunicar à CGCC, quando for o caso, o descumprimento, por parte de licitante, das obrigações constantes dos instrumentos convocatórios ou da legislação vigente, para que seja providenciada a instauração do respectivo procedimento apuratório;

XIX emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos relacionados à sua área de atuação; e

XX assistir o Coordenador-Geral de Compras e Contratos nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 31. À Coordenação de Administração de Contratos compete:

I coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão dos contratos sob a responsabilidade da SECEX;

II elaborar minutas de termos de distrato, termos de apostilamento e outros instrumentos congêneres, e colher a assinatura das partes nos instrumentos contratuais;

III providenciar a publicação de atos, contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres no Diário Oficial da União, nos prazos definidos pela legislação vigente;

IV analisar e instruir os processos de pagamento que exigirem a retenção e a liberação de valores da conta "depósito-garantia" (conta vinculada);

V analisar e instruir pedidos de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro de contratos;

VI acompanhar os prazos de vigência dos contratos de serviços continuados e, observada a legislação vigente e o interesse da administração, propor a prorrogação de instrumentos contratuais ou a elaboração de novo Termo de Referência ou Projeto Básico, visando nova contratação e manutenção dos serviços essenciais;

VII instruir processos quando de prorrogação contratual e encaminhá-los para análise e parecer da Consultoria Jurídica;

VIII acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas contratadas, zelando pela observância de prazos e garantias contratuais;

IX instruir processos para apuração de responsabilidade de empresas, e propor sanções no caso de inadimplência contratual;

X proceder ao recebimento, à devolução e ao controle das cauções dadas em garantia de contratos celebrados, controlando os valores e as vigências, e informar sobre eventual necessidade de reforço e de renovação;

XI preparar atestado de capacidade técnica, quando requerido por fornecedor ou prestador de serviços, para assinatura do Coordenador-Geral de Compras e Contratos;

XII providenciar o registro no SICAF das penalidades aplicadas às empresas contratadas;

XIII alimentar, controlar e manter atualizado o Sistema de Gestão de Contratos - SICON;

XIV promover a gestão das informações e gerar relatórios referentes às contratações sob a responsabilidade da CGCC;

XV manter atualizados os registros de terceirizados e providenciar seu encaminhamento ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, para inclusão no Portal da Transparência;

XVI - elaborar Portaria de nomeação de servidor ou de comissão designada pela autoridade competente, para atuar como representante da administração e encaminha-la para publicação no boletim de serviço;

XVII - encaminhar/atualizar Dossiê aos representantes da administração com vistas à fiscalização da execução dos contratos;

XVIII emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos relacionados à sua área de atuação;

XIX propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XX propor indicadores de desempenho e cuidar para que sejam atingidas as metas estabelecidas;

XXI auxiliar os superiores quando da elaboração de relatórios ou respostas a auditorias realizadas pelos órgãos de controle; e

XXII - assistir o Coordenador-Geral de Compras e Contratos nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I planejar, orientar, acompanhar e executar as atividades relacionadas com orçamento, em conformidade com as orientações emanadas pelo Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - planejar, orientar, acompanhar e executar as atividades relacionadas com os Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal;

III coordenar e orientar a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério, em consonância e articulação com as áreas envolvidas;

IV supervisionar os processos de descentralizações de créditos orçamentários e/ou limites para movimentação e empenho e de recursos financeiros para as unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas;

V orientar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária, de programação financeira e de contabilidade do Ministério;

VI coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VII produzir informações estratégicas nas áreas orçamentária, financeira e contábil para subsidiar o planejamento e o processo de tomada de decisão;

VIII supervisionar as atividades orçamentárias, financeiras e contábeis e estabelecer procedimentos que visem à orientação e o suporte técnico às unidades integrantes da estrutura do Ministério quanto ao cumprimento das disposições constantes da LDO, da Lei Orçamentária Anual LOA e de decretos, instruções normativas, portarias e outros instrumentos legais;

IX supervisionar a análise e a formalização dos processos de Tomadas de Contas Especiais originários das unidades administrativas sob a sua responsabilidade; e

X interagir com os órgãos dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal e, no que couber, com os órgãos de controle interno e externo.

Art. 33. À Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira compete:

I orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e das entidades a ele vinculadas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II avaliar e acompanhar os créditos constantes da LOA;

III coordenar a análise das solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legais, de planejamento, de programação e de execução orçamentária;

IV analisar e acompanhar:

a) projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias em nível setorial;

b) fluxo de receita das unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, e as projeções e reestimativas elaboradas pelas unidades orçamentárias;

c) evolução das despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios; e

d) execução orçamentária e financeira do Ministério;

V orientar as unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas nos assuntos relacionados à programação orçamentária e financeira, observadas as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal e, no que couber, dos órgãos de controle;

VI analisar as solicitações de descentralização interna e externa de créditos, as solicitações de recursos financeiros e as solicitações de disponibilidade orçamentária, observada a legislação pertinente;

VII coordenar a elaboração da programação financeira, gerir o fluxo de caixa e controlar os limites financeiros do Ministério em relação à conta do Tesouro Nacional;

VIII emitir parecer prévio sobre as informações demandadas pelos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal e pelos órgãos de controle; e

IX interagir com os órgãos dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal e com os órgãos de controle.

Art. 34. À Divisão de Programação Orçamentária compete:

I analisar as propostas orçamentárias do Ministério e das entidades a ele vinculadas, incluindo os aspectos técnicos e operacionais, compatibilizando-as com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II emitir relatórios de acompanhamento:

a) dos créditos constantes da Lei Orçamentária Anual;

b) das projeções e reestimativas de receitas das unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas;

c) da evolução das despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios; e

d) da execução orçamentária do Ministério;

III analisar e emitir parecer técnico sobre:

a) solicitação de alteração orçamentária sob os aspectos legais, de planejamento, de programação e de execução orçamentária;

b) solicitação de descentralização interna e externa de crédito;

c) solicitação de disponibilidade orçamentária, observada a legislação pertinente; e

d) questões de ordem orçamentária;

IV subsidiar a prestação de informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e pelos órgãos de controle;

V interagir com as unidades integrantes da estrutura do Ministério e com o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; e

VI manter atualizada a legislação pertinente às atividades de orçamento.

Art. 35. À Divisão de Programação Financeira compete:

I analisar, emitir parecer técnico e consolidar as propostas de programação financeira das unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, e solicitar ao órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal os recursos financeiros necessários ao pagamento de despesas do Ministério, quando autorizado;

II liberar recursos financeiros às unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, quando autorizado;

III compatibilizar o fluxo dos recursos financeiros disponibilizados para o Ministério com a efetiva necessidade de desembolso de suas unidades, observado o limite fixado;

IV elaborar e analisar demonstrativos gerenciais das disponibilidades financeiras e propor os ajustes que se fizerem necessários;

V subsidiar a prestação de informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e pelos órgãos de controle;

VI interagir com as unidades integrantes da estrutura do Ministério e com o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal; e

VII manter atualizada a legislação relativa à programação e execução financeira.

Art. 36. À Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas Especial compete:

I orientar, acompanhar e apoiar as unidades pertencentes ao Ministério, aos órgãos e entidades vinculadas quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;

II - apoiar treinamentos na área de execução orçamentária, financeira e contabilidade para as unidades pertencentes ao Ministério, os órgãos e entidades vinculadas;

III - apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI e do Sistema de Informações de Custos - SIC, e propor medidas de aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos contábeis desse sistema;

IV - analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis do Ministério e dos órgãos e entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;

V - elaborar e analisar os Demonstrativos Contábeis do Ministério e, registrar no SIAFI, por meio de Notas Explicativas;

VI - efetuar nas unidades pertencentes ao Ministério e nas entidades vinculadas, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;

VII - integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais vinculadas que não utilizam o SIAFI, caso tenha;

VIII - acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades gestoras;

IX - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizado em todas as unidades orçamentárias dos órgãos da Administração Pública Federal Direta e dos órgãos e entidades a essa vinculados;

X - realizar a conformidade contábil dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade de registro de gestão, no limite de suas competências legais;

XI coordenar e apreciar as tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao erário, efetuar o registro contábil do(s) responsável(eis) pelo débito apurado, verificar o cálculo do débito e efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito;

XII - preparar balanços, demonstrações contábeis, declaração do contador, relatórios de análise de custos e outros, destinados a compor o processo de Tomada e Prestação de Contas Anual do Ordenador de Despesa e do Presidente da República;

XIII coordenar e efetuar o cadastramento de usuários no SIAFI, Sistema de Convênios - SICONV e Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas;

XIV supervisionar e analisar o processo de solicitação de Parcelamento de Débitos de convênios no âmbito do Ministério, desde que previsto em lei, quando exauridas as medidas administrativas internas para ressarcimento ao Erário, previamente à instauração de Tomada de Contas Especial, de forma a subsidiar o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração quanto à aprovação ou rejeição do pedido de parcelamento;

XV - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do Sistema de Informações de Custos - SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;

XVI - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo;

XVII - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, tendo por base os relatórios do Sistema de Informações de Custos - SIC, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física; e

XVIII - coordenar e supervisionar as demais atividades de competência da Divisão de Acompanhamento de Transferências Voluntárias e Tomadas de Contas Especiais.

Art. 37. À Divisão de Acompanhamento de Transferências Voluntárias e Tomadas de Contas Especiais compete:

I - analisar e emitir posicionamento sobre as solicitações de Parcelamento de Débitos de convênios no âmbito do Ministério, desde que previsto em lei, quando exauridas as medidas administrativas internas para ressarcimento ao Erário, previamente à instauração de Tomada de Contas Especial, de forma a subsidiar o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração quanto à aprovação ou rejeição do pedido de parcelamento;

II consultar no SIAFI e SICONV as informações referentes às transferências voluntárias celebradas pelo Ministério e encaminhadas para instauração de Tomada de Contas Especial e anexar informações ao processo e devolvê-lo à unidade administrativa competente de forma a atender às orientações da Divisão;

III - analisar os processos decorrentes de omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Ministério mediante convênio ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em danos ao Erário com solicitação de instauração de Tomada de Contas Especial;

IV - elaborar relatório e instaurar Tomada de Contas Especial, mediante chancela do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério, a ser enviada ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União com a devida apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano constatado;

V elaborar ou atualizar os demonstrativos de débitos no processo de Tomada de Contas Especial no sentido de corrigir os valores apurados como danos ao Erário;

VI preparar, dar seguimento e acompanhar as demandas externas relacionadas às transferências voluntárias e Tomadas de Contas Especiais celebradas ou instauradas pelo Ministério, solicitando, quando necessário, o apoio das demais unidades administrativas do órgão;

VII atender às solicitações dos órgãos de controle, dentro de sua esfera de competência;

VIII inserir e atualizar as informações e documentos no Portal de Convênios - SICONV decorrentes das instaurações das Tomadas de Contas Especiais no âmbito do Ministério;

IX proceder à análise e ao acompanhamento sistemático da legislação e dos atos normativos, acórdãos e demais decisões concernentes às transferências voluntárias, Tomadas de Contas Especiais e parcelamentos de débitos, orientando as unidades do Ministério quanto às suas alterações;

X orientar as unidades integrantes da estrutura do Ministério quanto às alterações na legislação e outras informações importantes relacionadas à instrução e instauração das Tomadas de Contas Especiais, transferências voluntárias e parcelamento de débitos; e

XI solicitar à CCONT que efetue os devidos registros contábeis relativos ao processo, no que concerne à inserção de responsabilidade dos agentes causadores do dano no âmbito do processo, após a Tomada de Contas Especial.

Art. 38. Ao Departamento de Gestão Estratégica compete:

I - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Organização e Inovação Institucional e das ações de planejamento, em consonância com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - promover a articulação do sistema referido no inciso I com o órgão central e informar e orientar os órgãos do Ministério sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - assessorar a Secretaria-Executiva na coordenação do processo de planejamento estratégico do órgão;

IV - coordenar a elaboração, a consolidação, o acompanhamento e a avaliação dos planos e dos programas anuais e plurianuais do Ministério, e submetê-los à apreciação superior;

V - apoiar a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração no desenvolvimento e na implementação de sistemas de informações gerenciais e de gestão estratégica do Ministério;

VI - coordenar o processo de avaliação de desempenho institucional das unidades organizacionais do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

VII - coordenar e consolidar a elaboração dos relatórios anuais de gestão, de mensagem presidencial e da prestação de contas do Presidente da República no âmbito do Ministério, a partir de informações prestadas pelas áreas técnicas, e submetê-los à apreciação superior;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - apoiar o desenvolvimento e o acompanhamento de indicadores ambientais; e

IX - apoiar a Secretaria-Executiva na gestão do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente.

Art. 39. À Coordenação de Modernização Institucional compete:

I planejar, orientar, acompanhar e executar as atividades relacionadas com o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

II acompanhar e avaliar os programas e projetos de organização e inovação institucional, informando ao órgão central;

III - orientar e coordenar a elaboração das propostas de adequação de estrutura regimental e do regimento interno do Ministério;

IV - analisar e emitir parecer quanto às propostas de remanejamento de cargos em comissão, funções gratificadas e comissionadas técnicas, e propostas de adequação de estrutura regimental das entidades vinculadas ao Ministério;

V organizar e divulgar informações sobre estrutura regimental, estatuto, normas, rotinas, manuais de orientação, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais; e

VI elaborar e rever periodicamente os documentos normativos necessários ao bom andamento das atividades de organização e inovação institucional, segundo padrões e orientações estabelecidos para promover a maior integração e desempenho na administração pública.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Planejamento Institucional compete:

I orientar, monitorar e acompanhar as atividades relacionadas com planejamento, em conformidade com as orientações emanadas pelo Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II coordenar a elaboração, a consolidação, o acompanhamento e a avaliação dos planos e dos programas anuais e plurianuais do Ministério;

III - apoiar a SECEX na elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão do planejamento estratégico do Ministério;

IV - implementar modelo de gestão com foco em resultado no Ministério buscando o alinhamento estratégico institucional;

V assessorar as unidades organizacionais do Ministério no apoio metodológico do planejamento estratégico;

VI - monitorar a gestão da estratégia por meio da coordenação dos Fóruns Temáticos e apoiar a SECEX na realização das Reuniões de Análise da Estratégia - RAEs;

VII - apoiar tecnicamente a SPOA nas atividades de desenvolvimento de sistemas de informações gerenciais e de gestão estratégica do Ministério;

VIII promover a utilização de sistemas de informações gerenciais e de gestão estratégica nas unidades do Ministério;

IX consolidar, com o apoio das unidades do Ministério, SFB, do IBAMA e do ICMBio, os indicadores de desempenho institucional e suas respectivas metas, suas revisões, bem como o monitoramento dos resultados alcançados para o período de referência; e

X - coordenar e consolidar a elaboração dos relatórios anuais de gestão, Mensagem Presidencial e Prestação de Contas do Presidente da República no âmbito do Ministério, a partir de informações prestadas pelas áreas técnicas, e submetê-los à apreciação superior.

Art. 41. À Coordenação-Geral de Gestão de Informações sobre Meio Ambiente compete:

I - coordenar a gestão de informações sobre meio ambiente no âmbito do Ministério;

II - apoiar iniciativas do Ministério relacionadas à integração e à disponibilização de informações sobre meio ambiente;

III - subsidiar a SECEX na gestão das informações relacionadas aos componentes do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente -Sinima;

IV - apoiar a SPOA no desenvolvimento e na implantação de sistemas de informações sobre o meio ambiente;

V - desenvolver ações para melhoria da capacidade institucional do Ministério do Meio Ambiente na produção, sistematização e disseminação de estatísticas, informações e indicadores ambientais;

VI - propor parcerias com instituições nacionais e internacionais para apoiar as atividades desenvolvidas pela unidade;

VII - realizar a gestão do Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente; e

VIII - apoiar a SECEX no desenvolvimento e acompanhamento de atividades relacionadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Art. 42. Ao Departamento de Recursos Externos compete:

I - apoiar a Secretaria-Executiva na coordenação, em articulação com as demais Secretarias do Ministério e as entidades a ele vinculadas, do processo de proposição e elaboração de programas e projetos de cooperação técnica internacional;

II - coordenar e monitorar a execução dos programas e dos projetos com financiamento de organismos internacionais;

III - coordenar e monitorar o processo de captação de recursos de fontes internacionais;

IV - coordenar, em articulação com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, o desenvolvimento, a implementação e a manutenção de sistema de informações gerenciais para apoiar a gestão de programas e projetos de cooperação técnica internacional;

V - apoiar as unidades organizacionais do Ministério e das entidades a ele vinculadas em negociações com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros sobre programas e projetos de cooperação técnica internacional; e

VI - prestar apoio técnico-administrativo às unidades responsáveis pela execução de programas e projetos de cooperação técnica internacional.

Art. 43. À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral compete:

I coordenar a elaboração de Notas Técnicas Informativas para subsidiar a tomada de decisão sobre novas iniciativas, celebrações e aditivos de projetos de cooperação multilateral;

II acompanhar o processo de captação de recursos externos para os programas e projetos de cooperação multilateral;

III acompanhar e orientar tecnicamente as unidades responsáveis pela gestão dos projetos de cooperação multilateral;

IV apoiar a consolidação e análise de informações da gestão dos projetos de cooperação multilateral, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial; e

V apoiar e subsidiar a elaboração de normas, rotinas e procedimentos relacionados com projetos cooperação multilateral.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Bilateral compete:

I coordenar a elaboração de Notas Técnicas Informativas para subsidiar a tomada de decisão sobre novas iniciativas, celebrações e aditivos de projetos de cooperação bilateral;

II acompanhar o processo de captação de recursos externos para os programas e projetos de cooperação bilateral;

III acompanhar e orientar tecnicamente as unidades responsáveis pela gestão de projetos de cooperação bilateral;

IV apoiar a consolidação e análise de informações da gestão de projetos de cooperação bilateral, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial; e

V apoiar e subsidiar a elaboração de normas, rotinas e procedimentos relacionados com projetos de cooperação bilateral.

Art. 45. Ao Departamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente compete:

I - exercer a função de Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do FNMA;

II - proceder à instrução, à celebração e aos demais procedimentos administrativos afetos aos convênios, aos acordos, aos termos de parceria e aos ajustes que tenham por objeto a execução de projetos apoiados pelo FNMA;

III - coordenar, em articulação com as Secretarias do Ministério, o monitoramento físico-financeiro dos projetos contratados no âmbito do FNMA;

IV - coordenar, em articulação com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, os procedimentos de prestação de contas referentes aos projetos contratados no âmbito do FNMA; e

V - acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos consignados no orçamento do FNMA.

Art. 46. Coordenação-Geral de Fomento compete:

I planejar e organizar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e publicar as deliberações na página do DFNMA e no Diário Oficial da União;

II - organizar a realização de eleições das Organizações da Sociedade Civil representantes das cinco regiões geográficas no Conselho Deliberativo do FNMA;

III assistir o Diretor na gestão estratégica e operacional do Departamento;

IV coordenar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

V planejar e coordenar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados no FNMA;

VI - coordenar e orientar a elaboração de instrumentos de repasse de recursos e seus termos aditivos;

VII coordenar a elaboração de editais de chamamento público a serem lançados pelo DFNMA, e a análise das propostas apresentadas;

VIII - planejar e coordenar a realização de eventos de capacitação aos proponentes e executores, nas modalidades à distância e presencial;

IX planejar e coordenar a elaboração e atualização de manuais de apresentação e execução de projetos;

X coordenar e orientar o acompanhamento da execução de instrumentos de repasse de recursos, quanto aos aspectos técnicos e financeiros;

XI orientar a análise das prestações de contas dos convênios e instrumentos congêneres, quanto aos aspectos técnicos e financeiros, e emitir parecer conclusivo para apreciação do ordenador de despesas;

XII orientar a instrução de processos de tomadas de contas especiais a serem instauradas pela SPOA e de processos devolvidos pela SPOA, CGU e TCU;

XIII orientar a instrução de processos para a doação de bens dos convênios;

XIV orientar a análise de pedidos de parcelamento de débitos, desde que previsto em lei, e encaminhar à SPOA para aprovação; e

XV - coordenar a gestão documental do DFNMA.

Art. 47. Ao Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente compete:

I - prestar apoio técnico-administrativo ao funcionamento do CONAMA, suas câmaras técnicas permanentes ou temporárias e seus grupos de trabalho;

II - prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário-Executivo no desempenho de suas funções regimentais de Secretário-Executivo do CONAMA;

III - promover as articulações necessárias no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas, e também junto aos órgãos e às entidades governamentais e não governamentais que integram o Conama, nos assuntos referentes às atividades do Conselho; e

IV - apoiar a articulação entre o CONAMA e os demais órgãos colegiados do Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 48. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução dos programas e das atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da SECEX; e

IV - supervisionar as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente e as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Art. 49. Ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva incumbe:

I assessorar o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

II gerir, dirigir, orientar e supervisionar as atividades de secretaria e de apoio do Gabinete, inclusive as relacionadas com realização de viagens, afastamentos, férias, controle de frequência e capacitação de pessoal;

III organizar os despachos de processos, documentos, atos e expedientes do Secretário-Executivo, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do Ministério, em viagem nacional;

V zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário-Executivo;

VI proceder à prévia articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, sempre que necessário;

VII organizar a agenda do Secretário-Executivo, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões;

VIII - subsidiar a participação do Secretário-Executivo em colegiados de sua responsabilidade; e

IX exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Secretário-Executivo.

Art. 50. Ao Diretor de Programa incumbe:

I planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da SECEX e acompanhar os projetos prioritários do Ministério; e

II exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Secretário-Executivo.

Art. 51. Ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades executadas pelas unidades que integram a SPOA;

II coordenar e integrar as iniciativas destinadas ao aprimoramento e à implementação de critérios, requisitos e práticas de sustentabilidade e medidas de incentivo à inovação, atuando em conjunto com as demais unidades do Ministério;

III administrar e implementar a gestão do conhecimento no MMA;

IV praticar os atos que propiciem a regular execução orçamentária e financeira dos recursos alocados ao orçamento do Ministério;

V realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em danos ao erário;

VI autorizar a abertura de processo administrativo de licitação, nas suas diversas modalidades, para compra de material e contratação de obras e serviços;

VII adjudicar o objeto da licitação, no caso da modalidade licitatória pregão, quando da ocorrência de recursos administrativo;

VIII - celebrar ou rescindir contratos, convênios e ajustes ou outros instrumentos congêneres, nos assuntos afetos à Secretaria-Executiva ou nos casos de despesas que onerem o Ministério;

IX designar pregoeiro e respectiva equipe de apoio, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

X aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

XI aplicar as penalidades previstas nos incisos I, II e III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, a participantes de licitação, fornecedores e prestadores de serviços inadimplentes;

XII autorizar liberação ou substituição de garantia contratual;

XIII instaurar processo de Tomada de Contas Especial no âmbito de sua área de atuação, após constatação da ocorrência de danos ao Erário, e apuração de elementos e informações correlatos a esse dano e autorizar a retirada do registro de inadimplência;

XIV praticar os atos necessários ao atendimento das requisições de servidores da administração pública federal para a Justiça Eleitoral e sua prorrogação, fundamentadas na Lei nº 6.999, de 7 junho de 1982;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XV regulamentar os assuntos relativos à sua área de competência, mediante portarias, instruções, ordens de serviços e outros atos administrativos; e

XVI exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Secretário-Executivo.

Art. 52. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I assistir o Secretário-Executivo em assuntos de competência do respectivo Departamento;

II submeter à aprovação do Secretário-Executivo:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

III promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na sua respectiva área de atuação;

IV aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação;

V propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

VI praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências de suas respectivas unidades, observadas as disposições regulamentares; e

VII exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Secretário-Executivo.

Art. 53. Ao Diretor do Departamento de Recursos Externos incumbe, ainda:

I identificar nas unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas as iniciativas e ações necessárias ao desenvolvimento de suas respectivas competências, visando buscar a integração dos usos dos recursos advindos de cooperação internacional e recursos externos para a construção de projetos estruturantes;

II articular e acompanhar, em apoio a Assessoria de Assuntos Internacionais, as negociações de programas e projetos de cooperação internacional com governos estrangeiros e organismos internacionais;

III requerer às unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas dados e informações a respeito da execução de programas e projetos de cooperação internacional;

IV sistematizar informações gerenciais para apoiar a gestão de programas e projetos de cooperação internacional, em articulação com a SPOA e o DGE;

V - disponibilizar à SECEX, às Secretarias e às entidades vinculadas, bem como à sociedade em geral, informações sobre os projetos de cooperação internacional em execução no âmbito do MMA, colaborando com a transparência, a participação social e accountability; e

VI propor normas e procedimentos relativos à captação de recursos, bem como relacionados à celebração, execução, prorrogação e prestação de contas de programas e projetos de cooperação internacional.

Art. 54. Ao Diretor do Departamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente incumbe, ainda:

I - conduzir as reuniões do Conselho Deliberativo;

II discutir a proposta orçamentária anual do DFNMA junto à SPOA;

III - sistematizar em conjunto com as demais Secretarias do Ministério e parceiros a seleção dos temas a serem apoiados por meio de editais;

IV promover com os parceiros a captação de recursos necessários para atender aos editais; e

V - estabelecer as diretrizes do Departamento, por meio do planejamento anual.

Art. 55. Aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades de suas respectivas unidades;

II assistir a seus superiores nos assuntos pertinentes a sua área de atuação;

III submeter ao superior imediato planos de trabalho, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de atuação;

IV praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências de suas respectivas unidades, observadas as disposições regulamentares; e

V exercer outras atribuições que lhes forem designadas ou delegadas por seu superior imediato.

Art. 56. Ao Coordenador-Geral de Gestão Administrativa incumbe ainda, representar, quando necessário, o Ministério do Meio Ambiente na Presidência do Comitê Executivo do Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios, edifício-sede dos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura.

Art. 57. Ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas incumbe, ainda:

I praticar atos inerentes a:

a) averbação de tempo de serviço, aposentadoria, pensão e licenças;

b) execução da folha de pagamento;

c) concessão de indenização de ajuda de custo;

d) concessão de progressão funcional e promoção;

e) concessão de vantagem pessoal;

f) concessão de abono de permanência;

g) homologação de estágio probatório e estabilidade;

h) autorização de horário especial;

i) celebração e rescisão de contratos temporários, de excepcional interesse público, regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

j) publicidade dos atos de remoção de servidor;

k) emissão de declaração de vínculo e de tempo de serviço para servidores e ex-servidores;

l) contratação de estagiários; e

m) demais atos relativos à área de gestão de pessoas;

II reconhecer, quando cabíveis, as contratações diretas relacionadas à capacitação, e propor a autorização da despesa e a ratificação pela autoridade superior; e

III responder pela Unidade Gestora nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 58. Ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação incumbe, ainda:

I aprovar especificações técnicas de equipamentos, sistemas e serviços de informática a serem adquiridos ou contratados para uso pelas unidades do Ministério;

II emitir parecer sobre a contratação de consultoria externa para atuar na administração dos recursos de informação e informática; e

III - propor ações e sugerir prioridades nas atividades relacionadas a rede de computadores, banco de dados e suporte técnico.

Art. 59. Ao Coordenador-Geral de Compras e Contratos incumbe, ainda:

I promover a abertura de licitação para contratação de serviço e aquisição de bens de interesse do Ministério;

II propor a anulação ou a revogação de procedimento licitatório ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração;

III aprovar a escolha da modalidade de licitação adequada a cada procedimento licitatório;

IV praticar os atos necessários à realização das contratações sob sua responsabilidade;

V responder pela Unidade Gestora nos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

VI - emitir parecer de conformidade referente ao cumprimento dos dispositivos legais vigentes, para subsidiar a tomada de decisão quanto à homologação dos procedimentos de contratação.

Art. 60. Ao Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças incumbe, ainda, submeter ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração cenários com sugestões para a distribuição da programação orçamentária anual e da programação financeira de desembolso do Ministério e propostas para a distribuição dos referenciais monetários para elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual PLOA.

Art. 61. Aos Assessores, Assessores Técnicos, Assistente e aos Assistentes Técnicos incumbe assistir os superiores imediatos nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem designadas ou delegadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria de Assuntos Internacionais, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado, as Secretarias do Ministério e as entidades a ele vinculadas nos assuntos relacionados com cooperação internacional nas áreas de competência do Ministério;

II - coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério em foros internacionais que tratam de questões relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos;

III - atuar como interlocutor do Ministério e das entidades a ele vinculadas no Ministério das Relações Exteriores;

IV - articular-se e negociar com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros o apoio a programas e projetos relacionados à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; e

V - supervisionar e acompanhar a negociação e a implementação dos atos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil na área de competência do Ministério.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria de Assuntos Internacionais - ASIN será dirigida por Chefe de Assessoria.

Art. 3º Para o desempenho de suas funções a Assessoria de Assuntos Internacionais contará com um Assessor, de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

Art. 4º O ocupante do cargo previsto no artigo anterior será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 5º Ao Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais incumbe:

I assistir o Ministro de Estado e os dirigentes máximos das unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas em assuntos pertinentes à área de competência da Assessoria de Assuntos Internacionais;

II identificar nas unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas os temas e programas que possam ser objeto de cooperação internacional, e intermediá-los em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores;

III prestar assistência às áreas técnicas do Ministério nas negociações com governos estrangeiros e organismos internacionais, visando à uniformidade de ações do governo federal, em consonância com as diretrizes da política externa brasileira;

IV planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria de Assuntos Internacionais;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais, no âmbito da ASIN, em viagem nacional;

VII praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Assessoria de Assuntos Internacionais;

VIII - acompanhar as políticas públicas decorrentes de atos internacionais; e

IX exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas ou delegadas pelo Ministro de Estado.

Art. 6º Ao Assessor incumbe:

I assistir e assessorar o Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais nos assuntos de sua competência;

II colaborar na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Assessoria de Assuntos Internacionais, com vistas à avaliação e informação do superior imediato;

III emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Assessoria de Assuntos Internacionais;

IV apreciar e opinar sobre os processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade, sujeitos à decisão superior; e

V exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Consultoria Jurídica - Conjur, órgão setorial da Advocacia-Geral da União - AGU, administrativamente subordinada ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação e os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica - Conjur tem a seguinte estrutura:

I- Serviço de Apoio Administrativo SAA/Conjur;

II - Coordenação-Geral de Matéria Finalística CGMF:

a) Divisão de Temas Prioritários Finalísticos DITPF;

b) Divisão de Logística DIL; e

c) Divisão de Atos Normativos DIAN;

III - Coordenação-Geral de Matéria Administrativa - CGMA

a) Divisão de Temas Prioritários Administrativos DITPA

b) Divisão de Legislação e Pessoal DILP

Art. 3º A Conjur será dirigida pelo Consultor Jurídico; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Divisões e o Serviço, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES
Art. 5º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:
I - realizar o recebimento, digitalização, registro, triagem, distribuição, encaminhamento, expedição e controle de documentos e processos da Conjur;
II - organizar e manter atualizados o acervo de documentação, publicações técnico-jurídicas literárias e os referentes à legislação de interesse da Conjur;
III - acompanhar a publicação da legislação ambiental e correlata facilitando o seu acesso às demais unidades do Ministério;
IV - realizar pesquisa legislativa, jurisprudencial e doutrinária relacionada com a área de meio ambiente, quando de interesse da Conjur;
V - proceder à solicitação e controle de prestação de contas de passagens e diárias em deslocamentos nacionais e internacionais de membros e servidores, no âmbito da Conjur;
VI - supervisionar e controlar o estoque de material de consumo, providenciando a sua requisição e distribuição;
VII - receber, manter e controlar a movimentação de materiais permanentes necessários ao funcionamento da Conjur, providenciando requisição e distribuição;
VIII - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, de reprografia, de digitalização, de manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões da Conjur;
IX - providenciar a solicitação das atividades relativas à capacitação, desenvolvimento e controle de pessoal lotado na Conjur, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e
X realizar outras demandas de natureza administrativa.
Art. 6º À Coordenação-Geral de Matéria Finalística compete:
I - coordenar a análise de atos normativos e elaborar estudos, pareceres, notas e informações de interesse do Ministério e da AGU, em especial sobre os seguintes temas:
a) modificações e regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente;
b) aspectos jurídicos da política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
c) instrumentalização jurídica das estratégias, mecanismos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
d) orientação jurídica sobre políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal;
e) legislação sobre patrimônio genético e biodiversidade;
f) atos normativos relativos a recursos hídricos e pesqueiros;
g) temas afetos a unidades de conservação, excetuada a competência da Assessoria-Jurídica junto ao Serviço Florestal Brasileiro ASJUR-SFB;
h) zoneamento ecológico-econômico;
i) legislação sobre resíduos sólidos e saneamento básico;
j) legislação e convenções internacionais sobre mudança climática; e
k) ações judiciais que envolvam quaisquer dos temas acima;
II - prestar a orientação e subsídios jurídicos às atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas, quando demandada;
III - acompanhar o andamento dos processos judiciais, relacionados aos temas de sua competência, nos quais o Ministério tenha interesse, supletivamente às procuradorias competentes da AGU;
IV - sugerir medidas de aperfeiçoamento e de aplicação dos instrumentos legais pertinentes à área de atuação do Ministério;
V - manifestar-se, prévia e conclusivamente, sobre as questões que envolvam matéria de natureza jurídica de interesse do Ministério;
VI - preparar as informações solicitadas pela AGU relativas a processos judiciais de interesse da União, conforme a sua competência temática;
VII - manifestar-se, quando solicitado, sobre questões que envolvam matéria jurídica originária dos órgãos colegiados deste Ministério;
VIII dirimir e uniformizar entendimentos, conforme a sua competência temática; e
IX dar publicidade a atos normativos da AGU ou outros que tenha conhecimento, conforme a sua competência temática.
Art. 7º À Divisão de Temas Prioritários Finalísticos compete apoiar as áreas finalísticas em temas prioritários no âmbito do Ministério do Meio Ambiente relacionados às matérias tratadas no artigo anterior, conforme indicação do respectivo Coordenador-Geral ou do Consultor Jurídico.
Art. 8º À Divisão de Logística compete prestar apoio técnico e administrativo, no que couber, à Conjur, garantindo o bom funcionamento da Unidade.
Art. 9º À Divisão de Atos Normativos compete coordenar a análise de atos normativos de interesse do Ministério, relacionados à matéria finalística.
Art. 10. À Coordenação-Geral de Matéria Administrativa compete:
I - examinar e emitir manifestação jurídica, quanto:
a) a regularidade dos autos de sindicância e processos disciplinares instaurados no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas nos termos da legislação;
b)a matéria de pessoal e atos congêneres;
c) à legalidade das propostas de editais, contratos, acordos, convênios e demais atos da mesma natureza, que devam ser assinados por autoridades do Ministério; e
d) aos atos normativos referentes à matéria de sua competência;
II - examinar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
III - pronunciar-se sobre a legalidade administrativa dos procedimentos internos de atos a serem firmados ou já efetivados;
IV - acompanhar o andamento dos processos judiciais, relacionados aos temas de sua competência, nos quais o Ministério tenha interesse, supletivamente às procuradorias competentes da AGU;
V - preparar as informações solicitadas pela AGU relativa a processos judiciais de interesse da União, conforme a sua competência temática;
VI - dirimir e uniformizar entendimentos, conforme a sua competência temática; e
VII dar publicidade a atos normativos da AGU ou outros que tenha conhecimento, conforme a sua competência temática.
Art. 11. À Divisão de Temas Prioritários Administrativos compete apoiar as áreas finalísticas em temas prioritários no âmbito do Ministério do Meio Ambiente relacionados às matérias tratadas no artigo anterior, conforme indicação do respectivo Coordenador-Geral ou do Consultor Jurídico.
Art. 12. À Divisão de Legislação e Pessoal compete coordenar a análise de atos normativos de interesse do Ministério, relacionados à matéria administrativa.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E
DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO
Art. 13. Ao Consultor Jurídico incumbe:
I assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;
II - assistir o Ministro de Estado no controle interno dos atos administrativos a serem implementados ou já efetivados e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;
III - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades;
IV elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro de Estado;
V exercer a coordenação e a orientação técnica das atividades jurídicas do Ministério;
VI - articular-se com os diversos órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, visando ao cumprimento das competências da Conjur;
VII aprovar as manifestações jurídicas emitidas no âmbito da Conjur;
VIII sugerir, na Procuradoria-Geral da União e suas unidades descentralizadas, intervenção nas causas em que a União for interessada na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes;
IX expedir instruções fixando orientações operacionais para a execução dos serviços afetos à Conjur; e
X - fornecer à AGU subsídios jurídicos a serem utilizados nas defesas judiciais e administrativas em matéria de interesse do Ministério.
Parágrafo único. O Consultor Jurídico poderá delegar a aprovação final das manifestações jurídicas no âmbito da Conjur junto ao Ministério do Meio Ambiente aos Coordenadores-Gerais.
Art. 14. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:
I - assistir o Consultor Jurídico nos assuntos de sua competência;
II - colaborar na coordenação e acompanhamento das atividades executadas no âmbito da Conjur;
III - opinar sobre os assuntos submetidos à Conjur, sujeitos à decisão superior;
IV - emitir pareceres sobre assuntos submetidos à Conjur; e
V - praticar outras atividades que lhes sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.
Art. 15. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe exercer as atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência pelos Coordenadores-Gerais e pelo Consultor Jurídico.
Art. 16. Ao Assistente e ao Assistente Técnico incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas pelos Coordenadores-Gerais e pelo Consultor Jurídico.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 17. O Consultor Jurídico poderá expedir instruções complementares a este Regimento Interno, fixando orientações operacionais para a execução dos serviços afetos à Conjur.
Art. 18. As consultas serão encaminhadas à Conjur pelo Ministro de Estado, pelos titulares dos órgãos que lhe são diretamente subordinados e pelos titulares dos órgãos específicos singulares, devidamente instruídas com prévia manifestação conclusiva do órgão consulente e demais órgãos competentes para se pronunciar sobre o objeto da consulta, além de outros documentos necessários à elucidação da questão jurídica suscitada.
Art. 19. É prerrogativa da Conjur dirigir-se aos órgãos integrantes da estrutura do Ministério e às entidades vinculadas, requisitando informações ou a realização de diligências necessárias à instrução de processo submetido à sua apreciação ou ao exercício da supervisão ministerial.
§ 1º Deverá ser dado tratamento urgente e preferencial às requisições de que trata o caput deste artigo.
§ 2º As requisições relativas a assuntos judiciais deverão ser atendidas no prazo nelas estipulado e sua inobservância importará em apuração de responsabilidade na forma da lei.
Art. 20. Os casos omissos e dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO
CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE
Art. 1º À Assessoria Especial de Controle Interno, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, compete:
I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992;
III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;
V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais;
VI - apoiar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;
VII - auxiliar na interlocução sobre assuntos relacionados a ética, ouvidoria e correição entre as unidades responsáveis no Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;
VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério nos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;
IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério do Meio Ambiente, e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e
X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 2º A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI será dirigida por Chefe de Assessoria.
Art. 3º O ocupante do cargo previsto no artigo anterior será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado e designado na forma da legislação vigente.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE
Art. 4º Ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno incumbe:
I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Assessoria;
II assessorar o Ministro de Estado e as unidades integrantes da estrutura do Ministério em assuntos vinculados ao controle interno e/ou externo;
III orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive quanto à forma de prestar contas;
IV submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de Tomadas e Prestações de Contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
V coletar informações das unidades integrantes do Ministério e entidades a ele vinculadas, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema de Controle interno, com vistas a atender às necessidades do órgão;
VI assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
VII avaliar e monitorar o atendimento ao disposto no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e apresentar ao Ministro de Estado relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
VIII manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.724, de 2012;
IX recomendar medidas para aperfeiçoar normas e procedimentos, visando a assegurar ao cidadão o direito de solicitar e receber das unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas informações públicas por elas produzidas ou custodiadas;
X aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável; e
XI exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Ministro de Estado.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 5º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE MUDANÇA DO CLIMA E FLORESTAS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, órgão específico singular, compete:

I - propor e avaliar políticas, normas, iniciativas e definir estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a mitigação da mudança do clima e a adaptação aos seus impactos adversos;

b) o apoio e o fomento de ações relacionadas à mudança do clima;

c) o combate ao desmatamento, aos incêndios e à degradação florestal;

d) a preservação e a conservação de vegetação nativa, a recuperação de áreas degradadas, a recomposição e o plantio florestal e o desenvolvimento florestal sustentável; e

e) os instrumentos econômicos e normativos relacionados ao Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e ao pagamento por resultados em redução de emissões de gases do efeito estufa, na sua área de competência;

II - coordenar:

a) a implementação das ações do Ministério relacionadas à mudança do clima e às florestas;

b) a implementação e o monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

c) a formulação e a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima nas suas vertentes de mitigação e adaptação;

d) as ações de combate ao desmatamento e à degradação florestal nos biomas brasileiros;

e) a elaboração e a implementação de planos e ações de manejo e controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais;

f) a elaboração, a implementação e o monitoramento da estratégia nacional de redução de emissões por fontes e o aumento de remoções por sumidouros de gases do efeito estufa;

g) a implementação de compromissos decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, a que se refere o Decreto nº 5.445, de 12 de maio de 2005;

h) a implementação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, promulgados pelo Decreto nº 99.280, de 6 de junho de 1990; e

i) o Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima;

III - propor políticas e instrumentos econômicos e financeiros destinados à implementação da PNMC;

IV - apoiar e fomentar projetos, estudos e iniciativas que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos seus impactos adversos;

V - apoiar os entes federativos em suas ações e políticas nas áreas de mudança do clima;

VI - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais, de negociações e eventos internacionais relacionados à mudança do clima, às florestas e à proteção da camada de ozônio;

VII - acompanhar atividades relacionadas ao Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC, definido pelo Decreto nº 5.445, de 2005; e

VIII - integrar o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, instituído pelo Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Mudança do Clima e Florestas - SMCF tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SMCF:

a) Coordenação de Apoio Administrativo CAA; e

b) Coordenação de Orçamento e Finanças COF;

II - Departamento de Políticas em Mudança do Clima DPMC:

a) Coordenação-Geral de Ações em Mudança do Clima CGMC; e

b) Coordenação de Formulação de Políticas em Mudança do Clima CPMC;

III - Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento DFCD;

a) Coordenação-Geral de Transparência e Financiamento para Florestas CGTF;

b) Coordenação-Geral de Economia Florestal CGEF;

c) Coordenação-Geral de Combate ao Desmatamento, Degradação Florestal e Queimadas CGDF;

IV - Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima DMAF:

a) Coordenação-Geral de Fomento e Apoio CGFA;

b) Coordenação de Transparência de Ações em Mudança do Clima CTAM;

c) Coordenação-Geral de Proteção da Camada de Ozônio CGPO;

d) Coordenação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima CFMC

Art. 3º A Secretaria de Mudança do Clima e Florestas será dirigida por Secretário; o Gabinete por Chefe; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; e as Coordenações por Coordenadores.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente pessoal, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II - preparar a documentação necessária ao deslocamento de servidores da Secretaria, bem como solicitar a concessão de diárias nacionais e internacionais, a emissão de passagens e respectivas prestações de contas;

III - controlar e executar as atividades de apoio técnico e administrativo do Gabinete;

IV - coordenar e monitorar as atividades entre os Departamentos da Secretaria para o cumprimento das metas e dos objetivos, propostos no Planejamento do Ministério;

V - auxiliar o Secretário em viagens, palestras e eventos em que vier a participar ou que for ministrar;

VI promover a coordenação e a articulação entre os Departamentos da Secretaria para atendimento das demandas de planejamento e gestão do Ministério e das ações sobre mudança do clima e florestas;

VII monitorar os prazos das tarefas a serem executadas pelos Departamentos, e promover sua cobrança quando do não cumprimento;

VIII coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual PPA e para o Orçamento Anual;

IX analisar e emitir parecer aos processos administrativos visando ao empenho, liquidação e pagamento das despesas;

X controlar e acompanhar os processos de pagamentos e liberação de recursos e prestação de contas de contratos, convênios, acordos e ajustes; e

XI atender às solicitações dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I executar as atividades de apoio administrativo do Gabinete;

II requisitar, receber e controlar a distribuição de material de consumo e a movimentação de materiais permanentes necessários ao funcionamento da Secretaria;

III analisar Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens PCDP, emitindo parecer favorável à aprovação pelo ordenador de despesas;

IV analisar a prestação de contas em deslocamentos nacionais e internacionais de servidores, convidados e colaboradores eventuais;

V autorizar a requisição de transporte de servidores e solicitar a manutenção de instalações e equipamentos, conservação, limpeza e demais serviços auxiliares, no âmbito da Secretaria;

VI executar os serviços de reprografia no âmbito da Secretaria;

VII elaborar o Boletim Mensal de Frequência BMF da Secretaria;

VIII manter atualizado o registro da participação da Secretaria em colegiados, grupos de trabalho, comissões e congêneres; e

IX acompanhar, cobrar e consolidar documentos com prazos no âmbito da Secretaria.

Art. 7º À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I elaborar em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria a Proposta Orçamentária Anual, para encaminhamento à SPOA/MMA;

II elaborar em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria o Plano Plurianual PPA, para encaminhamento à SECEX/MMA;

III controlar os créditos recebidos por provisão e elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária;

IV proceder à análise dos processos administrativos no âmbito da secretaria;

V - operacionalizar os sistemas estruturantes do Governo Federal de administração financeira, de gestão e acompanhamento do planejamento e orçamento, de convênios e demais instrumentos de transferências voluntárias da União;

VI analisar, controlar e acompanhar a documentação institucional e os processos relativos a celebração de contratos, convênios, acordo e ajustes, bem como analisar, sob o aspecto financeiro, as prestações de contas dos convênios;

VII solicitar à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças CGOF/SPOA a adoção de providências necessárias à abertura de créditos adicionais;

VIII orientar as equipes técnicas na viabilização, preparação, elaboração e acompanhamento de contratos, convênios, acordos e ajustes;

IX - efetuar registro de comprovação, aprovação, inadimplência junto ao SIAFI e, quando necessário, a inscrição no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais CADIN, com autorização competente;

X atender às solicitações dos órgãos de controle interno e externo; e

XI - apoiar o Gabinete na elaboração de relatórios de gestão e nas atividades da Secretaria.

Art. 8º Ao Departamento de Políticas em Mudança do Clima compete:

I - subsidiar o desenvolvimento de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a elaboração e a implementação de programas e projetos na área de mitigação da mudança do clima e de adaptação aos seus impactos adversos;

II - propor, elaborar, gerenciar e implementar ações, programas e projetos sobre mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus impactos adversos;

III - propor a atualização e subsidiar tecnicamente a implementação da PNMC, em consonância com os compromissos internacionalmente assumidos pela República Federativa do Brasil;

IV - coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima;

V - acompanhar e subsidiar tecnicamente o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima;

VI - acompanhar, subsidiar tecnicamente e atuar como Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima; e

VII - acompanhar e subsidiar tecnicamente a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, criada pelo Decreto de 7 de julho de 1999.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Ações em Mudança do Clima compete:

I propor políticas, normas, iniciativas e estratégias para a elaboração e a implementação de programas e projetos de competência deste Departamento;

II - subsidiar tecnicamente a atualização e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no que compete às atividades deste Departamento; e

III - apoiar o Departamento nas atividades de coordenação da implementação e no monitoramento e avaliação dos Planos sobre Mudança do Clima.

Art. 10. À Coordenação de Formulação de Políticas em Mudança do Clima compete:

I propor a atualização e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no que compete às atividades deste Departamento;

II - articular com setores relevantes e desenvolver estudos para a elaboração de políticas, normas, iniciativas e estratégias em temas relacionados ao enfrentamento da mudança do clima;

III - propor, elaborar e apoiar o gerenciamento e implementação de ações, programas e projetos sobre mudança do clima;

IV apoiar as atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e do seu Grupo Executivo; e

V articular com setores relevantes a elaboração da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris e sua revisão a cada 5 anos.

Art. 11. Ao Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) o combate ao desmatamento;

b) a degradação florestal;

c) a recomposição florestal;

d) as florestas naturais e plantadas; e

e) a prevenção e o controle de incêndios florestais;

II - apoiar a Secretaria na elaboração de planos de apoio e incentivo à preservação e à conservação de vegetação nativa e à recuperação de áreas degradadas;

III - coordenar as comissões executivas dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais nos biomas brasileiros;

IV - elaborar e coordenar a implementação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;

V - propor instrumentos de financiamento de ações nacionais e internacionais relacionadas à redução do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal;

VI - apoiar tecnicamente o Comitê Orientador e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia, previstos no Decreto nº 6.527, de 1o de agosto de 2008;

VII - coordenar a elaboração e a implementação da estratégia nacional de redução das emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal e do aumento das remoções por sumidouros de gases do efeito estufa;

VIII - propor, coordenar e implementar programas e projetos de cooperação relacionados à prevenção e ao controle do desmatamento e da degradação florestal, da recomposição florestal e dos incêndios florestais;

IX - propor e elaborar estudos, sistematizar e disseminar informações sobre resultados e impactos das ações de prevenção e controle do desmatamento, da degradação florestal, da recomposição florestal, dos incêndios florestais e dos demais temas relacionados à redução de emissões por fontes e aumento das remoções por sumidouros de gases do efeito estufa;

X - apoiar e desenvolver instrumentos de mensuração e avaliação do desmatamento, da degradação florestal e da recomposição florestal;

XI - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com o Serviço Florestal Brasileiro, da Comissão Nacional de Florestas, instituída pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, e prestar-lhe apoio técnico e administrativo; e

XII - apoiar e acompanhar o Inventário Florestal Nacional, em articulação com o Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Transparência e Financiamento para Florestas compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - exercer a função de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+, responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ e por coordenar a elaboração dos requisitos para o acesso a pagamentos por resultados de políticas e ações de REDD+ no Brasil;

II - coordenar os trabalhos do Grupo de Trabalho Técnico sobre REDD+;

III - elaborar a documentação técnica sobre os requisitos necessários para acessar pagamentos por resultados de políticas e ações de REDD+ do País;

IV - produzir relatórios e insumos técnicos, incluindo processo de mensuração, relato e verificação de resultados, sobre o setor de mudança do uso da terra e florestas para apoiar o processo de implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC do Brasil ao Acordo de Paris;

V - desenvolver e implementar o repositório de informações sobre os resultados de REDD+ e respectivos pagamentos por resultados recebidos pelo Brasil (Info Hub Brasil);

VI - desenvolver e implementar o sistema de informações sobre as salvaguardas de REDD+ (SISREDD+);

VII - aprimorar o monitoramento e a análise de impacto de políticas públicas, buscando maximizar sua contribuição para a mitigação da mudança global do clima, observadas as salvaguardas socioeconômicas e ambientais acordadas na Convenção-Quadro;

VIII - contribuir para a mobilização de recursos internacionais em escala compatível com os compromissos nacionais de mitigação de gases de efeito estufa nos biomas brasileiros;

IX - coordenar a implementação do Programa de Cooperação Sul-Sul em Mudança do Clima e Florestas; e

X - apoiar tecnicamente o Ministério das Relações Exteriores nos processos de negociações internacionais no âmbito da Convenção-Quadro.

Art. 13. Coordenação-Geral de Economia Florestal compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) o aproveitamento econômico das florestas nativas por meio do manejo florestal sustentável e da recuperação com fins econômicos;

b) o desenvolvimento de estratégias de apoio à comercialização de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros;

c) o desenvolvimento e a articulação para o oferecimento de créditos públicos e privados para as atividades de manejo florestal sustentável;

d) a revisão e o desenvolvimento, junto aos órgãos responsáveis, de propostas de aprimoramento da política e instrumentos tributários para o setor florestal;

e) o desenvolvimento de arranjos e pactos setoriais junto ao setor privado e à sociedade civil para fomentar o aprimoramento da gestão florestal, o manejo florestal sustentável e a recuperação florestal;

f) o fomento ao uso sustentável das Reservas Legais e outros remanescentes florestais em áreas privadas como alternativa econômica e estratégia de conservação ambiental;

g) o fomento, junto ao Serviço Florestal Brasileiro, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico para a rastreabilidade da cadeia produtiva da madeira tropical; e

h) a regulamentação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa, em especial os programas de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como a adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal;

II - apoiar a Secretaria na elaboração de planos de apoio e incentivo à preservação e à conservação de vegetação nativa e à recuperação de áreas degradadas;

III apoiar a implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Proveg e seu respectivo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg; e

IV exercer a função de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa - Conaveg.

Art. 14. Coordenação-Geral de Combate ao Desmatamento, Degradação Florestal e Queimadas compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) o combate ao desmatamento;

b) a degradação florestal; e

c) a prevenção e o controle de incêndios florestais;

II coordenar a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, inclusive:

a) coordenar os processos de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação dos Planos de Ação;

b) organizar e secretariar as reuniões das Comissões Executivas;

c) elaborar análises e difundir informações sobre o desmatamento e as queimadas; e

d) desenvolver, critérios e preparar portarias com a lista de municípios prioritários para orientar as ações de prevenção e combate ao desmatamento;

III - elaborar e coordenar a implementação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;

IV - apoiar tecnicamente o Comitê Orientador e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia, previstos no Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, inclusive:

a) contribuir tecnicamente na elaboração dos focos de atuação do Fundo Amazônia;

b) apoiar o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES na elaboração das chamadas públicas do Fundo Amazônia; e

c) realizar o cálculo da quantidade de emissões de carbono oriundas de desmatamento e limite de captação de recursos;

V - propor, coordenar e implementar programas e projetos de cooperação relacionados à prevenção e ao controle do desmatamento e da degradação florestal, da recomposição florestal e dos incêndios florestais;

VI - propor e elaborar estudos, sistematizar e disseminar informações sobre resultados e impactos das ações de prevenção e controle do desmatamento, da degradação florestal e dos incêndios florestais;

VII - apoiar e desenvolver instrumentos de mensuração e avaliação do desmatamento, da degradação florestal e dos incêndios florestais, inclusive apoiar tecnicamente a implementação do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros PMABB, instituído pela Portaria MMA nº 365, de 27 de novembro de 2015; e

VIII - propor a criação, e coordenar a implementação, de colegiados, vinculados ao Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, que visem a redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros, conforme previsto no Decreto de 3 de julho de 2003, inclusive coordenar os trabalhos da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais, conforme Portaria Interministerial MMA/MDA nº 328, de 20 de outubro de 2015.

Art. 15. Ao Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima compete:

I - subsidiar o desenvolvimento de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a implementação de programas e projetos destinados à mensuração, ao relato e à verificação de emissões de gases do efeito estufa;

II - apoiar os órgãos governamentais responsáveis pelas atividades destinadas à implementação da PNMC e pelos compromissos decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

III - acompanhar e monitorar ações, iniciativas, estratégias, programas e projetos de cooperação internacional e instrumentos de financiamento de ações nacionais e internacionais relacionadas à mudança do clima e às florestas;

IV - apoiar e fomentar a obtenção de financiamento para ações em mudança do clima e florestas;

V - apoiar tecnicamente o Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e atuar como sua Secretaria-Executiva;

VI - atuar como ponto focal técnico do Governo federal para os temas relacionados com a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;

VII - propor, elaborar, gerenciar, implementar, acompanhar e monitorar ações, iniciativas, estratégias, programas e projetos para a eliminação e o uso ambientalmente correto das substâncias que destroem a camada de ozônio e de outras definidas pelo Protocolo de Montreal; e

VIII - coordenar o Comitê Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio - Prozon, criado pelo Decreto de 6 de março de 2003, e atuar como sua Secretaria-Executiva.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Fomento e Apoio compete:

I apoiar o desenvolvimento de novas formas de fomento para o financiamento sobre mudança do clima, no âmbito dos meios de implementação estabelecidos na Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas - CQNUMC;

II acompanhar e apoiar a implementação das decisões da CQNUMC relacionadas ao financiamento sobre a mudança do clima;

III avaliar projetos e ações para a captação de recursos nacionais internacionais em mudança do clima;

IV conhecer e organizar informações referentes às fontes de financiamento do clima;

V propor e implementar medidas e ações estratégicas para os projetos no âmbito da secretaria, em particular, os de recursos oriundos de cooperação internacional, de maneira a dar transparência, evitar superposições e melhorar sua gestão; e

VI assessorar o Secretário de Mudança do Clima e Florestas na produção de documentos relacionados ao financiamento sobre o clima.

Art. 17. À Coordenação de Transparência de Ações em Mudança do Clima compete:

I subsidiar o desenvolvimento de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a implementação de programas e projetos destinados à mensuração, ao relato e à verificação de emissões de gases do efeito estufa;

II apoiar os órgãos governamentais responsáveis pelas atividades destinadas ao acompanhamento da implementação da PNMC, bem como dos compromissos decorrentes da CQNUMC a que se refere o Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998;

III acompanhar e apoiar a implementação das decisões da CQNUMC relacionadas à Transparência de ação sobre a mudança do clima; e

IV acompanhar e monitorar ações, iniciativas, estratégias, programas e projetos de cooperação internacional no âmbito da CTAM e relacionados à mensuração, ao relato e à verificação de emissões de gases do efeito estufa.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Proteção da Camada de Ozônio compete:

I atuar como Unidade Nacional de Ozônio perante o Secretariado do Protocolo de Montreal, e especificamente:

relatar anualmente os dados do consumo brasileiro de substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

coordenar as ações que viabilizem o cumprimento das metas de eliminação das substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

apoiar as ações de controle e monitoramento do consumo brasileiro das substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

propor, fomentar e apoiar estudos que viabilizem a conversão tecnológica dos setores que utilizam substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal em seus processos produtivos;

II coordenar projetos de conversão tecnológica para viabilizar a substituição das substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

III promover e estimular o treinamento e a capacitação dos profissionais que manuseiam substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

IV propor, fomentar e elaborar instrumentos legais e normas técnicas relacionadas à eliminação e ao manuseio adequado das substâncias que destroem a camada de ozônio e outras definidas pelo Protocolo de Montreal;

V subsidiar, assessorar na participação de negociações internacionais e eventos relacionados à proteção da camada de ozônio;

VI divulgar as ações de proteção da camada de ozônio realizadas pelo Governo Brasileiro; e

VII atuar como Secretaria-Executiva do Comitê Executivo Interministerial para Proteção da Camada de Ozônio - Prozon.

Art. 19. À Coordenação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima compete:

I organizar e secretariar as reuniões do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC;

II coordenar a execução dos projetos e ações com recursos destinados ao Fundo Nacional de Mudança do Clima relacionados à execução, acompanhamento e fiscalização técnica e de aplicação de recursos financeiros; e

III apoiar processos que contribuam para a melhor gestão do FNMC e sua reestruturação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20. Ao Secretário de Mudança do Clima e Florestas incumbe:

I assessorar o Ministro de Estado na implementação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de sua competência;

II supervisionar, planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

III aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV promover e acompanhar a atuação de representantes da Secretaria em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva relacionados à sua área de atuação;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

VI submeter à apreciação da Consultoria Jurídica as demandas jurídicas da Secretaria, devidamente instruídas e analisadas pela área técnica;

VII representar o Ministro de Estado e o Secretário-Executivo, quando designado, em reuniões, audiências e eventos; e

VIII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

Art. 21. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I assistir o Secretário nos assuntos de competência da Secretaria;

II planejar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades de secretaria e apoio do Gabinete;

III organizar os despachos de processos, documentos e expedientes da Secretaria, a serem submetidos ao Secretário, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV proceder à prévia articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, sempre que necessário;

V zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário;

VI supervisionar a organização de agenda do Secretário, no País e no exterior, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões; e

VII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Secretário.

Art. 22. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades a cargo do respectivo Departamento, a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas;

II assistir o Secretário em assuntos de competência do respectivo Departamento;

III submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos, programas e projetos de cooperação elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

IV promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na sua respectiva área de atuação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

VII encaminhar os atos necessários à adequada gestão de pessoas, tais como, solicitações de capacitação, substituição de pessoal, e outros;

VIII praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências do respectivo Departamento; e

IX exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Secretário.

Art. 23. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe planejar, coordenar, orientar e avaliar a executar dos projetos e atividades de sua respectiva unidade, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas e exercer outras atribuições que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 24. Aos Assistentes e ao Assistente Técnico incumbe assistir os superiores imediatos nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem designadas em suas áreas de competência.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Mudança do Clima e Florestas.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Biodiversidade, órgão específico singular, compete:

I - propor e avaliar políticas, normas, iniciativas e definir estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e do patrimônio genético;

b) a proteção e a valorização do conhecimento tradicional associado à biodiversidade e ao patrimônio genético e à repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do seu uso;

c) a conservação e o uso sustentável de espécies da biodiversidade brasileira, incluídos os recursos pesqueiros;

d) a biossegurança relacionada aos organismos geneticamente modificados e à biologia sintética;

e) a prevenção da introdução, a dispersão e o controle de espécies exóticas invasoras;

f) a conservação, o monitoramento e a gestão sustentável dos ecossistemas naturais e seus serviços;

g) as unidades de conservação e os espaços territoriais especialmente protegidos; e

h) a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos na escala de paisagens, além das unidades de conservação e dos espaços territoriais especialmente protegidos;

II - coordenar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

III - coordenar e articular a implementação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV - monitorar e avaliar o impacto de políticas de desenvolvimento e da mudança do clima sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos;

V - coordenar a elaboração e a publicação de listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção;

VI - subsidiar o Ministro de Estado do Meio Ambiente para, em conjunto com a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República, fixar normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros;

VII - participar de negociações e eventos internacionais relacionados aos temas de suas competências, de maneira a subsidiar, em conjunto com a Assessoria de Assuntos Internacionais, a formação das posições brasileiras por parte do Ministério das Relações Exteriores;

VIII - prestar apoio técnico-administrativo para:

a) a Comissão Nacional de Biodiversidade, de que trata o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003;

b) o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, criado pelo Decreto de 23 de outubro de 2003;

c) a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER, criada pelo Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005; e

d) a Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera - COBRAMAB, de que trata o Decreto de 21 de setembro de 1999;

IX - coordenar a implementação no País dos assuntos relativos à Convenção da Diversidade Biológica, de maneira a atuar como ponto focal nacional; e

X - exercer as atividades de secretaria-executiva do CGen e prestar-lhe apoio técnico-administrativo.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Biodiversidade - SBIO tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete GAB/SBIO:

a) Divisão de Planejamento, Orçamento e Administração DIPOA:

1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira SEOF;

b) Divisão de Projetos de Cooperação Internacional DIPIN:

1. Serviço de Apoio Administrativo do Gabinete SAAG;

II - Departamento de Conservação e Manejo de Espécies DESP:

a) Coordenação do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros COPESQ; e

b) Coordenação-Geral de Conservação de Espécies CGESP;

III - Departamento de Conservação de Ecossistemas DECO:

a) Coordenação de Monitoramento e Planejamento de Paisagens CMPAI; e

b) Coordenação-Geral de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável de Ecossistemas CGEco;

IV - Departamento de Áreas Protegidas DAP:

a) Coordenação de Fomento ao SNUC CFS; e

b) Coordenação-Geral de Políticas para Áreas Protegidas CGAP;

V - Departamento de Patrimônio Genético DPG:

a) Coordenação de Acesso e Projetos CAP;

b) Coordenação-Geral de Políticas de Repartição de Benefícios CGRB;

VI - Departamento de Apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético DCGen;

a) Coordenação-Geral de Atos Normativos e Processos Decisórios CGAN:

1. Coordenação de Atos Normativos e Procedimentos de Verificação CAPV;

2. Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais CAIN;

b) Coordenação-Geral de Inteligência e Gestão da Informação CGINT:

1. Coordenação de Gestão do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado CSISGEN;

2. Coordenação de Gestão de Inteligência e Rastreabilidade CRAS;

c) Coordenação-Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas CGCAM:

1. Coordenação de Apoio Técnico às Câmaras Setoriais e Temáticas CCAM;

2. Coordenação de Articulação e Integração CART.

Art. 3º A Secretaria de Biodiversidade será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente do Gabinete, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II promover e coordenar a articulação e o alinhamento das ações de competência da Secretaria;

III auxiliar o Secretário em viagens, palestras e eventos em que vier a participar ou ministrar;

IV - controlar e executar as atividades de apoio técnico e administrativo ao Gabinete;

V - promover o acompanhamento do atendimento às demandas de acesso à informação;

VI auxiliar a Secretaria na elaboração do seu planejamento estratégico e no estabelecimento de prioridades; e

VII acompanhar a negociação e a execução de projetos de cooperação internacional firmados no âmbito da Secretaria.

Art. 6º À Divisão de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - orientar, monitorar e propor, no que couber, as atividades de planejamento, gestão orçamentária e financeira da Secretaria, bem como coordenar a elaboração de relatórios referentes ao ciclo de gestão orçamentária e planejamento;

II - operar e orientar os Departamentos no uso de sistemas estruturantes do Governo Federal de administração financeira, de gestão e acompanhamento do planejamento e orçamento, de convênios e demais instrumentos de transferências voluntárias da União;

III - gerenciar os convênios e outros instrumentos de transferências voluntárias e congêneres, quanto à formalização, execução, prestação de contas e instrução preliminar dos processos de Tomada de Contas Especial, orientando os Departamentos e os convenentes nos aspectos administrativos, financeiros e técnicos;

IV - orientar e acompanhar as unidades da Secretaria quanto à execução ou utilização de contratos administrativos de prestação de serviços, bem como fiscalizá-los, quanto ao aspecto administrativo, quando designado por autoridade competente;

V - prestar informações, orientar os Departamentos e acompanhar o atendimento às demandas e apontamentos da Controladoria-Geral da União e demais órgãos de controle;

VI - subsidiar a elaboração e acompanhar o Planejamento Estratégico, no âmbito da Secretaria; e

VII orientar, monitorar e analisar os processos de concessão de diárias e passagens no âmbito da Secretaria.

Art. 7º Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - controlar os créditos recebidos por provisão e elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária;

II - operacionalizar os sistemas estruturantes do Governo Federal de administração financeira, de gestão e acompanhamento do planejamento e orçamento, de convênios e demais instrumentos de transferências voluntárias da União, bem como de concessão de diárias e passagens;

III acompanhar os atos referentes às despesas com convênios, dentre outros instrumentos de transferências voluntárias da União, bem como os demais atos referentes à concessão de diárias e passagens, efetuando os respectivos pagamentos quando devidamente autorizados;

IV - regularizar eventual pendência contábil das unidades gestoras da Secretaria; e

V apoiar a DIPOA quanto ao cumprimento de suas competências.

Art. 8º À Divisão de Projetos de Cooperação Internacional compete:

I apoiar, orientar e acompanhar, administrativamente, os Departamentos na negociação e execução de projetos de cooperação internacional firmados no âmbito da Secretaria;

II sistematizar informações gerenciais para o acompanhamento e avaliação dos projetos de cooperação internacional;

III auxiliar a Secretaria nos processos de contratação de pessoa física e jurídica por meio da análise dos termos de referência e acompanhamento dos certames;

IV operar os sistemas das agências executoras necessários ao andamento dos projetos de cooperação internacional; e

V prestar informações, orientar os Departamentos e acompanhar o atendimento às demandas e apontamentos dos órgãos de controle.

Art. 9º Ao Serviço de Apoio Administrativo do Gabinete compete:

I executar as atividades de apoio administrativo e o protocolo de documentos e informações recebidos e emitidos pelo Gabinete;

II executar, acompanhar e controlar processos no Sistema Eletrônico de Informações;

III executar as atividades referentes à requisição, recepção, guarda, distribuição e ao controle do estoque de consumo da Secretaria;

IV - expedir passagens e diárias do Gabinete, bem como preparar a documentação necessária aos deslocamentos de servidores da Secretaria;

V manter atualizado o registro da participação da Secretaria em colegiados, grupos de trabalho, comissões e congêneres; e

VI supervisionar, atualizar e consolidar informações sobre frequência e dados cadastrais dos servidores da secretaria.

Art. 10. Ao Departamento de Conservação e Manejo de Espécies compete:

I - subsidiar a formulação e a definição de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a conservação e o uso sustentável de espécies nativas, incluídos os recursos pesqueiros;

II - propor, acompanhar e avaliar políticas, diretrizes, normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, em articulação com a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República;

III - subsidiar a formulação e a definição de políticas, normas, iniciativas e estratégias destinadas à prevenção da introdução e ao controle das espécies exóticas invasoras que ameacem os ecossistemas, habitat ou espécies nativas;

IV - propor, coordenar e implementar programas e projetos para a conservação e a recuperação de espécies nativas, em especial aquelas constantes das listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção;

V - coordenar a elaboração de listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção;

VI - coordenar a elaboração e a implementação da estratégia nacional para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e acompanhar a implementação dos instrumentos de conservação previstos, incluídas as medidas precatórias, preventivas e mitigadoras;

VII - propor e apoiar iniciativas, estratégias e ações para a proteção e a recuperação da biodiversidade impactada pela pesca; e

VIII - coordenar, no âmbito de suas competências, a implementação dos acordos internacionais relacionados à conservação e ao uso sustentável da fauna, da flora e dos recursos pesqueiros dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária, particularmente da Convenção sobre Diversidade Biológica, da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção e da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres.

Art. 11. À Coordenação do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros compete:

I formular, implementar, revisar e coordenar políticas, programas, projetos, normas, estratégias e iniciativas para a conservação e o uso sustentável de recursos pesqueiros;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II propor, acompanhar e avaliar normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros; e

III - propor, coordenar e implementar programas, projetos, iniciativas, estratégias e ações para a conservação e a recuperação da biodiversidade impactada pela pesca.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Conservação de Espécies compete:

I formular, implementar, revisar e coordenar políticas, programas, projetos, normas, estratégias e iniciativas relativos à conservação, recuperação e ao uso sustentável de espécies nativas;

II formular, propor e coordenar políticas, programas, projetos, normas, estratégias e iniciativas relativos ao controle, manejo e prevenção da introdução e da dispersão de espécies exóticas invasoras que ameacem ecossistemas, habitats ou espécies nativas;

III avaliar e propor a publicação das listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção;

IV elaborar e coordenar a implementação da estratégia nacional para conservação das espécies ameaçadas de extinção; e

V coordenar e acompanhar iniciativas necessárias ao cumprimento dos compromissos relacionados à implementação das convenções e acordos internacionais, no âmbito das competências do Departamento.

Art. 13. Ao Departamento de Conservação de Ecossistemas compete:

I - subsidiar, apoiar e avaliar a implementação de políticas, normas, iniciativas e estratégias para a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres, dulcícolas, costeiros, marinhos e antárticos;

II - subsidiar a formulação de políticas de gestão e recuperação florestal no que diz respeito à conservação de biodiversidade;

III - monitorar o estado de conservação dos ecossistemas, em cooperação com a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas;

IV - avaliar e monitorar os riscos e as ameaças sobre os ecossistemas, em especial os impactos da mudança do clima, das mudanças no uso das terras e da degradação ambiental, e propor políticas e ações de prevenção, mitigação e adaptação;

V - elaborar e implementar o planejamento sistemático da conservação da biodiversidade, a gestão de paisagens e áreas prioritárias para conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas;

VI - promover a valorização dos serviços ecossistêmicos;

VII - propor, coordenar e implementar programas e projetos para a conservação dos ecossistemas; e

VIII - acompanhar a implementação do Protocolo ao Tratado da Antártida sobre a Proteção ao Meio Ambiente - Protocolo de Madri.

Art. 14. À Coordenação de Monitoramento e Planejamento de Paisagens compete:

I - elaborar, implementar e revisar políticas, normas, programas e estratégias relacionadas ao planejamento sistemático da conservação da biodiversidade e à gestão de paisagens terrestres, costeiras e marinhas;

II - coordenar o processo de revisão da identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira;

III promover o uso eficiente das bases de dados e a implementação das ações propostas sobre planejamento sistemático da conservação da biodiversidade e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;

IV - promover a integração entre a conservação de ecossistemas e as políticas de zoneamento territorial, gestão de recursos hídricos e de zonas costeiras, em articulação com as demais Secretarias e entidades vinculadas;

V - implementar estratégias para o monitoramento da vulnerabilidade dos ecossistemas a degradação ambiental, mudança do clima e dinâmica do uso das terras, propondo respectivas medidas de prevenção, mitigação e adaptação;

VI - coordenar a implementação dos compromissos da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional - Convenção de RAMSAR e prestar apoio técnico e administrativo ao Comitê Nacional de Zonas Úmidas;

VII promover a avaliação ambiental das atividades brasileiras na Antártica e coordenar o Grupo de Avaliação Ambiental - GAAM do Programa Antártico Brasileiro no âmbito do Protocolo de Madri; e

VIII acompanhar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de projetos e iniciativas no âmbito do seu escopo de atuação.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável de Ecossistemas compete:

I formular, monitorar e revisar políticas, normas e estratégias para a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas;

II acompanhar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de projetos e iniciativas relativas à:

a) conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas;

b) gestão e recuperação da vegetação nativa, incluindo formações florestais;

c) mitigação e adaptação à mudança do clima através de medidas baseadas em ecossistemas; e

d) conservação e valorização dos serviços ecossistêmicos, promovendo a inserção do capital natural nas políticas de desenvolvimento social e econômico;

III coordenar e acompanhar os compromissos relacionados à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica CDB e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos IPBES, no âmbito do seu escopo de atuação; e

IV prestar apoio técnico e administrativo à Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER.

Art. 16. Ao Departamento de Áreas Protegidas compete:

I - subsidiar a formulação e a definição de políticas, normas, projetos e estratégias para a conservação das unidades de conservação e dos espaços territoriais especialmente protegidos;

II - apoiar a coordenação do SNUC;

III - articular e fomentar a participação dos órgãos ambientais federais, estaduais, distrital e municipais, e da sociedade civil para ampliação e consolidação do SNUC;

IV - propor, desenvolver e avaliar instrumentos de projeção de custos e alternativas para a gestão técnica e financeira e de captação de recursos para o SNUC;

V - avaliar a representatividade das unidades de conservação e dos espaços territoriais especialmente protegidos para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;

VI - coordenar o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;

VII - propor diretrizes para a compensação ambiental federal de empreendimentos de significativo impacto ambiental, em articulação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Instituto Chico Mendes;

VIII - coordenar o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

IX - estabelecer e apoiar mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos;

X - coordenar, no âmbito de suas competências, a implementação dos acordos internacionais relacionados às áreas protegidas dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária, particularmente da Convenção sobre Diversidade Biológica;

XI - apoiar a coordenação e acompanhar a implementação da Lei nº 9.985, de 2000; e

XII - coordenar e monitorar a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, nos termos do Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015.

Art. 17. À Coordenação de Fomento ao SNUC compete:

I propor, elaborar, coordenar, executar e monitorar programas e projetos para a implementação e fortalecimento do SNUC;

II analisar propostas, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada no âmbito das competências do Departamento;

III promover o desenvolvimento e aprimoramento de mecanismos para a sustentabilidade financeira de áreas protegidas;

IV apoiar a implementação da compensação ambiental; e

V coordenar e monitorar a implementação do Programa ARPA.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Políticas para Áreas Protegidas compete:

I gerir o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação CNUC;

II propor regulamentação para o SNUC;

III contribuir para a criação de unidades de conservação e ampliação do SNUC;

IV apoiar a proposição de diretrizes para a elaboração e desenvolvimento de planos de gestão ambiental e territorial em outras áreas protegidas;

V implementar a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas PNGATI, no que tange às competências do Departamento;

VI implementar o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas PNAP; e

VII propor diretrizes para a compensação ambiental federal de empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Art. 19. Ao Departamento de Patrimônio Genético compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para o desenvolvimento da economia associada ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e para a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do seu uso;

II - subsidiar a formulação de políticas para o fortalecimento da participação de populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais nas cadeias produtivas de produtos e materiais reprodutivos oriundos do acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados;

III - incentivar a capacitação e a organização dos atores públicos, privados, populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais relevantes para o funcionamento dos sistemas nacional e internacional de acesso e repartição de benefícios;

IV - subsidiar a formulação de políticas de desenvolvimento de cadeias produtivas oriundas de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado de origem nacional, em especial de fitoterápicos;

V - coordenar o reconhecimento e o registro do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, o desenvolvimento e a difusão de protocolos comunitários de acesso e a repartição de benefícios de populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais;

VI - subsidiar a formulação e a implementação de políticas de biossegurança relativas à utilização de organismos geneticamente modificados e da biologia sintética;

VII - exercer a função de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, instituído pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015;

VIII - coordenar e gerir o Programa Nacional de Repartição de Benefícios, instituído pela Lei nº 13.123, de 2015; e

IX - apoiar a Secretaria quanto ao cumprimento das competências atribuídas ao Ministério pela Lei nº 13.123, de 2015, e pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016.

Art. 20. À Coordenação de Acesso e Projetos compete:

I promover e acompanhar ações para o fortalecimento e o desenvolvimento de cadeias produtivas que realizam acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;

II promover e acompanhar ações para a valorização e o fortalecimento do conhecimento tradicional associado;

III - implementar o reconhecimento e o registro do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;

IV promover e acompanhar o desenvolvimento e a difusão de protocolos comunitários de populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais;

V - elaborar e propor políticas de biossegurança do meio ambiente, relativas à utilização de organismos geneticamente modificados, da biologia sintética e de novas tecnologias;

VI - participar da negociação e da implementação de tratados, convenções e demais acordos internacionais que tratem de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição justa e equitativa dos benefícios deles resultantes;

VII apoiar a capacitação e a organização dos atores públicos, privados, populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais relevantes para o funcionamento dos sistemas nacional e internacional de acesso e repartição de benefícios;

VIII - coordenar projetos de cooperação no âmbito das competências do Departamento; e

IX - coordenar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para o desenvolvimento da economia associada ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e para a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do seu uso.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Políticas de Repartição de Benefícios compete:

I apoiar o Departamento na função de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, instituído pela Lei nº 13.123, de 2015;

II elaborar, executar, monitorar e prestar contas dos atos emanados pelo Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios;

III acompanhar as atividades da Instituição Financeira Gestora do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios;

IV - prestar apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento e implementação do Programa Nacional de Repartição de Benefícios, instituído pela Lei nº 13.123, de 2015;

V subsidiar a elaboração e gerir os Acordos de Repartição de Benefícios de que trata a Lei nº 13.123, de 2015;

VI - coordenar e subsidiar a elaboração, o monitoramento, a revisão, a implementação e gestão dos Acordos Setoriais de que trata a Lei nº 13.123, de 2015;

VII coordenar a elaboração e gerir os Termos de Compromisso para a regularização de atividades de acesso e remessa, conforme o disposto no Capítulo VIII da Lei nº 13.123, de 2015; e

VIII - apoiar o Departamento quanto ao cumprimento das competências atribuídas ao Ministério pela Lei nº 13.123, de 2015, e pelo Decreto nº 8.772, de 2016.

Art. 22. Ao Departamento de Apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético compete exercer as funções de Secretaria-Executiva do CGen, conforme definido no art. 11 do Decreto nº 8.772, de 2016.

Art. 23. Coordenação-Geral de Atos Normativos e Processos Decisórios compete:

I coordenar as atividades de apoio técnico e administrativo ao Plenário do CGen;

II controlar a instrução e a tramitação dos processos a serem submetidos à deliberação do CGen;

III acompanhar e coordenar, de acordo com deliberação do CGen, a emissão dos atos e decisões de sua competência;

IV coordenar, de acordo com deliberação do CGen, o credenciamento ou descredenciamento de:

a) instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético; e

b) instituição pública nacional para ser responsável pela criação e manutenção de base de dados que tratem de item relacionado nas alíneas do inciso IX do § 1º do art. 6º da Lei nº 13.123, de 2015;

V coordenar o procedimento administrativo de verificação de que trata o Decreto nº 8.772, de 2016;

VI - atender às demandas e questionamentos nacionais e internacionais sobre a legislação nacional de acesso e repartição de benefícios encaminhadas à Secretaria-Executiva do CGen;

VII coordenar a emissão, pelo CGen, do certificado de cumprimento internacionalmente reconhecido aos Mecanismos de Intercâmbio de Informação de Acordos internacionais dos quais o Brasil faça parte;

VIII coordenar a interlocução com usuários, provedores, países, Partes, Organismos Internacionais e demais interessados com vistas a facilitar informações sobre legislação de acesso e repartição de benefícios;

IX coordenar as ações de apoio ao CGen nos fóruns internacionais que tratem de acesso e repartição de benefícios;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X coordenar a elaboração de estudos e propor medidas para subsidiar a gestão da qualidade e observância da legislação de acesso e repartição de benefícios relacionada à propriedade intelectual; e

XI - apoiar o Departamento quanto ao cumprimento das competências atribuídas à Secretaria-Executiva pela Lei nº 13.123, de 2015, e pelo Decreto nº 8.772, de 2016.

Art. 24. À Coordenação de Atos Normativos e Procedimentos de Verificação compete:

I prestar apoio técnico e administrativo ao Plenário do CGen;

II instruir e tramitar os processos a serem submetidos à deliberação do CGen;

III emitir, de acordo com deliberação do CGen, atos e decisões de sua competência;

IV providenciar, de acordo com deliberação do CGen, o credenciamento ou descredenciamento de:

a) instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético; e

b) instituição pública nacional para ser responsável pela criação e manutenção de base de dados que tratem de item relacionado nas alíneas do inciso IX do § 1º do art. 6º da Lei nº 13.123, de 2015;

V implementar o procedimento administrativo de verificação nos termos da Seção VII do Decreto nº 8.772, de 2016; e

VI - atender às demandas e questionamentos sobre a legislação nacional de acesso e repartição de benefícios encaminhadas à Secretaria-Executiva do CGen.

Art. 25. À Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais compete:

I subsidiar o CGen nos fóruns internacionais que tratem de acesso e repartição de benefícios;

II - atender às demandas e questionamentos internacionais sobre a legislação nacional de acesso e repartição de benefícios encaminhadas pelas Secretarias das Convenções, Acordos e Tratados, suas Partes e demais países;

III - cientificar a emissão, pelo CGen, do certificado de cumprimento internacionalmente reconhecido aos Mecanismos de Intercâmbio de Informação de Acordos internacionais dos quais o Brasil faça parte;

IV facilitar a interlocução com usuários estrangeiros interessados em realizar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado no Brasil, com vistas a facilitar informações sobre os procedimentos para o cumprimento das obrigações legais;

V facilitar, aos usuários brasileiros interessados em realizar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado fora de jurisdição nacional, informações relevantes para o cumprimento das obrigações legais;

VI - prestar apoio técnico ao Plenário do CGen e suas Câmaras acerca de discussões em matéria de acesso e repartição de benefícios no âmbito de acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte;

VII - fornecer subsídios técnicos ao CGen para a harmonização de normas de acesso e repartição de benefícios decorrentes de acordos internacionais do qual o Brasil faz parte;

VIII - fornecer subsídios ao Portal Nacional sobre Acesso e Repartição de Benefícios, sobre procedimentos legais para usuários estrangeiros;

IX apoiar as estratégias de integração internacional de estruturas de observância, cumprimento e rastreabilidade; e

X - elaborar estudos e propor medidas para subsidiar a gestão da qualidade e observância da legislação de acesso e repartição de benefícios relacionada à propriedade intelectual.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Inteligência e Gestão da Informação compete:

I coordenar a implementação, manutenção e operação do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado SisGen;

II coordenar a implementação, manutenção e operação do sistema próprio de rastreabilidade das atividades oriundas de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, inclusive as relativas à exploração econômica, o Sistema Nacional de Inteligência e Rastreabilidade Sinira;

III - coordenar a gestão das informações necessárias à aplicação da Lei nº 13.123, de 2015, e a rastreabilidade das atividades oriundas de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

IV - coordenar a interlocução e o intercâmbio de informações com órgãos e entidades a que se referem o art. 7º da Lei nº 13.123, de 2015, e o §1º do art. 5º do Decreto nº 8772, de 2016;

V - coordenar estratégias de acompanhamento, organização, mineração de dados e elaboração de relatórios para apoiar as políticas de observância e cumprimento da Lei nº 13.123, de 2015 e a promoção da transparência ativa;

VI - coordenar a comunicação de informações relativas aos cadastros e às notificações aos conselheiros do CGen, às câmaras setoriais e aos órgãos de proteção dos direitos das populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais;

VII coordenar as ações necessárias à integração de sistemas e bancos de dados necessários para a implementação e funcionamento do Sinira; e

VIII - apoiar o Departamento quanto ao cumprimento das competências atribuídas à Secretaria-Executiva do CGen pela Lei nº 13.123, de 2015, e pelo Decreto nº 8.772, de 2016.

Art. 27. À Coordenação de Gestão do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado compete:

I implementar, manter e operar o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado SisGen de que trata o Decreto nº 8.772, de 2016;

II - implementar e manter a integração da estrutura do SisGen ao Sinira;

III disponibilizar as informações para a fiscalização e promover a transparência ativa relativas às atividades realizadas no âmbito da Lei nº 13.123, de 2015 e do Decreto nº 8.772, de 2016;

IV - implementar os mecanismos necessários à comunicação e a difusão de informações relacionadas às obrigações da Secretaria-Executiva do CGen; e

V - cientificar, nos termos do inciso X do art. 6º da Lei nº 13.123, de 2015, órgãos federais de proteção dos direitos de populações indígenas e comunidades tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados.

Art. 28. À Coordenação de Gestão de Inteligência e Rastreabilidade compete:

I implementar, manter e operar o sistema próprio de rastreabilidade das atividades oriundas de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, inclusive as relativas à exploração econômica, o Sistema Nacional de Inteligência e Rastreabilidade Sinira;

II prospectar, gerenciar e analisar as informações necessárias à rastreabilidade das atividades oriundas de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

III obter as informações necessárias à rastreabilidade das atividades oriundas de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado constantes dos bancos de dados dos sistemas de que trata o §1º do art. 5º do Decreto nº 8772, de 2016;

IV - promover a interlocução e o intercâmbio de informações com órgãos e entidades e com os bancos de dados dos sistemas de que trata o §1º do art. 5º do Decreto nº 8772, de 2016;

V implementar as medidas necessárias para a integração das informações dos bancos de dados dos sistemas constantes no §1º do art. 5º do Decreto nº 8772, de 2016, no Sinira;

VI apoiar estratégias de acompanhamento, organização, mineração de dados e elaboração de relatórios para apoiar as políticas de observância e cumprimento da Lei nº 13.123, de 2015 e a promoção da transparência ativa; e

VII implementar e operacionalizar as ações necessárias à integração de sistemas e bancos de dados relativos à rastreabilidade.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas compete:

I coordenar as atividades de apoio técnico e administrativo às Câmaras Setoriais e Temáticas;

II coordenar a instrução e tramitação dos processos a serem discutidos nas Câmaras Setoriais e Temáticas e submetidos ao Plenário do CGen;

III coordenar a interlocução entre os membros das Câmaras Setoriais e Temáticas;

IV - elaborar e analisar propostas para discussão e validação das Câmaras Setoriais e Temáticas;

V coordenar a realização de debates e consultas públicas sobre os temas de que trata a Lei nº 13.123, de 2015;

VI coordenar a participação de populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais no processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios decorrente desse acesso;

VII coordenar as ações de capacitação dos atores públicos, privados, populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais relevantes para o funcionamento dos sistemas nacional e internacional de acesso e repartição de benefícios;

VIII coordenar atividades de articulação e integração de políticas públicas e marcos regulatórios que envolvam o tema de acesso e repartição de benefícios;

IX coordenar o Portal Brasileiro sobre Acesso e Repartição de Benefícios e do portal da Rede Agentes Multiplicadores em Acesso e Repartição de Benefício; e

X coordenar estratégias de fomento à participação, controle social e sensibilização de atores relevantes relacionadas aos temas de que trata Lei nº 13.123, de 2015.

Art. 30. À Coordenação de Apoio Técnico às Câmaras Setoriais e Temáticas compete:

I prestar apoio técnico e administrativo às Câmaras Setoriais e Temáticas;

II instruir e tramitar os processos a serem discutidos nas Câmaras Setoriais e Temáticas e submetidos ao Plenário do CGen;

III facilitar a interlocução entre os membros das Câmaras Setoriais e Temáticas;

IV analisar e elaborar propostas de encaminhamentos para discussão e validação das Câmaras Setoriais e Temáticas; e

V - dar publicidade à agenda de trabalho das Câmaras Setoriais e Temáticas.

Art. 31. À Coordenação de Articulação e Integração compete:

I apoiar as estratégias e atividades de capacitação dos atores públicos, privados, populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais relevantes para o funcionamento dos sistemas nacional e internacional de acesso e repartição de benefícios;

II - realizar debates e consultas públicas sobre os temas de que trata a Lei nº 13.123, de 2015;

III apoiar a participação de populações indígenas e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais no processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios decorrente desse acesso;

IV apoiar atividades de articulação e integração de políticas públicas e marcos regulatórios que envolvam o tema de acesso e repartição de benefícios;

V implementar e manter o Portal Brasileiro sobre Acesso e Repartição de Benefícios e o portal da Rede Agentes Multiplicadores em Acesso e Repartição de Benefício; e

VI apoiar estratégias de acompanhamento, controle social, participação e sensibilização de atores relevantes relacionadas aos temas de que trata Lei nº 13.123, de 2015.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 32. Ao Secretário de Biodiversidade incumbe:

I assessorar o Ministro de Estado na implementação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de sua competência e no exercício da supervisão das entidades vinculadas que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

III aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV promover e acompanhar a atuação de representantes da Secretaria em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva relacionados à sua área de atuação;

V aprovar projeto básico, termo de referência, plano de trabalho e prestação de contas, quando couber, ou designar responsável;

VI exercer a representação em colegiados, nos quais a Secretaria integra como presidente ou membro, ou designar representante;

VII representar, quando designado, o Ministério em assuntos afetos à Secretaria; e

VIII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

Art. 33. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I assistir o Secretário nos assuntos de competência da Secretaria;

II organizar os despachos de processos, documentos e expedientes da Secretaria, a serem submetidos ao Secretário, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

III - promover a articulação interna e o alinhamento das ações de competência da Secretaria;

IV - promover a articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, quando necessário, para o cumprimento das atribuições da Secretaria;

V zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário;

VI supervisionar a organização de agenda do Secretário, no País e no exterior, e da pauta de trabalho, bem como prestar assistência em seus despachos e reuniões;

VII propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais, no âmbito do Gabinete, em viagem nacional;

VIII praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências da Secretaria; e

IX exercer outras atividades que lhe forem designadas pelo Secretário.

Art. 34. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades a cargo do respectivo Departamento, a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas;

II assistir o Secretário em assuntos de competência do respectivo Departamento;

III submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

IV promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na área de atuação do respectivo Departamento;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito da área de atuação do respectivo Departamento;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais, no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

VII praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências do respectivo Departamento; e

VIII exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas pelo Secretário.

Art. 35. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a executar dos projetos e de sua respectiva unidade, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas e exercer outras atribuições que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 36. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe a execução das atividades da respectiva unidade a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, além de exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 37. Ao Assistente incumbe assistir o superior imediato nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhe forem designadas por seu superior imediato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Biodiversidade.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E

QUALIDADE AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, órgão específico singular, compete:

I - propor políticas, planos e normas e definir estratégias nos temas relacionados com:

a) a gestão integrada da água;

b) as águas fronteiriças e transfronteiriças;

c) a revitalização de bacias hidrográficas;

d) o planejamento e a gestão ambiental territorial;

e) o zoneamento ecológico-econômico;

f) o gerenciamento costeiro;

g) a gestão ambiental urbana;

h) o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e gestão que incorporem a variável ambiental;

i) a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os resíduos perigosos;

j) os passivos ambientais e as áreas contaminadas;

k) a prevenção, o controle e o monitoramento da poluição;

l) a gestão ambientalmente adequada das substâncias químicas e dos produtos perigosos;

m) a qualidade do ar; e

n) os critérios e os padrões de qualidade ambiental;

II - propor a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, além de acompanhar e monitorar a sua implementação, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e de seus regulamentos;

III - propor a formulação e coordenar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e acompanhar e monitorar a sua implementação, nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de seus regulamentos;

IV - coordenar, no âmbito de suas competências, a elaboração de planos, programas e projetos nacionais referentes a águas subterrâneas, e monitorar o desenvolvimento de suas ações, dentro do princípio da gestão integrada dos recursos hídricos;

V - prestar apoio técnico ao Ministro de Estado no acompanhamento do cumprimento das metas previstas no contrato de gestão celebrado entre o Ministério e a Agência Nacional de Águas - ANA, e outros acordos de gestão relativos a recursos hídricos;

VI - exercer a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

VII - formular, propor, apoiar e acompanhar a implementação de políticas de prevenção, preparação, resposta e recuperação a situações de emergência ambiental;

VIII - propor, apoiar e implementar políticas, iniciativas, estratégias e ações de segurança química; e

IX - propor, apoiar e implementar políticas, iniciativas, estratégias e ações de qualidade do ar.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental - SRHQ tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SRHQ:

a) Divisão de Orçamento e Finanças DIOF; e

b) Divisão de Cooperação Técnica DICT;

II - Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos DQAR:

a) Coordenação de Resíduos Sólidos CRS; e

b) Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos CGQAR;

III - Departamento de Gestão Ambiental Territorial DGAT:

a) Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro CGERCO; e

b) Coordenação-Geral de Gestão Ambiental Territorial e Urbana CGATU;

IV - Departamento de Recursos Hídricos DRH:

a) Coordenação-Geral de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos CGCNRH; e

b) Coordenação-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos CGPRH;

V - Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água DRBA:

a) Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas CGRBH; e

b) Coordenação-Geral de Acesso à Água CGAG;

Art. 3º A Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; o Gabinete e as Divisões, por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente pessoal, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II promover o acompanhamento do atendimento às demandas de acesso à informação;

III auxiliar o Secretário em viagens, palestras e eventos em que vier a participar ou ministrar; e

IV controlar e executar as atividades de apoio técnico e administrativo ao Gabinete.

Art. 6º À Divisão de Orçamento e Finanças compete:

I analisar a Prestação de Contas de instrumentos de repasse firmados no âmbito da SRHQ;

II orientar os Departamentos e acompanhar o atendimento às recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle, poder judiciário e Ministério Público;

III - operar e orientar os Departamentos no uso de sistemas estruturantes do Governo Federal de administração financeira, de gestão e acompanhamento do planejamento e orçamento, de convênios e demais instrumentos de transferências voluntárias da União; e

IV - apoiar o Gabinete na elaboração de relatórios de gestão e nas atividades da Secretaria.

Art. 7º À Divisão de Cooperação Técnica compete:

I apoiar e orientar, administrativamente, os Departamentos na negociação e execução de projetos de cooperação internacional firmados no âmbito da Secretaria

II sistematizar informações gerenciais para o acompanhamento e avaliação dos projetos de cooperação internacional;

III auxiliar a Secretaria nos processos de contratação de pessoa física e jurídica por meio da análise dos termos de referência e acompanhamento dos certames;

IV operacionalizar ferramentas de gestão relacionadas ao acompanhamento físico e financeiro de programas de cooperação técnica, inclusive acompanhando os resultados alcançados no decorrer dos programas e por ocasião de sua finalização;

V elaborar documentos técnicos e gerencias, tais como balanços físicos e financeiros, em atendimento às demandas internas e externas, inclusive as decorrentes de auditorias de órgãos de controle internos ou externos; e

VI dar publicidade e ampla divulgação à participação da SRHQ em Cooperação Internacional, participando de reuniões, preparando e proferindo palestras e promovendo atividades de capacitação e/ou divulgação no âmbito das cooperações técnicas firmadas.

Art. 8º Ao Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos compete:

I - subsidiar a formulação de normativos e definir as estratégias de implementação de programas, projetos e diretrizes em temas relacionados com:

a) os resíduos sólidos e os resíduos perigosos;

b) os passivos ambientais e as áreas contaminadas por resíduos sólidos e resíduos perigosos;

c) a prevenção, o controle e o monitoramento da poluição ambiental;

d) a segurança química;

e) as emergências ambientais;

f) os critérios e os padrões de qualidade ambiental;

g) a redução dos riscos associados às substâncias químicas e aos produtos perigosos; e

h) a qualidade do ar;

II - apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, e de seus regulamentos;

III - coordenar e acompanhar a elaboração, a atualização e a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

IV - desenvolver, monitorar e manter atualizado o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, em articulação com outros órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na elaboração e na implementação dos Planos de Resíduos Sólidos;

VI - fomentar e apoiar iniciativas de soluções consorciadas ou compartilhadas na gestão integrada dos resíduos sólidos;

VII - apoiar a implementação de programas que contribuam para a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2010;

VIII - apoiar a Secretaria-Executiva do Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, criado pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, na edição de atos decorrentes das decisões daquele colegiado;

IX - propor a normatização e acompanhar a implementação dos sistemas de logística reversa;

X - coordenar e apoiar técnica e administrativamente a Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

XI - incentivar e elaborar estudos e projetos relacionados com a remediação de danos ambientais causados por resíduos sólidos, incluídos os perigosos;

XII - estimular o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados à promoção da gestão e do gerenciamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos, incluídos os perigosos;

XIII - realizar a articulação governamental e com a sociedade civil organizada para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

XIV - formular, propor e promover a implementação de políticas de prevenção, preparação, resposta e recuperação para situações de emergência ambiental;

XV - apoiar os Estados e o Distrito Federal na elaboração e na implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos, criado pelo Decreto nº 5.098, de 3 de junho de 2004;

XVI - propor, apoiar e incentivar iniciativas, estratégias e ações de segurança química; e

XVII - formular, propor e promover a implementação de políticas de gestão ambientalmente adequada de substâncias químicas.

Art. 9º À Coordenação de Resíduos Sólidos compete:

I - subsidiar tecnicamente a formulação de normativos e definir estratégias de implementação de programas, projetos e diretrizes nos temas dos resíduos sólidos, incluídos os resíduos perigosos, bem como passivos ambientais e áreas contaminadas por resíduos sólidos, incluído os perigosos;

II - coordenar e acompanhar a elaboração, revisão, atualização e a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

III - subsidiar tecnicamente a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 e seus regulamentos, em especial os temas relacionados aos instrumentos de planejamento, ao SINIR, aos sistemas de logística reversa, à inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e à gestão e gerenciamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos, incluídos os perigosos;

IV - articular com fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores ou suas entidades representativas a regulamentação dos sistemas de logística reversa e acompanhar a implementação destes sistemas;

V - articular com os demais entes federados a elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento de resíduos sólidos em seus territórios, bem como soluções de consorciamento ou compartilhamento visando a gestão integrada dos resíduos sólidos;

VI - apoiar técnica e administrativamente o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa;

VII - estimular o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a remediação de danos ambientais causados por resíduos sólidos, incluídos os perigosos, bem como aqueles relacionados à promoção da gestão e do gerenciamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos, incluídos os perigosos;

VIII - realizar a articulação intra e intergovernamental e com a sociedade civil organizada para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e

IX - representar os interesses ambientais em tratados e acordos internacionais na área de resíduos sólidos, empreender o necessário processo de adoção de políticas, leis e regulamentos relevantes, e realizar as ações necessárias para cumprir suas obrigações nos termos previstos.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos compete:

I - subsidiar tecnicamente na formulação de normativos e definir estratégias de implementação de programas, projetos e diretrizes nos temas da poluição ambiental, segurança química, emergências ambientais, critérios e padrões de qualidade ambiental, substâncias químicas e produtos perigosos e, qualidade do ar;

II - subsidiar tecnicamente na implementação de políticas de prevenção, preparação, resposta e recuperação para situações de emergência ambiental, bem como políticas de gestão ambientalmente adequada de substâncias químicas;

III - articular com os demais entes federados na elaboração e na implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos, conforme Decreto nº 5.098, de 2004;

IV - propor, apoiar e incentivar iniciativas, políticas, programas, estratégias e ações de segurança química;

V - representar os interesses ambientais em tratados e acordos internacionais na área de substâncias químicas, empreender o necessário processo de adoção de políticas, leis e regulamentos relevantes, e realizar as ações necessárias para cumprir suas obrigações nos termos previstos; e

VI - realizar a articulação intra e intergovernamental e com a sociedade civil organizada para a implementação das iniciativas para a segurança química.

Art. 11. Ao Departamento de Gestão Ambiental Territorial compete:

I - propor e implementar políticas, normas e estratégias para a realização de ações ambientalmente sustentáveis com abordagem territorial, de maneira a considerar os recortes urbano, continental, costeiro e marinho em temas relacionados com:

a) o planejamento e a gestão ambiental;

b) o zoneamento ecológico-econômico;

c) o gerenciamento costeiro;

d) a gestão ambiental urbana;

e) o fortalecimento e a articulação institucional para a incorporação do componente ambiental às políticas setoriais afetas à gestão territorial;

f) o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e gestão que incorporem a sustentabilidade ambiental; e

g) a caracterização de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas;

II - coordenar a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE nas escalas nacional e macrorregional e apoiar o ZEE das unidades federativas;

III - exercer as atividades de Secretaria-Executiva e coordenar a Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional - CCZEE, de que trata o Decreto de 28 de dezembro de 2001;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - coordenar a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, instituído pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988;

V - fomentar o planejamento ambiental territorial e acompanhar a elaboração, a implementação e o monitoramento de ações de preservação, conservação e recuperação ambiental em regiões definidas como prioritárias pelo Governo federal;

VI - integrar a gestão dos sistemas estuarinos e da Zona Costeira com a das bacias hidrográficas; e

VII - articular a integração intra e intergovernamental e com a sociedade civil organizada para a implementação de agendas ambientais territoriais.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro compete:

I propor e subsidiar tecnicamente na formulação e implementação de políticas, normas, diretrizes, inclusive definindo suas estratégias, relacionadas a programas e projetos nos diversos temas envolvendo a gestão costeira;

II - acompanhar a elaboração, atualização e implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, bem como das Metas do Plano Nacional de Adaptação e do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

III - realizar a articulação intra e intergovernamental e com a sociedade civil organizada para a implementação da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e de outras políticas relacionados com a gestão costeira;

IV - participar dos Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho em fóruns relacionados a Gestão Costeira exercendo as atividades de coordenação e Secretaria-Executiva, quando designado;

V - participar de reuniões e eventos nacionais e internacionais relacionados à gestão costeira, em especial os Compromissos Voluntários assumidos pelo Brasil na Conferência dos Oceanos junto à Organização das Nações Unidas - ONU;

VI - coordenar Iniciativas, Programas e Estudos na temática do gerenciamento costeiro junto à outras Secretarias do Ministério do Meio Ambiente, demais Ministérios e Instituições, bem como a sociedade civil;

VII - elaborar relatórios, pareceres técnicos e outros documentos técnicos relacionados à gestão costeira, inclusive propondo a publicação de documentos no tema do gerenciamento costeiro; e

VIII - realizar ações de capacitação técnica em temas relacionados à gestão costeira para técnicos e gestores estaduais e municipais e a educação ambiental para a sociedade de maneira geral.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Gestão Ambiental Territorial e Urbana compete:

I - propor e subsidiar tecnicamente a formulação e a implementação de políticas, programas, projetos, diretrizes, estratégias e similares relacionados ao planejamento e gestão ambiental territorial e à gestão ambiental urbana;

II - atuar na articulação com demais Ministérios, sociedade civil e setores pertinentes visando à chancela e implementação de agendas ambientais territoriais regionais e nacionais;

III - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, eventualmente coadunado com outros Ministérios, na implementação de políticas, programas e instrumentos de planejamento e gestão ambiental territorial e urbana;

IV contribuir para o apoio institucional e o assessoramento técnico das iniciativas de ZEE federais, estaduais e do Distrito Federal conforme as competências estabelecidas na legislação vigente;

V exercer as atividades de Secretaria-Executiva da CCZEE e do Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do ZEE conforme as competências estabelecidas no Decreto de 28 de dezembro de 2001;

VI - subsidiar tecnicamente a formulação de normativos ambientais federais do CONAMA e integrar-se a esforços interministeriais para a regulamentação de matérias que versem sobre o planejamento e gestão ambiental territorial e a gestão ambiental urbana;

VII - acompanhar tecnicamente acordos multilaterais, projetos junto a parceiros nacionais e internacionais e contratos de consultoria relacionados ao planejamento e gestão ambiental territorial e urbana;

VIII - organizar e participar de reuniões, oficinas, seminários, grupos de trabalho e similares que versem integral ou parcialmente sobre o planejamento e gestão ambiental territorial e urbana; e

IX - gerar relatórios, pareceres técnicos e outros documentos técnicos similares que versem sobre o planejamento e gestão ambiental territorial e urbana.

Art. 14. Ao Departamento de Recursos Hídricos compete:

I - apoiar e monitorar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 1997, e da Lei nº 9.984, de 2000, e de seus regulamentos;

II - coordenar a elaboração e a atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos e monitorar a sua implementação;

III - articular a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos com os setores governamentais, os segmentos usuários de recursos hídricos e a sociedade civil organizada;

IV - apoiar os Estados e o Distrito Federal na implementação das Políticas de Recursos Hídricos e os seus sistemas de gerenciamento;

V - apoiar tecnicamente a constituição e o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

VI - apoiar e monitorar o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh;

VII - propor diretrizes para o gerenciamento dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços;

VIII - apoiar e incentivar a elaboração de estudos técnicos relacionados aos recursos hídricos;

IX - coordenar, no âmbito de suas competências, a elaboração de planos, programas e projetos referentes a águas subterrâneas e monitorar o desenvolvimento de suas ações;

X - propor diretrizes para planejar ações destinadas a prevenir ou minorar os efeitos ocasionados por eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

XI - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

XII - articular a integração entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional do Meio Ambiente e os demais Conselhos que estejam relacionados com a gestão de recursos hídricos;

XIII - incentivar a mobilização e a participação social na gestão dos recursos hídricos;

XIV - propor diretrizes para a gestão de recursos hídricos no meio urbano;

XV - articular a integração entre os diferentes entes federativos em temas relacionados com recursos hídricos;

XVI - incentivar e apoiar a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

XVII - articular a gestão dos recursos hídricos com a do uso do solo; e

XVIII - integrar a gestão das bacias hidrográficas com a gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 15. Coordenação-Geral de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos compete:

I propor e subsidiar tecnicamente a formulação e a implementação de políticas, normas, diretrizes, programas e projetos em temas relacionados com a Política Nacional de Recursos Hídricos;

II - exercer as atividades de Secretaria-Executiva e coordenar os trabalhos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, conforme prevê o regimento Interno do colegiado, bem como apoiar a SRHQ nos assuntos correlatos às atividades do CNRH;

III - subsidiar e apoiar o CNRH na formulação de normativos, na proposição de diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e aplicação de seus instrumentos, e atuar na organização de eventos técnicos em atendimento às demandas do Conselho e de suas Câmaras Técnicas;

IV- participar de reuniões do CNRH e de suas Câmaras Técnicas, bem como de Comitês de Bacias Hidrográficas e de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos nos quais o Ministério possui representação;

V - realizar a articulação intra e intergovernamental, com os setores usuários de recursos hídricos, e com a sociedade civil organizada para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

VI - elaborar Notas Técnicas e Informativas, Pareceres, Ofícios e Memorandos em resposta às demandas encaminhadas à CGCNRH; e

VII - contribuir para a efetivação e implementação dos acordos, convenções e tratados internacionais relativas a recursos hídricos, para a promoção da cooperação técnica e científica com entidades nacionais e internacionais, bem como para o fortalecimento da agenda de Recursos Hídricos em Fóruns Internacionais.

Art. 16. Coordenação-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos compete:

I - coordenar a elaboração e as revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, e monitorar a sua implementação, de forma articulada com os setores governamentais, os segmentos usuários de recursos hídricos e a sociedade civil organizada;

II - apoiar os Estados na elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, integrados ao planejamento nacional;

III - propor iniciativas e metas para o Plano Plurianual do Governo Federal;

IV - subsidiar tecnicamente o desenvolvimento da educação ambiental e da participação social na gestão dos recursos hídricos;

V - organizar eventos técnicos e oficinas de trabalho para o acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos;

VI - elaborar Notas Técnicas e Informativas, Pareceres, Ofícios e Memorandos em resposta às demandas encaminhadas à CGPRH e propor Termos de Referência para a contratação de estudos técnicos previstos no Plano Nacional de Recursos Hídricos; e

VII - participar de reuniões do CNRH e de suas Câmaras Técnicas, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, bem como de outros fóruns nos quais o Ministério possui representação.

Art. 17. Ao Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água compete:

I - propor a formulação de políticas, normas e diretrizes e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com a revitalização de bacias hidrográficas e o acesso à água;

II - incentivar a articulação governamental e com a sociedade civil organizada para a implementação de ações de revitalização de bacias hidrográficas e de acesso à água;

III - integrar e articular as ações do Ministério relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas e ao acesso à água;

IV - apoiar os Estados na formulação e na implementação de programas, projetos e ações relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas e ao acesso à água;

V - coordenar a implementação de ações de acesso à água, por meio da dessalinização de água e das demais tecnologias alternativas de acesso ambientalmente sustentáveis; e

VI - coordenar a implementação de ações relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas compete:

I propor e subsidiar a formulação de políticas, normas e diretrizes e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com a revitalização de bacias hidrográficas;

II articular ações governamentais e com a sociedade civil organizada para a implementação de ações de revitalização de bacias hidrográficas;

III - apoiar os Estados na formulação e na implementação de programas, projetos e ações relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas; e

IV - coordenar a implementação de ações relacionadas à revitalização de bacias hidrográficas.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Acesso à Água compete:

I - propor e subsidiar a formulação de políticas, normas e diretrizes e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com o acesso à água;

II articular ações governamentais e com a sociedade civil organizada para a implementação de ações de acesso à água;

III - apoiar os Estados na formulação e na implementação de programas, projetos e ações relacionadas ao acesso à água; e

IV - coordenar a implementação de ações de acesso à água, por meio da dessalinização de água e das demais tecnologias alternativas de acesso ambientalmente sustentáveis.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20. Ao Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental incumbe:

I assessorar o Ministro de Estado na implementação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de sua competência e no exercício da supervisão das entidades vinculadas ao Ministério que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

III aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV promover e acompanhar a atuação de representantes da Secretaria em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva relacionados à sua área de atuação;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação;

VI submeter à apreciação da Consultoria Jurídica as demandas jurídicas da Secretaria, devidamente instruídas e analisadas pela área técnica; e

VII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

Art. 21. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I assistir o Secretário nos assuntos de competência da Secretaria;

II gerir, dirigir, orientar e supervisionar as atividades de secretaria e apoio do Gabinete;

III organizar os despachos de processos, documentos e expedientes da Secretaria, a serem submetidos ao Secretário, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário;

V supervisionar a organização de agenda do Secretário, no País e no exterior, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais, no âmbito do Gabinete, em viagem nacional;

VII proceder à prévia articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, sempre que necessário; e

VIII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Secretário.

Art. 22. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades a cargo do respectivo Departamento, a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas;

II assistir o Secretário em assuntos de competência do respectivo Departamento;

III - participar como membro representante em colegiados, quando designado pelo Secretário, reportando sobre os andamentos dos trabalhos;

IV submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

V promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na sua respectiva área de atuação;

VI aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

VII propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Secretário.

Art. 23. Aos Coordenadores-Gerais e ao Coordenador incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a executar dos projetos e atividades de sua respectiva unidade, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas e exercer outras atribuições que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 24. Aos chefes de Divisão incumbe a execução das atividades da respectiva unidade a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, além de exercer outras atribuições que lhes forem designadas por seu superior imediato.

Art. 25. Ao Assistente Técnico incumbe assistir o superior imediato nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhe forem designadas por seu superior imediato.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão específico singular, compete:

I - propor políticas, normas e estratégias e promover estudos, que visem ao desenvolvimento sustentável, nos temas relacionados com:

a) os territórios de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais;

b) a sociobiodiversidade;

c) o agroextrativismo;

d) a desertificação e a mitigação dos efeitos da seca;

e) a agroecologia, a produção de base agroecológica e a agrobiodiversidade;

f) a produção rural sustentável, o ecoturismo e o turismo rural; e

g) a recuperação, o manejo e a conservação de solos;

II - disseminar tecnologias sustentáveis no meio rural, que visem à conservação dos solos, das águas, da vegetação nativa e da agrobiodiversidade;

III - fomentar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e demais produtores rurais;

IV - coordenar a execução e o monitoramento do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado Programa Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

V - coordenar a execução e o monitoramento de ações de fortalecimento do extrativismo;

VI - promover, acompanhar e apoiar a implementação de ações de promoção de cadeias de produtos da sociobiodiversidade, de agroecologia e de produção orgânica;

VII - apoiar o fortalecimento de organizações sociais constituídas por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, no âmbito de suas competências;

VIII - fomentar e apoiar a conservação, a valorização e a promoção do conhecimento e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e da agrobiodiversidade;

IX - apoiar e acompanhar políticas de manejo e uso florestal sustentável no meio rural;

X - desenvolver e aprimorar instrumentos de planejamento e gestão ambiental sustentável, associada à produção no meio rural e em territórios de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, em articulação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no que couber;

XI - coordenar a implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída pela Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015; e

XII - apoiar a participação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em políticas públicas, programas e projetos no âmbito de suas competências.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete GAB/SEDR:

a) Divisão de Apoio Administrativo DIAP; e

b) Coordenação de Planejamento, Orçamento e Administração CPOA:

1. Serviço de Execução Orçamentaria e Financeira SEORF;

II - Departamento de Extrativismo DEX:

a) Coordenação-Geral de Agroextrativismo CGEX; e

b) Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental CGSA;

III - Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Combate à Desertificação DRSD:

a) Coordenação-Geral de Políticas Agroambientais CGPA; e

b) Coordenação-Geral de Combate à Desertificação CGCD.

Art. 3º A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; a Coordenação, por Coordenador; o Gabinete, a Divisão e o Serviço por Chefes.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente do Gabinete, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II auxiliar o Secretário em viagens, palestras e eventos em que vier a participar ou ministrar;

III controlar e executar as atividades de apoio técnico e administrativo do Gabinete; e

IV promover o acompanhamento do atendimento às demandas de acesso à informação.

Art. 6º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I coordenar, orientar e supervisionar o registro e a tramitação de processos, correspondências, atos e demais documentos a serem submetidos a Secretária, bem como a guarda, consoante normas específicas;

II coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades da Secretaria; e

III adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos a Secretaria.

Art. 7º À Coordenação de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos consignados às Unidades Gestoras de responsabilidade da SEDR, e aqueles recebidos de outras fontes ou unidades, consoante a elaboração de proposta orçamentária, programação, realização e o acompanhamento das fases da despesa, compreendidas entre o empenho, a liquidação e o pagamento;

II elaborar e cadastrar no SIAFI os termos de execução descentralizada celebrados com órgãos/entidades do governo federal, no âmbito das unidades gestoras da SEDR, e emitir relatório de prestação de contas para sua comprovação e aprovação;

III elaborar e cadastrar no SICONV os convênios, termos de parceria, contratos de repasse e demais instrumentos congêneres celebrados com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos e/ou Organizações da Sociedade Civil, no âmbito da SEDR, e emitir relatório de prestação de contas para sua comprovação e aprovação;

IV acompanhar e fiscalizar a execução de contratos administrativos quando delegados à SEDR;

V elaborar e apresentar consultas gerenciais utilizando os aplicativos CONSIAFI e Tesouro Gerencial, no âmbito das ações orçamentárias sob responsabilidade da SEDR;

VI proceder a elaboração, a revisão, o monitoramento e a avaliação dos objetivos, metas e iniciativas, sob responsabilidade da SEDR, inseridos nos Planos Plurianuais; e

VII - monitorar e apoiar a SEDR na celebração e execução dos programas e dos projetos de cooperação técnica internacional, assim como aqueles com financiamento de organismos internacionais, sob sua responsabilidade.

Art. 8º Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - operacionalizar e proceder com a execução dos atos de gestão orçamentária e financeira nos sistemas estruturantes do Governo Federal de administração financeira, de gestão e acompanhamento do planejamento e orçamento, de convênios e demais instrumentos de transferências voluntárias da União, no âmbito dos recursos alocados nas Unidades Gestoras de responsabilidade da SEDR;

II realizar cadastro e acompanhamento dos convênios, termos de parceria, contratos de repasse, termo de execução descentralizada e demais instrumentos congêneres celebrados com órgãos/entidades do governo federal, entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos e/ou Organizações da Sociedade Civil, no âmbito da SEDR, e emitir relatório de prestação de contas financeiro para sua comprovação;

III executar consultas gerenciais utilizando os aplicativos CONSIAFI e Tesouro Gerencial, no âmbito das ações orçamentárias sob responsabilidade da SEDR; e

IV realizar a Conformidade dos Registros de Gestão dos atos praticados pelas Unidades Gestoras de responsabilidade da SEDR;

Art. 9º Ao Departamento de Extrativismo compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias e a elaboração de estudos para a implementação de programas e projetos destinados aos povos indígenas e aos povos e às comunidades tradicionais em temas relacionados com:

a) o agroextrativismo;

b) as cadeias produtivas baseadas nos recursos da sociobiodiversidade; e

c) a capacitação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

II - fomentar a gestão ambiental e territorial e o desenvolvimento sustentável de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais;

III - fomentar a retribuição por serviços ambientais e instrumentos econômicos associados aos povos indígenas, aos povos e às comunidades tradicionais e aos assentados da reforma agrária;

IV - fomentar a adoção de boas práticas nas atividades relacionadas ao agroextrativismo e às suas cadeias produtivas e ao uso sustentável da biodiversidade;

V - fomentar a capacitação de representantes e organizações ligadas aos povos e às comunidades tradicionais extrativistas, a disseminação de conhecimentos e o intercâmbio de experiências entre iniciativas públicas e privadas relacionadas ao agroextrativismo, às cadeias produtivas baseadas nos recursos da sociobiodiversidade e ao uso sustentável da biodiversidade; e

VI - executar e operacionalizar o Programa Bolsa Verde.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Agroextrativismo compete:

I coordenar, desenvolver, monitorar e avaliar programas, planos e projetos relacionados às políticas agroextrativistas;

II subsidiar a elaboração, implementação e aperfeiçoamento das políticas correlatas; e

III promover estudos e desenvolver ações para a implementação de programas e projetos destinados aos povos indígenas e aos povos e às comunidades tradicionais visando:

a) o fortalecimento dos arranjos produtivos locais com base nos produtos da Sociobiodiversidade;

b) a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos de fomento; e

c) a gestão ambiental e territorial.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental compete:

I coordenar, desenvolver, monitorar e avaliar programas, planos e projetos relacionados à Gestão Socioambiental;

II subsidiar a elaboração, implementação e aperfeiçoamento das políticas socioambientais;

III - coordenar e operacionalizar o Programa de Apoio a Conservação Ambiental;

IV promover estudos e ações para a implementação de programas e projetos; e

V promover a capacitação para as áreas atendidas pelo Programa de Apoio a Conservação Ambiental, visando a inclusão Socioprodutiva e conservação da Biodiversidade.

Art. 12. Ao Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Combate à Desertificação compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias e a produção de estudos para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a gestão ambiental rural e a produção sustentável no meio rural;

b) o uso sustentável dos recursos naturais no meio rural;

c) a recuperação de áreas degradadas;

d) a agroecologia, a produção de base agroecológica e a agrobiodiversidade;

e) a conservação e a produção dos serviços ambientais e ecossistêmicos;

f) o combate à desertificação e a convivência com a seca;

g) a produção rural sustentável, associada ao ecoturismo e ao turismo rural; e

h) o manejo e a conservação de solos;

II - apoiar a disseminação de tecnologias sustentáveis, especialmente nas atividades relacionadas às cadeias produtivas da agropecuária;

III - apoiar e fomentar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária e junto aos agricultores familiares e aos demais produtores rurais;

IV - incentivar a retribuição por serviços ambientais e instrumentos econômicos associados ao meio rural;

V - apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas de monitoramento e certificação ambiental da produção rural;

VI - coordenar o sistema de monitoramento do avanço do processo de desertificação;

VII - coordenar a implementação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, a que se refere o inciso I do caput do art. 6º da Lei nº 13.153, de 2015, alinhado às diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no País; e

VIII - apoiar e fomentar, em relação a agricultores, agentes públicos e organizações da sociedade civil do campo, a capacitação, a disseminação e o intercâmbio de experiências e conhecimentos destinados:

a) à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais; e

b) à recuperação de áreas degradadas e em processo de desertificação, no meio rural.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Políticas Agroambientais compete:

I coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos relacionados ao tema das Políticas Agroambientais; e

II promover estudos e ações para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a gestão ambiental rural e a produção sustentável no meio rural;

b) o uso sustentável dos recursos naturais no meio rural;

c) a agroecologia, a produção de base agroecológica;

d) a conservação e a produção dos serviços ambientais e ecossistêmicos; e

e) a produção rural sustentável, associada ao ecoturismo e ao turismo rural.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Combate à Desertificação compete:

I coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos relacionados ao Combate à Desertificação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II coordenar e monitorar ações que implementem a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída pela Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015; e

III promover estudos de prevenção, controle e ações para reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais em processos de desertificação e, especificamente:

a) combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;

b) recuperação de áreas degradadas; e

c) manejo e conservação de solos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 15. Ao Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável incumbe:

I assessorar o Ministro de Estado na implementação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de sua competência e no exercício da supervisão das entidades vinculadas ao Ministério que exercem atividades transversais na área de atuação da Secretaria;

II planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

III aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV promover e acompanhar a atuação de representantes da Secretaria em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva relacionados à sua área de atuação;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação;

VI submeter à apreciação da Consultoria Jurídica as demandas jurídicas da Secretaria, devidamente instruídas e analisadas pela área técnica; e

VII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

Art. 16. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I assistir o Secretário nos assuntos de competência da Secretaria;

II gerir, dirigir, orientar e supervisionar as atividades de secretaria e apoio do Gabinete;

III organizar os despachos de processos, documentos e expedientes da Secretaria, a serem submetidos ao Secretário, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV proceder à prévia articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, sempre que necessário;

V zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário;

VI supervisionar a organização de agenda do Secretário, no País e no exterior, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões;

VII propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais, no âmbito do Gabinete, em viagem nacional; e

VIII exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

Art. 17. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades a cargo do respectivo Departamento, a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas;

II assistir o Secretário em assuntos de competência do respectivo Departamento;

III submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

IV promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na sua respectiva área de atuação;

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho na sua área de atuação;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

VII praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências do respectivo Departamento; e

VIII exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Secretário.

Art. 18. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenador incumbe a execução das atividades da respectiva unidade, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas e exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas por seu superior imediato.

Art. 19. Ao Chefe de Divisão e de Serviço incumbe a execução das atividades da respectiva unidade a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, além de exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas por seu superior imediato.

Art. 20. Ao Assessor Técnico e Assistente incumbe assistir o superior imediato nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhe forem designadas, em sua área de competência.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, órgão específico singular, compete:

I - articular, formular e propor políticas, normas e estratégias e desenvolver e apoiar estudos destinados à implementação das políticas públicas de meio ambiente nos temas relacionados com:

a) a educação ambiental;

b) a articulação institucional;

c) a produção e o consumo sustentáveis;

d) a responsabilidade socioambiental; e

e) a cidadania e a participação social;

II - coordenar e acompanhar políticas, planos e estratégias relacionados à produção e ao consumo sustentável e à responsabilidade socioambiental;

III - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999;

IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama;

V - coordenar a organização da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente;

VI - coordenar a organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente; e

VII - implementar ações de articulação e integração das políticas ambientais com as políticas transversais, como gênero, juventude e direitos humanos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete GAB/SAIC;

II - Departamento de Educação Ambiental DEA:

a) Coordenação-Geral de Educação Ambiental CGEA;

III - Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis DPCS:

a) Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis CGPCS;

IV - Departamento de Articulação Institucional DAI:

a) Coordenação-Geral de Articulação Institucional CGAI.

Art. 3º A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretores; o Gabinete, por Chefe; os Coordenadores-Gerais por Coordenadores-Gerais.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I assistir o Secretário, preparar os despachos de expediente pessoal, organizar as agendas de compromissos e atualizar as informações referentes aos contatos profissionais;

II auxiliar o Secretário em viagens nacionais e internacionais, palestras e eventos em que vier a participar ou ministrar;

III coordenar a pauta de trabalho do Secretário e promover o preparo de expediente para despacho;

IV controlar e executar as atividades de apoio técnico e administrativo ao Gabinete;

V - promover o acompanhamento do atendimento às demandas de acesso à informação feitas pela sociedade civil pelos diversos canais existentes;

VI apoiar os Departamentos na execução de suas atribuições; e

VII planejar, controlar e executar, em conjunto e com o apoio dos Departamentos, as atividades de gestão técnico-administrativa, orçamentária, financeira e contábil.

Art. 6º Ao Departamento de Educação Ambiental compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - subsidiar, elaborar, coordenar e implementar programas, estratégias, iniciativas e ações que promovam a construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências destinadas à conservação do meio ambiente e ao enfrentamento das problemáticas socioambientais;

III - articular, desenvolver e coordenar ações relacionadas à formação e à capacitação no âmbito do Sisnama;

IV - coordenar, em conjunto com o Ministério da Educação, a organização da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente;

V - articular a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas à implementação das políticas públicas de educação ambiental;

VI - apoiar e elaborar estudos e projetos sobre métodos, plataformas, instrumentos e ações relacionados à educação ambiental; e

VII - formular e apoiar estratégias e mecanismos de fortalecimento da participação da sociedade e do controle social nos espaços colegiados relacionados ao meio ambiente.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Educação Ambiental compete:

I - coordenar e acompanhar atividades no âmbito da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em apoio ao DEA;

II - controlar e coordenar as atividades de apoio técnico e administrativo ao DEA; e

III - analisar e subsidiar estudos, projetos e processos afetos à implementação das políticas públicas de educação ambiental.

Art. 8º Ao Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis compete:

I - propor, apoiar e acompanhar a formulação de políticas, programas e ações de desenvolvimento, produção e consumo sustentáveis no País, em conformidade com as políticas nacionais e os compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil;

II - propor políticas, normas, regulamentos e o desenvolvimento de estratégias, mecanismos e iniciativas, e realizar estudos, capacitação, pesquisas e campanhas relacionados com:

a) a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável;

b) a adoção de diretrizes de desenvolvimento, a produção e o consumo sustentáveis;

c) a produção e o consumo sustentáveis nas políticas públicas de meio ambiente;

d) a adoção de processos produtivos, produtos e serviços menos impactantes ao meio ambiente;

e) a mudança de hábitos de consumo e comportamentos para padrões mais sustentáveis e responsáveis;

f) a adoção de códigos de conduta e de responsabilidade socioambiental por empresas, instituições e órgãos públicos e privados;

g) a utilização do poder de compra do Estado para estimular inovações e processos produtivos mais sustentáveis; e

h) a estruturação de sistema de crédito e financiamento que incorpore a responsabilidade socioambiental e fomente projetos sustentáveis;

III - coordenar, estimular, acompanhar e avaliar a implementação das ações para produção e consumo sustentáveis; e

IV - coordenar, estimular, acompanhar e avaliar a implementação de ações de sustentabilidade ambiental na administração pública.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis compete:

I - coordenar e acompanhar a implementação de ações de responsabilidade socioambiental na administração pública, em apoio ao DPCS;

II - apoiar o controle das atividades de caráter técnico-administrativo do DPCS; e

III - analisar e subsidiar estudos, projetos e processos afetos à responsabilidade socioambiental na administração pública.

Art. 10. Ao Departamento de Articulação Institucional compete:

I - acompanhar os processos de avaliação da política ambiental nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

II - apoiar e desenvolver estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e das entidades que compõem o Sisnama;

III - coordenar e subsidiar os processos de participação social na gestão de políticas públicas ambientais, entre os quais a Conferência Nacional do Meio Ambiente;

IV - apoiar e desenvolver a articulação e a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas à implementação das políticas públicas de meio ambiente e à construção de agendas bilaterais ou multilaterais nas áreas de responsabilidade do Ministério; e

V - desenvolver a articulação e a comunicação com os colegiados ambientais, a sociedade civil, o setor privado e os órgãos e as entidades federais, estaduais, distritais e municipais de meio ambiente.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Articulação Institucional compete:

I - coordenar e acompanhar atividades de acompanhamento, articulação, participação social e avaliação das políticas públicas de meio ambiente, além do fortalecimento do Sisnama, em apoio ao DAI;

II - controlar e coordenar as atividades de apoio técnico e administrativo ao DAI; e

III - analisar e subsidiar estudos, projetos e processos afetos à implementação, articulação e integração das políticas públicas de meio ambiente.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 12. Ao Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental incumbe:

I assessorar o Ministro de Estado na implementação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de sua competência e no exercício da supervisão das entidades vinculadas ao Ministério que exercem atividades na área de atuação da Secretaria;

II planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

III aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

IV promover e acompanhar a atuação de representantes da Secretaria em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva relacionados à sua área de atuação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V aprovar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho no âmbito de sua área de atuação e encaminhar para providências da unidade responsável;

VI submeter à apreciação da Consultoria Jurídica as demandas jurídicas da Secretaria, devidamente instruídas e analisadas pela área técnica; e

VII exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Ministro de Estado.

Art. 13. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I assistir o Secretário nos assuntos de competência da Secretaria;

II gerir, dirigir, orientar e supervisionar as atividades de secretaria e apoio do Gabinete;

III organizar os despachos de processos, documentos e expedientes da Secretaria, a serem submetidos ao Secretário, bem como dar prosseguimento aos assuntos tratados no Gabinete;

IV proceder à prévia articulação com as demais unidades integrantes da estrutura do Ministério e entidades a ele vinculadas, sempre que necessário;

V zelar pela divulgação e pelo cumprimento das orientações emanadas do Secretário;

VI supervisionar a organização de agenda do Secretário, no País e no exterior, coordenar a pauta de trabalho e prestar assistência em seus despachos e reuniões;

VII propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do Gabinete, em viagem nacional; e

VIII exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 14. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades a cargo do respectivo Departamento, a partir da racionalização de métodos e processos de trabalho, e da elaboração de subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas;

II assistir o Secretário em assuntos de competência do respectivo Departamento;

III submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros procedimentos que dependam de decisão superior;

IV promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério na sua respectiva área de atuação;

V aprovar e encaminhar projeto básico, termo de referência e plano de trabalho, no âmbito de sua área de atuação, para providências da unidade responsável;

VI propor a concessão de diárias e passagens de servidores, de contratados temporariamente ou de colaboradores eventuais no âmbito do respectivo Departamento, em viagem nacional;

VII praticar os demais atos necessários ao atendimento das finalidades e ao cumprimento das competências do respectivo Departamento; e

VIII exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Secretário.

Art. 15. Aos Coordenadores-Gerais incumbe a execução das atividades da respectiva unidade, para produzir subsídios que ampliem a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas e exercer outras atribuições correlatas que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 16. Ao Assessor Técnico incumbe assistir o secretário nos assuntos de sua competência, apreciar e opinar sobre processos, documentos e assuntos que envolvam ações e atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou delegadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

ANEXO XI

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MMA

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CARGO/ FUNÇÃO NES/DAS/ FCPE/FG
	7	Assessor Especial	DAS 102.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.2
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.4
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
SECRETARIA-EXECUTIVA		Secretário-Executivo	NE
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação de Apoio Administrativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Administração Predial	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Patrimônio e Almoxarifado	1	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Serviços Gerais	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Seção de Competências e Comportamento Organizacional	1	Chefe	FG-1
Coordenação de Administração de Pessoal	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Desenvolvimento e Legislação de Pessoal	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Pagamento e Benefícios	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Legislação de Pessoal	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Serviços e Infraestrutura de TI	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Sistemas e Portais	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Infraestrutura	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Sistemas e Portais	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Compras e Contratos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Licitações	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Administração de Contratos	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas Especial	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Programação Orçamentária	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Programação Financeira	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Acompanhamento de Transferências Voluntárias e Tomada de Contas Especiais	1	Chefe	FCPE 101.2
	3	Função Gratificada	FG-1
	4	Função Gratificada	FG-2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Modernização Institucional	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Informações sobre Meio Ambiente	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
DEPARTAMENTO DE RECURSOS EXTERNOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Bilateral	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Fomento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Matéria Finalística	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Temas Prioritários Finalísticos	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Logística	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Atos Normativos	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Matéria Administrativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Temas Prioritários Administrativos	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Legislação e Pessoal	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
SECRETARIA DE MUDANÇA DO CLIMA E FLORESTAS	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação de Apoio Administrativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Orçamento e Finanças	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS EM MUDANÇA DO CLIMA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Ações em Mudança do Clima	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Formulação de Políticas em Mudança do Clima	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E DE COMBATE AO DESMATAMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Transparência e Financiamento para Florestas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Economia Florestal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Combate ao Desmatamento, Degradação Florestal e Queimadas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO, APOIO E FOMENTO DE AÇÕES EM MUDANÇA DO CLIMA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Fomento e Apoio	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Transparência de Ações em Mudança do Clima	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Proteção da Camada de Ozônio	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação do Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima	1	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE		Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	2	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão de Planejamento, Orçamento e Administração	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Projetos de Cooperação Internacional	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Apoio Administrativo do Gabinete	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE ESPÉCIES	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Conservação de Espécies	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DE ECOSSISTEMAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Monitoramento e Planejamento de Paisagens	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável de Ecossistemas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Fomento ao SNUC	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Políticas para Áreas Protegidas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO GENÉTICO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Acesso e Projetos	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Políticas de Repartição de Benefícios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Atos Normativos e Processos Decisórios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Atos Normativos e Procedimentos de Verificação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Inteligência e Gestão da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Gestão do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Gestão de Inteligência e Rastreabilidade	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Apoio Técnico às Câmaras Setoriais e Temáticas	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Articulação e Integração	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Cooperação Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Resíduos Sólidos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL TERRITORIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Gestão Ambiental Territorial e Urbana	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ACESSO À ÁGUA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Acesso à Água	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão de Apoio Administrativa	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Planejamento, Orçamento e Administração	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Execução Orçamentaria e Financeira	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE EXTRATIVISMO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Extrativismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Políticas Agroambientais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Combate à Desertificação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Educação Ambiental	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	1	Diretor Geral	DAS 101.6
	4	Diretor	DAS 101.5
Gabinete	1		DAS 101.4
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.4
Assessoria Jurídica	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
Gerência Executiva	10	Gerente Executivo	DAS 101.4
Gerência Executiva	1	Gerente Executivo	
Coordenação	10	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÕES DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1.934, de 30/10/2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 685ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu:

Nº 2.315 - Art. 1º Declarar reservada, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do rio Pardo a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de usos consuntivos a montante, conforme Anexo II, e da vazão necessária para operação de eventual sistema de transposição de peixes, caso implantado.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade da PCH Boa Vista, Municípios de Poços de Caldas e Botelhos, Estado de Minas Gerais.

Nº 2.316 - Declarar reservada, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do rio Pardo a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de usos consuntivos a montante, conforme Anexo II, e da vazão necessária para operação de eventual sistema de transposição de peixes, caso implantado.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade da PCH Marambaia, Municípios de Poços de Caldas e Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

GISELA DAMM FORATTINI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 685ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 2.317 - Carlos Oberto Corrêa da Costa, rio Bezerra, Município de Cabeceira Grande/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.318 - Antônio José Felix Lopes, rio Pardo, Município de Berizal/Minas Gerais, obra hidráulica.

Nº 2.319 - Uilton Mendes de Oliveira, rio Pardo, Município de Taiobeiras/Minas Gerais, obra hidráulica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 2.320 - Antônio Barros Barbosa, rio Pardo, Município de Indaiabira/Minas Gerais, obra hidráulica.

Nº 2.321 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Mateus - SAAE, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, esgotamento sanitário.

Nº 2.322 - Associação do Distrito de Irrigação do Vaza Barris, Açude Cocorobó, Município de Canudos/Bahia, irrigação.

Nº 2.323 - Águas das Agulhas Negras S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Resende/Rio de Janeiro, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Nº 2.324 - Zeferino Saraiva Cabreira, Arroio Chuí, Município de Santa Vitória do Palmar/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 2.326 - Fortaleza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária Ltda, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.327 - Rodolfo Gianetti Geo, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 685ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 76 - Marcelo de Castro Tolentino, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Nº 77 - Cleitiano Gomes Canario, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Nº 78 - Valdeny Bernardo do Nascimento, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia.

Nº 79 - Ivan Pires Soares, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHOS

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 16 a 23/12/2017, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A, rio Parnaíba, Município de Teresina/Piauí, esgotamento sanitário.

Alexandre Tiengo, rio Paraíba do Sul, Município de Porto Real/Rio de Janeiro, indústria.

André Augusto Gouveia, ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor/Minas Gerais, irrigação.

Antônio Damião Oliveira Vilanova, rio Carinhanha, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação, preventiva

Aureliano Dutra Farias, Açude Anagé, Município de Aureliano Dutra Farias/Bahia, irrigação.

Brennand Energia Eolica S.A., reservatório da UHE Sobradinho, rio São Francisco, Município de Sento Sé/Bahia, outros usos.

Caio Borges Chaves, rio Pirapetinga, município de Pirapetinga/Minas Gerais, irrigação.

Carlos Marcelo Gonçalves Botelho, rio São Francisco, Município de Icaraí de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Cirineu Fernandes Figueiredo, Jakeline Lugom Figueiredo, Marli Lugom Figueiredo, rio Madeira, Município de Porto Velho/Rondônia, outros usos.

Companhia De Saneamento De Minas Gerais - COPASA, rio Piranga, Município de Guaraciaba/Minas Gerais, esgotamento sanitário.

Emflora Empreendimentos Florestais Ltda, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Everaldo Maurício Dos Santos, UHE Xingó, Município de Delmiro Gouveia/Alagoas, irrigação.

Fernão Rodrigues Da Cunha, UHE Batalha, Município de Paracatu/Minas Gerais, irrigação, renovação.

Gurmecindo Nonato Da Silva, UHE Luiz Gonzaga, Município de Tacaratu/Pernambuco, irrigação.

João Marcelino Dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

José Ailton Andrade, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/Alagoas, aquicultura.

José Francisco Pinheiro Da Silva, Córrego do Ouro, Município de Boca do Acre/Amazonas, criação animal.

José Luiz Ferreira De Mello, Córrego do Pântano, município de Unaí/Minas Gerais, irrigação, barramento.

José Luiz Ferreira de Mello, Córrego do Pântano, Município de Unaí/Minas Gerais, barramento.

Juruena Energia S.A, CGH Aripuanã, rio Aripuanã, Município de Aripuanã/Mato Grosso, aproveitamento hidrelétrico.

Kozcoe Engenharia Ltda, CGH Padre Souza, rio Padre Souza, Município de Pirenópolis/Goiás, aproveitamento hidrelétrico.

Livramento Destilados Ltda-ME e Maria Claudia Almendra Freitas Veloso, rio Parnaíba, Município de Caxias/Maranhão, aquicultura.

Luiz Lavenère Cavalcante Pessoa, UHE Xingó, Município de Piranhas/Alagoas, irrigação.

Maiky Silva Machado-ME, rio Pomba, Município de Leopoldina/Minas Gerais, mineração.

Manoel Rodrigues Da Costa, Helio Santos Viana, Karla Lopes Viana, Ramon Lopes Viana, rio Carinhanha, Município de Cocos/Bahia, criação animal, irrigação.

Márcio de Carvalho - ME, rio do Peixe, Município de Lima Duarte/Minas Gerais, mineração.

MRD Agropecuária Ltda, rio Pardo, Município de Pontal/São Paulo, irrigação.

Olfar S/A- Alimento E Energia, rio Paraíba do Sul, Município de Porto Real/Rio de Janeiro, indústria.

Paulo Matheus Ferreira de Oliveira, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Pedro De Almeida Almeida, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

Posto Triângulo Itaperuna Ltda, rio Muriaé, Município de Itaperuna/Rio de Janeiro, outros.

Renato Antonio do Nascimento, UHE Xingó, Município de Delmiro Gouveia/Alagoas, irrigação.

Samir de Paula Dipe, Ribeirão Verde, Município de Catalão/Goiás, irrigação.

São Rafael Empreendimentos Imobiliários Ltda, rio Jaguari-Mirim, Município de Andradas/Minas Gerais, outras.

Schweitzer Mauduit Do Brasil Indústria e Comércio de Papel Ltda, UHE Santa Cecília, rio Paraíba do Sul, Municípios de Piraí e Barra do Piraí/Rio de Janeiro, indústria, alteração.

Usina Alta Mogiana S.A - Açúcar E Álcool, rio Sapucaí, Município de Ituverava/São Paulo, irrigação.

W.P Ferri Ltda-EPP, Rio Guamá e Baía de Guajara, Município de Ananindeua/Pará, abastecimento doméstico.

Wagna Maria Aparecida Gomes, rio São Bartolomeu, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Wilson Magario, rio Ribeira do Iguape, Município de Sete Barras/São Paulo, irrigação.

Xingo Paraíso Das Águas Turismo Ltda-ME, UHE Xingó, Município de Canindé de São Francisco/Sergipe, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. (Processo n° 02070.003748/2013-99).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no exercício das competências atribuídas pelo art. 24, inciso VII, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 07de novembro de 2016.

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos de manejo para todas as categorias de unidades de conservação (UC);

Considerando o disposto no Capítulo IV do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº. 9.985/2000, referentes a planos de manejo;

Considerando a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que ratifica a necessidade de gestão eficaz das unidades de conservação e da manutenção dos modos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, por meio da participação das comunidades locais na implantação e gestão das UC;

Considerando a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto n° 5.051, de 19 de abril de 2004;

Considerando o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias;

Considerando o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Considerando o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);

Considerando o documento "Estratégia de Participação Social para o Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação", desenvolvido em conjunto pela Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) e pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação (DISAT) deste Instituto Chico Mendes;

Considerando a necessidade de orientar a elaboração e a revisão dos planos de manejo com base nos aprendizados de construção e implementação deste instrumento, que indicam a necessidade de planejamento das UC em nível estratégico e de estabelecimento de uma abordagem objetiva e unificada, para que todas as UC tenham seus planos de manejo com a mesma linguagem e padrão de qualidade, amparados no princípio do manejo adaptativo, possibilitando sua elaboração e revisão por meio de procedimentos mais eficientes em termos de tempo e de custos de aplicação;

Considerando as especificidades das unidades de conservação de uso sustentável que incluem ou são demandadas pelas populações tradicionais, beneficiárias e concessionárias do território objeto de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e que tais especificidades envolvem processos históricos sujeitos a adaptações, inovações e incorporações de novas tecnologias, respeitado os atributos de sustentabilidade; e

Considerando a necessidade de unificar procedimentos para a elaboração dos planos de manejo das diversas categorias de UC, a partir das lições aprendidas pela implementação dos roteiros metodológicos, da Instrução Normativa (IN) nº 01, de 18 de setembro de 2007, referente ao plano de manejo participativo de reservas extrativistas (RESEX) e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) federais, da IN n° 29, de 5 de setembro de 2012, referente ao acordo de gestão em UC de uso sustentável com populações tradicionais, e da IN n° 31, de 17 de janeiro de 2013, referente à revisão de planos de manejo, resolve:

Art. 1º Instituir diretrizes para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação da natureza federais.

Parágrafo único. A presente Instrução Normativa (IN) não se aplica às reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs).

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, entende-se por:

I - elaboração do plano de manejo: procedimento técnico-administrativo que, com fundamento nos objetivos gerais da UC, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

II - revisão do plano de manejo: procedimento técnico-administrativo que promove a alteração, supressão ou inclusão, geral ou pontual, de um ou mais elementos do plano de manejo, tais como normas, zoneamento, programas de manejo ou outros componentes;

III - equipe de planejamento: equipe formada por servidores da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (COMAN) e da UC, e por outros representantes do ICMBio, definidos à dependência do contexto de cada unidade, a qual é responsável pela supervisão técnica e metodológica, pelos procedimentos administrativos e pela análise e aprovação técnica do plano de manejo e produtos intermediários, devendo acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração ou revisão do plano de manejo;

IV - grupo de governança: constituído para as RESEX e RDS, formado pela equipe de planejamento, representantes das populações tradicionais, do conselho da UC e por assessores técnicos externos quando necessário, e terá responsabilidades relacionadas as definições quanto às atividades pertinentes ao processo de planejamento, a participação social, a estratégia de comunicação, pela interlocução com o conselho da UC e acompanhamento do processo de elaboração ou revisão do plano de manejo;

V - grupo de trabalho do conselho: constituído para todas as categorias de UC, exceto RESEX e RDS, formado por conselheiros e representantes externos, quando pertinente, e terá responsabilidade de acompanhar todo o processo de elaboração ou revisão do plano de manejo enquanto instância de apoio ao conselho da UC, participando das discussões quanto a estratégia de participação social e comunicação e atuando na interlocução com o conselho;

VI - organização do planejamento: estruturação da equipe de planejamento, definição e organização dos trabalhos de elaboração ou revisão do plano de manejo a partir de uma sequência de atividades, contemplando o alinhamento entre as partes envolvidas e o cronograma físico-financeiro de trabalho, observados os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e participação social, para o aperfeiçoamento sistemático da gestão;

VII - caracterização: identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais, político-institucionais e de gestão da UC e do seu entorno, e no caso das UC de uso sustentável com população tradicional deverá incluir ainda, os arranjos socioculturais e produtivos locais, a proposição de normas gerais de uso da área e do manejo dos recursos naturais, o mapeamento dos usos e a identificação dos possíveis conflitos quanto ao uso de recursos e do território;

VIII - diagnóstico: análise e interpretação das informações contidas na caracterização da UC, contemplando a definição dos seus recursos e valores fundamentais, a avaliação de sua condição atual, a tendência e as ameaças que a afetam, os quais subsidiarão a identificação das necessidades de dados e de planejamento para a gestão da UC;

IX - planejamento: definição, com base nos objetivos gerais da UC, do propósito, da significância, do zoneamento, das normas, das necessidades de dados e de planos específicos para a gestão da UC e, quando couber, dos subsídios para interpretação ambiental e sociocultural;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - oficina de elaboração do plano de manejo: atividade em que são reunidos representantes de diferentes setores que possuem interface com a UC, tais como gestores, concessionários da CCDRU, conselheiros, pesquisadores e representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais e das populações tradicionais da UC ou com esta relacionadas, para realização conjunta do diagnóstico e do planejamento previstos nos incisos VIII e IX;

XI - planos específicos: documentos técnicos de planejamento ou de caráter normativo que, seguindo as diretrizes do plano de manejo, contemplam estratégias, ações ou conjunto de normas que orientam a gestão e o manejo de áreas temáticas específicas da UC, tais como planos de proteção, de uso público, de interpretação ambiental, de pesquisa e de uso sustentável de recursos naturais, preferencialmente conforme o catálogo de produtos e serviços do Instituto Chico Mendes;

XII - normas constantes no plano de manejo: princípios e regras sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais da UC, estabelecidas com fundamento nos objetivos gerais da categoria e nos objetivos de criação da UC;

XIII - monitoria do plano de manejo: atividade rotineira da UC e necessariamente prévia ao processo de revisão do plano de manejo, que avalia a sua implementação e possibilita identificar desatualizações e desvios, bem como propor ajustes ao planejamento e zoneamento, propiciando o manejo adaptativo; e

XIV - população tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme definido no Decreto nº 6.040/2007.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º A elaboração ou revisão do plano de manejo deverá:

I - uniformizar a abordagem entre as diferentes categorias de UC, mantendo correspondência de conceitos e componentes do plano de manejo e salvaguardando as especificidades de cada área, visando facilitar a gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);

II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico institucional, buscando o efetivo envolvimento e participação de outras coordenações do Instituto Chico Mendes, além da COMAN;

III - assegurar a participação efetiva das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à UC, valorizando o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioculturais e conservação da natureza;

IV - buscar um engajamento mais amplo da sociedade por meio da participação de outras instituições de governo, de ensino e pesquisa e da sociedade civil, de maneira a possibilitar a troca de informações e promover o alinhamento com políticas públicas e ações de caráter ambiental, social e econômico;

V - garantir a transparência e a disseminação de informações sobre o processo de planejamento e sua adequação a cada realidade local, buscando o esclarecimento prévio e a divulgação de informações, em linguagem adequada às populações tradicionais e aos grupos sociais relacionados à UC;

VI - envolver o conselho da UC em todo o processo de elaboração ou revisão do plano de manejo;

VII - dar preferência à elaboração conjunta dos planos de manejo de UC próximas, realizando um planejamento territorial integrado, sempre que possível;

VIII - buscar a participação do Serviço Florestal (SFB) nos planos de manejo onde exista a previsão de concessão florestal ou manejo florestal comunitário;

IX - buscar a participação das representações indígenas e quilombolas, quando a UC envolver sobreposição com terras indígenas ou terras de remanescentes de quilombos, incluindo o diálogo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou Fundação Cultural Palmares (FCP);

X - incentivar a participação dos servidores das unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes, buscando ampliar a capacidade institucional de elaboração, implementação e revisão dos planos de manejo;

XI - adotar o planejamento estratégico e de caráter adaptativo, orientado para o enfrentamento dos desafios da UC e para a geração de resultados, de acordo com sua capacidade de gestão;

XII - promover o aperfeiçoamento contínuo do planejamento, por meio de monitorias periódicas do plano de manejo e de seus planos específicos;

XIII - buscar alinhamento com outros instrumentos de ordenamento territorial;

XIV - basear-se na melhor informação disponível a respeito da UC e seu entorno no momento da elaboração ou revisão do plano de manejo, buscando o reconhecimento, a valorização e integração de diferentes formas de saber, tanto de caráter técnico-científico quanto o das comunidades tradicionais e locais;

XV - considerar os demais instrumentos normativos vigentes para a UC, tais como termos de compromisso, contratos de concessão de direito real de uso, perfil da família beneficiária, acordos de gestão, portarias específicas de uso de recursos, entre outros, que podem ter sua revisão indicada pelo plano de manejo quando pertinente; e

XVI - observar a participação efetiva das representações das populações tradicionais nas unidades de uso sustentável em todo o processo de elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo.

CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Art. 4º Para elaboração e revisão dos planos de manejo, a respectiva UC deverá:

I - possuir chefia designada;

II - possuir um servidor designado para acompanhamento administrativo e logístico do processo em nível local; e

III - possuir conselho instituído.

§ 1º O Comitê Gestor do Instituto Chico Mendes poderá autorizar, em casos excepcionais, a elaboração e revisão de plano de manejo em UC que não possua chefia designada.

§ 2º O plano de manejo poderá ser elaborado ou revisado sem conselho instituído, em casos excepcionais, mediante autorização da DIMAN e da DISAT, quando o estabelecimento do mesmo for inviável, mas a elaboração do plano de manejo for estratégica, ou quando os dois processos ocorrerem de maneira simultânea.

Art. 5º Cumpridos os pré-requisitos indicados no art. 4º, os planos de manejo serão elaborados e revisados pela COMAN em ordem de prioridade, segundo critérios definidos pela DIMAN, ouvido o Comitê Gestor do Instituto Chico Mendes.

Art. 6º O processo de elaboração do plano de manejo seguirá as seguintes etapas:

I - avaliação da demanda e registro formal pela COMAN, em processo administrativo, do início da elaboração do plano de manejo;

II - organização do planejamento;

III - elaboração da caracterização da UC e do seu entorno, bem como a sistematização dos subsídios ao planejamento; e

IV - realização integrada do diagnóstico e do planejamento.

§ 1º No início do processo deverá ser publicada ordem de serviço com a definição da equipe de planejamento responsável pelo processo de elaboração do plano de manejo, contendo as atribuições de seus integrantes.

§ 2º O gestor da UC deverá comunicar ao Conselho acerca do início do processo de elaboração do plano de manejo;

§ 3º A caracterização da UC e a sistematização dos subsídios serão conduzidas preferencialmente pela UC, seguindo orientações da COMAN, devendo ser realizadas com as informações já existentes, contando com o apoio de outras coordenações do Instituto Chico Mendes ou parceiros externos, quando couber;

§ 4º Os subsídios ao planejamento deverão considerar as contribuições das demais coordenações do Instituto Chico Mendes, que serão demandadas pela COMAN a indicar dados e informações que possuam, bem como relatar ações em curso sob sua responsabilidade que apresentem interface com a UC.

§ 5º Em caso de necessidade de contratação de bens e serviços, as especificações dos produtos necessários deverão ser feitas pela equipe de planejamento responsável pelo plano de manejo, durante a organização do planejamento.

§ 6º Deverá ser instituído um grupo de trabalho (GT) junto ao conselho da UC para acompanhamento de todo o processo de elaboração do plano de manejo, nos termos do art. 2° inciso V, que no caso das RESEX e RDS será substituído pelo grupo de governança, observando o disposto nos artigos 2° inciso IV e 4º inciso III.

§ 7º A caracterização da UC, os subsídios ao planejamento e as orientações metodológicas serão consolidados em um único documento, que será enviado previamente aos participantes da oficina de elaboração do plano de manejo, para ser utilizado como base para as discussões e para a tomada de decisão.

§ 8° A equipe de planejamento e o grupo de trabalho do conselho da UC ou o grupo de governança, neste caso somente para as RESEX e RDS, avaliarão a necessidade de realização de etapas prévias ao início da elaboração do plano de manejo, tais como a necessidade de esclarecimentos e de divulgação de informações sobre o plano de manejo para os grupos sociais relacionados, a complementação da caracterização da UC em conjunto com as populações tradicionais, a identificação de áreas de ocupação e uso de recursos naturais e a discussão prévia das normas gerais que orientarão a gestão.

§ 9° A identificação das áreas de uso de recursos naturais pelas populações tradicionais e a proposição de normas gerais que regulamentarão os usos e a gestão da área serão conduzidas pela UC em conjunto com essas populações, constituindo etapa prévia necessária para subsidiar a elaboração do plano de manejo.

Art. 7º Após a elaboração do plano de manejo, poderão ser elaborados planos específicos, conforme priorização estabelecida no plano de manejo, viabilidade físico-financeira e a critério do setor técnico responsável pelo tema do plano específico.

§ 1° As coordenações do Instituto Chico Mendes conduzirão a elaboração dos planos específicos em conjunto com a equipe da UC, em observância às normas, zonas e diretrizes definidas pelo plano de manejo.

§ 2° A elaboração dos planos específicos poderá ocorrer concomitantemente e de forma integrada à elaboração do plano de manejo, quando se tratar de demanda emergencial da UC, devidamente justificada.

§ 3º Uma vez aprovados, os planos específicos serão automaticamente incorporados ao plano de manejo.

§ 4º Deverá ser assegurada a efetiva participação social na elaboração dos planos específicos, considerando o público pertinente ao tema em discussão.

§ 5º Excepcionalmente, até que seja elaborado o plano de manejo, visando assegurar às populações tradicionais as condições e os meios necessários para a manutenção do modo de vida tradicional, poderão ser editados planos específicos transitórios para regulamentar usos já existentes nas UC de uso sustentável.

Art. 8º O processo de revisão do plano de manejo seguirá as seguintes etapas:

I - apresentação à COMAN de solicitação de revisão do plano de manejo, devidamente fundamentada, com cópia do plano de manejo vigente, sempre que possível, de maneira anexada ao processo administrativo original;

II - realização da monitoria do plano de manejo existente pela UC, sob orientação da COMAN;

III - análise técnica da solicitação de revisão e da monitoria pela COMAN, que decidirá quanto ao prosseguimento do processo de revisão e quanto à realização de revisão geral ou pontual do plano de manejo;

IV - nos casos de revisão geral do plano de manejo, o processo de revisão seguirá as mesmas etapas do processo de elaboração, conforme o Art. 6°; e

V - nos casos de revisão pontual do plano de manejo, deverá ser elaborada proposta técnica com indicação das alterações necessárias, assim como a versão consolidada do plano de manejo revisado, que, uma vez aprovadas tecnicamente, seguirão os ritos previstos nos incisos III, IV, V e VI do Art. 9º.

§ 1 A solicitação de revisão do plano de manejo prevista no inciso I poderá ser formulada pela UC, pelas Coordenações Regionais, Centros de Pesquisa e Diretorias do Instituto Chico Mendes, ou pelo Conselho Deliberativo, bem como de ofício pela COMAN.

§ 2º Na hipótese do inciso I, quando indisponível o processo administrativo de elaboração do plano de manejo, uma cópia do plano de manejo vigente deve ser incluída ao processo de revisão

§ 3º Na hipótese tratada no inciso III, a revisão geral somente ocorrerá quando o plano de manejo existente tenha sido implementado, quando for considerado significativamente defasado e inadequado para orientar a gestão ou quando houver alteração relevante do contexto da UC, que indique mudanças no seu zoneamento ou altere seus objetivos, conforme parecer técnico da COMAN.

§ 4º Na hipótese tratada no inciso V, a proposta técnica e a versão consolidada do plano de manejo deverão ser elaboradas pela COMAN, em conjunto com a UC e as demais coordenações do Instituto Chico Mendes afetas ao tema, quando for o caso.

§ 5° As populações tradicionais residentes ou usuárias da UC deverão ser ouvidas durante o processo de revisão quando a revisão pontual do plano de manejo afetá-las diretamente.

Art. 9° Concluída a elaboração ou revisão do plano de manejo, o processo seguirá o seguinte rito de aprovação:

I - apresentação do plano de manejo à DIMAN pela COMAN, bem como às demais Diretorias e Coordenações do Instituto Chico Mendes que eventualmente possuam interface com a UC em questão;

II - consolidação da versão final do plano de manejo, após avaliação das alterações sugeridas, no prazo de até 30 (trinta) dias, pela equipe de planejamento;

III - elaboração de parecer técnico de aprovação da versão final do plano de manejo pela COMAN;

IV - aprovação do parecer técnico indicado no inciso III pela CGCAP e encaminhamento do processo à Procuradoria Federal Especializada (PFE) no Instituto Chico Mendes pela DIMAN, para análise jurídica;

V - nova consolidação da versão final do plano de manejo, na hipótese de indicação da necessidade de correções e ajustes pela PFE, a cargo da equipe de planejamento, no prazo de até 30 (trinta) dias; e

VI - encaminhamento do processo administrativo à Presidência do Instituto Chico Mendes, contendo minuta de portaria de aprovação com o número do processo correspondente, para assinatura e publicação no Diário Oficial da União (DOU).

§ 1º Quando se tratar de UC localizada em faixa de fronteira, a versão final do plano de manejo e o processo administrativo que trata de sua elaboração deverão ser encaminhados para análise e manifestação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), previamente à análise pela PFE.

§ 2º No caso das RESEX e RDS, a versão final do plano de manejo deverá ser encaminhada ao Conselho Deliberativo da UC para aprovação por meio de resolução interna em um prazo de até 30 (trinta) dias, previamente à análise da PFE, observado o disposto no art. 12° inciso V, findo este prazo, a equipe de planejamento terá novo prazo de até 30 (trinta) dias para finalizar possíveis ajustes e dar seguimento aos trâmites finais de aprovação.

§ 3º Nas demais UC de uso sustentável com população tradicional, a versão final do plano de manejo deverá ser encaminhada, previamente à análise da PFE, ao Conselho Consultivo da UC para avaliação e eventuais contribuições em um prazo de até 30 (trinta) dias, findo o qual, a equipe de planejamento terá novo prazo de até 30 (trinta) dias para finalizar possíveis ajustes e dar seguimento aos trâmites finais de aprovação.

§ 4º Após a publicação da portaria de aprovação do plano de manejo, a COMAN providenciará a sua disponibilização no sítio do Instituto Chico Mendes na internet.

§ 5° Os planos específicos que não incluírem orientações de caráter normativo e se limitarem à definição de estratégias ou ações de gestão e manejo serão aprovados pelo Presidente do Instituto Chico Mendes por meio de Portaria ou por Diretor responsável pela área temática relacionada, por meio de delegação de competência do Presidente, dispensada a apreciação da PFE.

§ 6° Os planos específicos que incluírem orientações de caráter normativo, nos termos do Art. 1º da Portaria ICMBio 07/2014, deverão ser submetidos à apreciação da PFE e à aprovação pelo Presidente do Instituto Chico Mendes por meio de Portaria.

§ 7° Os planos específicos poderão ser ajustados ou revistos, após monitoria de sua implementação, submetendo-se ao mesmo processo de aprovação indicado nos parágrafos 5º e 6º.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 O Instituto Chico Mendes e o Conselho da UC deverão promover a ampla divulgação do plano de manejo, considerando a melhor forma de apresentação do conteúdo, de acordo com o contexto da área de maneira que possibilitem o seu efetivo entendimento pela população local.

CAPÍTULO IV - ESPECIFICIDADES DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OUTRASUNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL COM POPULAÇÃO TRADICIONAL

Art. 11 A elaboração do plano de manejo de UC de uso sustentável com populações tradicionais deve considerar os seguintes princípios e diretrizes adicionais:

I - reconhecimento, valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização econômico, social e cultural;

II - reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de proteção da reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

III - garantia dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e de seu protagonismo no planejamento e gestão das RESEX e RDS, conforme indicado pelo Grupo de Governança;

IV - reconhecimento e valorização de diferentes formas de saberes, especialmente as práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

V - o dever de buscar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e aos direitos de cidadania, respeitando-se suas especificidades e características socioculturais; e

VI - considerar que as práticas tradicionais e extrativistas se constituem em processos históricos sujeitos a adaptações, inovações e incorporações de novas tecnologias, respeitado os atributos de sustentabilidade e prevendo o etnodesenvolvimento.

Art. 12 O processo de elaboração ou revisão de planos de manejo de RESEX e RDS deve observar o seguinte:

I - as concessionárias da CCDRU ou, nas unidades que ainda não celebraram o contrato de concessão de direito real de uso, as associações, indicarão um representante da população tradicional para integrar a equipe de planejamento do plano de manejo;

II - a representação da população tradicional no grupo de governança, a que se refere o art. 2, inciso IV, será estabelecida pela concessionária do CCDRU ou, nas unidades que ainda não celebraram o contrato de concessão de direito real de uso, pelas associações, em conjunto com o Conselho Deliberativo, observada a participação majoritária e representativa da população tradicional;

III - os princípios e regras sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais serão discutidos e propostos em oficinas comunitárias;

IV - a oficina de elaboração do plano de manejo, prevista no art. 2, inciso X, será composta por população tradicional, servidores públicos, especialistas, representantes do Conselho Deliberativo e da concessionária do CCDRU, observada a participação majoritária e representativa da população tradicional;

V - o plano de manejo em RESEX e RDS será aprovado em assembleia intercomunitária antes de seu encaminhamento à aprovação do Conselho Deliberativo, salvo nos casos em que as entidades representativas da população tradicional, em comum acordo com o grupo de governança de que trata o inciso IV do Art. 2°, a considerarem desnecessária;

VI - eventual plano de utilização ou acordo de gestão em vigor será incorporado ao plano de manejo, naquilo que for compatível, mediante análise fundamentada do grupo de governança.

§ 1° A composição da assembleia a que se refere o inciso V desse artigo, será definida pelas entidades representativas da população tradicional.

§ 2° No sentido da promoção da autonomia das comunidades locais e da garantia de condições adequadas à realidade local, a definição dos métodos e o provimento dos meios para a realização da assembleia a que se refere o inciso V desse artigo será de responsabilidade das entidades representativas da população tradicional.

Art. 13 O processo de elaboração ou revisão de planos de manejo de UC de uso sustentável com população tradicional poderá ser iniciado a partir de solicitação da população tradicional, suas representações ou por iniciativa do Instituto Chico Mendes, observado o disposto nos Art. 4° e 5°.

Art. 14 As normas dos planos específicos sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais, atendido o disposto nos art. 12° e 13°, devem observar o seguinte:

I - serão construídas em conjunto pelo Instituto Chico Mendes e pelas populações tradicionais, respeitando a legislação vigente;

II - visam regulamentar de forma mais detalhada o uso da área, o manejo dos recursos naturais, a proteção dos saberes e fazeres das populações tradicionais, conforme direcionamentos do plano de manejo;

III - somente farão parte das normas dos planos específicos as regras de uso de recursos não previstas na legislação vigente ou em outros instrumentos de gestão, ou que sejam complementares a estes, como os termos de compromisso, termos de ajustamento de conduta, perfil da família beneficiária, resolução do Conselho, entre outros.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 Esta IN aplica-se aos processos de elaboração de planos de manejo iniciados a partir de sua publicação, ficando revogadas as IN n.º 1, de 18 de setembro de 2007, n.º 29, de 5 de setembro de 2012, e n.º 31, de 17 de janeiro de 2013, e demais disposições em contrário.

§ 1º Excepcionalmente, admitir-se-á a aplicação da IN n.º 29/2012 aos acordos de gestão que estejam em fase final de elaboração ou análise na data de publicação desta IN, mediante decisão conjunta da Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT) e da Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP).

§ 2º Excepcionalmente, a COMAN poderá determinar a observância das etapas definidas no Art. 4° da presente IN aos processos de elaboração ou revisão de plano de manejo em andamento na data de publicação desta IN, bem como em novos processos de revisão.

§ 3° Fica convalidada a elaboração em caráter experimental dos planos de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim, da Reserva Extrativista Marinha de Soure, bem como a revisão do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu.

Art. 16 A implementação do plano de manejo e seus planos específicos é de responsabilidade conjunta do Instituto Chico Mendes, da população tradicional, nos casos de UC de uso sustentável, e do conselho da UC, buscando integração com instituições parceiras e responsáveis pela execução de políticas públicas no âmbito municipal, estadual ou federal.

Art. 17 Nas UC com gestão compartilhada estabelecida, as atribuições da instituição cogestora na elaboração e revisão do plano de manejo serão definidas no instrumento que formaliza a cogestão.

Parágrafo único. Nos casos em que não houver definição de atribuições específicas para elaboração ou revisão de planos de manejo no instrumento que formaliza a cogestão, o papel da instituição cogestora deverá ser estabelecido na Ordem de Serviço que define a equipe de planejamento.

Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Definir e tornar público o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) 2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 56 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, bem como o art. 5º do Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Definir e tornar público o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) 2018, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, no endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro na internet (www.florestal.gov.br).

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta a prestação de serviços de pesquisadores voluntários, no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro.

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 56, § 1º, III, e 68, III, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n° 02209.014101/2017-11, e considerando:

- a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providencias;

- a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável em especial, o inciso VI, do Artigo 2º, que trata da promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, como um dos princípios básicos desta lei;

- as atribuições previstas nos incisos II a V, do Artigo 53º, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que tratam da atuação e competência do SFB no sentido de: apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais; estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis; promover estudos de mercado; e propor planos de produção florestal sustentável;

- as necessidades deficitárias ainda não preenchidas, no seu quadro permanente de servidores;

- a necessidade de disciplinar a prática do serviço voluntário no âmbito do SFB;

- a Ata da Reunião do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, realizada no dia 13 de dezembro de 2017. Resolve:

Art. 1º Regulamentar a prestação de serviço de pesquisador eventual voluntário no âmbito do SFB do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Considera-se serviço de pesquisador eventual voluntário, para fins desta resolução, o exercício não remunerado de atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestados por pessoas físicas inclusive servidores aposentados deste SFB e de outras instituições de pesquisa e de ensino superior, que tenham o plano de atividades aprovado, observadas as normas estabelecidas nesta resolução.

Parágrafo Único - O serviço de pesquisador eventual voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afins.

Art. 3º A proposta apresentada pelo interessado em participar do Serviço de pesquisador eventual voluntário deverá ser instruída com a seguinte documentação:

I - Curriculum vitae cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq;

Parágrafo Único: No caso do pesquisador eventual voluntário que não disponha de curriculum vitae cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq, poderá ser aceito outro tipo de curriculum.

II - Plano de atividade de trabalho voluntário, com especificação clara e objetiva dos serviços a serem desenvolvidos;

III - Datas de início e fim das atividades e respectiva carga horária semanal.

Art. 4º A prestação de serviço eventual voluntário será celebrada entre o SFB e o pesquisador voluntário por um período de até dois anos, renováveis por igual período, por meio de Termo de Adesão, na forma do Anexo I.

Art. 5º O processo de serviço voluntário de pesquisa, ensino e extensão terá o seu início e avaliação na Diretoria de Pesquisa e Informação Florestal (DPI), até a aprovação final e, após encaminhado para o Gabinete do Diretor Geral para assinatura do Termo de Adesão.

§ 1º O Termo de Adesão será assinado pelo Diretor Geral e pelo pesquisador eventual voluntário e encaminhado ao Setor de Recursos Humanos do SFB para os registros competentes.

§ 2º Quando o serviço voluntário de pesquisa, ensino e extensão ocorrer no âmbito do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), o processo terá seu início após a análise da Chefia do LPF, que encaminhará para o Diretor da DPI, para aprovação final e, após para o Gabinete do Diretor Geral para a assinatura do Termo de Adesão.

§ 3º O Termo de Adesão só poderá ser renovado, mediante a manifestação favorável do Chefe do LPF, quando se tratar de serviços do âmbito do LPF e do Diretor da DPI.

Art. 5º Ao pesquisador eventual voluntário será vedado o exercício de cargo de Direção ou função gratificada, e demais funções administrativas privativas do pessoal do quadro permanente do SFB.

Art. 6º Durante a vigência do Termo de Adesão, o pesquisador eventual voluntário ficará sujeito ao cumprimento das normas institucionais.

Art. 7º O Termo de Adesão poderá ter seus efeitos cessados nos seguintes casos:

–Por iniciativa do pesquisador eventual voluntário;

–Por iniciativa do Chefe do LPF, quando for o caso;

–Por iniciativa do Diretor da DPI;

–Por motivo de força maior e em casos de doença;

–Por descumprimento da legislação que rege o SFB.

§ 1º Na ocorrência da situação prevista no inciso I, deverá o pesquisador eventual voluntário comunicar a sua decisão ao Chefe do LPF, e ao Diretor da DIP, com antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º As situações previstas nos incisos I, II, III deverão ser formalizadas por meio de Distrato, conforme anexo II;

§ 3° Em qualquer das situações previstas neste artigo, o desligamento do pesquisador eventual voluntário deverá ser comunicado ao Gabinete do Diretor Geral, que fará a devida comunicação ao seu setor de recursos humanos do SFB;

§ 4º No caso das situações previstas no inciso I e II, serão resguardados todos os direitos das pesquisas em andamento, ao LPF/SFB;

Art. 8º Na produção científica finalizada deverá ser incluído e constar o nome do pesquisador eventual voluntário, sem direito de exclusividade, como autor das publicações decorrentes dos trabalhos concluídos.

Art. 9º A titularidade, a confiabilidade e os ganhos econômicos relacionados à criação intelectual decorrente da prestação de serviço do pesquisador eventual voluntário de que trata esta Resolução estarão sujeitos, em matéria de direito de propriedade intelectual, à aplicação das disposições legais vigentes.

Art. 10º O Diretor da DPI poderá, atendendo a solicitação do Chefe do LPF ou dos demais Gerentes Executivos do SFB, autorizar previamente despesas relacionadas com as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores eventuais voluntários, observadas a disponibilidade orçamentária e as normas legais pertinentes.

Art. 11º Findo o prazo do Termo de Adesão, e não havendo renovação, o pesquisador eventual voluntário receberá certificado comprobatório assinado pelo Diretor do SFB, pelo Diretor da DPI e, pelo Chefe do LPF.

Art. 12º O SFB nas suas esferas de competência e no limite de suas possibilidades permitirá ao pesquisador eventual voluntário, o uso de seu endereço institucional, instalações, bens e serviços e/ou convenientes, para o desenvolvimento de suas atividades, prevista no Termo de Adesão.

Art. 13º Durante a vigência do Termo de Adesão, o pesquisador eventual voluntário estará obrigatoriamente coberto por um seguro contra acidentes pessoais a ser providenciado pelo SFB.

Art. 14º Fica delegado ao Diretor da DPI, dentro de suas atribuições legais, fazer cumprir as normas desta resolução, bem como instruir, dirimir eventuais dúvidas e/ou ajustes legais para a boa condução dos propósitos postulados nos Termos de Adesão, assinados pelos pesquisadores eventuais voluntários.

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE PESQUISADOR NÚMERO ...../.....

Pelo presente instrumento, o Serviço Florestal Brasileiro-SFB, criado pela Lei nº 11.284 de 02 de março 2006, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 37.111.375/0008-83, doravante denominado SFB, neste ato representado pelo seu Diretor Geral,..... e de outro lado o Senhor.....(nome completo do pesquisador), CPF nº.....,RG nº.....data de nascimento, pesquisador voluntário, residente e domiciliado à....., doravante denominado PESQUISADOR VOLUNTÁRIO resolvem de comum acordo e nos Termos da Resolução nº... /2017, com fundamento na Lei nº 9.608/98 de 18/02/98, celebrar o presente TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE PESQUISADOR, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O PESQUISADOR VOLUNTÁRIO realizará nas dependências do Laboratório de Produtos Florestais, vinculado a Diretoria de Pesquisa e Informação Florestal, deste Serviço, no período de ...../..../..... a ...../...../....., os serviços discriminados no respectivo Plano de Atividades, que, sob a forma de anexo, integra este Termo, observadas as normas institucionais pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ao PESQUISADOR VOLUNTÁRIO, será permitido o uso do endereço institucional, instalações, bens e serviços e/ou convenientes, para o desenvolvimento de suas atividades prevista no Plano de Atividades, na medida das disponibilidades e obdecida a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA

O serviço do PESQUISADOR VOLUNTÁRIO será gerado de forma espontânea, sem percebimento de contraprestação financeira ou de qualquer remuneração, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afins.

CLÁUSULA QUARTA

Fica a cargo do Setor ...(indicar).....através de seu responsável.....(autorizado)....., a especificação dos horários e locais em que o PESQUISADOR VOLUNTÁRIO executará as suas pesquisas, bem como a sua avaliação de cronograma de serviço e desempenho efetuado.

CLÁUSULA QUINTA

As atividades a serem desenvolvidas pelo PESQUISADOR VOLUNTÁRIO que implicarem em despesas obedecerão ao disposto no Art. .....da Resolução...../2017.

CLASULA SEXTA

A titularidade, a confiabilidade os ganhos econômicos relacionados à criação intelectual decorrente da prestação de serviço do pesquisador eventual voluntário de que trata esta Resolução estarão sujeitos, em matéria de direito de propriedade intelectual, à aplicação das disposições legais vigentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

O pesquisador voluntário não representa a instituição do SFB, externamente, exceto se especificamente delegado para tanto.

E por estarem justas e acertadas, formalizam as partes o presente TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE PESQUISADOR, assinado em duas (2) vias de igual teor e forma na presença de duas (2) testemunhas.

Brasília, DF.....de.....de.....

SFB

PESQUISADOR VOLUNTÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO II

TERMO DE ENCERRAMENTO

Pelo presente instrumento, o Serviço Florestal Brasileiro-SFB, criado pela Lei nº 11.284 de 02 de março de2006, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 37.111.375/0008-83, doravante denominado SFB, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, e de outro lado o Sr....., CPF nº.....,RG nº.....data de nascimento, pesquisador voluntário, residente e domiciliado à....., doravante denominado PESQUISADOR VOLUNTÁRIO resolvem de comum acordo e nos Termos da Resolução nº.. /2017, com fundamento na Lei nº 9.608/98 de 18/02/98, celebrar o presente TERMO DE ENCERRAMENTO, mediante as seguintes condições:

Considerando a existência de um TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTARIO DE PESQUISADOR firmado entre o SFB e o PESQUISADOR VOLUNTARIO em.....de.....de.....

Considerando que não há mais interesse nas partes em manter vigente o TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTARIO DE PESQUISADOR supramencionado, tem ambas as partes entre si justo e acordado o presente TERMO DE ENCERRAMENTO, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir da presente data fica efetivamente distratado e revogado o TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTARIO DE PESQUISADOR nº...../acima mencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA

As partes declaram-se quitadas, mutuamente, de todas e quaisquer obrigações inerentes ao TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTARIO DE PESQUISADOR ora em distrato, aceitando o presente instrumento em seus expressos termos, para nada mais virem a reclamar uma da outra, seja a que título for, com relação ao referido TERMO DE ADESÃO.

E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em quatro (vias) de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Brasília, DF, ...de.....de.....

SFB

PESQUISADOR VOLUNTÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 474, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar o valor constante do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
REDUÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos	Demais				
	PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
		Individuais	Bancada		
Reserva para Emendas Impositivas de Bancada	0	0	132.170.756	0	132.170.756
TOTAL	0	0	132.170.756	0	132.170.756

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
ACRÉSCIMO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	19.580.852	0	19.580.852
26000	Ministério da Educação	0	0	8.650.030	0	8.650.030
30000	Ministério da Justiça e Cidadania	0	0	3.820.829	0	3.820.829
36000	Ministério da Saúde	0	0	53.160.528	0	53.160.528
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	0	835.947	0	835.947
53000	Ministério da Integração Nacional	0	0	29.809.746	0	29.809.746
56000	Ministério das Cidades	0	0	16.312.824	0	16.312.824
	TOTAL	0	0	132.170.756	0	132.170.756

RETIFICAÇÃO

Na " Portaria nº 468, de 22 de dezembro de 2017", publicada no Diário Oficial da união de 26 de dezembro de 2017, Seção 1, página 983, leia-se: "Portaria nº 469, de 22 de dezembro de 2017."

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 271, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, inciso VII do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso III do § 3º do art. 2º da Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a Universidade Federal de Pelotas a adquirir 10 (dez) ônibus rodoviários usados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 257, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 04905.002669/2017-50, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 18026,6343 ha denominada Estuários e Manguezais das bacias dos Rios Piauí e Real, localizada nos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Itaporanga d" Ajuda, nos rios Vaza Barris e Real, no estado de Sergipe

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 3155 0100006-07 e apresenta característica e confrontações conforme memorial descritivo disponível no sitio eletrônico da Secretaria do Patrimônio da União http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/portarias-de-declaracao-de-interesse-do-servico-publico-pdisp

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental, para a proteção dos ecossistemas naturais e atendimento das demandas das populações tradicionais de extrativistas e de pescadores artesanais no litoral sul de Sergipe, no que tange à diminuição de conflitos relativos ao acesso aos recursos naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/SE procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/SE dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO
Secretário

PORTARIA Nº 258, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, assim como os elementos que integram o processo nº 04977.005432/2006-24, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de urbanização, regularização fundiária de interesse social, reassentamento de moradias em áreas de risco e preservação ambiental, em benefício direto de, aproximadamente, 5.000 (cinco mil) famílias de baixa renda que residem na região, o imóvel da União, constituído por terreno acrescido de marinha, com área de 1.492.312,42 m², situado no núcleo Vila Esperança, naquele Município, cujas características constam da Matrícula nº 14.160, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis de Cubatão/SP e cadastrado sob o RIP nº 63710100368-15.

Art. 2º A Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 3º Revoga-se a Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público nº 365, de 25/09/2008, publicada no DOU em 29/09/2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 260, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram os Processos Administrativos nºs 04926.000483/2014-75, 04926.000481/2014-86 e 04926.000482/2014-21 resolve:

Art. 1º Autorizar a doação aos beneficiários, conforme relação disponibilizada no site http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/beneficiarios-regularizacao-fundiaria, dos imóveis de propriedade da União, classificados como dominiais, localizados no Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerias, nos seguintes endereços: Rua Engenheiro Caldas, nº 18, com área de 200,00 m², registrado sob a Matrícula nº 27.259, Ficha 01F, Livro nº 02; Rua Monte Verde, nº 04, com área de 485,37 m², registrado sob a Matrícula nº 28.074, Ficha 01F, Livro nº 02; Rua Monte Verde, nº 11, com área de 335,33 m², registrado sob a Matrícula nº 28.067, Ficha 01F, Livro nº 02, todas do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo único. As áreas acima mencionadas no caput apresentam as características e confrontações descritas nos memoriais descritivos constantes nos processos em epígrafe

Art. 2º As doações a que se refere o art. 1º se destinam à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício das famílias ocupantes dos imóveis, que devem comprovar renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não serem proprietárias de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º Ficam os beneficiários impedidos de alienar os imóveis recebidos em doação por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura dos respectivos contratos, dos quais constará cláusula expressa nesse sentido.

Art. 4º As doações tornar-se-ão nulas, independentemente de ato especial, sem direito dos beneficiários a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido no arts. 2º e 3º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Responderão os destinatários, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes aos imóveis a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 261, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 05315.000466/2017-31 resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Estado do Amapá do imóvel da União classificado como nacional interior, com área de 12,22ha (doze hectares e vinte e dois ares), localizado ao longo da BR 210, Km 17, Município de Macapá/AP, cadastrado nos assentos da SPU sob o RIP nº 0605 0103166-20 e inserido em área maior registrada em nome da União sob a Matrícula nº 1.128, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca - 1ª Circunscrição.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º se destina à construção e instalação de uma unidade prisional estadual.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 12 (doze) meses para o início da construção prevista no caput, e de 24 (vinte e quatro) meses para a sua conclusão, ambos contados da data de assinatura do contrato de doação, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Responderá o donatário judicial e extrajudicialmente por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere esta Portaria, inclusive por acessões e benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A doação a que se refere esta Portaria não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários ao empreendimento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 29, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 2º, inciso III da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº 04997.000781/2017-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de uso Gratuito, que faz a União ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do imóvel de propriedade da União, adquirido por doação da Imobiliária, com área de 720,00 m² e benfeitoria com 250,12 m², Cadastrado no Sistema SPIUnet no RIP 8985.00058.500-9, localizado na Avenida das Figueiras n 1.852, Quadra 122, Lote 20, Loteamento Setor Comercial, Gleba Celeste, no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, avaliado em R$ R$ 832.417,78 (oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) registrado na matricula 13.663, fls. 01, Livro nº 2 no Cartório de Primeiro Ofício daquela Comarca/MT.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a instalação da sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Município de Sinop/MT.

Art. 3º - O Outorgado Cessionário fica obrigado a cumprir as normas e critérios que estabelece a Portaria nº 202, de 11/11/2015, da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério e conveniência da Secretaria do Patrimônio da União/MT.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIMARA RODRIGUES CORDEIRO TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 31, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto nos arts. 23 e 31 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, no art. 17, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no art. 31 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20/04/2017, na subdelegação de competência conferida pelo art. 2º, inciso I, da Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, páginas 75-76, e em consonância com os elementos que integram o Processo nº 04926.000036/2011-73, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao município de Maria da Fé/MG, do imóvel urbano, de propriedade da União, com área de 11.726,05 m², situado no próprio município, matriculado sob nº 9.557, Livro nº 2-B-F (Registro Geral), fls. 16 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cristina/MG.

Art. 2º A doação com encargo a que se refere esta Portaria destina-se à manutenção do funcionamento da Escola Municipal Padre Pivato.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se cessarem as razões que justificaram a doação, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, se não for cumprida a finalidade da doação ou se ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 4º É vedado ao município de Maria da Fé/MG a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, nos termos do § 3º do art. 31 da Lei nº 9.636/98.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE DE PAULO DINIZ

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

PORTARIA Nº 15, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ, nomeado pela Portaria nº 1.258, de 18 de novembro de 2016, publicada no DOU nº 222, Seção 2, de 21 de novembro de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU, nº 123 - Seção 2, de 30/06/2010, e do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União - Portaria nº 220, de 25/06/2014, bem como a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e tendo em vista o disposto no art. 538 e 539 do Código Civil - Lei 10406/2002; e os elementos que integram o Processo nº 04957.000901/2011-14, resolve:

Art. 1º - ACEITAR A DOAÇÃO, com encargo, que faz o Município de Altamira à União, através do Título Definitivo de Propriedade nº 2.090/90, doado, com encargo, o imóvel doado pela Lei Municipal nº 103/90, de 19 de março de 1990, referente ao imóvel situado na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2776, entre a Travessa 13 de Maio e Acesso 02, Bairro Premem, no Município de Altamira, Estado do Pará, constituído de terreno urbano, com área de 1.120,00m², confrontando pela frente com a Avenida Presidente Tancredo Neves, por onde mede 35,00m; pelo lado direito com acesso para o Centro Comunitário, por onde mede 32,00m, pelo lado esquerdo, com terras do patrimônio municipal, ocupadas pelas instalações do SENAI, por onde mede 32,00m; e pelos fundos, com terras doadas à SUCAE, por onde mede 35,00m; objeto da Matrícula nº 20342, Livro 2-AAJ, folhas nº 30, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis, da Comarca de Altamira/PA.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º, destina-se exclusivamente às instalações da Vara de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho de Altamira/Pará./

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.280, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2017, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta de reformulação orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo SESCOOP.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I - RECEITA
ÓRGÃO: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10000000	RECEITAS CORRENTES	465.257.188,64
12000000	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	358.654.332,80
12100000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	358.654.332,80
12104401	CONTRIBUIÇÃO SESCOOP	358.654.332,80
12104402	ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO	-
13000000	RECEITAS PATRIMONIAIS	57.672.746,35
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	-
13110001	ALUGUÉIS	-
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	57.672.746,35
13210001	JUROS DE TITULOS DE RENDA	57.672.746,35
13900000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-
13900001	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-
16000000	RECEITAS DE SERVIÇOS	1.073.043,00
16001601	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	872.667,00
16001901	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	-
16002001	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS	-
16002201	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	-
16009901	OUTRAS RECEITAS DE SERVIÇOS	200.376,00
17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-
17300000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
17300001	TRANSFERÊNCIAS REGULAMENTARES	-
17300002	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
17300003	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-
17600000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-
17610001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ENTIDADES	-
17620001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	-
17630001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	-
17640001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.857.066,49
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	-
19190001	MULTAS E JUROS DE MORA	-
19200000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-
19210901	OUTRAS INDENIZAÇÕES	-
19220001	OUTRAS RESTITUIÇÕES	-
19900000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	47.857.066,49
19909901	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.372.786,88
19999901	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	41.484.279,61
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	600.644,00
22000000	ALIENAÇÃO DE BENS	420.644,00
22100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.000,00
22190001	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	74.000,00
22190002	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS INTANGÍVEIS	-
22200000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	346.644,00
22290001	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	346.644,00
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-
24300000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
24300001	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
24700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-
24740001	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00
25900000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00
25900001	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00
29999901	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CAPITAL	-
TOTAL		465.857.832,64

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO R$ 1,00

Objetivo:	Indicador: Metas de Desempenho		Total
- Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais			
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	707.182,00
8938 GESTÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	Plano Desenvolvido	13	707.182,00

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO R$ 1,00

Objetivo:	Indicador: Metas de Desempenho		Total
- Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais			
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	15.906.839,49
8911 GESTÃO ADMINISTRATIVA	Entidade Mantida	28	15.906.839,49

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0750 APOIO ADMINISTRATIVO R$ 1,00

Objetivo:	Indicador: Metas de Desempenho		Total
- Prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seusprogramas finalístico.			
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	104.535.233,63
8901 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Serviço Mantido	28	68.345.292,30
8910 AÇÕES DE INFORMÁTICA	Serviço Mantido	15	12.271.243,26
8977 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	Pessoas Beneficiadas	177	23.918.698,07

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 5400540R$1,004

Objetivo:	Indicador:	Total
- Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.	Metas de Desempenho	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	17.229.249,30
5401	APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E PADRONIZAR PROCESSOS	(%) Valor alocado na gestão estratégica e padronização dos processos, em relação ao orçamento previsto UE	1,22	5.670.699,76
5402	DESENVOLVER CONTINUAMENTE AS COMPET. DOS COLABORADORES	(%) Rotatividade de pessoal (turnover)	13	11.558.549,54

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0773 GESTÃO DE POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO R$ 1,00

Objetivo: - Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil.	Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	11.215.982,18
8915 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	Entidade Mantida	1	11.215.982,18

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Programa: 0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO R$ 1,00

Objetivo: - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais	Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	10.508.331,18
8938 GESTÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	Plano Institucional	28	10.508.331,18

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Programa: 0773 GESTÃO DE POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO R$ 1,00

Objetivo: - Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil.	Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	22.674.114,83
8914 SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO	Serviço Mantido	28	20.807.732,23
8951 SERVIÇOS DE AUDITORIA	Auditoria Realizada	33	1.866.382,60

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 0054041R$ 1,00

Objetivo: - Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.	Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	1.330.215,43
5403 APRIMORAR E INTENSIFICAR O RELACIONAMENTO COM AS COOPERATIVAS	(%) Crescimento da Receita Realizada	3	1.330.215,43

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL
Programa: 5400 APOIO À GESTÃO 1315400R$ 1,004

Objetivo: - Realizar o aprimoramento da gestão da estratégia sistêmica e o relacionamento com as cooperativas, padronização de processos, desenvolvimento contínuo de competências de colaboradores, aperfeiçoamento, controle, ampliação, diversificação das fontes de recursos e garantia da comunicação frequente e ágil com seus públicos.	Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	17.373.622,80
5404 GARANTIR COMUNICAÇÃO FREQUENTE E ÁGIL COM OS SEUS PÚBLICOS	(%) Valor alocado na comunicação, em relação ao orçamento previsto UE	4	17.373.622,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
Programa: 0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR 33101008R$ 1,00

Objetivo: - Adequar à gestão de pessoas para que assegure o desenvolvimento e valorização de competências com foco e a atração e a retenção dos melhores talentos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	2.936.305,06
8903	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	Pessoas Beneficiadas	105	1.931.148,66
8905	AUXILIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	105	826.608,13
8906	AUXILIO TRANSPORTE AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	14	27.658,83
8907	ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS COLABORADORES	Pessoas Beneficiadas	105	150.889,44

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
Programa: 0750 APOIO ADMINISTRATIVO R$ 1,00

Objetivo: - Prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seusprogramas finalísticos.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	44.776,59
8904	ASSISTÊNCIA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO	Pessoas Beneficiadas	105	44.776,59

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR
Programa: 5300 qualidade de vida e responsabilidade socioambiental 3315300R$ 1,001

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis.		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	26.380.124,79
5301	APOIAR INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DE QUALIDADE DE VIDA	Nº de pessoas que participaram de eventos saúde, seg.trab, qual. vida e responsabilidade socioambiental	71.832	16.234.917,55
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	5	
5302	APOIAR PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Nº de pessoas que participaram de eventos saúde, seg.trab, qual. vida e responsabilidade socioambiental l	288.948	10.145.207,24
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	27	

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 333 - EMPREGABILIDADE
Programa: 5200 profissionalização e sustentabilidade 33352005R$ 1,00

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis		Indicador: Metas de Desempenho		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	203.374.175,53
5201	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COOPERATIVISTA	Nº de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	55.553	44.517.411,82
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	27	
5202	AMPLIAR O ACESSO DAS COOPERATIVAS ÀS SOLUÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Nº de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	218.955	107.490.069,51
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	21	
5203	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA	Nº de pessoas que participaram de eventos voltados para a gestão, qualificação e governança.	27.142	18.749.765,22
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	27	
5204	MONITORAR DESEMPENHOS E RESULTADOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS	(%) de cooperativas monitoradas	59	32.616.928,98
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	27	

ANEXO II - PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Programa: 5100 cultura da cooperação R$ 1,00

Objetivo: - Promover a cultura da cooperação, a profissionalização da gestão e da governança das cooperativas, ampliar o seu acesso às soluções de formação e qualificação profissional, bem como apoiar iniciativas voltadas para a segurança no trabalho, qualidade de vida e responsabilidade socioambiental, monitorando desempenhos e resultados sustentáveis	Indicador: Metas de Desempenho	Total

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	31.641.679,83
5101	PROMOVER A CULTURA DA COOPERAÇÃO E DISSEMINAR A DOUTRINA, OS VALORES E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	Nº de pessoas que participaram de eventos voltados para a promoção da cultura da cooperação e disseminação da doutrina, valores e princípios do cooperativismo	362.889	31.641.679,83
		Nº de UE que aderiram aos programas disponibilizados	14	

ANEXO III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO R$ 1,00

Funcional	Subfunção	Subfunção	Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11 - Trabalho	121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	707.182,00		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	287.122,00
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	420.060,00
						INVESTIMENTOS	-
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	15.906.839,49		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.377.689,59
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.822.284,90
						INVESTIMENTOS	706.865,00
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	104.535.233,63		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.495.503,28
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.925.374,97
						INVESTIMENTOS	29.114.355,38
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5400	APOIO À GESTÃO	17.229.249,30		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.585.252,71
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.931.595,59
						INVESTIMENTOS	712.401,00
	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	11.215.982,18		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.215.982,18
						INVESTIMENTOS	-
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0106	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	10.508.331,18		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.794,00
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.504.537,18
						INVESTIMENTOS	-
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	22.674.114,83		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.275.629,35
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.388.605,48
						INVESTIMENTOS	9.880,00

ANEXO III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO R$ 1,00

Funcional	Subfunção	Subfunção	Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
	125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5400	APOIO À GESTÃO	1.330.215,43		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.200.215,43
						INVESTIMENTOS	130.000,00
	131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5400	APOIO À GESTÃO	17.373.622,80		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.779.507,09
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.488.887,71
						INVESTIMENTOS	105.228,00
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	2.936.305,06		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.936.305,06
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-
						INVESTIMENTOS	-
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	0750	APOIO ADMINISTRATIVO	44.776,59		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.776,59
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-
						INVESTIMENTOS	-
	331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5300	QUALIDADE DE VIDA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	26.380.124,79		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.588.021,00
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.739.660,79
						INVESTIMENTOS	52.443,00
	333	EMPREGABILIDADE	5200	PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	203.374.175,53		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.745.288,31
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.632.812,22
						INVESTIMENTOS	3.996.075,00
	366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5100	CULTURA DA COOPERAÇÃO	31.641.679,83		
						PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.282.710,98
						OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.919.419,85
						INVESTIMENTOS	439.549,00

ANEXO III - QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
465.857.832,64	465.857.832,64	11 - Trabalho	465.857.832,64	121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	707.182,00	1210106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	707.182,00
				122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	137.671.322,42	1220106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	15.906.839,49
						1220750 APOIO ADMINISTRATIVO	104.535.233,63
						1225400 APOIO À GESTÃO	17.229.249,30
				123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	11.215.982,18	1230773 GEST POLÍT EXEC FINANC, CONT E CONTROLE	11.215.982,18
				125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	34.512.661,44	1250106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	10.508.331,18
						1250773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO	22.674.114,83
						1255400 APOIO À GESTÃO	1.330.215,43
				131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	17.373.622,80	1315400 APOIO À GESTÃO	17.373.622,80
				331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	29.361.206,44	3310100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	2.936.305,06
						3310750 APOIO ADMINISTRATIVO	44.776,59
						3315300 QUALIDADE DE VIDA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	26.380.124,79
				333 - EMPREGABILIDADE	203.374.175,53	3335200 PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	203.374.175,53
				366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	31.641.679,83	3665100 CULTURA DA COOPERAÇÃO	31.641.679,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III - TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

R$ 1,00

Total	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras
465.857.832,64	113.401.599,96	317.189.436,30	35.266.796,38	-

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego
Unidade: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO

RECEITAS			DESPESAS		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES		465.257.188,64	DESPESAS CORRENTES		430.591.036,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	358.654.332,80		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAS	113.401.599,96	
RECEITAS PATRIMONIAIS	57.672.746,35		OUTRAS DESP. CORRENTES	317.189.436,30	
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.073.043,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.857.066,49				
			SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		34.666.152,38
TOTAL		465.257.188,64	TOTAL		465.257.188,64
RECEITA DE CAPITAL		600.644,00	DESPESAS DE CAPITAL		35.266.796,38
ALIENAÇÃO DE BENS	420.644,00		INVESTIMENTOS	35.266.796,38	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-		INVERSÕES FINANCEIRAS	-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00				
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		34.666.152,38			
TOTAL		35.266.796,38	TOTAL		35.266.796,38

Resumo

RECEITAS CORRENTES	465.257.188,64	DESPESAS CORRENTES	430.591.036,26
RECEITAS DE CAPITAL	600.644,00	DESPESAS DE CAPITAL	35.266.796,38
Total	465.857.832,64	Total	465.857.832,64

PORTARIA Nº 1.281, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2017, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta de reformulação orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO - I
RECEITA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	984.891.016
1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	794.004.552
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	794.004.552
1210.39.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	723.830.658
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	77.610.160
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	90.000
1311.00.00	ALUGUÉIS	90.000
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	77.509.160
1321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	77.509.160
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000
1600.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	14.567.405
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	14.567.405
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.056.126
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	38.033.854
1730.01.00	RADI	70.173.894
1730.02.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	38.033.854
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	26.022.272
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	26.022.272
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.652.773

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	110.000
1910.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA	110.000
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.231.980
1921.00.00	INDENIZAÇÕES	443.000
1922.00.00	RESTITUIÇÕES	788.980
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	33.310.793
1990.98.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	28.389.415
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	4.921.378
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	8.827.340
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.511.923
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.511.923
2120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	629.454
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	629.454
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	243.000
2430.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	243.000
2470.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	442.963
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	442.963
9990.00.00	RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	52.496.266
9990.99.00	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	52.496.266
	TOTAL	1.046.214.622

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0750 - Apoio Administrativo

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8777	Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	Nº de empregados	1.118	77.789.666
8701	Manutenção de Serviços Administrativos	Unidade mantida	49	65.335.051
8715	Assistência Financeira a Entidades	Unidades beneficiadas	42	18.056.266
8711	Gestão Administrativa	Nº de reuniões	236	8.455.504
			Total:	169.636.487

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0801 - Formação de Gerentes e Servidores

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8718	Capacitação de Recursos Humanos	Nº de colaboradores capacitados	3.076	4.224.364
			Total:	4.224.364

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0253 - Serviço de Comunicação de Massa

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8719	Divulgação de Ações Institucionais	Nº de eventos de divulgação	13.944	25.468.145
			Total:	25.468.145

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0681 - Gestão de Participação em Organismos Internacionais

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8753	Contribuição a Organismos Internacionais	Nº de instituições beneficiadas	1	24.984
			Total:	24.984

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8703	Assist. Médica e Odonto. a servidores, empregados e seus dependentes	Nº de colaboradores beneficiados	1.616	5.546.863
			Total:	5.546.863

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8705	Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	Nº de colaboradores beneficiados	1.257	6.413.729
			Total:	6.413.729

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0100 - Assistência ao Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8707	Assitência Social a Servidores	Nº de colaboradores beneficiados	876	1.813.774
8706	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Nº de colaboradores beneficiados	534	1.303.327
			Total:	3.117.101

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8788	Promoção Social Rural	Nº de pessoas capacitadas	1.390.828	124.015.619
			Total:	124.015.619

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8729	Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	Nº de pessoas capacitadas	897.672	696.123.130
			Total:	696.123.130

ANEXO - II
PROGRAMAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR
Programa: 0108 - Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador

R$ 1,00

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	
8772	Cursos de Alfabetização	Nº de pessoas capacitadas	5.763	11.644.200
			Total:	11.644.200

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO - III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
		11 - Trabalho	1.046.214.622	122 - Administração Geral	169.636.487	0750 - Apoio Administrativo	169.636.487
				128 - Formação de Recursos Humanos	4.224.364	0801 - Formação de Gerentes e Servidores	4.224.364
				131 - Comunicação Social	25.468.145	0253 - Serviço de Comunicação de Massa	25.468.145
				212 - Cooperação Internacional	24.984	0681 - Gestão de Participação em Organismos Internacionais	24.984
				301 - Atenção Básica	5.546.863	0100 - Assistência ao Trabalhador	5.546.863
				306 - Alimentação e Nutrição	6.413.729	0100 - Assistência ao Trabalhador	6.413.729
				331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	127.132.720	0100 - Assistência ao Trabalhador	3.117.101
						0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador	124.015.619
				333 - Empregabilidade	696.123.130	0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador	696.123.130
				366 - Educação de Jovens e Adultos	11.644.200	0108 - Melhoria na Qualidade de Vida do Trabalhador	11.644.200
				999 - Despesas Extraorçamentárias	0		

ANEXO - III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Funcional	Programática			Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11	122	0750	8701	Manutenção de Serviços Administrativos	65.335.051	1	3.614.142
						2	0
						3	50.815.013
						4	9.033.775
						5	0
						6	0
						9	1.872.121
11	122	0750	8711	Gestão Administrativa	8.455.504	1	547.200
						2	0
						3	7.908.304
						4	0
						5	0
						6	0
						9	0
11	122	0750	8715	Assistência Financeira a Entidades	18.056.266	1	0
						2	0
						3	18.056.266
						4	0
						5	0
						6	0
						9	0
11	122	0750	8777	Pag. de Pessoal e Encargos Social e Trabalhistas - Área Administrativa	77.789.666	1	76.389.666
						2	0
						3	1.400.000
						4	0
						5	0
						6	0
						9	0
11	128	0801	8718	Capacitação de Recursos Humanos	4.224.364	1	50.000
						2	0
						3	4.174.364
						4	0
						5	0
						6	0
						9	0
11	131	0253	8719	Divulgação de Ações Institucionais	25.468.145	1	120.000
						2	0
						3	25.325.345
						4	0
						5	0
						6	0
						9	22.800

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	212	0681	8753	Contribuição a Organismos Internacionais	24.984	1 2 3 4 5 6 9	0 0 24.984 0 0 0 0
11	301	0100	8703	Assist. Médica e Odonto. a servidores, empregados e seus dependentes	5.546.863	1 2 3 4 5 6 9	60.000 0 5.486.863 0 0 0 0
11	306	0100	8705	Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	6.413.729	1 2 3 4 5 6 9	120.000 0 6.293.729 0 0 0 0
11	331	0100	8706	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.303.327	1 2 3 4 5 6 9	29.400 0 1.273.927 0 0 0 0
11	331	0100	8707	Assitência Social a Servidores	1.813.774	1 2 3 4 5 6 9	10.000 0 1.803.774 0 0 0 0
11	331	0108	8788	Promoção Social Rural	124.015.619	1 2 3 4 5 6 9	17.129.930 0 103.130.188 3.650.501 5.000 0 100.000
11	333	0101	8729	Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	696.123.130	1 2 3 4 5 6 9	112.265.338 640.879 534.395.413 47.621.500 1.000.000 0 200.000
11	366	0108	8772	Cursos de Alfabetização	11.644.200	1 2 3 4 5 6 9	906.000 0 10.738.200 0 0 0 0
				Total	1.046.214.622		1.046.214.622

ANEXO - III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR

R$ 1,00

Total	Pessoal e Encargos Sociais (1)	Juros e Encargos da Dívida (2)	Outras Despesas Correntes (3)	Investimentos (4)	Inversões Financeiras (5)	Amortização da Dívida (6)	Reserva de Contingência (9)
1.046.214.622	211.241.676	640.879	770.826.370	60.305.776	1.005.000	0	2.194.921

ANEXO - IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural / SENAR R$1,00

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES		984.891.016	DESPESAS CORRENTES		984.903.846
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	794.004.552		Pessoal e Encargos Sociais	211.241.676	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECEITA PATRIMONIAL	77.610.160		Juros e Encargos da Dívida	640.879	
RECEITAS DE SERVIÇOS	14.567.405		Outras Despesas Correntes	770.826.370	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.056.126		Reserva de Contigência	2.194.921	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.652.773		Pessoal e Encargos Sociais	211.241.676	
		12.830			
T O T A L		984.903.846	T O T A L		984.903.846
RECEITAS DE CAPITAL		8.827.340			
ALIENAÇÃO DE BENS	629.454	76.063.200			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	243.000				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	442.963	500.919.000	DESPESAS DE CAPITAL		61.310.776
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.511.923				
			Investimentos	60.305.776	
DÉFICIT		52.483.436	Inversões Financeiras	1.005.000	
			Amortização da Dívida	0	
T O T A L		61.310.776	T O T A L		61.310.776
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		52.496.266			

Receitas Correntes	984.891.016	Despesas Correntes	984.903.846
Receitas De Capital	8.827.340	Despesas De Capital	61.310.776
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores	52.496.266		
Total	1.046.214.622	Total	1.046.214.622

PORTARIA Nº 1.282, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2017, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta de reformulação orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO - I

RECEITA

Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	Receitas Correntes	472.885.958,59
1200.00.00	Receitas de Contribuições	332.398.103,70
1210.00.00	Contribuições Sociais	332.398.103,70
1210.42.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	332.398.103,70
1300.00.00	Receita Patrimonial	45.137.440,91
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	2.076.658,63
1311.00.00	Aluguéis	2.076.658,63
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	43.060.782,28
1321.00.00	Juros de Título de Renda	43.060.782,28
1600.00.00	Receita de Serviços	94.871.972,15
1600.01.00	Serviços Comerciais	1.051.039,55
1600.99.00	Outros Serviços	93.820.932,60
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	478.441,93
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	248.494,86
1922.00.00	Restituições	-
1990.99.00	Outras receitas	229.946,97
2000.00.00	Receitas de Capital	285.750,04
2100.00.00	Operações de Crédito	-
2200.00.00	Alienação de Bens	285.750,04
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	285.750,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2219.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	339.837.615,01
2590.00.00	Saldo de Exercícios Anteriores	339.837.615,01
	TOTAL	813.009.323,64

ANEXO - II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

R$ 1,00

Objetivo - Prover os meios administrativos para implementação e gestão das atividades-fim da entidade.	Indicador: Atingimento da meta estabelecida		Total: 278.069.631,44
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8501 Manutenção de Serviços Administrativos	Unidade Adm Mantida	147	171.678.536,23
8502 Pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e Trabalhistas	Pessoa Remunerada	2.116	106.391.095,21

ANEXO II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 AUXÍLIO AO TRABALHADOR

R$ 1,00

Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o recebimento do auxílio-alimentação, conforme legislação vigente.	Indicador: Atingimento da meta estabelecida		Total: 23.749.694,05
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8505 Auxílio-Alimentação a Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	2.683	23.749.694,05

ANEXO II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 AUXÍLIO AO TRABALHADOR

R$ 1,00

Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o recebimento do auxílio-transporte, conforme legislação vigente.	Indicador: Atingimento da meta estabelecida		Total: 2.145.194,02
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8506 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	570	2.145.194,02

ANEXO II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0100 AUXÍLIO AO TRABALHADOR

R$ 1,00

Objetivo - Proporcionar ao trabalhador o benefício de assistência médica	Indicador: Atingimento da meta estabelecida		Total: 4.194.054,60
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
2004 Assistência Médica aos Colaboradores	Colaborador beneficiado	2.310	4.194.054,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho

Unidade: SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Programa: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR			R$ 1,00
Objetivo - Qualificar o trabalhador, visando ampliar as oportunidades de emprego e a melhoria da produtividade.	Indicador		Total
- Ampliar a infra-estrutura de atendimento ao público alvo.	Atingimento da meta estabelecida		504.850.749,53
Ação Título	Produto (Unidade)	Meta	
8526 Qualificação Profissional da Área do Transporte	Homem/Hora	40.800.000	359.546.191,24
7502 Ampliação e Melhoria da Rede Física Unidades de Atendimento	Unid Atend Ampl/Melh	107	145.304.558,29

ANEXO - III

QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA

Órgão: Ministério do Trabalho

Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa	Total
813.009.323,64	813.009.323,64	11 Trabalho	813.009.323,64	122 Administração Geral		0750 - Apoio Administrativo	278.069.631,44
				306 Alimentação e Nutrição		0100 Auxílio ao Trabalhador	23.749.694,05
				331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		0100 Auxílio ao Trabalhador	6.339.248,62
				333 Empregabilidade		0101 Qualificação Profissional do Trabalhador	504.850.749,53

ANEXO III

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Órgão : Ministério do Trabalho

Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Funcional	Programática		Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento do Valor
11 - Trabalho	0750	8501	Apoio Administrativo/Manutenção de Serv Admin	170.854.654,17	3 O.D.C. 4 Investimentos	161.737.128,21 9.941.408,02
		8502	Apoio Administrativo/Pagto Pessoal,Enc Soc e Trab	107.214.977,27	1 Pessoal e Encargos	106.391.095,21
	0100	8505	Auxílio ao Trabalhador/Aux-Alimentação a Servidores e Empregados	23.749.694,05	3 O.D.C.	23.749.694,05
		8506	Auxílio ao Trabalhador/Aux-Transporte a Servidores e Empregados	2.145.194,02	3 O.D.C.	2.145.194,02
		2400	Auxílio ao Trabalhador/ Assistência Médica ao Colaborador	4.194.054,60	3 O.D.C	4.194.054,60
	0101	8526	Qualificação Profissional do Trabalhador	359.546.191,24	1 Pessoal e Encargos 3 O.D.C. 4 Investimentos	147.735.779,13 157.238.207,59 54.572.204,52
		7502	Qualificação Profissional do Trabalhador/Ampliação e Melhoria da Rede Física Unidades de Atendimento	145.304.558,29	3 O.D.C. 4 Investimentos	1.849.284,12 143.455.274,17
			Total	813.009.323,64		813.009.323,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO - III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

R$ 1,00

Total	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
813.009.323,64	254.126.874,34	-	350.913.562,59	207.968.886,71	-	-

ANEXO - IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
R$1,00

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita de Contribuições	332.398.103,70		Pessoal e Encargos Sociais	254.126.874,34	
Receita Patrimonial	45.137.440,91		Juros e Encargos da Dívida Interna	-	
Receitas de Serviços	94.871.972,15		Outras Despesas Correntes	350.913.562,59	
Outras Receitas Correntes	478.441,83				
T O T A L		472.885.958,59	T O T A L		605.040.436,93
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
			Investimentos	207.968.886,71	
Alienação de Bens	285.750,04		Amortização da Dívida	-	
Saldo de Exercícios Anteriores	339.837.615,01				
T O T A L		340.123.365,05	T O T A L		207.968.886,71

Resumo

Receitas Correntes472.885.958,59
Receitas de Capital340.123.365,05
Total813.009.323,64

Despesas Correntes605.040.436,93
Despesas de Capital207.968.886,71
Total 813.009.323,64

PORTARIA Nº 1.283, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2017, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta de reformulação orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO - I
RECEITA
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

R$ 1,00

Código	Especificação	Valor
1000.00.00	Receitas Correntes	4.082.942.400
1200.00.00	Receitas de Contribuições	2.777.997.000
1210.00.00	Contribuições Sociais	2.777.997.000
1210.33.00	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	2.777.997.000
1300.00.00	Receita Patrimonial	394.255.500
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	9.811.800
1311.00.00	Aluguéis	4.920.000
1312.00.00	Arrendamentos	268.800

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1315.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	4.623.000
1315.30.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	4.623.000
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	383.972.700
1321.00.00	Juros de Título de Renda	-
1322.00.00	Dividendos	3.000
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	383.969.700
1390.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	471.000
1600.00.00	Receita de Serviços	871.455.600
1600.16.00	Serviços Educacionais	871.455.600
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	39.234.300
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	9.818.100
1918.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	9.818.100
1918.99.00	Outras Multas e Juros de Mora	9.818.100
1920.00.00	Indenizações e Restituições	3.462.000
1921.00.00	Indenizações	210.000
1921.99.00	Outras Indenizações	210.000
1922.00.00	Restituições	3.252.000
1922.99.00	Outras Restituições	3.252.000
1990.00.00	Receitas Diversas	25.954.200
1990.99.00	Outras Receitas	25.954.200
2000.00.00	Receitas de Capital	500.919.000
2200.00.00	Alienação de Bens	2.412.000
2210.00.00	Alienação de Bens Móveis	2.412.000
2215.00.00	Alienação de Veículos	1.239.000
2216.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	417.000
2217.00.00	Alienação de Equipamentos	525.000
2219.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	231.000
2220.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-
2229.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	-
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	498.507.000
2580.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	498.507.000
	TOTAL	4.583.861.400

ANEXO II

PROGRAMAS

Órgão : Ministério do Trabalho

Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / SENAC

Programa: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

R$ 1,00

Objetivo	Indicador		Total
Assegurar as condições necessárias para a manutenção e funcionamento dos serviços do órgão	100% de sistemas de apoio às ações finalísticas		1.236.864.436
Ação Título	**Produto (Unidade)**	**Meta**	
8301 Manutenção de Serviços Administrativos	Unidade mantida	28	210.725.784
8308 Manutenção dos Serviços de Transporte	Veículo mantido	140	20.986.600
8309 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Unidade mantida	28	161.981.441
8310 Ações de Informática	Rede mantida	27	233.656.151
8311 Gestão Administrativa	Cons. Deliberativo/Diretoria mantidos	56	86.820.960
8313 Manutenção dos Serviços de Documentação e Comunicação	Serviço mantido	26	10.274.350
8356 Coordenação de Planejamento e Orçamentação	Planejamento e Orçamento Elaborados	26	14.748.900
8357 Modernização e Melhoria da Rede Física	Unidades Modernizadas/Reformadas	293	497.670.250

Programa: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO

R$ 1,00

Objetivo	Indicador		Total
Assegurar a manutenção e funcionamento das gerências financeiras, contabilidades, serviços de auditoria interna e externa e assistência financeira à órgãos da entidade	100% de controles financeiros, serviços contábeis e auditorias mantidos		396.051.657
Ação Título	**Produto (Unidade)**	**Meta**	
8314 Serviços de Administração e Controle Financeiro	Gerência e Controle Financeiro mantido	56	248.304.057
8315 Assistência Financeira à Entidades	Entidade assistida	28	147.747.600

Programa: 0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES

R$ 1,00

Objetivo	Indicador		Total
Promover o aprimoramento técnico e funcional dos servidores	85 % de servidores da entidade treinados/capacitados		63.862.400
Ação Título	**Produto (Unidade)**	**Meta**	
8318 Capacitação de Recursos Humanos	Servidores	34.753	63.862.400

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Programa: 0253 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA				
				R$ 1,00
Objetivo		Indicador		Total
Promover e divulgar a entidade e suas ações institucionais, através de campanhas na mídia.		100% de divulgações da formação profissional e educacional oferecidas.		159.298.312
Ação Título		Produto (Unidade)	Meta	
8319 Divulgação de Ações Institucionais		Público alvo abrangido (Pessoas)	142.289.020	159.298.312

Programa: 0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
				R$ 1,00
Objetivo		Indicador		Total
Proporcionar renda suplementar mediante concessão de benefícios previstos em lei.		100% de trabalhadores formais e seus dependentes, beneficiados		137.183.850
Ação Título		Produto (Unidade)	Meta	
8303 Assist Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		Pessoa beneficiada	40.831	137.183.850

Programa: 0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
				R$ 1,00
Objetivo		Indicador		Total
Proporcionar renda suplementar mediante concessão de benefícios previstos em lei.		80% de trabalhadores formais beneficiados		146.644.700
Ação Título		Produto (Unidade)	Meta	
8306 Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados		Servidor beneficiado	8.432	14.164.700
8307 Assistência Social a Servidores		Servidor beneficiado	29.190	132.480.000

Programa: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR				
				R$ 1,00
Objetivo		Indicador		Total
Aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego e elevar sua produtividade e renda		100% de profissional qualificado ou requalificado		2.443.956.045
Ação Título		Produto (Unidade)	Meta	
8327 Qualificação Profissional na Área do Comércio e Serviços		Pessoa Qualificada/Requalificada	1.907.349	1.097.839.230
8340 Apoio à Formação Profissional		Unidades Mantidas	613	1.324.737.165
8341 Assistência a Educandos		Aluno Beneficiado	219.957	21.379.650

ANEXO - III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / SENAC

R$ 1,00

Total Órgão	Total Unidade	Função	Total	Subfunção	Total	Programa		Total
	4.583.861.400	11 - Trabalho	4.583.861.400	122 - Administração Geral	1.236.864.436	0750	- Apoio Administrativo	1.236.864.436
				123 - Administração Financeira	396.051.657	0773	- Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	396.051.657
				128 - Formação de R.H.	63.862.400	0801	- Desenvolvimento de Gerentes e Servidores	63.862.400
				131 - Comunicação Social	159.298.312	0253	- Serviço de Comunicação de Massa	159.298.312
				301 - Atenção Básica	137.183.850	0100	- Assistência ao Trabalhador	137.183.850
				331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	146.644.700	0100	- Assistência ao Trabalhador	146.644.700
				333 - Empregabilidade	2.443.956.045	0101	- Qualificação Profissional do Trabalhador	2.443.956.045

ANEXO III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade:

R$ 1,00

Funcional		*Programática*			*Programa/Ação/Produto*	*Valor*	*Grupo de Despesa*	*Detalhamento do Valor*
11	122	750	8301	1	Manutenção dos Serviços Administrativos	210.725.784	Pessoal e Encargos Sociais	125.741.700
							Outras Despesas Correntes	72.634.784
							Investimentos	12.349.300
11	122	750	8308	1	Manutenção dos Serviços de Transportes	20.986.600	Pessoal e Encargos Sociais	4.943.300
							Outras Despesas Correntes	13.352.900
							Investimentos	2.690.400
11	122	750	8309	1	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	161.981.441	Pessoal e Encargos Sociais	28.719.700
							Outras Despesas Correntes	131.260.241

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

							Investimentos	2.001.500
11	122	750	8310	1	Ações de Informática	233.656.151	Pessoal e Encargos Sociais	60.396.600
							Outras Despesas Correntes	152.367.551
							Investimentos	20.892.000
11	122	750	8311	1	Gestão Administrativa	86.820.960	Pessoal e Encargos Sociais	60.925.500
							Outras Despesas Correntes	25.305.860
							Investimentos	589.600
11	122	750	8313	1	Manutenção Servs de Documentação e Comunicação	10.274.350	Pessoal e Encargos Sociais	7.575.900
							Outras Despesas Correntes	2.639.050
							Investimentos	59.400
11	122	750	8356	1	Coordenação de Planejamento e Orçamentação	14.748.900	Pessoal e Encargos Sociais	10.954.000
							Outras Despesas Correntes	3.706.500
							Investimentos	88.400
11	122	750	8357	1	Modernização e Melhoria da Rede Física	497.670.250	Pessoal e Encargos Sociais	18.767.900
							Outras Despesas Correntes	30.351.550
							Investimentos	382.118.800
							Inversões Financeiras	66.432.000
11	123	773	8314	1	Serviços de Administração e Controle Financeiro	248.304.057	Pessoal e Encargos Sociais	59.212.800
							Outras Despesas Correntes	188.784.357
							Investimentos	303.900
							Inversões Financeiras	3.000
11	123	773	8315	1	Assistência Financeira a Entidades	147.747.600	Outras Despesas Correntes	147.747.600
11	128	801	8318	1	Capacitação de Recursos Humanos	63.862.400	Pessoal e Encargos Sociais	23.443.700
							Outras Despesas Correntes	40.246.700
							Investimentos	172.000
11	131	253	8319	1	Divulgação de Ações Institucionais	159.298.312	Pessoal e Encargos Sociais	36.368.600
							Outras Despesas Correntes	122.702.512
							Investimentos	227.200
11	301	100	8303	1	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	137.183.850	Pessoal e Encargos Sociais	1.108.400
							Outras Despesas Correntes	136.075.450
11	331	100	8306	1	Auxílio - Transporte aos Servidores	14.164.700	Outras Despesas Correntes	14.164.700
11	331	100	8307	1	Assistência Social a Servidores	132.480.000	Pessoal e Encargos Sociais	1.958.100
							Outras Despesas Correntes	130.521.900
11	333	101	8327	1	Qualificação Profissional na Área de Com. e Serviços	1.097.839.230	Pessoal e Encargos Sociais	800.027.500
							Outras Despesas Correntes	268.774.630
							Investimentos	29.037.100
11	333	101	8340	1	Apoio à Formação Profissional	1.324.737.165	Pessoal e Encargos Sociais	774.709.200
							Outras Despesas Correntes	490.024.365
							Investimentos	58.035.600
							Inversões Financeiras	1.968.000
11	333	101	8341	1	Assistência a Educandos	21.379.650	Pessoal e Encargos Sociais	9.102.200
							Outras Despesas Correntes	12.263.450
							Investimentos	14.000
					Total	4.583.861.400		4.583.861.400

ANEXO III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
Órgão : Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / SENAC

R$ 1,00

Total	Pessoal e *Encargos Sociais*	Juros e *Encargos da Dívida*	*Outras Despesas Correntes*	*Investimentos*	*Inversões Financeiras*	*Amortização da Dívida*
4.583.861.400	*2.023.955.100*		*1.982.924.100*	*508.579.200*	*68.403.000*	

ANEXO - IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
Órgão: Ministério do Trabalho
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial / SENAC
R$1,00

Receita			Despesa		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
RECEITAS CORRENTES		4.082.942.400	DESPESAS CORRENTES		4.006.879.200
Receita de Contribuições	2.777.997.000		Pessoal e Encargos Sociais	2.023.955.100	
Receita Patrimonial	394.255.500		Outras Despesas Correntes	1.982.924.100	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Receita de Serviços	871.455.600				
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes	39.234.300		Superávit		76.063.200
T O T A L		4.082.942.400	T O T A L		4.082.942.400
Superávit do Orçamento Corrente		76.063.200			
RECEITAS DE CAPITAL		500.919.000	DESPESAS DE CAPITAL		576.982.200
Operações de Crédito Internas			Investimentos	508.579.200	
Alienação de Bens	2.412.000		Inversões Financeiras	68.403.000	
Outras Receitas de Capital	498.507.000				
T O T A L		4.583.861.400	T O T A L		4.583.861.400

Resumo

Receitas Correntes		4.082.942.400	Despesas Correntes		4.082.942.400
Receitas de Capital		500.919.000	Despesas de Capital		576.982.200
	Total	4.583.861.400		Total	4.583.861.400

PORTARIA Nº 1.284, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e haja vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2017, na conformidade dos anexos I, II, III e IV, a proposta de reformulação orçamentária do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

Art. 2º Determinar aos Dirigentes Máximos da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e Lei de Acesso à Informação, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores da execução orçamentária ora aprovada.

Art. 3º A disponibilização das informações deverá ser apresentada, preferencialmente, por programa de trabalho em perspectiva comparativa com as metas físico-financeiras estimadas.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO I
DESPESA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADO - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
30000000	Despesas Correntes	4.999.115.283,30
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.806.090.660,42
31900000	Aplicacoes Diretas	2.806.090.660,42
31900700	Contribuicao a Ent. Fechadas de Previden	66.287.246,08
31900800	Outros Beneficios Assistenciais	273.623.220,52
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.526.299.809,71
31901300	Obrigacoes Patronais	939.880.384,11
32000000	Juros e Encargos da Divida	76.443.393,50
32900000	Aplicacoes Diretas	76.443.393,50
32902100	Juros sobre a Divida por Contrato	76.443.393,50
33000000	Outras Despesas Correntes	2.116.581.229,38
33500000	Transferencias a Instituicoes Privadas	602.643.125,15
33504100	Contribuicoes	176.456.254,08
33504300	Subvencoes Sociais	426.186.871,07
33900000	Aplicacoes Diretas	1.513.938.104,23
33901400	Diarias	25.354.902,77
33903000	Material de Consumo	208.762.718,20
33903200	Material de Distribuicao Gratuita	3.254.999,61
33903300	Passagens e Despesas com Locomocao	80.459.671,08
33903500	Servicos de Consultoria	88.254.945,06
33903600	Outros Servicos de Terceiros - P.F.	1.722.080,45
33903800	Arrendamento Mercantil	-
33903900	Outros Servicos de Terceiros - P.J.	1.106.128.787,06
40000000	Despesas de Capital	810.242.081,96
44000000	Investimentos	713.616.285,00
44500000	Transferencias a Instituicoes Privadas	75.954.247,16
44504200	Auxilios	75.954.247,16
44900000	Aplicacoes Diretas	637.662.037,84
44905100	Obras e Instalacoes	330.141.626,83
44905200	Equipamentos e Material Permanente	307.520.411,01
45000000	Inversoes Financeiras	330.321,78
45900000	Aplicacoes Diretas	330.321,78
45906600	Concessao de Emprestimos e Financiamento	9.240,00
45906700	Depositos Compulsorios	321.081,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46000000	Amortizacao da Divida		96.295.475,18
46900000	Aplicacoes Diretas		96.295.475,18
46907100	Principal da Divida Contratual Resgatado		96.295.475,18
TOTAL		5.809.357.365,26	

Fonte: Protheus

ANEXO I
RECEITA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Código		Valor
10000000	Receitas Correntes	5.334.018.300,37
12000000	Receita de Contribuicoes	3.262.114.015,12
12100000	Contribuicoes Sociais	3.262.114.015,12
12103401	Contribuicao para o SENAI	2.096.945.719,09
12103402	Adicional a Contribuicao do SENAI	312.363.222,06
12103601	Contribuicoes Indiretas	852.805.073,97
13000000	Receita Patrimonial	295.829.371,26
13190000	Outras Receitas Imobiliarias	11.269.181,08
13210000	Juros de Titulos de Renda	280.776.409,97
13220000	Dividendos	3.783.780,21
13220000	Dividendos	3.783.780,21
15000000	Receita Industrial	181.756,00
15200000	Receita da Industria de Transformacao	181.756,00
15209900	Outras Receitas da Ind. de Transformacao	181.756,00
16000000	Receitas de Servicos	1.096.375.177,94
16000000	Receitas de Servicos	1.096.375.177,94
16000100	Servicos Comerciais	3.143.379,02
16000200	Servicos Financeiros	1.342.267,00
16001200	Servicos Tecnologicos	168.364.425,59
16001300	Servicos Administrativos	3.847.135,11
16001600	Servicos Educacionais	841.730.314,92
16002000	Servicos de Consultoria e Assist. Tecnic	77.947.656,30
19000000	Outras Receitas Correntes	679.517.980,05
19220000	Restituicoes	8.202.138,32
19900000	Receitas Diversas	671.315.841,73
19909900	Outras Receitas	54.211.310,64
19909902	Subvencoes Especiais	231.969.988,46
19909905	Saldo de Exerc. Anteriores Rec. Diversas	105.783.937,90
19909999	Outras Receitas Diversas	279.350.604,73
20000000	Receitas de Capital	475.339.064,89
21000000	Operacoes de Credito	208.837.779,82
21190000	Outras Operacoes de Credito Internas	23.811.075,05
21290000	Outras Operacoes de Credito Externas	185.026.704,77
22000000	Alienacao de Bens	18.668.606,30
22190000	Alienacao Outros Bens Moveis	2.988.716,00
22290000	Alienacao de Outros Bens Imoveis	15.679.890,30
25000000	Outras Receitas de Capital	247.832.678,77
25800000	Saldos Ex. Anterior - Rec. Capital	122.642.266,05
25910000	Subvencoes Extraordinarias	109.078,13
25920000	Outras Receitas de Capital	125.081.334,59
TOTAL		5.809.357.365,26

Fonte: Protheus

ANEXO II
PROGRAMAS
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Programa: 0301 - INSTITUCIONAL

Objetivo		Indicador	Meta	Total
Ação	Título	Total Indicador		1.396.558.162,70
3110	GESTAO INSTITUCIONAL	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	163.503.872,15
3111	COMUNICACAO E MARKETING	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	69.893.897,43
3113	ASSISTENCIA FINANCEIRA AS ENTIDADES	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	450.733.492,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3114	PESQUISA AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	14.746.218,62
3115	APOIO ADMINISTRATIVO	Orçamento destinado para Área Fim (negócios)	87%	691.587.034,19
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	6.093.648,03

Programa: 0302 - EDUCACAO

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		3.576.266.583,56
3116	EXPANSAO DA REDE FIXA E MOVEL	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	1.870.517.266,31
3117	PROGRAMA NAC DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	1.372.799,71
3117	PROGRAMA NAC. DE EDUCACAO A DISTANCIA	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	14.431.265,90
3118	GESTAO DA EDUCACAO	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	771.350.962,20
3119	GESTAO DAS UNIDADES OPERACIONAIS	Percentual de matrículas em Educação à Distância	14%	906.941.882,04
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	11.652.407,40

Programa: 0303 - TECNOLOGIA E INOVACAO

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		668.205.258,59
3112	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	Índice de colaboradores capacitados	4%	1.317.679,45
3120	INSTITUTOS SENAI INOVACAO E TECNOLOGIA	Nº de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizados para a indústria	250	357.095.334,28
3121	GESTÃO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Nº de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizados para a indústria	250	309.792.244,86

Programa: 0304 - DESEMPENHO DE SISTEMA

Objetivo		Indicador		Total
Ação	Título	Total Indicador		168.327.360,41
3122	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	Nº de Departamentos Regionais Alinhados	27	66.473.973,12
3123	PROG RELAC COM CLIENTE E GESTAO DE PORTF	Nºde Estabelecimentos Industriais	87.235	101.853.387,29

TOTAL DOS PROGRAMAS 5.809.357.365,26

Fonte: Protheus

ANEXO III
DETALHAMENTO DAS AÇÕES
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto	Valor	Grupo de Despesa	Detalhamento de Valor
	11-TRABALHO	5.809.357.365,26		5.809.357.365,26
301	APOIO ADMINISTRATIVO	691.587.034,19		
			Amortizacao da Divida	41.888.104,62
			Inversoes Financeiras	296.128,65
			Investimentos	92.844.672,12
			Juros e Encargos da Divida	40.788.025,98
			Outras Despesas Correntes	246.871.314,62
			Pessoal e Encargos Sociais	268.898.788,20
	ASSISTENCIA FINANCEIRA AS ENTIDADES	450.733.492,28		
			Amortizacao da Divida	1.635.300,00
			Juros e Encargos da Divida	1.565.500,00
			Outras Despesas Correntes	447.532.692,28
	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.093.648,03		
			Outras Despesas Correntes	4.324.015,01
			Pessoal e Encargos Sociais	1.769.633,02
	COMUNICACAO E MARKETING	69.893.897,43		
			Investimentos	845.385,66
			Outras Despesas Correntes	48.565.797,16
			Pessoal e Encargos Sociais	20.482.714,61
	GESTAO INSTITUCIONAL	163.503.872,15		
			Amortizacao da Divida	11.606.068,03
			Inversoes Financeiras	32.793,13
			Investimentos	9.512.315,70
			Juros e Encargos da Divida	3.173.211,01
			Outras Despesas Correntes	44.353.728,23
			Pessoal e Encargos Sociais	94.825.756,05
	PESQUISA AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO	14.746.218,62		
			Investimentos	3.680,00
			Outras Despesas Correntes	11.390.409,59
			Pessoal e Encargos Sociais	3.352.129,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

302	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	11.652.407,40
	EXPANSAO DA REDE FIXA E MOVEL	1.870.517.266,31
	GESTAO DA EDUCACAO	771.350.962,20
	GESTAO DAS UNIDADES OPERACIONAIS	906.941.882,04
	PROGRAMA NAC DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	1.372.799,71
	PROGRAMA NAC. DE EDUCACAO A DISTANCIA	14.431.265,90
303	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.317.679,45
	GESTÃO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	309.792.244,86
	INSTITUTOS SENAI INOVACAO E TECNOLOGIA	357.095.334,28
304	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	66.473.973,12
	PROG RELAC COM CLIENTE E GESTAO DE PORTF	101.853.387,29

Outras Despesas Correntes	9.019.698,81
Pessoal e Encargos Sociais	2.632.708,59
Amortizacao da Divida	10.217.019,99
Investimentos	204.197.714,38
Juros e Encargos da Divida	9.373.123,97
Outras Despesas Correntes	417.595.376,38
Pessoal e Encargos Sociais	1.229.134.031,59
Amortizacao da Divida	26.338.556,51
Inversoes Financeiras	200,00
Investimentos	88.499.857,95
Juros e Encargos da Divida	15.100.976,47
Outras Despesas Correntes	228.523.790,59
Pessoal e Encargos Sociais	412.887.580,68
Amortizacao da Divida	2.827.468,99
Inversoes Financeiras	1.200,00
Investimentos	120.193.742,55
Juros e Encargos da Divida	4.379.304,09
Outras Despesas Correntes	407.384.990,75
Pessoal e Encargos Sociais	372.155.175,66
Outras Despesas Correntes	608.932,29
Pessoal e Encargos Sociais	763.867,42
Investimentos	5.635,00
Outras Despesas Correntes	4.742.723,87
Pessoal e Encargos Sociais	9.682.907,03
Outras Despesas Correntes	890.918,57
Pessoal e Encargos Sociais	426.760,88
Amortizacao da Divida	782.957,04
Investimentos	147.055.811,35
Juros e Encargos da Divida	954.727,98
Outras Despesas Correntes	95.347.314,35
Pessoal e Encargos Sociais	65.651.434,14
Amortizacao da Divida	1.000.000,00
Investimentos	47.954.545,58
Juros e Encargos da Divida	1.108.524,00
Outras Despesas Correntes	84.578.891,24
Pessoal e Encargos Sociais	222.453.373,46
Investimentos	253.686,66
Outras Despesas Correntes	15.760.403,36
Pessoal e Encargos Sociais	50.459.883,10
Investimentos	2.249.238,05
Outras Despesas Correntes	49.090.232,28
Pessoal e Encargos Sociais	50.513.916,96

Fonte: Protheus

ANEXO III
QUADRO SÍNTESE: FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Sunfunção	Total	Programa	Total
11-TRABALHO	5.809.357.365,26		5.809.357.365,26
121-PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	56.782.518,37		
		0301-INSTITUCIONAL	14.746.218,62
		0304-DESEMPENHO DE SISTEMA	42.036.299,75
122-ADMINISTRACAO GERAL	461.978.793,54		
		0301-INSTITUCIONAL	437.541.120,17
		0304-DESEMPENHO DE SISTEMA	24.437.673,37
123-ADMINISTRACAO FINANCEIRA	287.270.714,47		
		0301-INSTITUCIONAL	287.270.714,47
126-TECNOLOGIA DA INFORMACAO	128.428.983,12		
		0301-INSTITUCIONAL	128.428.983,12
128-FORMACAO DE R.H.	19.063.734,88		
		0301-INSTITUCIONAL	6.093.648,03
		0302-EDUCACAO	11.652.407,40
		0303-TECNOLOGIA E INOVACAO	1.317.679,45
131-COMUNICACAO SOCIAL	171.747.284,72		
		0301-INSTITUCIONAL	69.893.897,43
		0304-DESEMPENHO DE SISTEMA	101.853.387,29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

333-EMPREGABILIDADE	2.755.375.704,50		
		0302-EDUCACAO	2.755.375.704,50
362-ENSINO MEDIO	15.469.998,83		
		0302-EDUCACAO	15.469.998,83
363-ENSINO PROFISSIONAL	667.125.457,18		
		0302-EDUCACAO	667.125.457,18
364-ENSINO SUPERIOR	126.500.098,65		
		0302-EDUCACAO	126.500.098,65
366-EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	142.917,00		
		0302-EDUCACAO	142.917,00
542-CONTROLE AMBIENTAL	1.850.088,58		
		0301-INSTITUCIONAL	1.850.088,58
571-DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	158.336.934,64		
		0303-TECNOLOGIA E INOVACAO	158.336.934,64
573-DIFUSAO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOL	508.550.644,50		
		0303-TECNOLOGIA E INOVACAO	508.550.644,50
845-TRANSFERENCIAS	450.733.492,28		
		0301-INSTITUCIONAL	450.733.492,28

Fonte: Protheus

ANEXO III
TOTAL POR GRUPO DE DESPESA
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
5.809.357.365,26	2.806.090.660,42	76.443.393,50	2.116.581.229,38	713.616.285,00	330.321,78	96.295.475,18

Fonte: Protheus

ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS
ÓRGÃO: MINISTERIO DO TRABALHO
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SENAI
DOTACAO SUPLEMENTADA - 01/2017 a 12/2017
Valores em R$ 1,00

Receitas			Despesas		
Especificação	Parcial	Total	Especificação	Parcial	Total
Receitas Correntes		5.334.018.300,37	Despesas Correntes		4.999.115.283,30
Receita de Contribuicoes	3.262.114.015,12		Pessoal e Encargos Sociais	2.806.090.660,42	
Receita Patrimonial	295.829.371,26		Juros e Encargos da Divida	76.443.393,50	
Receita Industrial	181.756,00		Outras Despesas Correntes	2.116.581.229,38	
Receitas de Servicos	1.096.375.177,94				
Outras Receitas Correntes	679.517.980,05				
			SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		334.903.017,07
TOTAL		5.334.018.300,37	TOTAL		5.334.018.300,37
Receitas de Capital		475.339.064,89	Despesas de Capital		810.242.081,96
Operacoes de Credito	208.837.779,82		Investimentos	713.616.285,00	
Alienacao de Bens	18.668.606,30		Inversoes Financeiras	330.321,78	
Outras Receitas de Capital	247.832.678,77		Amortizacao da Divida	96.295.475,18	
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		334.903.017,07			
TOTAL		810.242.081,96	TOTAL		810.242.081,96
Receitas Correntes		5.334.018.300,37	Despesas Correntes		4.999.115.283,30
Receitas de Capital		475.339.064,89	Despesas de Capital		810.242.081,96
RECEITA TOTAL		5.809.357.365,26	DESPESA TOTAL		5.809.357.365,26

Fonte: Protheus

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0354/2017 de 19/12/2017, 0355/2017 de 19/12/2017, 0356/2017 de 20/12/2017, 0357/2017 de 20/12/2017, 0358/2017 de 21/12/2017, 0359/2017 de 21/12/2017, 0362/2017 de 22/12/2017 e 0363/2017 de 22/12/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039008547201736 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG SOOK KANG Data Nascimento: 11/04/1944 Passaporte: 476608380 País: EUA Mãe: KYU CHON CHAI Pai: YOUNG SOOK KANG; Processo: 47039009108201741 Empresa: JOSE MAGALHAES GASPAR Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI PEDRO DE SÃO JOSÉ JORGE Data Nascimento: 05/02/1980 Passaporte: M465057 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ADELINA DE SÃO JOSÉ DUQUE JORGE Pai: CONSTANTINO DA CRUZ JORGE; Processo: 47039009339201754 Empresa: RBM COMUNICACAO E DESIGN LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIA DI GIOVANNI Data Nascimento: 11/09/1979 Passaporte: YA5617476 País: ITÁLIA Mãe: ORSOLA SCIORTINO Pai: CALCEDONIO DI GIOVANNI; Processo: 47039009521201713 Empresa: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONGQING SHI Data Nascimento: 28/09/1984 Passaporte: E 93766658 País: CHINA Mãe: Meiqin Ding Pai: Jianming Shi; Processo: 47039009522201750 Empresa: CONSORCIO ALUMINI-ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIDING LI Data Nascimento: 14/04/1994 Passaporte: E 87002906 País: CHINA Mãe: Xianghua Zhang Pai: Litong Li; Processo: 47039009523201702 Empresa: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIN ZHENG Data Nascimento: 22/10/1992 Passaporte: E 86991083 País: CHINA Mãe: SHUFANG HE Pai: LIMING ZHENG; Processo: 47039009524201749 Empresa: CONSORCIO ALUMINI-ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONG WANG Data Nascimento: 18/04/1992 Passaporte: EA 1615043 País: CHINA Mãe: Qiujin Wang Pai: Shuiren Wang; Processo: 47039009525201793 Empresa: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHENZHEN CAI Data Nascimento: 13/05/1993 Passaporte: EA 2644691 País: CHINA Mãe: Aimei Cai Pai: Mingfeng Cai; Processo: 47039009770201709 Empresa: CENTRO PORTO ALEGRE DE IDIOMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HANEN BELHOUCHETTE Data Nascimento: 05/01/1994 Passaporte: F408616 País: TUNÍSIA Mãe: KADIJA BELHOUCHETTE Pai: FAWZI BELHOUCHETTE; Processo: 47039009855201789 Empresa: FUNDACAO TORINO Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ANITA BARP Data Nascimento: 02/12/1989 Passaporte: YA2443931 País: ITÁLIA Mãe: ANNA MEGA Pai: IVANO BARP; Processo: 47039009997201746 Empresa: KIABI DO BRASIL MODAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN SÉBASTIEN MICHEL HERVÉ CROIX Data Nascimento: 25/02/1985 Passaporte: 17FV14941 País: FRANÇA Mãe: Catherine Ghislaine Geraldine Derousseau Pai: Gérard Pierre Ghislain Croix; Processo: 47039010013201770 Empresa: MAPLE CANADA EDUCATION LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER ALBERT VISSER Data Nascimento: 29/03/1948 Passaporte: GB748817 País: CANADÁ Mãe: Dorothy Visser Pai: John Visser Processo: 47039009503201723 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eduardo Rafael Ferraro Pino Data Nascimento: 02/06/1980 Passaporte: 076924068 País: VENEZUELA Mãe: Alicia Margarita Pino de Ferraro Pai: Rafael Eduardo Ferraro Giraud; Processo: 47039009950201782 Empresa: NIPLAN ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BING LIU Data Nascimento: 10/02/1984 Passaporte: EB5582155 País: CHINA Mãe: ZAIQIN HUA Pai: TINGYU LIU; Processo: 47039009949201758 Empresa: NIPLAN ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEI LIU Data Nascimento: 10/11/1990 Passaporte: EB5583705 País: CHINA Mãe: KEYUN HAN Pai: YICUN LIU.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039009163201731 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: John Horace Johnson Passaporte: 566781391 Processo: 47039007001201768 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: IHOR HONCHAROV Passaporte: ER168064; Processo: 47039007003201757 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IHOR RUBAN Passaporte: FB576370; Processo: 47039007005201746 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: OLEKSANDR DEREVIANKO Passaporte: FG197463; Processo: 47039007006201791 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: OLEKSANDR MASLOV-BERING Passaporte: EH918000; Processo: 47039007008201780 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: OLEKSANDR POTAP Passaporte: FF553836; Processo: 47039007010201759 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: YURII HUDZ Passaporte: FF737074; Processo: 47039007013201792 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: até 14/11/2018 Estrangeiro: YURIY SHMALKO Passaporte: FF582474.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003386201745 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2018 Estrangeiro: Geonil Mayol Jayme Passaporte: EC66266522; Processo: 47041003513201714 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2018 Estrangeiro: Marios Tsouros Passaporte: AN6867062.

Temporário - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010401201751 Empresa: ENTRACO SERVICOS OFFSHORE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GARIZALDY AGILLON SEDILLO Data Nascimento: 25/08/1972 Passaporte: EC0733992 País: FILIPINAS.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039009311201717 Empresa: QUANTUM PARTICIPACOES S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MARTINEZ CARO Passaporte: GL586155; Processo: 47039009962201715 Empresa: PROADEC BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOÃO PEDRO ROCHA DA CUNHA Passaporte: C427066; Processo: 47039009965201741 Empresa: PROADEC BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOÃO MIGUEL DOS SANTOS NOGUEIRA Passaporte: C584202.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039009493201726 Empresa: SAFE CAR BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Ronen Zissu Passaporte: 13030965.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039008740201777 Empresa: O&P ALBERGUE E OPERADORA TURISTICA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RYAN MCNAB PERFIT Passaporte: 452087947; Processo: 47039009304201715 Empresa: PL4M INTERNACIONAL - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PARA SISTEMAS DIGITAIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IBRAHIM ABDULHUSEIN ABDULHADI ALZOBEIDI Passaporte: A11380360.

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010151201759 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francesca Orlando Data Nascimento: 29/01/1986 Passaporte: YA8590959 País: ITÁLIA; Processo: 47039010154201792 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Domenico Rossi Data Nascimento: 27/04/1980 Passaporte: AA1954916 País: ITÁLIA; Processo: 47039010184201707 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN KOCH Data Nascimento: 13/07/1987 Passaporte: C8WZ4YW0J País: ALEMANHA; Processo: 47039010240201703 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAOKI KURITA Data Nascimento: 19/04/1971 Passaporte: TK4370556 País: JAPÃO; Processo: 47039010278201778 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arno Stefan Pruellage Data Nascimento: 17/10/1965 Passaporte: CGT25C076 País: ALEMANHA; Processo: 47039010282201736 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Edita Garlaite Data Nascimento: 12/01/1988 Passaporte: C5HTJPWG4 País: ALEMANHA; Processo: 47039010321201703 Empresa: DEVPARTNER TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fernando Juliano Moreira de Almeida Raimundo Data Nascimento: 07/04/1993 Passaporte: N818226 País: PORTUGAL; Processo: 47039010390201717 Empresa: HORIBA INSTRUMENTS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROFUMI ONODERA Data Nascimento: 26/04/1991 Passaporte: TK8925832 País: JAPÃO; Processo: 47039010422201776 Empresa: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO CECCONE Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: YA2169781 País: ITÁLIA; Processo: 47039010423201711 Empresa: LEO PHARMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS LINDVALD BAK Data Nascimento: 30/03/1987 Passaporte: 210103108 País: DINAMARCA; Processo: 47039010517201790 Empresa: ROBERTET DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARION CLAUDE RAYMONDE GUILLOT Data Nascimento: 22/01/1982 Passaporte: 15CA01381 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010125201721 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Estrangeiro: PAOLO ALBERICO Data Nascimento: 23/10/1970 Passaporte: YA5371074 País: ITÁLIA; Processo: 47039010126201775 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Estrangeiro: ROBERTO RINALDINI Data Nascimento: 24/09/1986 Passaporte: YA1193252 País: ITÁLIA; Processo: 47039010194201734 Empresa: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN BERING NIELSEN Data Nascimento: 18/10/1993 Passaporte: 206305582 País: DINAMARCA; Processo: 47039010297201702 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK STOPPERAM Data Nascimento: 08/10/1963 Passaporte: C1XXC6CTX País: ALEMANHA; Processo: 47039010305201711 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICCARDO SANGUANINI Data Nascimento: 03/08/1983 Passaporte: YA1998289 País: ITÁLIA; Processo: 47039010307201700 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO CALVELLO Data Nascimento: 12/08/1964 Passaporte: YA3425303 País: ITÁLIA; Processo: 47039010308201746 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA NATALI Data Nascimento: 12/12/1974 Passaporte: YA4881483 País: ITÁLIA; Processo: 47039010432201710 Empresa: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELMUT PUERSTL Data Nascimento: 11/08/1969 Passaporte: U0149540 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010524201791 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANKUR MEHROTRA Data Nascimento: 30/12/1984 Passaporte: Z2933343 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039010238201726 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WALTER BARABASH Data Nascimento: 11/01/1959 Passaporte: GJ134664 País: CANADÁ; Processo: 47039010324201739 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MULING WEI Data Nascimento: 25/11/1982 Passaporte: G29581033 País: CHINA; Processo: 47039010325201783 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LACINA TRAORE Data Nascimento: 25/06/1979 Passaporte: 14AF85808 País: COSTA DO MARFIM; Processo: 47039010327201772 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER HARTBAUER Data Nascimento: 22/07/1965 Passaporte: P7814739 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010329201761 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Kim Skatka Nielsen Data Nascimento: 02/04/1967 Passaporte: 209254668 País: DINAMARCA; Processo: 47039010330201796 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WEIJIE JIAN Data Nascimento: 21/01/1993 Passaporte: E57537944 País: CHINA; Processo: 47039010331201731 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dong Zhang Data Nascimento: 07/01/1984 Passaporte: E54944614 País: CHINA; Processo: 47039010332201785 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: XIN LI Data Nascimento: 25/01/1973 Passaporte: E01859544 País: CHINA; Processo: 47039010333201720 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhibo Zheng Data Nascimento: 17/06/1993 Passaporte: E92197573 País: CHINA; Processo: 47039010334201774 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Xihong Su Data Nascimento: 27/03/1992 Passaporte: E54352287 País: CHINA; Processo: 47039010335201719 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KURT MITTERBÖCK Data Nascimento: 18/05/1964 Passaporte: U0490523 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010366201770 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTOINE PAUL CHOTTEAU Data Nascimento: 16/07/1994 Passaporte: 17EA23860 País: FRANÇA; Processo: 47039010365201725 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CÉDRIC LUC ROLAND PITON Data Nascimento: 22/05/1979 Passaporte: 11DA22419 País: FRANÇA; Processo: 47039010363201736 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EMILIEN CHRISTOPHE OLIVIER ROUGER Data Nascimento: 22/08/1997 Passaporte: 17EI60695 País: FRANÇA; Processo: 47039010361201747 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN SERGE ANDRE MAGISSON Data Nascimento: 18/05/1990 Passaporte: 13AK32345 País: FRANÇA; Processo: 47039010360201701 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HUBERT-MARIE LOUIS PAUL GALLARD Data Nascimento: 16/09/1962 Passaporte: 17EF41370 País: FRANÇA; Processo: 47039010359201778 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-CLAUDE MARIE JULIEN VICTOR HUMEAU Data Nascimento: 05/04/1957 Passaporte: 15AI45551 País: FRANÇA; Processo: 47039010358201723 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-PIERRE RAYMOND GEORGES COSNEAU Data Nascimento: 02/04/1960 Passaporte: 12DA73099 País: FRANÇA; Processo: 47039010357201789 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEREMY PIERRE CHRISTOPHE COULONNIER Data Nascimento: 19/04/1991 Passaporte: 14DT71691 País: FRANÇA; Processo: 47039010356201734 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN GORDON CHARLES JARNOUX-ANNIC Data Nascimento: 21/10/1979 Passaporte: 17AF18919 País: FRANÇA; Processo: 47039010355201790 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUDOVIC CHRISTIAN DESLANDES Data Nascimento: 10/06/1967 Passaporte: 17EF89069 País: FRANÇA; Processo: 47039010353201709 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAS REGIS DAVID Data Nascimento: 24/11/1979 Passaporte: 10CF88793 País: FRANÇA; Processo: 47039010351201710 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIER PORTE Data Nascimento: 09/11/1972 Passaporte: 13DA67040 País: FRANÇA; Processo: 47039010350201767 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ORDERIC BOUET Data Nascimento: 30/03/1988 Passaporte: 17EF83803 País: FRANÇA; Processo: 47039010349201732 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PASCAL GABRIEL MARIE PAVAGEAU Data Nascimento: 24/09/1961 Passaporte: 15AV78355 País: FRANÇA; Processo: 47039010348201798 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SYLVAIN BONINSEGNA Data Nascimento: 27/02/1981 Passaporte: 09AI50922 País: FRANÇA; Processo: 47039010347201743 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JOSEPH GERARD BIOTTEAU Data Nascimento: 17/02/1978 Passaporte: 17AY72240 País: FRANÇA; Processo: 47039010346201707 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: XAVIER HENRI VOISY Data Nascimento: 20/06/1973 Passaporte: 17EH53754 País: FRANÇA; Processo: 47039010345201754 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YANNICK CLAUDE GABRIEL GUITET Data Nascimento: 25/08/1968 Passaporte: 11CV82224 País: FRANÇA; Processo: 47039010344201718 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARTUR RYSZARD ROSOL Data Nascimento: 03/04/1974 Passaporte: AV4339424 País: POLÔNIA; Processo: 47039010343201765 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EMILIAN EDWARD DUDZIAK Data Nascimento: 02/01/1995 Passaporte: EL7821878 País: POLÔNIA; Processo: 47039010342201711 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JACEK WOJCIECH SZURA Data Nascimento: 11/09/1966 Passaporte: EG4849197 País: POLÔNIA; Processo: 47039010341201776 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOZEF ROMAN CIUL Data Nascimento: 19/03/1973 Passaporte: EE6583448 País: POLÔNIA; Processo: 47039010340201721 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAMIL KRZYSZTOF ROSOL Data Nascimento: 27/03/1983 Passaporte: EF4858824 País: POLÔNIA; Processo: 47039010473201706 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Henry Cartney Data Nascimento: 07/09/1973 Passaporte: 522363305 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010367201714 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF MICHAL WALIGORA Data Nascimento: 25/07/1987 Passaporte: EA6482048 País: POLÔNIA; Processo: 47039010368201769 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUKASZ RAFAL RAS Data Nascimento: 01/03/1979 Passaporte: EH9315393 País: POLÔNIA; Processo: 47039010369201711 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL ALBERT ADAMEK Data Nascimento: 22/07/1970 Passaporte: EA3099290 País: POLÔNIA; Processo: 47039010370201738 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PAWEL JOZEF ZAWILA Data Nascimento: 21/02/1979 Passaporte: AV0089639 País: POLÔNIA; Processo: 47039010371201782 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR JAKUB SZYMANSKI Data Nascimento: 01/05/1976 Passaporte: EL7363495 País: POLÔNIA; Processo: 47039010372201727 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PIOTR WDOWCZYK Data Nascimento: 27/10/1983 Passaporte: EE6691422 País: POLÔNIA; Processo: 47039010374201716 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STANISLAW WACLAW PARUZNIK Data Nascimento: 15/09/1989 Passaporte: EE6873033 País: POLÔNIA; Processo: 47039010375201761 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW MATEUSZ CIESLIK Data Nascimento: 27/03/1988 Passaporte: EE7192559 País: POLÔNIA; Processo: 47039010376201713 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW PAWEL KUMIEGA Data Nascimento: 19/06/1963 Passaporte: EA8576419 País: POLÔNIA; Processo: 47039010377201750 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIONISIO BEDIN Data Nascimento: 18/12/1966 Passaporte: YA6054125 País: ITÁLIA; Processo: 47039010378201702 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABIO BORRINI Data Nascimento: 17/04/1986 Passaporte: YA3475469 País: ITÁLIA; Processo: 47039010379201749 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABIO COLOMBO Data Nascimento: 30/09/1962 Passaporte: YA5039335 País: ITÁLIA; Processo: 47039010380201773 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO SIMEONI Data Nascimento: 22/07/1964 Passaporte: YA6671704 País: ITÁLIA; Processo: 47039010381201718 Empresa: TOMI WORLD BRASIL TECNOLOGIAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTÓNIO RODRIGUES MATOS Data Nascimento: 21/09/1991 Passaporte: P137644 País: PORTUGAL; Processo: 47039010384201751 Empresa: PRIMA POWER SOUTH AMERICA - SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Gian Maria Conzadori Data Nascimento: 28/08/1968 Passaporte: YA8871823 País: ITÁLIA; Processo: 47039010388201730 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO GUAUQUE GOMEZ Data Nascimento: 17/08/1959 Passaporte: PE089959 País: COLÔMBIA; Processo: 47039010392201706 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: David Pham Nguyen Data Nascimento: 08/09/1982 Passaporte: 495967637 País: EUA; Processo: 47039010393201742 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAO JIANG Data Nascimento: 12/06/1977 Passaporte: EB6206932 País: CHINA; Processo: 47039010394201797 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LE WANG Data Nascimento: 09/10/1989 Passaporte: E38410611 País: CHINA; Processo: 47039010395201731 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WEIGUO LI Data Nascimento: 06/09/1971 Passaporte: G32073760 País: CHINA; Processo: 47039010396201786 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JI YANG Data Nascimento: 29/09/1990 Passaporte: EB7245814 País: CHINA; Processo: 47039010397201721 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN HAROLD CARBARY Data Nascimento: 01/01/1959 Passaporte: 530837534 País: EUA; Processo: 47039010398201775 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNFENG ZHANG Data Nascimento: 07/10/1979 Passaporte: EA3385878 País: CHINA; Processo: 47039010399201710 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NAOMASA HARADA Data Nascimento: 17/07/1987 Passaporte: TR9509924 País: JAPÃO;

Processo: 47039010400201714 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAYA KATO Data Nascimento: 28/12/1980 Passaporte: TR3759695 País: JAPÃO; Processo: 47039010402201703 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEN HORVAT Data Nascimento: 28/02/1987 Passaporte: PB0981746 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039010403201740 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: UROS CUCEK Data Nascimento: 26/01/1986 Passaporte: PB0559349 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039010404201794 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID SOLINC Data Nascimento: 16/07/1979 Passaporte: PB1008406 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039010405201739 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SRECKO KUKOVEC Data Nascimento: 22/09/1966 Passaporte: PB0832206 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039010408201772 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL FEIERTAG Data Nascimento: 13/11/1987 Passaporte: U1464324 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010409201717 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO SCHRIEBL Data Nascimento: 14/08/1987 Passaporte: P3990374 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010410201741 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIO ACHRAINER Data Nascimento: 15/07/1987 Passaporte: U2377730 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010411201796 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEO PUGGANIG Data Nascimento: 27/06/1990 Passaporte: U1811695 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010413201785 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DOMENIC KÜGERL Data Nascimento: 11/08/1996 Passaporte: U2532898 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010414201720 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRYSANTH HERBEK Data Nascimento: 20/04/1993 Passaporte: U2603870 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010415201774 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS RAUSCHER Data Nascimento: 17/09/1992 Passaporte: U1737337 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010416201719 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO AKIYAMA Data Nascimento: 17/09/1982 Passaporte: TR1327741 País: JAPÃO; Processo: 47039010417201763 Empresa: FORES DO BRASIL SISTEMAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIANLUCA MARISI Data Nascimento: 10/04/1973 Passaporte: YA6533461 País: ITÁLIA; Processo: 47039010418201716 Empresa: FORES DO BRASIL SISTEMAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CRISTIAN VALBONESI Data Nascimento: 13/09/1969 Passaporte: YA7035642 País: ITÁLIA; Processo: 47039010420201787 Empresa: PRIMA POWER SOUTH AMERICA - SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Gianluca Ribechini Data Nascimento: 30/11/1972 Passaporte: YA3326861 País: ITÁLIA; Processo: 47039010424201765 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Vy Xuan Quoc Nguyen Data Nascimento: 08/01/1988 Passaporte: 468587367 País: EUA; Processo: 47039010425201718 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIUSEPPE FESTA Data Nascimento: 17/03/1966 Passaporte: YA0308176 País: ITÁLIA; Processo: 47039010428201743 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES DANIEL ABERCROMBIE Data Nascimento: 16/01/1979 Passaporte: 488966574 País: EUA; Processo: 47039010429201798 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Nguyen Van Trung Data Nascimento: 01/02/1983 Passaporte: N1535877 País: VIETNÃ; Processo: 47039010430201712 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Viet Quoc Phung Data Nascimento: 07/12/1984 Passaporte: 483275316 País: EUA; Processo: 47039010433201756 Empresa: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ENSO DE BIASIO Data Nascimento: 26/10/1963 Passaporte: 17CF99803 País: FRANÇA; Processo: 47039010434201709 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YIPENG WANG Data Nascimento: 02/01/1983 Passaporte: G46000528 País: CHINA; Processo: 47039010435201745 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YANYUN MAO Data Nascimento: 13/01/1976 Passaporte: EB4411551 País: CHINA; Processo: 47039010436201790 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ENHUI CONG Data Nascimento: 26/03/1988 Passaporte: E37564562 País: CHINA; Processo: 47039010437201734 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AIGUO XU Data Nascimento: 01/12/1963 Passaporte: G57536452 País: CHINA; Processo: 47039010440201758 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAILIN XIONG Data Nascimento: 06/07/1982 Passaporte: G28596217 País: CHINA; Processo: 47039010441201701 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CLAIRE GAYNOR DEAN Data Nascimento: 14/04/1980 Passaporte: 528529199 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010442201747 Empresa: ANOTECH ENERGY DO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AICHOUCHE BELBOUAB HADEF Data Nascimento: 10/09/1981 Passaporte: 17AV01122 País: FRANÇA; Processo: 47039010458201750 Empresa: ANOTECH ENERGY DO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RUI ALCINO MORAIS FERREIRA Data Nascimento: 12/01/1985 Passaporte: P285142 País: PORTUGAL; Processo: 47039010445201781 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG MARTIN GUILLORY Data Nascimento: 02/12/1967 Passaporte: 531264569 País: EUA; Processo: 47039010481201744 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Aniket Ankush Kerkar Data Nascimento: 30/03/1992 Passaporte: L4843316 País: ÍNDIA; Processo: 47039010451201738 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN GERBER Data Nascimento: 20/04/1984 Passaporte: X0653524 País: SUIÇA; Processo: 47039010457201713 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL STUDER Data Nascimento: 03/01/1978 Passaporte: X0693651 País: SUIÇA; Processo: 47039010462201718 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAMUEL DAVID SCHWAB Data Nascimento: 13/10/1991 Passaporte: X4278340 País: SUIÇA; Processo: 47039010463201762 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPPE ROLAND KUENZI Data Nascimento: 04/12/1952 Passaporte: X3672606 País: SUIÇA; Processo: 47039010465201751 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BERNHARD ANDREAS STAUFFER Data Nascimento: 06/01/1977 Passaporte: X2748324 País: SUIÇA; Processo: 47039010466201704 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN WHITNEY PETERKIN Data Nascimento: 12/10/1993 Passaporte: R0458414 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039010468201795 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAMAKRISHNA BANAVARA VISVESWARAIAH Data Nascimento: 09/05/1983 Passaporte: K1721451 País: ÍNDIA; Processo: 47039010470201764 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIRK HERRMANN Data Nascimento: 12/12/1975 Passaporte: CCLMMXYVH País: ALEMANHA; Processo: 47039010472201753 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NUM NATHAKORN SCHNEIDER Data Nascimento: 13/09/1982 Passaporte: X0266477 País: SUIÇA; Processo: 47039010476201731 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TIMOTHY ANDREW RAMKISSOON Data Nascimento: 03/01/1992 Passaporte: R0780543 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039010474201742 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAN OLIVER AICHHOLZ Data Nascimento: 29/06/1979 Passaporte: C97YCCYG3 País: ALEMANHA; Processo: 47039010478201721 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS DANIEL WEIBEL Data Nascimento: 28/09/1981 Passaporte: X4052970 País: SUIÇA; Processo: 47039010477201786 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL WOLFGANG FLECKS Data Nascimento: 15/06/1965 Passaporte: C6MX5C5W3 País: ALEMANHA; Processo: 47039010482201799 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Oystein Louie Halvorsen Selo Data Nascimento: 17/11/1982 Passaporte: 27389148 País: NORUEGA; Processo: 47039010480201708 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEFFEN MANN Data Nascimento: 24/07/1966 Passaporte: C331Z9LJK País: ALEMANHA; Processo: 47039010483201733 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID BENZ Data Nascimento: 21/11/1968 Passaporte: F3855475 País: SUIÇA; Processo: 47039010485201722 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TORSTEN ILCHMANN Data Nascimento: 14/04/1970 Passaporte: C9F150T6T País: ALEMANHA; Processo: 47039010488201766 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Merete Haakonsen Data Nascimento: 23/09/1982 Passaporte: 28772594 País: NORUEGA; Processo: 47039010493201779 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROGER DIETHELM GRUENIG Data Nascimento: 29/07/1972 Passaporte: X0992980 País: SUIÇA; Processo: 47039010494201713 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMON SCHMIDER Data Nascimento: 23/11/1981 Passaporte: X2708914 País: SUIÇA; Processo: 47039010496201711 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HEINZ CHRISTEN Data Nascimento:

01/02/1968 Passaporte: X1098209 País: SUIÇA; Processo: 47039010497201757 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RUBEN DARIO RODRIGUEZ MACIAS Data Nascimento: 25/02/1977 Passaporte: AR387723 País: COLÔMBIA; Processo: 47039010498201700 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS OESCH Data Nascimento: 26/03/1974 Passaporte: X2365262 País: SUIÇA; Processo: 47039010499201746 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMON FLORIAN AEBI Data Nascimento: 04/09/1988 Passaporte: X0460213 País: SUIÇA; Processo: 47039010501201787 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LORENZO BRUNI Data Nascimento: 04/11/1964 Passaporte: M00124469 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039010504201711 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Nicolas Roger Alain Gandon Data Nascimento: 28/09/1988 Passaporte: 17FV13425 País: FRANÇA; Processo: 47039010506201718 Empresa: HAMILTON SUNDSTRAND AEROSPACE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABRICE KOUAM SIMO Data Nascimento: 16/03/1994 Passaporte: 481913948 País: EUA; Processo: 47039010507201754 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABIAN FERNANDO ALVAREZ Data Nascimento: 09/12/1974 Passaporte: AAC645295 País: ARGENTINA; Processo: 47039010509201743 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDE MARIE BERNARD LEBRUN Data Nascimento: 21/07/1970 Passaporte: 17EF89078 País: FRANÇA; Processo: 47039010510201778 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Kyle Cameron Duncan Data Nascimento: 10/10/1987 Passaporte: 634927095 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039010515201709 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Laurentiu Gavrila Data Nascimento: 04/04/1987 Passaporte: 052445646 País: ROMÊNIA; Processo: 47039010518201734 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BASTIAN SCHREITER Data Nascimento: 24/10/1980 Passaporte: C8TN1FLYG País: ALEMANHA; Processo: 47039010520201711 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EMANUEL REINHARD SAGMEISTER Data Nascimento: 14/04/1991 Passaporte: P7857064 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039010521201758 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HOLGER SCHUMANN MÜLLER Data Nascimento: 26/12/1970 Passaporte: C84P3LZYG País: ALEMANHA; Processo: 47039010522201701 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS HECKER Data Nascimento: 10/07/1985 Passaporte: CCK1JCGTX País: ALEMANHA; Processo: 47039010523201747 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JÖRG BACHMANN Data Nascimento: 26/03/1967 Passaporte: C1XC9N3RM País: ALEMANHA; Processo: 47039010525201736 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARKUS KLINK Data Nascimento: 08/07/1971 Passaporte: C8K20Y5RN País: ALEMANHA; Processo: 47039010526201781 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN MICHAEL FRON Data Nascimento: 16/12/1974 Passaporte: C9VG43ZNK País: ALEMANHA; Processo: 47039010547201704 Empresa: FRAPORT BRASIL S.A AEROPORTO DE PORTO ALEGRE Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN JOSE SANCHEZ GUINOZA Data Nascimento: 05/09/1981 Passaporte: 5362631 País: PERU; Processo: 47039010549201795 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAMON BALABA RUBA Data Nascimento: 19/04/1973 Passaporte: EC6379169 País: FILIPINAS; Processo: 47039010528201770 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Tony Van Nguyen Data Nascimento: 25/11/1978 Passaporte: 542762582 País: EUA; Processo: 47039010550201710 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAGNUS SKAARBREVIK Data Nascimento: 28/04/1976 Passaporte: 31270092 País: NORUEGA; Processo: 47039010551201764 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PRASANTH PUSHKARAN Data Nascimento: 20/05/1984 Passaporte: Z3873350 País: ÍNDIA; Processo: 47039010554201706 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ADRIAN ALVAREZ URIBE Data Nascimento: 21/08/1986 Passaporte: G20441467 País: MÉXICO; Processo: 47039010556201797 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AGOSTINHO PEDRO TEKA Data Nascimento: 18/01/1986 Passaporte: N2056422 País: ANGOLA; Processo: 47039010533201782 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Manuel Enrique Chavez Data Nascimento: 01/07/1973 Passaporte: 472854535 País: EUA; Processo: 47039010535201771 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL EUGENE YAROLEM Data Nascimento: 06/06/1977 Passaporte: 465251299 País: EUA; Processo: 47039010536201716 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALI ABDULLAH A ALQARRAWI Data Nascimento: 15/10/1984 Passaporte: R436449 País: ARÁBIA SAUDITA; Processo: 47039010539201750 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXEY PANTELEEV Data Nascimento: 13/12/1984 Passaporte: 713484423 País: RÚSSIA; Processo: 47039010540201784 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSEI GUSEV Data Nascimento: 25/01/1979 Passaporte: 752674083 País: RÚSSIA; Processo: 47039010541201729 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MASAFUMI MOCHIZUKI Data Nascimento: 06/06/1981 Passaporte: TR2585437 País: JAPÃO; Processo: 47039010545201715 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINU VARGHESE Data Nascimento: 30/04/1974 Passaporte: Z4138110 País: ÍNDIA; Processo: 47039010553201753 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGELO PALLINI Data Nascimento: 10/02/1964 Passaporte: YB1715704 País: ITÁLIA; Processo: 47039010559201721 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BIAGIO DE MARINO Data Nascimento: 05/02/1983 Passaporte: YA3683435 País: ITÁLIA; Processo: 47039010561201708 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FABIO CONTI Data Nascimento: 01/07/1973 Passaporte: YA6436818 País: ITÁLIA; Processo: 47039010562201744 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIAN MICHELE GOZZI Data Nascimento: 04/03/1958 Passaporte: YA1813399 País: ITÁLIA; Processo: 47039010563201799 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIANLUCA MARINELLO Data Nascimento: 14/04/1966 Passaporte: YB0986958 País: ITÁLIA; Processo: 47039010564201733 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEONARDO RUSSO Data Nascimento: 03/08/1960 Passaporte: YA8078375 País: ITÁLIA; Processo: 47039010565201788 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LORIS MASETTO Data Nascimento: 16/03/1962 Passaporte: YA7877141 País: ITÁLIA; Processo: 47039010567201777 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO DALLA BENETA Data Nascimento: 02/03/1969 Passaporte: YB0989792 País: ITÁLIA; Processo: 47039010568201711 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMONE PALLINI Data Nascimento: 14/11/1995 Passaporte: YA6796423 País: ITÁLIA; Processo: 47039010571201735 Empresa: SEW-EURODRIVE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEFANO RISATTI Data Nascimento: 09/08/1971 Passaporte: YA8116617 País: ITÁLIA; Processo: 47039010583201760 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KENICHI NAKAMOTO Data Nascimento: 18/10/1970 Passaporte: TK1213925 País: JAPÃO; Processo: 47039010584201712 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKUTO OKURA Data Nascimento: 06/04/1981 Passaporte: TK9632843 País: JAPÃO; Processo: 47039010586201701 Empresa: BGT - SERVICOS E REPRESENTACOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL GUNDLACH Data Nascimento: 02/06/1980 Passaporte: C63NL2R0N País: ALEMANHA; Processo: 47039010595201794 Empresa: TIBERINA AUTOMOTIVE PE - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLO ESPOSITO Data Nascimento: 25/05/1968 Passaporte: YA9719193 País: ITÁLIA; Processo: 47039010599201772 Empresa: TIBERINA AUTOMOTIVE PE - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCO SERGIO BENEDETTO SEGHESIO Data Nascimento: 27/02/1967 Passaporte: YB0292007 País: ITÁLIA; Processo: 47039010597201783 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER SAMI Data Nascimento: 22/10/1985 Passaporte: X1955779 País: SUIÇA; Processo: 47039010612201793 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HAI DU Data Nascimento: 08/02/1979 Passaporte: G37553299 País: CHINA; Processo: 47039010613201738 Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAMES PATRICK MEAGHER Data Nascimento: 27/04/1959 Passaporte: 538430900 País: EUA; Processo: 47039010602201758 Empresa: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ASHISH SHARMA Data Nascimento: 19/09/1987 Passaporte: J5583662 País: ÍNDIA; Processo: 47039010600201769 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORG RALF JOBST Data Nascimento: 13/06/1967 Passaporte: C2K688RV2 País: ALEMANHA; Processo: 47039010603201701 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL HEINZE Data Nascimento: 09/04/1976 Passaporte: C7LTJ9TF9 País: ALEMANHA; Processo: 47039010605201791 Empresa: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL RENNIE BROOM Data Nascimento: 25/04/1964 Passaporte: 502161160 País: INGLATERRA; Processo: 47039010608201725 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ACHIM MICHAEL RAHE Data Nascimento: 20/10/1985 Passaporte: C2CT7P7PC País: ALEMANHA; Processo: 47039010616201771 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JENS SCHMIDT Data Nascimento: 22/10/1983 Passaporte: C7TC58TPL País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039010337201716 Empresa: NEC LATIN AMERICA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHITAKA MORI Data Nascimento: 31/01/1982 Passaporte: TR7230438 País: JAPÃO; Processo: 47039010338201752 Empresa: NEC LATIN AMERICA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUKINORI TOYOTA Data Nascimento: 10/12/1986 Passaporte: TL0009750 País: JAPÃO; Processo: 47039010456201761 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christopher David Gowthorpe Data Nascimento: 08/04/1985 Passaporte: 513579559 País: INGLATERRA; Processo: 47039010459201702 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Graham Paul Stark Data Nascimento: 22/09/1963 Passaporte: 537508941 País: INGLATERRA; Processo: 47039010460201729 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Victoria Ann Butler Data Nascimento: 20/10/1978 Passaporte: 465742169 País: INGLATERRA; Processo: 47039010464201715 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jason Lee Frazer Data Nascimento: 04/10/1974 Passaporte: 549800194 País: INGLATERRA; Processo: 47039010467201741 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Stuart Charles Ward Data Nascimento: 24/08/1964 Passaporte: 537672018 País: INGLATERRA; Processo: 47039010471201717 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jonathan Richard Walton Brown Data Nascimento: 10/08/1993 Passaporte: 516492077 País: INGLATERRA; Processo: 47039010511201712 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENTARO TOKOEDA Data Nascimento: 13/02/1977 Passaporte: TR9630982 País: JAPÃO; Processo: 47039010512201767 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOYUKI WATANABE Data Nascimento: 02/09/1974 Passaporte: TR1870500 País: JAPÃO; Processo: 47039010513201710 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENYA OMATA Data Nascimento: 10/05/1976 Passaporte: MU6783131 País: JAPÃO; Processo: 47039010514201756 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI YAMAGISHI Data Nascimento: 20/07/1973 Passaporte: TR9552176 País: JAPÃO; Processo: 47039010516201745 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOHEI AOKI Data Nascimento: 10/08/1980 Passaporte: TK3583721 País: JAPÃO;

Processo: 47039010519201789 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIYUKI MATSUI Data Nascimento: 19/12/1960 Passaporte: TR7956427 País: JAPÃO; Processo: 47039010538201713 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mark Anstead Data Nascimento: 19/03/1963 Passaporte: 50142417 País: INGLATERRA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010228201791 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR HOLT SHEPHERD Data Nascimento: 04/04/1991 Passaporte: PA5246490 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039010230201760 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHAUN BROUWER Data Nascimento: 20/07/1982 Passaporte: PA4935159 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039010231201712 Empresa: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN RICHARD LOCKWOOD Data Nascimento: 29/06/1956 Passaporte: PA4935025 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039010508201707 Empresa: CITELUZ SERVICOS DE ILUMINACAO URBANA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RÉMY ANTOINE MANUEL DA SILVA Data Nascimento: 07/05/1958 Passaporte: 14DP76251 País: FRANÇA; Processo: 47039010570201791 Empresa: NETWORK & COMMUNICATION DO BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alessandro Perrone Data Nascimento: 07/01/1978 Passaporte: YA5088581 País: ITÁLIA; Processo: 47039010572201780 Empresa: NETWORK & COMMUNICATION DO BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniele Sabetta Data Nascimento: 03/12/1972 Passaporte: AA3044507 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003666201753 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Roberto Rocco Data Nascimento: 01/11/1956 Passaporte: YB2160661 País: ITÁLIA; Processo: 47041003686201724 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Estrangeiro: Cornelis Leendert Plugge Data Nascimento: 30/08/1957 Passaporte: BK80RCB63 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Dingeman Leendert Ridder Data Nascimento: 31/10/1965 Passaporte: BL5P90DD7 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Duro Kolic Data Nascimento: 27/08/1959 Passaporte: 190600302 País: CROÁCIA Estrangeiro: Filip Erwin A. Muylle Data Nascimento: 21/09/1976 Passaporte: EM268278 País: BÉLGICA Estrangeiro: Mickael Johny André Malfoy Data Nascimento: 04/06/1964 Passaporte: 12DE63820 País: FRANÇA Estrangeiro: Stephane Couhysder Data Nascimento: 06/09/1965 Passaporte: EP066088 País: BÉLGICA; Processo: 47041003687201779 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Estrangeiro: Boris Smiljanic Data Nascimento: 29/10/1967 Passaporte: 175231511 País: CROÁCIA Estrangeiro: Gerben Ate Hamstra Data Nascimento: 17/01/1992 Passaporte: BGK630B45 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Jurgen Germain Beun Data Nascimento: 23/10/1972 Passaporte: EM195352 País: BÉLGICA Estrangeiro: Ramon Jozef Wilhelm Schaier Data Nascimento: 23/09/1974 Passaporte: BYRC8D049 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Thierry Luc J. Vermeiren Data Nascimento: 18/11/1982 Passaporte: EN984920 País: BÉLGICA Estrangeiro: Tonko Martinis Data Nascimento: 06/12/1956 Passaporte: 210834955 País: CROÁCIA; Processo: 47041003692201781 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Estrangeiro: Christian Sybolt Van Bloois Data Nascimento:

21/12/1982 Passaporte: BTH4K42C3 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Ivan Zupicic Data Nascimento: 30/09/1989 Passaporte: 035068410 País: CROÁCIA Estrangeiro: Olof Kasse Data Nascimento: 31/01/1980 Passaporte: BK65DP2B9 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Ronny Achiel Zwaenepoel Data Nascimento: 28/05/1957 Passaporte: EM253745 País: BÉLGICA Estrangeiro: Stephan Jean Michel Vermote Data Nascimento: 18/04/1975 Passaporte: EN040380 País: BÉLGICA Estrangeiro: Teo Vojkovic Data Nascimento: 12/03/1976 Passaporte: 072740567 País: CROÁCIA Estrangeiro: Tonci Munivrana Data Nascimento: 12/07/1964 Passaporte: 097293435 País: CROÁCIA; Processo: 47041003702201789 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: HERMAN SORIANO RIVERA Data Nascimento: 08/11/1960 Passaporte: EC1484938 País: FILIPINAS; Processo: 47041003704201778 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ARNEL MALAPIT GACES Data Nascimento: 26/04/1963 Passaporte: EC2565988 País: FILIPINAS; Processo: 47041003705201712 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 28/05/2019 Estrangeiro: Adriaan Bakker Data Nascimento: 16/04/1985 Passaporte: NP6026651 País: HOLANDA; Processo: 47041003707201710 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Devesh Madhukar Thakur Data Nascimento: 20/02/1977 Passaporte: J2256933 País: ÍNDIA; Processo: 47041003706201767 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 28/05/2019 Estrangeiro: Thomas Carolus Cornelis Maria Vringer Data Nascimento: 21/05/1960 Passaporte: BCK6513K2 País: HOLANDA; Processo: 47041003708201756 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: William P Carreon Data Nascimento: 26/01/1976 Passaporte: 517538721 País: EUA; Processo: 47041003709201709 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Arild Frode Edvardsen Data Nascimento: 17/08/1970 Passaporte: 29362247 País: NORUEGA; Processo: 47041003711201770 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Sunder Pal Data Nascimento: 15/07/1987 Passaporte: N1892954 País: ÍNDIA; Processo: 47041003715201758 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Susanta Jana Data Nascimento: 28/01/1988 Passaporte: H7426094 País: ÍNDIA; Processo: 47041003725201793 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: SAMUEL JAMES PRICE Data Nascimento: 11/05/1992 Passaporte: 502129762 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003726201738 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS LOUIS MICHEL MILLOT Data Nascimento: 20/06/1976 Passaporte: 17FV12484 País: FRANÇA; Processo: 47041003728201727 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMMY LUDVIGSEN Data Nascimento: 18/03/1971 Passaporte: 32178413 País: NORUEGA; Processo: 47041003729201771 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zeeshan Kadar Dawji Data Nascimento: 04/03/1981 Passaporte: Z4637373 País: ÍNDIA; Processo: 47041003731201741 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROYCETON LOIS DSOUZA Data Nascimento: 19/09/1985 Passaporte: Z2475852 País: ÍNDIA; Processo: 47041003730201704 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2018 Estrangeiro: ROBERT LEOPOLD PRZYBOROWSKI Data Nascimento: 04/06/1976 Passaporte: EM173979 País: BÉLGICA; Processo: 47041003732201795 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Jai Bharat Patel Data Nascimento: 30/11/1992 Passaporte: J5566581 País: ÍNDIA; Processo: 47041003733201730 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 27/11/2019 Estrangeiro: Zhongzhou Zhang Data Nascimento: 17/08/1985 Passaporte: EB5520586 País: CHINA; Processo: 47041003734201784 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yuan Gao Data Nascimento: 06/05/1989 Passaporte: PE1387312 País: CHINA; Processo: 47041003735201729 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Estrangeiro: Naveen Kumar Chandrasekaran Data Nascimento: 27/03/1992 Passaporte: L2281758 País: ÍNDIA; Processo: 47041003736201773 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Udham Singh Jakhar Data Nascimento: 29/08/1976 Passaporte: Z3148907 País: ÍNDIA; Processo: 47041003737201718 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO ALFREDO MORAIS TRENO Data Nascimento: 23/05/1987 Passaporte: C579215 País: PORTUGAL; Processo: 47041003739201715 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Dionysios Katsaris Data Nascimento: 06/10/1987 Passaporte: AN6967178 País: GRÉCIA; Processo: 47041003738201762 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Jan Hope Aguilar Cioco Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: EC6494844 País: FILIPINAS; Processo: 47041003741201786 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Carmelo Giano Data Nascimento: 09/04/1969 Passaporte: YA2263356 País: ITÁLIA; Processo: 47041003742201721 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gopal Singh Data Nascimento: 03/07/1983 Passaporte: N7037970 País: ÍNDIA; Processo: 47041003743201775 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Saurabh Kumar Data Nascimento: 11/05/1984 Passaporte: Z2874102 País: ÍNDIA; Processo: 47041003744201710 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Grzegorz Wojciech Jagodzinski Data Nascimento: 21/04/1975 Passaporte: ED6468966 País: POLÔNIA; Processo: 47041003745201764 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nermin Mahic Data Nascimento: 08/06/1987 Passaporte: 32113062 País: NORUEGA; Processo: 47041003746201717 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/04/2019 Estrangeiro: Robert Domin Nain Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: EC0981798 País: FILIPINAS; Processo: 47041003753201719 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Ronel Pamposa Zamora Data Nascimento: 03/08/1995 Passaporte: EC4155619 País: FILIPINAS; Processo: 47041003754201755 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2018 Estrangeiro: Reydel Cereno Dedicatoria Data Nascimento: 25/06/1994 Passaporte: EC1634220 País: FILIPINAS; Processo: 47041003755201708 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Estrangeiro: Emmanouil Anestakis Data Nascimento: 14/07/1973 Passaporte: AN6258068 País: GRÉCIA; Processo: 47041003756201744 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/03/2018 Estrangeiro: Jose Limbaring Dizon Data Nascimento: 19/06/1975 Passaporte: P4039196A País: FILIPINAS; Processo: 47041003758201733 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Sorin-Alexandru Birca Data Nascimento: 19/02/1985 Passaporte: 054149026 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003757201799 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Estrangeiro: Junel Andrew Besana Tabuelog Data Nascimento: 30/11/1975 Passaporte: P4510154A País: FILIPINAS; Processo: 47041003759201788 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/04/2018 Estrangeiro: Cristian-Alexandru Manea Data Nascimento: 13/04/1965 Passaporte: 052808532 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003760201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Ankur Kumar Sooraj Data Nascimento: 05/02/1985 Passaporte: Z2250481 País: ÍNDIA; Processo: 47041003762201700 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Estrangeiro: Ivan Kalintsev Data Nascimento: 10/04/1991 Passaporte: EK327769 País: UCRÂNIA; Processo: 47041003761201757 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Zviad Skhirtladze Data Nascimento: 16/11/1976 Passaporte: 15BA04365 País: GEÓRGIA; Processo: 47041003764201791 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Deepak Chandrakant Shinde Data Nascimento: 27/11/1987 Passaporte: N1386919 País: ÍNDIA; Processo: 47041003763201746 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2018 Estrangeiro: Marsteven Jerez Dosdos Data Nascimento: 17/03/1987 Passaporte: P4327427A País: FILIPINAS; Processo: 47041003765201735 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kim Losnegard Fosse Data Nascimento: 10/03/1983 Passaporte: 28862238 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010177201705 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: DONGYOUNG LEE Data Nascimento: 17/07/1980 Passaporte: M59776363 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039010326201728 Empresa: VELEIRO ESCARLATE IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS APARELHOS DE HEMODIALISE E CORRELATOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Anastasiia Prots Data Nascimento: 23/08/1981 Passaporte: 726473207 País: RÚSSIA; Processo: 47039010352201756 Empresa: SINOSTEEL PROJETOS E TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XUAN YU Data Nascimento: 14/01/1974 Passaporte: PE1256068 País: CHINA; Processo: 47039010407201728 Empresa: KEYENCE BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RYOICHI YAMAMOTO Data Nascimento: 04/03/1960 Passaporte: TZ0788621 País: JAPÃO; Processo: 47039010543201718 Empresa: DAF CAMINHOES BRASIL INDUSTRIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS ALBERTO AYALA ACOSTA Data Nascimento: 28/05/1962 Passaporte: G23367308 País: MÉXICO; Processo: 47039010566201722 Empresa: MARUBENI BRASIL S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: AYAKO NISAWA Data Nascimento: 30/05/1985 Passaporte: TK4610442 País: JAPÃO; Processo: 47039010634201753 Empresa: ONGC CAMPOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANJAY AGARWAL Data Nascimento: 14/08/1975 Passaporte: Z3972128 País: ÍNDIA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038003382201716 Estrangeiro: Mehmet Yilmaz RNE: G196317-B Prazo: até 18/02/2018.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47038003357201732 Estrangeiro: FRANCISCO JOSE GONZALVEZ VIGUERAS RNE: G048208-6 Prazo: até 08/01/2019; Processo: 47038003358201787 Estrangeiro: JUAN ANTONIO PUERTAS FERNANDEZ RNE: G048203-G Prazo: até 08/01/2019; Processo: 47038003359201721 Estrangeiro: PEDRO JOSE GUILLEN LORENTE RNE: G048213-D Prazo: até 08/01/2019; Processo: 47038003599201726 Estrangeiro: XAVIER JEAN-PAUL LANGLEBERT Prazo: até 01/02/2019; Processo: 47038003601201767 Estrangeiro: ALEXANDRE JEAN-CHARLES HENRI DANIEL RNE: G205263-N Prazo: até 21/04/2018; Processo: 47038003623201727 Estrangeiro: ENRICO BERTONE RNE: V967399-U Prazo: 1 Ano(s).

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante RYUHEI HIRATA exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa TT SERVICOS DE RECICLAGEM LTDA. processo: 47039.010682/2017-41 anteriormente autorizado através do 47039.013700/2013-96.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante BYEONGJU BAE exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa T.B.I. DO BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE INJECAO PLASTICA LTDA processo: 47039.010669/2017-92 anteriormente autorizado através do 47039.007233.2017.16.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante ANDREEA-DIANA PAL MANESCU exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira na Empresa SODEXO PASS DO BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA. processo: 47039.010589/2017-37 anteriormente autorizado através do 47039.003680/2017-04.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Bernarda Briceño Ramirez exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira na Empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS DE GESTAO DE DESPESAS E FROTA LTDA. processo: 47039.010588/2017-92 anteriormente autorizado através do 47039.003680/2017-04.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Bernarda Briceño Ramirez exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira na Empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A. processo: 47039.010587/2017-48 anteriormente autorizado através do 47039.003680/2017-04.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante IVAN JOSE DE LA SOTA DUNABEITIA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente ALLIANZ SEGUROS S/A processo: 47039.010575/2017-13 anteriormente autorizado através do 47039.001103/2016-99.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante ANDREEA-DIANA PAL MANESCU exercer concomitantemente o cargo de Diretora na Empresa FRAPORT BRASIL S.A AEROPORTO DE FORTALEZA processo: 47039.010448/2017-14 anteriormente autorizado através do 47039.006134/2017-17.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante MARIE ELISABETH SJODAHL exercer concomitantemente o cargo de Administradora na Empresa AMENEG - ASSISTENCIA MEDICA E NEFROLOGICA DE GUARULHOS LTDA processo: 47039.010174/2017-63 anteriormente autorizado através do 47039.003007/2016/85.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante SABINE TRENK exercer concomitantemente o cargo de Diretora na Empresa FRAPORT BRASIL S.A AEROPORTO DE FORTALEZA processo: 47039.010450/2017-93 anteriormente autorizado através do 47039.006133/2017-72.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante JOSE MANUEL BERGES CEBRIAN exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA processo: 47039.010534/2017-27 anteriormente autorizado através do 47039.004450-2017-54.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º e 2º do art. 3º da Resolução Normativa n. 01, de 2017, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 47038.002818/2017-50, Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: JOSEPH CHRISTIAN GABAY ESCANO Passaporte: EC5890709.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º e 2º do art. 3º da Resolução Normativa n. 01, de 2017, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 47038.002819/2017-02, Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: RAUL ALIPAR SELEN Passaporte: EC1938046.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039008868201731 Empresa: UNIMED DE LONDRINA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERARDO PRUDENCIO GONZALEZ Passaporte: G16138921, Processo: 47039009259201707 Empresa: IAT - PANDROL BRASIL FIXACOES ELASTICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: João Christopher Forssblad Rebello de Andrade Passaporte: N074219, Processo: 47039009288201761 Empresa: FELIPE J. R. PROTI MOBILIARIO - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMMASO CROATTINI Passaporte: YA5165860, Processo: 47039009329201719 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIOS KOTTIS Passaporte: AN5554403,

Processo: 47039007838201715 Empresa: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS MIGUEL ROMÃO DA SILVA Passaporte: M529565, Processo: 47039008150201744 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELLA HANNAH DESBOROUGH Passaporte: 543169773, Processo: 47039008854201717 Empresa: IT CONSOL BRASIL CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ietza Resendiz Murillo Passaporte: G21547579, Processo: 47039009757201741 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGHYUN JEONG Passaporte: M20932823, Processo: 47041003510201772 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANISH KUMAR SINGH Passaporte: L2593312, Processo: 47041003511201717 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES ANSON WOOD Passaporte: 527137339, Processo: 47041003525201731 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Roberto de Jesus Jornal Passaporte: EC3019347, Processo: 47039010389201784 Empresa: KINTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Garcia Julvez Passaporte: PAA239462, Processo: 47039008252201760 Empresa: TRIPLO A HOSPEDAGEM LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ARNOUD VAN DER HAM Passaporte: NRD7JP0F1, Processo: 47039008500201772 Empresa: VIDEOTURISMO INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTIN CESAR GRAMER QUINONEZ Passaporte: G24129084, Processo: 47039010130201733 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Estrangeiro: GIUSEPPE ALTIERI Passaporte: YA2627645, Processo: 47039010131201788 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Estrangeiro: MICHELE MASIELLO Passaporte: AA4308075, Processo: 47039010160201740 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOTOHIRO KASHIWAGI Passaporte: TR2002659, Processo: 47039010164201728 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRISTIAN UGGEDAL Passaporte: 26702350, Processo: 47039010166201717 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NERMIN KONJHODZIC Passaporte: 30540487, Processo: 47039010124201786 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: até 01/12/2018 Estrangeiro: GRETA ALBERTI Passaporte: AA3606694.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038002945201759 Estrangeiro: Christian Joy Biron RNE: G378804-P Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002947201748 Estrangeiro: Alfredo Timon Lacurom RNE: G378800-X Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002948201792 Estrangeiro: Carl Baniqued Hidalgo RNE: G378812-Q Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002950201761 Estrangeiro: Clint Anthony Varnal Dorado RNE: G376116-J Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002951201714 Estrangeiro: Efren Deliso Mendoza RNE: G376548-R Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002952201751 Estrangeiro: Edward Guadilla Alcantara RNE: G377142-D Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002953201703 Estrangeiro: Roy Pillora Calopez RNE: V815607-Y Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002954201740 Estrangeiro: Joseph Jovel Degamo Latonio RNE: G377180-5 Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002956201739 Estrangeiro: Merito Chito Intaligando Quiapo RNE: G376529-V Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002957201783 Estrangeiro: Meldrik Patente Mandado RNE: G378792-6 Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002959201772 Estrangeiro: Mac Dave Joseph Monterroyo Ylanan Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002960201705 Estrangeiro: Randy Dacasin Cruz RNE: G378760-J Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038002962201796 Estrangeiro: Romualdo Gomez Baguio RNE: G376126-G Prazo: até 05/05/2018 , Processo: 47038003277201787 Estrangeiro: CELESTINO OTERO MARTÍNEZ RNE: V936215R Prazo: 57 Dia(s) , Processo: 47038003295201769 Estrangeiro: JOSE ANTONIO TRASANCOS GARCIA RNE: G1804435 Prazo: 57 Dia(s).

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 243 de 20/12/2017, Seção 1, p. 118, Processo: 47039.010005/2017-23, onde se lê: Requerente: ADORE EVENTOS LTDA - ME, leia-se: Requerente: INSTITUTO DE ACAO SOCIAL PELA MUSICA IASPM.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.924, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta dos processos nº 00065.524139/2017-46 e nº 00065.510899/2017-76, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião - PP-A e Piloto Comercial de Avião/Voo por Instrumentos - PC-A/IFR da UNIC - UNIVERSIDADE DE CUIABÁ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.200, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.544636/2017-61, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial/IFR de Avião (PCA/IFR) da UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.280, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.547792/2017-83, resolve:

Art. 1º Autorizar a TRU SIMULATION + TRAINING, LLC, situada à 1827 Northpointe Parkway Lutz, FL 33558 - USA, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos brasileiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.282, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.569461/2017-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a Airbus Américas Customer Services INC., situada à 4355 N.W. 36th Street, Miami Springs, Florida 33166 USA, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos brasileiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.870, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012480/2017-00 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.243-ANTAQ, de 17 de novembro de 2015, da empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da exclusão da embarcação PIPES 121 e inclusão da embarcação PIPES 13 na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 48, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.013171/2016-68. Penalizada: SIERRA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.149.040/0001-13. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, negar-lhe provimento. No entanto, em substituição à penalidade de multa no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXX do Art. 32 da Resolução n° 3.274/2014-ANTAQ, determino o oferecimento, pela UREMN, de TAC à empresa em questão, de modo que ela possa, em prazo razoável, ordenar o acesso de veículos ao cais Roadway, no Porto Organizado de Manaus, de foma a incrementar a eficiência das operações portuárias naquele Porto.

JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 51, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.007982/2016-20. Penalizada: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, conceder-lhe provimento parcial, reduzindo o valor da multa pecuniária anteriormente estipulada para o montante de R$ 152.555,56 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), em desfavor da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66, pela prática das infrações previstas no Art. 32, incisos XXIX, XXII, XXXII, XI e XXI, da Resolução n° 3274-ANTAQ.

JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO
Superintendente

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO-SP

DESPACHO Nº 29, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 50300.009729/2017-91. Penalizada: GRANDE BONANÇA SERVIÇOS DE APOIO PORTUÁRIO LTDA. - ME. CNPJ: 10.462.832/0001-83. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração capitulada no inciso II do art. 23 da Norma aprovada pela Resolução ANTAQ n° 2.921/2013, de 04 de junho de 2013, na forma do inciso III do art. 31 da Resolução Normativa nº 01-Antaq, de 13 de fevereiro de 2015.

GUILHERME DA COSTA SILVA
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.623, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)

Altera o anexo da Resolução ANTT nº 5.232/16, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 198, de 15 de dezembro de 2017, no que consta do Processo nº 50500.482872/2017-78;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que estabelece, no inciso VII do artigo 22, que constitui esfera de atuação da ANTT o transporte de produtos perigosos em rodovias e ferrovias e, no inciso XIV do artigo 24, que cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuição geral, estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de produtos perigosos; e

CONSIDERANDO a manifestação de parte do setor regulado após a publicação da Resolução ANTT nº 5.581, de 22 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o item 1.1.1.3.4 das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, para incluir Nota prevendo que Produtos perigosos embalados e identificados em embalagens homologadas pelos modais aéreo ou marítimo, que foram envasados até o dia 15 de dezembro de 2017, sem a marcação de homologação terrestre, serão aceitos para transporte até o seu prazo de validade, desde que comprovado que foram embalados entre 16 de dezembro de 2016 e 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

(*) Republicado por ter saído com incorreção no texto original publicado no DOU nº 241, de 18.12.17, Seção 1, pág. 199

RESOLUÇÃO Nº 5.624, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os meios do Processo de Participação e Controle Social no âmbito da ANTT e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 25 da Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DMR - 218, de 15 de dezembro de 2017, no que consta do Processo nº 50500.338441/2017-75;

CONSIDERANDO as contribuições apresentadas na Audiência Pública nº 006/2017, com Consulta Pública, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os meios do Processo de Participação e Controle Social - PPCS, no âmbito da ANTT.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não exclui outras formas de participação e controle social, na forma da Lei.

CAPÍTULO I

DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 2º Para fins desta Resolução, são utilizados os seguintes meios de Participação e Controle Social:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - para a construção do conhecimento sobre dada matéria e para o desenvolvimento de propostas:

a) Tomada de Subsídio: meio que possibilita o encaminhamento de contribuições por escrito, em um período determinado; e

b) Reunião Participativa: meio que possibilita participação oral ou escrita em pelo menos uma sessão presencial.

II - para apresentar proposta final de ação regulatória:

a) Consulta Pública: meio que possibilita o encaminhamento de contribuições por escrito, em um período determinado; e

b) Audiência Pública: meio que possibilita participação oral ou escrita em pelo menos uma sessão presencial dentro de um período de encaminhamento de contribuições por escrito.

§ 1º As Tomadas de Subsídio e Reuniões Participativas, a critério da ANTT, podem ser abertas ao público ou restritas a convidados.

§ 2º As Consultas Públicas e Audiências Públicas serão sempre abertas ao público.

Art. 3º A Consulta Interna é um meio que possibilita as contribuições dos servidores da Agência sobre minuta de ato normativo, documento ou matéria de interesse relevante.

Parágrafo único. A Consulta Interna objetiva obter informações e eliminar incoerências intrainstitucionais, e pode ser utilizada para complementar os Processos de Participação e Controle Social.

Art. 4º Qualquer interessado poderá solicitar à ANTT a aplicação dos meios de Participação e Controle Social estabelecidos no art. 2º desta Resolução.

Parágrafo único. O não atendimento à solicitação de que trata o caput deste artigo deverá ser motivado, e o posicionamento da ANTT divulgado em seu endereço eletrônico.

Art. 5º As Audiências Públicas, as Consultas Públicas, as Reuniões Participativas, as Tomadas de Subsídio e as Consultas Internas poderão, a critério da ANTT, ter por objeto a mesma matéria.

Art. 6º O Processo de Participação e Controle Social tem por objetivos:

I - fomentar ou provocar a efetiva participação das partes interessadas e da sociedade em geral;

II - recolher subsídios para o processo decisório da ANTT;

III - oferecer aos agentes econômicos, sociedade e usuários dos serviços e das infraestruturas de transportes terrestres administrados pela ANTT um ambiente propício ao encaminhamento de seus pleitos e sugestões relacionados à matéria objeto do processo;

IV - identificar, de forma ampla, todos os aspectos relevantes à matéria objeto do processo; e

V - dar publicidade à ação regulatória da ANTT.

Art. 7º Não é obrigatória a realização de Consulta Pública ou Audiência Pública para os seguintes casos, dentre outros:

I - proposta de alterações formais em normas vigentes;

II - consolidação de normas vigentes;

III - edição ou alteração de normas que se limitem a aplicar determinações legais e contratuais; e

IV - edição ou alteração de normas que afetem exclusivamente a organização interna da ANTT.

§ 1º A dispensa tratada no caput deverá ser motivada e aprovada pela Diretoria Colegiada.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a ANTT poderá, sempre que entender conveniente, decidir pela realização de Audiência Pública ou Consulta Pública.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DOS MEIOS DE PARTICIPAÇÃO

Seção I

Das Audiências Públicas

Art. 8º A ANTT realizará Audiência Pública quando as matérias afetarem os direitos de agentes econômicos ou de usuários de serviços de transportes, nos seguintes casos:

I - minutas de ato normativo;

II - minutas de editais de licitação de outorgas, minutas de contratos de concessão ou permissão;

III - iniciativas de anteprojetos de lei; e

IV - outras matérias relevantes, a critério da ANTT.

Art. 9º As propostas de realização de Audiência Pública serão submetidas à Diretoria Colegiada para aprovação.

§ 1º A Unidade Organizacional que propuser a realização de Audiência Pública dará conhecimento da proposta à Procuradoria-Geral antes do encaminhamento à Diretoria Colegiada.

§ 2º A Procuradoria-Geral poderá requerer vista do processo em até cinco dias contados do recebimento da comunicação de que trata o § 1º deste artigo e, se julgar necessário, emitir seu parecer sobre a matéria.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo e sem requerimento da Procuradoria-Geral, o processo será encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada.

§ 4º No caso de iniciativa de anteprojeto de lei, a Audiência Pública ocorrerá após prévia comunicação à Casa Civil da Presidência da República.

Seção II

Das Consultas Públicas

Art. 10. A ANTT, a seu critério, poderá realizar Consulta Pública quando as matérias envolverem assunto de interesse geral e necessitarem de contribuição das partes interessadas e da sociedade em geral, nos seguintes casos:

I - minutas de ato normativo; e

II - outras matérias relevantes, a critério da ANTT.

Art. 11. As propostas de realização de Consulta Pública serão submetidas à Diretoria Colegiada para aprovação.

§ 1º A Unidade Organizacional que propuser a realização de Consulta Pública dará conhecimento da proposta à Procuradoria-Geral antes do encaminhamento à Diretoria Colegiada.

§ 2º A Procuradoria-Geral poderá requerer vista do processo em até cinco dias contados do recebimento da comunicação de que trata o parágrafo anterior para emissão de parecer.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º deste artigo e sem requerimento da Procuradoria-Geral, o processo será encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada.

Seção III

Das Reuniões Participativas

Art. 12. A ANTT poderá realizar Reuniões Participativas em sessões presenciais abertas ao público ou, a critério da Unidade Organizacional condutora do processo, restritas a convidados, de modo a obter a participação oral ou escrita sobre matéria objeto de discussão na ANTT.

§1º As Reuniões Participativas restritas a convidados serão orientadas às partes interessadas motivadamente identificados pela ANTT como importantes para o desenvolvimento das matérias em discussão.

§2º As Reuniões Participativas poderão ser convocadas por iniciativa:

I - dos Diretores; ou

II - das Unidades Organizacionais da ANTT, com comunicação prévia à Diretoria Colegiada.

§3º A ANTT, a seu critério, definirá a data das Reuniões Participativas a que se refere o caput deste artigo.

Seção IV

Das Tomadas de Subsídio

Art. 13. A ANTT poderá solicitar ao público geral ou a convidado o encaminhamento de contribuições por escrito sobre matéria objeto de discussão na ANTT.

§1º As Tomadas de Subsídio restritas a convidados serão orientadas às partes interessadas motivadamente identificados pela ANTT como importantes para o desenvolvimento das matérias em discussão.

§2º As Tomadas de Subsídio poderão ser instauradas por iniciativa:

I - dos Diretores; ou

II - das Unidades Organizacionais da ANTT, com comunicação prévia à Diretoria Colegiada.

Seção V

Das Consultas Internas

Art. 14. A Consulta Interna pode ser utilizada para receber contribuições dos servidores da Agência sobre:

I - matéria que afete direitos e deveres de servidores da Agência;

II - matéria regulatória, antes da realização da Consulta Pública ou Audiência Pública;

III - coleta de informações, procedimentos e dados necessários para condução de um projeto da Agenda Regulatória; ou

IV - matéria relevante, a critério da Unidade Organizacional interessada.

§ 1º A forma de recebimento de contribuições, público-alvo, tratamento das contribuições, prazos e meios de divulgação da Consulta Interna serão definidos pela Unidade Organizacional condutora do processo.

§ 2º As contribuições recebidas deverão constar dos autos que tratam da matéria submetida à Consulta Interna.

Seção VI

Da Divulgação dos Eventos

Art. 15. As Consultas Públicas, as Audiências Públicas, as Reuniões Participativas e as Tomadas de Subsídio abertas ao público serão divulgadas por meio de avisos.

§ 1º Os avisos de que trata o caput deste artigo serão divulgados no endereço eletrônico da ANTT.

§ 2º Um resumo do aviso contendo a matéria objeto, datas e endereço eletrônico com as informações do evento, deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º, os avisos de que trata o caput deste artigo também podem ser divulgados, a critério da ANTT, em jornais, por correspondências, em canais digitais, por mensagens eletrônicas ou outros meios necessários.

§ 4º A Unidade Organizacional competente deve formalizar nos autos a justificativa quanto à escolha dos meios de divulgação dos eventos tratados no § 3º deste artigo, visando garantir a efetiva participação da sociedade.

§ 5º O aviso de Audiência Pública e seu resumo, tratados nos §§ 1º e 2º deste artigo, devem ser divulgados com a antecedência de pelo menos quinze dias em relação à realização da primeira sessão presencial.

Art. 16. No momento de publicação do aviso de Audiência Pública e Consulta Pública no endereço eletrônico da Agência, deverão ser disponibilizados, em linguagem simples e objetiva, salvo casos em que a lei proíba sua divulgação, no mínimo:

I - documentos que serão objeto da Audiência Pública e Consulta Pública, preferencialmente acompanhados de texto informativo resumido ou vídeo explicativo sobre o tema e os principais objetivos da proposta;

II - estudos e material técnico utilizado como fundamento da proposta; e

III - Análise de Impacto Regulatório ou o documento que motivadamente a dispensou.

Art. 17. As Reuniões Participativas e as Tomadas de Subsídio, quando restritas a convidados, serão divulgadas mediante convites individuais a pessoas físicas e jurídicas selecionadas pela ANTT, motivadamente, a seu critério.

Art. 18. A matéria objeto do evento, os locais de realização, bem como as datas e prazos referentes aos meios de Participação e Controle Social de que trata esta Resolução serão fixados nos avisos ou convites, conforme o tipo escolhido.

Seção VII

Das Sessões Presenciais

Art. 19. Serão realizadas sessões presenciais para as Audiências Públicas e Reuniões Participativas.

§ 1º As manifestações nas sessões presenciais poderão ocorrer de forma oral ou escrita.

§ 2º Com o objetivo de permitir a efetiva participação de toda a sociedade abrangida, sempre que a situação exigir, poderá ser determinada a realização de mais de uma sessão presencial.

§ 3º Por motivos de segurança e para melhor desenvolvimento dos trabalhos, a participação nas sessões presenciais será limitada aos interessados que apresentarem documento de identificação válido, oficial e com foto e à lotação máxima do local de sua realização.

Art. 20. A ANTT, a seu critério, definirá as datas e os locais de realização das sessões presenciais da Audiência Pública e Reuniões Participativas, sem prejuízo do disposto no §5º do art.15 desta Resolução.

§ 1º Sempre que possível, e desde que viável, as sessões presenciais da Audiência Pública devem ser realizadas em locais próximos e de fácil acesso aos principais afetados pela matéria a ser discutida, de forma a ampliar a possibilidade de participação dos interessados.

§ 2º A Unidade Organizacional competente deve formalizar no processo a justificativa quanto à escolha dos locais de realização das sessões presenciais das Audiências Públicas.

§ 3º As sessões presenciais devem ocorrer antes do fim do prazo determinado para recebimento de contribuições por escrito de que trata o art. 23 desta Resolução, preferencialmente em datas próximas à metade desse período.

Art. 21. Quanto à participação oral nas Audiências Públicas:

I - as decisões relativas às questões de ordem para participação oral dos interessados competem ao presidente da sessão presencial;

II - o tempo de cada orador será fixado considerando-se a quantidade de inscritos e o tempo disponível para realização da sessão presencial;

III - não será admitida a cessão de tempo entre os inscritos para manifestação;

IV - as regras para manifestação oral em cada evento serão informadas aos interessados no início da sessão presencial;

V - a critério do presidente da sessão presencial, as regras para participação oral podem ser alteradas no curso do evento, tendo em vista a melhor dinâmica dos trabalhos e/ou para viabilizar a manifestação de todos os interessados inscritos; e

VI - cabe ao presidente da sessão presencial manter a ordem, podendo conceder e cassar a palavra, bem como determinar a retirada de pessoas que a perturbem, podendo inclusive suspender ou determinar o encerramento da sessão.

Parágrafo único. A critério da ANTT e na forma por ela estabelecida, as gravações das sessões poderão ser colocadas à disposição dos interessados.

Seção VIII

Das Contribuições por Escrito

Art. 22. As contribuições por escrito serão recebidas nas Audiências Públicas, nas Consultas Públicas, nas Tomadas de Subsídio e, a critério da ANTT, nas Reuniões Participativas.

§ 1º Conforme indicado nos avisos ou convites, as contribuições de que trata o caput poderão ser:

I - encaminhadas por meio eletrônico à ANTT;

II - encaminhadas pelos correios, para os endereços indicados;

III - protocoladas pessoalmente nos endereços indicados;

IV - protocoladas pessoalmente durante a sessão presencial; ou

V- outro meio disponível, a critério da ANTT.

§ 2º As contribuições por escrito deverão ser identificadas, no mínimo, por:

I - nome, e-mail, e número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em se tratando de pessoa física; ou

II - nome da empresa, e-mail, e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, no caso de pessoa jurídica.

§ 3º Para fins de verificação do cumprimento do prazo de encaminhamento das contribuições de que trata o § 1º deste artigo, serão consideradas:

I - data e hora de recebimento pela ANTT da contribuição encaminhada por meio eletrônico;

II - data e hora de protocolização na ANTT, nos casos de contribuições entregues pessoalmente; ou

III - data e hora de postagem, nos casos de contribuições via correios.

§ 4º Não serão aceitas contribuições ilegíveis, incompreensíveis ou em idioma estrangeiro.

§ 5º As contribuições recebidas deverão constar nos autos do respectivo PPCS.

Art. 23. A ANTT, a seu critério, definirá o prazo para recebimento de contribuições por escrito das Audiências Públicas, Consultas Públicas, Reuniões Participativas e Tomadas de Subsídio.

§ 1º No caso de Audiências Públicas e Consultas Públicas, o prazo de que trata o caput deverá ser de pelo menos quarenta e cinco dias, ressalvados casos previstos em normas de hierarquia superior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º O período previsto no §1º deste artigo poderá ser menor, sendo no mínimo de vinte dias, mediante apresentação de justificativa aprovada pela Diretoria Colegiada e publicada no endereço eletrônico da ANTT, ressalvados casos previstos em normas de hierarquia superior.

Art. 24. A critério da Unidade Organizacional condutora do processo, o período de que trata o art. 23 desta Resolução poderá ser prorrogado ou reaberto por iniciativa da ANTT ou por solicitação de interessados, considerada a complexidade do tema, a garantia da efetiva participação da sociedade ou pela ocorrência de fato superveniente.

§1º As prorrogações de período, em até quinze dias, para recebimento de contribuições por escrito das Audiências Públicas, Consultas Públicas, Reuniões Participativas e Tomadas de Subsídio, poderão ser feitas pela Unidade Organizacional sem necessidade de aprovação da Diretoria Colegiada.

§2º Em caso de prorrogação ou reabertura, a Unidade Organizacional deverá comunicar à Diretoria Colegiada acerca do novo período e dar ampla publicidade no endereço eletrônico da ANTT e no Diário Oficial da União, sendo que a publicação em demais meios de comunicação deve seguir a mesma amplitude da divulgação inicial, nos termos dos §§ 3º e 4º o art. 15 desta Resolução.

§3º O não atendimento dos pedidos de prorrogação ou de reabertura realizados por interessados deverá ser motivado e o posicionamento da ANTT divulgado em seu endereço eletrônico.

§4º No caso de Reuniões Participativas ou Tomadas de Subsídio restritas a convidados não é necessária a publicidade de que trata o §2º deste artigo.

Seção IX

Do Registro e Divulgação das Contribuições

Art. 25. As contribuições e os nomes dos respectivos responsáveis pelas contribuições, pessoas físicas ou jurídicas, serão divulgados no endereço eletrônico da ANTT, nos relatórios e outros documentos gerados a partir dos resultados do Processo de Participação e Controle Social, salvo casos de informações em que a lei proíba sua divulgação:

§ 1º Além dos casos previstos em lei, poderão não ser divulgados:

I - contribuições repetidas de um mesmo manifestante (pessoa física ou jurídica);

II - informações com linguagem vulgar, insultuosa, discriminatória, de ódio, xenófoba, ameaçadora ou obscena;

III - spam, publicidade de um endereço eletrônico, produto ou serviço; e

IV - links para software ilegal ou pirata.

§ 2º As contribuições encaminhadas deverão ser disponibilizadas na sede da ANTT e no respectivo endereço na internet em até dez dias úteis após o término do período de recebimento de contribuições.

Art. 26. O registro das Audiências Públicas e Consultas Públicas será feito por meio de relatório e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - especificação do objeto, datas e prazos;

II - indicação da deliberação que autorizou a Audiência Pública ou Consulta Pública;

III - nome dos componentes da mesa, no caso de Audiência Pública;

IV - indicação dos documentos disponibilizados para o recebimento de contribuições e para embasamento técnico e procedimental;

V - informações consolidadas sobre a quantidade de manifestações registradas na Audiência Pública ou Consulta Pública, categorizadas a partir da relevância das variáveis para análise;

VI - descrição dos procedimentos realizados;

VII - reprodução na íntegra das contribuições, salvo casos previstos no art. 25 desta Resolução, respectivas análises técnicas e razões de seu acolhimento ou rejeição;

VIII - indicação dos locais de realização das sessões presenciais, no caso de audiências públicas; e

IX - indicação dos meios utilizados para divulgação do evento.

§ 1º O documento tratado no caput poderá conter respostas consolidadas em blocos para os casos de contribuições repetidas ou que possuam o mesmo objeto.

§ 2º As contribuições com objeto diverso da matéria submetida à Audiência Pública ou Consulta Pública não serão analisadas no documento de que trata este artigo.

§ 3º As atas das sessões presenciais podem ser substituídas pela transcrição das gravações de áudio e inclusão das análises das contribuições no respectivo documento tratado no caput.

§ 4º O documento tratado no caput deste artigo deverá ser assinado, no mínimo, pelo presidente e secretário da Audiência Pública ou Consulta Púbica e pelo chefe da Unidade Organizacional condutora do processo.

§ 5º O documento tratado no caput deste artigo será submetido à Diretoria Colegiada para aprovação.

§ 6º A Procuradoria-Geral será comunicada pela Unidade Organizacional condutora do processo quanto ao encaminhamento do documento tratado no § 5º deste artigo para apreciação da Diretoria Colegiada, e poderá se manifestar sobre a legalidade dos atos propostos no prazo de até cinco dias úteis contados do recebimento da comunicação.

§ 7º O documento tratado no caput deste artigo, após aprovação pela Diretoria Colegiada, consubstancia o posicionamento da ANTT sobre as contribuições apresentadas.

Art. 27. O relatório aprovado pela Diretoria Colegiada deve ser disponibilizado no processo administrativo e no endereço eletrônico da ANTT em até trinta dias úteis após a reunião da Diretoria Colegiada para deliberação final sobre a matéria.

Parágrafo único. A comissão do evento deverá publicar previsão de data para disponibilização no endereço eletrônico da ANTT do documento tratado no caput deste artigo, no prazo de cinco dias úteis após o término do período para recebimento de contribuições por escrito.

Art. 28. O registro das Tomadas de Subsídio, das Reuniões Participativas e Consultas Internas será feito por meio de relatório e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - especificação do objeto, datas e prazos;

II - nome do responsável pela condução;

III - documentos disponibilizados para o recebimento de contribuições e para embasamento técnico e procedimental;

IV - informações consolidadas sobre a quantidade de manifestações registradas, categorizadas a partir da relevância das variáveis para análise;

V - descrição dos procedimentos realizados;

VI - reprodução na íntegra das contribuições, salvo casos previstos no art. 25 desta Resolução; e

VII - indicação dos próximos passos a serem adotados.

Parágrafo único. O documento tratado no caput deverá ser assinado, no mínimo, pelos responsáveis pela Tomada de Subsídio, Reunião Participativa ou Consulta Interna e pelo chefe da Unidade Organizacional condutora do processo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. A ANTT poderá realizar os eventos de participação social, inclusive sessões presenciais de audiências públicas e reuniões participativas, com o auxílio de tecnologias de informação e comunicação, tendo-se em conta redução dos custos e o aumento da participação de interessados.

Art. 30. Os servidores responsáveis pela condução dos Processos de Participação e Controle Social deverão observar as disposições do manual de procedimentos sobre o assunto.

Art. 31. Os documentos e contribuições recebidos durante os eventos de que trata esta Resolução comporão o acervo de consulta da ANTT e poderão ser utilizados para fins de planejamento, orientação de estudos e desenvolvimento de projetos.

Art. 32. No decorrer de um processo de Audiência Pública ou Consulta Pública, poderão ser realizadas diligências junto a órgãos técnicos para esclarecimento de aspectos atinentes à matéria objeto do evento.

Art. 33. Compete à Diretoria Colegiada da ANTT decidir sobre os casos omissos nesta Resolução.

Art. 34. Revogar a Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.625, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BORBA E DE BORBA LTDA. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 239, de 18 de dezembro de 2017 e do que consta do Processo nº 50500.112366/2012-18, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BORBA E DE BORBA LTDA. - ME, CNPJ nº 09.108.278/0001-51, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com os parágrafos 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, c/c o artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.626, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa RICARDO STEPHANI TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 194, de 14 de dezembro de 2017, e do que consta do Processo nº 50500.118644/2010-71, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa RICARDO STEPHANI TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.675.428/0001-83, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com os §§ 1º e 5º do artigo 36, e o inciso VI do artigo 86, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, bem como o artigo 61, inciso IX da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, c/c o artigo 78-A, inciso V da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 488, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 216, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.044513/2009-14, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do aludido processo, referente à empresa ANDEVI TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME., CNPJ nº 01.663.025/0001-38.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 489, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 217, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.334701/2015-71 delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 103 da empresa JJ TUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI ME, para:

I - Suprimir a linha Uberlândia (MG) - Altamira (PA), prefixo nº 06-9000-00; e

II - Implantar as linhas Goiânia (GO) - Marabá (PA), prefixo nº 12-0205-00; Goiânia (GO) - Palmas (TO), prefixo nº 12-0206-00; e Goiânia (GO) - Marabá (PA), prefixo nº 12-0207-00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 490, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 218, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.338441/2017-75, delibera:

Art. 1º Aprovar o Relatório Final da Audiência Pública nº 006/2017, com Consulta Pública, e a Resolução que dispõe sobre os meios do Processo de Participação e Controle Social no âmbito da ANTT e dá outras providências.

Art. 2º Determinar que o Relatório seja disponibilizado, para conhecimento dos interessados, no sítio eletrônico da ANTT e, em sua sede, na Superintendência de Governança Regulatória - SUREG.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 491, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 219, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.611540/2017-15, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A, CNPJ nº 76.530.278/0001-32, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Foz do Iguaçu (PR) - Rio de Janeiro (RJ), prefixo nº 09-0082-60.

I - De: Foz do Iguaçu (PR), para: Resende (RJ), São Paulo (SP), Sorocaba (SP), Capão Bonito (SP) e Osasco (SP);

II - De: Cascavel (PR), para: Resende (RJ), São Paulo (SP), Sorocaba (SP), Capão Bonito (SP) e Itararé (SP);

III - De: Medianeira (PR), para: São Paulo (SP) e Resende (RJ); e

IV - De: Laranjeiras (PR), Guarapuava (PR) e Guaraniaçu (PR), para: São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 85 da empresa PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 492, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 220, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.380392/2016-92, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 096 da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ Nº 92.667.948/0001-13, para incluir os mercados: Ampére/PR-Iporã do Oeste/SC, Ampére/PR-Itapiranga/SC, Ampére/PR-Nonoai/RS, Ampére/PR-Ronda Alta/RS, Barracão/PR-Erechim/RS, Barracão/PR-Santa Maria/RS, Bento Gonçalves/RS-Concórdia/SC, Bento Gonçalves/RS-Lacerdópolis/SC, Bento Gonçalves/RS-Piratuba/SC, Cascavel/PR-Vila Maria/RS, Caxias do Sul/RS-Capinzal/SC, Caxias do Sul/RS-Lacerdópolis/SC, Céu Azul/PR-Farroupilha/RS, Céu Azul/PR-Garibaldi/RS, Erechim/RS-Dionísio Cerqueira/SC, Erechim/RS-Nova Erechim/SC, Erechim/RS-Pinhalzinho/SC, Esteio/RS-Nova Erechim/SC, Farroupilha/RS-Capinzal/SC, Foz do Iguaçu/PR-Descanso/SC, Guaíra/PR-Dionísio Cerqueira/SC, Ibiraiaras/RS-Joaçaba/SC, Itapejara d''Oeste/PR-Estrela/RS, Itapejara d''Oeste/PR-Lajeado/RS, Lagoa Vermelha/RS-Campos Novos/SC, Lagoa Vermelha/RS-Capinzal/SC, Marmeleiro/PR-Xanxerê/SC, Medianeira/PR-Ronda Alta/RS, Nova Araçá/RS-Capinzal/SC, Nova Araçá/RS-Piratuba/SC, Nova Bassano/RS-Joaçaba/SC, Novo Hamburgo/RS-Nova Erechim/SC, Ronda Alta/RS-Maravilha/SC, Ronda Alta/RS-São Miguel d''Oeste/SC, Rondinha/RS-Xanxerê/SC, Rondinha/RS-Xaxim/SC, Salto do Lontra/PR-São Leopoldo/RS, Salto do Lontra/PR-Soledade/RS, Santa Maria/RS-São Miguel d''Oeste /SC, Santo Antônio do Sudoeste/PR-Santa Maria/RS, São Leopoldo/RS-Capinzal/SC, São Miguel do Iguaçu/PR-Garibaldi/RS, São Valentim/RS-Pinhalzinho/SC, São Valentim/RS-São Miguel d''Oeste /SC, Sapucaia do Sul/RS-Chapecó/SC, Sapucaia do Sul/RS-Nova Erechim/SC, Sarandi/RS-Nova Erechim/SC, Toledo/PR-Descanso/SC, Toledo/PR-Itapiranga/SC, Toledo/PR-São Jose do Cedro/SC e Veranópolis/RS-Campos Novos/SC, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 493, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 221, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.538145/2017-72, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, CNPJ Nº 07.549.414/0001-13, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Cascavel (PR) - Alta Floresta (MT), prefixo nº 09-0247-00, nos termos das Resoluções nº 4.770 de 25 de junho de 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

I - De: Cascavel (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), São Gabriel do Oeste (MS), Coxim (MS), Sonora (MS), Nova Mutum (MT), Jaciara (MT) e Sorriso (MT);

II - De: Toledo (PR) e Marechal Cândido Rondon (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

III - De: Guaíra (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Coxim (MS) e São Gabriel do Oeste (MS); e

IV - De: Campo Grande (MS), Coxim (MS), Sonora (MS) e São Gabriel do Oeste (MS), para: Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Jaciara (MT) e Sorriso (MT).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 494, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 222, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.560227/2017-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., CNPJ nº 18.449.504/0001-59, autorizando a supressão da linha Goiânia (GO) - São Paulo (SP), prefixo nº 12-0084-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 40 da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 495, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 223, de 15 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.139794/2013-61, delibera:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Revisão interposto pela CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO - PORTO ALEGRE S/A, e, no mérito, dar-lhe provimento, julgando procedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Tornar sem efeito a Deliberação nº 322, de 12 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 16 de novembro de 2015.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF o arquivamento dos autos.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 496, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 224, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.577889/2017-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Cascavel (PR) - Porto Velho (RO), prefixo nº 09-0263-00.

I - De: Campo Mourão/PR, para: Nova Alvorada do Sul/MS;

II - De: Maringá/PR, para: Bataguassu/MS;

III - De: Presidente Prudente/SP, para: Cáceres/MT; Pontes e Lacerda/MT; Comodoro/MT; Vilhena/RO; Pimenta Bueno/RO; Cacoal/RO; Ji-Paraná/RO; Jaru/RO; Ariquemes/RO; Itapuã do Oeste/RO e Porto Velho/RO; e

IV - De: Campo Grande/MS, para: Comodoro/MT; Presidente Médici/RO; Jaru/RO e Itapuã do Oeste/RO.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 497, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 225, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.546325/2017-28, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, CNPJ nº 07.549.414/0001-13, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Criciúma (SC) - Porto Velho (RO), prefixo nº 16-0099-00.

I - De: Comodoro/MT, para: Rio Verde de Mato Grosso/MS, Vilhena/RO, Pimenta Bueno/RO, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Ariquemes/RO, Itapuã do Oeste/RO e Porto Velho/RO;

II - De: Nova Alvorada do Sul/MS, para: Curitiba/PR, Ponta Grossa/PR, Presidente Prudente/SP e Cáceres/MT;

III - De Pontes e Lacerda/MT, para: São Gabriel do Oeste/MS, Rio Verde de Mato Grosso/MS, Coxim/MS, Vilhena/RO, Pimenta Bueno/RO, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Ariquemes/RO e Porto Velho/RO;

IV - De: São Gabriel do Oeste/MS, para: Vilhena/RO e Ji-Paraná/RO;

V - De: Rio Verde de Mato Grosso/MS, para: Vilhena/RO, Pimenta Bueno/RO, Cacoal/RO, Presidente Médici/RO, Ji-Paraná/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Jaru/RO, Ariquemes/RO e Itapuã do Oeste/RO;

VI - De: Coxim/MS, para: Vilhena/RO, Ji-Paraná/RO, e Porto Velho/RO;

VII - De: Sonora/MS, para: Rondonópolis/MT e Jaciara/MT; e

VIII - De: Cuiabá/ MT e Cáceres/MT, para: Pimenta Bueno/RO, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Ariquemes/RO e Porto Velho/RO.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 498, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 230, de 12 de dezembro, e no que consta do Processo nº 50500.048698/2009-28, delibera:

Art. 1º Prorrogar o período do atual Plano Estratégico da ANTT, aprovado mediante a Deliberação nº 63, de 27 de março de 2014, até o ano de 2019.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 499, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 231, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.371236/2017-11, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 057 da empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S.A para incluir o mercado: Aracaju/SE - Irecê/BA, conforme Deliberação nº 115, de 8 de junho de 2017 e Portaria SUPAS nº 34, de 12 de junho de 2017, dando sequência à 1ª etapa estabelecida pela Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 500, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 232, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.612049/2017-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇAO OURO E PRATA S/A. para a paralisação da linha Santa Rosa (RS) - São Paulo (SP), prefixo nº 10-0023-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 98 da empresa VIAÇAO OURO E PRATA S/A. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 501, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 233, de14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.608117/2017-20, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A. para a implantação da linha São Paulo (SP) - Itajaí (SC), com a seção de São Paulo (SP) para Joinville (SC).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 132, da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 502, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 234, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.367071/2017-83, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 026 da EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S.A. para incluir o mercado: Feira de Santana/BA - Petrolina/PE, conforme Deliberação nº 115, de 8 de junho de 2017 e Portaria SUPAS nº 34, de 12 de junho de 2017 dando sequência à 1ª etapa estabelecida pela Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 503, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 235, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.617776/2017-57, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa NORDESTE TRANSPORTES LTDA. para a implantação da linha Campo Mourão (PR) - Atibaia (SP) com as seções a seguir:

I- De: Campo Mourão/PR, para: Atibaia/SP; Assis /SP; Marília/SP; Bauru/SP; Jaú/SP; São Carlos/SP; Rio Claro/SP; Limeira/SP; Americana/SP e Campinas/SP.

II - De: Maringá/PR, para: Assis/SP; Marília/SP; Bauru/SP; Jaú/SP; São Carlos/SP; Rio Claro/SP; Limeira/SP; Americana/SP e Campinas/SP.

III - De: Londrina/PR, para: Marília/SP; Jaú/SP; São Carlos/SP; Rio Claro/SP; Limeira/SP; Americana/SP; Campinas/SP e Atibaia/SP.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 83 da empresa NORDESTE TRANSPORTES LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 504, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 236, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.547189/2017-93, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a implantação da linha Curitiba (PR) - Aparecida (SP), com a seção Curitiba (PR) - São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei

nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 505, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 237, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.601938/2017-35, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa TRANSPORTE TURISMO TIQUIN LTDA. para a implantação da linha Nonoai (RS) - Chapecó (SC).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 140 da empresa TRANSPORTE TURISMO TIQUIN LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa TRANSPORTE TURISMO TIQUIN LTDA acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 508, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 235 de 18 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.611278/2017-09, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Balneário Camboriú (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0098-00.

I - De Itajaí (SC), para Curitiba (PR) e São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 509, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 236 de 18 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.611279/2017-45, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seções da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Cascavel (PR) - Sinop (MT), prefixo nº 09-0267-00.

I - De Cascavel (PR), para Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Nova Alvorada do Sul (MS), São Gabriel do Oeste (MS), Coxim (MS), Sonora (MS), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT);

II - De Toledo (PR), para Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

III - De Marechal Cândido Rondon (PR), para Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

IV - De Guaíra (PR), para Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Dourados (MS), Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

V - De Mundo Novo (MS), para Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT) e Sinop (MT);

VI - De Campo Grande (MS), para Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT);

VII - De São Gabriel do Oeste (MS), para Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT);

VIII - De Coxim (MS), para Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT); e

IX - De Sonora (MS), para Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 510, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 237, de 18 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.609837/2017-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Cuiabá (MT) - Rio Branco (AC), prefixo nº 11-0034-00.

I - De Comodoro (MT), para Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Ji-Paraná (RO), Ariquemes (RO) e Porto Velho (RO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 511, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 238, de 15 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.371226/2017-86, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 063 da VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A. para incluir o mercado: Salvador/BA - Petrolina/PE, conforme Deliberação nº 115, de

8 de junho de 2017 e Portaria SUPAS nº 34, de 12 de junho de 2017 dando sequência à

1ª etapa estabelecida pela Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 512, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 186, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50515.045953/2015-60, resolve:

Art. 1º Não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A, posto que intempestivo.

Art. 2º Manter a penalidade de multa no patamar de 408,87 (quatrocentos e oito inteiros e oitenta e sete centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URT"s, aplicada pela Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF por meio da Decisão nº 006/2016/SUINF, de 28 de janeiro de 2016, por violação ao disposto no art. 8º, inciso V da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à SUINF que promova:

I - A atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2007; e

II - As comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 513, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 187, de 11 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50515.044913/2015-09, resolve:

Art. 1º Não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A, posto que intempestivo.

Art. 2º Manter a penalidade de multa no patamar de 163,50 (cento e sessenta e três inteiros e cinco décimos) Unidades de Referência de Tarifa - URT"s, aplicada pela Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF por meio da Decisão nº 002/2016/SUINF, de 4 de janeiro de 2016, por violação ao disposto no art. 8º, inciso V da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à SUINF que promova:

I - A atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2007; e

II - As comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 514, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 188, de 12 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.228395/2016-16, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do referido processo administrativo, instaurado em desfavor da empresa AUTO VIAÇÃO GADOTTI LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 515, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 191, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.638428/2017-13, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. para implantação da linha Natal (RN) - Salvador (BA), com as seções a seguir:

I - De: Natal (RN), para: Maceió (AL), Aracaju (SE) e Salvador (BA);

II - De: João Pessoa (PB), para: Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE) e Salvador (BA);

III - De: Recife (PE), para: Aracaju (SE) e Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - De: Maceió (AL), para: Aracaju (SE) e Salvador (BA); e
V - De: Aracaju (SE), para: Salvador (BA).
Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 13 da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.
Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 516, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 192, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.548615/2017-14, delibera:
Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., autorizando o atendimento do mercado Curitiba (PR) - Tubarão (SC), como seção na linha Curitiba (PR) - Criciúma (SC), prefixo nº 09-0034-00.
Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.
Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 517, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 193, de 14 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.523325/2017-50, delibera:
Art. 1º Deferir o pedido de supressão da linha Campo Grande (MS) - Rio de Janeiro (RJ), prefixo 19-0051-00, operada pela EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A.
Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 72 da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, conforme modificações operacionais deferidas, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 45 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.
Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).
Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 519, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 242, de 21 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.523369/2017-80, delibera:
Art. 1º Autorizar a Concessionária RUMO MALHA NORTE S/A a praticar, a partir do exercício seguinte ao de publicação desta Deliberação, as taxas de depreciação conforme anexo, com amparo no Laudo Técnico nº 001/2017, nos termos da Resolução ANTT nº 4.540, de 19 de dezembro de 2014.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Item	Descrição	Vida Útil (Anos)	Taxa Anual de Depreciação
	LOCOMOTIVAS		
1	ESTRUTURA	35	2,86%
2	TRUQUE	35	2,86%
3	RODEIRO	7	14,29%
4	MOTOR DE TRAÇÃO	16	6,25%
5	MOTOR DIESEL	28	3,57%
6	COMPRESSOR	17	5,88%
7	GERADOR	26	3,85%
8	COMPONENTES MENORES	7	14,29%
9	TURBO	15	6,67%
	REFORMA LOCOMOTIVAS (BENFEITORIAS)		
10	REFORMA ESTRUTURA	12	8,33%
11	REFORMA TRUQUE	10	10,00%
12	REFORMA DODEIRO	3	33,33%
13	REFORMA MOTOR DE TRAÇÃO	3	33,33%
14	REFORMA MOTOR DIESEL	8	12,50%
15	REFORMA COMPRESSOR	4	25,00%
16	REFORMA GERADOR	4	25,00%
17	REFORMA TURBO	2	50,00%
18	REFORMA COMPONENTES MENORES	2	50,00%
	VAGÕES		
19	ESTRUTURA	39	2,56%
20	TRUQUE	39	2,56%
21	RODEIRO	10	10,00%
22	COMPONENTES MENORES	5	20,00%
	REFORMA VAGÕES (BENFEITORIAS)		
23	REFORMA ESTRUTURA	12	8,33%
24	REFORMA TRUQUE	12	8,33%
25	REFORMA RODEIRO	6	16,67%
26	REFORMA COMPONENTES MENORES	2	50,00%
	INFRAESTRUTURA		
27	TERRAPLANAGEM - MALHA NORTE	62	1,61%
28	DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES	40	2,50%
29	OBRAS COMPLEMENTARES	13	7,69%
	SUPERESTRUTURA		
30	TRILHOS	40	2,50%
31	DORMENTE DE EUCALIPTO TRATADO	4	25,00%
32	DORMENTE DE MADEIRA DE LEI TRATADA	15	6,67%
33	DORMENTE DE CONCRETO	40	2,50%
34	DORMENTE DE AÇO	45	2,22%
35	DORMENTE DE PLÁSTICO	30	3,33%
36	BRITA	10	10,00%
37	COMPONENTES MENORES	4	25,00%

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 478, de 17.12.2017, publicada no DOU nº 242, seção 1, de 19.12.2017, pág. 187. Onde se lê: "...Deliberação nº 478, de 17 de dezembro de 2017..."; leia-se: "...Deliberação nº 478, de 13 de dezembro de 2017..."

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 177, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178/2016 e, no que consta no Processo nº 50500.083063/2016-04, resolve:
Art. 1º Desvincular os bens imóveis arrendados, inscritos sob os Números de Bem Patrimonial - NBP: 3200430 - (2983M2 OF.REPARO KM 462), NBP: 3200417 - (90M2 ALV MAL.F.PEIX KM462), NBP: 3203435 - (604M2 ALV R MAR.FLORIANO) e NBP: 3290038 (CALDEIRA E REFEITÓRIO), localizados no município de Conselheiro Lafaiete/MG, da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à MRS Logística S.A. - MRS.
Art. 2º Autorizar a desincorporação desses ativos do Contrato de Arrendamento nº 072/96, mediante a celebração do aditamento contratual, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a MRS, sob interveniência da ANTT.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/11/2017

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**192.764**	***Circulante***	**349.332**
Caixa e equivalentes de caixa	116.755	Salários, provisão e encargos sociais	73.428
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	11.311	Fornecedores e prestadores de serviços	21.554
Contas a receber, líquidas	41.202	Impostos e contribuições a recolher	16.465
Estoques	550	Plano de pensão	14.548
Créditos tributários	3.717	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	153.994
Outros créditos	19.174	Obras efetuadas por arrendatários	15.398
Despesas antecipadas	55	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	32.266
		Outras obrigações	21.679
Não Circulante	**2.987.568**	***Não Circulante***	**1.434.235**
Realizável a Longo Prazo	**1.228.577**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	201.311
Contas a receber, líquidas	831.966	Receita diferida	360.339
IRPJ e CSLL diferidos	279.704	Obras efetuadas por arrendatários	118.999
Depósitos judiciais	99.117	Créditos da União para aumento capital	707.256
Bens destinados a alienação	246	Plano de pensão	-
Partes relacionadas	5.178	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	14.317
Outros créditos	12.366	Outras obrigações	32.013
		Patrimônio Líquido	**1.396.765**
Imobilizado	1.744.106	Capital social	1.414.100
Intangível	14.885	Prejuízos acumulados	(17.335)
TOTAL DO ATIVO	**3.180.332**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.180.332**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2017 A 30-11-2017

	R$ MIL
Receita líquida	780.885
Custo dos serviços	(478.837)
Despesas administrativas	(303.110)
Outras receitas (despesas) operacionais	47.814
Resultado financeiro líquido	(40.117)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	6.635
Imposto de renda e contribuição social corrente	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.220
Resultado do exercício	20.855

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA — Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO — Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES — Contador CRC/1SP215355/O-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 164, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 542, de 20 de dezembro de 2017, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3ºFicam revogadas as Portarias PGR nº 144, de 27 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 227, Seção 1, de 28 de novembro de 2017, e nº 161, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 246, Seção 1, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.3752.0001 - Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional	3.3.90.00	188	5.000.000
	4.4.90.00	188	502.125
	4.5.90.00	100	900.000
	4.5.90.00	188	2.000.000
03.122.0581.7J45.3273 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES	4.4.90.00	188	9.710.000
03.122.0581.7X71.0229 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Tabatinga - AM - No Município de Tabatinga - AM	4.4.90.00	100	1.000.000
03.122.0581.14ZT.0421 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO	4.4.90.00	100	500.000
T O T A L			19.612.125

34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.13C1.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	1.392.446
	4.4.90.00	188	17.360
03.122.0581.15B3.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	100.000
03.122.0581.150N.0053 - Reforma da 1ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	100.000
03.122.0581.15B2.5664 - Construção do Edifício da Sede Administrativa do MPDFT - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	100.000
03.122.0581.15IM.6500 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Riacho Fundo - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	100.000
T O T A L			1.809.806

34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.7V74.0001 - Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho - Nacional	3.3.90.00	100	76.308
	4.4.90.00	100	112.875
03.122.0581.7U79.2143 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Juazeiro - BA - No Município de Juazeiro - BA	4.4.90.00	188	5.854.624
03.122.0581.7U80.2338 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Vitória da Conquista - BA - No Município de Vitória da Conquista - BA	4.4.90.00	100	36.567
03.122.0581.7U81.2275 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santo Antônio de Jesus - BA - No Município de Santo Antônio de Jesus - BA	4.4.90.00	100	36.567
03.122.0581.7W50.4397 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Umuarama - PR - No Município de Umuarama - PR	4.4.90.00	100	36.570

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.7X22.3273 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES	3.3.90.00	188	3.226.260
03.122.0581.7X19.5218 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS - No Município de Campo Grande - MS	4.4.90.00	188	3.278.827
03.122.0581.13CJ.1261 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró - RN - No Município de Mossoró - RN	4.4.90.00	100	36.567
03.122.0581.15O0.0001 - Fortalecimento da Cultura do Trabalho e do Trabalhador - Nacional	3.3.90.00	100	73.134
T O T A L			12.768.299

34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.11EQ.5664 - Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	87.198
T O T A L			87.198
T O T A L G E R A L			34.277.428

ANEXO II

34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL 2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ DEZEMBRO	5.053.253.286	1.524.343.505

Nota: Esta programação não contém créditos especiais reabertos, e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

ATO Nº 40, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora n° 29, de 20 de dezembro de 2006, no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no art. 58 da Lei n° 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO-2017) e, considerando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de dezembro de 2017, elaborado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido, para empenho e movimentação financeira, na forma do Anexo I deste Ato, o valor de R$ 75.752,00 (setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais), constante do orçamento do Senado Federal, aprovado pela Lei n° 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único. A posição atualizada da limitação de empenho e movimentação financeira, no âmbito do Senado Federal, é a indicada no Anexo II deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ILANA TROMBKA

ANEXO

ANEXO I - RESTABELECIMENTO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR	ESF	GND	RP	MOD	IU	F	VALOR TE
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							75.752,00
		atividades							
01 031	0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							
01 031	0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	F	3	2	90	0	100	75.752,00
TOTAL - FISCAL									75.752,00
TOTAL - GERAL									75.752,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II - POSIÇÃO ATUALIZADA DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
UNIDADE: 02101 - Senado Federal

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal							2.430.500,00
		atividades							
01 031	0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política							
01 031	0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	F	3	2	90	0	100	2.430.500,00
TOTAL - FISCAL									2.430.500,00
TOTAL - GERAL									2.430.500,00

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 474, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 07/SOF/MP, datada de 14 de fevereiro de 2017, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 16.094.643,00 (dezesseis milhões, noventa e quatro mil e seiscentos e quarenta e três reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO I

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.045.934
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.045.934
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.045.934
			S	1	1	90	0	100	4.045.934
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							6.466.608
		ATIVIDADES							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							6.466.608
02 122	0569 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							6.466.608
			F	1	1	90	0	100	6.466.608
TOTAL FISCAL									6.466.608
TOTAL SEGURIDADE									4.045.934
TOTAL - GERAL									10.512.542

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							271.523
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							271.523
09 272	0089 0181 6012	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							271.523
			S	1	1	90	0	100	271.523
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							862.037
		ATIVIDADES							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							862.037
02 122	0569 20TP 6012	Pessoal Ativo da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							862.037
			F	1	1	90	0	100	862.037
TOTAL FISCAL									862.037
TOTAL SEGURIDADE									271.523
TOTAL - GERAL									1.133.560

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							915.186
		ATIVIDADES							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							915.186
02 122	0569 20TP 6013	Pessoal Ativo da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							915.186
			F	1	1	90	0	100	915.186
TOTAL FISCAL									915.186
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									915.186

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							409.014
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							409.014
09 272	0089 0181 6014	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							409.014
			S	1	1	90	0	100	409.014
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.425.193
		ATIVIDADES							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							1.425.193
02 122	0569 20TP 6014	Pessoal Ativo da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							1.425.193
			F	1	1	90	0	100	1.425.193
TOTAL FISCAL									1.425.193
TOTAL SEGURIDADE									409.014
TOTAL - GERAL									1.834.207

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							291.584
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							291.584
09 272	0089 0181 6015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							291.584
			S	1	1	90	0	100	291.584
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							803.623
		ATIVIDADES							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							803.623
02 122	0569 20TP 6015	Pessoal Ativo da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							803.623
			F	1	1	90	0	100	803.623
TOTAL FISCAL									803.623
TOTAL SEGURIDADE									291.584
TOTAL - GERAL									1.095.207

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							119.630
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							119.630
09 272	0089 0181 6016	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							119.630
			S	1	1	90	0	100	119.630
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							484.311
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pessoal Ativo da União							484.311
02 122	0569 20TP 6016	Pessoal Ativo da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							484.311
			F	1	1	90	0	100	484.311
TOTAL FISCAL									484.311
TOTAL SEGURIDADE									119.630
TOTAL - GERAL									603.941

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.094.643
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							16.094.643
		Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							
09 272	0089 0181 6013								16.094.643
			S	1	1	90	0	100	16.094.643
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									16.094.643
TOTAL - GERAL									16.094.643

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.877, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 7, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 272.000,00 (Duzentos e setenta e dois mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

ANEXO I

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							272.000
		Atividades							
02 122	0567 20TP	Pessoal Ativo da União							272.000
02 122	0567 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							272.000
			F	1	1	90	0	100	272.000
TOTAL - FISCAL									272.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									272.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							272.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							272.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							272.000
			S	1	1	90	0	100	272.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									272.000
TOTAL - GERAL									272.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Decide, "ad Referendum" do Plenário do Cofen, revogar a Decisão Cofen nº 219, de 28 de novembro de 2017; aprovar o Parecer GTAE nº 084/2017; homologar a eleição da Chapa 2 Quadro I do COREN-MG; e proclamar os eleitos.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, "ad referendum" do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

CONSIDERANDO a sentença de mérito proferida nos autos do Processo nº 1007532-93.2017.4.01.3800 pelo juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve a Chapa 2 Quadro I na disputa eleitoral do COREN-MG, bem como afastou qualquer óbice à homologação do resultado do pleito eleitoral naquele Regional, autorizando, dessa forma, expressamente, a posse dos integrantes da Chapa vencedora em seus mandatos;

CONSIDERANDO o Ofício COREN-MG GAB Nº 8055/2017, de 18 de dezembro de 2017, que encaminhou a referida sentença ao Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO que com a decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 1007532-93.2017.4.01.3800 pelo juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, não mais remanescem as razões que justificaram o sobrestamento da análise do recurso interposto contra a decisão do Plenário do COREN-MG que não homologou a eleição da Chapa 2 Quadro I àquele Conselho Regional;

CONSIDERANDO que uma vez definida pelo juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, nos autos já citados, que os integrantes da Chapa 2 Quadro I encontram-se aptos a tomar posse nos mandatos de conselheiros perante o COREN-MG;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Cofen nº 0842/2017; decide:

Art. 1º Revogar, "ad Referendum" do Plenário do Cofen, a Decisão Cofen nº 219, de 28 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 246, Seção I, de 26 de dezembro de 2017, pág. 1002, que aprovou o sobrestamento da análise e da deliberação do recurso interposto pela Chapa 2 Quadro I contra a Decisão Coren-MG nº 203, de 01 de novembro de 2017, e da homologação do processo eleitoral em relação ao Quadro I do Coren-MG.

Art. 2º Aprovar, "ad Referendum" do Plenário do Cofen, o Parecer GTAE nº 084/2017 que concluiu pela procedência do recurso da Chapa 2 Quadro I contra a Decisão Coren-MG nº 203, de 01 de novembro de 2017, e recomendou a homologação do processo eleitoral em relação ao Quadro I do Coren-MG.

Art. 3º Homologar, "ad Referendum" do Plenário do Cofen, o resultado das Eleições do Coren-MG, para o Quadro I, referentes ao mandato correspondente ao triênio 2018/2020, para que produzam os reais e legais efeitos previstos na Resolução Cofen nº 523/2016, que revogou expressamente a Resolução Cofen n.º 355/2009.

Art. 4º Proclamar, "ad Referendum" do Plenário do Cofen, como vencedores das Eleições ao Quadro I do Coren-MG, os(as) seguintes profissionais, todos(as) componentes da CHAPA 02, a saber:

I. Conselheiros Efetivos do Quadro I:

a) Carla Prado Silva - COREN-MG 148967-ENF;

b) Christiane Mendes Viana - COREN-MG 105251-ENF;

c) Érico Barbosa Pereira - COREN-MG 307838-ENF;

d) Fernanda Fagundes Azevedo Sindeaux - COREN-MG 283246-ENF;

e) Gustavo Adolfo Arantes - COREN-MG 196437-ENF;

f) Jarbas Vieira de Oliveira - COREN-MG 241485-ENF;

g) Karina Porfírio Coelho - COREN-MG 269402-ENF;

h) Lisandra Caixeta de Aquino - COREN-MG 118636-ENF;

i) Lucielena Maria de Sousa Garcia Soares - COREN-MG 092132-ENF.

II. Conselheiros Suplentes do Quadro I:

a) Alan Almeida Rocha - COREN-MG 238175-ENF;

b) Claudio Luis de Souza Santos - COREN-MG 257865-ENF;

c) Elcio Aparecido da Silva - COREN-MG 204779-ENF;

d) Gilson Donizetti dos Santos - COREN-MG 441366-ENF;

e) Jaime Bernardes Buenos Junior - COREN-MG 176179-ENF;

f) Kassia Juvencio - COREN-MG 203308-ENF;

g) Luciana de Oliveira Bianchini - COREN-MG 068508-ENF;

h) Mateus Oliveira Marcelino - COREN-MG 156218-ENF;

i) Simone Cruz Melo - COREN-MG 268002-ENF.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.172, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Reconhece a cirurgia metabólica para o tratamento de pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2, com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2, sem resposta ao tratamento clínico convencional, como técnica não experimental de alto risco e complexidade.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e pela Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei nº 12.842/2013 estabelece que se compreende entre as competências do Conselho Federal de Medicina editar normas para definir o caráter experimental de procedimentos de medicina, autorizando e vedando a sua prática pelos médicos;

CONSIDERANDO que o diabetes mellitus tipo 2 (DM2), a hipertensão arterial sistêmica (HAS) e a dislipidemia são comorbidades comumente associadas à obesidade;

CONSIDERANDO que o número de pessoas diabéticas em 2015 no Brasil, entre 20 e 79 anos, era de 14,3 milhões, e que a expectativa para 2040 é que atinja 23,3 milhões;

CONSIDERANDO que estudos clínicos comprovam a importância do controle glicêmico nos pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 e na prevenção das complicações da doença, além de melhorar a qualidade de vida e diminuir a mortalidade;

CONSIDERANDO que a International Diabetes Federation (IDF), em 2011, pela primeira vez introduziu a cirurgia metabólica nos algoritmos de tratamento de diabetes mellitus tipo 2 também como alternativa para pacientes com IMC entre 30 kg/m2 e 35 kg/m2, com doença não controlada apesar de tratamento medicamentoso otimizado, principalmente quando associada a fatores de risco maiores para doença cardiovascular;

CONSIDERANDO que a American Society for Metabolic and Bariatric Surgery (ASMBS), em 2013, recomendava o tratamento cirúrgico para pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2, sem controle após tratamento clínico e mudança no estilo de vida;

CONSIDERANDO que a International Federation for the Surgery of Obesity and Metabolic Disorders (IFSO), em 2014, recomendava o tratamento cirúrgico para pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2, sem controle após tratamento clínico e mudança no estilo de vida;

CONSIDERANDO que o National Institute for Health and Care Excellence (NICE), em 2014, passou a recomendar o tratamento cirúrgico para pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2, com duração da doença menor que 10 anos;

CONSIDERANDO que 54 associações médicas de diferentes países reunidas em 2016 estabeleceram consenso e diretrizes, revisando as recomendações para o tratamento do diabetes, reconhecendo a cirurgia metabólica como opção para o tratamento de diabetes mellitus tipo 2 em pacientes com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2, com inadequado controle glicêmico após tratamento clínico;

CONSIDERANDO o Parecer CFM nº 38/2017, que reconhece a cirurgia metabólica para o tratamento de pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 com IMC entre 30kg/m² e 34,9kg/m² sem resposta ao tratamento clínico convencional, como técnica não experimental de alto risco e complexidade;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 22 de novembro de 2017; resolve

Art. 1º Normatizar, nos termos do anexo desta resolução, o tratamento cirúrgico para pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 2 (DM2), com IMC entre 30 kg/m2 e 34,9 kg/m2;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

ANEXO

INDICAÇÃO PARA CIRURGIA

A indicação cirúrgica do paciente deve ser feita obrigatoriamente por 2 médicos especialistas em endocrinologia, mediante parecer fundamentado atestando a refratariedade ao tratamento clínico otimizado com uso de antidiabéticos orais e/ou injetáveis e com mudanças no estilo de vida.

ELEGIBILIDADE PARA A CIRURGIA

São considerados critérios essenciais para indicação de cirurgia metabólica para tratamento de diabetes mellitus tipo 2, para pacientes com IMC entre 30 kg/m² e 34,9 kg/m² (o paciente deverá preencher todos os critérios abaixo):

1. pacientes com IMC entre 30 kg/m² e 34,9 kg/m²;

2. idade mínima de 30 anos e máxima de 70 anos;

3. pacientes com diabetes mellitus tipo 2 (DM2) com menos de 10 anos de história da doença;

4. refratariedade ao tratamento clínico, caracterizada quando o paciente não obtiver controle metabólico após acompanhamento regular com endocrinologista por no mínimo dois anos, abrangendo mudanças no estilo de vida, com dieta e exercícios físicos, além do tratamento clínico com antidiabéticos orais e/ou injetáveis;

5. pacientes que não tenham contraindicações para o procedimento cirúrgico proposto.

CONTRAINDICAÇÃO PARA A CIRURGIA

Condições a serem consideradas para contraindicar a cirurgia (apenas um critério é suficiente para contraindicar a cirurgia):

1.Os pacientes elegíveis para cirurgia metabólica, segundo os critérios estabelecidos nesta resolução, que tenham histórico de doença mental devem receber avaliação adicional abrangente de saúde mental por psiquiatra e, por solicitação deste, avaliação psicológica.

A cirurgia deve ser contraindicada pelo psiquiatra em pacientes:

a) abusadores de álcool;

b) dependentes químicos;

c) depressivos graves com ou sem ideação suicida;

d) com psicoses graves;

e) portadores de qualquer doença mental que, a critério da avaliação do psiquiatra, contraindique a cirurgia de forma definitiva ou até que a doença tenha sido controlada por tratamento.

2.Outras doenças ou condições clínicas que contraindiquem a cirurgia.

TÉCNICAS CIRÚRGICAS RECONHECIDAS

A derivação gastrojejunal em Y de Roux (DGYR) é a cirurgia de 1ª escolha para o tratamento de pacientes com DM2 não controlado clinicamente, com IMC entre 30 kg/m² e 34,9 kg/m², e a gastrectomia vertical (GV) é a alternativa caso haja alguma contraindicação ou desvantagem da DGYR.

Nenhuma outra técnica cirúrgica é reconhecida para o tratamento destes pacientes.

ASPECTOS GERAIS:

Os pacientes/famílias submetidos a este procedimento deverão ser cientificados e esclarecidos sobre riscos, taxa de mortalidade, complicações e necessidade de acompanhamento clínico regular no pós-operatório por equipe multidisciplinar, com a elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A equipe responsável pela realização e acompanhamento da cirurgia metabólica deve obrigatoriamente ser multidisciplinar e multiprofissional, seguindo por analogia o disciplinado na Portaria do Ministério da Saúde para Cirurgia Bariátrica (Portaria MS nº 424 e 425/2013).

O cirurgião, para realizar cirurgia metabólica, deve estar registrado no CRM como especialista em cirurgia geral ou cirurgia do aparelho digestivo.

A cirurgia metabólica deve ser feita em hospitais de grande porte que realizem cirurgias de alta complexidade, tenham plantonista hospitalar 24 horas e Unidade de Terapia Intensiva, além de equipes multidisciplinares e multiprofissionais experientes no tratamento de diabetes e cirurgia gastrointestinal. Os hospitais onde as cirurgias metabólicas poderão ser realizadas devem obedecer ao discriminado na Portaria MS nº 425/2013.

As equipes multidisciplinares e multiprofissionais para assistir os pacientes devem ser compostas minimamente por: cirurgião geral ou do aparelho digestivo, endocrinologista, cardiologista, pneumologista, enfermeiro, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e, quando necessário, gastroenterologista, nutrólogo e equipe multiprofissional de terapia nutricional, psiquiatra, angiologista ou qualquer outro especialista ou profissional da área da saúde necessário.

ACOMPANHAMENTO PÓS-OPERATÓRIO

No pós-operatório, o acompanhamento, que deve ser estabelecido pelo serviço, deve prever suporte ao estilo de vida a longo prazo e monitoramento rotineiro de micronutrientes e estado nutricional, de acordo com diretrizes para o tratamento pós-operatório de cirurgia metabólica por sociedades profissionais nacionais e internacionais.

Sendo o DM2 uma doença crônica e progressiva, os pacientes necessitam de seguimento contínuo pela equipe multidisciplinar, incluindo associação de medicação pertinente à evolução glicêmica, aos lípides e à hipertensão arterial.

O acompanhamento pós-operatório, que deve ser estabelecido pelo serviço, é obrigatoriamente multiprofissional e multidisciplinar, e deverá obedecer ao protocolo proposto pelas sociedades especializadas no cuidado dos pacientes diabéticos e em pós-cirurgias bariátricas.

Complicações microvasculares devem ser monitoradas periodicamente e sem limite de tempo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O DM2 e a obesidade em qualquer grau são considerados fatores predisponentes para outras doenças metabólicas, como osteopenia/osteoporose. Quaisquer intervenções sobre o tubo digestivo alto podem também contribuir para o aparecimento ou piora destas condições.

Os pacientes deverão continuar a vigilância com exames laboratoriais e de imagem no pós-operatório, situação semelhante ao seguimento de DM2 e obesidade em tratamento clínico.

Todos os pacientes devem receber seguimento com exames laboratoriais periódicos para eventuais deficiências de micronutrientes, prevendo sua suplementação, sem limite de tempo.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Relator

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o exercício de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA , no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º, alínea "p", da Lei nº 5766/71;

CONSIDERANDO os valores de arrecadação previstos nos orçamentos dos Conselhos Regionais de Psicologia para o exercício de 2018, aprovados pela Resolução CFP n.º 042/2017;

CONSIDERANDO a decisão do XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em reunião realizada no dia 1º de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia de Delegados Regionais, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2017, com base no artigo 18, incisos III e IV, do Decreto nº 79.822/77; resolve:

Art. 1º - Aprovar a Previsão Orçamentária do Conselho Federal de Psicologia, para o ano de 2018 em REAIS (R$), como segue:

RECEITAS CORRENTES	R$ 36.288.428,19
RECEITAS DE CAPITAL	R$ 2.292.385,76
TOTAL	R$ 38.580.813,95

DESPESAS CORRENTES	R$ 36.714.813,95
DESPESAS DE CAPITAL	R$ 1.866.000,00
TOTAL	R$ 38.580.813,95

Art. 2º Esta Resolução tem efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 179, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprovação das Propostas Orçamentárias do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social da CFESS, 1ª. 2ª. 3ª. 4ª. 5ª, 6ª. 7ª. 8ª.9ª. 10ª.11ª. 12ª. 13ª. 14ª.15ª.16ª,17ª. 18ª. 19ª, 20ª. 21ª. 22ª 23ª. 24ª , 25ª. e 26ª. Regiões.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando o deliberado em reunião de Conselho Pleno, realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e parecer favorável do Conselho Fiscal; resolve:

Art. 1° - Aprovar as propostas orçamentárias para o exercício de 2018 do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais das seguintes regiões: 1ª. 2ª. 3ª. 4ª. 5ª, 6ª. 7ª. 8ª.9ª. 10ª.11ª. 12ª. 13ª. 14ª.15ª.16ª,17ª. 18ª. 19ª, 20ª. 21ª. 22ª 23ª. 24ª , 25ª. e 26ª. Regiões - Proposta Orçamentária Exercício 2018.

CFESS	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 10.900.000,00	Despesas Correntes: R$ 10.900.000,00
Receitas de Capital: R$ 4.500.000,00	Despesas de Capital: R$ 4.500.000,00
Total Geral: R$ 15.400.000,00	Total Geral: R$ 15.400.000,00

CRESS 1ª Região PA	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.925.880,87	Despesas Correntes: R$ 1.575.880,87
Receitas de Capital: R$ 700.000,00	Despesas de Capital: R$ 1.050.000,00
Total Geral: R$ 2.625.880,87	Total Geral: R$ 2.625.880,87

CRESS 2a Região MA	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.427.800,00	Despesas Correntes: R$ 1.488.800,00
Receitas de Capital: R$ 120.000,00	Despesas de Capital: R$ 59.000,00
Total Geral: R$ 1.547.800,00	Total Geral: R$ 1.547.800,00

CRESS 3a Região CE	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.925.000,00	Despesas Correntes: R$ 1.925.000,00
Receitas de Capital: R$ 650.000,00	Despesas de Capital: R$ 650.000,00
Total Geral: R$ 2.575.000,00	Total Geral: R$ 2.575.000,00

CRESS 4a Região PE	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 2.105.000,00	Despesas Correntes: R$ 2.045.000,00
	Despesas de Capital: R$ 60.000,00
Total Geral: R$ 2.105.000,00	Total Geral: R$ 2.105.000,00

CRESS 5a Região BA	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 2.900.000,00	Despesas Correntes: R$ 2.900.000,00
Receitas de Capital: R$ 1.800.000,00	Despesas de Capital: R$ 1.800.000,00
Total Geral: R$ 4.700.000,00	Total Geral: R$ 4.700.000,00

CRESS 6a Região MG	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 5.361.841,00	Despesas Correntes: R$ 4.974.103,00
	Despesas de Capital: R$ 387.738,00
Total Geral: R$ 5.361.841,00	Total Geral: R$ 5.361.841,00

CRESS 7a Região RJ	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 4.610.231,25	Despesas Correntes: R$ 4.610.231,25
Receitas de Capital: R$ 780.122,47	Despesas de Capital: R$ 780.122,47
Total Geral: R$ 5.390.353,72	Total Geral: R$ 5.390.353,72

CRESS 8a Região DF	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 650.000,00	Despesas Correntes: R$ 650.000,00
Receitas de Capital: R$ 40.000,00	Despesas de Capital: R$ 40.000,00
Total Geral: R$ 690.000,00	Total Geral: R$ 690.000,00

CRESS 9a Região SP	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 9.560.000,00	Despesas Correntes: R$ 9.560.000,00
Receita de Capital: R$ 850.000,00	Despesas de Capital: R$ 850.000,00
Total Geral: R$ 10.410.000,00	Total Geral: R$ 10.410.000,00

CRESS 10a Região RS	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 2.228.0000,00	Despesas Correntes: R$ 2.228.000,00
Receitas de Capital: R$ 800.000,00	Despesas de Capital: R$ 800.000,00
Total Geral: R$ 3.028.000,00	Total Geral: R$ 3.028.000,00

CRESS 11a Região PR	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 5.194.520,00	Despesas Correntes: R$ 4.844.520,00
Receitas de Capital: R$ 100.000,00	Despesas de Capital: R$ 450.000,00
Total Geral: R$ 5.294.520,00	Total Geral: R$ 5.294.520,00

CRESS 12ª. Região/SC	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 2.251.559,68	Despesas Correntes: R$ 2.242.559,68
	Despesas de Capital: R$ 9.000,00
Total Geral: R$ 2.251.559,68	Total Geral: R$ 2.251.559,68

CRESS 13ª Região PB	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.348.700,00	Despesas Correntes: R$ 1.328.700,00
Receita de Capital: R$ 60.000,00	Despesas de Capital: R$ 80.000,00
Total Geral: R$ 1.408.700,00	Total Geral: R$ 1.408.700,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CRESS 14a Região RN	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 925.450,00	Despesas Correntes: R$ 913.950,00
	Despesas de Capital: R$ 11.500,00
Total Geral: R$ 925.450,00	Total Geral: R$ 925.450,00

CRESS 15a Região AM	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.321.000,00	Despesas Correntes: R$ 1.271.000,00
	Despesas de Capital: R$ 50.000,00
Total Geral: R$ 1.321.000,00	Total Geral: R$ 1.321.000,00

CRESS 16a Região AL	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 970.303,38	Despesas Correntes: R$ 955.003,38
	Despesas de Capital: R$ 15.300,00
Total Geral: R$ 970.303,38	Total Geral: R$ 970.303,38

CRESS 17a Região ES	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.430.287,87	Despesas Correntes: R$ 1.426.137,87
	Despesas de Capital: R$ 4.150.00
Total Geral: R$ 1.430.287,87	Total Geral: R$ 1.430.287,87

CRESS 18a Região SE	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 650.000,00	Despesas Correntes: R$ 620.000,00
	Despesas de Capital: R$ 30.000,00
Total Geral: R$ 650.000,00	Total Geral: R$ 650.000,00

CRESS 19a Região GO	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.307.661,05	Despesas Correntes: R$ 1.307.061,05
Receita de Capital: R$ 250.000,00	Despesas de Capital: R$ 250.600,00
Total Geral: R$ 1.557.661,05	Total Geral: R$ 1.557.661,05

CRESS 20a Região MT	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.376.220,00	Despesas Correntes: R$ 1.376.220,00
Receitas de Capital: R$ 1.557.000,00	Despesas de Capital: R$ 1.557.000,00
Total Geral: R$ 2.933.220,00	Total Geral: R$ 2.933.220,00

CRESS 21a Região MS	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 1.485.904,55	Despesas Correntes: R$ 1.462.904,55
	Despesas de Capital: R$ 23.000,00
Total Geral: R$ 1.485.904,55	Total Geral: R$ 1.485.904,55

CRESS 22a Região PI	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 902.880,00	Despesas Correntes: R$ 836.880,00
	Despesas de Capital: R$ 66.000,00
Total Geral: R$ 902.880,00	Total Geral: R$ 902.880,00

CRESS 23a Região RO	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 653.901,90	Despesas Correntes: R$ 643.901,90
Receitas de Capital: R$ 600.000,00	Despesas de Capital: R$ 610.000,00
Total Geral: R$ 1.253.901,90	Total Geral: R$ 1.253.901,90

CRESS 24a Região AP	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 420.300,00	Despesas Correntes: R$ 387.480,00
	Despesas de Capital: R$ 32.820,00
Total Geral: R$ 420.300,00	Total Geral: R$ 420.300,00

CRESS 25a Região TO	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 687.500,00	Despesas Correntes: R$ 665.800,00
	Despesas de Capital: R$ 21.700,00
Total Geral: R$ 687.500,00	Total Geral: R$ 687.500,00

CRESS 26a Região AC	
RECEITA	DESPESA
Receitas Correntes: R$ 382.000,00	Despesas Correntes: R$ 370.000,00
	Despesas de Capital: R$ 12.000,00
Total Geral: R$ 382.000,00	Total Geral: R$ 382.000,00

JOSIANE SOARES SANTOS

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 454, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe conferem a Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento Interno do CRA-SC, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 521, de 22 de agosto de 2017, e,

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa é medida recomendada para promover e facilitar o atendimento à sociedade e às pessoas físicas e jurídicas previstas em legislação do sistema CFA/CRAs;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em Sessão Ordinária nº 923 do CRA-SC, realizada no dia 15 de dezembro de 2017. Resolve:

Art. 1º Aprovar a Reestruturação dos Órgãos de Representação do CRA-SC e outras providências, a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO FORTUNATO LINHARES
Presidente do Conselho
CRA-SC - Nº 12.323

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 493, DE 24 DE JULHO DE 2017

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Parecer da Câmara de Controle Interno, constante no Processo Interno 2017/177; CONSIDERANDO apreciação e deliberação do Plenário, em sessão ordinária 1.045/2017; resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício Financeiro de 2017, por Superávit Financeiro, de R$ 70.999,71 (setenta mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Deliberação CFC 093/2017 de 20/09/2017 - Ata CCI 295 e Homologação em decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC, de 21/09/2017 - Ata 1033.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

RESOLUÇÃO 500, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Parecer da Câmara de Controle Interno, constante no Processo Interno 2017/177; CONSIDERANDO apreciação e deliberação do Plenário, em sessão ordinária 1.052/2017; resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício Financeiro de 2017, por Superávit Financeiro, de R$ 387.595,99 (trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos), apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Deliberação CFC 115/2017 de 23/11/2017 - Ata CCI 297 e Homologação em decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC, de 24/11/2017 - Ata 1035.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - REGIÃO 18

RESOLUÇÃO N° 10, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentária do exercício de 2018 do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18-PA/AP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF18-PA/AP, e;

CONSIDERANDO o estatuto que determina que compete ao Plenário a aprovação do orçamento anual do CREF18/PA-AP;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 17/09/2017, nos termos da ata da 6ª Reunião plenária ocorrida em 17/09/2017; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Dar publicidade a proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física da 18ª REGIÃO - CREF18/PA-AP, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2017, que estima a receita em R$ 2.668.247,94 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº. 4.320/1964.

Art. 2º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento:

6.2.1.1.01 RECEITA CORRENTE R$ 2.668.247,94
6.2.1.1.01.02 RECEITA - CREF18 R$ 2.651.437,97
6.2.1.1.01.04 EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS R$ 6.670,61
6.2.1.1.01.05 FINANCEIRAS R$ 10.139,36
TOTAL DA RECEITA R$ 2.668.247,94

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

6.2.2.1.01.01 DESPESA CORRENTE R$ 2.434.165,28
6.2.2.1.01.02 DESPESAS DE CAPITAL R$ 234.082,66
TOTAL DA DESPESA R$ 2.668.247,94

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES
CREF-001982 G/PA

RESOLUÇÃO N° 12, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a anuidade devida ao Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA/AP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18-PA/AP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF18-PA/AP, e;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 339/2017;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.197, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de janeiro de 2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 30 do Estatuto do CREF18/PA-AP;

CONSIDERANDO o deliberado na 11ª Reunião Plenária do CREF18/PA-AP realizada no dia 13 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Fixar o valor integral da anuidade de Pessoa Física em R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos), com vencimento até 31 de julho de 2018.

Art. 2º - Os profissionais do CREF18-PA/AP, terão direito ao desconto na anuidade de 2018, nas seguintes datas de pagamento:

I - 55% de desconto até 31/01/2018;
II - 45% de desconto até 28/02/2018;
III - 40% de desconto até 31/03/2018;
IV - 35% de desconto até 30/04/2018;
V - 30% de desconto até 31/05/2018;
VI- 25% de desconto até 30/06/2018;
VII - 20% de desconto até 31/07/2018;

Parágrafo único: O valor da anuidade integral de 2018 (R$ 603,07) poderá ser parcelada em até 05 vezes sem juros até o vencimento, após esta data as parcelas serão acrescidas de multa de 2% e 1% de juros ao mês.

Art. 3º - O pagamento da anuidade deverá ser feito através de boleto bancário.

Art. 4º - É facultativo o pagamento da anuidade devida ao CREF18/PA-AP aos profissionais de Educação Física que, até a data do vencimento da anuidade, tenham completados 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 5 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema e não estiverem cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF18/PA-AP.

Art. 5º - Os profissionais que requererem o registro a partir de primeiro de janeiro de 2018, será concedido 55% de desconto no pagamento à vista.

PARAGRAFO ÚNICO - Considerando o pagamento à vista o mês de geração do boleto, o não pagamento, perderá o referido desconto e será cobrado o valor total da anuidade.

Art. 6º - O valor integral da anuidade da Pessoa Jurídica, para exercício de 2018 é de R$ 1.490,40 (um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos). A Pessoa Jurídica é definida por endereço do estabelecimento, independentemente de ser matriz ou filial. Fica estabelecido o desconto conforme progressão abaixo:

Porte I - PJ até 200m² - 50% de desconto para pagamento até 31 de março de 2018;

Porte II - PJ de 201 a 400m² - 40% de desconto para pagamento até 31 de março de 2018;

Porte III - PJ de 401 a 800m² - 30% de desconto para pagamento até 31 de março de 2018;

Porte IV - PJ acima de 801m² - 10% de desconto para pagamento até 31 de março de 2018;

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da anuidade de 2018 poderá ser parcelada em até 03 vezes com desconto até o vencimento, após esta data o valor será integral.

Art. 7º - A metragem do estabelecimento deverá ser comprovada através de cópia da guia do IPTU do exercício 2017 declaração apresentada pelo representante legal ou sob medição e cálculo que serão realizados pelo Departamento de Orientação e Fiscalização.

PARAGRAFO ÚNICO - a data limite para pagamento com desconto supracitado, será até 31 de março de 2018.

Art. 8º - As Empresas que requererem o registro a partir de primeiro de janeiro de 2018, será concedido 50% de desconto no pagamento à vista.

PARAGRAFO ÚNICO - Considerando o pagamento à vista o mês de geração do boleto, o não pagamento, perderá o referido desconto e será cobrado o valor total da anuidade.

Art. 9º - As anuidades serão processadas até o dia 31 de março, salvo a primeira que será devida no ato do registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas de atividades física, desportivas e similares.

Art. 10º - Após o vencimento da anuidade, em 31 de julho de 2018 para Pessoa Física é 31 de março de 2018 para Pessoa Jurídica, aos registrados que não realizarem o pagamento integral da anuidade 2018, haverá o acréscimo de 2% sobre o valor do débito a título de multa, mais juros de 1% ao mês, calculados até a data do pagamento.

Art. 11º - Os pedidos de baixa de registro de pessoa física que forem protocolados no CREF18 até 31 de julho do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Esta Resolução entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES
CREF-001982 G/PA

RESOLUÇÃO N° 13, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre normas para concessão e pagamento de diária, auxílio representação, verbas de representação, para o exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18/PA-AP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, artigo 40; e:

CONSIDERANDO que os Conselhos de Educação Física são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da Educação Física, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.992/2006 e Lei nº 11.000/2004;

CONSIDERANDO, as Resoluções CONFEF nº 318/2016, que versam sobre as normas para pagamento e concessão de diárias concedidas no Conselho Federal de Educação Física - CONFEF;

CONSIDERANDO a Portaria CONFEF nº 227/2016 que normatiza os procedimentos para pagamento de diária, auxílio representação e verba de representação, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o deliberado na 11ª Reunião Plenária do CREF18/PA-AP realizada no dia 13 de dezembro de 2017; resolve:

CAPÍTULO I - DAS DIÁRIAS

Art. 1º - Os Conselheiros, integrantes do quadro de pessoal do CREF18 e representantes e/ou colaboradores eventuais designados pela Diretoria do CREF18, quando no efetivo exercício farão jus à percepção de diárias segundo as disposições desta Resolução.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se efetivo exercício quando os Conselheiros, integrantes do quadro de pessoal e representantes e/ou colaboradores eventuais designados pelo CREF18, atenderem convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário e quando em atendimento a função ou representação delegada pela Presidência ou Plenário do CREF18.

Art. 2º - As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede de origem, destinando-se a indenizar as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - Os valores das diárias serão concedidos à metade, nos seguintes casos:

I - Sempre que o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

II - No dia de retorno à sede de origem;

III - quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem.

§ 2º - Nos casos de afastamento da sede para acompanhar o Presidente do CREF18, os integrantes do quadro de pessoal do CREF18 farão jus a diárias no mesmo valor atribuído ao mesmo.

Art. 3º - As diárias serão pagas de uma só vez.

§ 1º - As diárias serão concedidas pelo Presidente do CREF18 ou a quem for por esta delegada tal competência por Portaria observando o critério de escalonamento por título para convidados:

I - Convidados com título de especialização fará jus a mesma diária do funcionário da fiscalização.

II - Convidados com título acima de especialização fará jus a mesma diária do conselheiro.

§ 2º - A diária do presidente será acrescida de 20% do valor da diária do conselheiro.

§ 3º - Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, serão concedidas as diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada a prorrogação.

Art. 4º - O valor da diária, em observância ao limite estabelecido na legislação em vigor, está fixado em R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) para o deslocamento ocorrido para fora do Estado e R$500,00 (quinhentos reais) para os demais deslocamentos dentro do Estado, em conformidade com os limites estabelecidos pelo Decreto nº 5.992/2006 e suas alterações.

§ 1º - Deslocamento para fora do país, segue-se legislação em vigor.

Art. 5º- O valor da diária dos integrantes do quadro pessoal do CREF18 em observância ao limite estabelecido na legislação em vigor, está fixado em R$350,00 (trezentos e cinquenta reais) para fora do Estado e R$ 300,00 (trezentos reais) para os demais deslocamentos dentro do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores das diárias serão concedidos à metade, nos seguintes casos:

a) sempre que o afastamento não exigir pernoite fora da sede de origem;

b) no dia de retorno à sede de origem;

c) quando já fornecido pelo CREF18 alojamento.

Art. 6º - Será concedido adicional no valor de R$ 95,00 (noventa e cinco reais), por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque, até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

CAPÍTULO II - AUXILIO REPRESENTAÇÃO

Art. 7º - Entende-se por auxílio representação a indenização por despesas com alimentação e locomoção urbana, quando as mesmas ocorrerem na mesma região metropolitana onde têm exercício e/ou residam.

Art. 8º - Os Conselheiros, representantes e/ou colaboradores eventuais designados pelo presidente do CREF18, quando no efetivo exercício de suas funções participarem de reuniões, encontros, despachos administrativos na sede, ou evento de interesse do Conselho, na mesma região metropolitana onde têm exercício e/ou residam, farão jus à percepção de auxílio representação, não acumulável com a diária, não podendo ultrapassar 01 (um) auxílio por dia e com o limite mensal conforme tabela.

Quantidade de auxílio Representação:
Presidente - 22
Conselheiros - 15
Demais Representantes - 8

Art. 9° - Para pagamento de auxílio representação no âmbito do CREF18/PA-AP, resta fixado o valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) para cada dia de atividade representativa não cumulativos com diárias, nos casos em que o(s) Conselheiro(s), representante(s) e/ou colaborador eventual.

CAPÍTULO III - DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 10º - Será devida a verba de representação aos Conselheiros regionais pela prática de atividades político-representativas, destinada à indenização dos meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções.

PARÁGRAFO ÚNICO - A verba de representação poderá ser paga ainda a representantes expressamente convocados, nomeados ou designados para tal fim pela Diretoria do CREF18.

Art. 11º - Para o pagamento da verba de representação no âmbito do CREF18, resta fixado o valor unitário de até R$ 1.000,00 (um mil reais), correspondente a um dia de atividade representativa, limitado ao número máximo mensal de 05 (cinco) verbas de representação.

§ 1º - Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de verba de representação, desde que devidamente justificado e autorizado pela Diretoria do CREF18, e que não incida em dia não útil.

§ 2º - O pagamento de verba de representação, dada a especialidade da circunstância, é de natureza indenizatória, devendo ser comprovada mediante apresentação de relatório para cada atividade designada do Conselheiro ou representante ao Departamento competente, atestando o cumprimento da atividade/função que lhe foi confiada.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12° - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta do orçamento e das receitas do CREF18/PA-AP.

Art. 13° - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF18/PA-AP e na plenária seguinte será apresentada.

Art. 14° - Esta Resolução entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2017, revogando as disposições em contrário.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES
CREF-001982 G/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO N° 11, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as multas e os preços de serviços ao Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA/AP

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18-PA/AP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF18-PA/AP, e;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 341/2017;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 30 do Estatuto do CREF18/PA-AP;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o deliberado na 11ª Reunião Plenária do CREF18/PA-AP realizada no dia 13 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Art. 1º - O valor das multas por infrações a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas para o ano de 2018 será de até três vezes o valor da anuidade de 2018, estabelecida em Resolução.

Parágrafo Único - Após a primeira notificação de fiscalização da pessoa jurídica sem registro no CREF18/PA-AP, caso não seja devidamente regularizada a pendência no prazo descrito na notificação, as atividades prestadas pertinentes ao exercício desse conselho, deverão ser suspensas imediatamente por meio de lacre podendo retornar as atividades após devida regularização com a retirada do lacre.

Art. 2º - As multas a serem aplicadas às Pessoas Físicas e Jurídicas, em reais, por inobservância das normas pertinentes ao exercício Profissional da Educação Física, serão aplicadas conforme as normas legais e regulamentos vigentes, nos valores constantes nos anexos desta Resolução.

Esta Resolução entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Quadro de Multas e Infrações de Pessoa Física

Descrição da Autuação

Atuação Profissional fora de sua região

Grau de Gravidade

Média Gravidade

Legislação Infringida

Art. 12 Estatuto do CREF18/PA/AP e Art. 1° da Resolução CONFEF n° 076/2004

Conceituação da Infração

Profissional registrado em outro CREF atuando em área de abrangência do CREF18/PA/AP, respeitando o prazo estatutário de 180 dias

Ação* / Apenação

Solicitação de transferência*

Descrição da Autuação

Profissional sem Cédula de Identidade Profissional - CIP

Grau de Gravidade

Média Gravidade

Legislação Infringida

Resolução CONFEF n° 233/2012

Conceituação da Infração

Profissional no exercício da profissão sem a CIP

Ação* / Apenação

Multa referente a 1/2 anuidade

Descrição da Autuação

Atuação Profissional em atividade não habilitada

Grau de Gravidade

Grave

Legislação Infringida

Art. 21 Estatuto do CREF18 e Portaria CONFEF n° 089/07

Conceituação da Infração

Profissional exercendo atividade diferente de sua habilitação

Ação* / Apenação

Multa referente a 1 anuidade

Descrição da Autuação

Descumprimento de horário do Responsável Técnico

Grau de Gravidade

Grave

Legislação Infringida

Resolução CONFEF n° 134/2007

Conceituação da Infração

Responsável Técnico não se encontra no estabelecimento no horário previsto na ficha enviada ao CREF18/PA/AP

Ação* / Apenação

Multa referente a 1 anuidade

Descrição da Autuação

Profissional Inadimplente

Grau de Gravidade

Grave

Legislação Infringida

Art. 21, Inciso V do Estatuto do CREF18 PA/AP

Conceituação da Infração

Profissional em débito com suas anuidades do CREF18 PA/AP

Ação* / Apenação

Multa referente a 1 anuidade

Descrição da Autuação

Exercício Irregular da Profissão

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei Federal n° 9.696/98 e Artigos 9° e 21 do Estatuto do CREF18/PA/AP

Conceituação da Infração

Pessoa exercendo atividades do profissional de educação física sem registro no CREF18/PA/AP

Ação* / Apenação

Registro Imediato*

Descrição da Autuação

Exercício Ilegal da Profissão

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei n° 3.688/41, Art. 47 Lei das Contravenções Penais

Conceituação da Infração

Pessoa exercendo atividades do Profissional de Educação Física

Ação* / Apenação

Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO*

ANEXO II

Quadro de Multas e Infrações de Pessoa Jurídica

Descrição da Autuação

Ausência do Responsável Técnico no horário previsto

Grau de Gravidade

Grave

Legislação Infringida

Resolução CONFEF n° 134/2007

Conceituação da Infração

Pessoa Jurídica sem Responsável Técnico nos horários enviados no registro ao CREF18/PA/AP

Ação* / Apenação

Multa referente a 1 anuidade

Descrição da Autuação

Pessoa Jurídica permitindo atuação de Profissional em debito com o CREF18/PA/AP

Grau de Gravidade

Grave

Legislação Infringida

Art. 21, Inciso V do Estatuto do CREF18PA/AP

Conceituação da Infração

Profissional em débito com suas anuidades do CREF18/PA/AP

Ação* / Apenação

Multa referente a 1 anuidade

Descrição da Autuação

Pessoa Jurídica sem Registro no CREF18/PA/AP

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei Federal n° 6.839/80 e Art. 14 do Estatuto do CREF18/PA/AP

Conceituação da Infração

Pessoa Jurídica sem Registro no CREF18/PA/AP

Ação* / Apenação

Registro Imediato*

Descrição da Autuação

Pessoa Jurídica sem Responsável Técnico

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Resolução CONFEF n° 134/2007

Conceituação da Infração

Pessoa Jurídica sem Responsável Técnico em seu quadro de profissionais

Ação* / Apenação

Multa referente a 2 anuidades

Descrição da Autuação

Atuação de pessoas sem Registro Profissional no CREF18/PA/AP

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei Federal n° 9.696/98 e Artigos 9° e 21 do Estatuto do CREF18/PA/AP

Conceituação da Infração

Pessoa Jurídica permitindo o exercício ilegal da profissão

Ação* / Apenação

Multa referente a 2 anuidades

Descrição da Autuação

Atuação irregular de estagiário

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei Federal n° 11.788/08

Conceituação da Infração

Atuação de estagiários sem declaração de estágio ou profissional orientador

Ação* / Apenação

Multa referente a 2 anuidades

Descrição da Autuação

Pessoa Jurídica permitindo Exercício Ilegal/Irregular da Profissão dentro de suas dependências

Grau de Gravidade

Muito Grave

Legislação Infringida

Lei Federal n° 9.696/98; Artigos 9° e 21 do Estatuto do CREF18; Lei n° 3.688/41, Art. 47 Lei das sem registro no CREF18/PA/AP

Conceituação da Infração

Pessoa Jurídica permitindo o exercício de atividades do profissional de educação física

Ação* / Apenação

Multa referente a 2 anuidades

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES
CREF-001982 G/PA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 259, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCLAMA OS RESULTADOS DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, DELEGADO REGIONAL E SEU SUPLENTE, COMUNICA A POSSE DOS ELEITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - COREN/CE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, asseguradas no inciso XIII e XIV artigo 15 da lei n.º 5.905/73.Considerando o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN-523/2016;Considerando a 363ª Reunião Extraordinária de Plenário do Coren/CE, que após eleição interna, empossa os membros da Diretoria do Coren/CE, Delegado Regional e seu respectivo Suplente, para o período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020. Decide:

Art. 1º - Proclamar o resultado da eleição dos Membros da Diretoria, Delegado Regional e Suplente de Delegado Regional para exercer o mandato trienal no período de 01/01/2018 a 31/12/2020, em conformidade com o Código Eleitoral do Sistema Cofen/Corens aprovado pela Resolução COFEN-523/2016.

Art. 2º - Fica a Diretoria do Coren/CE e Delegado Regional constituída pelos seguintes Conselheiros eleitos: Conselheiro Presidente - ENF. ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA (COREN CE 259338), Conselheiro Secretário - ENF. ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA (COREN CE 397854), Conselheiro Tesoureiro - TE. ENF. HUGO GUSTAVO DA SILVA (COREN CE 322153), Delegado Regional - Conselheira ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA (COREN CE 259338) e Suplente de Delegado Regional - Conselheira ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA (COREN CE 397584).

Art. 3º - Os demais Conselheiros empossados na condição de membros Efetivos e Suplentes, passarão a compor o Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren/CE, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 a 31/12/2020.

Art. 4º - Esta Decisão entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, sendo obrigatória a sua publicação na Imprensa Oficial do Estado do Ceará, podendo ainda ser publicada em outros meios de comunicação.

OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho
COREN-CE N° 56.145

MARIA DAYSE PEREIRA
Secretária
COREN-CE N° 24847

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

DECISÃO N° 70, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Fixa valores das anuidades para o exercício de 2018 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do Coren/TO.

CONSIDERANDO a Lei n° 5.905/73, em seus artigos 15, incisos, III, XI e XIV artigo 16;

CONSIDERANDO os artigos 4º, 5º e 6º da Lei Nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN Nº 563/2017, de 01 de novembro 2017;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN Nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem Baixa Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da autarquia;;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO a Resolução COFEN Nº 563/2017, de 01 de novembro 2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providencias;

CONSIDERANDO, a Deliberação unânime da 76ª Reunião Extraordinária do Plenário de 09 de novembro de 2017; ofertados pelos profissionais na antecipação dos vencimentos de suas anuidades determinando valores mínimos e máximos. Decidem:

Art. 1º. Ficam fixados, em moeda corrente nacional, os seguintes valores para as anuidades devidas por pessoas físicas e jurídicas a serem recolhidas pelo COREN-TO relativo ao exercício de 2018.

§1° - As anuidades a serem cobradas são, para:

I - Enfermeiros o valor de R$ 45,24;

II - Obstetrizes, o valor de R$ 327,97;

III - Técnico de Enfermagem, o valor de R$ 221,41;

IV- Auxiliar de Enfermagem, o valor de R$ 191,30;

V - Pessoa Jurídica até R$ 50 mil, o valor de R$ 571,93;

VI - Pessoa Jurídica de R$ 50 mil até R$ 200 mil, o valor de R$ 1.143,85;

VII - Pessoa Jurídica de R$ 200 mil até R$ 500 mil, o valor de R$ 1.715,78;

VIII - Pessoa Jurídica de R$ 500 mil até R$ 1 milhão, o valor de R$ 2.287,72;

IX - Pessoa Jurídica de R$ 1 milhão até R$ 2 milhões, o valor de R$ 2.859,64;

X - Pessoa Jurídica de R$ 2 milhões até R$ 10 milhões, o valor de R$ 3.431,57;

XI - Pessoa Jurídica acima de R$ 10 milhões, o valor de R$ 4.575,41;

Art. 2º - As anuidades terão vencimento em 31 de março e poderão ser recolhidas da seguinte forma;

a - Pagamento até 31/01/2018 o percentual de 10% (dez por cento), mediante boleto bancário;

b - Pagamento até 28/02/2018 o percentual de 5% (cinco por cento), mediante boleto bancário;

c - Pagamento até 31/03/2018 o percentual de 3% (três por cento), mediante boleto bancário;

d - Sem desconto em até 5 (cinco) parcelas mensais, iguais, sucessivas e não inferiores a R$ 50,00 (cinquenta reais), desde que a última parcela não ultrapasse o exercício fiscal, mediante boleto bancário;

Parágrafo Único - Se não houver o pagamento até 31 de março ou se o parcelamento previsto na alínea "d" do parágrafo anterior deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - O disposto no Art. 2º não se aplica aos recém-inscritos.

Art. 4º - Os valores descritos nos artigos 1º e 2º da presente decisão foram reajustados em 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços dos últimos 12 (doze).

Art. 5º - Aos profissionais recém-inscritos será concedido o desconto de 10% (dez por cento) no valor da primeira anuidade.

Parágrafo Único - Considera-se recém-inscrito o profissional que pleiteou sua primeira inscrição em quaisquer das categorias no sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 6º - Quando a inscrição for solicitada a partir do mês de abril, a anuidade será paga proporcionalmente com a incidência do desconto.

Art. 7°- Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 8°- Revogam-se as disposições em contrário.

ANA PAULA DELFINO DE ALMEIDA CECCO
Presidente do Conselho
COREN-TO 176.483-ENF

JOICY PRINCEZA DE PORTUGAL
Tesoureira
COREN-TO Nº 415.378 - ENF

DECISÃO N° 71, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Fixa valores de emolumentos e taxas, para o exercício de 2018 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do Coren/TO.

CONSIDERANDO o artigo 16 da Lei n° 5.905/73, que define a receita do Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN Nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a fixar os valores das anuidades, e homologar os valores de taxas de serviços e emolumentos para os Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN Nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN N° 563/2017, de 01 de novembro de 2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2017, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e da outras providencias;

CONSIDERANDO, a Deliberação unânime da 76ª Reunião Extraordinária do Plenário de 09 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º. Ficam fixados em Real, os seguintes valores para taxas e emolumentos devidos por pessoas físicas e jurídicas, a serem recolhidas pelo COREN-TO, durante o ano de 2018.

Art. 2°As receitas correspondentes a taxas e emolumentos passam a viger nos seguintes valores:

Tipo da Taxa Valor (2018)
Autorização atendente/estrangeiro R$ 137,13
Renovação da autorização R$ 137,13
Inscrição e registro de pessoa física R$ 129,95
Inscrição e registro de pessoa jurídica R$ 230,06
Inscrição secundária R$ 129,95
Inscrição remida/remida secundária R$ 129,95
Expedição da carteira profissional R$ 46,75
Substituição de carteira/ 2ª via R$ 63,74
Anotação/registro de especialização, qualificação ou título - QI R$ 79,87
Anotação/registro de especialização, qualificação ou título - QII R$ 64,01
Anotação/registro de especialização, qualificação ou título - QIII R$ 49,59
Transferência de inscrição R$ 87,30
Suspensão temporária de inscrição R$ 62,48
Cancelamento de inscrição e registro R$ 62,48
Anotação de Responsabilidade Técnica R$ 139,66
Certidão de Responsabilidade Técnica R$ 62,48
Emissão de declaração ou validação de registro para outros países R$ 199,94
Certidões diversas R$ 41,23
Desarquivamento de autos/documentos R$ 12,50
Autenticação de documentos pelo Conselho R$ 1,25
Despesas de correspondência e remessa de documentos - valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Despesas de fotocópias realizadas no Conselho R$ 0,38

Art.3° Os valores descritos nos artigos 1º e 2º da presente decisão foram reajustados em 1,63% (um virgula sessenta e três por cento) de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços - INPC dos últimos dozes meses (outubro 2016 a setembro 2017) e nos termos da Resolução COFEN Nº 563/2017.

Art.4º É vedada a cobrança de taxas para expedição de certidões negativas de transferências de regularidades e/ou nada consta.

Art.5º O presente Ato Decisório após homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01/01/2018, revogando se as disposições em contrário.

ANA PAULA DELFINO DE ALMEIDA CECCO
Presidente do Conselho
COREN-TO 176.483-ENF

JOICY PRINCEZA DE PORTUGAL
Tesoureira
COREN-TO Nº 415.378 - ENF

DECISÃO N° 72, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a proposta Orçamentária para o exercício de 2018 do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do Coren/TO.

CONSIDERANDO a Deliberação da 77ª Reunião Extraordinária do Plenário, realizada em 24 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VI, do Regimento Interno do COREN/TO; decide:

Art. 1º. Aprovar a proposta orçamentária para o exercício de 2018 do COREN-TO no valor de R$ 5.963.179,65 (cinco milhões novecentos e sessenta três mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), nos termos do Quadro Geral da Receita e da Despesa apresentado.

Art. 2° Esta Decisão entrará em vigor após homologação pelo COFEN e posterior publicação em Diário Oficial.

ANA PAULA DELFINO DE ALMEIDA CECCO
Presidente do Conselho
COREN-TO 176.483-ENF

JOICY PRINCEZA DE PORTUGAL
Tesoureira
COREN-TO Nº 415.378 - ENF

DECISÃO N° 73, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a Presidência do Conselho a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento para o Exercício de 2018 para o Coren/TO.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, com a Tesoureira da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal n° 5.905/1973 e Regimento interno do Coren/TO.

CONSIDERANDO a Deliberação da 77ª Reunião Extraordinária do Plenário, realizada em 24 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 12, inciso VI, do Regimento Interno do COREN/TO;

CONSIDERANDO, Resolução Cofen 503/2016, Art. 2°, §5°;

CONSIDERANDO, a necessidade de dinamizar a execução orçamentária do Conselho Regional; decide:

Art. 1º. Fixar limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do orçamento à Presidência do Conselho Regional de Enfermagem, para que a mesma autorize abertura de créditos adicionais suplementares;

Art. 2° Esta Decisão entrará em vigor após homologação pelo COFEN e posterior publicação em Diário Oficial.

ANA PAULA DELFINO DE ALMEIDA CECCO
Presidente do Conselho
COREN-TO 176.483-ENF

JOICY PRINCEZA DE PORTUGAL
Tesoureira
COREN-TO Nº 415.378 - ENF

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO Nº 1.759, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a correção dos valores das anuidades e taxas devidas ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2018.

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 25 da Lei nº 3.820/60, e:
CONSIDERANDO a necessidade de adequar as anuidades e taxas cobradas por este Regional às Resoluções n° 630 e 631, de 25 de novembro de 2016, do Conselho Federal de Farmácia, delibera:
Artigo 1º - Fixar o valor das anuidades e taxas para o exercício de 2018, de acordo com a tabela a seguir:

PESSOA	CAPITAL SOCIAL R$			VALOR DA ANUIDADE R$
FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR	**********			522,19
FÍSICA - NÍVEL MÉDIO	**********			261,09
RECÉM-INSCRITO 1ª INSCRIÇÃO	**********			50% dos respectivos valores para nível superior e para nível médio
JURÍDICA	Até	50.000,00até	200.000,00	725,28
	Acima de	50.000,00até	500.000,00	1.450,59
	Acima de	200.000,00até	1.000.000,00	2.175,87
	Acima de	500.000,00até	2.000.000,00	2.901,15
	Acima de	1.000.000,00		3.626,47

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Acima de	2.000.000,00até	10.000.000,00	4.351,75
	Acima de	10.000.000,00		5.802,32

ESPÉCIE DE TAXAS	VALOR(R$)
Inscrição de Pessoa Jurídica	435,81
Inscrição de Pessoa Física - Nível Superior	145,23
Inscrição de Pessoa Física - Nível Médio	50% do valor do nível superior
Inscrição de Pessoa Física - Recém-inscrito (1ª inscrição)	50% dos respectivos valores para nível superior e para nível médio
Transferência	145,23
Expedição ou Substituição de Carteira	87,12
Expedição ou Substituição de Cédula	87,12
Expedição de 2ª Via	87,12
Certidões de Pessoas Jurídicas	145,23
Certidões de Pessoas Física	145,23

Artigo 2º - A taxa para o pagamento de alteração na Certidão de Regularidade terá o valor de R$ 87,12

Artigo 3º - O pagamento da anuidade será efetuado ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro até o dia 31 de março de cada exercício, com desconto de 15% (quinze por cento), se efetivado até 31 de janeiro, de 10% (dez por cento), se efetivado até 28 de fevereiro, ressalvado o ano bissexto (29 de fevereiro), ou em, no máximo, 06 (seis) parcelas sem desconto, iniciando-se a primeira em 31 de janeiro.

Artigo 4º - Se o pagamento da anuidade for efetuado após o vencimento, será acrescida multa de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, nos termos do artigo 22 da Lei n° 3.820/60.

Artigo 5º - Caso haja inadimplência quanto ao pagamento das anuidades ou taxas previstas nesta Deliberação, será aplicado o disposto no artigo 35 da Lei Federal nº 3.820/60, observados os artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 12.514/11.

Artigo 6º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Deliberação nº 1.585, de 21 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em 06 de janeiro de 2017, Seção 1, página 57.

MARCUS VINICIUS ROMANO ATHILA
Presidente do Conselho





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017122700212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.